JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Água Boa 4
Camara Municipal de Alto Garças 5
Camara Municipal de Cáceres 5
Camara Municipal de Colíder 5
Camara Municipal de Diamantino 6
Camara Municipal de Dom Aquino 6
Camara Municipal de Rosário Oeste 7
Consórcio Intermunicipal Alto do Rio Paraguai 7
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 9
Consorcio Público de Saúde Vale do Teles Pires 9
Prefeitura Municipal de Água Boa 10
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 10
Prefeitura Municipal de Alto Garças 10
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 18
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 21
Prefeitura Municipal de Apiacás 25
Prefeitura Municipal de Araguaiana 27
Prefeitura Municipal de Araputanga 28
Prefeitura Municipal de Arenápolis 29
Prefeitura Municipal de Aripuanã 34
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 38
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 39
Prefeitura Municipal de Cáceres 41
Prefeitura Municipal de Campinápolis 68
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 73
Prefeitura Municipal de Campo Verde 98
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 99
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 100
Prefeitura Municipal de Canarana 106
Prefeitura Municipal de Carlinda 112
Prefeitura Municipal de Cláudia 115
Prefeitura Municipal de Cocalinho 115
Prefeitura Municipal de Colíder 115
Prefeitura Municipal de Comodoro 118
Prefeitura Municipal de Confresa 120
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 126
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 127
Prefeitura Municipal de Curvelândia 129
Prefeitura Municipal de Denise 131
Prefeitura Municipal de Diamantino 133
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 134
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 135
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 136
Prefeitura Municipal de General Carneiro 145
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 159
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 159
Prefeitura Municipal de Indiavaí 160
Prefeitura Municipal de Jaciara 160
Prefeitura Municipal de Jauru 161
Prefeitura Municipal de Juara 161
Prefeitura Municipal de Juscimeira 161

Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 162
Prefeitura Municipal de Luciara 163
Prefeitura Municipal de Marcelândia 163
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 165
Prefeitura Municipal de Nobres 169
Prefeitura Municipal de Nortelândia 187
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 188
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 191
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 202
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 202
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 203
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 203
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 208
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 208
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 208
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 209
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 210
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 211
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 220
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 223
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 223
Prefeitura Municipal de Paranatinga 225
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 226
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 226
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 228
Prefeitura Municipal de Poconé 229
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 230
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 230
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 231
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 231
Prefeitura Municipal de Poxoréu 231
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 233
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 235
Prefeitura Municipal de Rondolândia 235
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 251
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 251
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 251
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 252
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 259
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 265
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 266
Prefeitura Municipal de São José do Povo 316
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 316
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 319
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 320
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 320
Prefeitura Municipal de Tabaporã 320
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 327
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 328
Prefeitura Municipal de Tesouro 339
Prefeitura Municipal de Torixoréu 339
Prefeitura Municipal de União do Sul 340
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 346
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 347
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 355

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01-2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01-2018

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001-2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios- AMM, abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, considerando o que consta do presente processo administrativos de Inexigibilidade de licitação nº 001/2018, vem ratificar a declaração de Inexigibilidade de licitação para a Contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, da Associação Mato-grossense dos Municípios, mediante a prévia apresentação dos documentos de habilitação da empresa selecionada neste processo.

Cuiabá – MT, 22 de Maio de 2018

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001-2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001-2018

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Nos termos do artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 e as suas alterações, **HOMOLOGO** o **Processo de Licitação Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2018**, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, e por consequência **ADJUDICO** o certame cujo objeto é o **fornecimento de água e esgoto para atender as necessidades da AMM,** sendo contratada a empresa **AGUAS CUIABÁ S.A – CONCESSIONARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO**, para atender as necessidades desta Associação, o valor aproximado da contratação é de **R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).**

Cuiabá - MT, 22 de Maio de 2018.

NEURILAN FRAGA

Presidente da AMM

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA N° 017/2018

"Estabelece o enquadramento dos servidores da Câmara Municipal e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Água Boa/MT, **José Ari Zandoná**, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

Considerando o Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional, nos termos do Capítulo V, Art. 37º da Lei Complementar nº 109/2017 de 10 de abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - fica estabelecido o enquadramento funcional dos servidores efetivos da Câmara Municipal de acordo com termos do capítulo V, art. 37 e § 1º da Lei Complementar nº 109/2017 de 10 de abril de 2017, faz saber que:

SERVIDORES DE PROVIMENTO EFETIVO

Servidor	*Cargo*	*Enquadramento/Anterior*		*Enquadramento/Atual*	
		Classe	*Nível*	*Classe*	*Nível*
Adriana Marmet	*Telefonista*	*E*	*VI*	*E*	*VII*
Andréia Mignoso	*Agente Administrativo*	*C*	*VI*	*C*	*VII*
Gélci Giacomolli Stein	*Contador*	*E*	*IX*	*E*	*X*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 22 de maio de 2018

Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.

José Ari Zandoná

residente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
RESOLUÇÃO N° 001/2018

de 21 de maio de 2018.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA-MT, A FIRMAR CONVÊNIO COM RÁDIO COMUNITÁRIA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Sr. **JOSÉ ARI ZANDONÁ,** no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno da Câmara, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1°. - Fica o Poder Legislativo autorizado a celebrar convênio com a Rádio Comunitária de Água Boa - MT, objetivando o fortalecimento das publicações das ações da Câmara, bem como o cumprimento do Princípio da Transparência.

Art. 2°. - Para o cumprimento do disposto no artigo 1° fica o Poder Legislativo autorizado:

I - A efetuar repasse financeiro no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para execução do objeto deste convênio, conforme Plano de Trabalho anexo;

Art. 3°. - Para custear as despesas provenientes desta resolução será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 – Câmara Municipal

Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal

Função: 01

Subfunção: 122

Programa: 0001

Ação: 2001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento: 33.50.43 – Subvenções Sociais

Valor: R$ 10.000,00

Fonte: 01.00 – Recurso Ordinário

Art. 4° - No termo de convênio deverá constar obrigatoriamente, o prazo dos repasses, as condições do gerenciamento e o ônus das partes do convênio.

Art. 5° - O convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado desde que o conveniado manifeste interesse com antecedência em tempo hábil e atendido o interesse da Administração Pública.

Art. 6°. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Plenário "José Nogueira Paniago", aos 22 de maio de 2018.

JOSE ARI ZANDONÁ/DEM

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

ATO N.º 003/2018

ATO N.º 003/2018

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, anuênio de 2018, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 18 Parágrafo III da Lei Orgânica do Município combinado com o art. 27, II, "D" do Regimento Interno desta Casa de Leis, e nos termos do Edital de Concurso Público n.º 001/2017, com base nas motivações/considerando abaixo:

CONSIDERANDO que, houve a homologação do Concurso Público em data de 15/05/2018, via DECRETO LEGISLATIVO N.º 001/2018, pelos membros da Mesa Diretora;

CONSIDERANDO que, existe a necessidade de suprir as vagas existentes no seu quadro de pessoal, assim,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados a comparecerem ao Edifício Sede desta Câmara Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste ato, de acordo com o artigo 18 §. 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças - MT, Lei nº 292/1990, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Parágrafo Único - O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação sendo considerado desistente de vaga.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

NOME DO CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Rosimar Alves da Silva	Contador	1º Colocado - Aprovado
Gustavo Fortunato Nogueira Baldo	Agente Administrativo	1º Colocado - Aprovado

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício Sede do Poder Legislativo, Gabinete da Presidência, em 22 de maio de 2018.

JORGE HENRIQUE C. KONRAD JESULINA DE M. C. SOUZA

Presidente Vice-Presidente

WILSON PEREIRA DA SILVA JOSÉ PETRÍLIO G. BORGES

1º Secretário 2º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 064/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

R E S O L V E:

1. Designar o Servidor **HENRIQUE BARCELOS MORAES,** matrícula 340-1, para atuar como Representante Oficial da Câmara Municipal de Cáceres-MT, no que diz respeito a regularização dos documentos dos veículos oficiais desta Casa de Leis, tais como Certificado de Registro e Licenciamento, Seguro DPVAT e demais assuntos pertinentes, junto a CIRETRAN deste Município.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 071/2017.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Cáceres-MT, 21 de maio de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 003/2018

Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Colíder

Plenário das Deliberações

Projeto de Resolução 003/2018

Autor: Mesa Diretora

RESOLUÇÃO nº 003/2018

"Dispõe sobre recomposição salarial dos servidores e subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Colider-MT e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, Vereador JOSÉ ÉLCIO DE MATOS – Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Concede recomposição salarial aos Servidores concursados, comissionados da Câmara Municipal de Colider e ao subsídio dos Vereadores, no percentual de 1,69% (hum vírgula sessenta e nove pontos percentuais), sobre os vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 2018.

Parágrafo Únicoº - A recomposição de que trata o caput deste artigo, corresponde a perda inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, calculada entre os meses de maio de 2017 a abril de 2018.

Art. 2º - Fica o Poder Legislativo autorizado a atualizar as tabelas de vencimentos previstos no Plano de Cargos, Carreiras e Salários e alterações posteriores.

Art. 3º- As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Legislativo Municipal.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2018.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder-MT., em 21 de maio de 2018.

Vereador JOSÉ ELCIO DE MATOS - Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
LEI Nº 1.208/2018

LEI Nº 1.208/2018

Dispõe sobre critérios para desembarque de mulheres, de pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos e aos portadores de necessidades especiais, fora da parada de ônibus, nos veículos de transporte coletivo do Município de Diamantino e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que ela aprovou e o seu Presidente Ver. Jozenil Costa Lube, nos termos do § 7° do artigo 40 da Lei Orgânica Municipal, Promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Todas as empresas de transportes coletivos e urbanos do município de Diamantino estão dispensadas de obedecer aos lugares de parada obrigatória ou preestabelecidas dos pontos de ônibus para efeitos de desembarque de passageiros do sexo feminino, às pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos e aos portadores de necessidades especiais.

Art. 2º - Todos os transportes coletivos deverão parar para o desembarque de passageiros do sexo feminino, nos locais indicados por estes, ainda que fora do ponto de parada, desde que respeitando os itinerários originais das linhas e os preceitos decorrentes da correta condução do veículo, esculpidos pelo Código de Trânsito Nacional.

Art. 3º - As empresas de transporte coletivo deverão divulgar, em local de alta visibilidade, no espaço interno dos veículos, a garantia da nova regra do desembarque noturno para mulheres.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Diamantino/MT, 19 de abril de 2018.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2015

Terceiro termo aditivo ao contrato de fornecimento de Sistema/ software de gestão pública de nº 002/2015, que entre si fazem, de um lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO, e, do outro lado, a SERPREL ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA, nas condições abaixo e seguintes.

01- DAS PARTES

1.1 – CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 01.975.051/0001-00, com endereço na Av. Pedro Celestino nº 127, nesta cidade de Dom Aquino, centro, Mato Grosso, neste ato representado pela Presidente, o Sra. ADELSON MARTINS COIMBRA, brasileiro, solteiro, portadora da cédula de identidade RG: 803460-5 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n° 667.062.891-91, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE.**

1.2 - **SERPREL ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA – SERPREL CONSULTORIA**, com sede à Rua F, nº 90, Parque Eldorado, na cidade de Cuiabá-MT, inscrita no CNPJ sob o nº. 05. 403.765/0001-96, neste ato representada pelo sócio PEDRO APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, OAB-MT 7549, e CPF nº. 061.804.001-30, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

02- DAS ALTERAÇÕES

2.1 - Fica aditada a Cláusula sétima do contrato principal, com a prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato pelo período de 01 (um) ano, com vigência estipulada pelo presente aditivo no período de 01/06/2018 a 31/05/2019.

03- DA BASE LEGAL

3.1 - Fundamenta-se o presente termo aditivo no disposto no art. 57, incs. II e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelo disposto na cláusula sétima do contrato principal, com a presença do interesse público e conveniência administrativa em face do caráter de continuidade e essencialidade do serviço contratado, tendo-se em vista tratar-se de serviços essenciais à gestão, além de natureza de despesa continuada.

04- DO INTERESSE PÚBLICO

4.1 – O interesse público na prorrogação do contrato se faz presente na medida em que se vislumbra, no caso, a oportunidade e conveniência administrativa em dar continuidade na execução dos serviços atendidos pelos sistemas objeto do contrato principal, revelando-se mais econômico a prorrogação do contrato do que a realização de novo processo licitatório, posto que de outra forma ter-se-ia a descontinuidade dos citados serviços, impondo dificuldades para o andamento dos mesmos, o que representaria evidentes prejuízos à administração do legislativo municipal, necessidade que se atende com a simples prorrogação legal do citado contrato mediante aditivo, na forma prevista na Legislação Especial, por ser procedimento completamente legal.

05 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária código 01.001.01.031.0001.2001 – 3.3. 90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, constante do orçamento vigente e orçamento futuro.

06 - DA RATIFICAÇÃO

6.1 - Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições constantes do contrato principal, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

07 - O FORO

7.1 - Fica eleito o Foro da Comarca da administração da Contratante, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste Instrumento, quando não resolvidos por meios administrativos e amigáveis.

Por estarem as partes de pleno acordo, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Dom Aquino, em 22 de maio de 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO SERPREL CONSULTORIA

Adelson Martins Coimbra Pedro A. Oliveira

Contratante – Presidente Titular

TESTEMUNHAS:

01)_____

2)_____

Maria Aparecida V. da Silva Milton Rodrigues de Souza Junior

CPF..:255.052.621-04 CPF..: 733.741.561-34

CAMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2017

EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2017

1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 05/2017 – CELEBRADO ENTRE A CAMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT E A CONTRATADA **MARISTELA WEBER**.

OBJETO – **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE PÚBLICA EM CONFORMIDADE COM A LEI 4.320/64 E DEMAIS LEGISLAÇÕES VIGENTES**.

VALOR – R$ 41.225,00 (quarenta e um mil reais e duzentos e vinte e cinco reais);

VIGÊNCIA – 15 de abril a 31 de dezembro de 2018;

DATA – 15 DE abril DE 2018;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALTO DO RIO PARAGUAI

RESOLUÇÃO N° 008/2018 DE 10 DE MAIO DE 2018.

RESOLUÇÃO N° 008/2018 DE 10 DE MAIO DE 2018.

RESOLUÇÃO N° 008/2018 DE 10 DE MAIO DE 2018.

"Dispõe sobre alteração de Resolução nº 002/2018 de 03 de Janeiro de 2018 que nomeou para o Cargo de Secretária Administrativa do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, e da outras providências."

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que determina o estatuto, o regimento interno e a Resolução Nº 001/2009.

R E S O L V E

Art. 1º - Alterar a Resolução nº 002/2018 de 03 de Janeiro de 2018, que nomeou a Sra. **RONIGLEICE HENRIQUE DE OLIVEIRA**, brasileira, convivente, devidamente inscrita no CPF sob 030.009.111-70, portador da cédula de identidade RG nº 1821331-6, SSP/MT, residente e domiciliada a P. A. Raimundo da Rocha, Lote Nº 47,Sítio Bom Jesus da Lapa, Zona Rural, Nortelândia-MT, para ocupar o cargo de SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, a partir desta data.

Artº 2º - A alteração se dá em razão da deliberação tomada pelo Conselho Deliberativo em 09/05/2018 conforme Resolução nº 06/2018 que consolida e reformula a estrutura administrativa, quadro de pessoal, funções, cargos e vencimentos dos empregados do Consórcio, alterando a Resolução nº 003 de 02 de Janeiro de 2018 em seu artigo 3º, modificando o vencimento para R$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), bem como as funções do cargo.

Art. 3º - Passam a ser competências do cargo de Secretário (a) Administrativo (a):

Executar serviços de apoio administrativos atendendo a demanda das áreas;

Registrar, protocolar entrada e saída de documentos/expedientes bem como organizado e distribuir interna e internamente;

Executar serviços de datilografia e/ou digitação;

Organizar e manusear arquivos e fichários;

Atender público interno e externo à sua área em informações básica, bem como efetuar registros de atendimentos;

Efetuar preenchimento e emissão de formulários padronizados, guia de recolhimento, ordens de pagamentos, etc.;

Co2ntrolar e registrar o material de escritório;

Exercer apoio à administração do Consórcio;

Digitar documentos de entrada de dados referente ao sistema de atendimento através de terminais de computadores instalados na área;

Executar trabalhos de limpeza e conservação em geral nas dependências internas e externas do consórcio, bem como serviços de entrega, recebimento, confecção e atendimento, utilizando os materiais e instrumentos adequados e rotinas previamente definidas. Efetuar a limpeza e conservação de utensílios, móveis e equipamentos em geral, para mantê-los em condições de uso. Executar atividades de copa. Auxiliar na remoção de móveis e equipamentos. Separar os materiais recicláveis para descarte (vidraria, papéis, resíduos laboratoriais) Atender ao telefone, anotar e transmitir informações e recados, bem como receber, separar e entregar correspondências, papéis, jornais e outros materiais. Reabastecer os banheiros com papel higiênico, toalhas e sabonetes. Controlar o estoque e sugerir compras de materiais pertinentes de sua área de atuação. Executar outras atividades de apoio operacional ou correlata. Desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho. Executar o tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior. Cumprir com o horário determinado Cumprir com o disposto no Estatuto do consórcio. Colaborar com os técnicos do consórcio na atuação e elaboração de seus serviços

Preparar lanches, café, chá e outros.

Executar outras tarefas correlatas que lhe determinadas;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica revogadas as disposições em contrário.

CIDES do Alto do Rio Paraguai

Nortelândia-MT, em 10 de Maio de 2018

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Presidente Cides Alto do Rio Paraguai

RESOLUÇÃO N° 006/2018 DE 09 DE MAIO DE 2018.

RESOLUÇÃO N° 006/2018 DE 09 DE MAIO DE 2018.

RESOLUÇÃO N° 006/2018 DE 09 DE MAIO DE 2018.

"Dispõe sobre alteração do artigo que nomeou para o Cargo de Secretária Administrativa do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, e da outras providências."

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que determina o estatuto, o regimento interno e a Resolução Nº 001/2009.

Considerando, a alteração deliberada pelo Conselho Deliberativo em 09/05/2018 que consolida e reformula a estrutura administrativa, quadro de pessoal, funções, cargos e vencimentos dos empregados do Consórcio, alterando a Resolução nº 003 de 02 de Janeiro de 2018 em seu artigo 3º, modificando a tabela e o vencimento constante, bem como as funções do cargo.

RESOLVE

Artº 1º - Passa a vigorar a partir desta data a seguinte tabela salarial em seus respectivos cargos

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	GRAU DE ESCOLARIDADE	TIPO CARGO	REMUNERAÇÃO
Secretário (a) Executivo (a)	01	40 h semanais	Superior	Nomeação	R$ 4.568.16
Secretário (a) Administrativo (a)	01	40 h Semanais	Ensino Médio	Nomeação	R$ 1.800,00
Vigia	01	40 h Semanais	Médio	CLT	R$ 954,00

Art. 2º - Passam a ser competências do cargo de Secretário (a) Administrativo (a):

Executar serviços de apoio administrativos atendendo a demanda das áreas;

Registrar, protocolar entrada e saída de documentos/expedientes bem como organizado e distribuir interna e internamente;

Executar serviços de datilografia e/ou digitação;

Organizar e manusear arquivos e fichários;

Atender público interno e externo à sua área em informações básica, bem como efetuar registros de atendimentos;

Efetuar preenchimento e emissão de formulários padronizados, guia de recolhimento, ordens de pagamentos, etc.;

Controlar e registrar o material de escritório;

Exercer apoio à administração do Consórcio;

Digitar documentos de entrada de dados referente ao sistema de atendimento através de terminais de computadores instalados na área;

Executar trabalhos de limpeza e conservação em geral nas dependências internas e externas do consórcio, bem como serviços de entrega, recebimento, confecção e atendimento, utilizando os materiais e instrumentos adequados e rotinas previamente definidas. Efetuar a limpeza e conservação de utensílios, móveis e equipamentos em geral, para mantê-los em condições de uso. Executar atividades de copa. Auxiliar na remoção de móveis e equipamentos. Separar os materiais recicláveis para descarte (vidraria, papéis, resíduos laboratoriais) Atender ao telefone, anotar e transmitir informações e recados, bem como receber, separar e entregar correspondências, papéis, jornais e outros materiais. Reabastecer os banheiros com papel higiênico, toalhas e sabonetes. Controlar o estoque e sugerir compras de materiais pertinentes de sua área de atuação. Executar outras atividades de apoio operacional ou correlata. Desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho. Executar o tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior. Cumprir com o horário determinado Cumprir com o disposto no Estatuto do consórcio. Colaborar com os técnicos do consórcio na atuação e elaboração de seus serviços

Preparar lanches, café, chá e outros.

Executar outras tarefas correlatas que lhe determinadas;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica revogadas as disposições em contrário.

CIDES do Alto do Rio Paraguai

Nortelândia-MT, em 09 de Maio de 2018

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Presidente Cides Alto do Rio Paraguai

RESOLUÇÃO NORMATIVA 07/2018, DE 09 DE MAIO DE 2018

RESOLUÇÃO NORMATIVA 07/2018, DE 09 de Maio DE 2018

"Aprova a aplicabilidade da Lei Estadual nº 10.534, de 13/04/2017 que "Dispõe sobre correção monetária dos valores das modalidades licitatórias no âmbito do Estado de Mato Grosso", nos processos de contratação de obras e serviços de engenharia, bem como para compras e serviços realizados pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Cláusula Vigésima do Contrato de Consórcio Público;

CONSIDERANDO a dicção do art. 120 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Julho de 1993, que dispõe sobre as normas para licitações e contratos da Administração Pública, entre outras providências;

CONSIDERANDO ainda a deliberação acerca da Resolução de Consulta nº 017, de 09 de setembro de 2014 do Tribunal de Contas de Mato Grosso, concluindo pela legalidade dos chefes do poder executivo em promover a atualização monetária dos valores fixados na Lei Federal nº 8.666/1993, tão somente com base no indexador e na periodicidade nacionalmente fixados pelo artigo 120 da referida lei, entre outros esclarecimentos correlatos;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, recentemente julgou improcedentes 14 (quatorze) ações diretas de inconstitucionalidade arguidas pela Procuradoria Geral de Justiça contra leis municipais que corrigiram monetariamente os valores previstos nos incisos I e II, do art. 23, da Lei Federal nº 8.666/1993, pelo índice Geral de Preços

de Mercado (IGP –M/FGV), por entenderem que prevalece o princípio da autonomia federativa, bem como tal iniciativa não fere a constituição estadual tampouco a Lei Federal supramencionada, uma vez que não se trata de alteração em dispositivos da legislação federal, o que seria atribuição da União, e, sim, atualização de valores, os quais a União deixou de fazê-lo, mesmo existindo previsão para tanto;

CONSIDERANDO a edição da Lei Estadual nº 10.534, de 13 de abril de 2017, a qual corrigiu monetariamente os valores das modalidades licitatórias no âmbito do Estado de Mato Grosso, pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV), utilizando cálculo do Banco Central do Brasil;

CONSIDERANDO que a Resolução Normativa é o instrumento legal regulador das decisões e diretrizes a serem seguidas no âmbito administrativo do Consórcio, tendo a mesma que ser aprovada em Assembleia Geral por seus entes consorciados para que possa produzir seus jurídicos e legais efeitos;

FAZ SABER, que a Assembleia Geral Extraordinária de 09 de Maio de 2018 aprovou e eu sanciono a seguinte **RESOLUÇÃO:**

Art. 1º Aprova a aplicabilidade dos valores referendados na Lei Estadual nº 10.534, de 13/04/2017**que, *"Dispõe sobre correção monetária dos valores das modalidades licitatórias no âmbito do Estado de Mato Grosso"***, nos processos de contratação de obras e serviços de engenharia, bem como nas compras e serviços, a serem realizados pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, nos exatos termos da Lei supra.

Art. 2º. A presente Resolução submete-se *in totum a*os dispositivos contidos na Lei supra citada, uma vez que, a presente Resolução está apenas por regulamentar a aplicabilidade, por analogia, de normativo estadual no âmbito do consórcio, razão pela qual a lei retro mencionada faz parte integrante da presente Resolução Normativa.

Art. 3º. Toda e qualquer alteração no texto da legislação em comento, será automaticamente incorporada a presente Resolução, tendo em vista, ser a Lei supramencionada o sustentáculo jurídico e legal da existência desta Resolução.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício sede do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, aos nove dias do Mês de Maio do ano de dois mil e dezoito.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP N. 006-2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PEIXOTO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 006/2018

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, através da Equipe de Pregoeiro, torna-se público que realizará no próximo dia **15 de junho de 2018, às 08:00 horas**, na Sede do Consórcio, o **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2018,** com objeto de **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, E RADIOLÓGICOS EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – anexo I, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS, em atendimento ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto,** localizado na Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, Cep: 78.530-000, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,conforme **EDITAL Nº 010/2018,** que poderá ser adquirido pelo e-mail: cisvaledopeixoto@gmail.com, ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.cisvaledopeixoto.com.br, e maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 07h às 11h e 13h às 17h, ou pelo fone (66) 3575-2489.

Peixoto de Azevedo MT, 22 de Maio de 2018.

ACIOMAR MARQUES CARVALHO

Pregoeiro do CISVP

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

PREGÃO PRESENCIAL 002 2018

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Gestão de Saúde Pública, Assessoria, capacitação, Desenvolvimento Profissional e Educação Continuada, para atender as Secretarias Municipais de Saúde dos 15 municípios integrantes deste Consórcio.

Data: 08/06/2018

Entrega Envelopes e do credenciamento: Das 8:30 h às 9 h

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas

Local: Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires – situado na Avenida Blumenau, 500, Jardim Amazônia- Sorriso/MT. CEP 78.890-000.

Edital Completo: Disponível na sede do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires e no Site www.consorciovaledotelespires.com.br.

Sorriso- MT, 22 de maio de 2018.

Angélica Tamara dos Santos

Pregoeira

12º RATIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 007/2017

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2017 - CREDENCIAMENTO 007/2017

12º RATIFICAÇÃO

O Presidente do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, Sr. **Ari Genezio Lafin**, torna público, que tendo concordado com a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica, no processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 007/2017 - Credenciamento Nº 007/2017, Credenciamento para prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo **CONSULTAS E EXAMES**, para atendimento da demanda dos 15 (quinze) municípios integrantes do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas rede Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, à pacientes encaminhados pelos Municípios, a Empresa**: CLINICA MÉDICA DE PNEUMOGIA DE ITABUNA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ com o nº 04.488.622/0001-61, em conformidade com as disposições contratuais, onde formulou-se expediente de Inexigibilidade de Licitação com fulcro nas disposições do art. 25 da Lei 8.666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação referida.

SEGUEM PROCEDIMENTOS HABILITADOS A SEREM CREDENCIADOS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2017:

EMPRESA: CLINICA MÉDICA DE PNEUMOGIA DE ITABUNA LTDA EPP

CNPJ nº 04.488.622/0001-61

CONSULTAS ESPECIALIZADAS	
PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
CONSULTA EM PNEUMOLOGISTA	R$ 120,00
EXAMES	
PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
ESPIROMETRIA OU PROVA DE FUNCAO PULMONAR COMPLETA COM BRONCODILATADOR COM LAUDO	R$ 130,00

Sorriso-MT, 22 de maio de 2018

Ari Genezio Lafin

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 015/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO 015/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 3161/2018, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 1738/2005 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 015/2018.

OBJETO: Futura e eventual aquisição de materiais e insumos para a UCT – Unidade de Coleta e Transfusão de Sangue da Secretaria de Saúde de Água Boa-MT.

DATA: 07/06/2018.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.comprasgovernamentais.gov.br e através do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 22 de maio de 2018.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira

RESULTADO DE LICITAÇÃO E REABERTURA DE PRAZO

MODALIDADE LEILÃO 002/2018

A Leiloeira Administrativa da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada pelo Decreto 3180/2018; torna público o resultado da sessão marcada para o dia 22/05/2018 foi: **DESERTA.**

Reabre-se o prazo para apresentação de habilitação e proposta de preço para o dia 08/06/2018, as 8h30min, na sede da Prefeitura Municipal.

Água Boa, 22 de maio de 2018.

Ivania Cezira Volpi

Leiloeira Administrativa

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto Nº. 3136/2018, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 02/05/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial Para Registro de Preços, teve como vencedora a empresa: MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ: 07.657.198/0001-20.

Água Boa M/T, 22 de maio de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, torna público para conhecimento de interessados, que, com base na Lei no 10.520/2002, Dec. Mun. 019/2009, 001/2010, subsidiaria na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, aviso de resultado de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para "**Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Pneus e Câmaras para atender todas as Secretarias do município".** Aberta no dia 22 de Maio de 2018, às 13:00 horas, teve como vencedores as empresas POSTO TIGRAO LTDA com valor R$ 336.285,00; L ANTONIO DE CASTRO ME com valor R$ 462.127,50.

Alto Boa Vista, 22 de Maio de 2018.

Cristiano Rubin Parizotto

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2018

O senhor **CLAUDINEI SINGOLANO, Prefeito Municipal de Alto Garças – MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e;

CONSIDERANDO, que o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, em seu Anexo I – Quadro de Funções prevê para o cargo de Técnico Administrativo Educacional – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – Não profissionalizado a disponibilidade de 25 (vinte e cinco) vagas mais Cadastro de Reserva;

CONSIDERANDO, que o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, dispõe em seu item 18.3 que "durante a vigência do processo seletivo simplificado, na hipótese de abertura de novas vagas, por vacância ou necessidade do Órgão, ficam considerados, os candidatos classificados que excederem a quantia de vagas neste Edital, como **Cadastro de Reserva,** obedecida rigorosamente, a ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei.

CONSIDERANDO, Ofício nº 077/2018/SME/MJMC, enviado pela Secretaria Municipal de Educação informando o surgimento de novas vagas no quadro da Municipalidade em decorrência de motivos diversos, exigindo-se a contratação de novos servidores para os respectivos cargos;

CONSIDERANDO, se tratar de funções relativas à área da rede municipal de ensino, ou seja, serviços de caráter essencial e natureza continuada;

CONSIDERANDO, que a Constituição Federal dispõe em ser art. 37, inciso IX, que "**a lei** estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público";

CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº 887/2011 que disciplina as contratações por tempo determinado, dispõe em seu art. 2º que "Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: [...] IV - continuidade dos serviços de educação através de admissão de professores e pessoal de apoio";

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Coronel Cajango, nº 1369, Centro, no horário das 12:00 as 18:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, ocasionando a perda da respectiva vaga:

Cargo: Técnico Administrativo Educacional/Auxiliar Desenvolvimento Infantil

36	Iraildes Pereira da Silva

Alto Garças – MT, 21 de Maio de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 30/2018 PREGÃO N°027/2018

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 54/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2018

No dia 17 do mês de Maio do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2018, Processo Licitatório nº. 54/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CERCA COM MOURÕES DE CONCRETO E DE MADEIRA, PARA FECHAMENTO EM TORNO DO LOCAL DESTINADO AO DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3696	J FREITAS ROCHA EIRELI	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
J FREITAS ROCHA EIRELI	29.450.690/0001-62	JOSEFRAN FREITAS ROCHA	011.651.981-93

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CERCA COM MOURÕES DE CONCRETO E DE MADEIRA, PARA FECHAMENTO EM TORNO DO LOCAL DESTINADO AO DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 3696 - J FREITAS ROCHA EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONSTRUÇÃO DE CERCA COM MOURÕES DE CONCRETO E DE MADEIRA	UN		1,000	61.440,0000	61.440,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,17 de Maio de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

J FREITAS ROCHA EIRELI CNPJ: 29.450.690/0001-62

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº 54/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria n° 004/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CERCA COM MOURÕES DE CONCRETO E DE MADEIRA, PARA FECHAMENTO EM TORNO DO LOCAL DESTINADO AO DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS**, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para o(s) item(ns) a seguir: J FREITAS ROCHA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 29.450.690/0001-62, ITEM 1, com o valor total de R$ 61.440,00 (sessenta e um mil e quatrocentos e quarenta reais). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados às classificadas conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com. Alto Garças - MT, 17 de maio de 2018. **Alessandra da Silva Dias-Pregoeira.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 069/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço por Item, no **dia 08 de junho de 2018, às 13:00 horas**, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA, INCLUINDO, CONSERTOS, MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS E PINTURAS EXCLUSIVAS PARA O ACABAMENTO DOS SERVIÇOS REALIZADOS, COM FORNECIMENTO DE TODA MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 22 de maio de 2018. Alessandra da Silva Dias – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 137/2018

PORTARIA 137/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias ao Servidor Publico Municipal o Sr. **GILBERTO DA SILVA CHAGAS–** Titular do Cargo Efetivo de **SERVIÇO DE APOIO I – AUX DE CAMPO , lotado junto a Secretaria Municipal de Receita e Controle, a partir do dia 02/04/2018 até o dia 02/05/2018, referente o período aquisitivo de 2017/2018.**

Art. 2º - Conceder **30 (Trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **MARIA DE JESUS ALVES COSTA –** Titular do Cargo Efetivo de **SERVIÇO DE APOIO I - CONTINUO, lotado** junto a Secretaria Municipal de Infra Estutura, a partir do dia 02/04/2018 até o dia 02/05/2018, referente o período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 3º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **EDENIL LARA DA SILVA –** Titular do Cargo Eletivo de **CONSELHEIRO TUTELAR,** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir do dia 01/04/2018 até o dia 01/05/2018, referente o período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 4º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **ILDES GRAVE MAY – Titular do Cargo Efetivo de APOIO ADM EDUC – I PROFI 30HS- CONTINUO,** junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 16/04/2018 até o dia 16/05/2018, referente o período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 5º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **LUCIVANIA ORMOND DA SILVA CHAGAS –** Titular do Cargo Efetivo de **PROFESSOR – 25 HORAS SEMANAIS,** junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 01/04/2018 até o dia 01/05/2018, referente o período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 6º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias ao Servidor Publico Municipal o Sr. **RAMON GOMES COSTA –** Titular do Cargo efetivo de **TECNICO – TECNICO ADMINISTRATIVO,** junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 02/04/2018 até o dia 02/05/2018, referente o período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 7º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias ao Servidor Publico Municipal o Sr. **ALEXIVALDO LEITE ARAUJO –** Titular do Cargo efetivo de **SERVIÇO DE APOIO I 40 HORAS SEMANAIS,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 23/04/2018 até o dia 23/05/2018, referente o período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 8º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **ELIZABETE MENDES BORGES PEDROSO –** Titular do Cargo Efetivo de **TECNICO DE NIVEL SUPERIOR- ASSISTENTE ,** junto a Secretaria Municipal de Saude, a partir do dia 02/04/2018 até o dia 02/05/2018, referente o período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 9º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **ESMERALDA JESUS DE VIANA –** Titular do Cargo efetivo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE- ACS,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 02/04/2018 até o dia 02/05/2018, referente o período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 10º - Conceder **20 (vinte) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **LAURA LETICIA PINHEIRO BENEVIDES –** Titular do Cargo efetivo de **ODONTOLOGO – TEC. NIVEL SUPERIOR DA SAÚDE , junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir do dia 02/04/2018 até o dia 22/04/2018, referente o período aquisitivo de 2015/2016.**

Art. 11º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias ao Servidor Publico Municipal o Sr. **JUCELINO MANOEL DA SILVA –** Titular do Cargo efetivo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE,** junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir do dia 02/04/2018 até o dia 02/05/2018, referente o período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 11º - Conceder **20 (vinte) dias** de Férias ao Servidor Publico Municipal a Sra. **ALINE DE PAZOS TABOSA –** Titular do Cargo Comissionado de **CHEFE DE DEPTO – DAS 5,** junto ao Gabinete Do Prefeito a partir do dia 02/04/2018 até o dia 22/04/2018, referente o período aquisitivo de 2017/2018.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Mun. de Alto Paraguai – MT, 30 de Abril de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 011/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 011/2018

A Prefeita do Município de Paraguai-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em especial o art. 37, item IX da constituição Federal e o disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018.

C O N V O C A

Os abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado, homologado pelo Decreto Municipal nº 086/2018, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT, no horário das 7h00 às 11h00 ou 13h00 as 17h00, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando as seguintes documentações:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito);

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento

f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

g) Comprovante de Endereço;

h) Uma fotografia, tamanho 3x4 recente, colorida;

i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional /especialidade, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no conselho de classe;

j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo para demonstração de compatibilidade com o horário disponível interesse do Órgão Público;

l) Declaração de antecedentes criminais;

m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas publicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

n) Atestado médico, firmado por profissional da área de medicina trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental;

o) Comprovante de Conta Corrente ou / Salário;

p) Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos (menores de 18 anos);

q) declaração de Escolaridade dos Filhos (menores de 18 anos);

r) Cópia do Cartão de Vacina dos Filhos (menores de 18 anos);

s) Cópia do CPF de Dependente maior de 18 anos;

t) Cópia CPF do Pai e da Mãe;

u) Cópia CPF do Cônjuge (se casado);

v) Cópia da carteira de Trabalho;

w) Demais documentos, se necessários, solicitados pelo Município.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA,** quanto ao Preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservados e á Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: VIGIA- CRAS

Inscrição Nº 3210– JADSON CHAVES DO NASCIMENTO – Classificação----01°

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (LIMPEZA URBANA)

Inscrição Nº 750– PAULO CESAR PEDROSO DA SILVA – Classificação-----06°

Gabinete da Prefeita 22 de Maio de 2018.

PORTARIA 136/2018

PORTARIA 136/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar e estabelecer as Normas sobre o Regime Jurídico estabelecido pelas Leis Municipais 11 de 19/11/1990, 264 de 02/08/2010, 265 02/08/2010 e 247 de 01/03/2010, que Dispõem sobre o Estatuto e dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos d o Município de Alto Paraguai-MT.

RESOLVE:

Art. 1º. – Reenquadrar, a servidora municipal ARCELIA GOES QUIGUNA LUNDQUIST matricula 1601, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **265 A-01** PARA NIVEL **265 A- 02**.

Art. 2º. – Reenquadrar, o servidor municipal LUZINETH DOMINGAS PINTO matricula 1602, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **262 A-01** PARA NIVEL **262 A- 02**.

Art. 3º. – Reenquadrar, o servidor municipal MARCIONE DE OLIVEIRA matricula 1606, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **262 A-01** PARA NIVEL **262 A- 02**.

Art. 4º. – Reenquadrar, o servidor municipal MARICLEIA DA COSTA CARVALHO matricula 1603, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **274 A-01** PARA NIVEL **274 A- 02**.

Art. 5º. – Reenquadrar, a servidora municipal REJANE RODRIGUES LEITE matricula 1605, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **255 A-01** PARA NIVEL **255 A- 02**.

Art. 6º. – Reenquadrar, a servidora municipal ANTONIO MARCOS DE ALMEIDA matricula 654, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **258 C-03** PARA NIVEL **258 C- 04**.

Art. 7º. – Reenquadrar, a servidora municipal SIMONE RAMOS NEVES matricula 1083, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **179 A-02** PARA NIVEL **179 A- 03**.

Art. 8º. – Reenquadrar, a servidora municipal VALDECY TIBALDE DA SILVA matricula 151, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **223 B-05** PARA NIVEL **223 B- 06**.

Art. 9º. – Reenquadrar, a servidora municipal CREUZA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA matricula 40, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **167 D-08** PARA NIVEL **167 D- 09**.

Art. 10º. – Reenquadrar, a servidora municipal LUCIA PATRICIA SANTOS OLIVEIRA matricula 1080, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **245 B-03** PARA NIVEL **245 C- 03**.

Art. 11º. – Reenquadrar, a servidora municipal MARISELMA SANTIAGO DE OLIVEIRA matricula 1091, que adquiriu o direito á elevação de CLASSE **170 A-03** PARA CLASSE **170 B- 03**.

Art. 26º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 30 de Maio de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 160/2018

PORTARIA 160/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo, e tendo o que dispõe a Lei 8.666/1983 e a Lei Federal 10.520/2002.

RESOLVE:

Art. 1º. – Fica **instituída a Comissão de Licitações** no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, com a seguinte composição:

Presidente: **HIOSIANI VANNI MASSAROLO** - CPF: 690.245.611-91

Secretario: **YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA -** CPF: 037.765.051-09

Membro: **JONAS BOTAN**- CPF: 411.846.701-10

Suplente: **FERNANDA PALMEIRA DE CARVALHO –** CPF: 049.699.921-42

Parágrafo único- A Comissão de Licitação será responsável pelas modalidades Concorrência Pública, Dispensa, Inexigibilidade, Credenciamento e Tomada de Preço desde o Edital que ficará indicado em cada certame licitatório até a sua homologação/adjudicação.

Art. 2°. –Ficam **designados para atuar como Pregoeiro** em licitações na modalidade de pregão e Adesões de Atas de Registro de Preço (responsável pelo processo desde o Edital até a homologação/adjudicação), no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai- MT, ao senhor **YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA**- CPF: 037.765.051-09- Pregoeiro Oficial.

Art. 3º. Ficam designados para atuarem como equipe de apoio em Licitações na modalidade de Pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, as senhoras:

Equipe de Apoio: **MARIA APARECIDA DE ALMEIDA OLIVEIRA**- CPF: 411.846.701-10

Equipe de Apoio: **FERNANDA PALMEIRA DE CARVALHO**- CPF: 049.699.921.42

Parágrafo único- o Edital indicará os membros da Equipe de apoio para atuarem no certame dos Pregões.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 041/2018 do dia 01/02/2018, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se, Registra-se, Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 21 de Maio de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

LEI N.º 957/2018

"Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar, com Recurso do Convênio do Ministério das Cidades – Programa PAC 2".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari - MT, na pessoa do Senhor Fábio Mauri Garbugio, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1º- Fica o **Poder Executivo Municipal** autorizado a realizar abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por fonte de recurso do convênio do Ministério das Cidades** no valor de **R$. 1.291.292,45 (um milhão, duzentos e noventa e um mil, duzentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos),** no orçamento vigente, **LOA 2018**, **Lei 924/2017**, nos termos do artigo 42 e 43 da Lei n.º 4.320/64**,** para atender a seguinte dotação orçamentária, do recurso do convênio do Ministério das Cidades – Programa PAC 2:

02- PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

070 - SECRETARIA M.DE INFRA-EST.URB.VIAÇÃO, OBRAS E PLANEJAMENTO

154519420.1182 – Executar Programa PAC - 2

4490510000 – Obras e Instalações R$. 1.291.292,45

Fr: 0324054000 – Superavit Fin. Exerc. Anteriores – R$. 182.054,84

Fr: 0124054000 – Transferencia Conv. da União – R$. 1.109.237,61

Art. 2º - Para suplementar a dotação no artigo anterior, será utilizado recursos do Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 0352336-89/2011/MCIDADES/CAIXA, por superávit financeiro de exercícios anteriores; no valor de R$. 182.054,84 (cento e oitenta e dois mil e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos); e mais; com fonte de recurso do convênio no exercício corrente; no valor de R$. 1.109.237,61 (um milhão, cento e nove mil e duzentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos); já recebido no exercício, disponível na citada conta bancaria do convênio, de acordo com o artigo 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

§ Único - Integram este Ato os seguintes Anexos:

I. Extrato da Conta Bancária 647001-8 (Convênio PAC II);

II. Termo Aditivo ao Termo de Compromisso Nº 0352336-89/2011/MCIDADES/CAIXA.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari, 22 de maio de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 171/2018

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DE CONCURSOS

PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

FÁBIO MAURI GARBUGIO, Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado

do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

NOMEIA

Art. 1º. Ficam nomeados os funcionários e servidores municipais,

abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora de Concursos Públicos, destinado ao

provimento de cargos de seu Quadro de Pessoal, nos termos da legislação pertinente e das normas

estabelecidas em Edital.

1- Michelle Arantes Mancine Presidente

2- João Paulo Masson Fernandes membro

3- Lucia Helena do Nacimento membro

Art. 2º. A Comissão Organizadora de Concursos Públicos deverá

auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos trabalhos referentes aos Concursos Públicos.

Art. 3º. Os trabalhos efetuados pela Comissão Organizadora serão

considerados de relevância a Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT, porém sem ônus ao erário

público;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT, aos 22 dias do mês de maio de 2018.

FÁBIO MAURI GARBUGIO

PREFEITO MUNICIPAL

CONVÊNIO N.º 04/2018

QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL E, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Groso, sita à Avenida Macário Subtil de Oliveira nº 848, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.362.680/0001-56, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **FABIO MAURI GARBUGIO**, brasileiro, casado, empresário, portador do Documento de Identidade RG n.º 4635589-0 SSP/PR e devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 899.868.069-68, residente e domiciliado na Rua Nove, n.º 90, Jardim Gabriela, na cidade de Alto Taquari, estado de Mato Grosso, **CONCEDENTE**, e o **ROTARY CLUB** do Município de Alto Taquari-MT, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.419.712/0001-63, com sede no município de Alto Taquari, a Rua Feliz de Souza Pina, neste ato representado por seu presidente, Nelson Gonçalves Dahlem, portador do Documento de Identidade RG nº 15567923 SSP/MT, e devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 004.378.381-37, doravante denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio de conformidade com a Lei Municipal n.º 955/2018 e a Lei n.º 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA – Este Convênio tem por objeto o repasse de verba no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), que serão utilizados somente para Pagamento do Instrutor da Escolinha de Futebol, vinculado ao CONVENENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO – o valor acima mencionado será repassado em duas parcelas iguais e consecutivas, a primeira até o final do mês em referência (maio/2018) e a segunda no mês subsequente (junho/2018).

DAS OBRIGAÇÕES

CLAUSULA SEGUNDA – São obrigações:

I – DA CONCEDENTE

I. Destinar ao Rotary Club de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, a verba mencionada na Cláusula Primeira, nos termos da Lei Municipal n.º 955/2018 de 10 de maio de 2018.

II – DO CONVENENTE

I. Utilizar o repasse financeiro exclusivamente para pagamento do instrutor da escolinha de futebol, pelas aulas ministradas às crianças e adolescentes participantes do programa, nos dias e horários estabelecidos pela Lei Municipal nº. 955/2018; II. Prestar contas mensalmente para o município dos recebimentos referente ao repasse, bem como apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos).

DA VIGÊNCIA

CLAUSULA TERCEIRA – O presente convênio terá vigência a partir da desta data, ou seja, 10 de maio de 2018 até 10 de julho de 2019.

DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPES

CLAUSULA QUINTA - Este Convênio deverá ser executado, fielmente, pelos partícipes, de acordo com as clausulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial a que tiver dado causa.

DA PUBLICIDADE

CLAUSULA SEXTA – A publicidade dos atos praticados em função deste Convênio deverá restringir-se ao caráter informativo ou de orientação

social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

DA PUBLICAÇÃO

CLAUSULA SÉTIMA – Este Convênio, bem como os seus eventuais Termos Aditivos, serão publicados em extrato, no diário Oficial do Estado, que será providenciado pelo CONCEDENTE até o quinto dia útil do mês seguinte de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data.

DA DENÚNCIA

CLAUSULA OITAVA – O presente Convênio poderá ser denunciado formalmente e expressamente, a qualquer momento, pelos partícipes, imputando-lhes, obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

DA EXECUÇÃO

CLAUSULA NONA – São executores do presente convênio:

a) - Como representante do Município, o Prefeito Municipal ou quem por ele for designado;

b) - Como representante do Rotary Club, o Sr. Nelson Gonçalves Dahlem responsável ou quem por ele for designado.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLAUSULA DÉCIMA – As comunicações entre os CONVENENTES, inclusive reclamações, notificações e petições, sobre o presente Convênio, serão feitas por escrito e remetidas aos endereços constantes do preâmbulo deste Termo.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – É facultado aos partícipes denunciar ou rescindir este Convênio, a qualquer tempo, enviando notificação, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, aos demais partícipes, sendo-lhes imputadas as responsabilidades pelas obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

DO FORO

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – Fica eleito o foro da Comarca de Alto Taquari-MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação, aplicação ou execução deste Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo nomeadas.

Alto Taquari-MT, 10 de maio de 2018.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

(Concedente)

NELSON GONÇALVES DAHLEN

Presidente do Rotary Club de Alto Taquari/MT

(Convenente)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI Nº 959/2018

"Dispõe sobre a criação de vagas que menciona, altera anexos da Lei 390/2004 e Lei Municipal nº. 661/2011 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT, na pessoa do Senhor Fabio Mauri Garbugio, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art.1º - Fica o poder executivo autorizado à criação de **01** (**uma) vaga para o cargo de Técnico em Saúde Bucal (TSB)** para suprir a necessidade da Unidade Saúde da Família III localizada no Bairro Coachol, e **03 (três) vagas para Agente de Combate a Endemias** para suprir a necessidade da Vigilância Ambiental, cargos lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O **cargo de Agente de Combate a Endemias** têm como piso salarial R$ 1.014,00 (hum mil e quatorze reais) repassados do governo federal através do Fundo Nacional de Saúde (Bloco Vigilância em Saúde 95% no valor de R$ 4816,50 e 5% 253,50) por mês ao município, e as obrigações patronais são pagas através de recurso próprio.

Parágrafo Único: Além das atribuições dos cargos definidas em lei própria, os profissionais em questão, também deverão cumprir as regras estabelecidas pela Lei Municipal **Lei Complementar Nº 018/2017 (**Estabelece o Plano de Carreira e Remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agente de Combate a Endemias (ACE) e dá outras providências).

Art. 3º - As vagas criadas nesta lei serão preenchidas por meio de processo seletivo publico para atender a necessidade da Unidade de Saúde III.

Art.4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Taquari/MT, 22 de maio de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

CONVÊNIO N.º 05/2018

QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI E ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS UNIVERSÁRIOS DE ALTO TAQUARI, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 888/2017.

O **MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Groso, sita à Avenida Macário Subtil de Oliveira nº 848, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **FABIO MAURI GARBUGIO**, brasileiro, casado,

empresário, portador do Documento de Identidade RG n.º 4635589-0 SSP/PR e devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 899.868.069-68, residente e domiciliado na Rua Nove, n.º 90, Jardim Gabriela, na cidade de Alto Taquari, estado de Mato Grosso, **CONCEDENTE**, e a **ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS UNIVERSITÁRIOS DE ALTO TAQUARI**, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.692.444/0001-91, com sede no município de Alto Taquari, a Rua Francisco Mendes de Moraes, nº 1385, sala 02, Centro, neste ato representado por seu presidente, a Sra. **JOELMA COIMBRA DOS SANTOS**, portadora do Documento de Identidade RG nº 1364873 SSP/MS e devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 001.611.551-11, doravante denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio de conformidade com a Lei Municipal n.º 888/2017 e a Lei n.º 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA – Este Convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros para custear o transporte rodoviário de acadêmicos de ALTO TAQUARI-MT à cidade de MINEIROS-GO e de ALTO TAQUARI-MT á cidade de ALTO ARAGUAIA-MT, de segunda a sexta-feira, para realização dos cursos de ensino superior de graduação e/ou pós-graduação.

DAS OBRIGAÇÕES

CLAUSULA SEGUNDA – São obrigações:

I – DA CONCEDENTE

I. Repassar os recursos financeiros no valor de até R$ 249.600,00 (Duzentos e quarenta e nove mil e seiscentos reais), em 08 (oito) parcelas mensais no valor de R$ 31.200,00 (Trinta e um mil e duzentos reais) cada, conforme cronograma financeiro e disponibilidade financeira do MUNICÍPIO. II. Analisar a prestação de contas da Entidade Convenente, que após aprovação, fará o arquivamento das mesmas, ficando à disposição do controle interno do MUNICÍPIO, e externo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. III. Prorrogar "de ofício" a vigência deste instrumento, quando houver atraso na liberação da parcela do convênio, limitada à prorrogação pelo exato período do atraso verificado. IV. Proceder ao registro do presente Convênio junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. V. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Convênio, observando se os recursos estão sendo aplicados na execução do objeto conveniado e de conformidade com o plano de trabalho aprovado. VI. Examinar e aprovar, quando propostas, as excepcionais reformulações no Plano de Trabalho, bem como no Cronograma de Desembolso. VII. Proceder à publicação do presente instrumento, por Extrato, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura. VIII. Encaminhar, caso solicitado, após análise, a prestação de contas final ao Tribunal de Contas do Estado.

II - DO CONVENENTE

I. Aplicar os valores para os fins que destina este Termo, conforme Cronograma de Execução das Metas Físicas, sob pena de restituí-lo ao MUNICÍPIO devidamente atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável. II. Contratar serviço de transporte rodoviário adequado para os acadêmicos que cursam graduação nas Faculdades/Universidades da cidade de Mineiros-GO e Alto Araguaia-MT, a fim de que sejam transportados de segunda a sexta-feira. III. Apresentar na contratação dos serviços ao menos 03 cotações de preços dos serviços. IV. Movimentar os recursos oriundos deste Termo em conta específica aberta para este fim. V. Prestar contas mensalmente dos recursos provenientes deste Termo, devidamente assinada pelo presidente da Associação, acompanhada de **cópias de cheques, extratos bancários, documentos fiscais, recibos ou equivalentes, orçamentos, bem como Atestado de recebimento dos Serviços por no mínimo três acadêmicos**, e em total conformidade com as regras estabelecidas pela Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE-MT Nº 01/2005, e demais normas regulamentares. VI. Restituir ao Município o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos: a- Quando não for executado o objeto avença; b- Quando não for apresentada no prazo ou justificada a não apresentação da prestação de contas final; c- Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio. VII. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificadas com o número do convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos. VIII. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações tributárias e acessórias, junto aos órgãos competentes.

DA VIGÊNCIA

CLAUSULA TERCEIRA – O presente termo de convênio terá vigência a partir do dia 01 de Maio de 2018, até 31 de dezembro de 2018.

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

CLAUSULA QUARTA

§1º - A liberação do recurso será efetuada em 08 (oito) parcelas mensais no valor de até R$ 31.200,00, iniciando-se no mês de Maio de 2018, observando-se a disponibilidade financeira no MUNICÍPIO, com pagamento até o último dia útil do mês equivalente.

§2º - A prestação de contas do recurso recebido deverá ser apresentada até 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela.

§3º - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas do recurso recebido motivará à aplicação das sanções legais possíveis, inclusive denúncia ao Ministério Público, caso haja necessidade.

§4º - O responsável atual da Entidade CONVENENTE e o que o suceder durante o período de vigência do Termo, responderá solidariamente pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos repasses efetivados.

DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

CLAUSULA QUINTA

§1º - Os recursos públicos transferidos pelo MUNICÍPIO somente poderão ser utilizados da seguinte forma:

DESPESAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE ACADÊMICOS DA CIDADE DE ALTO TAQUARI-MT A MINEIROS-GO, E DA CIDADE DE ALTO TAQUARI-MT A ALTO ARAGUAIA-MT, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, PARA A REALIZAÇÃO DOS CURSOS DE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO, DEVENDO A EMPRESA CONTRATADA FORNECER VEÍCULO ADEQUADO, SEGURADO E DEVIDAMENTE REGISTRADA NOS ÓRGÃOS COMPETENTES.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços acima apresentados deverão obrigatoriamente em sua realização, primeiro apresentar no mínimo 03 (três) orçamentos para comprovar que o valor está em consonância com praticado no mercado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLAUSULA SEXTA

§1º - As despesas decorrentes deste Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.060.0.0.12.364.8030.2.112 – Apoiar o Ensino Superior

DAS RESPONSABILIDADES

CLAUSULA SÉTIMA – A não observância dos critérios e normas estabelecidas em Lei implicará em sanções aos responsáveis pela utilização dos recursos recebidos, quais sejam:

*Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal Brasileiro);

*Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro);

*Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

*Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE-MT nº 01/2005;

*Demais legislações pertinentes.

DAS PROIBIÇÕES

CLAUSULA OITAVA – Havendo contratação entre a ASSOCIAÇÃO e terceiros, visando à execução de serviços vinculados ao objeto deste Convênio, tal contratação não implicará solidariedade jurídica ao MUNICÍPIO, bem como não configurará vínculo funcional ou empregatício,

nem solidariedade às parcelas de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias ou assemelhadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não poderão ser pagas com os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO as seguintes despesas:

a) As contraídas fora do período de sua vigência, antes da transferência dos recursos e após o término de sua vigência; b) As decorrentes de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive as relativas a pagamentos ou recolhimentos realizados fora dos respectivos prazos; c) As relativas a taxas de administração, gerência ou similar; d) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente Convênio.

DA PUBLICAÇÃO

CLAUSULA NONA – A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, para fins de eficácia do presente Termo fará publicar no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso o extrato do mesmo.

DOS CASOS OMISSOS

CLAUSULA DÉCIMA – Os casos e as dúvidas que se originarem durante a execução do presente Convênio e não previstos neste instrumento, serão dirimidas pelas partes, mediante Termo Aditivo se necessário, ou conforme disposto em legislação vigente.

DA DENÚNICA E RESCISÃO

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O Presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer momento, desde que a parte interessada, justificadamente, notifique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e no caso de descumprimento de qualquer das cláusulas ora pactuadas poderá a parte prejudicada rescindir o presente instrumento, mediante simples comunicação escrita á parte infratora.

SUB. CLAUSULA ÚNICA – No caso de denúncia ou rescisão, havendo pendências ou trabalhos em execução, os signatários definirão através de um Termo de Encerramento do Convênio, as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, inclusive as referentes ao destino de bens, os direitos autorais e de propriedade dos trabalhos em andamento, bem como ás restrições ao uso e divulgação de bens e informações colocadas á disposição dos Partícipes.

DO FORO

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – Fica eleito o foro da Comarca de Alto Taquari-MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação, aplicação ou execução deste Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo nomeadas.

Alto Taquari-MT, 01 de maio de 2018.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

(Concedente)

JOELMA COIMBRA DOS SANTOS

Presidente da Associação dos Acadêmicos Universitários de Alto Taquari/MT

(Convenente)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI N.º 958/2018

"Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de Crédito Adicional Especial com Recurso de Emenda Parlamentar; e, inclusão de elemento de despesa de ressarcimento de despesas de pessoal requisitado".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari - MT, na pessoa do Senhor Fábio Mauri Garbugio, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o **Poder Executivo Municipal** autorizado a realizar abertura de **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** até o montante de **R$. 203.000,00 (duzentos e três mil reais)**, inserindo no orçamento vigente, LOA 2018, **Lei 924/2017**, nos termos do artigo 42 e 43 da Lei n.º 4.320/64**;** o projeto: 1.194 – Adquirir Equipamentos e Material Permanente p/ Hospital Municipal, com fonte de recurso de transferências obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (§ 13, art. 166 CF); e, incluir o elemento de despesa 3190960000 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado na atividade 2060 – Manter as Atividades da Secretaria, descrito abaixo:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

13000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

101227050.1194 – ADQUIRIR EQUIPS. E MATERIAL PERM. P/ HOSPITAL MUNICIPAL

4490520000 – Equipamentos e Material Permanente R$. 150.000,00

Fr: 0123070000 – Transfs. Obrig. da União – Emendas Individuais

02 – PREFEITURA DE ALTO TAQUARI

10000 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

041229400.2060 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA

3190960000 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado R$. 53.000,00

Fr: 0100000000 – Recursos Ordinários

TOTAL GERAL R$. 203.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos por fonte de convênio federal, proveniente do Repasse do GOVERNO FEDERAL – MINISTÉRIO DA SAÚDE; **através do Recurso da**

**Proposta nº 12096.224000/1170-02 do deputado NILSON LEITÃO, no valor de R$. 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);** inserindo na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 924/2017, combinado com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à criação na dotação citada no artigo 1º desse projeto; e, por anulação parcial ou total no orçamento no valor de R$. 53. 000,00 (cinquenta e três mil reais), abaixo descrito:

RECURSO DA PROPOSTA Nº 12096.224000/1170-02 R$. 150.000,00

06 – RESERVA DE CONTINGENCIA

99900 – RESERVA DE CONTINGENCIA

999999999.0999 – Reserva de Contingencia

9999999999 – Reserva de Contingencia R$. 53.000,00

TOTAL GERAL R$. 203.000,00

§ Único - Integram este Ato os seguintes Anexos:

I. Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente referente à Proposta nº. 12096.224000/1170-02;

II. Extrato do Fundo Nacional de Saúde – FNS.

Art. 3º - Fica incluído o projeto: 1.194 – Adquirir Equipamentos e Material Permanente p/ Hospital Municipal, e, inclusão do elemento de despesa 3190960000 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado na ATIVIDADE: 2060 – Manter as Atividades da Secretaria; nas demais peças orçamentárias do Município, ou seja, PPA 2018-2021, Lei nº. 923/2017 e LDO 2018, Lei nº. 887/2017.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari (MT), 22 de Maio de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL, de acordo com anexo I. Abertura às **07h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **07/06/2018.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 22 de maio de 2018. Renata Fermino de Oliveira – **Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº. 044/2018

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI//2018

Aprovação em: 16/01/2018

Ato de Aprovação: Decreto 003/2018 de 16/01/18

Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2018

Unidade Responsável: Controlaria do Sistema de Controle Interno - CSCI

Estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2018, da Prefeitura Municipal de APIACÁS-MT, dos procedimentos metodológicos e cronológicos e outras providências.

PROGRAMA ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT, DEFININDO OS PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS E CRONOLOGICOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

II – ABRANGENCIA

Abrange todas as unidades da estrutura organizacional das administrações diretas e indiretas

III – CONCEITOS

1. AUDITORIA

Exame pericial que segue o desenvolvimento da função de cada Sistema Administrativo.

2. PAAI

Plano Anual de Auditoria Interna

IV - BASE LEGAL

Lei Municipal 0482/2007, Decreto nº. 082/2007, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Orgânica do Município, e demais legislações, bem como as normas específicas do Controle Interno e do Controle do TCE/MT;

V – RESPONSABILIDADES

1. Da Unidade de Controle Interno

Através da atividade de autoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes ao Departamento.

2. Da Unidade Auditada

Prestar apoio por ocasião das auditorias, em especial no que tange à disposição de todos os documentos e papéis necessários para a execução dos trabalhos.

3. Da Unidade Central

Prestar apoio técnico a unidade responsável pela Instrução Normativa, no que tange a atualizações e execuções.

VI - PROCEDIMENTOS

Art. 1º – Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI – da Prefeitura Municipal de Apiacás, que consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Parágrafo Único - A auditoria interna é executada por servidores do Controle Interno e servidores requisitados de outros Departamentos, através de projetos de auditoria individualizados por área de atuação.

Art. 2º – O Plano Anual de Auditoria Interna obedecerá aos procedimentos previstos nos seguintes documentos:

I. Plano de Ação do Controle Interno;

II. Lei Municipal nº. 0482/2007;

III. Instrução Normativa SCI nº. 001/2007

IV. Recomendação do TCE/MT

§ 1º - Do objetivo:

I - Averiguar o cumprimento aos princípios da legalidade, legitimidade, efetividade e economicidade quanto ao cumprimento à execução dos procedimentos normativos;

II - Recomendar correções necessárias de acordo com as verificações realizadas.

§ 2º - Os Sistemas Administrativos auditados serão:

I - Sistema de Compras, Licitações e Contratos – SCL;

II - Sistema de Saúde Pública – SSP;

III - Sistema de Tributos – STB;

IV - Sistema de Recursos Humanos – SRH;

V - Sistema de Transporte – STR;

VI - Sistema de Controle Patrimonial – SPA;

VII – Sistema de Contabilidade – SCO;

VIII - Sistema de Convênios e Consórcios – SCV;

IX – Sistema de Educação e Cultura – SEC;

X – Sistema de Planejamento e Orçamento – SPO;

XI – Sistema Financeiro- SFI;

XII – Sistema de Previdência Própria – SPP;

XIII – Sistema de Bem estar social – SBE,

§ 3º – O Tipode Auditoria realizada será operacional, analisando os pontos de controle das Instruções Normativas;

§ 4º - Esse plano visará examinar e analisar, com base nas Instruções Normativas, os procedimentos de controles adotados em:

a) Processos licitatórios;

b) Compras efetuadas;

c) Elaboração dos contratos, termos aditivos e rescisão contratual;

d) Relatório de acompanhamento emitido pelo Fiscal de Contrato decorrente de processo licitatório;

e) Gerenciamento do uso de frotas de veículos e seus equipamentos, assim como: o controle de estoque de combustível, peças, pneus, acessórios dos veículos e equipamento; os procedimentos de manutenções preventivas e corretivas da frota de veículos e equipamentos; procedimentos adotados quanto à locação de veículos, equipamentos e maquinários;

f) Folha de pagamento; cumprimento ao limite legal com despesa de pessoal; contratação e documentação apresentada pelo contratado;

g) Verificação e avaliação da meta orçada e arrecadada das receitas tributarias municipais;

h) Gerenciamento e controle da distribuição de medicamento e material médico-clínico, bem como ao transporte de paciente sob cuidados médicos;

i) Verificação da contratação, execução e inserção na Sistema Geo-Obras/TCE-MT e serviços de engenharia;

§ 5º – As auditorias serão realizadas nas unidades executoras e departamentos responsáveis pelos Sistemas Administrativos auditados.

§ 6º - O período de Execução será entre os meses de Janeiro a Novembro/2018, conforme cronograma de atividade em anexo.

§ 7º - O cronograma de atividade, anexo único deste Ato, poderá sofrer alterações necessárias quando da sua execução.

Art 4º - Estabelecer que ao final o exercício a Controladoria elabore o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI para o ano de 2019.

APIACÁS-MT, 08 de Janeiro de 2018.

Rosemeri Rodrigues Ferronato

Controladora do Sistema de Controle Interno

De Acordo

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

	UNIDADE AUDITADA	MÊS REFERÊNCIA - 2017												ATIVDADES À SEREM DESENVOLVIDAS
	SISTEMA	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	

1	**Sistema de Controle Interno - SCI**	x	x	x									a) Revisão das Instruções Normativas relativas ao setor e outras atividades de Controle e Acompanhamento preventivo em todo Departamento; b) Retorno para verificação ou aplicação das Recomendações ou adequação as IN; c) Realização de fiscalização e auditorias necessárias para avaliar as atividades de controle interno; d) Promoção de orientação operacional do Sistema de Controle; e) Elaboração de fluxo e refluxo de informações para o aproveitamento de todo o Sistema de Controle; f) Verificação e avaliação de adoção de medidas para assegurar o cumprimento dos limites e procedimentos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/00; g) Avaliação da execução dos planos de governo, o cumprimento das metas e dos objetivos estabelecidos e a qualidade do gerenciamento; h) Acompanhamento de prática de atos e a ocorrência de fatos da responsabilidade de agentes públicos, com vistas a assegurar sua legalidade e regularidade ou a responsabilidade dos agentes; i) Atestar a consistência dos dados contidos nos relatórios de gestão; e Propor a instauração de sindicância ou de inquérito, quando recomendável face à natureza da irregularidade apurada; j) Elaboração de Parecer do 1º e 2º Semestre da Administração Direta e Indireta do município de Apiacás (Previap e Prefeitura Municipal), atendendo as exigências da Resolução Normativa do Tribunal de Contas RN nº 033/2013, art. 2º, § 21, II); k) Realização de fiscalização e auditorias necessárias para avaliar as atividades de controle interno, com o fim de assegurar-lhe eficácia e eficiência, oferecendo subsídios à Administração Municipal.
2	**Sistema Financeiro – SFI**	x	x	x	x								
3	**Sistema de Contabilidade – SCO**		x	x	x	x							
4	**Sistema de Projetos e Obras Públicas – SPO**			x	x	x							
5	**Sistema de Compras, Licitações e Contratos –**				x	x	x						
6	**Sistema de Administração de RH – SRH**				x	x	x	x					
7	**Sistema de Transportes – STR**					x	x	x	x				
8	**Sistema de Previdência Própria – SPP**					x	x	x	x				
9	**Sistema de Saúde – SSP**						x	x	x	x			
10	**Sistema de Convênios e Consórcios - SCV**						x	x	x	x			
11	**Sistema de Educação – SEC**							x	x	x	x		
12	**Sistema do Bem Estar Social – SBE**								x	x	x		
13	**Sistema de Tributos – STB**									x	x	x	
14	**Sistema de Controle Patrimonial - SPA**										x	x	

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 003/2018

SÚMULA: DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº044/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSE ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

Artigo 1º - Fica homologada a Instrução Normativa SCI nº 044/2018, dispõe sobre o Programa Anual de Auditoria Interna –PAAI/2018 da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, definindo os procedimentos metodológicos e cronológicos e da outras providencias.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 16 de Janeiro de 2018.

ADALTO JOSE ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 143/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE MAIO/2018 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares ao Servidor:

Nome: (1157) JONATHAN DEDONATI

Cargo Efetivo: (223) Vigia

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 06/07/2015 à 05/07/2016.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 22 de Maio 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT

EXTRATO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA,** torna público para conhecimento de interessados, que, encontra-se aberta Licitação na Modalidade **Pregão Presencial de Registro de Preço**, do tipo **Menor Preço Por Item**, para Contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendores Individuais, especializadas na comercialização de **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS INSUMOS ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NESTE MUNICÍPIO.** A abertura será no dia **06/06/2018,** às **08:00** horas, à Avenida Presidente Vargas, N.º 643, Centro. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado no horário de 07:00 às 13:00 horas, pelo Fone: (66) 3499-1108 no email pmaraguaianalicita@hotmail.com e no Portal Transparência. Márcia Cristina Fernandes Corrêa Pregoeira de Licitação – Araguaiana – MT, 22 de Maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL Nº 23/2018

"Dispõe sobre homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2018, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT".

Considerando a publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2018, publicado no diário oficial dos municípios – AMM/MT em 21/05/2018;

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2018, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, conforme relação dos candidatos aprovados e classificados já devidamente divulgado e publicado, que fica fazendo parte integrante deste Decreto como anexo, conforme os cargos relacionados no quadro abaixo:

Código do Cargo	Cargo
01	Professor com Habilitação em Pedagogia (sede do município)
02	Professor com Habilitação em Pedagogia (Comunidade das Botas)
03	Professor com Habilitação em Pedagogia (Comunidade de Farinópolis)
04	Professor com Habilitação em Educação Física (Comunidade das Botas)
05	Técnico em Radiologia

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga/MT, aos vinte e dois (22) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL Nº 23/2018

"Dispõe sobre homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2018, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT".

Considerando a publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2018, publicado no diário oficial dos municípios – AMM/MT em 21/05/2018;

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2018, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, conforme relação dos candidatos aprovados e classificados já devidamente divulgado e publicado, que fica fazendo parte integrante deste Decreto como anexo, conforme os cargos relacionados no quadro abaixo:

Código do Cargo	Cargo
01	Professor com Habilitação em Pedagogia (sede do município)
02	Professor com Habilitação em Pedagogia (Comunidade das Botas)
03	Professor com Habilitação em Pedagogia (Comunidade de Farinópolis)
04	Professor com Habilitação em Educação Física (Comunidade das Botas)
05	Técnico em Radiologia

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga/MT, aos vinte e dois (22) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2016

QUINTO TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2016 – FIRMADO COM A HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si celebrarem de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público inscrita no CGC/MF sob n.º 15.023.914/0001-45, com a sede na cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso, na Rua Antenor Mamedes, n.º 911, neste ato representada pelo seu Prefeito **JOEL MARINS DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador do RG n. 320.719 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob nº. 284.666.321-15, residente e domiciliado à Rua Artur Francisco Xavier, nº. 290 no Bairro Santo Antônio do Município de Araputanga/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI,** Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.928.948/0001-98, com sede Av. Generoso Malheiros, nº 748, Bairro Cidade Verde, CEP: 78.028-685, Cuiabá-MT, neste ato representada pelo seu proprietário, Sr. **José Roberto Ribeiro**, brasileiro, geólogo, portador do Doc. de Id. 1604179961 CREA/PB e do CPF 160.846.674-49, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem alterar o presente contrato nos termos do Contrato Administrativo nº 129/2016, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da **CLÁUSULA QUARTA,** em que as partes supramencionadas, de comum acordo, resolvem fazer a prorrogação da vigência do contrato e prazo de execução da obra, objeto do Contrato Administrativo nº 129/2016 firmado para **EXECUÇÃO DE OBRA, VISANDO A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA-MT**, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro constante no Processo Licitatório Tomada de Preços nº 001/2016.

1.2 - Adita-se a vigência do contrato, que era de até 05/04/2018, prorrogando-se para 03/08/2018.

1.3 – Adita-se também o prazo para a execução dos serviços, que era de até 24/01/2018, prorrogando-se, ficando estabelecido novo prazo de execução para até a 24/05/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 - Fica justificado o presente ato conforme justificativa e cronograma físico financeiro da área técnica de engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 - Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

3.2 - E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Araputanga - MT, 22 de janeiro de 2018.

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JOÃO GUSTAVO F. S. JUNIOR

ENG. CIVIL – CREA Nº 5064045506

FISCAL DA OBRA

HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI

CNPJ nº 06.928.948/0001-98

José Roberto Ribeiro

Doc. de Id. 1604179961 CREA/PB e do CPF 160.846.674-49

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORT 140 2018 VACÂNCIA DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DO SERVIDOR WELLYS RODRIGO DE MORAIS, EFETIVO NO CARGO DE MOTORISTA, NESTE MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT, EM RAZÃO DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º **-** Declarar a vacância do cargo efetivo de Motorista, ocupado pelo servidor **WELLYS RODRIGO DE MORAIS**, matrícula nº 1611, em razão de posse em outro cargo inacumulável, junto ao Governo do Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 35, inciso VI da Lei nº 135/92 (RJU de Araputanga/MT), publicado no Diário Oficial de Mato Grosso em 07 de maio de 2018, **a partir de 22/05/2018**.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREVIARA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA N.º 0043-2018-CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

PORTARIA N.º 043/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez do Sr. Genilson Batista de Oliveira".

*A Diretora Executiva do **PREVIARA**, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos doArt. 6-A, § único, da emenda constitucional n. º 41, com redação determinada pela emenda constitucional de n. º 70, de 29 de março de 2012, Art. 12, inciso "I", alínea "a", da Lei Municipal n. º 636/2005, de 03 de junho de 2005.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por invalidez** *ao* servidor **Sr. Genilson batista de Oliveira**, portador do RG. n.º 0643119-4 - SSP/MT e inscrito no CPF n.º 420.192.491-20, e Título de Eleitor n.º 12076681864, Zona "041", Seção "0023", efetivo no cargo de **Vigia, Classe "E", Grau "03",** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com matricula n.º 052, contando com um total de 10.361 dias, ou seja, 28 (vinte e oito) anos 04 (quatro) meses e 21 (vinte e um) dias de contribuições, **com proventos proporcionais e sem direito a paridade,** conforme o processo do PREVIARA n.º 002/2018, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2018, revogados as disposições em contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

Araputanga – MT, 17 de maio de 2018.

MARIONY SOARES DE OLIVEIRA

Diretora Executiva

Previara

HOMOLOGO:

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL 026/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESTRUTURA METÁLICA PARA ADEQUAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO DUILIO RIBEIRO BRAGA DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT.

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT, através de sua Pregoeira e equipe de apoio, torna público a todos os interessados que o **PREGÃO PRESENCIAL 026/2018**, cujo objeto acima identificado, foi declarado **DESERTO** por falta de participantes.

Arenápolis- MT, 21 de maio de 2018.

REGINA LUCIA DE SOUZA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
PROGRAMA PRÓ-FAMILIA

1. Identificação

Dados do Município

Município: Arenápolis **Estado:** Mato Grosso

Prefeito: José Mauro Figueiredo

Endereço da prefeitura: Av. Prefeito Caio N° 642

CEP: 78420-000

Telefone: 3343-1105**Site:** www.arenapolis.mt.gov.br

Email:gabinetearenapolis@hotmail.com

Introdução

O programa Pró-Família é uma estratégia de governo do Estado de Mato Grossoque visa a articulação das políticas de proteção social e das diferentes esferas de governo para diminuição da vulnerabilidade. Com isso, objetiva promover a melhoria das condições de vida das famílias com maior grau de vulnerabilidade social por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas, segundo a necessidade de cada família e as especificidades do território onde ela reside.

Criado pela Lei Estadual n.º 10.523/2017 sob a coordenação da Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social – SETAS e prevê ações de transferência de renda com condicionalidades, articulada com outras secretarias estaduais e instituições não governamentais, para que de forma integrada viabilizem o desenvolvimento social de 35.000 famílias, com vistas a superação das vulnerabilidades e redução das desigualdades.

O programa Pro-Família traz esta responsabilidade para a Política de Assistência Social, designando atores que se responsabilizarão pela coordenação e articulação dos envolvidos, tanto no âmbito estadual e regional, quanto nos municípios, por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social, e finalmente no âmbito local por meio da coordenação da equipe do Centro de Referência da Assistência Social (Cras).

O Programa abrangerá todos os municípios do Estado de Mato Grosso e terá por finalidade reduzir as desigualdades sociais, mediante ações de promoção da cidadania, bem como inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de situações de pobreza e risco social, com a finalidade de auxiliar os destinatários na superação de tais fatores.

No Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família: a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

II - renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda;

III - em situação de pobreza e extrema pobreza: as famílias com renda mensal per capita de até 1/3 (um terço) do salário mínimo.

A proposta consiste em desenvolver em todos os municípios do Estado de MT uma amplae de Proteção, Vigilância, e de Direitos (RPVD, executado pelas Secretarias Municipais de Assistência Social e/ou congêneres, pautado em um modelo de gestão compartilhada, no qual se propõem a enfrentar aspectos multidimensionais da pobreza, garantindo, respectivamente, o acesso à renda, aos serviços sociais básicos e a ações de desenvolvimento das capacidades das famílias, para superação da condição de vulnerabilidade.

A concessão do benefício de transferência de renda demonstra o compromisso com a oferta de ações que busquem garantir os mínimos sociais conforme estabelecido na Lei Orgânica de Assistência Social. Sendo assim, o acesso à renda constitui-se um direito social da população e compõe o leque de intervenções da proteção social às famílias.

Ademais, podemos considerar que a transferência direta de recurso é um marco na política pública, pois rompe com a prática da concessão de benefícios direcionados exclusivamente a um determinado fim, como por exemplo, a cesta básica. As necessidades das famílias são amplas e diversas, por isso após o recebimento do benefício elas decidirão quais serão as prioridades para o uso do dinheiro. Esta mudança, embora aparentemente pequena, é significativa, pois é a materialização de um dos princípios da política de Assistência Social, o respeito à dignidade e à autonomia do cidadão.

Histórico do Município

O município de Arenápolis foi criado pela Lei Estadual nº 704, de 15 de dezembro de 1953, de autoria do deputado Humberto Marcílio. A formação da cidade propriamente dita iniciou-se a partir de ações desencadeadas em 1936, quando garimpeiros devassaram a área da margem direita do Rio Santana, abaixo da confluência com o Ribeirão Areias, descobrindo formações favoráveis à cata do diamante. Iniciou-se o desmonte do cascalho promissor, sem surpresas, por volta de 1940, bateram as primeiras gemas às margens do Areias.

Propagada a descoberta, afluíram à região novos garimpeiros. Em face de os primeiros contingentes humanos se transferirem em massa para o local, logo se formou um arranchamento pioneiro, uma currutela garimpeira a que se deu o nome de Areias, em referência ao Ribeirão Areias. Os primeiros ranchos foram construídos ao sabor dos acidentes naturais. Com o surgimento das primeiras casas comerciais, com novas construções não tão provisórias, houve uma sensível melhoria no arruamento urbano do povoado.

As primeiras motivações do município de Arenápolis, como já mencionado, estão historicamente ligados ao desenvolvimento de diamante. Durante a exploração de jazidas de ouro e diamante o município viveu seus tempos de abundância econômica, gerando uma efêmera circulação de riqueza. Com a exaustão das jazidas, a atividade garimpeira chegou ao fim, restando as “mazelas” desta exploração, como desemprego, solo empobrecido e uma economia fragilizada, buscando assim novas alternativas e economia.

Atualmente sua principal atividade econômica é a pecuária que está ligada a bacia leiteira, com um laticínio em funcionamento. Como característica própria e resultado direto de economia de então, baseado no garimpo, o município de Arenápolis acumulou ao longo dos anos uma grande dívida social. No decorrer dos anos, a política pública na área da Assistência Social, surgiu nos municípios tomando novos rumos para melhoria dos cidadãos e das famílias em situação de vulnerabilidade, que demandam este serviço.

Características Geográficas

O município de Arenápolis está localizado na região Centro Oeste, com uma distância da Capital de 259 km, alcançando o divisor das Bacias Amazônica e Platina, limitando-se com os municípios de Nortelândia, Denise, Santo Afonso e Nova Marilândia.

Topograficamente o município possui área plana, ou seja, mais de 80%, sendo a parte ondulada próximo à Serra Tapirapuã, com uma área territorial total de 416,448 km², e está a uma altitude de 247 metros acima do nível do mar. No que se refere ao tipo de solo do município cerca de 60% do território é classificado como de latos solos amarelo, vermelho-amarelo e vermelho-escuro, o restante formado por latos solos roxo e uma parte de solo arenoso.

Arenápolis, desfruta de um clima tropical quente e sub-úmido, com três meses de seca, de junho a agosto, com temperatura média anual de 27ºC e máxima chegando aos 40ºC. Durante quase todo o ano, o clima de Arenápolis é classificado como tropical úmido.

O município encontra-se na grande bacia do Prata, e é composta pelos rios:

Mutum, Mamoeiro, Saudade, Santana, Macuco, Buriti, Tijuco Preto, São Francisco, Areias, Negro, Pacoval, Água Branca, Mirassol, Bugres, Pau Grosso e Santa Inês.

A vegetação original compreende o cerrado, mata de transição e floresta, a cobertura vegetal ligada às florestas corresponde hoje cerca de 10% do território do município.

Aspectos Econômicos

O município de Arenápolis se destaca como um polo comercial da microregião, abrangendo os quatro municípios (Arenápolis, Nova Marilândia, Nortelândia e Santo Afonso), sendo hoje a área que mais gera empregos diretos no município, se destacando também economicamente no município a agricultura (soja). É importante destacar ainda, o fortalecimento da economia no município de Arenápolis, após a instalação de indústrias em Nova Marilândia, município vizinho, que gera emprego direto aos cidadãos Arenapolitano, impulsionando assim, a economia local. Também possui grandes áreas plantadas de soja e cana de açúcar, assim como plantação debanana, abacaxi, mandioca e hortifrúti,

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho formal do município apresentou No que tange ao Agronegócio, o município tem uma agricultura diversificada com plantação de em quatro anos os saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 103. No último ano as admissões registraram 492 contratações contra 469 demissões.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 808 postos, 26,3% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 38,9% no mesmo período.

Comércio foi o setor com maior volume de empregos formais, com 256 postos de trabalho, seguido pelo setor de Administração Pública com 218 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 58,7% do total dos empregos formais do município.

Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Serviços (de 13,13% em 2004 para 18,44% em 2010) e Agropecuária (de 7,81% para 10,27%). A que mais perdeu participação foi Administração Pública de 33,75% para 26,98%.

Dados do Comitê Gestor

Representante do Poder Público Municipal

Representante da secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Maria da Penha Ermita de Figueiredo **Suplente:** Ana Paula Pereira Damacena

Representantes da secretaria municipal de educação e saúde

Titular: Maria Marinalva Ribeiro **Suplente:** Poliana Rodrigues dos Santos

Representante do conselho municipal de assistência social

Titular: Sandra Regina Nunes de Araújo Leal **Suplente:** Maria Sônia marques de Souza

Representante de Instituição não Governamental

Representante da Instituição SISPUMA

Titular: Rosane Alves Gomes **Suplente:** Luciana de Souza Barreto

Dados Referentes ao Centro de Referencia de Assistência Social

Órgão/Entidade: Secretaria Municipal de Assistência Social de Arenápolis

Endereço: Rua Poaeiros,nº 431 E Bairro: Primavera

Maria da Penha Ermita de Figueiredo

Cargo: Secretária da Secretaria Municipal de Assistência Social

E-mail: bemestarareanpolis@hotmail.com

Telefone: (65) 33432040/Celular: 65 999421371

Identificações Institucionais

Secretaria: Maria da Penha Ermita de Figueiredo

Coordenadora: Sandra Regina Nunes de Araújo Leal

Equipe Técnica de Referência: Alvina Alves Pereira/ Assistente Sociale Jussara Rodrigues de Souza/ Psicóloga

Operadora do CADunico e Gestora Bolsa Família: Sonia Maria Marques de Souza

Recepcionistas: Ana Paula Pereira Damacena e Rosane Alves Gomes

Orientadora Social: Catarine Maria Fim Cajango

Educadora Física: Michele Alvesnascimento

Equipe SCFV: Uilza Nunes Moreira, Josiela Paula de Miranda, Onilda Faria de Miranda.

Serviços Gerais: Maria Estael Passos e Rosilene Aparecida dos Santos

Históricos do CRAS

Endereço:

Rua: Rua Castelo Branco Nº 1431 E

Bairro: Vila Nova Fone: 65 33432040

Cidade: Arenápolis-MT

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – FLOR DE LIS é uma unidade de execução dos serviços de proteção social básica destinado à população em situação de vulnerabilidade social, em articulação com a rede socioassistencial.

De acordo com o artigo primeiro da LOAS, "A assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas".

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social, juntamente com a saúde e a previdência social.

Visando a implementação da CF e da LOAS, foram aprovadas a Política Nacional de Assistência Social (2004) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (2005), que estabelecem as diretrizes que devem efetivar o processo participativo e descentralizado da Assistência Social.

Nessa direção, a equipe técnica observou nos relatos e colocações dos usuários a necessidade de inserção de trabalhos artesanais:

Bordados Pintura, Corte e costura, patchwork Reciclagem, Barbante e Crochê, Outros.

Sendo utilizados como estratégias das ações do PAIF. Portanto neste plano de trabalho sugere-se ao Gestor municipal de Assistência Social a articulação de inserção de facilitadores com habilidades citadas acima no CRAS, potencializando e valorizando a arte cultural local.

2.0 DiagnósticoSocioterritorial do CRAS

Para reforçar a análise de contexto social do território de intervenção da Assistência Social em Arenápolis é fundamental fazermos uma leitura dos aspectos demográficos, de trabalho e renda, de habitação, saneamento básico, saúde, educação, além de outros considerando- os condicionantes de vulnerabilidade social da população.

População do Município

Segundo o censo IBGE/2010, Arenápolis tem 10.316 habitantes dentre os quais é possível identificar que 5.191 são homens e 5.125 mulheres. A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de -1,15% ao ano, passando de 11.581 para 10.316 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,95% ao ano, e inferior à cifra de 1,93% ao ano da Região Centro-Oeste.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 92,18% e em 2010 a passou a representar 94,51% do total, representando 9.750 habitantes na zona rural e 566 na zona urbana.

QuantidadesdeFamíliasnoTerritórioe em situação de Vulnerabilidade Social

Segundodados do Cadastro Único que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, atualmente no território municipal de Arenápolis possuem cerca de 1470 famílias sendo destas 577 em estado de vulnerabilidade social.

É através destas informações que permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

Perfil Etário da População

Segundo o censo IBGE/2010, a estrutura demográfica de Arenápolis apresentou mudanças entre 2000 e 2010 fomos verificadas ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 1,9% em média. Em 2000, este grupo representava 7,9% da população, já em 2010 detinha 10,7% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-4,0% ao ano). Crianças e jovens detinham 32,6% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 3.779 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 24,3% da população, totalizando 2.510 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibe decrescimento populacional (em média -0,51% ao ano), passando de 7.053 habitantes em 2000 para 6.700 em 2010. Em 2010, este grupo representava 64,9% da população do município.

Perfil Sócio Econômico do CRAS

Quanto à estrutura de serviços públicos de saneamento, podemos considerar que o município de Arenápolis possui uma situação relativamente boa. O fornecimento de energia elétrica esta presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atende 85,7% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso esta em 75,4% dos domicílios particulares permanentes e 17,7% das residências dispunha de esgotamento sanitário adequado.

Em relação aos níveis de pobreza, segundo dados do IBGE, em termos proporcionais, 6,0% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (7,2% da população na extrema pobreza na área rural contra 6,0% na área urbana).

2.1 Mapeamentos das Unidades Sociassitencias Públicas

Educação

Na área de Educação o município dispõe de sete unidades de ensino, sendotodas elas localizadas na Zona Urbana. Destas, três são municipais e quatro são da rede estadual. Possui ainda uma unidade de ensino da rede particular, sendo que, dentre as unidades municipais, uma é Creche, que atende crianças de 0 a 3 anos de idade em período integral, garantindo, principalmente as mães a possibilidade de trabalharem fora, e terem um ambiente seguro para deixarem seus filhos. A rede de ensino do município totaliza um atendimento de 2.583 alunos (base de dados 2012), sendo que, a referida rede dispõe hoje de projetos como o Mais Educação e do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, onde são ofertados aos alunos, atividades extra sala, tais como: Canto Coral, Dança Ritma, Jogos Econômicos, dentre outros, contribuindo assim para a formação integral dos alunos. Mesmo com toda política e investimentos voltados para educação, ainda nos deparamos com um significativo índice de analfabetismo. De acordo com o IBGE 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 11,0%. Na área urbana, a taxa era de 10,9% e na zona rural era de 11,6%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,3%.

Saúde

No que tange ao aspecto da saúde, o município possui estabelecimentos ligados à referida área, estando os mesmos assim distribuídos: Quatro Unidades de Saúde da Família - PSF, sendo que cada unidade, conta com uma equipe composta por médico, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde e atentes de endemias. O município dispõe ainda de uma unidade de Pronto Atendimento e unidade hospitalar particular conveniada com o SUS. Dispondo ainda de um laboratório municipal e dois laboratórios particulares, onde é possível a realização de praticamente todos os exames bioquímicos. Um dos indicadores na área da saúde que vem apontando uma necessidade urgente da intervenção da política na área de assistência social é a questão da gravidez na adolescência, sendo que no ano de 2010, do universo de 123 gestantes, mais de 32% eram adolescente entre 10 à 19 anos. Já no ano de 2011, houve um crescimento desse índice, onde do total de 145 gestantes, mais de 37% estavam nesta faixa etária. É importante destacar que no ano de 2012, houve uma pequena diminuição neste indicador, sendo que os índices apontam que de 144 gestantes, apenas 27% se incluíam na faixa etária supra mencionada, contudo, percebe-se a necessidade urgente de intervenção de políticas públicas de prevenção e orientação nesta área, merecendo uma maior atenção a população atendida pela unidade do PSF I, localizada no Bairro Bela Vista, onde os dados demonstram um índice muito elevado de adolescentes grávidas nesta região.

Habitação

No setor habitacional, o município possui 04 (quatro), núcleos habitacionais,contemplando um total de 258 (duzentos e cinquenta e oito), famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos, entretanto, este setor ainda retrata um percentual de famílias que não possuem casa própria. De acordo com dados do IBGE 2010: 3.258 dos domicílios no município, 432 são alugados, 308 cedidos e 24 caracterizados como outros. Tais percentuais explicam o grande número de famílias que se cadastram nos programas habitacionais do município, primando por garantir um dos princípios básicos da constituição.

2.2Mapeamentos das Unidades Socioassitencias Privadas e/ou Organizações Não Governamentais.

A rede socioassistêncial de Arenápolis, conta com algumas parcerias e com entidades conveniadas que compõem de maneira integrada e articulada a rede de serviço de Assistência Social no município, 01 APAE Associação de Pais e Amigos Excepcionais – Rosa Saron; 01 Conselho Tutelar; 01 Rotary Club; 01 Associação Espirita – Allan Kardec; 01 Pastoral da Criança, SISPUMA.

2.3 Mapeamento das unidades sociassistenciaisde outras Politicas Públicas

Dentre as organizações Socioassitencias Públicas, Privadas e Não Governamentais, localizadas dentro do nosso município podem contar com as ações das redes públicas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria municipal de Saúde,juntamente com outros órgãos não governamentais como Conselho Tutelar.

3.0 Redes

Área: Assistência Social				
META	OBJETIVO	OPORTUNIDADE	AÇAO	RESULTADO
Famílias	Qualificar as famílias (Pintor de obras,)	Geração de renda	Oferta de cursos profissionalizantes Através de parcerias com SENAI	100 % das famílias
Famílias	Informar, esclarecer e conscientizar as famílias acerca da realidade que as rodeia.	Auto-estima Autonomia empoderamento	Palestras lúdicas Orientacionais. Sendo Atividades individuais e/ou grupos com oficinas	100 % das famílias
Famílias	Orientação e conscientização E o desperta da reflexão nas famíliassobres aspectos importantes da sociedade Contemporânea	Mudança de comportamento/realidade sobre as desigualdades e violências ocorridas na atualidade	Palestras alusivas/socioeducativa em datas pontuais Caminhadas Cartazes/folhetos informativos	100% das famílias assim com a sociedade de forma em geral
Famílias	Cadastro único	Atualizar cadastro único e inserção	Atualizar cadastro único, inclusão de novos membros, folha resumo, reunião com informes, desligamento voluntários.	100 % das famílias
Famílias	Atividades em grupos	Fortalecer vínculos comunitários e famílias	Inserir as famílias nos grupos CRAS/PAIF/ PCF/SCFV	100 % das famílias
Famílias	Qualificar as famílias (Pintura em tecido. Tapete em barbante, petwork, entre outros	Geração de Renda e emprego	Oferta de cursos PAIF	100 % das famílias

Área: saúde				
META	OBJETIVO	OPORTUNIDADE	AÇAO	RESULTADO
Famílias	Manter nível de qualidade e controle a respeito das famílias beneficiarias	Melhor Qualidade de saúde e de vida	Condicionalidade Bolsa família/Pesagem e vacinação em dias	100 % das famílias
Famílias	Cuidar,Informar, esclarecer e conscientizar.	Prevenção Qualidade de vida	Realização de preventivo periódico, assim como campanhas para realização de mutirão.	100 % das famílias
Famílias	Prevenção e Controle de possíveis doenças Cuidar, Informar, esclarecer e conscientizar. Na expectativa de uma gestação saudável	Qualidade de vida	Acompanhamento Pré- natal	100% das famílias assim com a sociedade de forma em geral
Famílias	Tratamentos mais adequados às necessidades do paciente, se adequando a realidade da secretaria.	Qualidade de vida	Encaminhamentos diversos/ especialidades	100 % das famílias
Famílias	Conscientização Diminuição de usuários	Qualidade de vida	Grupos de Controle e Combate ao Tabagismo	100% famílias
Famílias	Melhora Qualidade de saúde e de vida assim como auto-estima pessoal	Odontologia	Atendimento diário/ implantação de mutirão com acesso por acolhimento por prioridades, em odontologia, para Unidades Básicas de Saúde.	100% famílias
Famílias	Prevenir Informar, esclarecer e conscientizar as famílias.	Conscientização/ mudanças de hábitos Qualidade de vida	Programação exclusiva para os meses alusivos ao outubro rosa, na prevenção do câncer de colo de mama e útero; agosto azul, na prevenção de câncer de próstata e prevenção de doenças crônicas aos homens e controle do tabagismo; mês do idoso, prevenção de quedas e envelhecimento saudável.	100% famílias

Área: educação				
META	OBJETIVO	OPORTUNIDADE	AÇAO	RESULTADO
Famílias	Manter nível de qualidade e controle a respeito das famílias beneficiarias	Desenvolvimento Educacional refletindo em todas as Áreas da saciedade de forma geral	Condicionalidade Bolsa família/ frequência Escolar	100 % das famílias
Famílias	Informar, esclarecer e conscientizar despertar da reflexão sobres aspectos importantes da sociedade Contemporânea	Sabedoria Auto-estima Autonomia Empoderamento Conscientização Mudança de comportamento/realidade sobre as desigualdades e violências ocorridas na atualidade	Palestras lúdicas Orientacionais. Sendo Atividades individuais e/ou grupos. Palestras alusivas/socioeducativa em datas pontuais Passeatas Cartazes/folhetos informativos	100 % das famílias assim com a sociedade de forma em geral
Famílias	Alfabetizar maior números de analfabetos do município	Maior numero de Educação Conhecimento Oportunidades	Projeto Mixirum	100 % das famílias

4.0Assinaturas

E assim, por estarem em comum acordo, assinam o presente pacto, as organizações abaixo relacionadas.

José Mauro Figueiredo Maria da Penha Ermita de Figueiredo

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Assistência Social

Maria das Graças Souza dos Santos Mendes Marilândia Borges de Aguiar

Secretaria Municipal Saúde Secretaria Municipal Educação

Arenápolis, 14 de Maio de 2018.

PACTO DO PROGRAMA PRÓ-FAMILIA

Arenápolis-MT

2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 005/2018

RESULTADO PRELIMINAR

DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018.

A Prefeitura do Município de Aripuanã, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de acordo com o Edital Nº 001/2018 Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018 para atender situação excepcional de interesse público para suprir a demanda, a fim de se proceder a Contratação Temporária para Técnicos em Enfermagem, Técnico em Enfermagem Socorrista e Motorista Socorrista,amparado pelas Leis Orgânica e LC 001/1999, a Lei que prevê a contratação temporária por excepcional interesse público Lei Municipal nº 1.201/2015, **DIVULGA** o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo seletivo simplificado para admissão de pessoal em caráter temporário e excepcional interesse público.

Aripuanã, 22 de maio de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO N º 001/2018

PARA TÉCNICOS EM ENFERMAGEM, TECNICOS EM ENFERMAGEM SAMU 192 E MOTORISTA SAMU 192.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM HOSPITAL					
Numero de Inscrição	**Nome**	**CPF**	**Habilitação**	Pontuação **Prova Escrita**	**Resultado**
1	Erondina de Almeida Lisboa	615.548.711-15	Técnico em Enfermagem	3,0	REPROVADO
3	Romana Maria Bento	007.908.951-88	Técnico em Enfermagem	1,0	REPROVADO
7	Priscila Braun	030.301.011-85	Técnico em Enfermagem	4,5	REPROVADO
9	Gisele Silveira de Araújo	015.706.191-40	Técnico em Enfermagem	7,0	APROVADO
12	Patricia Paulina da Silva	846.369.041-68	Técnico em Enfermagem	5,5	APROVADO
13	Edna Maria de Sena	483.644.951-00	Técnico em Enfermagem	4,5	REPROVADO
17	Raquel Gonçalves da Cruz	858.280.922-00	Técnico em Enfermagem	4,0	REPROVADO
20	Sandra da Silva Pontes dos Santos	880.601.951-15	Técnico em Enfermagem	4,0	REPROVADO
21	Roberto Teixeira da Silva Junior	059.039.741-98	Técnico em Enfermagem	7,0	APROVADO
23	Janaina Lisboa de Almeida Neves	733.604.571-53	Técnico em Enfermagem	4,0	REPROVADO
27	Ozias Cerqueira do Nascimento	517.245.102-15	Técnico em Enfermagem	4,5	REPROVADO
29	Ivonete Ferreira dos Santos	880.420.491-53	Técnico em Enfermagem	6,0	APROVADO
37	Letícia Alves da Fonseca	041.718.521-96	Técnico em Enfermagem	6,0	APROVADO
38	Neura Carvalho da Costa	736.636.542-49	Técnico em Enfermagem	3,5	REPROVADO
39	Marisa Galvani da Silva	593.721.251-72	Técnico em Enfermagem	5,0	APROVADO
40	Marilene Terezinha Hommerding	832.192.341-00	Técnico em Enfermagem	5,0	APROVADO
48	Iara Jane de Oliveira	797.043.362-68	Técnico em Enfermagem	4,5	REPROVADO
49	Norma Alves da Silva	992.012.831-72	Técnico em Enfermagem	6,0	APROVADO
51	Rosa Ivane Moretto Borholn	550.901.411-34	Técnico em Enfermagem	6,0	APROVADO
52	Craude dos Santos	389.225.922-49	Técnico em Enfermagem	AUSENTE	NÃO COMPARECEU
53	Jucileide Vieira de Souza	024.488.531-18	Técnico em Enfermagem	5,5	APROVADO
59	Gessika Paula Battisti	004.542.641-43	Técnico em Enfermagem	4,0	REPROVADO
61	Katia Cristina Silva da Costa	003.692.811-95	Técnico em Enfermagem	5,0	APROVADO

TÉCNICO EM ENFERMAGEM SEDE (UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA)					
Numero de inscrição	**Mome**	**CPF**	**Habilitação**	Pontuação **Prova Escrita**	**Resultado**
8	Marlene Ribas de Paula	650.619.261-53	Técnico em Enfermagem	5,0	CLASSIFICADO
19	Sonia Rodrigues da Costa	635.114.102-82	Técnico em Enfermagem	5,0	CLASSIFICADO
24	Anatalia Silva Araújo	010.588.891-50	Técnico em Enfermagem	9,0	APROVADO
28	Otilia Maris de Jesus Neta Oliveira	894.055.101-00	Técnico em Enfermagem	1,5	REPROVADO
33	Lidiane Machado Pereira	011.170.261-59	Técnico em Enfermagem	3,5	REPROVADO
34	Rosicler Rosiene da Silva Souza	766.353.332-15	Técnico em Enfermagem	5,0	CLASSIFICADO
41	Suelen Rodrigues da Coosta	053.158.371-65	Técnico em Enfermagem	7,5	APROVADO
42	Jackeline da Silva Spanhol	060.534.191-50	Técnico em Enfermagem	6,5	APROVADO
43	Cleiton Porfirio da Silva	011.751.971-57	Técnico em Enfermagem	4,5	REPROVADO
44	Roseni de Fátima Donato	868.013.331-00	Técnico em Enfermagem	5,0	CLASSIFICADO
45	Ivone da Silva	586.667.882-91	Técnico em Enfermagem	5,0	CLASSIFICADO
50	Lorrayne Alves dos Santos	062.713.261-88	Técnico em Enfermagem	AUSENTE	NÃO COMPARECEU
54	Sinthia Caroline Feiten Wagner	056.774.481-76	Técnico em Enfermagem	4,5	REPROVADO
55	Cristina Pereira da Silva	009.884.411-36	Técnico em Enfermagem	4,5	REPROVADO
60	Dayane Cristina Alves Cabral	044.379.371-98	Técnico em Enfermagem	4,5	REPROVADO

TÉCNICO EM ENFERMAGEM CONSELVAN					
Numero de inscrição	**Mome**	**CPF**	**Habilitação**	Pontuação **Prova Escrita**	**Resultado**
5	Sheila Mann Carriel	021.740.621-19	Técnico em Enfermagem	AUSENTE	NÃO COMPARECEU
16	Renilda da Silva	058.722.234-47	Técnico em Enfermagem	4,0	REPROVADO
25	Nattiele Anceschi da Silva	006.912.542-22	Técnico em Enfermagem	5,0	APROVADO
32	Cleonice Velozo Camâra	629.161.812-53	Técnico em Enfermagem	5,5	APROVADO
58	Valdir Pereira Viana	045.218.781-80	Técnico em Enfermagem	4,5	REPROVADO

	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MILAGROSA				
Numero de inscrição	**Mome**	**CPF**	**Habilitação**	Pontuação **Prova Escrita**	**Resultado**
	Luciene Costa Viana	782.158.382-00	Técnico em Enfermagem	4,0	REPROVADO

TÉCNICO EM ENFERMAGEM AR - 02					
Numero de inscrição	**Mome**	**CPF**	**Habilitação**	Pontuação **Prova Escrita**	**Resultado**
NÃO HOUVE INSCRITOS					

TÉCNICO EM ENFERMAGEM SAMU 192					
Numero de inscrição	**Mome**	**CPF**	**Habilitação**	Pontuação **Prova Escrita**	**Resultado**

2	Greice Ferreira Machado	001.724.761-60	Técnico em Enf. Socorrista	**7,5**	APROVADO
6	Rodrigo Battisti	024.738.321-02	Técnico em Enf. Socorrista	AUSENTE	NÃO COMPARECEU
15	Geovana Jardini Brandão	652.047.861-04	Técnico em Enf. Socorrista	4,5	REPROVADO
22	Paula Signor	621.327.761-72	Técnico em Enf. Socorrista	3,0	REPROVADO
36	Odenil Gomes da Silva	725.150.821-49	Técnico em Enf. Socorrista	4,0	REPROVADO
47	Kelly Alves do Amaral	025.169.011-35	Técnico em Enf. Socorrista	4,0	REPROVADO
MOTORISTA SAMU 192					
Numero de inscrição	**Nome**	**CPF**	**Habilitação**	Pontuação **Prova Escrita**	**Resultado**
4	Paulo Lemes Pereira	326.905.502-10	Motorista Socorrista	4,5	REPROVADO
11	Romildo Alves de Souza	769.749.441-87	Motorista Socorrista	3,5	REPROVADO
14	Ozéias de Paula dos Reis	021.305.031-52	Motorista Socorrista	6,5	APROVADO
18	Elói Augusto Eger	884.984.841-20	Motorista Socorrista	3,5	REPROVADO
26	Augustinho Nascimento Silva	822.712.671-53	Motorista Socorrista	5,0	CLASSIFICADO
30	Vanderlino Alves Souza	016.000.691-00	Motorista Socorrista	7,5	APROVADO
31	Silvonei Neves de Almeida	013.818.662-63	Motorista Socorrista	6,0	APROVADO
35	Nagel Erick Horn Martins	003.616.625-96	Motorista Socorrista	5,0	CLASSIFICADO
46	Tiago da Cruz Marques	023.049.111-10	Motorista Socorrista	5,5	APROVADO
56	Auran Donadel Menezes	023.773.861-99	Motorista Socorrista	5,5	CLASSIFICADO
	Auriscures Fortaleza Vilela	898.014.151-34	Motorista Socorrista	4,5	REPROVADO

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 135/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: KELEN CRISTINA PITOL; REFERENTE À CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017; VALOR MENSAL R$ 1.306.93; VIGÊNCIA: 02/05/2018 A 21/12/2018.

PORTARIA Nº 10.084/2018

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora **Srª. Luiza Schimainski"***

O Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 40, parágrafo 1º, incisos III, alínea "a" da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº. 41/2003, c/c art. 12, inciso III, alínea "a", da Lei Municipal nº. 637 de 13 de outubro de 2006, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/MT; Lei municipal n.º 095/2014, que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreira e remuneração para os profissionais da educação básica; e Lei 129/2018 que dispõe da recomposição salarial dos profissionais da Educação do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição,** a servidora, **SRª. LUIZA SCHIMAINSKI**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 668366 SSP-MT e inscrita no CPF sob o nº. 537.957.501-30, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura; matricula nº 1711; 25 horas semanais, contando com 29 anos, 09 meses e 28 dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, com base na integralidade da média** conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2018.04.00032P,** a partir de **02/05/2018**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a partir de 02 de maio de 2018**, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 22 dias de maio de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 136/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: EDNA DA SILVA; REFERENTE À CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017; VALOR MENSAL R$ 1.306.93; VIGÊNCIA: 03/05/2018 A 21/12/2018.

PORTARIA Nº 10.083/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, V, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a **Srª. LUIZA SCHIMAINSKI**, portadora da cédula de identidade nº. 668366 SSP/MT e inscrita no CPF n.º 537.957.501-30, servidora Efetiva no cargo de PROFESSORA**,** em virtude da concessão do benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2018.04.00032P,** a partir de **02/05/2018**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 22 dias de maio de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 139/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MEIRIANE APARECIDA CERCHI; REFERENTE À CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017; VALOR MENSAL R$ 1.306.93; VIGÊNCIA: 15/05/2018 A 21/12/2018.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.322/2018

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTARIA CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 297.326,00 (DUZENTOS E NOVENTA E SETE MIL TREZENTOS E VINTE E SEIS REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1596 de 16 de maio de 2018.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentária no valor de R$ 297.326,00 (duzentos e noventa e sete mil trezentos e vinte e seis reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		***VALOR***
02.001.04.122.002.2002 – Gestão do Gabinete do Prefeito			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	4.320,00
03.001.04.122.0002.2005 – Gestão da Sec. de Governo e Planejamento			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	12.800,00
04.001.04.122.0002.2007 – Gestão da SEMAD			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	65.326,00
05.001.04.123.0003.2012 – Gestão da SEMUFI			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	98.000,00
06.001.08.122.0002.2013 – Gestão da Assistência Social			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	10.800,00
06.002.08.244.0007.2017 – Manutenção do atendimento Social			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	2.160,00
06.002.08.243.0006.2016 – Manutenção do Conselho Tutelar			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	2.160,00
07.002.12.361.0009.2025 – Man. e Desenv. do Ensino Fundamental			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.01*	R$	9.450,00
07.002.12.364.0009.2033 – Manutenção do Ensino Superior			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	4.320,00
07.002.12.361.0009.2026 – Manutenção do Salário Educação			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.15*	R$	19.440,00
07.002.12.365.0009.2035 – Man. do Aprendizado Infantil - Creche			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.01*	R$	8.370,00
07.005.27.812.0011.2043 – Man. das Atividades de Esporte e Lazer			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	2.160,00
08.001.04.122.0002.2044 – Gestão da Sec. de Infraestrutura			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	4.320,00
08.004.17.512.0015.2050 – Gestão Dep. de Água e Esgoto			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	10.500,00
09.001.10.122.0016.2052 – Gestão da Sec. Mun. de Saúde			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.02*	R$	15.120,00
09.002.10.302.0018.2060 – Man. das Ações do Atend. Hosp. Amb. Emerg.			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.02*	R$	15.120,00
09.002.10.302.0018.2062 – Manutenção das Ações do SAMU			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.14*	R$	2.160,00
10.001.20.122.0021.2069 – Gestão da SEMDER			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	6.480,00
11.002.18.541.0025.2078 – Gestão Ambiental			
3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – P. Jurídica	*01.00*	R$	4.320,00
TOTAL		**R$**	***297.326,00***

ARTIGO 2º Para cobertura dos créditos adicionais especiais abertos no artigo anterior serão anulados saldos orçamentários das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	*Fonte*		VALOR
02.001.04.122.002.2002 – Gestão do Gabinete do Prefeito			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	*01.00*	R$	4.320,00
03.001.04.122.0002.2005 – Gestão da Sec. de Governo e Planejamento			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.00*	R$	10.800,00
03.001.04.131.0002.2006 – Divulgação dos Atos Administrativos			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	*01.00*	R$	2.000,00
04.001.04.122.0002.2007 – Gestão da SEMAD			
3390.1400 – Diárias	*01.00*	R$	1.856,00
3390.3500 – Serviços de Consultoria	*01.00*	R$	6.350,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	*01.00*	R$	57.120,00
05.001.04.123.0003.2012 – Gestão da SEMUFI			
3390.3500 – Serviços de Consultoria	*01.00*	R$	52.200,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.00*	R$	45.800,00
06.002.08.244.0007.2017 – Manutenção do atendimento Social			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.00*	R$	4.833,00
06.002.08.243.0006.2016 – Manutenção do Conselho Tutelar			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.00*	R$	2.160,00
06.002.08.244.0007.2019 – Manutenção do CREAS			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.00*	R$	8.127,00
07.002.12.361.0009.2031 – Aquisição de Uniformes – Ens. fundamental			
3390.3200 – Material de Distribuição Gratuita	*01.00*	R$	2.160,00
07.002.12.361.0009.2025 – Man. e Desenv. do Ensino Fundamental			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.01*	R$	9.450,00
07.002.12.364.0009.2033 – Manutenção do Ensino Superior			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.00*	R$	4.320,00
07.002.12.361.0009.2026 – Manutenção do Salário Educação			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.15*	R$	19.440,00
07.002.12.843.0009.9006 – Juros e Amortização de Dívidas			
3290.2100 – Juros Sobre Divida por Contrato	*01.01*	R$	8.370,00
08.001.04.122.0002.2044 – Gestão da Sec. de Infraestrutura			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.00*	R$	4.320,00
09.001.10.122.0016.2052 – Gestão da Sec. Mun. de Saúde			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.02*	R$	15.120,00
09.002.10.301.0017.2056 – Manutenção das Ações da Saúde Bucal			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.02*	R$	15.120,00
09.002.10.302.0018.2062 – Manutenção das Ações do SAMU			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.14*	R$	2.160,00

10.001.20.608.0021.2068 – Desenvolvimento da Psicultura			
3390.3200 – Material de Distribuição Gratuita	*01.00*	R$	6.480,00
11.002.18.541.0025.2078 – Gestão Ambiental			
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física	*01.00*	R$	10.500,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica.	*01.00*	R$	4.320,00
TOTAL		**R$**	***297.326,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 17 dias do mês de maio de 2018

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PUBLICAÇÃO DE AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – E PRORROGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado pela Portaria *9.859/2018*, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que a sessão de julgamento do **Pregão Presencial nº. 014/2018**, do tipo **menor preço por item**, objetivando a aquisição de motocicletas zero km para atender as necessidades das Secretariais Municipais de Administração e Infraestrutura deste Município, com abertura no dia 22/05/2018, às 08h00min, restou **DESERTA**. E que no uso de suas atribuições, determina a **PRORROGAÇÃO do certame**, estipulando nova data para a entrega e abertura dos envelopes das empresas interessadas em participar do certame, **sendo o dia 05 de junho de 2018, ás 14h00min, horário local, na sala de licitações desta Prefeitura. E sendo mantidas as demais disposições editalícias.** Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900 no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min ás 17h00min ou através do endereço eletrônico.

Aripuanã – MT, 02 de abril de 2018

Daniel Botoni

Pregoeiro

FAPEMA-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ARIPUANÃ/MT

PORTARIA N.º 058/2018

"Dispõe sobre a concessão dos benefícios de Auxílio-Doença."

A Secretária Municipal de Administração de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal nº 637/2006, de 13 de outubro de 2006, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio-Doença, aos servidores abaixo relacionados, com os direitos a eles inerentes, conforme Atestado e Laudo Médico Pericial:

Portaria	Processo/ Benefício	Nome	Lotação	Período
49/ 2018	**2018.05. 00028P Auxílio-Doença**	**Esdra Dias**	Secretaria Municipal de Saúde	26.04. 2018 A 10.05. 2018
50/ 2018	**2018.05. 00025P Auxílio-Doença**	**Alzinete Batista Garcia**	Secretaria Municipal de Saúde	05.05. 2018 A 19.05. 2018
51/ 2018	**2018.05. 00027P Auxílio-Doença**	**Isaias Tubaroski**	Secretaria Municipal de Infraestrutura – Departamento de Água e Esgoto	19.05. 2018 A 02.06. 2018
52/ 2018	**2018.05. 00001R6 Auxílio-Doença**	**Gervasio Pacheco de Pinho**	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	29.04. 2018 A 21.07. 2018
53/ 2018	**2018.05. 00031P** Auxílio-Doença	**Ivani Marques da** Silva Alves	Secretaria Municipal de Saúde	28.05. 2018 A 06.06. 2018
54/ 2018	**2018.05. 00030P** Auxílio-Doença	**Helena Melek Alves de Oliveira**	Câmara Municipal de Vereadores	30.05. 2018 A 28.06. 2018
55/ 2018	**2018.05. 00019P** Auxílio-Doença	**Imar da Silva Queiroz**	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	14.05. 2018 A 07.07. 2018
56/ 2018	**2018.05. 00005R1** Auxílio-Doença	**Edylaina** Aparecida de Souza Carvalho	Secretaria Municipal de Saúde	05.05. 2018 A 29.07. 2018
57/ 2018	**2017.05. 00048R5** Auxílio-Doença	**Ilma Silva de Souza**	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	01.05. 2018 A 27.10. 2018

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Aripuanã-MT, aos 22 dias de maio de 2018.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária **Municipal de** Administração

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 134/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: JAINE EICHENBERG; REFERENTE À CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017; VALOR MENSAL R$ 1.306.93; VIGÊNCIA: 02/05/2018 A 21/12/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES
PORTARIA Nº008/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade a servidora Sra. ***Hirini Lopes de Souza****."*

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres/MT – BARRAPREVI, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constituição n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n.º **1.554, de 04 de junho de 2005**, que rege a previdência municipal, Anexo da Lei Complementar n.º 052 de 11 de julho de 2013, que Reestruturou o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores do Município e Lei Municipal nº 2.314/2018 que corrige o salário dos servidores públicos municipais em virtude da revisão geral anual da remuneração;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade**, a servidora Sra. **Hirini Lopes de Souza**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0415314-6- SESP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 459. 283.471-20, servidora efetiva no cargo Auxiliar de Manutenção e Conservação - Cozinheira, Nível "08", Classe "A", contando com 16 anos, 09 dias de tempo de contribuição, sob a matricula n.º 000705, lotada na Secretaria Municipal de Saúde com **proventos proporcionais,** conforme processo administrativo do BARRA-PREVI, n.º 2018.02.00010P, a partir da data de 01/05/2018 até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a data de 01 de maio de 2018,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barra do Bugres/MT, 02 de maio de 2018.

JOSÉ EPIFANIO BRAGA

Diretor Executivo do BARRA-PREVI

Homologo:

Raimundo Nonato de Abreu Sobrinho

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 06/2018 SRP

O município de Barra do Bugres – MT torna publico a retificação da licitação pregão presencial 06/2018 SRP, item 6.3.3 onde se lê: Lei Federal nº. 9.317/96, leia-se: Lei Complementar 123/2006; item 6.3.1 onde se lê: ..., "dispensado na hipótese de empresa constituída no ano de 2016", leia-se: ..., "dispensado na hipótese de empresa constituída em ano posterior a 2016". Maiores informações e retificação poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Departamento de licitações, Paço Municipal, sito à Praça Ângelo Masson, 1000, Centro, das 07:00 as 12:00, telefone (065)3361-3868 ou site www.barradobugres.mt.gov.br/sic.

Barra do Bugres-MT, 21 de maio de 2018.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE DECISÃO/RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 022/2018/PMBG-MT

AVISO DE DECISÃO/RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 022/2018/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público DEFERE PARCIAL pedido de Impugnação apresentada pelas empresas: INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE TERAPIA INTENSIVA LTDA CNPJ Nº 018.146.705/0001-87 e SOCIEDADE MATOGROSSENSE DE ASSISTÊNCIA EM MEDICINA INTERNA LTDA CNPJ Nº 08.734.721/0001-37 ao Pregão Presencial Nº 022/2018. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DE ATÉ 20 (VINTE) LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL MUNICIPAL E PRONTO SOCORRO MILTON PESSOA MORBECK DE BARRA DO GARÇAS.** Nova data a ser realizado: Dia 08/06/2018 as 08:30h (horário local). Novo Edital e Demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 22/05/2018.

PORTARIA Nº 13.740 DE 18 DE MAIO DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, pelo período compreendido entre 27/04/2018 a 25/07/2018, 03 (três) meses de Licença-Prêmio, referente ao quinquênio 2012/2017, à servidora **LUCIENE RAMPIS DA SILVA SANTOS LONGUINHO,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de abril de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT, aos 18 dias do mês de maio de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTRADAS VICINAIS VOADEIRA I, II, PAULISTINHA, MATA DA FOME E BICO DA SERRA

Licenciamento Ambiental para estradas vicinais Voadeira I, Voadeira II Paulistinha, Mata da Fome e Bico da Serra.

Prefeitura Municipal de Barra do Garças-MT, CNPJ n° 03.439.239/0001-50, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a LO- Licença de Operação das estradas vicinais Voadeira I, Voadeira II, Paulistinha, Mata da Fome e Bico da Serra em Barra do Garças.

Barra do Garças 22/05/2018

Engenheiro Larisse Christina Garcia dos Santos

Portaria: 12.275 de 02/01/2017

PORTARIA Nº 13.741 DE 18 DE MAIO DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, pelo período compreendido entre 21/03/2018 a 18/07/2018, 03 (três) meses de Licença-Prêmio, referente ao quinquênio 2008/2013, à servidora **SALETE RODRIGUES DE FARIAS BELO,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de março de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT, aos 18 dias do mês de maio de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

CONTRATO N° 062/2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **INFOBARRA SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA LTDA,** Objeto: Fornecimento de serviços de internet para atender diversas secretarias. Valor Global: R$ 40.354,56. **Validade: 18 de Maio 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 22 de Maio de 2018.

CONTRATO N° 064/2018 TOMADA DE PREÇOS N° 008/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **A. R. ALVES,** Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de projetos, autorização de perfuração de poços tubulares profundo e serviços de outorga/lavra de direito de uso de água com captação subterrânea para perfuração de 03 (três) poços tipo artesiano. Valor Global: R$ 27.000,00. **Validade: 22 de Maio 2018. Vigência: 31 de Setembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 22 de Maio de 2018.

PORTARIA Nº 13.739 DE 18 DE MAIO DE 2.018.

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 18 de maio de 2018, do cargo comissionado de Coordenador Adjunto (DAS-3), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a Sra. **ANNA CAROLYNY L. SANTOS**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.281, de 02 de janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 18 de maio de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.743 DE 18 DE MAIO DE 2.018.

"Dispõe sobre exoneração do Quadro de Provimento Efetivo a servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o pedido protocolado sob nº 0679/2018, tendo parecer jurídico favorável,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a pedido, **a partir de 03 de maio de 2018**, do cargo de Enfermeira, a servidora **JAQUELINE PEREIRA DE SOUSA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de maio de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 18 de maio de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

CONTRATO N° 065/2018 CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 002/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **MACRO CONSTRUTORA LTDA,** Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, meio fios e calçadas, celebrado através de Convênio nº 856503/2015 SUDECO. Valor Global: R$ 2.500.246,66. **Validade: 22 de Maio 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 22 de Maio de 2018.

PORTARIA Nº 13.744 DE 18 DE MAIO DE 2.018.

"Dispõe sobre exoneração do Quadro de Provimento Efetivo o servidor que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o pedido protocolado sob nº 0684/2018, tendo parecer jurídico favorável,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a pedido, **a partir de 09 de maio de 2018**, do cargo de Médico, o servidor **JOÃO BOSCO MARTINS MORBECK,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de maio de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 18 de maio de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.742 DE 18 DE MAIO DE 2.018.

"Dispõe sobre prorrogação de Licença sem remuneração à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Prorrogar, a pedido, a partir de 26 de maio de 2018, licença sem remuneração, concedida através da Portaria nº 12.798, de 05/06/2017, à servidora **MARIA SÔNIA DOS SANTOS RIBEIRO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 02 (dois) anos, compreendido entre **26 de maio de 2018 até 26 de maio de 2020,** para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 18 de maio de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

CONTRATO N° 063/2018 TOMADA DE PREÇOS N° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **A. S. CONSTRUTORA LTDA,** Objeto: Contratação de empresa especializada para reforma de ponte de madeira sobre o córrego passa vinte e readequação do prédio onde funcionou a UBS Sena Marques na Bairro São João. Valor Global: R$ 99.250,84. **Validade: 22 de Maio 2018. Vigência: 31 de Setembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 22 de Maio de 2018.

PORTARIA Nº 13.745 DE 18 DE MAIO DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de licença à adotante à servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o teor da sentença proferida no processo código nº 261710, Ação de Guarda, em trâmite perante a 1ª Vara Cível desta Comarca,

Considerando o disposto no Artigo 91 da Lei Complementar nº 03/1991,

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder, a pedido, licença à adotante, com remuneração, à servidora **DEUVANY CAMPOS RESENDE DA SILVA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo prazo de 30 dias, em razão de adoção de criança com mais de um ano de idade, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 18 de maio de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 169/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CLEONICE FIRMINA DE JESUS**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua C, s/nº, no bairro Vila Irene, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 744 304 SSP/MT e CPF n.º 496.167.901-10, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **CLEONICE FIRMINA DE JESUS,** no cargo de **ADI**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais**, para acompanhar os alunos Leidy Gisely Lopes Loiola (matutino) e João Marcos da Silva Campos (vespertino), ambos com laudo médico, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de Março de 2018 e término em 21 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/ unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
07.070.3.0	12.361.1004.2.070	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla

e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de Março de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 001/2018-CMEC/MT

Dispõe sobre renovação de autorização e validação de estudos de etapas ofertadas pela **Escola Municipal Izabel Campos**, situada à Rua Travessa dos Atletas s/nº, Bairro Marajoara, no município de Cáceres – MT.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÁCERES-MT, no uso de suas atribuições legais, mediante a Lei 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consoante a Lei 2.162/08, alterada pela Lei nº 2.327 de 28/05/2012 e Regimento Interno do CMEC/MT, com base na Resolução nº 005/09/CMEC-MT, considerando o processo número 026317 protocolado no Conselho Municipal de Educação de Cáceres no dia 21/11/2017, e por decisão dos Conselheiros em Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação em 08/05/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Renovar a autorização da Educação Básica, etapas Educação Infantil (pré-escola – 05 anos) e Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da Escola Municipal Isabel Campos, por 03 (três) anos, no período de 01/01/2018 a 31/12/2020, devendo a mantenedora atender a recomendação contida no Parecer n°002/2018/CMEC/MT.

Art. 2º – Validar estudos, realizados pelos alunos da Educação Básica nas etapas Educação Infantil (pré-escola 04 e 05 anos) e Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), referentes ao período de 05/11/2015 a 31/12/2016 e ano letivo de 2017 da Escola Municipal Isabel Campos.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA PUBLICADA

CUMPRA-SE

Cáceres-MT, 08 de Maio de 2018.

Profº. Luis Aurélio Alves

Presidente do Conselho Municipal de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 001/2018-CMEC/MT

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÁCERES-MT, no uso de suas atribuições legais, mediante a Lei 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consoante a Lei CMEC nº 2.162/08, alterada pela Lei nº 2.327 de 28/05/2012 e Regimento Interno do CMEC/MT, com base na Resolução nº 005/09/CMEC-MT, considerando o processo número 026217 protocolado no Conselho Municipal de Educação de Cáceres em 21/11/2017, e por decisão dos Conselheiros em Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação em 08/05/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Recredenciar a Escola Municipal Izabel Campos, situada à Rua Travessa dos Atletas s/nº, Bairro Marajoara, neste município de Cáceres – MT;

Parágrafo Único - O presente ato terá vigência de 03 (três) anos, no período de **01/01/2018 a 31/12/2020, devendo a mantenedora atender a recomendação contida no Parecer nº002/2018/CMEC/MT.**

Art. 2º - Para que a Escola Municipal Izabel Campos possa ministrar a Educação Básica, etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental, objeto desta portaria, esta deve estar devidamente autorizada por este conselho nos termos da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA PUBLICADA

CUMPRA-SE

Cáceres-MT, 08 de maio de 2018.

Profº. Luis Aurélio Alves

Presidente do Conselho Municipal de Educação

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 28/2018

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

Considerando o que consta no processo nº 7651 de 19 de fevereiro de 2018;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 080 de 22 de fevereiro de 2018.

RESOLVE:

I - **CONVOCAR** os candidatos Aprovados e Classificados no Processo Seletivo simplificado nº 001/2018**, Escolas Urbanas e Escolas do Campo,** para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Getúlio Vargas, 838, bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria de Saúde, no dia **23/05/2018 (quarta-feira), às 13:30h** para compor o quadro de vagas apresentadas por esta Secretaria, conforme **anexo I** deste edital;

II – DISPONIBILIZAR a vaga disposta no **anexo I,** para manifestação dos candidatos classificados no Processo Seletivo 001/2018, no referido cargo, quanto ao interesse e disponibilidade na vaga apresentada. A atribuição será realizada de acordo com a ordem de classificação dos candidatos e quantidade de vagas existentes.

III – INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo II.**

Cáceres, 22 de maio de 2018**.**

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

ESCOLAS URBANAS – AMPLA CONCORRÊNCIA

ESCOLAS URBANAS – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA

CL	NOME	PONTUAÇÃO	CD(*)	DATA DE NASC.	SITUAÇÃO
107	FABIANA APARECIDA MARTINS DE CASTRO	7,00	MI	22/08/1984	CLASSIFICADO
108	ELISANGELA GOMES DA SILVA ALMEIDA	7,00	MI	13/09/1984	CLASSIFICADO
109	APARECIDA SANTANA DOS SANTOS	7,00	MI	27/09/1984	CLASSIFICADO

ESCOLAS URBANAS – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: GUARDA

CL	NOME	PONTUAÇÃO	CD(*)	DATA DE NASC.	SITUAÇÃO
27	WANDERLEI GASPAR XAVIER	5,00	MI	22/03/1988	CLASSIFICADO

ESCOLAS DO CAMPO – AMPLA CONCORRÊNCIA

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CL	NOME	PONTUAÇÃO	CD(*)	DATA DE NASC.	SITUAÇÃO
01	VANIRA CEBALHO DE SOUZA DA SILVA	5,00	MI	01/10/1972	CLASSIFICADO

ESCOLAS DO CAMPO – AMPLA CONCORRÊNCIA

NÚCLEO BURITI

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CL	NOME	PONTUAÇÃO	CD(*)	DATA DE NASC.	SITUAÇÃO
01	ROSELAINE CIRILA MOURA DOS S C DA SILVA	5,00	MI	11/09/1993	CLASSIFICADO

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); Certidão de Casamento ou Nascimento; Título de Eleitor; Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais; Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho); Cadastro do PIS/PASEP Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC (AUTENTICADO); Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes; Certidão de Nascimento dos filhos; Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); Comprovante de Residência à data da Contratação; Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida em cartório; Atestado Médico Admissional; Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais. Declaração de Bens com firma reconhecida em cartório; Certidão Negativa de Débitos junto ao município; Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função, com firma reconhecida em cartório; Telefone e e-mail.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 323 DE 17 DE MAIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto

nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 21777 de 14 de maio de 2018,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a pedido o servidor **REGINALDO PEREIRA DE SOUZA** – Enfermeiro, lotado na Secretaria de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 11 de maio de 2018.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 17.05.18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 326 DE 18 DE MAIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 22447 de 17 de maio de 2018,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a servidora **CRISTIANE MALHO ABBADE GOUVEIA SEBASTIÃO** do Decreto nº 059 de 02 de fevereiro de 2018 do cargo de Gerência do CRAS I da Secretaria de Assistência Social, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 17 de maio de 2018.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Assistência Social

Afixado em: 18.05.18.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 31/2018 PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COMUNICA O TERMO ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2018–ORIUNDA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2017 DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS-TO.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de veículos novos para atender a demanda da Prefeitura do município de Cáceres/MT.

CONTRATADA: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA, CNPJ: 59.104.422/0024-46

VALOR: R$ 444.327,40 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e sete reais e quarenta centavos)

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 22 de maio de 2018.

Maikon Carlos de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 079/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARIA DE FATIMA VIANA MENDES**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Av. Silvestre Carlos, s/nº, Bairro: Centro, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1415653-9 SSP-MT e CPF n.º 93959141149, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARIA DE FATIMA VIANA MENDES,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, a que se refere o Decreto nº _____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Buriti, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais** em substituição a Adriana de Fatima Bernardes Rodrigues que está de atestado médico, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **26 de fevereiro de 2018 e término em 23 de agosto de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (UM MIL, SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E DOZE CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
02.070.3.0	12.361.1004.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 FUNDEB 60%	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 27 de fevereiro de 2018

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 244 DE 22 DE MAIO DE 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 22837 de 21 de maio de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados**,** lotado na Secretaria de Finanças, como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Titular: ELISEU LUCAS MONTEIRO

Suplente: KEILA APARECIDA FERREIRA BERGAMO

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
073/2018	RLZ INFORMÁTICA LTDA	Contratação de serviços de Assessoria e Consultoria Contábil, Orçamentária e Financeira destinado a atender as atividades da Secretaria de Finanças e Planejamento da Prefeitura Municipal de Cáceres.	20/04/18	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Finanças e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 22 de maio de 2018.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Afixado em: 22.05.18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 223 DE 10 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO A Lei Orgânica da Saúde nº 8080/90-SUS que conceitua a Vigilância Sanitária, como um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir e prevenir risco à saúde e intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo o controle de bens de consumo que direta ou indiretamente se relacionam com a saúde, compreendendo todas as etapas e processos da produção ao consumo, como da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com que atua em diversos ramos: dos alimentos, dos medicamentos, dos produtos biológicos, dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos e demais serviços de interesse à saúde;

CONSIDERANDO o parecer técnico nº 441/93-Ministério da Educação (C. F. E), processo nº 23001000029/93-96;

CONSIDERANDO a importância das ações de fiscalização e educação sanitária, as quais promovem sensíveis reduções na demanda aos serviços de saúde;

CONSIDERANDO que as ações de vigilância sanitária competem privativamente ao Sistema Único de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal de nº 277 de 13 de agosto 1997 que dispõe sobre execução das ações de vigilância sanitária e serviço de saúde no Município de Cáceres/MT;

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº 17295, de 17 de abril de 2018,

R E S O L V E:

ART. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para desenvolverem as ações de Fiscal de Vigilância Sanitária enquanto permanecem lotados na Coordenadoria de Vigilância em Saúde/Vigilância Sanitária.

ALEXSANDER LEANDRO MARQUES

ALICE SUMITANI SANTOS

ANDREIA DO NASCIMENTO JATOBA

EDNILSON DAS DORES CEBALHO

JOSE BENILTON LEITE POMPILHO

JOSUE VALDEMIR DE ALCANTARA

MARCELO GUALBERTO DE ARRUDA

ART. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 159 de 10 abril de 2018.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de maio de 2018

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 10.05.2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 236 DE 16 DE MAIO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE no uso das atribuições que lhe confere a **Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:**

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 21839, de 14 de maio de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores, **Felipe Luiz Cacefo Alfino e Michela Marcia Camargo da Silva Egues** como responsáveis pela fiscalização da execução das obras e **Daniel da Silva Moraes**, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
087/17	GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME	O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção da UPA – Unidade de Pronto Atendimento, do município de Cáceres –MT.	10/05/18	24 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de maio de 2018.

ANTÔNIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 16.05.18.

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 273/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o(a) senhor(a) **SUELEN TATYANE DA SILVA CAMPOS**,brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida Olavo Bilac, Nº 433, Bairro Monte Verde, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG 2252945-4 SSP/MT e CPF n.º 039.054.641-01, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do(a) senhor(a) **SUELEN TATYANE DA SILVA CAMPOS,** no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Coordenação de Merenda Escolar, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em vaga livre, cargo não contemplado no concurso público, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **22 de março de 2018 a 31 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 657,92 (Seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos) e mais complemento salarial de R$ 279,08 (duzentos e setenta e nove reais e oito centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/ unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
07.070.3.0	12.361.1004.2.070	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE: a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 21 de março de 2018.

_____

CONTRATADO(A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 275/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o(a) senhor(a) **WELLITON FERNANDES RAMOS**,brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida Sete de Setembro, Nº 1043, Centro, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG 19445273-0 SSP/MT e CPF n.º 030.664.651-01, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do(a) senhor**, WELLITON FERNANDES RAMOS** no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Coordenadoria de Logística e Alimentação Escolar, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais,** em vaga livre. Cargo não comtemplado no concurso público, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **22 de março de 2018 a 31 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 657,92 (Seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos) e mais complemento salarial de R$ 279,08 (duzentos e setenta e nove reais e oito centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/ unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
07.070.3.0	12.361.1004.2.070	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 22 de março de 2018.

_____

CONTRATADO(A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 076/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUCIENE DE FATIMA MENDES**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na rua da Felicidade, nº 28, Bairro: Junco, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 735216 SSP/MT e CPF n.º 857.143.561-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LUCIENE DE FATIMA MENDES,** no cargo de **ADI**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Paulo Freire, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **27 de fevereiro de 2018 e término em 21 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/ unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
07.070.3.0	12.361.1004.2.070	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 27 de fevereiro de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 304/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ADRIANA NOVAIS ZUCHINI** , brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Pinheirais, s/nº, Bairro Massa Barro, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1691456-2 SSP/MT e CPF n.º 013.024.441-40, daqui por diante denominado Contratado(a), com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ADRIANA NOVAIS ZUCHINI,** Professor (a) Licenciado (a) em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, a que se refere o Decreto nº _____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 30 (TRINTA) horas semanais** assumiu a direção da escola Santos Dumont, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **14 de março de 2018 e término em 04 de janeiro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.586,16 (DOIS MIL, QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
02.070.3.0	12.361.1004. 2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 FUNDEB 60%	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho;

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de março de 2018.

_____

CONTRATADO(A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF

Nº:_____

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF

Nº:_____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 177/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o(a) senhor(a) **IANETE MENEZES RODRIGUES**,brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua B, Nº 21, Bairro Vila Real, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG 1051656-5 SEJSP/MT e CPF n.º 902.089.351-34, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do(a) senhor(a) **IANETE MENEZES RODRIGUES,** no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Real, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em vaga livre, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de março de 2018 a 31 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 657,92 (Seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos) e mais complemento salarial de R$ 279,08 (duzentos e setenta e nove reais e oito centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/ unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
07.070.3.0	12.361.1004.2.070	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de março de 2018.

_____

CONTRATADO(A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 128/2018

PORTARIA N.º 128/2018

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Irani Ribeiro".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar benefício de Auxílio Doença à servidora* **Irani Ribeiro,** portadora do CPF nº. 531.775.921-87, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 14/05/2018 a 21/05/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 040/2018.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 14/05/2018.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 21 de Maio de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 21.05.2018

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 127/2018

PORTARIA N.º 127/2018

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor**Marco Cesar Nelli**".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Marco Cesar Nelli**, portador do CPF nº. 120.932.638-82, *efetivo no cargo de Endodontista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 17/05/2018 a 31/05/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 041/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 17/05/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 21 de Maio de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 21.05.2018

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 126/2018

PORTARIA N.º 126/2018

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor**Olimpio Felipe dos Santos Junior**".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Olimpio Felipe dos Santos Junior**, portador do CPF nº 572.291.471-15, *efetivo no cargo de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 01/05/2018 a 31/12/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 043/2017.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 01/05/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 21 de Maio de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 21.05.2018

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 230/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LEILA NERES DA SILVA CORREA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida dos Bandeirantes, s/ n no bairro DNR, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1778365-8 SJSP/MT e CPF n.º 732.626.921-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LEILA NERES DA SILVA CORREA,** no cargo de **ADI**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitoria Regia e Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais**, para atender o aluno Guilherme Frederico Soares de Souza do 6º ano matutino na EM. Vitoria Regia e a aluna Eloise Helena de Oliveira da Silva, 4º ano vespertino na EM. Santos Dumont, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **15 de Março de 2018 e término em 21 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/ unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
07.070.3.0	12.361.1004.2.070	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarre-

tara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de Março de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA 25/2018

PORTARIA Nº 025/2018

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o Contrato AdministrativoNº009/2018-SSAAP, O Presente contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA NAS E.T.A. (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA)**, conforme solicitação do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal e valores constantes da Tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	ESPÉCIE	VALOR UNIT.	R$ Total
01	CLORO EM PASTILHA Tricloro 90% pastilhas de 200 GR.	1600	KG	16,60	R$ 26.560,00

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Geovana Carneiro de Menezes, nomeada para o cargo de Assessora Técnica Operacional desta Autarquia Municipal, por meio do Decreto n. º 278 de 18/05/2017, para exercer a fiscalização do Contrato AdministrativoNº009/2018-SSAAP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 16 de Maio de 2.018.

MARCOS DE BARROS PACHECO

Diretor Executivo Interino

*Portaria 24/2018***PORTARIA Nº 025/2018**

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o Contrato AdministrativoNº009/2018-SSAAP, O Presente contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA NAS E.T.A. (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA)**, conforme solicitação do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal e valores constantes da Tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	ESPÉCIE	VALOR UNIT.	R$ Total
01	CLORO EM PASTILHA Tricloro 90% pastilhas de 200 GR.	1600	KG	16,60	R$ 26.560,00

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Geovana Carneiro de Menezes, nomeada para o cargo de Assessora Técnica Operacional desta Autarquia Municipal, por meio do Decreto n. º 278 de 18/05/2017, para exercer a fiscalização do Contrato AdministrativoNº009/2018-SSAAP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 16 de Maio de 2.018.

MARCOS DE BARROS PACHECO

Diretor Executivo Interino

*Portaria 24/2018***PORTARIA Nº 025/2018**

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o Contrato AdministrativoNº009/2018-SSAAP, O Presente contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA NAS E.T.A. (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA)**, conforme solicitação do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal e valores constantes da Tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	ESPÉCIE	VALOR UNIT.	R$ Total
01	CLORO EM PASTILHA Tricloro 90% pastilhas de 200 GR.	1600	KG	16,60	R$ 26.560,00

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Geovana Carneiro de Menezes, nomeada para o cargo de Assessora Técnica Operacional desta Autarquia Municipal, por meio do Decreto n. º 278 de 18/05/2017, para exercer a fiscalização do Contrato AdministrativoNº009/2018-SSAAP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 16 de Maio de 2.018.

MARCOS DE BARROS PACHECO

Diretor Executivo Interino

Portaria 24/2018

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 180/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o(a) senhor(a) **CLAUDIA RAMOS DA SILVA**,brasileiro(a) residente e domiciliado(a) na Rua Onze, Nº 25, Quadra 42, Bairro: Jardim Universitário II, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG 1192471-3 e CPF n.º 939.891.721-15, daqui por diante denominada Contratado(a), com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do(a) senhor(a) **CLAUDIA RAMOS DA SILVA,** no cargo de **Guarda**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em substituição ao servidor César Augusto Rodrigues que irá usufruir férias, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de março de 2018 a 31 de julho de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 657,92 (seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos) e mais complemento salarial de R$ 279,08 (duzentos e setenta e nove reais e oito centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/ unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
07.070.3.0	12.361.1004.2.070	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico.

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de março de 2018.

_____

CONTRATADO(A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 137/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o(a) senhor(a) **MARIA ERCILIA DONATO**,brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Aviadores, Nº 1, Bairro Santos Dumont, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG 0493231-5 SESP/MT e CPF n.º 388.220.401-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do(a) senhor(a) **MARIA ERCILIA DONATO,** no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em substituição a Olinda de Souza Padilha que está em atestado médico por 90 dias a partir de 08 de fevereiro de 2018, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **12 de março de 2018 a 07 de maio de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 657,92 (Seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos) e mais complemento salarial de R$ 279,08 (duzentos e setenta e nove reais e oito centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/ unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
07.070.3.0	12.361.1004.2.070	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de março de 2018.

_____

CONTRATADO(A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 109/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **DIVINA RODRIGUES DA SILVA** , brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Mal Floriano Peixoto, nº 953, Bairro Cavalhada II Igreja São Golçalo, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1114962-0 SJ-MT e CPF n.º 807.776.861-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1. 931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **DIVINA RODRIGUES DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, a que se refere o Decreto nº _____, de

_____, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont , com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais** em substituição a Lecy Auxiliadora de Campos Santos que está na Coordenação Pedagógica, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **12 de março de 2018 e término em 21 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (UM MIL, SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E DOZE CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
02.070.3.0	12.361.1004.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 FUNDEB 60%	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de março de 2018

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Cáceres, MT, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil/88, na Lei Orgânica do Município, na Lei 1931/2005 e demais Leis que criaram os cargos, TORNA PÚBLICO a 3ª Retificação do **EDITAL Nº 005/2018 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS.**

Onde se lê:

1.1.1. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações e divulgações referentes a este concurso.

2.2. O candidato com deficiência participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, aos horários e locais de realização das mesmas, bem como às condições mínimas exigidas.

2.10. Outras especialidades, quando autorizadas previamente pela Comissão do Concurso, deverão ser providenciadas por iniciativa e às expensas do candidato.

18.3. A aprovação e a classificação definitiva geram para o candidato apenas a expectativa de direito à contratação. A Prefeitura, durante o período de validade do concurso, reserva-se o direito de proceder às contratações dos candidatos em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os empregos vagos existentes.

19.8. Os casos não previstos serão resolvidos pela Empresa MSCONCURSOS e/ou a Comissão de Concurso, à luz da legislação vigente.

5.15.2.1. Encaminhar, conforme Cronograma, o documento para Av. Getúlio Vargas, Bairro Santa Isabel nº 838 (ao lado da Secretaria Municipal de Saúde) - Cáceres - MT - CEP 78200-000, através dos Correios, utilizando o serviço de Sedex com A.R. (Aviso de Recebimento).

5.15.2.2. Entregar, conforme Cronograma, o documento em envelope A4, com nome do candidato e número da inscrição, na Av. Getúlio Vargas, Bairro Santa Isabel nº 838 (ao lado da Secretaria Municipal de Saúde) - Cáceres – MT, das 7h30min. às 11h30min. e das 13h30min. às 17h30min.

ANEXO V – CRONOGRAMA – EXCETO para o cargo de Motorista de Ônibus e para os Cargos de Professor.

FASES.	DATA PREVISTA*.
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO.	18/05/2018.
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO.	22/08/2018.

ANEXO VI – CRONOGRAMA – ESPECÍFICO para o cargo de Motorista de Ônibus e para os Cargos de Professor.

FASES.	DATA PREVISTA*.
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO.	18/05/2018.
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO.	09/10/2018.

Leia-se:

1.1.1. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações e divulgações referentes a este Processo Seletivo Público de Provas e Títulos.

2.2. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Público de Provas e Títulos em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, aos horários e locais de realização das mesmas, bem como às condições mínimas exigidas.

2.10. Outras especialidades, quando autorizadas previamente pela Comissão do Processo Seletivo Público de Provas e Títulos, deverão ser providenciadas por iniciativa e às expensas do candidato.

18.3. A aprovação e a classificação definitiva geram para o candidato apenas a expectativa de direito à contratação. A Prefeitura, durante o período de validade do Processo Seletivo Público de Provas e Títulos, reserva-se o direito de proceder às contratações dos candidatos em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os empregos vagos existentes.

19.8. Os casos não previstos serão resolvidos pela Empresa MSCONCURSOS e/ou a Comissão do Processo Seletivo Público de Provas e Títulos, à luz da legislação vigente.

5.15.2.1. Encaminhar, conforme Cronograma, o documento para Rua Antonio Maria s/nº - Centro - (Esquina com a Rua Comandante Balduíno - Atrás da Caixa Econômica Federal) Cáceres - MT – CEP 78.200-000, através dos Correios, utilizando o serviço de Sedex com A.R. (Aviso de Recebimento).

5.15.2.2. Entregar, conforme Cronograma, o documento em envelope A4, com nome do candidato e número da inscrição, na Rua Antonio Maria s/nº - Centro - (Esquina com a Rua Comandante Balduíno - Atrás da Caixa Econômica Federal) - Cáceres – MT, das 7h30min. às 11h30min. e das 13h30min. às 17h30min.

ANEXO V – CRONOGRAMA – EXCETO para o cargo de Motorista de Ônibus e para os Cargos de Professor.

FASES.	DATA PREVISTA*.
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS.	18/05/2018.
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS.	22/08/2018.

ANEXO VI – CRONOGRAMA – ESPECÍFICO para o cargo de Motorista de Ônibus e para os Cargos de Professor.

FASES.	DATA PREVISTA*.
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS.	18/05/2018.
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS.	09/10/2018.

Cáceres, MT, 21 de maio de 2018.

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação.

Antonio Carlos de Jesus Mendes

Secretário Municipal de Saúde Interino.

Arlan Martins da Silva

Presidente da Comissão do Seletivo.

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 036/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ANA MARIA OLIVEIRA PEREIRA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na rua 33 (Av. Pedro Henry Neto), Bairro: Jardim Imperial, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG 1114188-3 SJ/MT e CPF n.º 801.771.231-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ANA MARIA OLIVEIRA PEREIRA,** no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em Vaga Livre, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **26 de fevereiro de 2018 a 21 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 657,92 (Seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos) e mais complemento salarial de R$ 279,08 (duzentos e setenta e nove reais e oito centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/ unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
07.070.3.0	12.361.1017.2.071	3.1.90.11.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%	077057

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 27 de fevereiro de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 032/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **REGINETE DA SILVA MORAES,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na rua Dos Mamoeiros, nº 108 Bairro: Jardim Guanabara, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG 0943966-8 SESP/MT e CPF n.º 621.778.501-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **REGINETE DA SILVA MORAES,** no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em substituição a Josiele Maria de Brito Silva que está em readaptação de função, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **26 de fevereiro de 2018 a 21 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 657,92 (Seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos) e mais complemento salarial de R$ 279,08 (duzentos e setenta e nove reais e oito centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/ unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
07.070.3.0	12.361.1017.2.071	3.1.90.11.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%	077057

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 27 de fevereiro de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 007/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **JESSICA RAMOS DA SILVA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na rua Das Esplanadas, nº 105, Bairro: Res. Bandeirante, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 2364542-3 SEJUSP-MS e CPF n.º 037.799.501-03, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **JESSICA RAMOS DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, a que se refere o Decreto nº _____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais** em substituição a Maria Luzia Ferreira Silveira que está em readaptação, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **26 de fevereiro de 2018 e término em 21 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (UM MIL, SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E DOZE CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
02.070.3.0	12.365.1004.2.069	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 FUNDEB 60%	077046

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 27 de fevereiro de 2018

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 153/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **MARCOS ORTIZ TORRES,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Q, nº 27, Bairro: DNER, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1319233-7 SSP/MT e CPF nº 898.404. 371-00, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **MARCOS ORTIZ TORRES,** no cargo de **Motorista**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação-SME, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em vaga temporária para auxiliar na entrega de merenda escolar, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **12 de março de 2018 a 21 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 657,92 (Seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos) e mais complemento salarial de R$ 279,08 (duzentos e setenta e nove reais e oito centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária

02.070.2.0	12.361.1004.2.065	3.1.90.04.00	0.1.01.00.00	077041

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de março de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 320 /2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ELIANNE ARRUDA PIRES**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua das Opalas, nº 32, Centro, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 59.956,148 - 8 SSP-SP e CPF n.º 800.734.171-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ELIANNE ARRUDA PIRES,** no cargo de NUTRICIONISTA, a que se refere o Decreto nº _____, de _____, para exercer suas funções no Armazém de Distribuição de Alimentação Escolar - SME, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** em vaga livre, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de abril de 2018 e término em 16 de abril de 2019.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 4, 476,77 (QUATRO MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
02.070.3.0	12.361.1004.2.068	3.1.90.11.00	0.1.18.00.00	077040

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 16 de abril de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 312/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ORISVALDO JOSÉ DA SILVA,**

brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Almirante Tamandare, nº 32, Bairro São Luiz, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 239 431-4 SSP-PA e CPF n.º 372.411.412-53, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ORISVALDO JOSÉ DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, a que se refere o Decreto nº _____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Real, com **carga horária de trabalho de 30 (TRINTA) horas semanais,** o professor assumirá a função de diretor escolar, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de abril de 2018 e término em 04 de Janeiro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.586,16 (DOIS MIL, QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
02.070.3.0	12.365.1004.2.069	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 FUNDEB 60%	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à

função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de abril de 2018

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 300/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ELISANGELA DA SILVA BARBOSA** , brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Travessa da União, s/n, Bairro Cidade Alta, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1140217-2 SJ/MT e CPF n.º 846.961.091-00, daqui por diante denominado Contratado(a), com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ELISANGELA DA SILVA BARBOSA,** Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, a que se refere o Decreto nº _____, de _____, para exercer suas funções na Coordenação pedagógica na Escola Municipal Vila Real, com **carga horária de trabalho de 30 (TRINTA) horas semanais**, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **20 de março de 2018 e término em 21 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.586,16 (DOIS MIL, QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
02.070.3.0	12.361.1004.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 FUNDEB 60%	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho;

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de março de 2018.

_____

CONTRATADO(A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF

Nº:_____

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF

Nº:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2017.

Termo de Cooperação técnica nº 001/2017.

TERMO DE Cooperação QUE CELEBRAM ENTRE SI, A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS E O INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – INDEA/MT, AUTARQUIA ESTADUAL INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, E COM VISTAS À CESSÃO DE PESSOA SERVIDOR PARA COMPLEMENTAR QUADRO DE PESSOAL EM UNIDADE LOCAL DE EXECUÇÃO.

O MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS-MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ nº 00.965.152/0001-29, com sede na Rua Benônico José Lourenço, 2.170, Setor União, neste ato por seu representante legal **JEOVAN FARIA,** brasileiro, casado, Agente Político, inscrito na CIRG nº 972.265 SSP-MT e no CPF nº 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua 31 de Março, nº 1.680, Centro, nesta cidade, doravante denominado **COOPERANTE,** e do outro lado O **INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – INDEA/MT,** Autarquia Estadual, criado pela Lei 4.171/79, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14. 939.979/0001-72, com sede nesta Capital, no Centro Político Administrativo (CPA), Av. B Edifício Ceres 2º Andar, Cuiabá/MT, doravante denominado **COOPERADO,** neste ato representado por seu Presidente **GUILHERME LINARES NOLASCO,** com delegação de poderes concedidos por ato governamental publicado no Diário Oficial do Estado em 07/01/2015**,** brasileiro, casado, portador do CPF n.º 137.197.128-50 e do RG n. 14.806. 318 SSP/SP, domiciliado em Cuiabá-MT, firmam o presente Instrumento de acordo com, no que couber, à Lei 8.666/93, e **ARTIGO 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEPLAN/SEFAZ/AGE Nº 01/2009, DE 23 DE ABRIL DE 2009,** mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

Pretende o presente termo de cooperação a cessão de servidor Público Municipal, sem transferência de recursos ou ônus para o INDEA/MT, para execução de atividades administrativas na **(ULE de Campinápolis).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FORMALIDADES

O mencionado neste **TERMO DE COOPERAÇÃO COM CESSÃO DE RECURSOS HUMANOS, deverá** conter:

a. Cópia dos Documentos pessoais do Servidor Cedido (RG e CPF);

b. Declaração da Prefeitura Municipal de que o Servidor Cedido Efetivo ou Comissionado compõe o seu quadro de pessoas, bem como, sua qualificação que deverá conter o Nome, RG, CPF, Filiação, Nacionalidade, Estado Civil, Endereço de Residência, Domicílio e Telefone para Contato;

c. Cópia do Diploma ou Histórico de habilitação Escolar (mínimo Nível Médio);

d. A documentação relativa à Regularidade Trabalhista e Social;

e. Plano de Trabalho composto do anexo I, II, III e IV;

f. Após a assinatura do presente termo o mesmo deverá ser finalizado com:

f.1 Cópia do Ato Municipal que coloca o servidor à disposição do INDEA/MT;

f.2 Extrato da Publicação do Ato em Diário oficial do Estado de Mato grosso;

g. Caso o **Vínculo Jurídico entre o MUNICÍPIO/SERVIDOR** seja rompido, o INDEA/MT deverá ser notificado em prazo máximo de 5 (cinco) dias, bem como, com as informações do novo agente a ser colocado à disposição desta Autarquia;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES.

As partes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho, que passa a integrar este Termo independente de transcrição.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: O COOPERANTE se compromete a:

a. Disponibilizar em favor do INDEA/MT, o Servidor Público Municipal:

b. Garantir todos os direitos do servidor cedido, inclusive vantagens financeiras de acordo com a legislação pertinente.

c. Informar o INDEA\MT dos registros funcionais de pessoal cedido, bem como garantir a atualização da gestão no que se refere a qualquer mudança;

SUBCLÁUSULA SEGUNDA-O COOPERADO se compromete a:

a. Treinar e qualificar o servidor cedido;

b. Manter sistema permanente de acompanhamento e registro funcional de pessoal cedido, bem como garantir a atualização para a gestão municipal no que se refere à mudança de procedimentos administrativos;

c. Garantir ao gestor municipal informações sobre o início ou término da tramitação dos processos, referentes à pessoa cedida;

d. Respeitar os direitos assegurados e o regime jurídico do servidor (es) cedido (os)

e. Proporcionar condições para o desempenho das atividades atribuídas ao servidor;

f. Administrar o registro de frequência, controle da pontualidade, concessão de férias anuais, avaliação dos resultados e se manifestar nos afastamentos e demais informações, que o caso requeira;

g. Determinar a movimentação do servidor cedido, independente de sua anuência prévia, considerando a imperativa necessidade do serviço, de uma para outra Unidade, desde que tal movimentação não implique em mudança de sede, entendida esta como o município onde ocorre o exercício funcional em caráter constante;

h. Responsabilizar-se pelo deslocamento do servidor cedido, quando de sua participação em processos de capacitação fora do âmbito Municipal;

i. Assegurar o pagamento de despesas acessórias como diárias, passagens e outras decorrentes de serviços administrativos disponibilizados, desde que previstas em Plano de Trabalho e de acordo com as normas legais que regem este instrumento;

j. Apurar falta funcional grave ou de falta disciplinar praticada por servidor cedido, Mediante o devido processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa e aplicação de eventual sanção pelo COOPERANTE .

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO.

O servidor público municipal cedido, hierarquicamente submetido às ordens de servidor do INDEA/MT.

a. as funções desempenhadas são exclusivamente administrativas, que consiste em: prestar atendimento ao publico e rotinas administrativas;

b. é VEDADO ao servidor cedido a condução de veículo pertencente ao INDEA/MT.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA.

O presente instrumento terá vigência de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até **60 (sessenta) meses,** mediante termo aditivo, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES.

Os signatários do presente Instrumento poderão aditá-lo, no todo ou em parte, com exceção de seu objeto, com a devida justificativa através de Termo Aditivo, antes do término da vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

Compete a Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT exercer **AMPLA e IRRESTRITA FISCALIZAÇÃO da execução do objeto** do presente Termo de Cooperação.

a. O **INDEA/MT declara que aceita** integralmente os métodos de verificação e avaliação do presente Termo e da qualidade dos serviços prestados pelo servidor cedido.

b. A fiscalização realizada pelo Prefeitura Municipal-MT em nada restringe as responsabilidades legais do INDEA/MT.

CLÁUSULA OITAVA – DO AMPARO LEGAL.

O presente Termo de Cooperação rege-se pelas seguintes disposições:

a. Art. 5º da Constituição Federal/88;

b. Artigos 1º, 3º, 10, 11, 129, 139 e 173 da Constituição do Estado de Mato Grosso;

c. Art. 3º IV da Lei 4.171 de 31 de Dezembro de 1979 do Estado de Mato Grosso que cria o INDEA/MT;

d. Art. 5º VI, b, LEI COMPLEMENTAR N° 264, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006, que Dispõe sobre a organização e funcionamento da administração sistêmica no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

e. DECRETO do Estado de Mato grosso 1.996 DE 22 de Setembro de 1992, que aprova O Regimento Interno do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso;

f. Art. 1º, 2 e 3º do DECRETO do Estado de Mato grosso 2.101, de 18 de Agosto de 2009, que dispõe sobre a concessão de diárias a servidores públicos civis ou militares e empregados públicos da Administração Pública Direta e Indireta e dá outras providências;

g. Artigo 1º da Lei Complementar do Estado de Mato Grosso nº 265, de 28 de dezembro de 2006;

h. INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEPLAN/SEFAZ/AGE Nº 01/2009, DE 23 DE ABRIL DE 2009, publicada no diário oficial em 27/04/2009 e Atualizado pela IN Nº 05/2009.

CLÁUSULA NONA – DA SUJEITAÇÃO DAS PARTES ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS.

As partes declaram-se sujeitas aos Dispositivos Legais, com suas posteriores alterações, e às Cláusulas e Condições acordadas no presente Ins-

trumento, e, supletivamente, à legislação do Direito Privado e Público pertinente à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

A eficácia da cooperação e de seus aditivos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, que será providenciada pela Prefeitura Municipal-MT no prazo de **20 (vinte) dias,** contados a partir da data de sua assinatura, contendo os seguintes elementos:

a. Espécie, número do instrumento, ano e número do processo;

b. Identificação dos partícipes

c. Resumo do objeto;

d. Indicação de que ocorrerá sem ônus para o INDEA/MT

e. Data de assinatura do instrumento e prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA Suspensão E RECISÃO

I. O presente Termo de Cooperação poderá ser suspenso, a qualquer tempo sem prejuízo das obrigações e atribuições previstas em lei.

II. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido:

a. Por consenso das partes, desde que presentes razões e motivos de superior interesse público e conveniência administrativa;

b. Unilateralmente por Interesse Público;

c. Por superveniência da lei, fatos e ou atos que torne inviável a sua execução;

d. Por descumprimento de cláusulas e condições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Cabe ao Conselho Técnico Administrativo do INDEA/MT, ressalvada a competência específica Primeiramente e do Presidente do INDEA e depois do Prefeito Municipal, dirimir eventuais divergências, sobre matéria disciplinar, entre a Prefeitura Municipal de Campinápolis e o INDEA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o **Foro da Comarca de Cuiabá**, Capital do estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do presente, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

Em assim sendo, por estarem justos e acordados, firmam este Termo de Cooperação, redigidos em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta os seus legais e jurídicos efeitos.

Campinápolis-MT, 22 de agosto de 2017.

JEOVAN FARIA
Prefeito Municipal

GUILHERME LINARES NOLASCO
Presidente do INDEA\MT

Testemunhas:

_____

Nome:

CPF:

_____

Nome:

CPF:

PREVICAMP
PORTARIA Nº008/2018.

PORTARIA N.º 0082018

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Sr. Mariza Dias de Souza"

O Prefeito do Município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003, c/c no art. 80, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal nº. 653 de 18 de fevereiro de 2004, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campinápolis/MT; Lei nº 027 de 05 dezembro de 2011 que dispõe sobre o Plano de Cargo Carreira e Salário dos servidores da educação do Município; e o anexo I da Lei nº 1.169 de 03 de maio de 2017 que concede revisão geral anual aos servidores da Administração Publica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **Sra. MARIZA DIAS DE SOUZA**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 644263 -SSP/MT, inscrita no CPF sob o n. 452.985.051-04, servidora Efetiva no cargo de Apoio Administrativo Educacional Grupo Alimentação Escolar, Classe "C", Nível "07", 30 horas, devidamente matriculada sob nº 184, contando com 30 (trinta) anos, 08 (oito) meses e 25 (vinte e cinco) dia de tempo de contribuição, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do **PREVI-CAMP, n.º 2018.04.00005P,** a partir de **21/05/2018**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **21 de maio de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Campinápolis - MT, 22 de maio de 2018.

JEOVAN FARIA Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.687 DE 22 DE MAIO DE 2018

PORTARIA Nº 7.687 DE 22 DE MAIO DE 2018

Instaura Processo Administrativo que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito do Município de Campinápolis-MT, no uso de suas atribuições legais, e, especialmente:

CONSIDERANDO subsidiariamente a Lei Federal nº 9784/99;

RESOLVE

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo para apurar possíveis irregularidades relacionadas ao Contrato Administrativo nº061/2017.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campinápolis MT, em 22 de maio de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 002/2018.

Termo de Cooperação técnica nº 002/2018.

TERMO DE Cooperação QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – INDEA/MT, AUTARQUIA ESTADUAL INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, COM VISTAS À CESSÃO DE PESSOA SERVIDOR PARA COMPLEMENTAR QUADRO DE PESSOAL EM UNIDADE LOCAL DE EXECUÇÃO.

O **INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – INDEA/MT,** Autarquia Estadual, criado pela Lei 4.171/79, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14.939.979/0001-72, com sede nesta Capital, Avenida Jornalista Arquimedes Pereira Lima, nº. 1000, Jardim Itália, Cuiabá-Mato Grosso, CEP 78.060-746, doravante denominado **COOPERANTE,** neste ato representado por seu Presidente **GUILHERME LINARES NOLASCO,** com delegação de poderes concedidos por ato governamental publicado no Diário Oficial do Estado em 07/01/2015**,** brasileiro, casado, portador do CPF n.º 137.197.128-50 e do RG n. 14.806. 318 SSP/SP, domiciliado em Cuiabá-MT, e de outro lado o Município de Campinápolis-MTPessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ nº 00.965.152/0001-29, com sede na Avenida Benônico José Lourenço, nº 2.170, Setor União, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Srº **JEOVAN FARIA,** brasileiro, casado, Agente Político, inscrito na CIRG nº 972.265 SSP-MT e no CPF nº 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua 31 de Março, nº 1.680, Centro, nesta cidade, devidamente diplomado em 15/12/2016, firmam o presente Instrumento, no que couber, à Lei 8.666/93, e **ARTIGO 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEPLAN/SEFAZ/AGE Nº 01/2009, DE 23 DE ABRIL DE 2009,** mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

Pretende o presente instrumento a execução compartilhada de Plano de Trabalho que tem por objeto a realização descentralizada, em regime de mútua colaboração, de atividades de interesse comum, com vistas à celeridade e eficiência da Administração Pública, tendo como resultado o aprimoramento das ações de governo.

§1º Não haverá para a execução de atividades descritas no Plano de Trabalho transferência de recursos para os entes, COOPERANTE e COOPERADO.

§2º As atividades para a consecução dos objetivos estabelecidos neste Instrumento serão executadas de forma coordenada, porém com independência administrativa e financeira dos entes COOPERANTE e COOPERADO**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES.

Os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho, que passa a integrar este Termo independente de transcrição.

§1º O COOPERANTE (INDEA) se compromete a:

a. Cumprir fielmente o Plano de Trabalho integralizado neste instrumento;

b. Caso haja recurso humano, fica obrigado:

b.1. Treinar e qualificar o servidor;

b.2. Manter registro permanente de acompanhamento funcional, devendo ser entregue no ato da assinatura do presente termo os documentos previstos no plano de trabalho;

b.3. Respeitar os direitos assegurados e o regime jurídico do servidor;

b.4. Proporcionar condições para o desempenho das atividades;

b.5. Coletar e encaminhar o registro de frequência ao COOPERADO;

b.6. Manifestar quanto ao registro de frequência, controle da pontualidade, concessão de férias anuais, avaliação dos resultados, afastamentos e demais informações, que o caso requeira;

b.7. Responsabilizar-se pelo deslocamento do servidor, quando de sua participação em processos de capacitação fora do âmbito Municipal; e

b.8 Assegurar o pagamento de despesas acessórias como diárias, passagens e outras decorrentes de serviços administrativos, desde que previstas em Plano de Trabalho e de acordo com as normas legais que regem este instrumento;

§2º O COOPERADO (Município) se compromete a:

a. Cumprir fielmente o Plano de Trabalho integralizado neste instrumento;

b. Disponibilizar em favor do INDEA/MT o material e/ou recurso, exceto financeiro, para a execução das atividades de interesse comum;

c. Caso haja recurso humano, fica obrigado:

c.1. a garantir todos os direitos do servidor, inclusive vantagens financeiras de acordo com a legislação pertinente;

c.2. informar ao INDEA\MT os registros funcionais, bem como garantir a atualização da gestão no que se refere a qualquer mudança;

c.3. Garantir ao COOPERANTE informação sobre o término da execução do Plano de Trabalho com 30 dias de antecedência, sendo obrigatória a ciência dos partícipes;

c.4 Apurar falta funcional grave disciplinar praticada por servidor, mediante o devido processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa; e

c.5 O servidor envolvido na execução do presente Instrumento permanecerá com o vínculo funcional com o seu respectivo ente partícipe, não configurando vínculo empregatício de qualquer natureza com o ente diverso, nem gerando qualquer tipo de obrigação/solidariedade ente os Partícipes;

2.3.6. Assumir toda e qualquer responsabilidade pela integralidade dos serviços objetos deste Termo de Cooperação, guardando sigilo e respeito a confidencialidade das informações técnicas e demais dados que vierem a compor os trabalhos executados em decorrência deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

3.1. Os partícipes e qualquer pessoas que em seu nome esteja envolvida no manuseio das informações, comprometem-se, sem prejuízo da infração penal, cível e administrativa cabível, quando da violação do disposto na presente Cláusula, a:

3.1.1. Observar e manter, em toda a sua extensão, o sigilo das informações compartilhadas ou postas a sua disposição para execução das ações e fiscalização;

3.1.2. Adotar as medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo das informações;

3.1.3. Observar a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), em especial o artigo 31.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO.

O servidor em execução de atividades de interesse comum deve exercer funções exclusivamente administrativas de acordo com o Plano de Trabalho.

Parágrafo único. **Fica VEDADA ao servidor a condução de veículo oficial estadual.**

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA.

O presente instrumento terá vigência de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até **60 (sessenta) meses,** mediante Termo Aditivo, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES.

Os signatários do presente Instrumento poderão aditá-lo, no todo ou em parte, com exceção de seu objeto, com a devida justificativa através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

Compete ao COOPERANTE exercer **AMPLA e IRRESTRITA FISCALIZAÇÃO** da execução do objeto do presente Termo de Cooperação, aceitando integralmente o **COOPERADO** os métodos de verificação e avaliação do presente Termo e da qualidade dos serviços prestados pelo servidor na execução de atividade de interesse comum, de acordo com o Plano de Trabalho anexo.

Parágrafo único. A fiscalização realizada pelo COOPERANTE em nada restringe as responsabilidades legais da Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUJEITAÇÃO DAS PARTES ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS.

As partes declaram-se sujeitas as disposições legais vigentes e às Cláusulas e Condições acordadas no presente Instrumento, e, supletivamente, à legislação do Direito Privado e Público pertinente à matéria.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

A eficácia da cooperação e de seus aditivos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, que será providenciada pelo INDEA/MT no prazo de **20 (vinte) dias,** contados a partir da data de sua assinatura, contendo os seguintes elementos:

a. Espécie, número do instrumento, ano e número do processo;

b. Identificação dos partícipes

c. Resumo do objeto;

d. Indicação de que ocorrerá sem ônus para o INDEA/MT

e. Data de assinatura do instrumento e prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA Suspensão E RESCISÃOO presente Termo de Cooperação poderá ser suspenso, a qualquer tempo sem prejuízo das obrigações e atribuições previstas em lei.

I. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido:

a. Por consenso das partes, desde que presentes razões e motivos de superior interesse público e conveniência administrativa;

b. Unilateralmente por Interesse Público;

c. Por superveniência da lei, fatos e ou atos que torne inviável a sua execução;

d. Por descumprimento de cláusulas e condições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o **foro da Comarca de Cuiabá-MT** para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do presente, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

Em assim sendo, por estarem justos e acordados, firmam este Termo de Cooperação, redigidos em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta os seus legais e jurídicos efeitos.

Cuiabá-MT, 01 de março de 2018.

GUILHERME LINARES NOLASCO
Presidente do INDEA\MT

JEOVAN FARIA
Prefeito Municipal

Testemunhas:

_____

Nome:

CPF:

_____

Nome:

CPF:

PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS: COOPERANTE

ENTIDADE: INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – INDEA/MT	**CNPJ:** 14.939.979/0001-72
ENDEREÇO: Avenida Jornalista Arquimedes Pereira Lima, nº. 1000, Jardim Itália, Cuiabá-Mato Grosso, CEP 78.060-746	
NOME RESPONSÁVEL: GUILHERME LINARES NOLASCO	**CPF:** 137.197.128-50
C.I.: 14.806.318 SSP/SP	**CARGO:** Presidente

2 – DADOS CADASTRAIS: COOPERADO

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS	**CNPJ:** 00965.152/0001-29
ENDEREÇO: Avenida Benônico José Lourenço nº 2.170 Setor União	
NOME RESPONSÁVEL: JEOVAN FARIA	**CPF:** 593631421-91
C.I.: 972265	**CARGO: PREFEITO MUNICIPAL**

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TITULO DO PROJETO: DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR	**PERÍODO DE EXECUÇÃO Inicio: 01/03/2018 Fim: 31/12/2018**
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: O presente Termo de Cooperação tem por objeto a designação de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, estável, pertencente ao quadro de pessoal do COOPERADO, para prestar atividades de interesse comum, em regime de mútua colaboração, com vistas à celeridade e eficiência da Administração Pública, tendo como resultado o aprimoramento das ações de governo, tocante à defesa sanitária do Estado de Mato Grosso.	
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO: O processo envolve o interesse da Prefeitura em designar um servidor para exercer atividades por diversas razões, entre elas senão a principal, a expressiva distância de deslocamento do cidadão para a emissão de documentos da alçada do INDEA/MT, bem como o interesse da Autarquia em facilitar à população a realização das ações voltadas à defesa sanitária animal. Assim, tendo em vista o eminente interesse público, qual seja, a proteção da sanidade animal, base da economia deste Estado, e, o apelo populacional em ter um escritório do INDEA/MT no município disponível para atendê-los, é que se propõe a presente medida, contemplando o princípio da eficiência da Administração Pública. O regime de mútua colaboração será dado com a disponibilização por parte do COOPERANTE de estrutura física e treinamento, ao passo que o COOPERADO deve designar um servidor para atendimento à população local na respectiva Unidade Local de Execução – ULE.	

PARA A CONSECUÇÃO DO OBJETO DESTE INSTRUMENTO, AS PARTES ACORDAM O SEGUINTE:

I – A designação do(a) servidor(a) será formalizada por ato da autoridade competente, devendo-se observar a disponibilidade e as funções a serem desempenhadas;

II – a remuneração mensal do(a) servidor(a) será a cargo do ente COOPERADO;

III – no caso de viagem de serviço de interesse da Administração Estadual, as despesas referentes à diária, transporte ou ressarcimento restarão a cargo do ente COOPERANTE, onde o servidor estiver desenvolvendo as atividades de interesse comum, em regime de mutua colaboração;

IV – a época de gozo das férias pelo(a) servidor(a) designado ficará a critério do ente COOPERANTE, respeitado o período aquisitivo no ente COOPERADO e observadas as informações funcionais prestadas;

V – o servidor designado deve desenvolver as atividades de interesse comum no período estabelecido pelo ente COOPERANTE;

O **TERMO DE COOPERAÇÃO COM CESSÃO DE RECURSOS HUMANOS, deverá** conter:

I - Cópia dos Documentos pessoais do Servidor Cedido (RG e CPF);

II - Declaração da Prefeitura Municipal de que o Servidor Cedido Efetivo compõe o seu quadro de pessoas, bem como, sua qualificação que deverá conter **o Nome, RG, CPF, Filiação, N**acionalidade, Estado Civil, Endereço de Residência, Domicílio e **Telefone para Contato;**

III - Cópia do Diploma ou Histórico de habilitação Escolar (mínimo Nível Médio);

IV - A documentação relativa à Regularidade Trabalhista e Social;

V - Após a assinatura do presente termo o mesmo deverá ser finalizado com:

a. Cópia do Ato Municipal que coloca o servidor à disposição do INDEA/MT;

b. Extrato da Publicação do Ato em Diário oficial do Estado de Mato grosso;

c. Caso o **Vínculo Jurídico entre o MUNICÍPIO/SERVIDOR** seja rompido, o INDEA/MT deverá ser notificado em prazo máximo de 5 (cinco) dias, bem como, com as informações do novo servidor, se houver, a ser colocado à disposição desta Autarquia;

4. APROVAÇÃO DO COOPERANTE:

Caixa de texto: Aprovado: GUILHERME LINARES NOLASCO Presidente do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso

5. APROVAÇÃO DO COOPERADO:

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE N.º 2.905 DE 21 DE MAIO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA MARIZA DIAS DE SOUZA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 001 de 13 de Dezembro de 1993, Estatuto do Servidor Publico Municipal.

CONSIDERANDO o teor do Oficio nº024 da Previdência Municipal Social de Campinápolis –Previcamp datado de 18 de maio de 2018.

D E C R E T A

Art.1º - Fica exonerada a servidora MARIZA DIAS DE SOUZA **que exercia o cargo de** AAE/NUTRIÇÃO DEFINITIVO junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Revoga em todos os seus termos o Decreto de nº 603 de 02 de fevereiro de 1998.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 21 de maio de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 21 de Maio de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 87, DE 22 DE MAIO DE 2018.

retifica oS decretoS EXECUTIVOS QUE ESPECIFICA PARA ALTERAR O NÚMERO DE LEIS CITADAS NO TEXTO DOS DECRETOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

a necessidade administrativa.

DECRETA:

Art. 1º Os Decretos Executivos abaixo listados terão as leis indicadas alteradas conforme segue:

I - Decreto Executivo nº 150/2017, onde se lê Lei nº 1.990/2017, leia-se Lei nº 1.890/2017;

II - Decreto Executivo nº 152/2017, onde se lê Lei nº 1.992/2017, leia-se Lei nº 1.892/2017;

III - Decreto Executivo nº 153/2017, onde se lê Lei nº 1.993/2017, leia-se Lei nº 1.893/2017;

IV - Decreto Executivo nº 157/2017, onde se lê Lei nº 1.995/2017, leia-se Lei nº 1.895/2017;

V - Decreto Executivo nº 160/2017, onde se lê Lei nº 1.994/2017, leia-se Lei nº 1.894/2017;

VI - Decreto Executivo nº 169/2017, onde se lê Lei nº 1.997/2017, leia-se Lei nº 1.897/2017;

VII - Decreto Executivo nº 170/2017, onde se lê Lei nº 1.998/2017, leia-se Lei nº 1.898/2017;

VIII - Decreto Executivo nº 171/2017, onde se lê Lei nº 1.999/2017, leia-se Lei nº 1.899/2017;

IX - Decreto Executivo nº 03/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

X - Decreto Executivo nº 05/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XI - Decreto Executivo nº 07/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XII - Decreto Executivo nº 08/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XIII - Decreto Executivo nº 12/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XIV - Decreto Executivo nº 13/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XV - Decreto Executivo nº 16/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XVI - Decreto Executivo nº 17/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XVII - Decreto Executivo nº 18/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XVIII - Decreto Executivo nº 23/2018, onde se lê Lei nº 2.008/2017, leia-se Lei nº 1.908/2017;

XIX - Decreto Executivo nº 25/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XX - Decreto Executivo nº 27/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXI - Decreto Executivo nº 29/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXII - Decreto Executivo nº 32/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXIII - Decreto Executivo nº 33/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXIV - Decreto Executivo nº 35/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXV - Decreto Executivo nº 36/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXVI - Decreto Executivo nº 37/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXVII - Decreto Executivo nº 38/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXVIII - Decreto Executivo nº 39/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXIX - Decreto Executivo nº 41/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXX - Decreto Executivo nº 42/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXXI - Decreto Executivo nº 44/2018, onde se lê Lei nº 2.012/2017, leia-se Lei nº 1.912/2017;

XXXII - Decreto Executivo nº 45/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXXIII - Decreto Executivo nº 46/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXXIV - Decreto Executivo nº 47/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXXV - Decreto Executivo nº 48/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXXVI - Decreto Executivo nº 49/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXXVII - Decreto Executivo nº 51/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXXVIII - Decreto Executivo nº 52/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XXXIX - Decreto Executivo nº 53/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XL - Decreto Executivo nº 57/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XLI - Decreto Executivo nº 61/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XLII - Decreto Executivo nº 62/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XLIII - Decreto Executivo nº 63/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XLIV - Decreto Executivo nº 65/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XLV - Decreto Executivo nº 66/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XLVI - Decreto Executivo nº 67/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XLVII - Decreto Executivo nº 71/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XLVIII - Decreto Executivo nº 72/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

XLVIX - Decreto Executivo nº 73/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

L - Decreto Executivo nº 75/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

LI - Decreto Executivo nº 76/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

LII - Decreto Executivo nº 77/2018, onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017;

Art. 2º Nos Decretos Executivos citados no art. 1º, onde se lê Lei nº 2.001/2017, leia-se Lei nº 1.901/2017, e onde se lê Lei nº 2.002/2017, leia-se Lei nº 1.902/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 22 dias do mês de maio de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN **Secretário Municipal de Administração**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 009/2018

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da publicação do presente EDITAL na imprensa oficial, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, conforme disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto Executivo nº 114, de 13 de setembro de 2017, a fim de assumirem sua respectiva função, nos termos que determina as Leis Municipais n° 1.544 de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, nº 1873 de 14 de julho de 2017, e suas alterações posteriores, conforme abaixo discriminado, por tempo determinado, para atender interesse público.

CONSIDERANDO: o Memorando nº 357 datado de 17 de maio de 2018, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde;

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo: ENFERMEIRO(A) – CENTRO

CLASSIFICAÇÃO	***NOME***
3º	ADRIANA SANTOS DE LIMA

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) acima relacionados (as) deverão comparecer à Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, no horário de 07h às 11h e de 13 às 15h, munidos dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2017, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis, aos 21 dias do mês de maio de 2018.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071_2018 - M DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA - ELETRONI 004

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2018

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 04/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: M DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de**

escavadeira hidráulica e caminhão caçamba para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura,

conforme Convênio nº846573/2017 Celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da

Amazônia-SUDAM e a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

VALOR TOTAL: R$ 286.900,00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072_2018 - ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2018

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 04/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de**

escavadeira hidráulica e caminhão caçamba para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura,

conforme Convênio nº846573/2017 Celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da

Amazônia-SUDAM e a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

VALOR TOTAL: R$ 449.000,00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL PP RP 058-2018

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 058/2018

ABERTURA: 07 de junho de 2018.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 07 de junho às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de licença de uso de software AutoCad e 3DS Max, conforme especificado no Anexo I desse Edital.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 22 de maio de 2018**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 004/2018, destinada à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de escavadeira hidráulica e caminhão caçamba para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme Convênio nº846573/2017 Celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM e a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, teve como vencedoras as empresas: M DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA, com o valor total de R$ 286.900,00 (duzentos e oitenta e seis mil e novecentos reais), ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME, com o valor total de R$ 449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 22 de maio de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2018

O ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT***, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CPNJ sob o n° 24.772.287/0001-36, com sede administrativa na Av. Mato Grosso, n° 66-NE, Centro, Campo Novo do Parecis-MT, através da Secretaria Municipal de Finanças, NOTIFICA os contribuintes abaixo para que tomem ciência da Notificação de Dívida Ativa, para pagamento ou impugnação dos lançamentos, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente Edital de Notificação, conforme relação que se segue:

Notificação	CPF/ CNPJ	Contribuinte
692/2018	037.459. 241-18	8527 - VIVANE PERES DE OLIVEIRA
693/2018	06.004. 602/ 0001-01	AABB ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
359/2018	22.872. 899/ 0001-75	A A DA SILVA COMERCIO E REPRESENTACOES DE DROGAS - ME
1415/ 2018	689.848. 120-72	ABRELINO CARLOS TENEDINI
810/2018	09.626. 678/ 0001-59	A. B. SALES SORVETERIA
452/2018	13.067. 826/ 0001-10	ACF COMERCIO DE PECAS E MAQUINAS AGRICOLAS LTDA ME
357/2018	07.762. 514/ 0001-23	A C MEDEIROS ME
358/2018	16.870. 770/ 0001-25	A COSSETIN FILHO REPRESENTACOES ME - ME
1910/ 2018	10.970. 399/ 0001-97	ACYR MENDES VILELA
1769/ 2018	616.508. 031-68	ADAILTON DE MELO
891/2018	656.194. 479-87	ADAO MACIEL DE VARGAS
629/2018	21.186. 403/ 0001-47	ADAUTO PAES DOS SANTOS 00891434186
356/2018	19.398. 302/ 0001-98	A. DE F.TOTTI - EPP
1254/ 2018	869.811. 021-53	ADELAR KNOB
1556/ 2018	514.650. 731-68	ADELAR PAWLAK
1997/ 2018	934.329. 841-20	ADELIA ELIAS DE JESUS
1403/ 2018	767.128. 001-10	ADELSON PEREIRA DA SILVA
722/2018	531.335. 361-68	ADEMAR FRANCISCO CARLETTE
724/2018	983.058. 161-68	ADEMAR MARCIEL NOGUEIRA
1169/ 2018	905.037. 679-72	ADEMAR NOLASKI
723/2018	927.748. 061-00	ADEMILSON DOS SANTOS
1471/ 2018	837.630. 901-34	ADEMIR BIAZIN HENNING
1616/ 2018	832.061. 911-49	ADEMIR DIAS DO NASCIMENTO
1599/ 2018	005.079. 749-21	ADEMIR SCHWAN
476/2018	784.946. 991-72	ADEMIR SIMOES
1442/ 2018	469.164. 584-53	ADENILSON PAULO DA COSTA
1683/ 2018	021.298. 111-08	ADHAN ROSA LUCAS
2043/ 2018	084.718. 554-02	ADIELLE LINS DE LIMA
1365/ 2018	784.949. 821-68	ADIJAIME APARECIDO ALVES/SANDRA DIAS ALVES
1388/ 2018	621.277. 991-00	ADILSON ALVES MENDONCA
1866/ 2018	985.037. 580-91	ADILSON BERTI
583/2018	432.323. 701-44	ADILSON JOSE SOARES

1103/2018	788.681.491-68	ADILSON PEREIRA ESTEVES
1227/2018	283.645.119-04	ADINAL FELICIO NANDI
955/2018	021.229.071-18	ADMIR MARTINI JUNIOR / JENIVALDO SOARES DO CARMO
872/2018	14.187.005/0001-80	ADRIANA DE ALMEIDA CUSTODIO - ME
668/2018	707.898.781-00	ADRIANE ALVES THEODORO DE MORAES
1189/2018	637.602.071-20	ADRIANO ALCANTARA NASCIMENTO
1820/2018	15.392.031/0001-02	ADRIANO DA SILVA MELO 09869552480
1965/2018	543.929.930-00	ADRIANO MILAN
1593/2018	866.217.771-91	AEWELYN MISSLENY MORAIS
360/2018	10.932.996/0001-27	A FERREIRA MARTINS METALURGICA ME
1938/2018	02.392.002/0001-07	A. F. LINS - ME
1475/2018	651.474.056-15	AFONSO BIANO GUEDES
445/2018	97.482.384/0001-68	AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO SERRA LTDA
1289/2018	432.320.511-20	AGENOR BISPO DA CRUZ
742/2018	468.584.311-87	AGMAREIDES ALVES DE SOUZA
1443/2018	537.545.221-91	AGNALDO BISPO DOS SANTOS
1518/2018	912.336.821-72	AGNALDO DA CONCEICAO CUNHA
1404/2018	631.230.451-53	AGNALDO DEMARCHI
1264/2018	345.485.301-00	AGNELO SILVA SANTOS
448/2018	00.189.667/0001-84	AGRICOLA NORTE LTDA - EPP
441/2018	16.789.357/0001-30	AGRIFERTIL COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA ME
555/2018	08.399.566/0004-92	AGRIPAR COMERCIO E REPRES. DE DEFENSIVOS LTDA.
564/2018	07.375.630/0003-51	AGROCAT DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA
572/2018	19.552.240/0001-27	AGRO MICHALCZYK E REPRESENTAÇÕES DE SEMENTES LTDA - ME
772/2018	00.315.457/0018-33	AGROPECUÁRIA MAGGI LTDA
1259/2018	24.973.380/0001-09	AGROPECUARIA VALE DO CRAVARI LTDA
869/2018	09.398.021/0001-81	AGROPECUARIA V. R. S/A
454/2018	08.399.566/0001-40	AGRO VALOR COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
361/2018	14.884.812/0001-51	A H ZERBATO REPRESENTACOES ME
1617/2018	582.660.201-59	AILTON FROES FEITOSA
1689/2018	10.565.967/0001-74	AIR SERVICOS TECNICOS LTDA
440/2018	00.085.096/0001-38	AIRTON DA CONCEICAO GOMES - ME
849/2018	321.031.071-87	AIRTON SEBASTIAO MOREIRA
1059/2018	03.357.356/0001-75	A. J. REGENSBURGER COMERCIO - ME
2035/2018	21.368.471/0001-27	ALAIDES MARIA CATTANI SANTOS 83107550230
596/2018	20.338.537/0001-73	ALAM E CASALI - ME
1262/2018	336.612.359-15	ALBERTO LUIZ ACCO
1056/2018	252.142.928-72	ALBINO MOREIRA
1407/2018	092.398.639-15	ALBINO OLEIAS
1158/2018	016.691.185-25	ALCIDES OLIVEIRA SANTOS
2027/2018	026.492.905-52	ALCIENE PEREIRA DA SILVA
982/2018	329.314.849-20	ALCINDO BUZZO
1964/2018	19.791.364/0001-65	ALCIONE RODRIGUES DA CONCEIÇÃO DE PAIVA 01831701308
809/2018	91.648.014/0001-71	ALDECIR ANDRE VENTURA - ME
1587/2018	303.647.360-20	ALEXANDRA ANDREZEJEWSKI NOVAIS GOMES
730/2018	894.646.131-49	ALEXANDRE COSTA FERNANDES
447/2018	271.630.748-24	ALEXANDRE MARCOS DE CASTILHO GIROTTO
1919/2018	18.684.497/0001-70	ALEXANDRE MARCULINO DOS SANTOS 01391408403
1025/2018	024.443.011-02	ALEX DE FREITAS DE OLIVEIRA
1483/2018	809.692.161-49	ALEX GOMES SOARES
909/2018	966.260.541-04	ALEXSANDRO AGUIAR COUTINHO
1826/2018	869.624.421-49	ALEXSANDRO SCHLEICHER
1047/2018	026.668.191-32	ALEX THOMAS WERLE
1563/2018	594.375.451-20	ALIANE BERNADETH SILVA PEREIRA
1979/2018	033.699.981-06	ALICE MILANI NESPOLLO
837/2018	20.486.714/0001-69	ALINE CONTE 00669544108
621/2018	21.574.492/0001-07	AL MACHADO SANTOS E CIA LTDA - ME
1082/2018	984.993.861-72	ALMIR VERNECK DAROS
1698/2018	12.053.976/0001-01	A. LOCATELLI TRANSPORTES ME
1172/2018	004.784.901-00	ALTAIR PEREIRA OLIVEIRA
1243/2018	433.571.800-49	ALTAMIR JOSE MOSSI
854/2018	515.341.771-91	ALUIS FERREIRA DOS SANTOS
1821/2018	15.929.348/0001-35	ALVARO RIBEIRO DA CRUZ ME
1247/2018	137.239.872-49	AMADEUS JOAQUIM ALVES
779/2018	77.294.254/0011-66	AMAGGI EXP. E IMP. LTDA
769/2018	77.294.254/0028-04	AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA
793/2018	77.294.254/0010-85	AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA
796/2018	77.294.254/0051-53	AMAGGI EXPORTAÇAO E IMPORTAÇAO LTDA
737/2018	77.294.254/0031-00	AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA
1324/2018	023.123.791-04	AMARALINO MACHADO RODRIGU
1670/2018	08.631.275/0001-35	AMARILDO APARECIDO DE SOUZA - ME
1916/2018	043.486.264-99	AMARO JOSE DA SILVA
601/2018	14.448.084/0001-35	AMARO SOARES DE LIMA 96683104115
685/2018	12.917.499/0001-85	AMAURI INÁCIO LEONARDO - ME

697/2018	10.829.306/0001-09	AMAZON EKOS GERECIN. E TRANPORTES DE RESIDUOS PERIG. LTDA - EPP
1675/2018	019.079.611-19	ANA CARLA GARCIA DE ALMEIDA CASTRO
1157/2018	825.223.161-68	ANA CAROLINA SILVEIRA
1746/2018	043.864.531-64	ANA LAURA DE CASTRO
1305/2018	616.421.421-15	ANA LUCIA ANTONIA SANTOS
1761/2018	008.006.101-05	ANA MARIA ALVES DUARTE E EPITACIO DE SOUZA
1739/2018	808.532.931-04	ANA MARIA CAMPOS LEITE
1783/2018	920.903.381-72	ANA MARIA FIGUEIRÓ ROTTA
1776/2018	012.959.984-08	ANA MARIA SILVA DE LIMA
444/2018	17.036.917/0001-49	ANAMTHI MEDICINA ASSESSORIA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA ME
628/2018	11.769.831/0001-49	ANA PAULA ALVES DE SENA 02467310008
662/2018	024.787.031-57	ANA PAULA MARIA
1075/2018	903.087.511-91	ANA RODRIGUES FERREIRA
717/2018	899.538.601-06	ANASTÁCIO NEVES DE MIRANDA
443/2018	10.650.189/0001-11	A. N. DE ALMEIDA FILHO - ME
455/2018	09.435.677/0001-27	A. N. DE FIGUEIREDO CASTRO ME
1940/2018	036.851.571-08	ANDERSON ANDRADE DE SOUZA
1333/2018	002.191.521-01	ANDERSON CLEITON MARTILIANO SANTOS
453/2018	17.434.146/0001-48	ANDERSON LUIZ DE SIQUEIRA ME
1880/2018	028.345.761-90	ANDERSON PATRICK LONDERO
595/2018	18.698.004/0001-50	ANDERSON RICARDO DOS SANTOS 02285572166
449/2018	11.899.116/0001-20	ANDRE DA SILVA ME
638/2018	694.428.431-68	ANDREIA ALESSANDRA FURTAK EVARISTO
616/2018	21.392.328/0001-70	ANDREIA CRISTINA FERNANDES 936.037.701-53
626/2018	21.376.532/0001-06	ANDREIA DOS SANTOS EIRELI - ME
708/2018	717.838.571-53	ANDRE ORSO
1843/2018	934.831.125-53	ANDRE UBED DA SILVA FREITAS
743/2018	022.638.859-00	ANDRE VOLKWEIS
1989/2018	985.529.459-91	ANGELA DA SILVA SANTOS
696/2018	862.982.168-04	ANISIO DA SILVA
2026/2018	20.967.924/0001-79	ANSELMO ROCHA 53440765920
1802/2018	203.304.991-49	ANTONIA BARRIOS NUNES
844/2018	13.093.456/0001-95	ANTONIA BARRIOS NUNES - ME
1929/2018	698.402.531-15	ANTONIA CARVALHO MEDEIROS
1014/2018	931.396.671-91	ANTONIA ROCHA DE AMENA E ELDO MARQUES AQUINO
1230/2018	733.011.594-00	ANTONIO ALEXANDRE DA SILVA
1074/2018	026.972.469-91	ANTONIO ANILTO RAIZEL
1272/2018	891.898.504-59	ANTONIO ANIZIO DA SILVA
1383/2018	903.231.224-34	ANTONIO BARROS DA SILVA
1497/2018	782.167.703-59	ANTONIO BASTOS RIBEIRO
1406/2018	685.565.519-04	ANTONIO BATISTA
1732/2018	029.906.451-44	ANTONIO CARLOS DA SILVA
451/2018	17.291.108/0001-83	ANTONIO CARLOS MACIEL VALENTE MELLO 61640298134
741/2018	615.928.381-20	ANTONIO CESAR BROLIO
1490/2018	378.482.081-68	ANTONIO DA LUZ
450/2018	09.038.940/0001-44	ANTONIO D. DE FREITAS E CIA LTDA ME
1538/2018	724.980.308-59	ANTONIO DE LA BANDEIRA
729/2018	380.929.564-72	ANTÔNIO DE SOUZA SILVA
901/2018	488.790.291-34	ANTONIO ESMERALDO DOS SANTOS
1067/2018	879.735.291-87	ANTONIO FERNANDES SILVA
537/2018	340.815.378-79	ANTONIO FRANCISCO DA SILVA FILHO
1577/2018	781.533.109-25	ANTONIO GARCIA PENHA JUNIOR
1457/2018	503.696.791-72	ANTONIO LENDOMAR AZEVEDO DO NASCIMENTO
1864/2018	029.729.421-08	ANTONIO MARCOS DA CONCEIÇÃO
1009/2018	622.410.952-49	ANTONIO MARCOS DE JESUS SANTOS
694/2018	010.567.871-63	ANTONIO MARCOS TAVARES
1444/2018	833.578.403-59	ANTONIO NUCENA
648/2018	722.489.631-49	ANTONIO NUNES DE ALMEIDA FILHO
1508/2018	354.483.693-91	ANTONIO ORLANDO CORREIA
1398/2018	911.696.151-04	ANTONIO QUIRINO DE SOUZA
1207/2018	204.290.882-72	ANTONIO ROCHA DE SOUZA
1360/2018	460.918.151-72	ANTONIO ROSA MARTINS
608/2018	37.505.427/0001-51	ANTONIZIO PEREIRA DA SILVA - ME
442/2018	37.435.328/0002-21	A. O. GOTARDO E CIA LTDA
1342/2018	317.695.351-87	APARECIDA MADALENA NASCIMENTO
802/2018	832.078.481-68	APARECIDO BORGES PEREIRA
1249/2018	206.095.071-68	APARECIDO CADETE BENTO
1816/2018	01.354.482/0002-21	A. PERINI - ME
1010/2018	654.812.321-20	ARACILDO RAIMUNDO CONCEICAO DA SILVA
1817/2018	01.380.468/0005-45	ARCA S/A AGROPECUARIA
1152/2018	916.241.501-87	ARENITA GONCALVES DE ABREU
865/2018	20.535.109/0001-30	ARESTIDES PAULINO DE ALMEIDA 63066335100
947/2018	023.694.701-00	ARIANE FERREIRA DE SOUZA
1799/2018	13.295.228/0001-06	A. RIBEIRO DE SOUZA ME
1913/2018	617.044.231-04	ARIOVALDO APARECIDO BARROS PEREIRA
734/2018	139.961.699-49	ARISTIDE BERTOTI E OUTROS
1208/2018	144.920.590-91	ARI VALDEMAR VELKE
997/2018	838.412.883-91	ARIVANO RODRIGUES RAMOS
1294/2018	353.409.321-66	ARLENIA ALMEIDA DOS SANTOS/BENEDITO
1618/2018	446.111.705-78	ARLETE ALVES DE OLIVEIRA SILVA

1354/2018	181.103.201-04	ARNALDO COELHO
1329/2018	905.037.679-72	ARNELO NEDEL
1045/2018	768.745.835-49	ARNEVALDO SILVA DO CARMO E SUA ESPOSA
671/2018	22.779.024/0001-23	A. RODRIGUES DOS REIS - ME
1513/2018	861.612.291-53	ARTUR SOUZA PAULINO E LUCAS DE SOUZA PAULINO
1785/2018	035.381.481-47	ASSISANE SOUSA DOS SANTOS
774/2018	80.234.826/0004-05	ASSOCIAÇÃO MISSIONARIA BENEFICIENTE
1184/2018	453.610.451-87	ATAIDES FERREIRA DA SILVA
1225/2018	011.774.799-49	ATILIO HILARIO KEMPF
1187/2018	518.641.269-49	AVELINO ANTONIO ROMBALDI
850/2018	10.841.561/0002-58	A VOLKWEIS EIRELI
446/2018	16.961.705/0001-05	AZA TRANSPORTES LTDA ME
582/2018	60.746.948/2823-47	BANCO BRADESCO S.A
1967/2018	62.136.254/0001-99	BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A
576/2018	00.000.000/3784-29	BANCO DO BRASIL SA
1968/2018	00.000.000/3496-74	BANCO DO BRASIL S.A
963/2018	57.561.615/0001-04	BANCO FINASA S/A
1018/2018	59.285.411/0001-13	BANCO PAN S/A
483/2018	15.782.800/0001-89	BARBOSA E NARDAO LTDA - ME
1770/2018	004.262.591-22	BEATRIZ DOS SANTOS
1302/2018	684.218.269-72	BEATRIZ SILVEIRA CARDOUZO
1466/2018	415.461.301-44	BENEDITO DUTRA DA SILVA E OUTRO
1726/2018	10.575.754/0001-23	BETA EMPREENDIMENTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME
550/2018	220.967.028-44	BIANCA ESTRELA GARLA
677/2018	10.530.702/0001-30	B. KRANSCZAK CIA LTDA
633/2018	13.890.147/0001-46	BOM ADUBO – COMERCIO DE MICRONUTRIENTES LTDA - ME
485/2018	03.299.687/0001-04	BOM SUCESSO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME
1191/2018	309.729.650-68	BONIFACIO DAMKE
1730/2018	02.636.146/0001-53	BOTURA & FAGUNDES LTDA - MATRIZ
1953/2018	035.616.541-85	BRUNA JACKELINE SALES DA CRUZ
968/2018	024.443.001-22	BRUNA NAYARA FARIA DE MENEZES
920/2018	008.496.225-90	BRUNO GOMES DA SILVA
929/2018	005.418.199-40	BYANOR BERNARD BRITZKE
561/2018	00.360.305/3442-02	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
1733/2018	00.360.305/0001-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MATRIZ
805/2018	07.126.012/0001-06	CAMPOAGRO - COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA - ME
1121/2018	06.267.046/0001-58	CAMPO NOVO DIESEL LTDA
554/2018	16.103.469/0001-96	CANABARRO E VETTORE LTDA ME
552/2018	18.452.519/0001-76	CANABARRO TRANSPORTES LTDA ME
770/2018	12.944.170/0003-75	CANTAGALO GENERAL GRAINS S.A
1218/2018	176.245.841-15	CANUTO RODRIGUES OLIVEIRA
792/2018	60.498.706/0301-45	CARGILL AGRICOLA S/A.
787/2018	60.498.706/0096-18	CARGILL AGRÍCOLA S.A.
1384/2018	900.025.631-34	CARLOS ALBERTO DE SOUZA LIMA
1573/2018	799.352.571-34	CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA
630/2018	17.987.958/0001-10	CARLOS ANDRE DE OLIVEIRA COSTA 03092411382
1583/2018	941.566.971-34	CARLOS AUGUSTO GONCALVES
1205/2018	370.821.599-00	CARLOS BORGES DA SILVA
707/2018	718.887.999-00	CARLOS CEZAR LEITE
969/2018	795.543.851-53	CARLOS EDUARDO MAXIMO
1500/2018	206.448.921-53	CARLOS FLAUZINO DIAS
1527/2018	883.714.929-87	CARLOS FREDERICO CAPELLARI
464/2018	616.483.291-87	CARLOS JOSE DA SILVA
1078/2018	870.552.441-53	CARLOS PEREIRA SANDER E LUCINEIA RODRIGUES COSTA
1791/2018	030.257.138-87	CARLOS SHIGUEO MATUIAMA
1126/2018	275.487.400-34	CARMEM BORDINI DA SILVA
1231/2018	100.741.559-20	CARMINA FERREIRA DA SILVA
645/2018	20.834.478/0001-24	CAROLINE TRUCCOLO BIAVA 05304380118
2037/2018	21.461.274/0001-58	CASTANHEIRA JR LTDA
364/2018	10.278.939/0001-76	CASTOR COMERCIO E REPRESENTACAO AGRICOLA LTDA - ME
1684/2018	780.431.909-68	CATARINA SIQUEIRA MONTEIRO
484/2018	14.667.644/0001-42	C. B. DA ROSA CONSULTORIA EMPRESARIAL - ME
827/2018	12.968.586/0001-61	C. DAS S. PEREIRA E CIA LTDA - ME
1937/2018	19.107.050/0001-09	CECILIA RODRIGUES DOS SANTOS 39372545104
840/2018	849.330.031-49	CEDENIR GONÇALVES DA ROSA
1053/2018	352.485.051-00	CELIA DE FATIMA MARTINS ROJAS
923/2018	889.894.105-68	CELIA DE JESUS GOMES
1363/2018	484.022.069-72	CELSO BARBOSA CORREA
1481/2018	592.102.060-53	CELSO DAL BELLO E AGUINALDO PAIVA
1004/2018	001.668.381-10	CELSO INACIO COELHO
1261/2018	488.509.699-53	CELSO JOAO LONDERO
893/2018	194.908.019-68	CELSO JOSE MINOZZO
368/2018	07.976.515/0001-70	CELSO LUIZ TEZORI ME
1781/2018	537.226.471-34	CELSO OLIVEIRA DANTAS, E SUA ESPOSA

365/2018	11.696.001/0001-39	CENTRO AUTOMOTIVO FORMULA 1 LTDA EPP
367/2018	05.166.765/0001-10	CEREDA MOTORES LTDA - ME
1597/2018	981.790.711-20	CHISTIANE AUGUSTO DE QUEIROZ GONCALVES
651/2018	17.809.075/0001-10	CICERA VANDETE DA SILVA 63673487434
1537/2018	820.022.154-72	CICERO ACIOLI DA SILVA
1619/2018	483.296.814-91	CICERO ALVES DA SILVA
369/2018	18.915.599/0001-59	CICERO BELARMINO DOS SANTOS 06163407458
1206/2018	514.392.041-87	CICERO CARVALHO DE LIMA
1130/2018	411.745.691-15	CICERO DE ANDRADE
1566/2018	016.773.609-41	CICERO MATIAS DA SILVA
1744/2018	616.154.044-49	CICERO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
1682/2018	977.982.581-91	CINTHIA DA SILVA LINDER
838/2018	07.306.255/0001-26	CLAIR PIRES DE SOUZA & CIA LTDA ME
1256/2018	386.618.370-49	CLARICE LOURDES DALLABRIDA
366/2018	13.148.808/0001-62	CLARICE M. R. FILIPIN - ME
1580/2018	581.555.621-15	CLAUDEMIR CANTARIM DA SILVA
1991/2018	20.741.409/0001-76	CLAUDEMIR DOS SANTOS 01105869130
1575/2018	164.494.898-20	CLAUDEMIR FOGUES
815/2018	411.286.301-25	CLAUDEMIR JOSE PERINI
1915/2018	055.857.994-95	CLAUDIA MARIA DOS SANTOS
1414/2018	892.799.211-34	CLAUDIMAR ANTONIO WALBRIN
1752/2018	13.609.662/0001-05	CLAUDIO ANTUNES ALVES 85269751100
1460/2018	983.188.101-04	CLAUDIO ARLA RIBEIRO/OLCIO AFONSO DE OLIVEIRA
915/2018	828.160.184-15	CLAUDIO CORREIA NICOLAU
979/2018	567.964.981-00	CLAUDIO DA SILVA TENOR
1284/2018	846.855.149-04	CLAUDIO MARRAFAO
2056/2018	044.193.534-65	CLAUDIONOR SILVA DOS SANTOS
372/2018	15.642.899/0001-13	CLAUDIO QUEIROZ MARTINS ME
939/2018	415.436.101-53	CLAUDIO RICARDO ALVES PEREIRA
964/2018	569.161.161-53	CLAUDIO ROBERTO RODRIGUES
1909/2018	021.400.961-00	CLAUIR MANTOVANI
897/2018	979.895.411-49	CLEBEOMAR DELGADO E CRISTHIANI A. SANTANA
1097/2018	000.132.041-65	CLEBSON BORGES ARAUJO E MAGDA ALMEIDA DA SILVA ARAUJO
1974/2018	20.099.837/0001-47	CLEBSON LEITE DA SILVA 07335131405
1645/2018	748.489.334-04	CLEDSON FRANCISCO MODESTO DE CARVALHO
2011/2018	928.346.551-20	CLEIDE CAMPOS DA CRUZ PEREIRA
705/2018	038.230.724-04	CLEIDE MARIA NAZARIO
1578/2018	974.599.171-68	CLEIDSON CRISOSTOMO DE SOUZA
1509/2018	906.204.109-49	CLEIMAR POLETTO MARTINS
1102/2018	004.929.231-59	CLEOMAR RAMOS DA SILVA
2013/2018	935.339.931-91	CLEONICE APARECIDA DA SILVA
371/2018	09.231.342/0001-97	CLEUDIMAR A DE JESUS ME
716/2018	347.063.481-53	CLEUSA EVARISTO FERREIRA
1107/2018	619.743.310-91	CLEUSA TEREZINHA DA SILVA
1451/2018	655.563.211-91	CLEUZA CAVALIERI HENNING
1250/2018	485.567.690-04	CLEVERSON MEDEIROS DO NASCIMENTO
1807/2018	15.128.241/0001-98	CLINICA PSICOPEDAGOGICA CAMINHOS DO PAI LTDA - ME
859/2018	089.837.698-07	CLOVIS NOMA
1708/2018	13.200.276/0001-65	C. M. PEREIRA LIRA - TRANSPORTES ME
640/2018	18.653.825/0001-70	CNP TRANSPORTES LTDA - ME
2039/2018	21.543.826/0001-77	C. O. DA SILVA DIAS - BEBIDAS - ME
762/2018	76.061.480/0001-62	COMIL SILOS E SECADORES LTDA
1960/2018	32.937.609/0001-88	CONDOR CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA - LTDA
789/2018	03.583.828/0001-08	CONSTRAL CONSTRUTORA LTDA
373/2018	06.952.096/0001-74	CONSTRUGESSO LTDA ME
380/2018	10.692.012/0001-88	CONSTRUTORA CONSTRUFORT LTDA ME
376/2018	06.252.544/0001-27	CONSTRUTORA JUINA LTDA - ME
375/2018	12.392.118/0001-91	CONSTRUTORA NOVO PROGRESSO EIRELI - EPP
1971/2018	20.100.039/0001-98	CONSTRUTORA OURO VERDE LTDA - ME
374/2018	09.330.610/0001-28	CONSTRUTORA PALIGA LTDA - ME
379/2018	03.943.387/0001-08	CONSTRUTORA PRO-SILO EIRELI - EPP
767/2018	53.503.652/0026-63	CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA
377/2018	14.730.510/0001-29	CONSTRUTORA SILVEIRA LTDA ME
378/2018	19.712.045/0001-17	CONSULTAR AGRO CONSULTORIA LTDA - ME
1709/2018	13.065.937/0001-97	COOPERATIVA DE PRODUTOS DERIVADOS DA SOJA E OUTRAS CULTURA D
565/2018	07.295.293/0001-20	COPAC - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO DE CAMPO NOVO DO PARECIS
845/2018	19.090.632/0001-11	CORINA MARIA DA CONCEIÇÃO TELES 55216536353
1659/2018	237.907.922-68	COSME DA SILVA PEREIRA
1859/2018	17.569.431/0001-76	COSMO MARIANO DA SILVA 94911584491
370/2018	15.534.160/0001-98	C. R. B. DA SILVA E CIA LTDA ME
1728/2018	019.818.391-78	CRISTIANE DE FATIMA SEFSTROEN SEVERO
1461/2018	181.192.471-91	CRISTIANO PEDRO DA SILVA
1000/2018	016.847.813-07	CRISTIANO SANTOS DE FREITAS
2014/2018	052.416.336-77	CRISTINA MARIA DOS SANTOS

1704/2018	12.862.134/0001-09	C. T. COMERCIO DE PURIFICADORES DE AGUA LTDA - ME
1687/2018	10.827.245/0001-40	CUNHA & VIEIRA LTDA ME
1579/2018	767.321.181-53	CYNTHIA LILIANE MACHADO DOS SANTOS
649/2018	09.165.154/0001-08	CYNTHIA L M DOS SANTOS ME
1932/2018	18.915.972/0002-52	DALL COMUNE HUNHOFF SOCIEDADE DE ADVOGADOS - ME
1244/2018	756.132.129-53	DALVA LUCIA ZAMBALDI
2030/2018	823.653.853-20	DAMASIO RODRIGUES DA SILVA
1525/2018	569.729.201-59	DANIELA BARREDO ROMERO
1831/2018	16.796.956/0001-81	DANIELA ELLY FLECK - ME
1933/2018	18.986.871/0001-91	DANIELE DE PAULA E SILVA 02769595156
1054/2018	014.083.591-11	DANIEL MIRANDA FERREIRA
1400/2018	616.402.801-97	DANIEL PAULA ALMEIDA
1128/2018	017.289.929-07	DANILO GIRARDI
1450/2018	689.489.641-00	DANI NAFEZ BAZI
836/2018	19.856.290/0001-06	DARCI KAMPHORST - ME
1716/2018	429.719.341-87	DAVI CARDOSO DA SILVA E GINALVA BARBOSA
1939/2018	052.153.541-70	DAYANE CRISTINA SOUZA NOGUEIRA
477/2018	859.133.911-87	DAYSE GRACIELLE RAMALHO RIGONATO
610/2018	14.293.651/0001-21	D. C. SOUZA DOS SANTOS - ME
1691/2018	02.528.193/0001-83	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
1297/2018	519.264.071-72	DEIDY E. PAULINA PIMENTA
1775/2018	14.499.523/0001-39	DEIDY ERLANE PAULINA PIMENTA 51926407172
1382/2018	535.204.671-00	DELIA DA SILVA THOMAZ
1815/2018	15.501.367/0001-66	DELMA SILVA SANTOS 37380656104
587/2018	20.279.029/0001-61	DELMATEC SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA - ME
1994/2018	776.406.081-04	DELVANI SANTANA DO NASCIMENTO
1358/2018	../-	DEMERVAL MARQUES DOS SANT
1814/2018	15.361.745/0001-53	DE MODAS COMERCIO CONFECCOES LTDA ME
1395/2018	343.135.831-49	DENERVAL FERREIRA DOS SAN
2007/2018	631.253.231-34	DENICE DA GUIA MACIEL
1411/2018	668.159.321-68	DENIS MANON P. A. PRADO
1978/2018	19.688.174/0001-17	DENISY DE OLIVEIRA MACEDO 01902726510
1062/2018	911.404.554-00	DENIVAL LIRA DE OLIVEIRA
1081/2018	551.817.831-04	DENIZE DE ARRUDA E SILVA
1373/2018	391.317.771-04	DEOCLECIO MIGUEL ALVES
1868/2018	039.823.719-02	DEONIS CLEITON DE OLIVEIRA
1242/2018	427.833.216-53	DERCI DE ALMEIDA MARTINS
1605/2018	091.449.937-81	DERLI NOGUEIRA
1380/2018	346.041.971-72	DERSO GONCALVES DE PIERRI
1452/2018	933.110.791-91	DEVAIR RODRIGUES DA SILVA
1980/2018	20.412.301/0001-30	D. FELIX DA SILVA - ALIMENTOS - ME
652/2018	20.364.561/0001-87	DIANE RODRIGUES DOS SANTOS 94859841115
642/2018	17.634.851/0001-99	DIEGO MORAIS DE ARAUJO ME
1298/2018	134.877.100-30	DILCEU ANTONIO TEIXEIRA
1462/2018	616.412.941-91	DILSOLANI PEREIRA DOS SANTOS
1707/2018	882.033.951-04	DINAMAR FERREIRA DOS REIS
489/2018	17.919.962/0001-41	DIOGO DA SILVA RODRIGUES - ME
930/2018	942.377.000-20	DIOGO GENEROSO PINHEIRO
577/2018	18.992.317/0001-17	DIOGO NEVES TRANSPORTE - ME
1479/2018	218.360.604-30	DIOLINO DOS SANTOS PEREIRA
1723/2018	05.437.848/0001-04	DIOMEDES DA SILVA CARVALHO - ME
634/2018	15.007.117/0001-74	DIONE ANDRADE BARBOSA 05251373511
1548/2018	326.235.851-72	DIONISIO COSTA FERNANDES
961/2018	488.468.641-15	DIONISIO FERREIRA E JOSE APARECIDO DOS SANTOS
1914/2018	615.486.261-04	DIRLEY GONÇALVES DE QUEIROZ
1306/2018	550.805.701-30	DIVINA NEVES DA SILVA
1495/2018	482.122.531-04	DJALMA DIOMEDES DE FREITAS
663/2018	22.727.245/0001-58	D J ALVES DA SILVA SERVIÇOS - ME
490/2018	12.435.191/0001-01	DOLORES DA SILVA GOMES 05058434989
1240/2018	206.711.481-68	DONIZETE DE L. TAVARES
1886/2018	701.233.901-25	DORACI MARA PEREIRA
1981/2018	20.380.479/0001-46	DORA FRANCISCA DE SOUZA 77256085168
1712/2018	13.395.073/0001-71	DOUGLAS DANIEL LEAL - ME
2041/2018	024.673.761-17	DOUGLAS DA SILVA OLIVEIRA
1876/2018	17.616.879/0001-01	D TIMOTEO DOS SANTOS ME
362/2018	07.597.291/0001-96	D. U. DE MAGALHAES - ME
1718/2018	13.572.117/0001-91	E. B. DA SILVA TRANSPORTES - EPP
1222/2018	027.093.339-53	ECLAIR MARIA MORAES MARTINS
574/2018	10.803.876/0001-20	E DA PAZ CABRAL - ME
1804/2018	000.841.201-42	EDEMILÇO ELOZITE DA SILVA
1589/2018	929.417.705-00	EDENILTOM FERREIRA DO ROSARIO
1361/2018	273.079.725-49	EDENILTON GONZAGA DA SILVA
438/2018	862.612.311-68	EDER DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
1041/2018	012.999.221-63	EDERSON PILARSKI
870/2018	015.143.311-95	EDERSON RIBEIRO
1654/2018	908.584.681-15	EDER SOPELSA

1386/2018	483.587.089-49	EDGAR PAES BARRETO
1818/2018	655.202.972-15	EDGAR WILSON DE ALMEIDA
1719/2018	006.792.421-20	EDICLEIA MENDES LIMA
1281/2018	903.966.261-49	EDILENE MARIA DA SILVA
466/2018	882.627.661-72	EDILEUSA CARVALHO RIOS
1467/2018	022.237.784-45	EDILEUZA MARIA DA CONCEICAO
1511/2018	458.328.111-00	EDILSO ANTONIO DOS SANTOS
487/2018	390.917.401-91	EDILSON ANTONIO PIAIA
491/2018	04.348.852/0001-25	EDILSON ARVANI - ME
1576/2018	809.053.231-49	EDILSON BREGINSKI
1607/2018	000.229.021-98	EDILSON DOS SANTOS
1861/2018	078.739.454-80	EDILSON SANTOS DO NASCIMENTO
1895/2018	011.917.841-93	EDILSON ZIBETTI BORBA
752/2018	340.298.931-04	EDINALDO PANTALEAO DE ALMEIDA
1536/2018	867.542.541-49	EDINALDO PIRES DOS SANTOS
1308/2018	836.260.931-15	EDIS CARLOS BATISTA ALVES
1183/2018	407.706.489-91	EDISON LUIZ DE CASTRO
975/2018	506.110.971-68	EDISON VENIALGO MACHADO
1812/2018	688.333.695-87	EDIVALDO MARQUES DE OLIVEIRA
1419/2018	688.847.451-87	EDIVAL RODRIGUES DA SILVA
992/2018	024.135.734-96	EDIVAN DA SILVA SANTOS
1425/2018	322.616.593-34	EDIVAR PEREIRA DOS SANTOS
1307/2018	878.953.581-20	EDLEUZA FERREIRA DE OLIVEIRA REIS
644/2018	22.374.158/0001-64	E. D. MARANGÃO - MECÂNICA EIRELLI - ME
1869/2018	701.098.771-87	EDMAR RODRIGUES DOS SANTOS
896/2018	012.842.371-41	EDMILSON BRAGA DO CARMO
1260/2018	421.339.981-87	EDMILSON RODRIGUES QUERENDO
1999/2018	023.389.051-30	EDNA MARIA FERREIRA
591/2018	000.783.331-80	EDNEU DA COSTA ALVES
1584/2018	469.093.891-15	EDNEUZA PANTALEAO DOS SANTOS
1883/2018	17.805.709/0001-67	EDSOM MAURO FERREIRA TRANSPORTE - ME
1498/2018	209.032.271-34	EDSON DE OLIVEIRA RODRIGUES
1531/2018	337.510.991-15	EDSON FERMINO BACCHI
899/2018	362.310.889-87	EDSON MARINS DO NASCIMENTO
1029/2018	861.426.581-68	EDSON MENDONCA COELHO
1346/2018	340.020.061-15	EDSON PEREIRA NETO
1212/2018	284.794.241-68	EDSON RIBEIRO DA SILVA NUNES
383/2018	12.087.057/0001-59	EDUARDO AUTO MECANICA LTDA ME
586/2018	19.403.936/0001-91	EDUARDO BEZERRA DA COSTA 98661779120
1911/2018	18.670.086/0001-25	EDUARDO FIORENTIN SAIBERT 05564962133
748/2018	017.417.311-35	EDUARDO GEVIZIER DA SILVA
1758/2018	514.180.889-00	EDVALDO ANTERO DOS SANTOS
1734/2018	044.539.504-46	EDVALDO ANTONIO SANTOS DA SILVA
1366/2018	024.667.074-62	EDVALDO DE SOUZA SILVA
1385/2018	445.683.714-49	EDVALDO FRANCISCO DE LIRA
806/2018	965.398.601-53	EGILSON DE OLIVEIRA SILVA
1199/2018	043.788.141-53	EGINIO PINTO GOMES
1057/2018	109.543.278-88	EGMAR DE SOUZA BARBOSA E MARILEIA STENK BARBOZA
650/2018	11.548.382/0001-09	EIDES PEREIRA DE MORAES 30096871172
1399/2018	300.968.711-72	EIDES PEREIRA DE MORAIS
2048/2018	963.704.241-53	EIR PEREIRA DE QUADROS
1439/2018	02.691.911/0001-38	E.J.DOS SANTOS RETIFICA
1889/2018	18.202.626/0001-46	ELAINE APARECIDA ZAMPARONI 93139624115
390/2018	16.822.243/0001-45	ELAINE CRISTINA BARROS CAMPOS 84082925104
1646/2018	889.731.151-20	ELAINE RODRIGUES SANTOS
1951/2018	025.333.841-78	ELCIANE ALVES DE OLIVEIRA
1031/2018	660.427.633-34	ELCIANO PEREIRA DE SOUSA
907/2018	815.885.181-91	ELCIO DA SILVA BARBOSA
1535/2018	435.059.889-87	ELENICE ROCHA SCHEFFER
1784/2018	815.417.679-34	ELENI TEIXEIRA BELAI RIZZOTTO
1301/2018	786.720.401-63	ELENY DOS SANTOS
1166/2018	15.947.153/0003-80	ELEPAR ELETR. PARANA LTDA
1921/2018	18.821.005/0001-40	ELETRO CASA COM DE ELETRODOMESTICOS LTDA - ME
1655/2018	05.086.690/0001-67	ELETRO PINGO MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENCAO LTDA
1737/2018	982.372.921-20	ELEUSA MUNIZ
1667/2018	022.508.971-82	ELIANE BISPO DA CRUZ
1741/2018	002.607.041-30	ELIANE COSMO DA SILVA
1959/2018	19.429.024/0001-99	ELIANE NUNES DOS SANTOS - ME
1484/2018	792.501.221-87	ELIANE PEREIRA FRANCA DE ARAUJO
620/2018	909.744.171-49	ELIANE TRINDADE PARANHOS
1494/2018	027.203.514-90	ELIAS FRANCISCO BALBINO
439/2018	594.606.521-15	ELIDA MARIA LEITE DE CARVALHO
670/2018	22.836.581/0001-39	ELIEL DA SILVA SOUZA - ME
1519/2018	814.504.004-34	ELIEL PEDRO DE LIMA
2002/2018	035.931.921-10	ELIETE NUNES DOS SANTOS
1798/2018	587.226.535-20	ELIEZER PACHECO
2020/2018	593.770.381-20	ELINEDE MARIA DOS SANTOS
1602/2018	489.961.571-04	ELIO AMARAL DE OLIVEIRA
1507/2018	276.516.654-49	ELIO DOS SANTOS
1181/2018	153.460.569-04	ELIO JOSE BRIZOLA
654/2018	954.828.900-82	ELISABETE APARECIDA BASSANI
874/2018	545.181.301-97	ELISANDRA BARBOSA DA SILVA

959/2018	948.627.881-49	ELISANGELA FELIX DOMINGUES
1801/2018	928.423.211-20	ELISANGELA GUERRA DE ASSUNÇAO ANDREATTA
1925/2018	025.186.304-22	ELIS REGINA PAZ DA SILVA
1666/2018	11.752.769/0001-82	ELIZABETE CARDOSO DE SOUZA
1320/2018	889.749.951-15	ELIZABETE SIGARINA CAMPOS
2047/2018	844.907.721-49	ELIZABETH LEÃO BATISTA
1092/2018	028.782.964-27	ELIZABETH MARIA HERCULANO DA SILVA
946/2018	020.014.761-75	ELIZABETH PANTALEAO DE ALMEIDA
1554/2018	459.268.321-87	ELIZETE BISPO DA CRUZ PAULA
1309/2018	254.319.728-12	ELIZEU DANTAS PINHEIRO
785/2018	308.181.259-34	ELIZEU ZULMAR MAGGI SCHEFFER E OUTROS
1026/2018	045.313.839-07	ELLEN ALETEIA ROMANO MOURA
826/2018	20.476.810/0001-26	ELLEN CRISTINA DE ALMEIDA 00791878112
848/2018	190.186.810-91	ELOI ANTONIO LAZZAROTTO
1622/2018	801.847.231-91	ELSON RODRIGUES DE SOUZA
1907/2018	18.508.988/0001-60	ELTON CARLOS CORONEL 98422839172
1614/2018	022.852.689-20	ELY MORAES RIBEIRO
486/2018	08.659.986/0001-18	E M DE JESUS - ME
945/2018	806.342.909-59	EMERSON ANTONIO DE SOUZA
1560/2018	04.527.335/0001-13	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
1455/2018	295.358.404-87	EMIDIO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE
1677/2018	895.198.259-91	EMILIA RIBEIRO ORTIZ
1171/2018	582.599.701-63	EMILIO TEIXEIRA BELAI
1653/2018	04.239.437/0001-33	EMPREITEIRA PEREIRA OLIVEIRA S/C LTDA
763/2018	03.467.321/0001-99	ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
389/2018	12.724.322/0001-62	ENOCH JOSE PEREIRA ME
1848/2018	111.482.921-87	ERENILDO MOTTA RAMOS E MARCIA MAMEDES DE OLIVEIRA RAMOS
1436/2018	513.980.109-44	ERIBERT MARTELLI
1203/2018	298.797.951-72	ERNESTO JOSE PAGLIARI
388/2018	15.944.234/0001-64	ERNESTO JOSE PAGLIARI - ME
1338/2018	339.282.749-53	ERONDI CAVALHEIRO DE RAMOS
1235/2018	138.061.260-34	EROTILDES ORTIZ
1017/2018	514.396.701-53	ERVECIO CARLOS E SILVA E NEIVA MANHONI SISMER E SILVA
1694/2018	11.858.317/0001-80	E S CARDOSO DE LIMA COMERCIO ME
488/2018	07.697.721/0001-41	E S INDUSTRIA E COMERCIO DE BALANCAS EIRELI - ME
1624/2018	411.855.011-34	ESIONE MARIA CAETANO
1021/2018	928.437.601-78	ESTELITA FRANCA DOS SANTOS E BERNARDO VERNEQUES
1177/2018	037.177.049-15	ESTEVAN OLEJAS
1178/2018	504.335.049-00	EUCLIDES OLEJAS
875/2018	003.635.801-07	EULETE MARIA DE JESUS
1625/2018	457.463.892-34	EUNICE BARBOSA DOS SANTOS
1786/2018	986.607.801-91	EUNICE HEBERLE
1165/2018	373.003.852-49	EUNICE JANETE COSTA LIMA
1006/2018	116.004.899-15	EUZEBIO EXPEDITO AZEVEDO FEIJO
1144/2018	142.514.341-53	EVA BUENO FOGACA
856/2018	785.412.981-91	EVANDRO CARLOS BARBOSA
1680/2018	11.705.542/0001-86	EVA PEREIRA MIGUEL 02071858166
1193/2018	599.808.424-15	EVARISTO OLIVEIRO SANTOS
2029/2018	20.921.560/0001-96	E V DAMACENO TRANSPORTES - ME
1601/2018	883.208.771-15	EVERLEI WEBER MULLER
465/2018	10.866.923/0001-84	EVOLUÇÃO HUMANA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA- ME
889/2018	523.142.511-72	EZEQUIEL COELHO DE SOUZA
1918/2018	024.430.081-00	EZEQUIEL FERREIRA MARQUES
437/2018	212.538.828-60	FABIANA FATTORI RODRIGUES
2006/2018	021.250.431-22	FABIANA REGINA DA SILVA
1767/2018	076.958.069-60	FABIANO MATHEUS PERETTI
1114/2018	839.416.731-49	FABIO ALVES BISPO
1524/2018	691.707.031-91	FABIO CARVALHO DE ALMEIDA
1796/2018	120.052.388-13	FABIO CESAR GOMES
830/2018	013.832.601-09	FABIO FARIA LEMES
2049/2018	020.082.631-00	FABIO JUNIOR ROGLING
1797/2018	14.516.896/0001-70	FABIO LAURENTINO OLIVEIRA 92845215134
971/2018	056.032.229-13	FABIO NEI DA SILVA ORZECHOVSKI
541/2018	846.038.442-04	FABIO SANTOS DE PAULA
935/2018	003.816.351-98	FABIO TAVARES SANTANA
931/2018	81.417.529/0001-07	FAMITA MAT. P/ CONSTRUCAO LTDA E CONSTRUTORA MALAVAZI LTDA
778/2018	02.144.795/0001-37	FAZENDA PAIAGUAS EMPREENDIMENTO AGRICOLAS LTDA
771/2018	15.239.509/0001-69	FAZENDA PERDIZES EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA
768/2018	17.852.875/0001-14	FAZENDA PIONEIRA EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS SA
784/2018	00.337.109/0004-61	FAZENDA PLANORTE S/A.
841/2018	20.036.995/0001-58	F. B. DE ARAUJO MERCEARIA - ME
831/2018	08.726.933/0001-72	F DOGIVALDO DE CARVALHO ME
615/2018	21.485.238/0001-24	F DO NASCIMENTO SOUSA SERVIÇOS - ME
1834/2018	16.903.807/0001-74	F E COMERCIO DE COURO BOVINO LTDA - ME
385/2018	37.437.324/0001-00	FEDRIZZI E CIA LTDA ME
1327/2018	100.067.608-05	FELICISSIMO CANDIDO UBALDO
1957/2018	18.971.695/0001-14	FERNANDA FERREIRA LUZ 02107779155
1028/2018	030.024.231-06	FERNANDA OLIVEIRA DA SIILVA

1795/2018	14.924.893/0001-76	FERNANDA ROLING
1788/2018	011.202.331-27	FERNANDO MARQUES CAPELETTE
908/2018	038.699.759-46	FERNANDO RIBAS BAGGIO
1095/2018	006.831.110-94	FERNANDO ROGERIO HANUS
599/2018	15.272.642/0001-17	FIOS DE OURO-COMERCIO DE OURO LTDA- ME
1077/2018	025.939.481-59	FLAVIA LETICIA DE OLIVEIRA
1742/2018	032.139.261-24	FLAVIO LIMA DE SOUZA
689/2018	197.235.550-34	FLORI STEINKE
1192/2018	077.803.461-53	FLORISVALDO SANTOS MORAES
800/2018	15.517.448/0001-54	F. M. DE OLIVEIRA CONFECÇÕES - ME
1626/2018	964.648.601-00	FRANCIEL DA CONCEICAO
747/2018	919.932.371-00	FRANCINETE ALVES DE SOUZA
1992/2018	651.778.193-53	FRANCISCA DAS CHAGAS DE SOUSA
1369/2018	562.469.864-04	FRANCISCA DE SOUZA VIANA
888/2018	348.538.552-20	FRANCISCA LOPES FEITOSA
1877/2018	020.108.963-78	FRANCISCA MARIA LOPES SOARES
1405/2018	603.849.729-34	FRANCISCO ALVES NETO
1379/2018	419.525.612-72	FRANCISCO BORGES DO NASCIMENTO
1478/2018	373.052.983-87	FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA DE MACEDO
1099/2018	020.308.904-99	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA
1590/2018	177.987.443-04	FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA
381/2018	01.723.006/0001-50	FRANCISCO EURIPEDES DE LIMA - ME
1926/2018	030.830.423-37	FRANCISCO LEONARDO OLIVEIRA DO NASCIMENTO
1514/2018	122.280.013-68	FRANCISCO MENDES BRANDAO
904/2018	841.813.113-68	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA NETO
1334/2018	033.739.788-07	FRANCISCO PEREIRA LIMA FILHO
1542/2018	289.342.022-20	FRANCISCO SERAFIM BATISTA
1581/2018	730.644.404-20	FRANCISCO SILVESTRE DA SILVA
1574/2018	706.496.939-49	FRANCISCO SOARES DE MEDEIROS
1001/2018	372.335.560-91	FRANCISCO XAVIER VENTURA
1928/2018	18.784.065/0001-30	FRANCISLENE DOS SANTOS 03318473103
1124/2018	947.349.411-49	FRANKLIN EBSON DE OLIVEIRA
384/2018	18.314.155/0001-68	FREITAS E MEDINA LTDA ME
581/2018	18.296.388/0001-85	FUNDACAO CULTURAL, ARTISTICA E EDUCACIONAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS
1983/2018	00.059.311/0007-11	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
766/2018	00.059.311/0067-52	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI
386/2018	07.532.276/0001-60	FURLAN MARCHIO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
1878/2018	032.785.611-47	GABRIEL BATISTA MACHADO E CLEUDINA APARECIDA BATISTA MACHADO
496/2018	14.353.369/0001-92	GABRIEL PONCE ALVES - ME
1330/2018	785.471.561-00	GARDENIA MORAES DE ARAUJO
1159/2018	640.821.561-00	GEASI GONCALVES DE MELO/JOSE MARCOS BATISTA
497/2018	05.573.994/0001-59	GEDE CONSTRUTORA LTDA - ME
494/2018	02.054.339/0001-04	GEHRING E GEHRING JUNIOR LTDA - EPP
1143/2018	000.039.901-92	GEISSIMAR JOYCE VEIGA MENDES
1875/2018	383.426.808-94	GELSON DOS SANTOS MATOS
744/2018	018.570.679-75	GELSON LUIS CECONI
553/2018	19.788.748/0001-29	GELVIS GANDARA DOS SANTOS - ME
1123/2018	024.642.154-14	GENALDO ROCHA BORGES
1422/2018	344.599.361-00	GENEBALDO ALVES BORGES
918/2018	668.157.709-15	GENI IVETE HEGELE
999/2018	037.902.394-61	GENIVAL DA SILVA
1071/2018	013.317.865-09	GENIVAL DE ALMEIDA
467/2018	003.240.581-28	GENIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
646/2018	13.467.970/0001-43	GENIVALDO PEREIRA DOS SANTOS 00324058128
1897/2018	18.351.084/0001-73	GENIVAL ROCHA 94866678100
2046/2018	314.173.701-06	GEOVANDO MOREIRA BARBOSA
1160/2018	901.095.621-00	GERALDINA BATISTA PATRICIO
1855/2018	866.733.519-34	GERALDO AMPELIO BENINI E APARECIDA ANGELICA DA COSTA
1221/2018	317.813.901-00	GERALDO G. DE OLIVEIRA
1220/2018	328.060.864-91	GERALDO HORACIO AZEVEDO
813/2018	13.502.236/0001-78	GERALDO JOAQUIM ARAUJO - ME
1374/2018	821.935.251-53	GERALDO LEITE DA SILVA
706/2018	621.546.649-20	GERALDO PRATES DE ALMEIDA
1340/2018	308.210.371-53	GERALDO ROCHA
1210/2018	535.205.211-72	GERALDO SILVERIO DOS REIS
1401/2018	421.800.311-49	GERSON DE OLIVEIRA MIRANDA
940/2018	998.206.840-72	GETULIO GOMES MACHRY
1085/2018	962.942.561-00	GEZI DUARTE BORGES JUNIOR E FABIANE DAMKE
387/2018	14.101.189/0001-13	G F GOMES TRANSPORTES - ME
1303/2018	019.519.484-05	GILBERTO AUGUSTO SANTOS
1002/2018	029.196.024-38	GILBERTO GOMES DA SILVA
1561/2018	488.769.681-72	GILBERTO LOPES DA ROCHA
1239/2018	370.508.269-87	GILBERTO PEREIRA DE SOUZA
425/2018	524.626.769-53	GILBERTO PERINAZZO
1917/2018	620.219.662-91	GILCIMAR BEIJO FERREIRA
927/2018	850.145.163-00	GILCIMAR OLIVEIRA CHAVES
985/2018	996.917.281-68	GILIARDI JUNIOR DE SANTANA
1310/2018	801.873.311-20	GIL JOSE VITALINO
1428/2018	926.624.471-68	GILMAR BAGGIO
1609/2018	230.711.171-91	GILMAR CHINELLI PEREIRA
1269/2018	003.369.831-74	GILMAR JOSE PAGLIARI

1615/2018	552.360.069-53	GILMAR RIBEIRO
1180/2018	638.405.101-04	GILSON ALVES FERREIRA
1022/2018	037.609.706-05	GILSON BATAGLINI E OUTROS
1523/2018	766.459.679-34	GILSON LUIZ PALHANO / JOAO DANILO BONETI
672/2018	19.325.838/0001-83	GILVANETE DA SILVA TOMAS 01300774452
585/2018	17.907.246/0001-44	GILVANETE MARIA DA SILVA MACEDO - ME
2008/2018	031.313.151-13	GILVANETE TIGRE DA SILVA TANAN
1828/2018	021.008.854-05	GILVAN FERNANDES DOS SANTOS
2055/2018	078.875.474-23	GILVANIA TEODOSIO DA SILVA
1319/2018	948.672.321-49	GILVAN NUNES DA SILVA
1558/2018	008.089.568-92	GINIR DE LOURDES GUERRERO
573/2018	09.627.080/0001-84	GIOVANI C DOS SANTOS SERVICOS ME
757/2018	714.665.761-20	GISELY CONCEIÇÃO AGNELO DE CARVALHO
1943/2018	568.746.501-49	GISONIA ALMEIDA DA SILVA
493/2018	034.961.506-37	GIULIANO MALUF VILELA SILVA
739/2018	945.056.241-53	GIVANILDO ROCHA
549/2018	023.362.564-01	GIVANILSO ROCHA
1977/2018	20.329.718/0001-33	G. J FIUZA - ME
593/2018	028.414.071-60	GLADSTON ROOGER MARINHO PILONETO
542/2018	121.149.868-96	GLAUCIO ROGERIO DOS REIS CAPISTRANO
624/2018	008.839.024-19	GLAUCO NOBRE ALVES
1787/2018	032.132.761-62	GLEICE GONÇALVES OLIVEIRA
974/2018	852.313.711-49	GLEISON RODRIGUES DE MORAES
928/2018	07.958.647/0001-70	GLOBAL MAQUINAS E INSUMOS AGRICOLAS LTDA
499/2018	02.746.972/0001-55	GODOI COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA ME
958/2018	01.037.287/0001-97	GOTARDO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
382/2018	07.390.533/0001-76	G. P. MACEDO - TRANSPORTES ME
544/2018	861.946.311-04	GRACIELE SOARES ALMEIDA
1447/2018	981.899.999-15	GRACIETE DE FATIMA MARCON
2015/2018	030.435.561-51	GRACIETE DOS SANTOS
688/2018	964.656.971-49	GRACINELI BORGES
1884/2018	17.887.055/0001-68	GRACINELI BORGES 96465697149
764/2018	73.783.649/0001-08	GRAFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA ME
1697/2018	12.060.744/0001-80	GRAZIOLA & GRAZIOLA LTDA - ME
612/2018	20.665.714/0001-26	G R DOS SANTOS TRANSPORTES - ME
578/2018	19.927.439/0001-92	GREEN LINE ENGENHARIA LTDA
495/2018	15.367.887/0001-28	G. R. MOTT - ME
498/2018	13.166.288/0001-10	GUSTAVO SBABO - ME
839/2018	08.741.554/0001-51	HARETHON STEVES DA S. FAI - ME
1887/2018	11.898.486/0001-43	H DE A. MOTA - ME
1568/2018	003.828.291-74	HEBERSON GOLON
1076/2018	283.175.809-20	HEDEVIG ANGELINA SCHNEIDER
686/2018	421.582.901-10	HELDER CARVALHO DE OLIVEIRA
1647/2018	470.728.731-04	HELENA PEREIRA DE MORAES E VALDEMIR GOMES DOS SANTOS
715/2018	876.633.921-91	HELIO ADRIANO DA LUZ SEHNEM
690/2018	931.415.481-53	HÉLIO JOSÉ DA SILVA
1043/2018	181.411.370-34	HELVIO LUIZ KOWALEWSKI E ESPOSA
987/2018	001.619.793-35	HENRIQUE FERNANDES LIMA SILVA
1446/2018	065.617.178-21	HILTON ROBERTO BARROS
641/2018	19.821.725/0001-79	HUMBERTO MANOEL DO NASCIMENTO - ME
1756/2018	362.780.251-91	IDAEL OLIVEIRA DE MORAES
1299/2018	109.859.051-15	IDALINA PEREIRA SANTOS
732/2018	901.109.001-20	IDAMAR FERREIRA DOS SANTOS
1328/2018	372.600.491-20	IDERLI EUSTAQUIO BARBOSA
1252/2018	055.740.130-53	IDSON BRUNO MARQUES
820/2018	20.911.728/0001-82	I.F. DA SILVA ALIMENTOS E BEBIDAS ME
1147/2018	06.171.388/0001-70	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS
1233/2018	730.103.489-00	ILARIO SCHNEIDER
1970/2018	119.739.308-03	ILDA ALVES DE SOUZA
1150/2018	538.159.209-49	ILDO MIGUEL MALDANER
702/2018	663.809.109-30	ILO GILSON KENOB
1202/2018	846.105.301-04	ILONE GLASS
978/2018	300.206.549-87	INACIO JOSE ANTON
1865/2018	031.544.661-77	INDIANA ANGEL BANDEIRA
660/2018	10.784.782/0005-84	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO.
795/2018	15.113.935/0001-51	INTERATIVA ISOLACOES TERMICAS LTDA - ME
1973/2018	03.831.971/0001-71	INTERMAT - INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO
1058/2018	316.298.811-04	IOLANDA SOUZA GAMA
492/2018	09.000.503/0001-31	IRACI C. NINO & CIA LTDA ME
1046/2018	581.802.651-53	IRACI FERMO
894/2018	330.352.451-34	IRACY MARTINS LEITE
905/2018	009.048.771-08	IRANI GONZAGA MENES DA SILVA
989/2018	034.591.274-81	IRANI SEBASTIAO PEREIRA
953/2018	460.348.031-87	IRENE MARIA MENDES ROCHA
1015/2018	459.280.451-15	IRENE MOREIRA DE FREITAS
1357/2018	000.000.000-00	IRINEU DE FRANCA
1847/2018	17.345.424/0001-90	IRMÃOS BOLZAN LTDA ME
1900/2018	731.048.921-72	ISRAEL AMERICO JUNIOR

754/2018	662.280.349-87	ISRAEL RODRIGUES COELHO
1115/2018	881.155.009-25	IVAIR RODRIGUES DA SILVA
404/2018	19.571.237/0001-50	IVAN AUGUSTO BEN - ME
858/2018	09.035.472/0001-54	IVANEI LAZZAROTTO COMÉRCIO - ME
631/2018	13.166.413/0001-92	IVANI DOS REIS SCHMITT 79451349120
1290/2018	403.064.293-49	IVANILDES PEREIRA SILVA
1131/2018	166.170.539-15	IVANIR CRESTANI PRIMO
1473/2018	393.844.461-49	IVANY ROBERTO DA SILVA
1867/2018	947.674.591-68	IVETE SILVA DE MELO
1372/2018	060.238.188-62	IVONE DE ABREU CORRIEL
589/2018	04.074.510/0001-64	IVO NELSON PRILL BICICLETARIA-ME
1899/2018	395.164.741-87	IZABEL PEREIRA DE SOUZA E TENIVALDO SANTOS DO PRADO
1493/2018	839.460.041-72	IZAEL FRANCISCO DE LIMA
976/2018	784.876.921-68	IZAIAS GONCALVES DE OLIVEIRA
1503/2018	801.894.901-87	IZAIAS PEREIRA ALVES
834/2018	03.023.094/0001-02	IZELIO CALLEGARO - ME
1515/2018	386.345.251-49	JACILENE DE JESUS SOUZA
570/2018	19.836.831/0001-26	JACILENE DE JESUS SOUZA 86834525149
700/2018	640.357.431-00	JACIO SERGIO DA SILVA
1153/2018	017.778.329-00	JACIR LAVARNINI DA SILVA
2058/2018	641.840.219-72	JACIR MEZZOMO SUZIM
1628/2018	988.077.731-04	JACKELINE RODRIGUES N. DE BRITO
1735/2018	003.932.161-44	JACKSON WILLAME VIEIRA BRITO
1885/2018	004.465.510-07	JACSON ROQUE DALAZEN
2053/2018	730.363.231-04	JACY ALVES DA CRUZ
1100/2018	922.190.041-04	JAILSON ALVES DA SILVA
1629/2018	047.214.104-09	JAILSON NOBERTO DOS SANTOS
1612/2018	009.860.734-07	JAILTON BARROS SOBRAL E OUTROS
703/2018	465.328.979-49	JAIME REZENDE BARBOSA
714/2018	760.772.099-53	JAIME SOMERA
1039/2018	546.664.281-68	JAIR CARLOS MUHLBEIER
1862/2018	890.881.661-53	JAIR DE CAMPOS
878/2018	173.221.111-68	JAIRES DE SOUZA SCHNEIDER
403/2018	11.837.427/0001-65	JAIRO L. LINS - ME
1188/2018	403.309.900-04	JAIRO MACHADO CORDOVA
1672/2018	472.942.300-30	JAIR UMBERTO TONIASSO
1008/2018	012.668.981-40	JAKSON ALVINO MARTINS
684/2018	875.206.481-68	JAMILSON NOBRES DA SILVA
627/2018	18.663.076/0001-62	JANAINA OLIVEIRA BORGES 71169059104
1326/2018	004.236.931-23	JANAIRA PEREIRA DA COSTA
807/2018	416.035.590-00	JANDIR ONEIDES DE MOURA NIMITT
1050/2018	709.804.202-10	JANE MAGALI WRKAUSER BARROS
750/2018	735.640.529-68	JANES SALETE BRAZ DA SILVA
1898/2018	025.913.001-00	JANET TOMASI DO ROSARIO
1934/2018	19.157.867/0001-83	JANET TOMASI DO ROSARIO 025913000100
735/2018	049.795.384-60	JANY ELLEN RIBAS DOS SANTOS
1955/2018	004.727.905-28	JARIONEI GOIS SILVA
765/2018	02.916.265/0058-03	JBS S/A
405/2018	07.460.723/0001-12	J D DE LEMES & CIA LTDA EPP
611/2018	21.214.595/0001-58	J. DE ASSIS ALVES DE OLIVEIRA - ME
408/2018	11.390.896/0001-89	J. DOS SANTOS SANTANA - ME
781/2018	812.686.291-20	JEAN CARLOS FOGLIATTO E OUTROS
1453/2018	615.924.471-04	JEAN MARIANO BODANESI
391/2018	19.270.191/0001-30	JEAN RICARDO LOPES 02521354155
1819/2018	13.591.174/0001-18	JEFFERSON PATRICIO SANTOS SILVA 01725984199
1068/2018	047.560.934-42	JEILZA DA SILVA SANTOS
1857/2018	898.970.721-87	JERRI GARCIA SALES
1496/2018	622.483.085-15	JERRY ADRIANI DE ALMEIDA
711/2018	995.579.751-72	JESSÉ LOPES DA SILVA
656/2018	20.348.759/0001-77	JESUÍNO PEREIRA DA SILVA 17595975115
393/2018	04.181.841/0001-01	JESUS E CIA LTDA - ME
824/2018	01.418.791/0001-37	J F COMERCIO E TRANSPORTE DE COMBUSTIVEIS LTDA
1825/2018	16.644.872/0001-22	J F DA SILVA LANCHONETE ME
392/2018	02.744.218/0001-86	J. G. PILGER EMPREENDIMENTOS - ME
1841/2018	17.239.809/0001-73	JHONATHAN ALVES ARAUJO ME
788/2018	02.053.879/0001-65	JHONROB IND E COM DE EQUIP P ARMAZ DE GRÃOS LTDA
409/2018	13.240.579/0001-01	J. J. RIZZI SERVICOS ME
718/2018	18.703.396/0003-60	JLL CORPORATE SOLUTIONS - SERVICOS DE CONSERVACAO E MANUTENCAO DE IMOVEIS LTDA
407/2018	14.113.279/0001-24	J MANOEL DO NASCIMENTO ME
410/2018	15.140.613/0001-00	J. M. BEHLING E CIA LTDA - ME
411/2018	06.926.985/0001-67	J. M. DA SILVA SERVICOS
406/2018	15.551.546/0001-08	J M QUINEBES TRANSPORTES ME
394/2018	18.874.972/0001-70	JOACIR PEREIRA DA SILVA 00194839885
1282/2018	799.965.401-97	JOANA DARC SOUZA DOS ANJOS
873/2018	631.395.021-68	JOANISIA CARLINDA DE CAMPOS
1391/2018	474.346.001-87	JOAO ALMEIDA BEIRAL

1839/2018	17.223.799/0001-88	JOAO ARTUR DOS SANTOS 02367431124
1350/2018	297.972.333-91	JOAO BARBOSA DOS SANTOS
395/2018	18.840.715/0001-18	JOAO BATISTA BORDINI DA SILVA 84880546100
1265/2018	223.529.532-00	JOAO BATISTA DA SILVA (1)
1413/2018	847.725.571-72	JOAO BATISTA DOS ANJOS
396/2018	11.742.942/0001-61	JOAO BATISTA PEREIRA DA COSTA ME
1106/2018	294.134.431-49	JOAO BATISTA VIDEIRA
898/2018	968.829.131-53	JOAO DE DEUS COUTINHO BARBOSA
1355/2018	302.541.169-49	JOAO DOS SANTOS
740/2018	733.671.413-72	JOAO DOS SANTOS LUNA
397/2018	17.144.067/0001-00	JOAO DOS SANTOS LUNA
1448/2018	030.037.010-53	JOAO EMILIO GOBBI
924/2018	105.550.598-98	JOAO ERIVAN DE QUEIROZ
1833/2018	16.967.545/0001-01	JOÃO EVANGELISTA DE SOUZA NUNES 3800915333400
890/2018	064.283.564-06	JOAO FERREIRA DA SILVA
1506/2018	438.890.695-68	JOAO GUALBERTO CARDOSO LEITE
2040/2018	487.735.571-53	JOÃO JOSE ALVES BATISTA
1397/2018	414.280.489-87	JOAO JOSE DE OLIVEIRA SANTOS
1335/2018	085.989.169-00	JOAO LAURINDO DA SILVA
1630/2018	038.741.968-36	JOAO MACHADO BORGES
597/2018	20.410.258/0001-73	JOÃO MAMEDES DA SILVA 86313916115
1270/2018	663.159.729-34	JOAO MARIA BINO
398/2018	18.104.949/0001-05	JOAO MEDINA 25476548149
1631/2018	820.880.041-49	JOAO MELQUIADES ALVES SILVA
1632/2018	756.417.805-10	JOAO NERY DOS SANTOS NETO
1530/2018	725.791.884-87	JOAO PAULO ANDRADE DA COSTA E OUTROS
1729/2018	861.389.015-68	JOAO RISOMAR DA TRINDADE
1109/2018	488.519.819-49	JOAO RIZZOTTO
1223/2018	442.454.759-00	JOAO ROBERTO GARCIA
1534/2018	095.259.802-78	JOAO RUFINO DA SILVA E ANTONIO JOSE MARQUES
1291/2018	286.660.031-20	JOAO SOUZA SANTANA
1141/2018	523.108.501-44	JOAO VIEIRA DE SOUZA
1430/2018	703.110.649-49	JOAO WISNIEWSKI
1823/2018	04.399.472/0001-10	JOAQUIM MATIAS SUBRINHO
1740/2018	024.887.245-13	JOAQUIM PEREIRA LEITE
842/2018	624.797.250-49	JOAREZ JULITO PAZ DE ALMEIDA
731/2018	026.543.721-03	JOCIELIA NASCIMENTO DOS SANTOS
1809/2018	781.330.689-91	JOCIMARA GONÇALVES
1246/2018	858.683.531-53	JOEL BALBINO
1362/2018	863.141.571-53	JOEL CICERO DE SOUZA BELI
1750/2018	931.425.601-49	JOEL DE SOUZA
399/2018	03.523.587/0001-01	JOEL DE SOUZA PUBLICIDADES
625/2018	770.467.653-91	JOEL FERREIRA JACA
1565/2018	474.860.403-44	JOELMA XAVIER DE ARAUJO LIRA DA LUZ
1863/2018	011.023.271-23	JOELSON XAVIER DE FARIAS
2001/2018	019.362.421-41	JOICE DIAS DA SILVA
1945/2018	010.248.183-06	JOILSON DOS SANTOS LOPES PEREIRA
412/2018	09.069.412/0001-52	J. O. MARCHI SERVICOS-ME
1585/2018	919.997.900-49	JONAS GUILHERME IOST
400/2018	18.648.338/0001-10	JONATHAN MARCELINO TORRES 98729810272
1073/2018	000.165.401-23	JONES ANTONIO SOUZA
435/2018	432.247.681-34	JORGE AVELINO
1806/2018	525.784.029-49	JORGE DAVILLA
687/2018	309.396.230-72	JORGE FLORES
1904/2018	18.504.644/0001-82	JORGE JOSE DA SILVA 04057779493
1276/2018	424.169.229-04	JORGE J.SANTOS/MARIA REIS
1849/2018	297.017.249-68	JORGE KUNSLER
1676/2018	838.002.551-20	JORGE OSCAR FERNANDES
1367/2018	311.947.881-49	JORGE RIBEIRO DA SILVA
1023/2018	043.136.219-03	JOSCEMAR SAVARIS
1891/2018	087.129.434-60	JOSE ADRIANO DOS SANTOS
1253/2018	496.064.258-00	JOSE ALVES CAPISTRANO
1984/2018	17.818.602/0001-53	JOSÉ ALVES DA ROCHA 56819196253
1879/2018	206.304.411-20	JOSE ALVES DE SOUZA
1477/2018	349.604.814-04	JOSE ANISIO BERTO DE LIMA E JOSE CARLOS DA SILVA
1456/2018	158.610.401-25	JOSE ANTONIO DA SILVA-2
1489/2018	103.546.111-00	JOSE ANTONIO DA SILVA NETO
1110/2018	290.397.622-87	JOSE ANTONIO DOS SANTOS
1751/2018	008.648.965-81	JOSE ANTONIO PEREIRA CAMPOS
1296/2018	301.960.511-34	JOSE APARECIDO OLIVEIRA
1562/2018	114.068.952-53	JOSE APARECIDO RAYMUNDO
720/2018	680.041.684-34	JOSE BRITO DA SILVA
973/2018	060.504.754-58	JOSE CARLOS DA SILVA PAULINO
1416/2018	501.211.381-00	JOSE CARLOS FREITAS IBANEZ
1972/2018	795.671.691-87	JOSE CARLOS PEREIRA
1611/2018	814.818.454-20	JOSE CASSIANO DOS SANTOS IRMAO
2057/2018	923.816.694-34	JOSE CESAR DA SILVA
1856/2018	17.133.634/0001-15	JOSE CICERO DA SILVA
1522/2018	911.324.364-00	JOSE CICERO DOS SANTOS
725/2018	982.483.835-04	JOSE CICERO LAURINDO DA SILVA
1154/2018	925.044.004-97	JOSE CICERO MARIANO DA SILVA
1586/2018	999.459.245-91	JOSE CRISTIANO DOS SANTOS E COSMO BEZERRA DA SILVA
1368/2018	332.193.899-53	JOSE DARCI FELIPINI

1713/2018	13.335.198/0001-06	JOSE DA SILVA
655/2018	08.817.642/0001-90	JOSE DA SILVA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS
1359/2018	704.565.264-04	JOSE DELMONDES FEITOZA
1196/2018	383.853.921-49	JOSE DIAS DO NASCIMENTO
1832/2018	12.873.771/0001-72	JOSE DOMINGOS DE SOUZA NOGUEIRA - ME
1271/2018	148.875.921-91	JOSE DOS SANTOS
547/2018	044.515.154-40	JOSE EDSON PEREIRA
1079/2018	827.323.101-15	JOSE ELIAS FRANCISCO DOS REIS
1441/2018	487.650.901-87	JOSEFA ALVES POMPERMAIER
942/2018	969.454.431-91	JOSEFA DA SILVA
1019/2018	253.177.118-27	JOSEFA DOS SANTOS JULIO
1754/2018	024.119.351-61	JOSEFA LUCIANA SILVA DO NASCIMENTO
1582/2018	326.082.414-68	JOSE FERNANDO DOS SANTOS
1845/2018	181.745.404-82	JOSE FERREIRA LIMA
936/2018	624.312.184-49	JOSE FRANCISCO FLOR
1370/2018	464.624.571-04	JOSE FRANCISCO TIGRE
1835/2018	16.870.657/0001-40	JOSE FURTADO JUNIOR ME - ME
1860/2018	045.095.146-46	JOSE GILVAN FREITAS
614/2018	21.499.573/0001-81	JOSÉ GOMES DE CAMPOS 42775710182
1557/2018	467.950.143-04	JOSE GONCALVES DA ROCHA FILHO
1376/2018	493.902.521-72	JOSE GUILHERME BARBOSA/OU
1119/2018	616.391.091-53	JOSE HORACIO DE AZEVEDO
1267/2018	284.812.259-87	JOSE JOAQUIM MENEZES
1894/2018	801.917.541-53	JOSE JOILDO MESSIAS DOS ANJOS
1134/2018	024.755.011-62	JOSE LEANDRO DA SILVA LIMA
1392/2018	077.872.511-15	JOSE LEONDIO DOS SANTOS
1060/2018	015.229.391-48	JOSE LINDOLFO DOS SANTOS JUNIOR
2025/2018	20.659.944/0001-82	JOSELMA XAVIER DE FARIAS - ME
1635/2018	536.986.814-04	JOSE LUIZ DA SILVA
1339/2018	../-	JOSE LUIZ DOS SANTOS
1088/2018	056.186.624-42	JOSE MARCIANO DA SILVA
1311/2018	788.213.044-34	JOSE MARCOS GOMES DA SILVA
580/2018	19.402.448/0001-60	JOSEMARIA BARBOSA DOS SANTOS PEREIRA 02585823598
1892/2018	881.090.543-15	JOSE MARIA DA SILVA
1789/2018	618.155.602-82	JOSE MARIA FERREIRA PEREIRA
1118/2018	024.207.849-44	JOSEMAR SANDRI
916/2018	860.806.444-87	JOSE MAURO DE OLIVEIRA E JOAO FELIX BARBOZA
401/2018	14.301.369/0001-49	JOSE M DA SILVA SERVIÇOS ME
1470/2018	539.653.291-72	JOSE MESSIAS DOS SANTOS
1117/2018	626.846.981-04	JOSE MORAES NUNES
726/2018	829.217.841-49	JOSE MOREIRA DOS SANTOS
733/2018	764.680.119-49	JOSENEI MARIA GILIOLI
1727/2018	040.273.404-18	JOSE NILDO SANTOS DA SILVA
540/2018	987.706.675-00	JOSE PAULO VIVALDO DE ALMEIDA
1429/2018	811.611.403-44	JOSE PEREIRA
1268/2018	444.841.511-20	JOSE PEREIRA DA SILVA (1)
1445/2018	../-	JOSE PEREIRA DE BARROS
1731/2018	008.203.983-65	JOSE PEREIRA DE PAIVA E ALCIONE RODRIGUES DA CONCEICAO
1352/2018	987.078.681-20	JOSE RAMOS RODRIGUES
1434/2018	266.801.061-68	JOSE R.G.REIS/SONIA J.SIL
1567/2018	065.006.251-53	JOSE RIBEIRO DA COSTA
1195/2018	206.101.571-91	JOSE ROBERTO DE SOUZA
1468/2018	036.658.744-90	JOSE ROBERTO DOS SANTOS
515/2018	661.531.155-00	JOSE ROCHA
1125/2018	770.868.483-87	JOSE RODRIGUES DE ALMEIDA
876/2018	911.321.694-53	JOSE RODRIGUES DE LIMA
1312/2018	474.045.231-68	JOSE RODRIGUES DE SOUZA
1241/2018	513.491.249-15	JOSE RUBENS VIANA
1292/2018	966.915.301-87	JOSE SELMO LORENÇO
1278/2018	535.205.641-49	JOSE URBANO FERREIRA
681/2018	11.697.938/0001-29	JOSÉ VIRGINIO DOS SANTOS - ME
1170/2018	369.937.199-91	JOSE VITORIO CALCAGNOTTO
1637/2018	630.171.724-49	JOSE WILSON GOMES DA SILVA
1753/2018	023.832.371-40	JOSIAS BARBOSA
1007/2018	891.663.881-04	JOSIMEIRE DA SILVA RODRIGUES
2038/2018	039.017.063-13	JOSIMO DO NASCIMENTO SANTOS E LAURENICE SOUSA SANTOS
1149/2018	056.035.634-00	JOSIVALDO LINS DA SILVA
1061/2018	029.281.991-95	JOSIVAN CAETANO DOS SANTOS
402/2018	13.431.356/0001-21	JOSUEL CORREIA DA SILVA 61591939100
1112/2018	429.325.721-72	JOVELINA PEREIRA DA SILVA
1564/2018	848.478.751-68	JOVELINO MARTINS DO NASCIMENTO E REBECA LUCIA DE GODOI
828/2018	458.308.601-63	JOZAIR VASCONCELOS DA CRUZ
414/2018	11.918.316/0001-83	J. R. DA COSTA E DA COSTA LTDA - ME
415/2018	10.239.625/0001-64	J. R. MENEGUIM - ME
1665/2018	546.068.104-91	JUAREZ JOSE DOS SANTOS
1544/2018	427.852.191-04	JUCARA GOTERRA HENIK
1736/2018	813.824.481-04	JUCELIA PEREIRA LUZ
1722/2018	042.390.966-50	JUCEMILDA DOS SANTOS CARDOSO
538/2018	900.495.009-53	JULIANA CRISTINE DEVES CORREA
954/2018	618.170.232-68	JULIANE DE OLIVEIRA
1998/2018	039.872.411-36	JULIMAR APARECIDA SANTOS
682/2018	199.472.400-53	JULIO CÉSAR NEDEL
1424/2018	588.988.759-91	JULIO CEZAR CAETANO
1094/2018	758.471.591-53	JULIO OLIVIERA GOMES

2051/2018	045.551.901-30	JUNIOR TOMICHA GAUDENCIO
1549/2018	299.448.301-78	JURANDIR DOS SANTOS
413/2018	13.114.801/0001-20	JURANDIR R0DRIGUES ALENCAR 61639427104
818/2018	811.611.821-87	JUSCIMAR PEREIRA DE ARRUDA
1066/2018	452.769.941-53	JUSE JULIO PEREIRA
882/2018	929.976.431-04	JUSENIL PEREIRA DE ARRUDA
2032/2018	21.131.078/0001-15	JUSSELIA DE APARECIDA DOS SANTOS 01854457136
598/2018	535.194.341-72	JUVENAL MARTINS DA SILVA
1830/2018	015.582.811-85	KARINA FERNANDA ROSSI
1824/2018	047.386.171-25	KARINE FRANCIELLE FAUSTINO DA CRUZ
1024/2018	473.444.900-72	KARLA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS
1539/2018	062.130.158-25	KAZUE NOMA
1852/2018	037.752.181-73	KEILA PATRICIA PEREIRA SILVA
980/2018	832.507.781-68	KELIN PATRICIA DOS REIS
991/2018	036.377.801-27	KELLEN CRISTINA DOS SANTOS
1772/2018	929.979.021-34	KLEBER DE ALMEIDA AZEVEDO
803/2018	04.089.185/0001-03	KLEIN CONFECÇÕES LTDA - ME
1942/2018	19.311.094/0001-48	KOTTWITZ E FREITAS LTDA ME
1657/2018	06.063.561/0001-16	KRYSJEAN F. BARROS - ME
1922/2018	18.781.072/0001-89	K. W. R. PEDRACA - ME
1650/2018	00.459.770/0001-05	L. ALBANO & CIA LTDA - ME
1969/2018	07.979.729/0001-09	L. A. M. FOLINI COBRANÇAS - ME
592/2018	024.631.191-60	LARYSSA GARDIN
427/2018	07.394.765/0001-00	L. A. S. MAGALHAES OLIVEIRA - ME
1516/2018	018.523.939-04	LAUDAIR RECH BULGARELLI
1571/2018	367.477.261-20	LAURENTINA SOUZA RUFINO
1238/2018	016.001.458-17	LAURINDO ROLING
1063/2018	020.485.371-03	LAURISNEI GOMES
1987/2018	964.684.081-72	LAURITA DE PAULA FERNANDES ALVES
1541/2018	406.292.601-68	LAURO LEONIDAS KRUTSCH
1486/2018	213.252.279-00	LAURO PAPKE GARCEZ
417/2018	17.067.767/0001-30	LAVA JATO NOVO PROGRESSO LTDA ME
808/2018	21.618.859/0001-39	L. DE LEMOS MATIAS E IRELI - ME
1721/2018	13.597.538/0001-77	L. DIA NOGUEIRA E CIA LTDA - ME
416/2018	14.113.238/0001-38	L. D. P. BARP - ME
1954/2018	053.702.379-80	LEANDRO CELIS DE MORAES
868/2018	790.567.501-78	LEANDRO OLIVEIRA SANTANA
1603/2018	097.637.606-36	LEIA CRISTINA DA SILVA VICENTE FONSECA
2023/2018	062.652.834-80	LEIDIANE ALCANTARA VIANA
1596/2018	406.261.481-20	LEIZINA SARAIVA DA SILVA
433/2018	493.040.119-49	LENIR ANA SCHNEIDER SEVERO
2050/2018	936.295.401-04	LEOCIR MEZZOMO
1449/2018	433.325.790-53	LEONEL CORREA
1700/2018	10.479.374/0001-95	LEONEL MACHADO ME
418/2018	09.473.036/0001-67	LGC - LOCACAO E SERVICOS LTDA - ME
1757/2018	991.489.781-91	LICINEIA NOGUEIRA PEREIRA
419/2018	07.034.098/0001-47	LIDER PRINT GRAFICA RAPIDA E COMUNICA-CAO VISUAL LTDA ME
558/2018	14.058.787/0001-57	LIDIANE GONÇALVES LIBERATO 00735147132
1472/2018	907.958.061-91	LINDAURA RIBEIRO DE SOUZA
1033/2018	006.004.820-49	LINDOLFO GUILHERME REINHEIMER
1427/2018	781.713.421-91	LINDOMAR RODRIGUES DOS SANTOS
562/2018	10.450.737/0001-60	L. M. FANTINEL CIA LTDA - ME
1011/2018	012.668.691-23	LORIVAL KOTA DE FREITAS
678/2018	14.203.901/0001-95	L. P. DUARTE - ME
1108/2018	514.691.381-15	LUCAS ERNESTO BASSANI
1263/2018	390.246.790-87	LUCELIO ANTONIO MELARA
632/2018	14.943.581/0001-00	LUCIA DA SILVA 57221545200
1838/2018	975.495.411-91	LUCIA DE OLIVEIRA SOARES COURA
2019/2018	773.263.421-72	LUCIA FALÇAO DA SILVA
1853/2018	15.156.338/0001-04	LUCIANA BATISTA DA SILVA 56716605134
420/2018	017.663.619-60	LUCIANA DEIVYS PIN BARP
934/2018	651.570.951-04	LUCIANA MARIA VERNECK DAROS
1993/2018	938.646.801-82	LUCIANA ROSA DA SILVA MEDINA
950/2018	316.021.448-69	LUCIANA TENORIO DA SILVA
1084/2018	002.464.831-05	LUCIANE MARIA DA SILVA BEZERRA
1055/2018	019.748.831-59	LUCIANO DA SILVA SANTOS
1348/2018	593.830.891-72	LUCIANO JOSE DA SILVA
943/2018	760.854.062-15	LUCIENE AURELINA PEREIRA
1829/2018	000.123.081-61	LUCIENE DE JESUS FERREIRA RIBEIRO
1745/2018	022.789.981-45	LUCIENE FRANÇA DOS SANTOS
1569/2018	840.312.121-00	LUCIENE OLIVEIRA DA CONCEICAO
1345/2018	866.378.861-49	LUCILENE AVELINO
857/2018	17.866.376/0001-86	LUCILENE BRAGA DE CASTRO ME
1389/2018	191.811.322-04	LUCILENE BRASIL DE SOUZA
1881/2018	17.239.816/0001-75	LUCILIA MARIA NASCIMENTO 22378081200
866/2018	551.331.181-04	LUCIMAR HELENA DE LIMA E SILVA
1533/2018	977.892.321-34	LUCIMAR ZANATTA DA MOTTA
825/2018	17.587.074/0001-79	LUCINEIA DA SILVA SOUZA 01095664166
1201/2018	466.057.467-91	LUCIO GARCIA DA ROSA

962/2018	889.981.421-04	LUCIVANE ALVES DA SILVA
1906/2018	18.556.925/0001-89	LUCIVANIA ANA FARIA - ME
1686/2018	976.058.910-91	LUIS FERNANDO SCHIAVO
1313/2018	067.460.632-91	LUIZ ALBERTO DE SOUSA PEREIRA
1640/2018	046.385.794-18	LUIZ ANTONIO DOS SANTOS
1409/2018	023.793.468-01	LUIZ CARLOS F. RODRIGUES
1175/2018	446.796.960-07	LUIZ CARLOS SCHULTZ
637/2018	11.522.876/0001-14	LUIZ CARLOS THABET 24945641820
2003/2018	007.274.441-31	LUIZ DE SOUZA
1594/2018	343.783.245-04	LUIZ DO SANTOS
421/2018	17.721.962/0001-32	LUIZ EDUARDO TEIXEIRA 00089093186
1706/2018	12.939.837/0001-80	LUIZ F. DE ARAUJO ME
422/2018	17.188.832/0001-86	LUIZ GAZEZ SOUSA DE OLIVEIRA 98842617504
1219/2018	554.523.701-10	LUIZ GONCALVES BELAI
1765/2018	481.874.021-72	LUIZI BURDULIS
423/2018	17.452.950/0001-50	LUIZ JACINTO DO CARMO ME
867/2018	040.651.400-30	LUIZ KOHL
751/2018	718.530.140-87	LUIZ OTAVIO RIGOLI
881/2018	621.709.614-53	LUIZ PEREIRA DA SILVA
1070/2018	814.503.891-04	LUIZ SILVESTRE DA SILVA E ORLEANE SILVA DE JESUS
1394/2018	402.312.161-49	LUIZ ZACARIAS DE MATOS
2031/2018	21.141.143/0001-93	LUZIA MARIA DA SILVA 02946881105
1780/2018	812.711.661-00	LUZIMAR PINHEIRO DE FIGUEIREDO
933/2018	572.045.191-91	LUZINEIA APARECIDA SILVA MAGALHAES DE OLIVEIRA
1433/2018	362.043.901-04	LUZINETE FRANCISCA VIEIRA
721/2018	09.389.029/0001-81	LV LIMA ME
1545/2018	251.412.768-80	LYDIANE MARIA RODRIGUES DE SOUZA
1888/2018	046.197.971-38	MABISON MARQUES BARBOZA
937/2018	011.183.364-70	MACIEL EMILIANO DA SILVA
426/2018	13.502.123/0001-72	MACROSOLO SERVICOS AGRONOMICOS LTDA ME
2021/2018	931.447.251-53	MADALENA AGUERO TORRES
2018/2018	027.066.801-21	MADALENA VITURINA DA CRUZ
812/2018	07.934.381/0001-25	M A DOS SANTOS PEREIRA EPP
1469/2018	569.429.821-72	MAGI NAFEZ BAZI
428/2018	18.220.317/0001-07	MAGNO CESAR DO NASCIMENTO SOBRINHO 01606178121
1762/2018	223.598.668-42	MAGNO PAZ DA SILVA
429/2018	08.032.976/0001-58	MAGNO R. MOREIRA ME
860/2018	931.447.761-49	MANOEL AUGUSTO PONTES
1005/2018	576.362.300-20	MANOEL DE LIMA BRUM E ESPOSA
1293/2018	774.804.651-49	MANOEL DOS SANTOS FILHO
1641/2018	208.179.321-00	MANOEL GERALDO TENOR
1332/2018	889.381.744-68	MANOEL MESSIAS DA SILVA
1122/2018	816.194.134-34	MANOEL NETO DOS SANTOS
1204/2018	260.354.561-20	MANOEL RODRIGUES COSTA
1510/2018	872.436.791-53	MANOEL SANTANA DA SILVA
1662/2018	04.852.424/0003-79	MANUELLA RIZZON SOUZA - ME
1168/2018	156.675.108-04	MAQUIO ISHIZUCA
1030/2018	027.598.439-71	MARCELI FATIMA ESCHER
674/2018	11.623.470/0001-28	MARCELLO SOUZA COSTA 59413395187
1610/2018	849.702.861-91	MARCELO ALMEIDA DOS SANTOS E LIZIANE LUDWISNKI FELIPE
1512/2018	829.245.701-15	MARCELO BARRETO GUNTHEN
1140/2018	665.265.239-00	MARCELO DALMOLLIN
1064/2018	884.694.841-68	MARCELO MENDONCA FERREIRA
1432/2018	616.523.421-68	MARCIA ALEXANDRA PEREIRA
1703/2018	11.544.104/0001-83	MARCIA BALDO GARCIA 83516204168
1501/2018	581.608.251-53	MARCIA EGGERT KLEIN
1257/2018	528.685.590-34	MARCIA E.MEDINA FOSCARINI
1016/2018	013.167.201-01	MARCIA LUZIA KRAVELIM
823/2018	487.983.121-20	MARCIA REGINA DE ANDRADE MARQUES
1656/2018	796.883.301-91	MARCIA REGINA DREHER
887/2018	746.849.579-34	MARCIA REGINA TAVARES DOS SANTOS
512/2018	12.917.602/0001-97	MARCIA S. DE SENA - ME
1671/2018	298.268.101-34	MARCIA SUELY DE SENA
1690/2018	006.619.641-83	MARCILEI INOCENCIO
528/2018	16.509.971/0001-00	MARCIO ALENCAR RAMOS DA SILVA - ME
998/2018	013.867.375-69	MARCIO ANDRE SANTOS RIBEIRO
545/2018	934.806.280-87	MARCIO CARLOTO MORAES
798/2018	11.898.568/0001-98	MARCIO IVAN BONFIM 88621936100
518/2018	15.338.816/0001-05	MARCIO J NOVATZKY ME
1759/2018	004.272.321-39	MARCIO TAVARES
1194/2018	564.828.090-49	MARCO ALEXANDRE BENDER
430/2018	371.562.170-20	MARCO ANTONIO MEDEIROS DA SILVA
1950/2018	286.801.891-20	MARCO AURELIO TAVEIRA
546/2018	363.467.720-15	MARCONDES SARTOR
1763/2018	517.692.201-00	MARCOS BASILIO FERREIRA
1944/2018	19.336.792/0001-06	MARCOS B. DE ALMEIDA ME
995/2018	779.540.689-00	MARCOS EVERALDO STUELP
911/2018	622.475.491-87	MARCOS MESSIAS DA SILVA
431/2018	18.021.904/0001-69	MARCOS NIEUWENHOFF - ME

1080/2018	013.757.481-90	MARCUS VINICIUS MARTINS PEREIRA
1337/2018	351.374.442-00	MARGARETE LOURDES LOCATELLI
1234/2018	446.816.310-00	MARGIT SEIBERT CORREA
2052/2018	017.308.811-22	MARIA ADAILVA RODRIGUES SILVA MENDES
1111/2018	964.701.781-20	MARIA AGNA DA SILVA
1174/2018	537.331.009-30	MARIA ALVES DE LIMA
1437/2018	545.620.231-04	MARIA A.MARQUES OLIVEIRA
1871/2018	841.375.921-87	MARIA APARECIDA DOMINGOS
1952/2018	488.979.571-53	MARIA APARECIDA DOS SANTOS DIAS
1975/2018	613.577.312-72	MARIA APARECIDA MARCELINO
1874/2018	813.882.331-34	MARIA APARECIDA RIBEIRO FARIA
1961/2018	19.797.452/0001-74	MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA 00105825174
1529/2018	910.323.261-15	MARIA APARECIDA SOUZA DOS ANJOS
1344/2018	000.000.000-09	MARIA AUDENICE DA SILVA
996/2018	621.094.481-72	MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS BARBOSA
1142/2018	967.805.331-49	MARIA BETANIA DA SILVA
2004/2018	795.735.841-15	MARIA CECILIA LOPES DA SILVA
1813/2018	019.307.424-95	MARIA CICERA DOS SANTOS
1890/2018	022.440.351-66	MARIA CRISTIANE DA SILVA
1032/2018	488.600.933-68	MARIA DALVA CARMO BARROS
1517/2018	500.809.891-87	MARIA DA PENHA ALVES DE BARROS
432/2018	17.333.955/0001-63	MARIA D. C. DA SILVA - ME
1485/2018	499.073.870-53	MARIA DE FATIMA DA SILVA RIEGER
1426/2018	773.472.421-34	MARIA DE FATIMA DIAS DO NASCIMENTO SILVA
1164/2018	593.034.176-15	MARIA DE FATIMA MARCONDES SANTOS
1592/2018	482.111.681-20	MARIA DE LOURDES FERREIRA COSTA
1162/2018	371.179.118-24	MARIA DE LOURDES NAZARIO
988/2018	572.697.933-87	MARIA DO AMPARO SILVA DA COSTA
952/2018	462.559.663-72	MARIA DO SOCORRO CARLOS DE SOUSA
1331/2018	882.304.811-72	MARIA EDILEUZA DA SILVA
1570/2018	514.330.441-53	MARIA ENY RODRIGUES SIOLIN
1699/2018	12.134.869/0001-08	MARIA HELENA DE ALMEIDA 00258042192
1996/2018	012.345.701-73	MARIA INES ALVES DE ARAUJO
1408/2018	792.068.161-87	MARIA INES RUZZON
2034/2018	21.345.312/0001-07	MARIA IVANILDA DA SILVA 07456860440
981/2018	928.691.731-72	MARIA JOSE DA SILVA
1985/2018	777.434.901-49	MARIA JOSE DOS SANTOS
919/2018	928.692.201-97	MARIA JOSE DOS SANTOS E DULCE LOPES DE OLIVEIRA
1488/2018	460.489.011-00	MARIA JOSE GOMES - 2
1417/2018	312.445.052-34	MARIA LAUDICELIA DOS SANTOS
902/2018	630.827.641-34	MARIA LOPES DA GAMA
1502/2018	030.853.834-09	MARIA LUCIA ALVES DE ALMEIDA
1901/2018	415.551.801-59	MARIA LUCIA ROSA
1810/2018	001.236.711-75	MARIA MADALENA ALBAN
676/2018	18.933.939/0001-74	MARIANA AGUERO TORRES 93145977172
1258/2018	926.014.481-72	MARIA ODENIL DA COSTA NOBRES
1351/2018	444.797.431-20	MARIA ROSA FERREIRA DA SILVA
2054/2018	071.450.904-30	MARIA ROSEANE DA SILVA
1903/2018	091.861.414-73	MARIA SALETE DOS SANTOS DA SILVA
738/2018	966.955.521-34	MARIA SIMONE DE MELO FARIAS
1553/2018	001.534.091-00	MARIA TEREZA MARTINS
584/2018	20.319.196/0001-99	MARILAINE S. DA ROSA - ME
1086/2018	338.775.641-00	MARILU BAIRROS
1283/2018	535.273.301-78	MARINEIA SOUZA SILVA
1908/2018	031.313.111-26	MARINEIDE FERREIRA
617/2018	07.287.054/0001-29	MARINES BECK ME
1552/2018	234.381.690-53	MARIO JOSE CERESOLI
1277/2018	587.393.439-87	MARIOZAM PEREIRA
983/2018	033.962.699-26	MARISA CANDIOTTO PRESTES
636/2018	19.151.523/0001-67	MARISA CANDIOTTO PRESTES 03396269926
1598/2018	406.155.881-15	MARISA NOGUEIRA
434/2018	400.400.380-68	MARISE KUSLER
436/2018	940.844.241-53	MARISOL MARTINS VINCENSI
1710/2018	13.099.258/0001-39	MARIZA CORDOBA ITURBE 37252119149
1962/2018	19.847.941/0001-93	MARKUS & DIAS LTDA - ME
1151/2018	05.538.635/0001-60	MARKUS MARKUS LTDA - ME
1674/2018	443.511.192-68	MARLENE CARVALHO ROCHA
1912/2018	978.867.771-15	MARLENE CORSO
1286/2018	952.708.331-15	MARLENE DA SILVA SOUZA
1896/2018	088.213.378-04	MARLENE FERREIRA DA SILVA
1013/2018	603.554.929-20	MARLENE SALETE DA SILVA
1774/2018	803.898.641-53	MARLI BARREM DA SILVA
2024/2018	928.714.291-20	MARLI DA SILVA
519/2018	15.285.227/0001-06	MARLON FELIPE BACKES ME
2022/2018	020.168.121-84	MARLUSE DA SILVA GOMES
1620/2018	948.838.231-72	MARLY GALVAO DE FRANCA FEITOZA
1396/2018	385.550.182-34	MARTA DOLORES DA SILVA
1465/2018	163.661.661-53	MARTA DOS SANTOS FERREIRA
1390/2018	814.861.461-04	MARTA GOMES
1458/2018	272.217.762-53	MARTA MARIA DE SOUZA DUTRA
864/2018	948.839.631-87	MARTA VALÉRIA SOUZA PEREIRA
1773/2018	572.116.631-20	MARTINIANO DE ALMEIDA GENELUD NETO
566/2018	18.689.731/0001-51	MASTER ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI - ME

1931/2018	08.855.552/0001-93	MATOS LOCADORA LTDA ME
1020/2018	044.614.071-60	MAURECI JESUS DA SILVA MEDINA
1805/2018	14.163.210/0001-05	MAURICIO DE SOUZA 92483623115
594/2018	14.868.612/0001-05	MAURILIO DA COSTA SOUZA 96783230104
1664/2018	482.080.431-68	MAURI MARTINI
529/2018	05.380.321/0002-63	MAXICASE MAQUINAS LTDA
531/2018	13.386.515/0001-13	MAYARA DE LARA SILVA ME
1693/2018	11.388.653/0001-06	M. CLEIDE DA SILVA - ME
1724/2018	13.576.548/0001-26	M. C. ROCHA RESTAURANTE ME
424/2018	05.206.298/0001-04	M DE LIMA METALURGICA
647/2018	12.969.029/0001-65	M DE L MACHADO LEITE COMERCIO ME
503/2018	07.486.536/0001-08	MEDCAMP SERVICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - ME
1049/2018	09.225.300/0001-43	MEGAKIT COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - ME
1842/2018	712.147.981-87	MERACI CARME DOS SANTOS
895/2018	000.000.000-00	MERCIA CRISTINA DA SILVA SOUZA
1924/2018	06.282.927/0001-48	METALFER MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA - EPP
2044/2018	899.182.231-20	MILLENE PEREIRA DA SILVA
1215/2018	354.736.730-15	MILTON LUIZ CARGNIN COCCO
1995/2018	041.173.321-47	MILTON MICHEL VARJAO
1251/2018	585.892.449-20	MILTON SILVA
1873/2018	963.538.481-53	MINERVINO ERGUES ALMEIDA DE JESUS
755/2018	008.870.851-99	MIRIAN LUIZA VASELI DE OLIVEIRA
1528/2018	353.736.444-04	MIRIAN MARIA DA SILVA
1279/2018	576.671.795-49	MIRIVALDO JESUS ALVES
719/2018	06.236.934/0001-03	MJB VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA
1213/2018	332.420.899-87	MOACIR BRUGNERA
1559/2018	823.397.831-00	MOACIR CORREIA DE ANDRADE
1304/2018	681.351.309-53	MOACIR IVANO MARTINELLI
832/2018	21.393.333/0001-06	MONICA PEREIRA DO NASCIMENTO 02199880133
1167/2018	33.677.089/0001-84	MORANDINI E ROTTA LTDA
1755/2018	11.229.000/0001-84	MOVEIS LIBERATTI LTDA
653/2018	01.771.808/0001-35	M.R. DREHER - ME
1669/2018	07.775.994/0001-67	MST. SERVICOS ELETRICOS LTDA-EPP
1381/2018	726.087.961-72	NAIR DIAS PUDO
1748/2018	13.840.191/0001-41	NANCY PERES DE PAULA ME
1440/2018	570.736.861-20	NARIO GOMES DE OLIVEIRA
1764/2018	034.685.761-96	NATIELI DA COSTA DOS SANTOS E WELLINGTON DA COSTA DOS SANTO
1546/2018	825.035.401-04	NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
1778/2018	654.086.591-00	NEIDE APARECIDA LUIZ SERRA
1285/2018	638.435.361-04	NEIDE DE LIMA SANTOS
1232/2018	361.718.160-00	NEIDE JOAO PIZUTTI
569/2018	32.948.077/0001-84	NEIDE JOAO PIZUTTI - ME
1052/2018	260.682.858-55	NELCIVON SOUZA DE LEAO
2010/2018	000.866.411-07	NELSON ARGUELHO
1648/2018	019.748.951-65	NELSON CORDEIRO
1976/2018	10.310.483/0001-84	NEON DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA
659/2018	22.599.950/0001-17	NEO VÍDEO LOCADORA LTDA - ME
1606/2018	947.773.141-20	NEUMA SILVA TRINDADE DE SOUZA
1526/2018	406.500.491-87	NEUSA RODRIGUES FROES
879/2018	104.733.191-87	NEUZA AZAMBUJA
1044/2018	572.126.001-72	NEUZA BORGES PEREIRA
1711/2018	11.629.140/0001-40	NEUZA BORGES PEREIRA 572126000172
1410/2018	805.104.851-20	NEUZA ELEUTERIO FERREIRA
817/2018	12.398.968/0001-05	NEUZA SILVA SANTOS ARAUJO CONFECCOES E ACESSORIOS
1036/2018	967.842.701-00	NEYLA CRISTINA DE OLIVEIRA NASCIMENTO
986/2018	096.895.919-91	NICOLAU CONSTANTE
1364/2018	085.232.232-15	NILDA PEREIRA DE JESUS
1621/2018	480.977.131-87	NILSON NUNES PEREIRA
1793/2018	345.183.711-00	NILTON APARECIDO DA SILVA
1146/2018	542.561.861-15	NILTON TIAGO DE ASSIS
1550/2018	832.898.101-78	NIVAEL CASTRO DE ALMEIDA E ELISANGE E.S. ALMEIDA
1321/2018	411.953.961-04	NOEL DIAS DE OLIVEIRA
1065/2018	000.599.641-46	NOELI APARECIDA GUEDES SILVA
1098/2018	806.323.609-25	NOELI DAS GRAÇAS ABREU
1229/2018	559.450.661-68	NOELI GOMES
1822/2018	16.523.809/0001-38	NOGUEIRA & PEREIRA LTDA - ME
1540/2018	795.751.023-04	NONATO NUCENA
502/2018	09.573.070/0001-03	NORTE PECAS E VEICULOS LTDA - EPP
513/2018	14.951.841/0001-99	N R PIRES FAGUNDES SERVICOS - ME
819/2018	21.586.335/0001-03	OBEDES PEREIRA DO NASCIMENTO - ME
1936/2018	19.209.307/0001-25	OBETY DAS DORES MACEDO 48802131104
1139/2018	433.791.259-20	ODAIR FRANCISCO FARIAS
516/2018	13.988.025/0001-97	ODONTHOS SERVICOS DE GESTAO DE CREDITOS LTDA - ME
505/2018	14.890.340/0001-40	O. DO VALLE JUNIOR - ME
603/2018	20.622.036/0001-14	O. G DE LIMA E CIA LTDA - ME

1663/2018	03.770.914/0001-20	OLGA FRANCISCA BARROS ME
508/2018	07.716.218/0001-96	OLIVEIRA E TAVARES DOS SANTOS LTDA - ME
1543/2018	05.103.889/0001-56	OLIVEIRA JOST LTDA
1982/2018	20.374.504/0001-89	OLIVEIRO GONÇALVES DA CRUZ 46051236104
861/2018	17.814.713/0001-91	OLVARINA DA SILVA GONÇALVES 63983583172
1623/2018	481.079.721-04	ONOFRE DA SILVA PEREIRA
1349/2018	757.057.619-53	ONOFRE TAVARES DOS SANTOS
749/2018	195.651.359-00	ONORIO CALDERAN
1148/2018	802.026.241-53	ORIVALDO MARCHIORI JUNIOR
885/2018	952.796.101-78	ORIVANILDO DE SOUZA LIMA
863/2018	325.626.832-34	ORLANDO PEREIRA LUZ
906/2018	513.987.531-49	OSMAR ROSSATTO E EDILEUZA C. RIOS
1846/2018	057.659.314-13	OSMIR SILVA BARBOSA
1595/2018	385.527.602-15	OSNY APARECIDO DE ALMEIDA
1069/2018	250.733.701-04	OSWALDO DIAS DE OLIVEIRA
1136/2018	198.754.522-20	OTAVIANO FEITOSA DE ALENCAR
775/2018	05.683.277/0008-56	O TELHAR AGROPECUARIA LTDA.
1226/2018	067.802.539-87	OVANDE HENNING
1661/2018	709.324.412-20	OZAIAS PEREIRA DO NASCIMENTO
478/2018	810.242.074-04	OZIELMO CORREIA BARBOSA
2033/2018	058.533.041-78	PABLO HENRIQUE CAVALETTI E JESSICA MARIA DA SILVA
1854/2018	039.465.871-00	PABLO RODRIGO THIEME LOPES
1827/2018	920.952.242-72	PABULA GRACIELLEN DE PAULO
521/2018	15.542.330/0001-86	PACHECO CONTABILIDADE EIRELI- ME
760/2018	10.940.896/0001-42	PACIFIL BR IND. E COM. DE IMP. EXP. SILOS PLASTICOS LTDA.
524/2018	04.773.856/0001-50	PARECIS IMOBILIARIA LTDA-ME
522/2018	09.082.830/0001-80	PARECIS PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME
727/2018	11.102.550/0001-38	PASSO ATIVO ENGENHARIA E COMERCIO
1956/2018	059.090.205-95	PATRICIA LOPES LIMA
1138/2018	702.013.821-72	PATRICIO SA BERGAMO
1803/2018	688.551.251-68	PAULA DA CRUZ COELHO
523/2018	19.324.743/0001-45	PAULA E OLIVEIRA LTDA - ME
1274/2018	232.364.002-00	PAULINO JOSE DE SOUZA
1314/2018	206.359.231-49	PAULO BONFIN RIBEIRO
526/2018	19.095.139/0001-94	PAULO CESAR DOS SANTOS 58170278104
966/2018	940.608.941-68	PAULO CESAR OLEGARIO DE AMORIM
1237/2018	282.491.199-91	PAULO DOS SANTOS PIMENTA
1198/2018	459.286.901-00	PAULO FERNANDES DE OLIVEIRA
1163/2018	564.305.909-68	PAULO FERREIRA DA SILVA
1161/2018	352.408.491-53	PAULO FRANCISCO DE OLIVEIRA
1104/2018	013.071.441-01	PAULO GEOVANI FIGUEREDO
1048/2018	418.529.070-53	PAULO INACIO FOLLMANN
1300/2018	298.787.721-87	PAULO LOPES REIS
1393/2018	432.401.511-20	PAULO ROGERIO NOGUEIRA MACEDO
567/2018	16.681.970/0001-30	PAULO SERGIO DA SILVA LINDER 03374184111
886/2018	655.223.031-15	PAULO SERGIO DE LIMA E LOURDES BENDA
753/2018	952.826.881-15	PAULO SERGIO ROSADO
482/2018	550.892.401-91	PAULO SERGIO SANTANA
883/2018	007.712.491-01	PAULO VICTOR PRINCZ NUNES
1948/2018	18.176.634/0001-65	PEDRO DELMONDES MENDES 99408058453
1782/2018	073.763.616-50	PEDRO ERNESTO ALVES CALDAS
1766/2018	072.572.281-91	PEDRO FRANCISCO CHAGAS
1315/2018	667.054.281-04	PEDRO FRANCISCO DA SILVA
1316/2018	407.011.071-20	PEDRO JESUS DAMASCENA
944/2018	067.972.494-06	PEDRO ROBERTO DOS SANTOS SOBRINHO
2059/2018	032.547.559-87	PEDRO TOMASI SOBRINHO
1532/2018	279.709.650-91	PELAGIA POLANCZYK NIEWINSKI
1173/2018	82.829.730/0111-07	PERDIGAO ALIMENTOS S/A
571/2018	19.271.159/0001-79	PESSATO TRANSPORTES LTDA ME
511/2018	37.486.776/0001-73	PESSATTO E VENDRUSCOLO LTDA ME
1966/2018	61.086.336/0001-03	PHILIPS DO BRASIL LTDA
474/2018	12.518.308/0001-02	PILONETO CONTABILIDADE EIRELI - ME
1701/2018	004.026.930-27	PLINIO DE MORAES
794/2018	13.905.298/0001-20	PLUS ELETRICA E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA M
1555/2018	514.393.951-87	POLKA JASKULSKI
363/2018	19.175.162/0001-99	PORFIRIO JUNIOR E BROLIO REZENDE LTDA
1651/2018	00.949.107/0002-61	POSTO TANGARA LTDA.
773/2018	01.614.225/0001-09	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
1836/2018	24.715.815/0001-15	PRENOROESTE INDUSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
776/2018	00.461.479/0001-63	PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAUDE LTDA
1521/2018	02.747.762/0001-81	PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE CAMPO NOVO DO PARECIS
1658/2018	37.451.341/0001-93	PRINS COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS
666/2018	10.382.818/0001-70	PROSPERA RESTAURANTE LTDA - ME
790/2018	03.232.014/0001-29	PROTEGE SISTEMA DE PROTEÇAO ATMOSFÉRICA LTDA - EPP
1072/2018	012.064.084-80	QUITERIO FRANCISCO DA SILVA
799/2018	950.004.021-20	RAFAEL FRANCISCO DE CASTRO

1811/2018	055.230.881-10	RAFAEL SANCHES ORTOLAN
1505/2018	191.870.173-34	RAIMUNDA CARNEIRO DE SANTANA
921/2018	950.877.023-68	RAIMUNDO JOSE COSTA
1336/2018	042.642.998-29	RAMAO CASSIMIRO R.MEDINA
1882/2018	17.701.920/0001-30	R. A. N. MATOS -ME
1604/2018	814.667.811-49	RAQUEL ALVES MATOS MIRANDA
504/2018	07.244.214/0001-52	R. BARRETO - REPRESENTACAO COMERCIAL ME
530/2018	18.314.560/0001-86	R. BERTOLUCCI SOARES -ME
510/2018	15.610.600/0001-49	R BORICA TRANSPORTES - ME
527/2018	13.766.130/0001-81	R. C. GOI - SERVICOS ME
622/2018	21.357.111/0001-20	R. DA COSTA ASSESSORIA E SEGURANÇA DO TRABALHO - ME
1190/2018	32.999.609/0001-02	RECAPADORA DE PNEUS DUMMEL LTDA
507/2018	09.188.690/0001-29	RECAPADORA MARIANO LTDA - ME
1988/2018	044.461.251-33	REGIANE DA SILVA SANTOS BRASIL
1105/2018	576.914.876-49	REGINA BEATRIZ DE BESSA
1438/2018	482.943.659-04	REGINALDO PEREIRA SILVA
912/2018	273.288.748-05	REGIS CLERIN AGUIAR DE OLIVEIRA
1035/2018	037.479.479-05	REINALDO CAMPANHARO
609/2018	21.182.566/0001-51	REINALDO LINARDE DEMARQUE ME
1660/2018	614.532.691-34	REINALDO SOLIS
506/2018	32.933.004/0001-19	REINALDO STUMM - ME
525/2018	04.114.826/0001-32	REINHEIMER REPRESENTAÇÕES DE INSUMOS E PRODUTOS AGRICOLAS LTDA - EPP
1771/2018	043.491.191-75	RENATA CAROLINE ARAUJO STACHOSKI
543/2018	021.405.581-70	RENATA INTROVINI HAAB
1421/2018	522.445.391-72	RENATO BRANDAO DE ALMEIDA
756/2018	223.867.180-34	RENATO EUGENIO HAAB
1779/2018	033.045.054-90	RENILSON PAZ DA SILVA E MARTA GOMES DOS SANTOS
1725/2018	07.901.470/0001-75	RESTAURANTE CAMPO NOVO LTDA ME
667/2018	13.988.881/0001-42	RESTAURANTE CASTOR LTDA - ME
590/2018	18.731.727/0001-04	R. G. MAIA E CIA LTDA - ME
713/2018	01.395.176/0019-81	RHBRASIL SERVIÇOS TEMPORARIOS LTDA
1275/2018	232.622.653-49	RHUAN KELLER GUIMARAES MA
1412/2018	033.224.080-00	RICARDINHO ANTHERO GIACOMET
520/2018	13.899.293/0001-32	RICARDO LIMA GOMES ME
1499/2018	488.784.481-68	RICARDO RODRIGUES SIOLIN
938/2018	943.490.101-49	RICARDO VOGEL
704/2018	027.446.011-44	RILION ATILA MARTINS DUTRA
780/2018	05.625.671/0003-23	RIO DO SANGUE ENERGIA S/A
1627/2018	858.922.621-20	RIVANILDO ROSA DA SILVA
1037/2018	11.735.254/0001-74	R.J.DUARTE DOS SANTOS-ME
514/2018	11.245.540/0001-51	R. L. CEMIN & CIA LTDA - ME
1705/2018	12.435.973/0001-32	R. M. ARMAZENS E SERVICOS AGRICOLAS LTDA - ME
500/2018	14.094.235/0001-02	R. MINOSSO - EPP
709/2018	728.614.361-15	ROBERTO CARIELO TOMAZ
1492/2018	005.001.541-98	ROBERTO CARLOS MEDEIROS DA ROCHA
1644/2018	616.967.061-49	ROBERTO CLAUDIO CHAGAS/GIVANILDO F. GOMES
1129/2018	651.063.261-68	ROBERTO DE JESUS E CELINA THIS
956/2018	731.715.141-68	ROBERTO DOS SANTOS FERNANDES
1673/2018	11.614.453/0001-24	ROBERTO FERRO GOMES ME
972/2018	827.210.844-53	ROBERTO SEBASTIAO DOS SANTOS
1800/2018	964.734.441-49	ROBSON DE AGUIAR
1790/2018	007.367.461-37	RODOLFO DA SILVA RAMOS
517/2018	10.732.364/0001-10	RODRIGO DAMS DECORACOES - ME
970/2018	653.333.651-72	RODRIGO SCHLEDER DA ROSA
1850/2018	11.604.910/0001-08	RODRIGUES & SILVA SANTOS LTDA
1870/2018	12.615.907/0001-44	ROGERIA XAVIER DE SOUZA 92879527104
900/2018	504.608.039-72	ROGERIO BORICA
1547/2018	778.020.631-91	ROGERIO FERREIRA DA SILVA
501/2018	01.010.037/0001-63	ROMBALDI E ROMBALDI LTDA ME
1347/2018	429.912.935-00	RONEIB PASSOS DE SANTANA
728/2018	626.813.381-15	RONER FABRÍCIO LEITE ANTONIO
639/2018	22.258.221/0001-05	RONER F. L. ANTONIO E CIA LTDA - ME
532/2018	15.509.661/0001-14	RONILDO PEDRO DA SILVA 22484630816
1893/2018	838.310.701-30	RONIVALDO VICENTE BELCHIOR
673/2018	011.465.581-20	RONIVAN DOS REIS SANTANA GUIMARÃES JUNIOR
664/2018	18.179.560/0001-10	ROSANE ALVES DA SILVA 98516345734
880/2018	956.149.071-49	ROSANGELA APARECIDA SANCHES BARRETOS E CARLOS ANDRE DE OLIVE
1963/2018	19.564.504/0001-62	ROSÂNGELA DA COSTA MARQUES - ME
1463/2018	917.864.011-34	ROSELAINE GONCALVES BATISTA
1902/2018	18.387.622/0001-80	ROSELENE FERREIRA DOS SANTOS 00652349285
1423/2018	631.300.411-68	ROSENILDE P.SANTOS NASCIM
1402/2018	503.497.591-20	ROSENO ALVES DE SOUZA NETO
951/2018	976.707.071-00	ROSIANI ALVES SANTANA ROBERTO
1133/2018	531.313.631-34	ROSICLEY CANDIDA DA SILVA

600/2018	15.554.544/0001-72	ROSILENE SOUZA ALMEIDA 00278544185
643/2018	16.989.221/0001-74	ROSIMAR DA SILVA 46874925172
1353/2018	629.310.752-72	ROSIMEIRE NEVES DE SOUZA TAVARES
1679/2018	952.944.491-53	ROSINEIDE BRASIL
635/2018	18.279.591/0001-43	ROSINEI GONÇALVES 89785851168
1101/2018	627.702.841-34	ROZENALDO HENRIQUE DE PAULA
679/2018	18.780.974/0001-09	R P SAWITZKI ME
1986/2018	20.543.255/0001-08	R TEIXEIRA DA SILVA - ME
1038/2018	907.260.141-68	RUBEM ARMANDO DA SILVA
683/2018	352.501.941-68	RUBENS CASTEDO
691/2018	474.692.770-72	RUDI MARCOS DOS SANTOS
1454/2018	429.660.601-82	RUFINA ANTONIA OVELAR DA SILVA
1211/2018	337.195.781-00	RUI CARLOS OTTONI PRADO
509/2018	18.619.931/0001-38	R V DE SOUZA PRESTADORA DE SERVIÇOS - ME
1747/2018	035.409.571-46	SABRINA DA CRUZ SANCHEZ
846/2018	247.937.360-68	SADY ELIAS SOLETTI
457/2018	18.848.822/0001-92	S ALVES VELOZO SERVIÇOS ME
1927/2018	18.846.933/0001-60	SANDRA APARECIDA SANTOS 42789990620
1858/2018	17.503.625/0001-79	SANDRA CORREA DOS ANJOS
1248/2018	937.302.761-15	SANDRA KARINA KOPPENHAGEN
462/2018	16.881.113/0001-83	SANDRA SILVESTRE CARDOSO ALVES 83159908100
1551/2018	906.135.979-15	SANDRA TEREZINHA MORETTE
1245/2018	905.561.861-68	SANTILHA LUNARDI VIANA
661/2018	18.770.967/0001-18	SANTOS COM DE VESTUÁRIO E BRINQUEDOS LTDA ME
459/2018	10.873.295/0001-64	SANTOS E SOUZA LTDA - ME
1949/2018	037.974.341-89	SARA POLIANA PILLON ALMEIDA
1051/2018	877.090.231-34	SAVIO ROGERIO DE AGUIAR
456/2018	10.436.635/0001-90	SBABO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA
665/2018	18.379.053/0001-20	S DA S SOBRAL PRESTADORA DE SERVIÇOS - ME
852/2018	817.255.231-91	SEBASTIÃO ALVES VELOZO
1387/2018	../-	SEBASTIAO DE OLIVEIRA
1200/2018	349.241.409-53	SEBASTIAO DO CARMO
1197/2018	018.551.298-41	SEBASTIAO EGDO MACHADO
1042/2018	022.715.683-82	SEBASTIAO FERREIRA ALVES
1375/2018	827.984.351-53	SEBASTIAO JERONIMO BARBOS
1491/2018	446.621.224-49	SEBASTIAO JESUS DA SILVA
458/2018	17.590.227/0001-37	SEBASTIAO LUIZ ANDRADE 55112064153
1371/2018	532.035.501-72	SEBASTIAO PORFIRIO
1186/2018	771.026.221-04	SEBASTIAO R.DA SILVA NETO
1323/2018	032.036.892-00	SEGUNDINO JOSE DE SOUZA
2042/2018	010.996.621-09	SELMA FERREIRA DO NASCIMENTO
1287/2018	163.464.409-34	SELMO MILLICH
990/2018	931.487.801-59	SERGIO ALBAN E ESPOSA
1591/2018	010.488.601-32	SERGIO PILGER
1089/2018	461.067.901-91	SERGIO SARAIVA DA SILVA
1318/2018	511.856.361-53	SERGIO WILSON SILVESTRE
475/2018	14.466.453/0001-12	SERRA ARTE METALURGICA LTDA ME
473/2018	17.408.036/0001-01	SEVERINO HORACIO DA SILVA - ME
1520/2018	036.419.494-40	SEVERINO SOARES PINTO
539/2018	839.162.451-04	SHEILA ZANELA
463/2018	09.317.307/0001-95	S HENRIQUE - FUNILARIA ME
862/2018	594.194.901-49	SIDENIR MARTINS DOS SANTOS
1003/2018	592.471.851-49	SIDMAR PEREIRA DA SILVA
913/2018	171.782.138-33	SIDNEY ANTONIO ANACLETO
472/2018	19.274.847/0001-92	SIENE TEREZINHA DE ANDRADE GODOI ME
1685/2018	10.307.988/0001-90	SIGA BEM COMERCIO DE ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME
884/2018	508.083.541-91	SILVANA APARECIDA MOMENTE
949/2018	965.833.391-53	SILVANA BONFIM DE OLIVEIRA
1649/2018	979.901.911-72	SILVANA REGINA RIZZOTTO
960/2018	855.086.161-87	SILVANO DE CARVALHO
1266/2018	../-	SILVANO TEIXEIRA FIALHO
877/2018	001.503.701-05	SILVIA REGINA MONTEIRO
1228/2018	535.212.691-91	SILVIO FULANETTO
821/2018	099.364.321-34	SILVIO GUERRA DEL BARCO
1792/2018	14.963.382/0001-63	SILVIO GUERRA DEL BARCO - EPP
1179/2018	458.628.931-72	SILVIO PALIGA
1678/2018	001.394.881-46	SIMONE ALMEIDA DE MORAES
2009/2018	023.051.031-07	SIMONE ALVES DE SOUZA
822/2018	18.548.011/0001-76	SIMONE DA COSTA SEREIJO 01311282300
1990/2018	005.206.391-70	SIMONE REZENDES BORGES
658/2018	01.201.851/0001-65	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS CAMPO NOVO DO PARECIS MT
1588/2018	043.729.561-34	SINVAL BARBOSA COURA
1572/2018	129.625.918-84	SINVALDO ANTONIO CARDOSO E ANA MARIA RODRIGUES RO
2017/2018	025.631.661-95	SIRLENE DE LARA
469/2018	14.506.784/0001-39	SIRLENE MINOSSO COMERCIO - ME
1696/2018	11.870.968/0001-95	SIRLENE RODRIGUES - ME
1113/2018	021.401.591-28	SIRLEY NIHUES
777/2018	12.431.447/0001-02	SLC AGRICOLA PEJUÇARA LTDA

602/2018	20.268.360/0001-86	S L OLIVEIRA ALVES ME
460/2018	11.122.277/0001-03	S. M. DE MACEDO - ME
461/2018	11.492.561/0001-71	S M DOERL - MANUTENCAO ME
470/2018	07.070.019/0002-34	SOCIEDADE EDUCACIONAL UNI SAT LTDA
804/2018	535.191.751-34	SOELI SALETE PULGA BAIOTO
1418/2018	836.024.101-53	SOLANGE A.SILVA/JOSE SILV
2036/2018	707.524.271-72	SOLANGE BORGES CAVALCANTE
1435/2018	514.377.831-04	SOLANGE FATIMA MAI
1120/2018	008.010.341-32	SOLANGE MATILDE DOERL
607/2018	68.918.309/0001-07	SONDOBASE GEOTECNIA MEIO AMBIENTE E PART. LTDA
1145/2018	761.053.779-91	SONIA APARECIDA CONSTANTE
1273/2018	404.986.031-72	SONIA GENI DA CRUZ
471/2018	15.710.812/0001-06	SOUSA E ZAMPIROLLI LTDA ME
1935/2018	18.840.005/0001-98	SOZENIRA DE ARAUJO ALMEIRA 01148266178
657/2018	18.599.342/0001-35	S R D COELHO COMERCIO ME
468/2018	06.994.825/0001-55	STAR - TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME
851/2018	19.199.891/0001-85	S. TEIXEIRA JUNIOR - ME
1692/2018	11.750.624/0001-42	SUELI APARECIDA DE OLIVEIRA 83042652149
910/2018	028.230.791-57	SUELI DE MELO LEMOS
993/2018	006.750.001-30	SUELY DOMINGOS
1941/2018	19.304.774/0001-34	SUSI ANNE POLIANA DE OLIVEIRA LIMA 03945114179
579/2018	19.789.919/0001-34	TAGRI TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA-ME
843/2018	316.187.582-68	TARCIO MOREIRA DE OLIVEIRA
480/2018	13.281.105/0001-08	TAVARES PRIMO E CIA LTDA - ME
745/2018	035.138.591-63	TAYANE SILVA FERREIRA
588/2018	19.081.909/0001-40	TAYNI SILVA FERREIRA 03570960102
811/2018	10.652.269/0001-06	T. DALZOTTO LEITE - ME
941/2018	04.685.901/0001-15	TECIDOS CAMPO NOVO LTDA
925/2018	24.670.200/0001-10	TELEMAT - TELECOMUNICACOES DE MATO GROSSO S/A LTDA
761/2018	18.725.804/0025-90	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICACAO S.A
1185/2018	487.719.021-04	TELMO T.COSTA/SONIA SANTO
1476/2018	620.997.951-34	TEODORO GOMES DA SILVA
984/2018	019.307.999-26	TERESINHA EWERLING
1090/2018	003.673.081-50	TEREZA ANDRADE CORREA
2016/2018	948.939.181-68	TEREZA DE SOUZA
1325/2018	761.014.281-68	TEREZA PEREIRA M.FERNANDE
1633/2018	236.712.971-15	TEREZINA SERRA
1176/2018	531.266.021-34	TEREZINHA ZANONI
1905/2018	18.475.682/0001-54	THAIS ALEXANDRA MANTOVAN TRETO 03962368124
922/2018	380.612.522-87	THAIS HELONEIDE BRITO CAVALCANTE
967/2018	227.185.488-19	THATYANNA ELLEN VIEIRA BRITO
801/2018	004.212.951-63	THIAGO MOURA LIMA
619/2018	21.334.203/0001-94	T. H. MATTES - ME
479/2018	14.151.270/0001-08	THUAYNE CRISTINA DA SILVA 04692961198
481/2018	04.067.951/0001-39	TORNEARIA IGUATU LTDA ME
835/2018	11.046.565/0001-26	TRANSEPOL TRANSPORTES LTDA - ME
533/2018	18.605.948/0001-36	TRANSPARECIS TRANSPORTE DE CARGAS LTDA ME
1749/2018	02.726.560/0005-87	TRANSPORTADORA BRASIL CENTRAL LTDA
534/2018	00.082.716/0001-85	TRANSPORTADORA KRAMPE LTDA ME
1808/2018	11.101.591/0001-00	TRR GUAPORÉ DIESEL LTDA
669/2018	18.664.091/0001-25	TUPASSI TRANSPORTES LTDA ME
1652/2018	03.915.923/0001-61	TUT TRANSPORTES LTDA
536/2018	04.527.195/0001-83	TWA ASSUNTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP
1920/2018	18.812.435/0001-04	UBIRATAN PEREIRA DE OLIVEIRA 04681175129
965/2018	001.731.301-51	UGELMIS UMACSON DOS REIS
535/2018	16.904.707/0001-62	ULTRATEC MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
1768/2018	75.234.583/0001-14	UNIVERSIDADE NORTE DO PARANA
759/2018	07.670.089/0001-42	USIMAT DISTILARIA DE ALCOOL LTDA
698/2018	009.004.651-07	VAGNER PIERINO LAPINSKI
2028/2018	21.036.593/0001-16	VALCIR ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO 64305481987
977/2018	488.360.109-97	VALCIR REBONATTO
1720/2018	719.415.091-34	VALCKIRIA RENE SONEGO
605/2018	20.975.780/0001-00	VALCKIRIA RENE SONEGO - ME
1634/2018	570.771.931-87	VALDAIR RAMOS DA SILVA
1600/2018	861.855.861-34	VALDEAN MOREIRA GOMES
1636/2018	740.695.514-67	VALDECI ALVES S. SANTOS E ERASMO DA SILVA SANTOS
1027/2018	043.595.478-46	VALDECI DO CARMO OLIVEIRA
1280/2018	821.850.429-04	VALDECIR JOSE BITENCOURT
559/2018	17.610.617/0001-21	VALDEIR MARTINS SOUZA - ME
994/2018	078.225.611-20	VALDELIRIO VIANA PRESTES
1695/2018	11.739.812/0001-70	VALDEMAR F. DOS SANTOS - ME
1116/2018	631.229.441-20	VALDEMILSON ALVES DA CRUZ

1638/2018	858.134.431-34	VALDEMIR ANTONIO RECH
1135/2018	580.828.241-15	VALDEMIR DE OLIVEIRA MARQUES
746/2018	581.805.241-91	VALDEMIR PIOVESAN
948/2018	452.236.705-82	VALDEMIR TANAN DE ALMEIDA
1923/2018	850.613.013-15	VALDENIRA VIEIRA DA CONCEIÇAO
1317/2018	766.131.271-91	VALDESSON ARMINDO SOUZA
2012/2018	005.654.571-10	VALDETE APARECIDA DE ARRUDA
1504/2018	503.060.301-87	VALDETE GONCALVES MENDES
1322/2018	513.862.671-04	VALDEVINO VIDAL FLOR
1715/2018	968.520.701-15	VALDINEI DE OLIVEIRA SOUZA
699/2018	247.990.760-00	VALDIR CASALI
1947/2018	19.120.788/0001-06	VALDIRENE GONÇALVES LIBERATO 56880359191
1156/2018	914.268.049-20	VALDIR FIAMETTI E ESPOSA
1474/2018	812.773.261-34	VALDIR GOMES DE BRITO
1378/2018	319.503.451-49	VALDIR MARQUETTO
1236/2018	555.344.229-04	VALDIR OLEJAS
695/2018	227.745.800-72	VALDIR PEDRO ORSO
606/2018	17.845.688/0001-03	VALDIR RODRIGUES DOS SANTOS 41869125215
701/2018	604.267.304-10	VALDOMIRO CANDIDO DA SILVA
1288/2018	110.957.331-68	VALDOMIRO LAPINSKI
1958/2018	009.606.409-91	VALDOMIRO MARTINAZZO
1343/2018	109.103.361-72	VALDOMIRO RAMOS DA SILVA
1464/2018	870.407.861-68	VALDOMIRO RODRIGUES SOBRINHO
871/2018	206.835.021-15	VALENTIN DO BOM DISPACHO SANTANA
1639/2018	011.725.081-35	VALERIO LINS DA SILVA
1127/2018	385.145.409-04	VALMIR ANTONIO ALBERTI
1482/2018	815.409.739-72	VALMIRA SCHWAN
1760/2018	408.069.791-00	VALMIR DA CRUZ E ESPOSA
1714/2018	829.067.261-68	VALMIR JOSE DOS SANTOS
736/2018	787.051.420-91	VALMIR LUIZ KOWALESKI
1295/2018	665.630.039-15	VALMOR JOSE DO CARMO
1702/2018	07.849.129/0002-07	VALNI ROQUE VOLPATO CIA LTDA EPP
1087/2018	535.206.961-34	VALTER CESAR RIBEIRO
1255/2018	378.530.071-91	VALTER HAILTON BONI
758/2018	508.742.689-15	VALZUMIRO ANTONIO BERTAZZO
1946/2018	005.917.221-51	VANDEMILSON CAVALCANTE SOUSA
926/2018	411.549.401-87	VANDERLEI BONI
1837/2018	554.271.031-04	VANDERLEI MENDES BENEVIDES
957/2018	805.366.891-72	VANDERLEI VITAL DA SILVA
1480/2018	567.588.040-20	VANDERLETE DA SILVA DE CAMARGO RIBEIRO
797/2018	05.799.312/0044-60	VANGUARDA AGRO S.A
783/2018	01.672.342/0001-10	VANGUARDA DO BRASIL S. A.
782/2018	01.672.342/0019-40	VANGUARDA DO BRASIL S.A.
1743/2018	13.551.333/0001-50	VANIA APARECIDA NUNES 62228650110
1851/2018	972.393.641-00	VANI GONÇALVES DE ABREU
1216/2018	357.158.800-25	VANOLIN SALES DE BRUM SOBRINHO
2000/2018	919.009.561-87	VANUSA DA SILVA ARAVA
1091/2018	878.779.531-00	VANUSA RODRIGUES DE SOUZA
1777/2018	931.500.321-72	VANUZA SIMONE ESGANZELA
1341/2018	433.549.801-25	VERA DANUZA ENDRINGER
847/2018	978.517.529-49	VERA LUCIA BATISTA
1217/2018	03.234.895/0001-17	VERCEDINO SILVA FONSECA
1613/2018	815.259.581-00	VERIDIANA MATILDE KOPPENHAGEN
833/2018	37.460.961/0001-99	VERTENTE AGROPECUÁRIA LTDA - ME
786/2018	00.788.000/0001-06	VIAS CORREIA ENGENHARIA E PAVIMENTA-CAO LTDA - EPP
1214/2018	676.021.343-15	VILMAR BRUGNERA
1093/2018	942.975.253-72	VILMAR DE SOUSA COSTA
1012/2018	488.763.801-91	VILMAR DUVANETE CARVALHO E SILVANO DE CARVALHO
1182/2018	362.991.381-49	VILMAR RAMOS ALVES
853/2018	646.289.069-04	VILSON ALVES DE SOUZA
2005/2018	871.498.341-91	VILSON PEREIRA DA SILVA E NILDA DA SILVA ALVES
1137/2018	000.000.000-00	VINICIUS LIMA OLIVEIRA (MENOR)
1459/2018	206.916.791-00	VITOR CECURA
551/2018	03.231.420/0001-77	VITOR JASKULSKI - ME
1155/2018	667.991.711-53	VIVIANE RAQUEL WERNER
557/2018	10.157.448/0001-77	V. J. BITTENCOURT - ME
814/2018	15.349.369/0001-81	V PALHARINI - TRANSPORTES - ME
604/2018	20.508.770/0001-57	WAGNER FICNER ME
1642/2018	486.939.601-72	WALACI FERREIRA LIMA
903/2018	016.642.941-47	WALDINEI DO PRADO LACERDA
1040/2018	384.117.921-53	WALTER ALENCAR DE SOUZA
1132/2018	890.261.101-97	WALTER PEREIRA DA SILVA JUNIOR
1377/2018	932.116.941-53	WANDERLEY ALVES DE OLIVEIRA
1420/2018	542.778.331-87	WANDERLEY NUNES DA ROCHA
568/2018	19.496.163/0001-35	WANDERSON GOMES DE JESUS 03907658132
1930/2018	108.207.414-42	WANDSON JOSE DA SILVA
1738/2018	13.611.993/0001-80	WASHINGTON GOMES DA SILVA 76230643200
560/2018	16.403.806/0001-60	W D DA SILVA NEVES PRESTADORA DE SERVI-COS ME
892/2018	005.011.131-00	WELINTON VALENTIN ZAMPRIOLI
1608/2018	875.411.499-34	WELLENTON CARLOS RIBEIRO
575/2018	02.714.003/0001-12	WELLENTON C. RIBEIRO INFORMATICA - ME

1688/2018	10.299.639/0001-73	WERLE & DUARTE LTDA - ME
680/2018	02.010.048/0001-06	WERNER E WERNER LTDA
1872/2018	027.486.041-48	WESLAINE LEANDRA DA SILVA
2045/2018	064.565.681-02	WESLEY RODRIGUES DE ALMEIDA
1083/2018	028.176.181-73	WILIAN FREITAS RODRIGUES
1794/2018	648.498.057-87	WILLIAM JORGE ALVES
1681/2018	036.830.051-06	WILLIAN CARLOS UBINSKI
1643/2018	020.016.571-29	WILLIAN OLIVEIRA MARTINS DE SOUZA
829/2018	788.650.771-15	WILSON DE FREITAS
548/2018	137.927.338-20	WILSON TERUO KOBAYASHI
917/2018	580.904.019-53	WILSON VALDIR HEPP
932/2018	535.207.421-87	WILSON XAVIER ALBINO
1096/2018	008.173.561-85	WILYBORDO INACIO GOMES MAIA E ALECHANDRA PEDROSO DA SILVA MA
563/2018	12.883.117/0001-40	W. M. PRESTADORA DE SERVICOS AGRICOLA LTDA ME
1840/2018	17.267.971/0001-03	YOSHIOKI FUNAKI 55107770100
1668/2018	11.604.574/0001-95	YRACI AGUILLAR RICALDE - ME
675/2018	23.212.141/0001-73	ZANATTA DE CASTRO & CIA LTDA ME
855/2018	677.286.004-78	ZEDEQUIAS ALVES DOS SANTOS
1356/2018	842.929.091-34	ZENILDA DOS SANTOS
816/2018	09.330.454/0001-03	ZEQUIAS ROSA MAFORTE
712/2018	572.287.871-53	ZEQUIAS ROSA MAFORTE
1209/2018	004.764.209-20	ZEUL FEDRIZZI
1717/2018	332.344.001-30	ZILDA FRANCISCA GUIMARAES
914/2018	787.298.311-72	ZILDA SIQUEIRA MENDES
623/2018	03.344.422/0001-72	ZORDAN E CIA LTDA - ME
1487/2018	195.840.320-20	ZULMIR ANTONIO ORSO

Campo Novo do Parecis – MT 14 de maio de 2018.

Jaime Luiz Ott

Secretário Municipal de Finanças

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066_2018 - NOVOACO COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA - FERRAGENS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2018

PREGÃO PRESENCIAL: N° 44/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: NOVOACO COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAGENS PARA ATENDER AS

NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

VALOR TOTAL: R$ 450.140,75

EXTRATO DO CONTRATO Nº 167/2018 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 167/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Edemilson dos Santos Traficante

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 2.825,03 correspondente a 30 horas/semana.

Prazo: 14/05/2018 a 14/12/2018

Data: 14/05/2018

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 59, de 28 de Março de 2018, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018; o Edital de Convocação nº 006 de 2018; e o Memorando nº 586, datado de 07 de maio de 2018, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2018 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 168/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Roziele Almeida de Oliveira

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde deste Município **–** UBS Distrito Marechal Rondon, neste município.

Classificação Orçamentária: 10.002.10.301.0006.2093 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 1.014,00 correspondente a 40 horas/semana.

Prazo: 21/05/2018 a 20/05/2019

Data: 21/05/2018

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, e art. 197 da Constituição Federal; Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006; Lei Municipal nº 1.491, de 10 de abril de 2012; Decreto Executivo nº 073, de 30 de outubro de 2006; Decreto nº 22, de Fevereiro de 2017, homologa o "Processo Seletivo Público nº 001/2016 o Memorando nº 348, datado em 16 de Maio de 2018, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Saúde.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067_2018 - JOAO PATRICIO DO CARMO - ME - FERRAGENS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2018

PREGÃO PRESENCIAL: N° 44/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: JOAO PATRICIO DO CARMO - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAGENS PARA ATENDER AS

NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

VALOR TOTAL: R$ 14.195,60

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 03 ao Contrato 29/2017

Partes: Município de Campo Novo do Parecis **PENTAGONO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA LTDA – ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua das Primaveras, nº 129, Andar 2 Sala 04, bairro Centro, na cidade de Nova Mutum – MT, inscrita no CNPJ sob nº 19.697. 300/0001-08.

Objeto: Prorroga-se a vigência do contrato por mais um período de 12 (doze) meses, com início em 31 de maio de 2018 e término em 30 de maio de 2019.

Valor: 4.800,00

Dotação:

Órgão: 03. Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001. Gabinete da Secretaria Municipal de Administração

Programática: 03.001.04.122.0002.20014.3.3.90.40.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício

Data: 22/05/2018

Procedimento Licitatório: Dispensa de Licitação nº 007/2017

Secretaria: *Governo Municipal*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 030/2018, DE 22/05/2018, PARA LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS E SUJOS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (MT), NO PRAZO MÁXIMO DE 05(CINCO) DIAS.

Campo Verde (MT), 22/05/2018

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 030/2018, DE 22/05/2018, PARA LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS E SUJOS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (MT), NO PRAZO MÁXIMO DE 05(CINCO) DIAS.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

A Titular da Secretaria Municipal de Fazenda , nos termos do Decreto º 023/2016, de 23/03/2016, artigo 20, § 1º, 2º e 3º, da Lei complementar nº 45/2014, de 19/12/2014, artigo 331, Tabela de Serviço - VI, § Único, e da Lei complementar nº 018/2009, que altera o artigo 26 da lei complementar nº 001/1994, de 19/12/1994, item XXVII; **NOTIFICA**, os sujeito(s) passivo(s), abaixo relacionados, para que procedam a LIMPEZA DOS LOTES ETERRENOS BALDIOS, no prazo máximo de 05 (CINCO) dias, a contar da publicação deste edital.

O não atendimento ao disposto neste EDITAL, e no prazo previsto, A Prefeitura, executará a limpeza dos respectivos lotes e terrenos baldios, e em sequência efetuará a cobrança de taxa de limpeza ao valor de 2,31 [dois, vírgula trinta e uma] (UPF/CV), por M² [metro quadrado] de cada lote, além de multas ao valor de 05 (CINCO) UPF/MT, por lote, aos proprietários, ficando os mesmos, sujeitos à inscrição em dívida ativa e a imediata execução judicial.

O presente EDITAL intima os sujeito(s) passivo(s), a comparecerem, em dia útil, no horário normal de atendimento, na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, deste município, no prazo de **05 (CINCO**) dias, a contar desta publicação, para recurso ou defesa da referida notificação.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita à intimação no 05 (quinto) dia após a publicação deste Edital.

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

NOME

CPF/CNPJ

Nº DA NOTIFICAÇÃO

DADOS DO IMÓVEL

CARLINHOS RODRIGUES DE SOUZA

378.685.001-15

410/2018

Quadra: 03 Lotes: 26 - Bairro: Jardim. Campo Verde - III

FABIANO RODRIGUES DO NASCIMENTO

103.471.234-90

411/2018

Quadra: 28 Lote: 19 Bairro: São Lourenço

VANDERLEI ROSA GONÇALVES

883.014.001-53

412/2018

Quadra: 02 Lotes: 12 - Bairro: Jdim. Campo Verde - III

EUJASCO DOS SANTOS

081.066.651-00

413/2018

Quadra: 35 Lote: 27 - Bairro: Jdim. Belvedere

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

341.348.320-04

414/2018

Quadra: 39 Lotes: 12 - Bairro:Campo Real II

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

341.348.320-04

415/2018

Quadra: 39 Lotes: 12 - Bairro:Campo Real II

IDALICIO DA SILVA DE SOUZA

692.256.641-68

416/2018

Quadra: 38 Lotes: 16 - Bairro: São Miguel

ODAIR RODRIGUES DA SILVA

936.839.871-20

417/2018

Quadra: 38 Lotes: 17 - Bairro: São Miguel

TITULAR DO ÓRGÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOME:

PATRÍCIA ALVES DA SILVA

PORTARIA:

410/2014

CARGO:

SECRETÁRIA MUNICIPAL

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

(SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA)

NOME:

MÁRCIO R. DA SILVA

MATRÍCULA:

4364

CARGO:

FISCAL MUNICIPAL

DATA DE AFIXAÇÃO:

23/05/2018

DATA DE DESAFIXAÇÃO:

27/05/2018

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 064/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS,** na modalidade de pregão (presencial) nº **064/2018**, no dia **07 de JUNHO de 2018, às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde, 22 de maio de 2018.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 069/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS PARA PADARIA,** na modalidade pregão (presencial) nº **069/2018**, no dia **08 de JUNHO de 2018, às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde, 22 de maio de 2018.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 58/2018.

EXTRATO DO CONTRATO N° 58/2018.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Contratação de Empresa de Serviços de Jardinagem para a manutenção dos Departamentos públicos, canteiros, campos de futebol e podas de arvores.

VALOR GLOBAL: R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

VALOR MENSAL: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 05 - Secretaria Municipal Obras Públicas e Serviços Urbanos; Unidade: 02 Centro de Custo: 5200 – Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos; Despesa: 41 – 05.02.2.027.3.3.90.39.78.00.00.00 – Outros Serv. de Terc. – Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: 17/05/2018 até 16/12/2018.

VINCULAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 22/2018.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e Osvaldo Gomes de Oliveira - ME, CNPJ/MF Nº 12.557.459/0001-70 / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 56/2018.

EXTRATO DO CONTRATO N° 56/2018.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Hospedagem e manutenção do site da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, em observância às recomendações do TCE-MT e às leis de transparência e acesso à informação, inclusive manutenção e suporte permanente.

VALOR GLOBAL: R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

VALOR MENSAL: R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração; Unidade: 01 – Departamento de Administração; Centro de Custo: 3100 - Secretaria de Administração; Despesa: 41 – 03.01.2.009.3.3.90.39.56.00.00.00 – Outros Serv. de Terc. – Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: 17/05/2018 até 16/05/2019.

VINCULAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 20/2018.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e M.P DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES - ME, CNPJ/MF Nº 14.728.004/0001-03 / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 23/2018

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 09/2018, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada em Engenharia para levantamento de área do Cemitério Municipal para adequação e Licenciamento Ambiental do mesmo, conforme projeto, planilha e cronograma.

Contratado: EXCELÊNCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA - ME. CNPJ/MF nº 00.564.373/0001-95.

Valor global: R$ 37.605,00 (trinta e sete mil, seiscentos e cinco reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93 e art. 1º, I, do Decreto Municipal nº 33/2017.

Dispensa de Licitação: 23/2018.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 22 de maio de 2018.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA Nº. 101, DE 22 DE MAIO DE 2018.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE COZINHEIRO DE NUTRIÇÃO ESCOLAR.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

***CONSIDERANDO** a solicitação contida no requerimento protocolado sob n°. 2296/2018;*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a funcionária **ODETE APARECIDA BATISTA FARIAS,** admitida na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Cozinheiro de Nutrição Escolar, através da Portaria nº. 088, de 22 de abril de 2013.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 9 de maio de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 088, de 22 de abril de 2013, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 22 de maio de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 102, DE 22 DE MAIO DE 2018.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL-ADI.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

***CONSIDERANDO** a solicitação contida no requerimento protocolado sob n°. 2297/2018;*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a funcionária **FERNANDA BARBOSA FELIX SOARES,** admitida na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-ADI, através da Portaria nº. 162, de 15 de março de 2017.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 162, de 15 de março de 2017, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 22 de maio de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 180/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.

PORTARIA N. 180/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

LUÍZ JOSÉ DE BARROS, Prefeito Municipal em exercíciode Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **MARIA BERNADETE VIANA NUNES** matrícula 929, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/02/2016 Á 31/01/2017
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/06/2018 À 30/06/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 22 de Maio de 2018.

LUIZ JOSÉ DE BARROS

Prefeito Municipal em Exercício

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 178/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.

PORTARIA N. 178/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

LUÍZ JOSÉ DE BARROS, Prefeito Municipal em exercíciode Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidor Público Municipal**ADRIELMO PEDROSA GIL** matrícula 1810, ocupante do cargo de **Fiscal Sanitário**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
06/02/2016 Á 05/02/2017
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/06/2018 À 30/06/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 22 de Maio de 2018.

LUIZ JOSÉ DE BARROS

Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados sua intenção em aderir, como CARONA, à Ata de Registro de Preços nº 006/2018, referente ao Pregão Presencial nº 009/2018 – Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/MT, nos termos 15 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e regulamentações constantes dos Decretos 7.892/2013 e 8.250/2014, conforme especificações abaixo:

Pregão Presencial nº 009/2018 – Novo Santo Antônio /MT;

Ata de Registro de Preços nº 006/2018;

Vigência da Ata: 12 Meses;

Órgão Gerenciador: Novo Santo Antônio /MT;

Empresa beneficiária: P. Moreira Lima Comércio e Serviços EIRELI. (CNPJ nº 21.395.275/0001-41);

Especificação do objeto registrado: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos para atender a demanda do Departamento de Esporte do Município de Canabrava do Norte/MT;

Quantidade registrada: Conforme registrado e disposto na Ata nº 006/2018 da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio /MT;

Quantidade de adesão:

Empresa: P. Moreira Lima Comércio e Serviços EIRELI (CNPJ nº 21.395.275/0001-41):

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT.	TOTAL
1	20	Bola - de couro, pesando 453G, de Futebol de Campo Oficial, com 32 Gomos, de tamanho (circunferência) nº 04, na cor branca, acabamento costurado.	PENALTY	R$ 133,00	R$ 2. 660,00
2	20	Bola - Costurada, confeccionada em PU, Câmara de Ar em Butil, Miolo de Válvula removível, pesando de 390 a 440 gramas, Tipo: Futebol de Salão, com Circunferência de 61cm a 64cm.	PENALTY INFINITY	R$ 180,00	R$ 3. 600,00
3	20	Bola - Confeccionada em PU com tecnologia termotec, câmara de ar com miolo slip system de válvula removível e lubrificado, pesando entre 410 a 450 gramas, tipo: Futebol de campo, adulto, com 8 gomos, tamanho da circunferência: de 68cm, aprovada pela FIFA.	PENALTY S11 R1	R$ 195,00	R$ 3. 900,00
4	6	Troféu para esporte em geral - em metal, na cor dourada, de base em polietileno preto, quadrado, com 56cm, de altura.	JEBS	R$ 230,00	R$ 1. 380,00
5	6	Troféu para esportes em geral - em metal, na cor dourado, de base em polietileno preto, quadrado, com 48cm de altura	JEBS	R$ 128,00	R$ 768,00
6	6	Troféu - Em fibra, cor dourada, medindo 70cm de altura, para campeão.	JEBS	R$ 157,00	R$ 942,00
7	160	Medalha para esporte em geral - em medalhas, na cor dourada em metal, redonda com corrente, com alto relevo, inscrição circulando: Honra ao Mérito, com 35mmX2mm	MEDASUL	R$ 2,85	R$ 456,00
8	160	Medalha para esporte em geral - em medalhas, na cor bronze em metal, redonda com corrente, com alto relevo, inscrição circulando: Honra ao Mérito, com 35mmX2mm	MEDASUL	R$ 2,85	R$ 456,00
9	160	Medalha para esporte em geral - em medalhas, na cor prateada em metal, redonda com corrente, com alto relevo, inscrição circulando: Honra ao Mérito, com 35mmX2mm	MEDASUL	R$ 2,85	R$ 456,00
10	5	Bomba para encher bolas - confeccionada em material acrílico translúcido de alta resistência, que permite inflar nos dois sentidos. O ar deverá ser impulsionado para dentro da câmara, tanto empurrando como puxando, dupla ação enche nos dois sentidos ao movimento, contendo uma mangueira com 17,00 a 20,00cm de comprimento, 2 agulhas rosqueáveis de 4 a 4,5 cm de comprimento.	PENALTY	R$ 33,00	R$ 165,00
11	12	Bola - de couro, pesando 400 a 430g, de Futsal, de tamanho (circunferência) oficial, na cor branca, acabamento sem costura.	PENALTY	R$ 220,00	R$ 2. 640,00
12	4	Tela de proteção de seda (polipropileno) fio 3mm, malha 10cm, 4mt X 60 mt = 240m²	PANGUÉ	R$ 2. 570,00	R$ 10. 280,00
	4	Tela de proteção de seda (polipropileno) fio 3mm, malha 10cm, 4mt X 40 mt = 160m²	PANGUÉ	R$ 1. 750,00	R$ 7. 000,00
13	10	Apito - Fabricado em Plástico resistente, modelo profissional, com uma entrada para sopro, sem esfera interna, com duas aberturas laterais para saída do som, com amplitude sonora de até 115Db, com cordão de poliéster duplo fixado ao apito através de argola de aço inoxidável.	POKER	R$ 36,00	R$ 360,00
14	5	Cronometro - Cronometro Profissional com cronometro digital, sistema LAP e Split, resistente a água com cronometro progressivo e regressivo, memória p/2 tempos de pique com calendário e horário, de 1/100 sg, de 1/100 centesimal, alimentação: Bateria.	POKER	R$ 72,00	R$ 360,00
15	4	Rede - de Nylon, para futebol de campo, na cor branca, de fio trançado 4mm, no formato oficial.	PANGUÉ	R$ 260,00	R$ 1. 040,00
16	8	Rede - em nylon para campo society, na cor branca, em fio de 3mm, tamanho oficial	PANGUÉ	R$ 390,00	R$ 3. 120,00

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. 627/2018, DE 21 DE MAIO DE 2018.

DECRETO N. 627/2018, DE 21 DE MAIO DE 2018.

"INSTITUI O CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ JOSÉ DE BARROS, Prefeito Municipal em exercício de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XXX da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte.

CONSIDERANDO os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a recomendação exarada no Relatório de Auditória n. 001/2018 – Nível de Entidade, na qual solicita a criação formal de um Código de Ética, suficientemente detalhado e claro, que defina padrões de comportamento aplicáveis aos colaboradores da Prefeitura Municipal;

DECRETA:

Art. 1°. Fica instituído o Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Art. 2°. São princípios que norteiam a atuação do servidor público municipal:

I - a dignidade, o decoro, o zelo no exercício de suas funções, a eficiência e a consciência dos princípios morais;

II - o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade dos atos administrativos, que é o atendimento

do interesse público;

III - a moralidade administrativa, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade;

IV - a publicidade dos atos administrativos, que constitui requisito de sua eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar;

V - o servidor não pode omitir ou falsear a verdade, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública;

VI - a cortesia, a boa vontade e a harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus

colegas e cada cidadão;

VII - o servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando

atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente e a imprudência;

VIII - a condição de servidor público deve ser considerada em todos os aspectos da vida do

cidadão, inclusive os privados.

CAPÍTULO II

DA CONDUTA ÉTICA DOS SERVIDORES

Art. 3°. O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, da Constituição Federal.

Art. 4°. A condição de servidor público deve ser considerada em todos os aspectos de sua vida profissional que impactam na eficiência e eficácia do seu trabalho ou que tragam prejuízos para a Administração Pública.

Art. 5°. O servidor não pode omitir ou falsear a verdade, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.

Art. 6°. O servidor deve respeitar a hierarquia e cumprir as ordens de seus superiores exceto quando expressamente ilegais e antiéticas e/ou abusivas.

Art. 7°. O servidor deve cultivar um ambiente de respeito à dignidade, à diversidade e aos direitos humanos e adotar práticas que contribuem ativamente para a prevenção, o combate e a erradicação de formas degradantes de trabalho, coibindo a discriminação, assédio, desrespeito e preconceito de qualquer natureza, seja de raça, religião, nacionalidade, faixa etária, sexo, convicção política, estado civil, orientação sexual, condição física ou quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 8°. Sempre que o servidor estiver na condição de representante da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, numa situação profissional ou social, deve honrar com os princípios de honestidade e integridade aqui expressos, não adotando posturas ou atitudes que possam comprometer a imagem, a reputação e os interesses da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES E DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

SEÇÃO I

DOS DEVERES ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO SERVIDOR PÚBLICO

Art. 9°. São deveres éticos do servidor público:

I - ser probo, reto, leal justo, leal e honesto no desempenho de suas funções e nas relações com demais servidores, superiores hierárquicos e com os usuários do serviço;

II - exercer suas atribuições com proatividade, buscando prestar os serviços de maneira ágil e sem atrasos, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias com o fim de evitar dano ao usuário;

III - dar celeridade a qualquer prestação de contas para otimização dos recursos, direitos e serviços da coletividade sob o seu encargo;

IV - manter sob sigilo informações das quais tenha acesso em decorrência do exercício profissional;

V - ser assíduo e pontual ao trabalho;

VI - manter o local de trabalho limpo e organizado;

VII - zelar pelo meio ambiente, evitando o desperdício e adotando atitudes sustentáveis;

VIII - apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

IX - observar as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecidas, bem como o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual (EPI) que lhe forem fornecidos;

X - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

XI - manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

XII - divulgar o conteúdo deste Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais, estimulando o seu integral cumprimento;

XIII - jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens,

direitos e serviços da coletividade a seu cargo;

XIV - tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;

XV - ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;

XVI - ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político, opção sexual e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

XVII - participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

XVIII - facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito;

XIX - exercer, com estrita moderação, as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

XX - divulgar o conteúdo deste Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais, estimulando o seu integral cumprimento.

Parágrafo Único. O servidor público deve ter subsídios administrativos e técnicos para que possa desenvolver seu trabalho com eficácia. Caso esses itens não sejam atendidos em seu local de trabalho, o servidor deve comunicar seu superior imediato.

SEÇÃO II

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Art. 10º. É vedado ao Servidor Público:

I - usar o cargo, função ou emprego para obter qualquer benefício ou favorecimento, para si ou para outrem;

II - ser conivente com erro ou infração a este Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais;

III - usar de artifícios para adiar ou dificultar o exercício regular de direito de qualquer pessoa, causando-lhe prejuízo;

IV - deixar de utilizar os avanços científicos e tecnológicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para realização de suas atividades;

V - permitir que perseguições, simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público ou com colegas e superiores;

VI - pretender, solicitar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua função ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;

VII - alterar ou descaracterizar o teor de documentos públicos de qualquer natureza;

VIII - desviar servidor público para atendimento de interesse particular;

IX - retirar da repartição pública, sem estar autorizado, qualquer documento ou bem pertencente ao patrimônio público;

X - fazer uso de informações privilegiadas obtidas em decorrência de suas atribuições de trabalho, em benefício próprio ou de terceiros;

XI - apresentar-se no serviço embriagado ou com seu comportamento alterado pelo uso de substâncias entorpecentes;

XII - cooperar de qualquer forma com instituição que atente contra a moral e a dignidade humana;

XIII - utilizar-se de quaisquer recursos ou bens pertencentes ao patrimônio público municipal em benefício próprio ou de terceiros;

XIV - praticar o comércio de bens ou serviços no local de trabalho, ainda que fora do horário normal do expediente.

Art. 11°. O servidor ocupante de cargo em comissão, ao deixar o cargo, não poderá:

I - atuar em benefício ou em nome de pessoa física ou jurídica, inclusive sindicato ou associação de classe, em processo ou negócio do qual tenha participado, em razão do cargo;

II - prestar consultoria a pessoa física ou jurídica, inclusive sindicato ou associação de classe,

valendo-se de informações não divulgadas publicamente a respeito de programas ou políticas

do órgão ou da entidade a que esteve vinculado ou com que tenha tido relacionamento direto e relevante nos 06 (seis) meses anteriores ao término do exercício do cargo.

Parágrafo único. O período de interdição para exercício de atividade que caracterize conflito de interesses com o cargo ocupado será de 06 (seis) meses, devendo ser observadas, neste prazo, as seguintes regras:

I – não estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenha mantido relacionamento oficial direto e relevante nos 06 (seis) meses anteriores ao término do exercício de função pública;

II – não intervir, em benefício ou em nome de pessoa física ou jurídica, junto a órgão ou entidade com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos 06 (seis) meses anteriores ao término do exercício de função pública.

CAPÍTULO IV

DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

Art. 12º. Os servidores públicos têm o dever de proteger e preservar os recursos públicos e não poderão usá-los, nem permitir o seu uso, a não ser para os fins autorizados em lei ou regulamento.

Art. 13º. São considerados recursos públicos, para efeito deste Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais:

I - recursos financeiros;

II - qualquer forma de bens móveis ou imóveis dos quais o Município seja proprietário, locatário ou tenha outro tipo de participação proprietária;

III - qualquer direito ou outro interesse intangível que seja comprado com recursos do Município, incluindo os serviços de pessoal contratado;

IV - suprimentos de escritório e outros equipamentos e serviços de telecomunicações, internet, instalações de impressão e reprodução, e veículos oficiais.

CAPÍTULO V

DO CONFLITO DE INTERESSES

Art. 14º. Ocorre conflito de interesses no momento em que o interesse particular, seja financeiro ou pessoal, entra em conflito com os deveres e atribuições do servidor em seu cargo, emprego ou função.

§ 1°. Considera-se conflito de interesses qualquer oportunidade de ganho ou vantagem que possa ser obtido em decorrência das atividades desempenhadas pelo servidor em seu cargo, emprego ou função, em benefício:

I - do próprio servidor;

II - de parente até o segundo grau civil;

III - de terceiros com os quais o servidor mantenha relação de sociedade;

IV - de organização da qual o servidor seja sócio, diretor, administrador, preposto ou responsável técnico.

§ 2º. Os servidores públicos têm o dever de declarar qualquer interesse privado relacionado com suas funções públicas e de tomar as medidas necessárias para resolver quaisquer conflitos, de forma a proteger sempre o interesse público.

CAPÍTULO VI

DAS COMISSÕES DE ÉTICA

Art. 15°. Na Prefeitura Municipal deverá ser criada Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento suscetível de censura.

Art. 16°. À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos órgãos encarregados da gestão de pessoas, seus registros sobre conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções

e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

Art. 17°. Os procedimentos a serem adotados pela Comissão de Ética, para a apuração de fato ou ato que, em princípio, se apresente contrário à ética, em conformidade com este Código, terão o rito sumário, ouvidos apenas o queixoso e o servidor, ou apenas este, se a apuração decorrer de conhecimento de ofício, cabendo sempre recurso ao Prefeito ou dirigente de órgão da Administração indireta.

Art. 18°. Dada a eventual gravidade da conduta do servidor ou sua reincidência, poderá a Comissão de Ética encaminhar a sua decisão e respectivo expediente para à entidade em que, por exercício profissional, o servidor público esteja inscrito, para as providências disciplinares cabíveis.

Art. 19º. A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso, devendo ser encaminhado à Comissão Permanente Disciplinar, quando for o caso, para instauração do Processo Administrativo Disciplinar, com as suas consequências legais aplicáveis a cada caso.

Parágrafo único. A aplicação de penalidade deverá ser registrada no prontuário do servidor.

Art. 20º. A Comissão de Ética não poderá se eximir de fundamentar o julgamento da falta de ética do servidor público alegando a falta de previsão neste Código, cabendo-lhe recorrer à analogia, aos costumes e aos princípios éticos e morais conhecidos em outras profissões.

Art. 21º. Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal.

Art. 22º. Ao ser nomeado para cargo em comissão ou designado para função gratificada, o servidor deverá prestar um compromisso solene de acatamento e observância das regras previstas neste Código de Ética e de todos os princípios éticos e morais estabelecidos pela tradição e pelos bons costumes.

CAPÍTULO VII

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 23º. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelos atos praticados enquanto no exercício do cargo.

Art. 24º. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, de que resulte prejuízo ao Erário ou a terceiros.

§ 1°. Tratando-se de dano causado a terceiros responderá o servidor perante a Fazenda Pública em ação regressiva, sem prejuízo de outras medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§ 2°. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 25º. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor.

Art. 26º. A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado por servidor investido no cargo ou função pública.

Art. 27º. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 28º. A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal definitiva que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 29º. Nos casos omissos, aplicar-se-ão as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canabrava do Norte.

Art. 30º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canabrava do Norte – MT, em 21 de maio de 2018.

LUIZ JOSÉ DE BARROS

Prefeito Municipal em Exercício

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 182/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.

PORTARIA N. 182/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

LUÍZ JOSÉ DE BARROS, Prefeito Municipal em exercíciode Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidor Público Municipal **ALCEU FERNANDES DA SILVA** matrícula 1751, ocupante do cargo Encanador lotado na Secretaria Municipal de Infra - Estrutura, Serviços Públicos e Urbanismo.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/08/2016 Á 31/07/2017
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/06/2018 À 30/06/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 22 de Maio de 2018.

_____

LUIZ JOSÉ DE BARROS

Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados sua intenção em aderir, como CARONA, à Ata de Registro de Preços nº 005/2018, referente ao Pregão Eletrônico nº 005/2018 – Prefeitura Municipal de Vila Rica/MT, nos termos 15 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e regulamentações constantes dos Decretos 7.892/2013 e 8.250/2014, conforme especificações abaixo:

Pregão Presencial nº 0059/2018 – Vila Rica /MT;

Ata de Registro de Preços nº 005/2018;

Vigência da Ata: 12 Meses;

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Vila Rica /MT;

Empresa beneficiária: Batista de Souza e Cia Ltda - ME. (CNPJ nº 13.062.376/0001-72);

Especificação do objeto registrado: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada em prestação de serviços elétricos, retífica de motores, serviços de torno para atender a frota municipal;

Quantidade registrada: Conforme registrado e disposto na Ata nº 005/2018 da Prefeitura Municipal de Vila Rica /MT;

Quantidade de adesão:

Empresa: Batista de Souza e Cia Ltda - ME. (CNPJ nº 13.062.376/0001-72);

Item	PUG	Descrição	Unidade	Quant.	R$ Unit.	R$ Total

ÔNIBUS MERCEDES BENS 1318 - TURBO ANO 1997						
1		Serviço de abrir e fechar motor 366 turbo 1318	Serv.	4	R$ 4.400,00	R$ 17.600,00
2		Retífica de motor 366 turbo 1318	Serv.	2	R$ 4.400,00	R$ 8.800,00
MICRO-ÔNIBUS MERCEDES BENS 8124 CILINDROS MOTOR OM-364 ANO 2010						
1		Serviço de abrir e fechar motor 364 812	Serv.	4	R$ 3.000,00	R$ 12.000,00
2		Retífica de motor 364 812	Serv.	4	R$ 6.500,00	R$ 26.000,00
ONIBUS VW 15190 ANO 2011						
1		Serviço de abrir e fechar motor MAN d 8 eletrônico 15190	Serv.	5	R$ 5.000,00	R$ 25.000,00
2		Retífica de motor VW 15190d 08	Serv.	5	R$ 12.000,00	R$ 60.000,00
ÔNIBUS MERCEDES 4 CILINDROS 1620 ANO 2015						
1		Serviço de abrir e fechar motor eletrônico 1620	Serv.	1	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00
2		Retífica de motor 4 cilindros 1620	Serv.	1	R$ 4.500,00	R$ 4.500,00
MICRO-ÔNIBUS MERCEDES BENS 812 4 CILINDROS MOTOR OM - 364 ANO 2010						
1		Serviço de abrir e fechar bomba 364	Serv.	3	R$ 2.000,00	R$ 6.000,00
2		Retífica de bomba injetora - 364	Serv.	6	R$ 2.500,00	R$ 15.000,00
ÔNIBUS VW 15190 ANO 2011						
1		Serviço de abrir e fechar bomba injetora - de alta eletrônica	Serv.	5	R$ 4.000,00	R$ 20.000,00
2		Retífica de bomba injetora - de alta eletrônica	Serv.	5	R$ 5.400,00	R$ 27.000,00
MICRO-ÔNIBUS MERCEDES BENS 812						
1		Serviço de chicote elétrico	Serv.	10	R$ 233,33	R$ 2.333,30
2		Serviço de farol	Serv.	10	R$ 60,00	R$ 600,00
3		Serviço de lanterna	Serv.	10	R$ 60,00	R$ 600,00
4		Serviço de painel completo	Serv.	10	R$ 326,67	R$ 3.266,70
5		Serviço de seta	Serv.	10	R$ 90,00	R$ 900,00
ÔNIBUS VW 15190						
1		Serviço de chicote elétrico	Serv.	10	R$ 500,00	R$ 5.000,00
2		Serviço de farol	Serv.	10	R$ 50,00	R$ 500,00
3		Serviço de lanterna	Serv.	10	R$ 50,00	R$ 500,00
4		Serviço de painel completo	Serv.	10	R$ 300,00	R$ 3.000,00
5		Serviço de passar aparelho computadorizado	Serv.	10	R$ 310,00	R$ 3.100,00
6		Serviço de seta	Serv.	10	R$ 90,00	R$ 900,00
SERVIÇO ELÉTRICOS CARRO DE PASSEIO E CAMIONHONETE						
1		Serviço de alternador	Serv.	20	R$ 106,67	R$ 2.133,40
2		Serviço de motor de partida	Serv.	20	R$ 106,67	R$ 2.133,40
TORNO E EMBUCHAMENTO						
1		Serviço de Embuchamento de S e Pino	Serv.	20	R$ 500,00	R$ 10.000,00
2		Serviço de rosca em manga de eixo	Serv.	20	R$ 400,00	R$ 8.000,00
3		Serviço de torno em manga de eixo	Serv.	20	R$ 400,00	R$ 8.000,00
4		Serviço de torno em pinça de freio	Serv.	20	R$ 330,00	R$ 6.600,00
SERVIÇOS DIVERSOS						
1		Serviço de mão de obra hidráulica	Serv.	10	R$ 150,00	R$ 1.500,00
2		Serviço de mão de obra obra solda	Serv.	5	R$ 150,00	R$ 750,00
3		Serviço de mão de obra radiador	Serv.	5	R$ 150,00	R$ 750,00
SERVIÇOS ELÉTRICOS EM CAMINHÃO CAÇAMBA 2729						
1		Serviços de manutenção de veículos automotivos - do tipo instalação do chicote do acelerador em veículo	Serv.	2	R$ 319,99	R$ 639,98
2		Serviços de manutenção de veículos automotivos - do tipo substituição de farol	Serv.	10	R$ 176,67	R$ 1.766,70
SERVIÇOS ELÉTRICOS TRATOR NEW HOLLAND 4X4 AGRÍCOLA/ANO 2010 TRATOR VALTRA BM 110, MASSEY FERGUNSON 292						
1		Serviços de manutenção de veículos automotivos - do tipo instalação do chicote do acelerador em veículo	Serv.	2	R$ 366,67	R$ 733,34
2		Serviço de manutenção em veículo automotivos - do tipo substituição de farol	Serv.	10	R$ 116,67	R$ 1.166,70
SERVIÇOS DE RETÍFICA EM GERAL						
1		Serviços de manutenção de motor kummes máquinas pesadas - retífica em geral	Serv.	5	R$ 22.666,67	R$ 113.333,35
2		Serviço de manutenção de motor Mercedes 366 caminhões - retífica em geral	Serv.	5	R$ 18.000,00	R$ 90.000,00
3		Serviço de manutenção de motor retro escavadeira case 580N - retíficas em geral	Serv.	5	R$ 18.000,00	R$ 90.000,00
5		Serviços de manutenção de motor MWM série 10 escavadeira hidráulica - retífica hidráulica - retífica em geral	Serv.	2	R$ 18.000,00	R$ 36.000,00
SERVIÇOS EM VEÍCULO DO TIPO UNO WAY						
1		Serviço de farol	Serv.	10	R$ 163,33	R$ 1.633,30
2		Serviço de lanterna	Serv.	10	R$ 60,00	R$ 600,00
3		Serviço de painel completo	Serv.	10	R$ 96,67	R$ 966,70
4		Serviço de seta	Serv.	10	R$ 80,00	R$ 800,00
						R$ 624.106,87

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE/ CÂMARA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE
TERMO DOAÇÃO VEICULO

TERMO DE DOAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE-MT. Localizada na praça Frederico Souza brito s/n centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o numero 36.920.221/0001-25. Aqui representada na pessoa de seu presidente Senhor SILMAR METKE, Brasileiro, Amasiado, Agricultor, portador da Carteira de Identidade nº 734.773 SSP-MT. CPF 713.427.451-91, residente e domiciliado na Rua Tapirapé s/n de Canabrava do Norte-MT. Vem pelo presente fazer a Doação do Veiculo FIAT UNO MILLE WAW ECOM ano 2009 Modelo 2010, Placa NPQ 3999 Chassis 9BD15844AA6351739 RENAVAM 00168625954 Cor Branca a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT. Devidamente Cadastrada no CNPJ 37.465.200/0001-20 aqui representada pelo Senhor JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal em legal exercício do Cargo, sendo referido veiculo destinado a atender as necessidades da Saúde do Distrito de Primavera do Fontoura localizado no município de Canabrava do Norte-MT.

Sendo assim, firmo, assino e respondo pelo presente.

Canabrava do Norte-MT. 19 de Janeiro de 2017

SILMAR METKE

PRESIDENTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 181/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.

PORTARIA N. 181/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

LUÍZ JOSÉ DE BARROS, Prefeito Municipal em exercíciode Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidor Público Municipal **ABIGAIL JOSÉ ARRUDA** matrícula 730, ocupante do cargo Operador de Máquina Leves, lotado na Secretaria Municipal de Infra - Estrutura, Serviços Públicos e Urbanismo.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/02/2017 Á 31/01/2018
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/06/2018 À 30/06/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 22 de Maio de 2018.

_____

LUIZ JOSÉ DE BARROS

Prefeito Municipal em Exercício

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 179/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.

PORTARIA N. 179/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

LUÍZ JOSÉ DE BARROS, Prefeito Municipal em exercíciode Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidor Público Municipal**MAXMAEL ARAÚJO FERREIRA** matrícula 2000, ocupante do cargo de **GERENTE**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/03/2017 Á 28/02/2018
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/06/2018 À 30/06/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 22 de Maio de 2018.

_____

LUIZ JOSÉ DE BARROS

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.367 DE 22 DE MAIO DE 2018

(Projeto de Lei nº028/2018 de autoria do Executivo).

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2019 e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições conferidas em lei:

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos termos da Constituição Federal, Art. 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2019 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas na Lei Complementar n. º101 de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - As metas e prioridades do Município para o exercício de 2019 serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único – Atendendo ao disposto no artigo 4º da Lei Complementar 101/2000, integram esta Lei os seguintes anexos:

I – Quadro I – Metas e Resultados - Receitas, Despesas, Resultados Primário e Nominal e Dívida (art. 4º § 2º, Inciso I da LC 101/00);

II – Quadro II – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

III – Quadro III – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida, Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

IV – Quadro IV - Evolução do Patrimônio Líquido (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

V – Quadro V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

VI – Quadro VI – Renúncia de Receita (art. 4º, § 2º, V da LC 101/00);

VII – Quadro VII - Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada (art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00);

VIII – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (art. 4º, § 2º, Inciso IV, alínea "a" da LC 101/00);

IX – Riscos Fiscais (art. 4º, § 3º c/c art. 5º, III, ambos da LC 101/00);

X – Obras em Andamento (art. 45º da LC 101/00);

Art. 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2019, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do plano Plurianual correspondente ao período de 2018/2021.

Art. 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos ou em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º - A Regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Art. 5º – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2019 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;

b) Saúde e Saneamento;

c) Infra–Estrutura Urbana Básica;

d) Modernização Administrativa Funcional;

e) Política Salarial de acordo a vigente;

f) Promoção e Assistência Social;

g) Meio Ambiente e Turismo.

Art. 6º – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da dívida;

b) Pagamento de pessoal e seus encargos;

c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;

d) Cobertura de precatórios judiciais;

e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;

f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico;

g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

Art. 7º – O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Art. 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Conforme previsto no art. 166, § 8º da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:

I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº. 4992, art. 17, VIII, § 3º;

II – que os recursos dos fundos devem ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do art. 2º da Portaria MPAS nº. 4992;

III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

Art. 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício de 2019, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.

Art. 10 - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivo e legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a Educação, Saúde e Assistência Social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõe o artigo 31 da Lei Complementar 101.

Art. 11 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Art. 12 – Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no artigo 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Art. 13 – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar 101, por fim a Lei Municipal nº 1.166/14 de 04 de Novembro de 2014, atualizada pelo Decreto n.º 2830/2017 de 16 de agosto de 2017, que Dispõe sobre atualização monetária dos valores fixados pela lei Federal n.

º 8.666/93,considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 22.536,46(vinte e dois mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 42.255,86(quarenta e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 14 – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n. º 101, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º - O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I – O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no art. 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II – Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III – Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV – Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º - O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal devendo seus membros representarem:

I – 01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Obras, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;

II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;

III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;

IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando tratar-se de recursos da saúde;

IV – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.

§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

Art. 15 – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e seja firmado convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fique claramente definido os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o *caput* deste artigo aplica-se à as transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Art. 16 – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

I – EMPAER;

II – Policias Civil e Militar;

III – INDEA;

IV – SEMA;

V – Tribunal Regional Eleitoral;

VI – Exatoria Estadual;

VII – IBAMA;

VIII – DETRAN;

IX – APAE;

X – IFMT;

XI – EPAC;

XII – CTG Pioneiros do Centro Oeste;

XIII – Fundação Pró Memória;

XIV – UAB;

XV – ADAC;

XVI – SEDUC;

XVII – CONSEG;

XVIII – Escoteiros.

Art. 17 – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos arts. 20 e 22, § único da Lei Complementar n.º 101, e cumpridas as exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

§ 3º - A Revisão Geral Anual – RGA, deverá atender ao IPCA/IBGE, dos últimos 12 meses para correção dos vencimentos dos servidores.

Art. 18 – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº. 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo.

Art. 19 – Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalente a, no máximo 1,00% (Um ponto por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º - Ocorrendo a necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventuais fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de créditos adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

§ 2º - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o *caput* deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

Art. 20 – A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2019 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2019, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Art.21 As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, conforme Artigo 180 –A da Lei Orgânica e parágrafos 1.º a 6º.

Art. 22 – Até 30/11/2018, o executivo poderá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;

b) Atualização das alíquotas do ISSQN;

c) Atualização das taxas municipais;

d) Contribuição de Melhorias;

e) Outras receitas de competência Municipal.

Art. 23 – Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

Parágrafo Primeiro – A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao art. 12 da L.C. nº. 101 e arts. 22 a 26 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 24 – Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o início do exercício de 2019, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Art. 25 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana em 22 de Maio de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, torna público que os vencedores na sessão que se realizou no dia 11/05/2018 na modalidade pregão presencial, menor preço por Lote foram; MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, vencedora dos Lotes 01, 02, 03, 05, 06, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 23, 29, 30, RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME, vencedora dos Lotes 04, 07, 16, 18, 19, 22, 25, 26, 27, 32, 42, 48, 61, MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-ME, vencedora dos Lotes 35, 39, 43, 44, 49, 50, FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME, vencedora dos Lotes 08, 24, 28, 31, 46, 54, 55, 57, COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA - ME, vencedora dos Lotes 34, 36, 37, 38, 40, 41, 45, 47, 52, 53, 56, 58, 59, 60, e ficou FRACASSADO o Lote 51 e DESEERTO o Lote 33, conforme ata da sessão.

Canarana-MT, 21 de Maio de 2018.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 006/2018

Objeto: contratação de capacitação de servidores e gestores públicos.

Favorecido: SMART BRASILIA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PUBLICA EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 28.142.052/0001-11, estabelecida no Distrito Federal – DF, ST SCS quadra 06, bloco A lote nº 81, Sala 409, Asa Sul

Execução: imediato após a solicitação

Valor global: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Fundamento Legal: Artigo 25, caput e inciso II c/c artigo 13, inciso VI da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Justificativa: Anexa nos autos.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Canarana – MT, 22 de Maio de 2018.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 028/2017

QUARTO TERMO ADITIVOao contrato nº 028/2017 que entre si firmam o Município de Canarana-MT., e a empresa **CRG CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP para a Implantação de Rede de Drenagem de Aguas Pluviais em Ruas e Avenidas do Bairro Morada do Sol, Município de Canarana-MT**.

Pelo presente instrumento contratual, **O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 14.936.115/0001-05 e Inscrição Estadual sob n.º 13.443.987-2, estabelecida a Rua do Cajá nº 66 – Sala 01 –Bairro Dom Aquino – CEP 78.015-285 – Cuiabá – Mato Grosso, representada neste ato pelo procurador Sr. **THIAGO CESAR DE JESUS CARDOSO RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº. 394.978.298-25, residente em Cuiabá-MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 028/2017**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Concorrência nº 001/2016**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto **manter a interrupção** do **Contrato nº. 028/2017** que tem por objeto a **execução de obras de Implantação de Rede de Drenagem de Aguas Pluviais em Ruas e Avenidas do Bairro Morada do Sol no Município de Canarana-MT, conforme Termo de Convenio nº 0836/2016/SECID, firmado entre o Município de Canarana-MT. e a Secretaria de Estado das Cidades,** pelo prazo de **90 (noventa) dias,** ficando **suspenso até o dia 27/07/2018**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

2.1 - O presente aditivo encontra-se embasamento legal no art. 57, § 1° inciso II, III e VI da Lei nº. 8.666/93.

2.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de manter a interrupção dos serviços pactuados através do **Contrato n°. 028/2017**, por

acordo com a **CONTRATADA**, em função da falta de condições financeiras para dar continuidade nos serviços que estavam sendo executados, o que provoca a falta de recursos para pagamento das medições.

2.3 - O prazo de execução do contrato original **fica suspenso**, enquanto aguarda a normalização do repasse financeiro por parte da concedente **Secretaria de Estado das Cidades-SECID**.

2.4 – Tão logo normalize o repasse financeiro, o prazo de execução do contrato será reiniciado por meio de uma nova ordem de serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original e o primeiro termo aditivo permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUARTA - DOMICÍLIO E FORO

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 20 de Abril de 2018.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

CRG CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP.

THIAGO CESAR DE JESUS CARDOSO RIBEIRO

CONTRATADA

MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2018

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2018

PROCESSO: 045/2018

PREGÃO PRESENCIAL: 023/2018

DATA DA ATA: 11/05/2018

VIGÊNCIA: 11/05/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Saúde de Canarana-MT.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual**aquisição de materiais de consumo (medicamentos e insumos) para atender os beneficiários do Sistema Único de Saúde de Canarana, em cumprimento à Constituição Federal de 05/10/1988 e Lei nº 8.080/1990** e de acordo com as especificações do edital.

VENCEDORES DOS LOTES;

LOTE: 1 - ANTIPARASÍTARIOS / ANTIFÚNGICO /ANTIMICÓTICO

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 73.170,50

LOTE 02- HIPERTENSIVOS

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ R$ 95.000,00

LOTE 03 - ANTI-ARRITMICO

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ R$ 19.836,30

LOTE 04 – ANTICOAGULANTE

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 19.488,26

LOTE 05 – DIURETICO

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 15.000,00

LOTE 06 – VASODILATADOR

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 18.000,00

LOTE 07 - PLASMA / VASOCONSTRUTOR

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 1.290,00

LOTE 08 - VITAMINAS / ANTIANEMICOS/ SUPLEMENTO MINERAL

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME

R$ 53.000,00

LOTE 09 - ANTIBIÓTICOS PENICILINAS

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 72.000,00

LOTE 10 - ANTIBIÓTICOS CEFALOSPORINAS

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 146.600,00

LOTE 11 - ANTIBIÓTICO QUINOLONA

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 13.000,00

LOTE 12 - ANTIBIÓTICOS MACROLÍDEOS

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 33.000,00

LOTE 13 - ANTIBIÓTICOS SULFONAMIDAS

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 10.900,00

LOTE 14 – ANTIBIOTICOS DIVERSOS

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 7.900,00

LOTE 15 - ANTIBIÓTICOS AMINOGLISIDEOS

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 11.400,00

LOTE 16 - ANTIBIÓTICOS LINCOSAMIDAS

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 1.200,00

LOTE 17 – CORTICOIDES

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 67.000,00

LOTE 18 – ANTI-HISTAMÍNICOS

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 21.800,00

LOTE 19 – ANTI-DIABÉTICOS

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 20.900,00

LOTE 20 – ANESTESDICOS/RELAXANTES MUSCULARES

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 9.480,00

LOTE 21 – ANALGÉSICOS

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 52.000,00

LOTE 22 – SOLUÇÕES/ISOTONICOS (A.1)

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 45.900,00

LOTE 23 – SOLUÇÕES/ISOTONICOS (A.2)

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 43.000,04

LOTE 24 – SOLUÇÕES/ISOTONICOS (A.3)

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME

R$ 69.900,00

LOTE 25 – SOLUÇÕES/ISOTONICOS (A.4)

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 39.900,00

LOTE 26 – COLÍRIOS OFTALMICOS

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 400,00

LOTE 27 – ANTI-INFLAMATÓRIOS

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 74.200,00

LOTE 28 – PSICOTRÓPICOS

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME

R$ 60.000,00

LOTE 29 – ANTI-ASMÁTICOS / EXPECTORANTES

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 45.500,00

LOTE 30 – ANTIEMÉTICO / ANTIFLATULENTOS / ANTIPILEMICOS / ANTIULCEROSOS (A.1)

MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

R$ 50.000,00

LOTE 31 – ANTIEMÉTICO/ANTIFLATULENTOS/ANTIPILEMICOS/ANTIULCEROSOS (A.2)

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME

R$ 63.400,00

LOTE 32 – HORMONIOS / ANTI-HEMORRÁGICOS

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 22.000,00

LOTE 34 – AGULHAS HIPODÉRMICAS / ANESTESIA

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 8.900,00

LOTE 35 – ALCOOL ETÍLICO

MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA – ME

R$ 4.290,00

LOTE 36 – ATADURAS

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 15.100,00

LOTE 37 – CAMPO OPERATÓRIO

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 5.133,40

LOTE 38 – CATETERES

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 21.400,00

LOTE 39 – COLETORES DESCARTÁVEIS

MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA – ME

R$ 5.900,00

LOTE 40 – EQUIPOS

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 38.000,00

LOTE 41 – ESCALPES

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 5.500,00

LOTE 42 – FIO DE SUTURA

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 7.400,00

LOTE 43 – FRALDAS GERIÁTRICAS

MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA – ME

R$ 10.750,00

LOTE 44 – LÂMINAS

MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA – ME

R$ 1.790,00

LOTE 45 – LUVAS

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 60.500,00

LOTE 46 – PAPEL GRAU CIRIRGICO

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME

R$ 19.000,00

LOTE 47 – SERINGAS

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 52.500,00

LOTE 48 – SONDAS

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 11.000,00

LOTE 49 – TIRAS DE GLICEMIA

MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA – ME

R$ 25.800,00

LOTE 50 – BOLSAS (COLETORA DE URINA E COLOSTOMIA)

MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA – ME

R$ 6.490,00

LOTE 52 – MATERIAIS PARA IMOBILIZAÇÃO

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 1.500,00

LOTE 53 – MATERIAL LABORATORIAL - ESPÉCULO VAGINAL

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 2.900,00

LOTE 54 – FIOS E FITAS ADESIVAS

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME

R$ 4.900,00

LOTE 55 – LENÇOL DESCARTÁVEL

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME

R$ 11.000,00

LOTE 56 – PAPEL ULTRASSONOGRÁFICO

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 10.900,00

LOTE 57 – ESPARADRAPOS

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME

R$ 7.000,00

LOTE 58 – DETERGENTE ENZIMÁTICO

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 5.500,00

LOTE 59 – IODOPOVIDONA

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 4.000,00

LOTE 60 – COMPRESSAS DE GAZE

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA – ME

R$ 27.000,00

LOTE 61 – MATERIAIS DIVERSOS

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

R$ 30.750,00

VALOR TOTAL: R$ 1.681.068,50 (Um milhão seiscentos e oitenta e um mil sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 093/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de licitação (Compra direta)

Data: 07/07/2018

Vigência: 31/12/2018

Contratado: MEI-MELRY MOURA MENDES04384006152

Objeto: Prestação de serviço de corte de cabelo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Canarana-MT.

Valor: R$ 9.000,00 (Nove mil reais).

AVISO DE ADESÃO 005-2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO GERENCIADOR/REALIZADOR: Prefeitura Municipal de Rondonopolis - MT

ÓRGÃO ADESO: Secretaria Municipais de Obras, Estradas e Rogens

ADESÃO – PREGÃO PRESENCIAL: Nº 009/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 017/2018

CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA., inscrita no CNPJ nº 04.879.275/0001-06, estabelecida na cidade de Rondonópolis-MT., à Rua Fernando da Costa nº 3787, Bairro jardim Belo Horizonte

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de concreto betuminoso usinada à quente CBUQ, faixa C

ITEM ADESO: 01

VALOR UNITÁRIO: R$ 320,00 (trezentos e vinte reais)

VALOR TOTAL: R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)

DATA DA ATA: 05/04/2018

VIGÊNCIA: Por 12 (doze) meses.

AUTORIZADO POR: Ofício 157/2018 de 03/05/2018

CANARANA-MT., 22 de Maio de 2018.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

VILSON BIGUELINI

Secretarário Municipal de Obras, Estradas e Rodagens

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATO Nº 003/2018.

Contrato de Prestação de serviços que fazem entre si, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARLINDA e de outro lado a empresa MAC COMERCIO DE MOVEIS EIRELLI EPP

Por este instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como CONTRATANTE, a CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o N. º 01.619.852/0001-24, com sede na Rua das Adálias, s/nº, Centro, Carlinda - MT, CEP: 78.587-000, neste ato representado pelo Presidente o Sr. Damião de Souza Santos, brasileiro, casado, portador do documento de identidade RG nº 1.011.658-3 SSP/MT e CPF nº 630.053.791-91, residente e domiciliada na Rua XV de Novembro, s/nº, Bairro Cristo Rei, na cidade de Carlinda, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa MAC COMERCIO DE MOVEIS EIRELLI – EPP, portadora do CNPJ nº 13.370.518/0001-69, com sede na Avenida das Figueiras, nº 120, Bairro Setor Industrial Norte, na cidade de Sinop, Estado do Mato Grosso, neste ato representado por seu representante o Sr. Lucas Zanoto das Neves Norte, brasileiro, empresário, portador do documento de identidade RG nº 1900926-7 SSP/MT e CPF nº 046.683.611-27, têm entre si justo e contratado o que se segue mutuamente e concordam:

As partes tem justo e acertado o presente contrato que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei

n. º 8.666/93 e suas posteriores alterações, aplicando nos casos omissos, o disposto na legislação civil vigente e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO

1.1. Objeto: Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes: Armários/Estantes e Poltronas Giratórias e Longarinas de 4 lugares com encosto de braços e Longarinas de 4 lugares sem encosto de braços, para atender ao mobiliário da Câmara Municipal de Carlinda, como segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VL UNITÁRIO	TOTAL
1	Cadeiras longarina de 4 lugares com descanso de braço, assento e encosto em PVC preto,. Dimensões mínimas: 2,00cm x 0,50cm x 0,88cm. MARCA VANDAFLEX.	2	549,00	1.098,00
2	Cadeiras longarina de 4 lugares com assento e encosto em PVC preto. Dimensões mínimas: 2,00cm x 0,50cm x 0,88cm. MARCA VANDAFLEX.	15	474,00	7.110,00
3	Cadeira giratória modelo Presidente, com base a gás e assento reclinável. Cor preta. Suporta pesos até 120 kg. Marca BULK.	4	693,00	2.772,00
4	Cadeira giratória modelo presidente couro sintético preto, com base a gás e assento reclinável. Cor preta. Peso suportado até 120 kg. MARCA VANDAFLEX.	10	483,53	4.835,30
5	Conjunto de mesa em L com 2 gaveteiros volante com 4 gavetas cada. Espessura mínima de 40 MM sugestão de cores: Ameixa. Dimensões mínimas: 1,70cm x 0,70cm x 0,70cm / 0,90cm x 0,70cm / 0,45cm. MARCA GEBB WORK	1	1.248,26	1.248,26
6	Armário vertical com porta. Espessura mínima de 40 MM sugestão de cores: Imbuía; Ameixa ou Tabaco. Dimensões mínimas: 1,60cm x 0,80cm x 0,45cm. MARCA GEBB WORK.	1	870,91	870,91
7	Armário estante com porta. Espessura mínima de 40 MM sugestão de cores: Imbuía; Ameixa ou Tabaco. Dimensões mínimas: 1,60cm x 0,40cm x 0,45cm. MARCA GEBB WORK.	1	544,31	544,31
VALOR TOTAL				18.478,78

Valor Total R$ 18.478,78 (dezoito mil quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos).

1.2. Este Instrumento de Contrato guarda inteira conformidade, com os termos do Edital de Pregão Presencial nº 001/2018 e seus anexos, ao Termo de Referência vinculando-se, ainda, à proposta da CONTRATADA, e demais documentos que compõem o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto deste contrato será executado diretamente, sob o regime de venda por menor preço por item, num único lote.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRODUTOS ENTREGUES

3.1. Os produtos serão vendidos pela CONTRATADA e supervisionados pelo Fiscal de Contrato, que poderá requerer auxilio de um profissional específico com conhecimento na área, caso encontre alguma dificuldade na avaliação dos produtos, bem como, nas especificações dos materiais e componentes utilizados atenderem a qualidade requerida.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência do contrato será da assinatura do presente instrumento até 31/12/2018, desde que se cumpra os ditames da licitação podendo ter seu término prorrogado por necessidade e interesse da administração pública conforme determina a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O valor do objeto deste contrato é de R$ 18.478,78 (dezoito mil quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos)

5.2. Os pagamentos serão efetuados em três parcelas contados a partir da entrega dos Materiais adquiridos, mediante a comprovação e atestação de recebimento pelo Fiscal de Contratos.

5.3. A previsão de entrega dos materiais é até o dia 15 de maio de 2018, e os pagamentos deverão ocorrer em 22/05/2018 1ª parcela R$ 6.000,00; 22/06/2018 2ª parcela R$ 6.000,00 e 23/07/2018 3ª parcela R$ 6.478,78.

5.4. A Nota Fiscal apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação.

5.5. O pagamento deverá ser efetuado pela contratante á contratada mediante depósito na conta corrente nº 1342-0 agencia 5581, Banco Bradesco, indicados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento classificado e codificado sinteticamente sob o número: 01.001.01.031. 0009.1.001.4490-52 – Equipamentos e Materiais Permanentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. Os preços apresentados pela CONTRATADA não serão reajustados, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 8.666/93, constitui obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

8.1.1. Proceder a entrega dos produtos no local sede da Câmara de Vereadores, de acordo com a proposta e, com as normas e condições previstas no Edital de Pregão Presencial nº 001/2018 e anexos, respondendo civil e criminalmente, pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

8.2. Entrega os produtos dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica e normas;

8.3. Cumprir as recomendações técnicas da CONTRATANTE e solicitar, sempre que houver dúvidas, os esclarecimentos e informações necessárias;

8.4. Acatar as determinações da CONTRATANTE no sentido de reparar, desmanchar e/ou refazer e/ou substituir de imediato os produtos com defeitos, em virtude de culpa da CONTRATADA ou de sua fornecedora, que responderá pelas sanções legais;

8.5. Arcar com todas as despesas e encargos de natureza previdenciária, trabalhista, fiscal e infortunística que gravem o ramo de atividade;

8.6. A CONTRATADA obriga-se a manter as condições iniciais de habilitação durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão.

8.7. Emitir Nota Fiscal referente aos produtos, para fins de atestação e liquidação da CONTRATANTE, para posterior pagamento, conforme previsto no item 5.2 deste contrato.

8.8. Oferecer as garantias mínimas de fabricação de 1 ano, e mediar as substituições dos bens, ou as devidas manutenções, caso sejam partes integrantes das garantias do fabricante.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e nas condições estabelecidas na cláusula quinta deste instrumento de contrato.

9.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENUNCIA E DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. Constitui motivo para rescisão do presente instrumento, independentemente de notificação Judicial, o descumprimento por qualquer uma das partes, das cláusulas contratuais e as hipóteses previstas nos arts. 77, 78

e 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações, ficando facultada a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, imediatamente sem prejuízos das sanções legais, inclusive daquelas previstas no art. 87, da Lei supra referida.

10.2. As penalidades estabelecidas em Lei, não excluem qualquer outra prevista neste contrato, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar a CONTRANTE ou a terceiros, em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

10.3. O presente contrato poderá ser rescindido, por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

10.4. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja sua rescisão pela Administração.

10.5. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto desta Licitação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados, os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda, garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas as seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I. advertência;

II. multas nos seguintes termos:

a) Pelo atraso no fornecimento, relação ao prazo estipulada: 1% (um por cento) do valor global do contrato, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem.

b) Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado que é 15 de maio de 2018: 10% (dez por cento) do valor do bem.

c) Pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas do produto fornecido, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor do bem, por dia corrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor dos bens não substituídos/corrigidos;

d) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas no fornecimento, entendendo-se como recusa o fornecimento não efetivado nos 5 (cinco) dias que se seguirem á data de rejeição: 10% (dez por cento) do valor do fornecimento rejeitado;

e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei nº 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

11.2. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita ás penalidades tratadas nos inciso III e IV do subitem 12.1:

a) pelo descumprimento do prazo de fornecimento dos serviços objeto deste contrato;

b) pela inexecução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital.

11.3. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, ás demais penalidades referidas no Capitulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

11.4. As multas estabelecidas podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si, e seus sucessores.

12.2. Para efeitos de direito valem para este Contrato a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se ainda, para os casos omissos, os princípios gerais de Direito.

12.3. A contratada será responsável por todas as obrigações trabalhistas, tributarias e previdenciárias, seguros, taxas e impostos, acaso envolvidos, especialmente por qualquer vinculo empregatício que a venha se configurar, inclusive indenizações decorrentes de acidente de trabalho, quando estiver prestando serviços à Contratante.

12.4. É vedada transferência total ou parcial, para terceiros, o fornecimento dos materiais que for adjudicado em consequência deste contrato, sem expressa autorização da Câmara Municipal de Carlinda MT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

13.1. Independentemente de transcrição, farão parte integrante deste instrumento, resguardada a necessária conformidade entre eles, o Edital de Pregão Presencial nº 001/2018 e seus anexos e a proposta da contratada com os documentos que a integram.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização e recebimento dos produtos será exercida pelo Sr. Patrícia Zapelini Corti Assistente Administrativo, nomeado pela Portaria nº 009/2018, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Carlinda MT, para conhecer e decidir quanto aos litígios que possam decorrer da execução deste contrato.

15.2. E por estarem as partes justas e acordadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, para um só efeito legal, juntamente com duas testemunhas adiante nomeadas, maiores, inidôneas e capazes.

Carlinda MT, 03 de maio de 2018.

_____

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

Damião de Souza Santos

Presidente da Câmara

_____

MAC COMERCIO DE MOVEIS EIRELLI - EPP

Lucas Zanoto das Neves Norte

CPF nº 046.683.611-27

CONTRATADA

Testemunhas:

_____

Nome: Iliane Roque Leles Gehard

CPF: 866.940.061-87

_____

Nome: Sandra dos Santos

CPF: 010.048.171-00

Fiscal de Contrato:

_____

Patrícia Zapelini Corti

Portaria nº 009 de 04 de janeiro de 2018.

_____

Dr. Wagner Silveira Fagundes

Assessor Jurídico.

GABINETE DO PREFEITO
GABARITO EXTRAOFICIAL PROCESSO SELETIVO SUPLEMENTAR CONFORME EDITAL 01/2018

PROCESSO ELETIVO SUPLEMENTAR – 2018

GABARITO EXTRAOFICIAL PROCESSO SELETIVO SUPLEMENTAR CONFORME EDITAL 01/2018

N° Questões	*Alternativas*			
	A	*B*	*C*	*D*
1	*A*			
2			*C*	
3				*D*
4			*C*	
5			*C*	
6			*C*	
7				*D*
8			*C*	
9				*D*
10		*B*		
11			*C*	
12			*C*	
13		*B*		
14			*C*	
15				*D*

N° Questões	Alternativas			
	A	B	C	D
16				D
17			C	
18			C	
19	A			
20		B		
21			C	
22		B		
23				D
24				D
25			C	
26				D
27				D
28		B		
29				D
30		B		

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DA PROVA OBJETIVA PROCESSO ELEITORAL SUPLEMENTAR PARA CONSELHEIRO TUTELAR E SUPLENTES.

RESULTADO DA PROVA OBJETIVA PROCESSO ELEITORAL SUPLEMENTAR PARA CONSELHEIRO TUTELAR E SUPLENTES.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1	REGIANE MARQUES DA COSTA	44 Classificada
2	JIUZELIA DE ASSIS FERREIRA	38 Classificada
3	JOSE NIVALDO RIBEIRO	38 Classificado
4	ROSANA APARECIDA COELHO	34 Classificada
5	JOSIANE SILVA GONÇALVES DE AGUIAR	30 Classificada
6	ROSE GARCIA DA COSTA	28 Desclassificada
7	ROSINEIDE DA SILVA PINTO	22 Desclassificada

Cosmo de Souza Santos

Presidente da comissão organizadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018 REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018 REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **BLB COMERCIO DE VEICULOS LTDA,** sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS DE PASSEIO AUTOMOTIVOS NOVOS (ZERO QUILÔMETRO), ANO DE FABRICAÇÃO 2018, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.** Cláudia/MT, 22 de Maio de 2018.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ERRATA PORTARIA N°001/2018 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

ERRATA

PORTARIA N°001/2018 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Publicado no Jornal Oficial AMM de 12 DE JANEIRO DE 2018.

ONDE SE LÊ:

PORTARIA Nº003/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

LEIA-SE:

PORTARIA Nº001/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Cocalinho, 15 de JANEIRO de 2018.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia **08 de Junho de 2018, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto a aquisição de materiais para pavimentação asfáltica comunitária nos bairros do município de Colider/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider-MT, Sito na Travessa dos Parecis Nº 85, Setor Leste, Colider-MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Colider/MT, 22 de Maio de 2018

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA** sob o Nº 033/2018; **TIPO**: Menor Preço por Item; **OBJETO:** Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade de Reabilitação, 01 (um) Veículo e 02 (duas) Motocicletas para a Secretaria Municipal de Saúde de Colider/MT; **ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** 06/06/2018 às 08h30min. (Horário de Brasília-DF); **REALIZAÇÃO:** Por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br; **INTEGRA do EDITAL:** por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site da Prefeitura: www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Colider/MT, 22 de Maio de 2018

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 2983/2018 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ATUALIZAR O PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÀO ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei**:**

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a alterar o piso básico dos profissionais da educação pública municipal, mediante a concessão de 6,81% (Seis virgula oitenta e um por cento) de reajuste, alterando o disposto no Anexo I da Lei Municipal 2118/2008.

Art. 2º - Fica autorizada a concessão de 6,81% (seis virgula oitante e um por cento) de reajuste salarial, alterando o valor dos vencimentos básicos dos cargos previstos nos Anexos II, III, IV e V da Lei Municipal 2118/2008.

Parágrafo Primeiro: A Concessão de reajuste aos profissionais da Educação de que trata o *caput* deste artigo será pago à partir do mês de maio de 2018 e será inserido na Folha de Pagamento do corrente mês maio, sem condicionantes e com efeito à partir da aprovação e sanção desta lei, portanto, com efeitos ex *nunc (a partir de agora).*

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado atualizar os Anexos I a V, mediante a concessão dos percentuais de reajustes previstos nos artigos 1° e 2°, desta Lei

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder - MT, em 22 de maio de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 2984/2018 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECOMPOR O PISO SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, EFETIVOS E CONTRATADOS, EXCETUANDO OS P

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei**:**

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder recomposição salarial de 1,69%(um virgula sessenta e nove por cento), sobre os vencimentos básicos dos servidores Públicos Municipais, ativos, inativos, pensionistas, efetivos e contratados, à partir de 1º de maio de 2018, à exceção dos profissionais da educação, cujo reajuste está previsto no Projeto de Lei nº 089/2018.

Parágrafo Único - A recomposição de que trata o *caput* deste artigo, corresponde a perda inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – **INPC,** calculada entre os meses de maio de 2017 a abril de 2018.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar as tabelas de vencimento do funcionalismo público.

Parágrafo Único: A recomposição salarial concedida aos servidores públicos municipais de que trata esta lei será paga a partir do mês de maio de 2018, data base da categoria, e será inserida na respectiva folha de pagamento.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias previstas para o exercício de 2.018

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder - MT, em 22 de maio de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº2985/2018 SUMULA:CRIA O CONSELHO E O FUNDO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE COLÍDER- ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei**:**

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, destinado a promover a regularização fundiária e o desenvolvimento econômico sustentável do Município, obedecidos os critérios fixados nesta lei e na legislação estadual e federal, no que for pertinente;

Art. 2º - O Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável criado por força desta Lei Municipal será integrado por representantes do Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Associações e Entidades de Classe sem fins lucrativos, e outras entidades da sociedade civil, garantida a paridade na representação com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, com a seguinte composição:

I. Um Representante do Poder Judiciário;

II. Um Representante do Poder Executivo Municipal, da Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração;

III. Um Representante do Departamento de Engenharia do Município;

IV. Um Representante do Departamento Jurídico do Município;

V. Um Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

VI. Um Representante do Poder Legislativo;

VII. Um Representante do Ministério Público;

VIII. Um representante da Defensoria Pública;

IX. Um Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

X. Um Representante da Associação Comercial e Industrial;

XI. Um Representante do Cartório de Registro de Imóveis;

XII. Um Representante do Tabelionato de Notas;

XIII. Um Representante do Sindicato Rural;

XIV. Um Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

XV. Um Representante de Associações de Distrito, Associação de Moradores de Assentamentos Rurais, ou de Associação de Moradores de Bairros, se houver;

XVI. Um Representante de Associações e/ou Cooperativas de Produtores Rurais;

XVII. Outras entidades de direito público e/ou privado com interesses análogos;

§1º - Poderão participar do Conselho como entidades parceiras, sem direito a voto:

a) Ministério de Desenvolvimento Agrário- MDA;

b) INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria;

c) Governo do Estado de Mato Grosso;

d) Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso;

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.3º - O conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável é responsável pela instauração, analise e execução dos planos de regularização fundiária e desenvolvimento econômico sustentável do Município, cabendo-lhe instaurar ,direcionar, orientar, e acompanhar os procedimentos necessários, visando e garantir maior objeto a promoção da regularização fundiária e o desenvolvimento econômico sustentável do Município, para o fim de atribuir a escritura pública definitiva ou a emissão do título originário das propriedades urbanas e rurais localizadas na municipalidade, bem como construí um modelo econômico sustentável no município.

Art.4º - É atribuição prioritária do Conselho instaurar, instruir, orientar, analisar e acompanhar os expedientes que versam sobre a escritura/titulação dos imóveis urbanos e rurais situados no Município, objetivando a promoção da regularização fundiária e o desenvolvimento econômico sustentável do Município, obedecidos os critérios fixados nesta lei e na legislação estadual e federal, no que for pertinente.

§1º - Para os efeitos desta Lei, considera-se regularização fundiária sustentável o conjunto de medidas jurídicas, administrativas, judiciais, urbanísticas, ambientais, econômicas e sociais , promovidas pelo Poder Público com cooperação da sociedade civil, por razões de interesse público, econômico e social, que visem atribuir a titulação das ocupações informais existentes no Município, adequando a situação jurídica da ocupação às conformidades legais, de modo a garantir o pleno exercício dos poderes inerentes à propriedade e o direito social à moradia digna, o desenvolvimento das funções sociais da propriedade, e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Art. 5º - O plano de regularização fundiária deverá ser executado pelo conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, observadas as diretrizes fixadas na presente lei.

Art. 6º- O conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável será administrado por um Presidente e dois secretários, eleitos de forma paritária, por voto majoritário, dentre os representantes das entidades que lhe compõem, para um mandato de 02(dois) anos, permitida a recondução.

CAPITULO II

DA CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

Art. 7º - Fica criado o Fundo Municipal doConselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, vinculado à Secretaria de Planejamento, Fazenda e Administração de natureza contábil financeira, e tem por objetivo criar condições financeiras e de gerenciados recursos destinados ao desenvolvimento das ações de regularização fundiária.

§ 1º- São atribuições do Administrador do Fundo, além daquelas que a norma regulamentadora estabelece:

I - Administrar o Fundo Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável no que trata a presente Lei, obedecidos ao Plano Municipal de Ação e de Aplicação de Recursos elaborados pelo Conselho do Fundo;

II - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas determinadas pelo Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável;

III - Gerir o Fundo Municipal de acordo com as deliberações doconselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, obedecendo às legislações pertinentes;

IV - Submeter aoconselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável – CONREDES, as demonstrações semestrais sendo referente ao primeiro semestre ate dia 31 de julho e ao segundo semestre ate 31 de janeiro, que após analisadas deverão ser encaminhadas ao Executivo Municipal para aprovação;

V - Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo, referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

VI - Assinar cheques conjuntamente como Secretario Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração ou quem o chefe do executivo indicar;

VII- Manter controle necessário sobre os bens adquiridos com recursos do Fundo;

VIII – Providenciar,junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável;

IX - Apresentar, ao Conselho Municipal de Regulação Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo detectada nas demonstrações mencionadas;

X – Manter o controle necessário sobre o andamento dos convênios ou contratos feitos.

Art. 7º- A execução orçamentáriado Fundo se processará em observâncias normas e princípios legais e técnicos adotados pelo Município, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2. 000.

Art. 8º- Constituirão receitas do Fundo Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável:

a) Repasses efetuados pelo Poder Executivo, a serem estabelecidos no orçamento municipal;

b) Doações, auxilio e contribuições de terceiros;

c) Recursos financeiros oriundos do Governo Estadual e Federal, e de outros órgãos públicos, recebidos diretamente ou por meio de convênio.

d) Rendas provenientes de aplicação financeira de seus recursos no mercado de capitais.

§ 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de credito.

§ 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - Da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II - De previa aprovação do conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Art. 9º - Aplicar-se-ão ao FundoMunicipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável as normas legais de controle, prestação e tomada de contas pelos órgãos de controle interno da Prefeitura Municipal.

DO ORÇAMENTO

Art. 10 – O Fundo Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, terá seu funcionamento gerido por um Plano Municipal de Ação, que será definido pelo Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, para atingir os objetivos e metas almejadas.

Art. 11 – Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.

§ 1º - Para casos de insuficiência de inexistência de recursos poderão ser utilizados os créditos adicionais, autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade orçamentaria.

§ 3º - O orçamento do FundoMunicipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

§ 4º - O orçamento do Fundo Municipal de Segurança observará o estabelecido na lei de Diretrizes Orçamentarias, aprovada anualmente.

Art. 12 – Caberá ao ConselhoMunicipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável reunir-se mensalmente, para tratar dos assuntos relacionados a seu objeto institucional.

Art. 13 – As demais normas necessárias ao funcionamento do Conselho do Poder Executivo Municipal.

Art. 14 – Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider-MT, em 22 de maio de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2018

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia **08 de Junho de 2018, ás 13:30 horas/minutos (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto a aquisição de materiais para pavimentação asfáltica comunitária no bairro Jardim Vânia no município de Colider/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider-MT, Sito na Travessa dos Parecis Nº 85, Setor Leste, Colider-MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Colider/MT, 22 de Maio de 2018

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 2986/2018 SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO, OBJETIVANDO CONCEDER APOIO FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - *Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder apoio financeiro mediante Convênio a* **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE,** com sede neste Município de Colider, inscrito no CNPJ sob o nº 01.301.167/0001-55.

PARÁGRAFO ÚNICO – *O valor a ser repassado será de no máximo de R$ 23.342,00 (Vinte e Três Mil, Trezentos e Quarenta e Dois Reais), em parcela única a ser pago em conformidade com o Plano de Trabalho a ser apresentado pela entidade convenente.*

Art. 2º - Para atender as despesas decorrentes da execução desta lei serão utilizados recursos orçamentários consignados na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Cultura

Unidade: 001 Departamento de Esporte e Lazer

Função: 27 Desporto e Lazer

Subfunção:812 Desporto Comunitário

Programa: 0013 – Cidade do Esporte e Lazer

Ação: 1018 Apoio a Eventos Esportivos

Fonte de Recursos: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários

Art. 3º - *O objeto do Convênio a ser firmado entre as partes visa atender às despesas* com a organização e realização da **20ª EDIÇÃO DAS OLIMPIADAS DAS APAES DE MATO GROSSO- FASE ESTADUAL,** que realizar-se-á, em Colider entre os dias 01,02 e 03 de junho de 2018.

Art. 4º - O prazo de vigência do Termo de Convênio a ser subscrito pelas partes encerrar-se-á em 31 de julho de 2018.

§ 1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal nos prazos previstos nesta Lei e de acordo com a Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009.

§ 2º - A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 22 de maio de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2018

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Aryadne Guilherme da Silva, torna público aos interessados que realizará

licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, EDITAL n° 036/2018, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**, cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 07/06/2018, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Pregoeira/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 22 de maio de 2018. Aguardando

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

EXTRATO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Aryadne Guilherme da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, EDITAL n° 037/2018, tendo como objeto: **LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 16 (DEZESSEIS) PASSAGEIROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, COM A FINALIDADE DE TRANSPORTAR PACIENTES PARA A REALIZAÇÃO DE HEMODIÁLISE NO MUNICÍPIO DE VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 11/06/2018, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Pregoeira/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 22 de maio de 2018.

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº: 003/2018

TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº: 003/2018

DATA: 17 DE Maio de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE COMODORO

OBJETO: O presente Termo tem por objeto o repasse de recursos financeiros para o Conselho da Comunidade da Comarca de Comodoro, destinados à Cooperação Financeira para realização das Finalidades do referido Conselho, conforme disciplina seu estatuto, integrante deste, independente de sua transcrição, para custeio de prestação de mão-de-obra dos reeducandos em regime fechado e reclusos na Cadeia Pública de Comodoro, junto a Secretaria Municipal de Obras do Município Concedente, conforme artigos 28 e 29 da Lei nº7.210/84 (Execuções Penais) e Art. 16 da Lei Municipal nº 1.714/2017 de 23/06/2017

DOTAÇÃO: 08.05.1.132.3.3.50.41 (455)

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 001/2018

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 001/2018

DATA: 26 de fevereiro de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADA: BURITI CAMINHÕES LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS ESCOLARES, PLACAS: OBC3122 E OBH9862, BEM COMO SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS.

DOTAÇÃO: 06.02.2.019.33.90.30 (227) – 06.02.2.019.33.90.39 (229)

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 002/2018

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 002/2018

DATA: 15 de março de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADA: S B N LTDA –ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA D`LIVE, PARA ANIMAÇÃO DA DO BAILE PARA ESCOLHA DA MISS E MISTER COMODORO 2018 DO MUNICIPIO DE COMODORO-MT, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 14/04/2018.

DOTAÇÃO: 06.04.1.112.33.90.39 (242)

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 003/2018

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 003/2018

DATA: 15 de março 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADA: ARMCO STACO S.A. INDÚSTRIA METALÚRGICA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS METÁLICOS CORRUGADOS.

DOTAÇÃO: 09.02.1.073.44.90.52 (529)

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 004/2018

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 004/2018

DATA: 19 de Abril de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADA: R. DE ANDRADE KELM SERVIÇOS MEDICOS EIRELI.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE URGÊNCIA, EMERGENCIA E PRONTO SOCORRO.

DOTAÇÃO: 07.06.2.275.33.90.39 (837)

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 005/2018

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 005/2018

DATA: 02 de maio de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADA: BURITI CAMINHÕES LTDA. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO ÔNIBUS ESCOLAR, PLACA: OAY0388, BEM COMO SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS. DOTAÇÃO: 06.02.2.019.33.90.30 (226) – 06.02.019.33.90.39 (229)

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

DATA: 08 de maio de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADA: GILSON DE LIMA DA SILVA JUNIOR 02485742138.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE SHOW SERTANEJO COM A DUPLA JORGE E MIGUEL, PARA COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE COMODORO, SENDO O SHOW NO DIA 12 DE MAIO DE 2018.

DOTAÇÃO: 06.04.1.112.33.90.39 (242)

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2018

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2018

DATA: 08 de maio de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADA: BIANCHI & ROQUE LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM A DUPLA CACIO E MARCOS, PARA COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE COMODORO SENDO O SHOW NO DIA 13 DE MAIO DE 2018.

DOTAÇÃO: 06.04.1.112.33.90.39 (242)

EXTRATO TERMO ADITIVO 081-2018

QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 081/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2017 E ADITIVOS NºS 075/2017, 221/2017, 031/2018 E 061/2018

DATA: 16/05/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: EDIMILSON ANTONIO DO NASCIMENTO - ME

OBJETO: aditivo de alteração do Contrato de Prestação de Serviços nº. 028/2017 e Aditivos nºs 075, 221/2017, 031/2018 e 061/2018, considerando a inclusão da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras

Unidade: 02 – Departamento de Obras e Man. Da Rede Física

Proj. Ativ. 2.049 – Manutenção a Rede de Iluminação Pública.

Elem. despesa – 3.3.90.39 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica (552).

DOTAÇÃO: 09.02.2.049.3.3.90.39 (552) – 09.02.2.129.3.3.90.39 (558)

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 008/2018

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 008/2018

DATA: 08 de maio de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADA: SAVANA REPRESENTAÇÕES ARTISTICAS LTDA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA BUANA, PARA ANIMAÇÃO DO 32º ANIVERSARIO DA CIDADE DE COMODORO-MT, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 12 E 13/05/2018.

DOTAÇÃO: 06.04.1.112.33.90.39 (242)

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2018

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2018

DATA: 09 de maio de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADA: ABRAÃO MATAICHI IZUMI 60863307191

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO GOSPEL DOS CANTORES: ANGIELLY E CHRIS DURÁN COM BANDA, PARA COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE COMODORO SENDO O SHOW NO DIA 11 DE MAIO DE 2018.

DOTAÇÃO: 06.04.1.112.33.90.39 (242)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 234/2018 DE 21 DE MAIO DE 2018.

Portaria 234/2018 de 21 de Maio de 2018.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Oficio 012/CPPA/2018 e Relatório Final de Conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria 096/2018 de 25/01/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor público municipal CELIO EIJI TOBISAWA, matricula 012492, efetivo no cargo de PNSS-MEDICO ORTOPEDISTA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/HOSPITAL MUNICIPAL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de Maio de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 233/2018 DE 21 DE MAIO DE 2018.

Portaria 233/2018 de 21 de Maio de 2018.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Oficio 011/CPPA/2018 e Relatório Final de Conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria 100/2018 de 25/01/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor público municipal PAULO CESAR VIEIRA BORBA, matricula 011563, efetivo no cargo de APOIO ADM EDUC/MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/TRANSPORTE ESCOLAR.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de Maio de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL A ARP Nº 58/2017

Termo de rescisão unilateral a ARP de locação de Caminhão e Equipamentos destinados a Pavimentação Asfáltica de ruas e avenidas ARP nº **58/2017**, firmado pela prefeitura municipal de Confresa-MT e a Empresa **Marlene M. de Oliveira Eireli – ME.**

O **Município de Confresa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Centro Oeste, 286, CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr. **Ronio Condão Barros Milhomen** Portador do RG nº 0875190-0 SSP/MT e inscrito no CPF. SOB O Nº 535. 561.191-53 doravante denominado simplesmente de **LOCATÁRIA**, e por outro lado a Empresa **Marlene M.de Oliveira Eireli – ME**., com endereço **AV. JUCELINO KUBITSCHEK Nº10**, município de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, inscrito no CNPJ sob o n° 24.395.657/0001-63. Doravante denominado simplesmente **LOCADOR**, acordam e ajustam firmar o presente termo de rescisão, nos termos da Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993 Processo Licitatório nº 1781/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 116/2017, nos termos da Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, art. 79, incisos II, e posteriores alterações da legislação pertinente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste instrumento, a rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços cujo Objetivo é a Locação de Caminhão e Equipamentos destinados e Pavimentação Asfáltica de Ruas e Avenidas. 1.2 . Nos termos da Lei 8.666/93, artigo 79 incisos II, ficando rescindida a partir de **26/04/2018**. 1.3 . Interesse Público, motivado pela ausência de Competitividade no Certame Licitatório, ferindo os preceitos do Art.3° da Lei 8.666/93 e Decreto Municipal 26 e 27/2009 e súmula 473 do STF.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE RESCISÃO

2.1 A presente rescisão, se realiza por ato unilateral, determinada pela Administração, conforme Lei nº 8.666/93 nos art. 78 e 79.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

3.1 – Fica rescindido o contrato a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após publicação.

E, assim sendo, assina o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Confresa – MT, 26 de abril de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Rônio Condão Barros Milhomem

Contratante

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER DE CONFRESA 003/2018

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER DE CONFRESA 003/2018

Ao Banco do Brasil S/A

Agência 3989-6, Confresa-MT

A Prefeitura Municipal de Confresa, inscrita no CNPJ 37.464.716/0001-50, com sede situada na Avenida Centro Oeste, n° 286, Centro, na cidade de Confresa – MT, do qual faz parte a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER DE CONFRESA**, inscrita no **CNPJ 06. 104.943/0001-40**, por seu representante legal, excelentíssimo senhor Prefeito Municipal Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, portador do CPF n° 535.561.191-53, concede poderes específicos a Secretária Municipal de Educação Sra. **AGENORA MORAES DA SILVA**, inscrita no CPF n°401.138.501-82, nomeada pela **Portaria nº 007/2017 de 01 de janeiro de 2017, embasada na Lei Orgânica Municipal, para assinar conjuntamente com o Prefeito as transações bancárias das contas correntes vinculadas a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER DE CONFRESA, junto ao Banco do Brasil S/A, conforme critérios abaixo:**

SEMPRE CONJUNTAMENTE COM O PREFEITO – Dr. RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITO REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS ENDOSSAR CHEQUE AVALIZAR CHEQUE SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES CANCELAR CHEQUES BAIXAR CHEQUES SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSES SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE CONTA CORRENTE E POUPANÇA SOLICITAR SALDOS/EXTRATO DE INVESTIMENTO SOLICITAR SALDO/EXTRATO DE OPERAÇÕES EMITIR COMPROVANTES CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO AUTORIZADO EMITIR CHEQUES RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTO NO GER. FINANCEIRO DESCONTAR TÍTULOS DE CRÉDITO AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES DESCONTAR DUPLICATAS EFETUAR TRANSFERÊNCIAS/PAGAMENTOS/AGENDAMENTOS EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS EFETUAR SAQUE – CONTA CORRENTE EFETUAR SAQUES – POUPANÇA EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO EFETUAR TRANSFERÊNCIAS P/MESMA TITULARIDADE RECEB CITAC. INTIM E NOTIF EM PROCED JUDICIAL CONSULTAR DEPÓSITOS JUDICIAIS VIA INTERNET SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE CONTA JUDICIAL SOLICITAR E BAIXAR RELATÓRIOS DEPÓSITOS JUDICIAIS ASSINAR MANDATO ELETRÔNICO DEPÓSITOS JUDICIAIS CONSULTAR SALDO/EXTRATO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ABRIR, MOVIMENTAR E ENCERRAR CONTAS BANCÁRIAS CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS EFETUAR TRANSFÊRENCIAS DE ARQUIVOS VIA GERENCIADOR FINANCEIRO/REMESSA/RETORNO/CONSULTA/LIBERAÇÃO/CANCELAMENTO DE LOTE/CONFIGURAÇÃO DE DIRETORIOS/VISUALIZAÇÃO DE ARQUIVOS ORDENAR PAGAMENTOS POR OFÍCIO ATUALIZAR CADASTROS CONSULTAR, CADASTRAR E CANCELAR CONTAS FAVORECIDAS DE CRÉDITO CONSULTAR E ALTERAR LIMITES PARA TRANSFERÊNCIAS CONSULTAR TRANSAÇÕES PENDENTES CONSULTAR RECEBIMENTOS CONSULTA E CADASTRAMENTO DE PASEP EFETUAR MOVIMENTAÇÕES POR OBN – CONSULTAR/ENVIAR/LIBERAR E CANCELAR EMPRÉSTIMOS/CONSULTA PENDENTES DE LIBERAÇÃO/LIQUIDADOS/INDEFIRIDOS/EM SER EMPRÉSTIMOS/CONFIRMAÇÃO DE MARGEM CONSIGNÁVEL/INDEFERIMENTO DE MARGEM CONSIGNÁVEL/ CONSULTA DE MARGEM CONSIGNÁVEL

Confresa-MT, em 08 de maio de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 235/2018 DE 21 DE MAIO DE 2018.

Portaria 235/2018 de 21 de Maio de 2018.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Oficio 013/CPPA/2018 e Relatório Final de Conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria 099/2018 de 25/01/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal DIVINALVA ALVES DA SILVA, matricula 000581, efetiva no cargo de PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO/MAGISTÉRIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de Maio de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 232/2018 DE 21 DE MAIO DE 2018.

Portaria 232/2018 de 21 de Maio de 2018.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Oficio 008/CPPA/2018 e Relatório Final de Conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria 097/2018 de 25/01/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor público municipal ROMAILTON DIAS VASCONCELOS, matricula 000167, efetivo no cargo de AGENTE DE SAÚDE-ACS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/UBS NOVO PLANALTO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de Maio de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
JULGAMENTO DE RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR.

JULGAMENTO DE RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR.

Edital: Processo Seletivo Público - 001/2018

Inscrição: 929093

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 69)

Tipo do recurso: Recurso contra a classificação preliminar

Data de solicitação: 19/05/2018 - 09:03

Descrição dos Fatos: Teve pessoas que fez menos ponto e foi classificado para a prova prática e eu fiz mais pontos e não fui classificada para a prova.

Fundamentação: Quero fazer minha prova, pois fiz muitos pontos

Pedidos: Teve pessoas que fez menos ponto e foi classificado para a prova prática e eu fiz mais pontos e não fui classificada para a prova. Quero que vocês dão uma olhada no que esta acontecendo desde já agradeço pela compreensão.

Status do recurso: INDEFERIDO

Descrição da resposta - A recorrente foi desclassificada em razão de ter zerado na prova de conhecimentos de informática, conforme letra g do item 5.3.1 do edital, vejamos: - g - Tirar nota inferior a 30% nas provas de conhecimentos específicos e ou zerar em alguma das provas.

Confresa – Mt, 22 de maio de 2018

Cleyton Geonavi Kremer de Cesaro

Presidente da Comissão Organizadora Processo Seletivo Público nº 001/2018

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
VIGÉSIMO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO CPL Nº 59/2012

VIGÉSIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CPL Nº 59/2012 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CONFRESA E A EMPRESA LIRA & COSTA LTDA NA FORMA ABAIXO.

O Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av Centro Oeste, n. º286 Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º34.464. 716/0001-50, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves nº 50, Setor Pavilhão nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **LIRA & COSTA LTDA**, com sede na Rua Sete, nº 1 – Centro, na cidade de Santa Cruz do Xingu, inscrita no CNPJ sob n0 10.642.203/0001-35, e Inscrição Estadual sob n.º 13368115-7, representada neste ato Pelo Sócio **GEZI PEREIRA DE LIRA**, brasileiro, comerciante, portador do RG n.º1279657 SSP/GO e do CPF n.º 330.673.411-04, residente na cidade de Santa Cruz do Xingu MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente ADITIVO nos termos do Edital de Tomada de Preços nº 001/2012, Processo Licitatório n° 063/2012 mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o prazo de **Vigência** do Contrato Original já qualificado acima por mais 60 dias que passa a vigorar de **18 de maio de 2018** a **18 de julho de 2018**, contrato referente a **obra de execução de serviços de revitalização de praças**, realizado segundo os termos do processo licitatório nº 63/2012 na modalidade de Tomada de Preço nº 01/2012, a obrigação de promover a renovação do contrato em epígrafe, em razão de interesse entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do contrato ora aditado, e o presente termo passa a ser parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam em só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial dos Municípios, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (Três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Confresa – MT, 18 de maio de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

CONTRATANTE

_____

LIRA & COSTA LTDA

CONTRATADA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
VIGÉSIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL Nº 59/2012

VIGÉSIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CPL Nº 59/2012 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE CONFRESA E A EMPRESA LIRA & COSTA LTDA NA FORMA ABAIXO.

O Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av Centro Oeste, n. º286 Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º34.464. 716/0001-50, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves nº 50, Setor Pavilhão nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **LIRA & COSTA LTDA**, com sede na Rua Sete, nº 1 – Centro, na cidade de Santa Cruz do Xingu, inscrita no CNPJ sob n0 10.642.203/ 0001-35, e Inscrição Estadual sob n.º 13368115-7, representada neste ato Pelo Sócio **GEZI PEREIRA DE LIRA**, brasileiro, comerciante, portador do RG n.º1279657 SSP/GO e do CPF n.º 330.673.411-04, residente na cidade de Santa Cruz do Xingu MT, **processo licitatório nº 63/2012** doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente ADITIVO nos termos do Edital de Tomada de Preços nº 001/2012, Processo Licitatório n° 063/2012 mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o prazo de **Execução** da Obra, referente ao contrato 059/2012 já qualificado acima por mais 180 dias que passa a vigorar de **18 de maio de 2018** a **18 de julho de 2018**, contrato referente a **obra de execução de serviços de revitalização de praças**, realizado segundo os termos do processo licitatório nº 63/2012 na modalidade de Tomada de Preço nº 01/2012, a obrigação de promover a renovação do contrato em epígrafe, em razão de interesse entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do contrato ora aditado, e o presente termo passa a ser parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam em só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial dos Municípios, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (Três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Confresa – MT, 18 de maio de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

CONTRATANTE

_____

LIRA & COSTA LTDA

CONTRATADA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 001/2018 11 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 001/2018 11 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DAA CLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS PRATICAS.

O presidente da comissão organizadora do processo seletivo público edital 001/2018 11, Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, divulga a relação dos candidatos classificados para a realização das provas práticas, a referida lista será fixada no mural da prefeitura municipal, na pagina www.amm.org.br e no site www.prefeituradeconfresa.com.br e assepublica.listadeeditais.com.

Os candidatos ficam convocados para realizar as provas práticas no dia 27/05/2018 às 08hs00 nas dependências da Escola Municipal Central – Canelinha. Os portões serão fechados impreterivelmente às 08hs00.

Confresa – Mt, 22 de maio de 2018

Cleyton Geonavi Kremer de Cesaro

Presidente da Comissão Organizadora Processo Seletivo Público nº 001/2018

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 01)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	947405	27/11/1980	Thanila Andrade Silveira	6,00	6,00	33,00	45,00
2	944082	21/11/1984	Esther Alves Luz	5,00	6,00	24,00	35,00
3	946826	16/06/1971	Vanderleia Ferreira Da Silva	4,00	2,00	24,00	30,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 05)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	943835	19/08/1999	Paloma Lacerda Araujo	7,00	4,00	45,00	56,00
2	949404	10/04/1997	Laysla Melka Da Silva Arruda	4,00	4,00	36,00	44,00
3	948528	11/03/1979	Lucimar Ferreira Da Costa	3,00	8,00	33,00	44,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 09)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	948948	30/08/1992	Naiane Lima Silva Costa	4,00	6,00	21,00	31,00
2	947715	28/05/1981	Aparecida Brito Santana	4,00	4,00	21,00	29,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 20)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	949671	09/06/1980	Maria Do Amparo Barbosa Cabral Martins	2,00	6,00	21,00	29,00
2	945629	23/05/1974	Junia Marta Dos Santos Freitas	4,00	2,00	21,00	27,00
3	948145	03/08/1987	Ana Claudia Awokopytyga Tapirape	3,00	2,00	18,00	23,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 24)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	941167	07/09/1973	Pedro Dias Putencio	2,00	6,00	27,00	35,00
2	949812	02/02/1985	Agenildo Ferreira De Souza	4,00	2,00	27,00	33,00
3	949882	10/02/1991	Mareapawygi Tapirape	1,00	2,00	27,00	30,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 29)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	941922	15/12/1990	Claudia Tavares Pereira	2,00	8,00	42,00	52,00
2	948061	29/08/1994	Flavia Neves Duarte Dornela	6,00	2,00	36,00	44,00
3	947250	18/04/1981	Raimunda Neves De Araujo	6,00	2,00	33,00	41,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 30)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 39)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	940773	06/04/1985	Luana Celia Rodrigues Da Silva Machado	6,00	8,00	45,00	59,00
2	949601	24/06/1999	Joana Maria Lopes Bezerra	5,00	6,00	33,00	44,00
3	947022	07/05/1982	Vanuzia Candido De Freitas	3,00	8,00	21,00	32,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 60)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica

1	948614	17/05/1994	Edilson Sousa Goncalves	3,00	8,00	33,00	44,00
2	948353	07/12/1992	Leidiane Rosa Dias	4,00	2,00	36,00	42,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 62)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	940011	19/06/1991	Laiane De Carvalho	4,00	2,00	24,00	30,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 63)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	934314	08/03/1997	Adrielly Vieira De Souza	5,00	2,00	39,00	46,00
2	946627	08/10/1984	Delma Muniz Da Silva	5,00	2,00	36,00	43,00
3	948560	25/06/1986	Flavinho De Jesus Ferreira	5,00	4,00	33,00	42,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 66)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	949551	20/08/1998	Lucas Moura Parlandim	4,00	4,00	39,00	47,00
2	929970	28/10/1996	Jaqueline De Oliveira Rezende	1,00	6,00	39,00	46,00
3	938437	14/09/1985	Maria Gorete Silva Moreira	4,00	6,00	21,00	31,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 69)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	941303	25/07/1990	Patricia Dias Ribeiro	5,00	6,00	30,00	41,00
2	948540	04/05/1994	Alef Francisco De Sousa Brito	3,00	4,00	30,00	37,00
3	936670	31/03/1999	Nara Cristina Santos Azevedo	5,00	6,00	21,00	32,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 73)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	949416	25/03/1980	Raimunda Da Silva Nascimento	3,00	6,00	33,00	42,00
2	946521	13/09/1986	Jaqueline Silva	6,00	6,00	27,00	39,00
3	948120	04/02/1995	Franciele Da Silva Costa	5,00	8,00	21,00	34,00

Agente Comunitário de Saúde - ACS (Microarea 74)

Nível Médio Completo - Agente Comunitário de Saúde

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	949523	26/12/1999	Daniel De Souza	3,00	4,00	30,00	37,00
2	948561	22/03/1988	Gessica Souto Guimaraes	4,00	4,00	24,00	32,00
3	940997	18/12/1974	Lair Rodrigues De Brito Fernandes	4,00	2,00	21,00	27,00

Agente de Combate a Endemias - ACE

Nível Médio Completo - Agente de Combate a Endemias

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica
1	946802	03/04/1997	Larissa Lauani Martins Dos Santos	5,00	8,00	54,00	67,00
2	934252	01/02/1974	Luzineide Tranqueira	4,00	4,00	57,00	65,00
3	930493	07/05/1995	Abrão Vieira Da Costa	5,00	6,00	51,00	62,00
4	947607	16/09/1997	Jose Francinaldo Dos Santos	6,00	4,00	48,00	58,00
5	933898	30/08/1989	Tiago Machado Nascimento	6,00	10,00	42,00	58,00
6	947654	08/07/1998	Jessica Martins Da Silva	4,00	6,00	45,00	55,00
7	949353	02/10/1975	Lusirene Antonio Messias Miranda	5,00	4,00	45,00	54,00
8	947141	06/10/1988	Fernanda Vieira Silva	5,00	4,00	45,00	54,00
9	948986	07/06/1981	Vilma Pereira Sa Da Silva	7,00	8,00	39,00	54,00
10	946946	07/10/1983	Valdisson Soares Macedo	3,00	4,00	45,00	52,00
11	938685	23/08/1998	Darida Larine Ferreira Silva	3,00	6,00	42,00	51,00
12	946629	02/01/1994	Isadora Do Nascimento Rosa	6,00	2,00	42,00	50,00
13	940806	26/03/1996	Lasara Luana G. R. Dos S. A. Silva	6,00	2,00	42,00	50,00
14	935800	15/09/1975	Delzuita Mendes Tavares Gomes	4,00	6,00	39,00	49,00
15	949926	11/12/1994	Ana Flavia Gama Marinho Matos	4,00	2,00	42,00	48,00
16	931884	18/12/1985	Cristiana Bezerra Da Silva	3,00	2,00	42,00	47,00
17	947752	01/02/1994	Charles Alves De Oliveira	5,00	6,00	36,00	47,00
18	935851	20/03/1982	Ilda Pereira De Sousa Neta	5,00	2,00	39,00	46,00
19	947894	19/03/2000	Jakeline Rodrigues Abreu	5,00	2,00	39,00	46,00
20	947134	12/01/1986	Rozelli Pereira Da Silva Barbosa	8,00	2,00	36,00	46,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
DECRETO N.º 022/2018

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 5.º da Lei n.º 529 de 12/03/2018.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica suplementada na importância de **R$ 116.275,00 (CENTO E DEZESSEIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)**, as seguintes dotações orçamentárias:

252	05.003.27.813.0022.3390.31.2.038 – Prom. ou apoiar a realiz. de competições esportivas	R$:	500,00
260	05.004.27.695.0044.3390.32.2.039 - Promover ou apoiar a realiz. de eventos turísticos	R$:	1. 600,00
262	05.004.27.695.0044.3390.39.2.039 - Promover ou apoiar a realiz. de eventos turísticos	R$:	29. 520,00
264	06.001.10.122.0024.3190.11.2.040 - Manutenção e encargos com a secretaria de saúde	R$:	10. 000,00
363	06.001.10.302.0025.3190.11.2.049 - Manut. do laborat. municipal de análises clínicas	R$:	8. 000,00
453	07.002.08.244.0029.3190.11.2.061 - Manut. dos serv. de conv. e fort.. de vínculos-SCFV	R$:	7. 000,00
455	07.002.08.244.0029.3191.13.2.061 - Manut. dos serv. de conv. e fort.. de vínculos-SCFV	R$:	3. 000,00
506	08.002.20.606.0036.3390.30.2.067 – Programa de apoio aos produtores rurais	R$:	2. 150,00
559	09.001.15.452.0038.4490.52.1.024 – Reequip. da Coordenadoria de Serviços Públicos	R$:	1. 200,00
	Total da Fonte – 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários	**R$:**	**62. 970,00**
102	04.002.12.361.0012.3190.13.2.015 – Manutenção e Encargos da Coord. Pedagógica	R$:	5. 000,00
129	04.003.12.361.0012.4490.52.1.006 – Reequipamento das Unidades Escolares	R$:	300,00
	Total da Fonte – 0.1.01.000000 - Receitas de Imp. e Transf. De Imp. - Educação	**R$:**	**5. 300,00**
315	06.001.10.301.0023.3190.11.2.044 – Manut. e encargos das ações de saúde bucal	R$:	5. 000,00
322	06.001.10.301.0023.3390.39.2.044 – Manut. e encargos das ações de saúde bucal	R$:	1. 705,00
376	06.001.10.303.0028.3190.11.2.051 – Manut. da Farmácia Mun. de Distribuição Gratuíta	R$:	10. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.02.000000 - Receitas de Imp. e Transf. De Imp. - Saúde	**R$:**	**16. 705,00**
108	04.002.12.361.0012.3390.30.2.015 - Manutenção e Encargos da Coord. Pedagógica	R$:	2. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.15.000000 - Transferências de Recursos do FNDE	**R$:**	**2. 000,00**
468	07.002.08.244.0033.4490.52.2.063 – Aplicação de Recursos IGD	R$:	130,00
	Total da Fonte – 0.1.29.000000 - Transferências de Recursos do FNAS	**R$:**	**130,00**
171	04.006.12.361.0012.3390.30.2.032 – Manutenção e Encargos do Transporte Escolar	R$:	29. 170,00
	Total da Fonte – 0.1.30.000000 - Recursos do FETHAB	**R$:**	**29. 170,00**
	Total das Suplementações.....	**R$:**	**116. 275,00**

Art. 2.º - As despesas de execução do presente decreto correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

042	02.003.03.092.0002.3190.11.2.005 – Manutenção e Encargos com a Procuradoria Geral	R$:	32. 970,00
400	07.001.08.122.0029.4490.52.1.017 – Reequipamento da Secretaria de Ação Social	R$:	30. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários	**R$:**	**62. 970,00**
159	04.005.12.365.0018.3390.32.2.030 – Manutenção da Educação Infantil – Pré- Escolar	R$:	5. 300,00
	Total da Fonte – 0.1.01.000000 - Receitas de Imp. e Transf. De Imp. - Educação	**R$:**	**5. 300,00**
283	06.001.10.301.0023.3390.32.2.042 – PSF – Programa Saúde da Família	R$:	16. 705,00
	Total da Fonte – 0.1.02.000000 - Receitas de Imp. e Transf. De Imp. - Saúde	**R$:**	**16. 705,00**
184	04.006.12.361.0012.3390.39.2.033 – Manutenção do PNATE – Prog. Nac. Transp.Escolar	R$:	2. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.15.000000 - Transferências de Recursos do FNDE	**R$:**	**2. 000,00**
474	07.003.08.244.0034.4490.52.2.064 – Coordenação do FUPIS	R$:	130,00
	Total da Fonte – 0.1.29.000000 - Transferências de Recursos do FNAS	**R$:**	**130,00**
600	09.002.26.782.0041.3390.39.2.077 – Manutenção do FETHAB - Transportes	R$:	29. 170,00
	Total da Fonte – 0.1.29.000000 - Transferências de Recursos do FNAS		**29. 170,00**
	Total das Suplementações.....	**R$:**	**116. 275,00**

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Abril de 2018.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita

CONTRATO
DECRETO N.º 005/2018

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 5.º da Lei n.º 526 de 07/11/2017.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica suplementada na importância de **R$ 178.250,00 (CENTO E SETENTA E OITO MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)**, as seguintes dotações orçamentárias:

094	04.001.12.122.0012.3390.30.2.012 – Manutenção e encargos da secretaria de educação	R$:	3. 200,00
232	05.001.13.392.0019.3390.36.2.034 – Manutenção e encargos com a secretaria de cultura	R$:	4. 000,00
256	05.003.27.813.0022.3390.39.2.038 – Prom. ou apoiar a realiz. de competições esportivas	R$:	26. 000,00
260	05.004.27.695.0044.3390.32.2.039 - Promover ou apoiar a realiz. de eventos turísticos	R$:	5. 000,00
262	05.004.27.695.0044.3390.39.2.039 - Promover ou apoiar a realiz. de eventos turísticos	R$:	3. 100,00
264	06.001.10.122.0024.3190.11.2.040 - Manutenção e encargos com a secretaria de saúde	R$:	5. 000,00
304	06.001.10.301.0023.3191.13.2.041 – Manut. e enc. com PAB - Progr. de atenção básica	R$:	1. 000,00
363	06.001.10.302.0025.3190.11.2.049 – Manut. do laborat. municipal de análises clínicas	R$:	5. 000,00
453	07.002.08.244.0029.3190.11.2.061 - Manut. dos serv. de conv. e fort.. de vínculos-SCFV	R$:	11. 000,00
455	07.002.08.244.0029.3191.13.2.061 - Manut. dos serv. de conv. e fort.. de vínculos-SCFV	R$:	5. 000,00
511	08.002.20.606.0036.3390.39.2.067 – Programa de apoio aos produtores rurais	R$:	3. 000,00
544	09.001.15.451.0039.4490.51.1.025 – Execução de pavimentação asfáltica	R$:	24. 080,00
550	09.001.15.451.0039.4490.51.1.027 – Const. ou reforma de praças, parques e passeios	R$:	7. 470,00
	Total da Fonte – 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários	**R$:**	**102. 850,00**
132	04.003.12.361.0012.4490.51.1.007 – Const, ampl. ou reforma de unidades escolares	R$:	21. 200,00
172	04.006.12.361.0012.3390.39.2.032 – Manutenção e encargos do transporte escolar	R$:	10. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.01.000000 - Receitas de Imp. e Transf. De Imp. - Educação	**R$:**	**31. 200,00**
315	06.001.10.301.0023.3190.11.2.044 – Manut. e encargos das ações de saúde bucal	R$:	3. 000,00
356	06.001.10.302.0025.3390.39.2.048 – Manut. das ações de média e alta complexidade	R$:	30. 000,00
364	06.001.10.302.0025.3190.13.2.049 - Manut. do laborat. municipal de análises clínicas	R$:	1. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.02.000000 - Receitas de Imp. e Transf. De Imp. - Saúde	**R$:**	**34. 000,00**
455	07.002.08.244.0029.3191.13.2.061 - Manut. dos serv. de conv. e fort.. de vínculos-SCFV	R$:	5. 000,00
460	07.002.08.244.0029.3390.30.2.061 - Manut. dos serv. de conv. e fort.. de vínculos-SCFV	R$:	5. 200,00
	Total da Fonte – 0.1.29.000000 - Transferências de Recursos do FNAS		**10. 200,00**

	Total das Suplementações.....	**R$:**	**178. 250,00**

Art. 2.º - As despesas de execução do presente decreto correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

090	04.001.12.122.0012.3190.11.2.012 - Manutenção e encargos da secretaria de educação	R$:	3. 200,00
227	05.001.13.392.0019.3390.14.2.034 - Manutenção e encargos com a secretaria de cultura	R$:	9. 000,00
244	05.003.27.813.0021.3390.30.1.012 – Construir, ampliar ou reformar unidades esportivas	R$:	4. 999,00
245	05.003.27.813.0021.3390.39.1.012 - Construir, ampliar ou reformar unidades esportivas	R$:	4. 999,00
247	05.003.27.813.0021.3390.30.2.037 – Manutenção das Atividades Esportivas	R$:	8. 005,00
248	05.003.27.813.0021.3390.6 0.2.037 - Manutenção das Atividades Esportivas	R$:	999,00
251	05.003.27.813.0022.3390.30.2.038 - Prom. ou apoiar a realiz. de competições esportivas	R$:	601,00
254	05.003.27.813.0022.3390.33.2.038 - Prom. ou apoiar a realiz. de competições esportivas	R$:	4. 999,00
255	05.003.27.813.0022.3390.36.2.038 - Prom. ou apoiar a realiz. de competições esportivas	R$:	1. 999,00
258	05.004.27.695.0044.3390.30.2.039 - Promover ou apoiar a realiz. de eventos turísticos	R$:	2. 000,00
263	05.004.27.695.0044.3390.47.2.039 - Promover ou apoiar a realiz. de eventos turísticos	R$:	499,00
274	06.001.10.122.0024.3190.96.2.040 - Manutenção e encargos com a secretaria de saúde	R$:	11. 000,00
434	07.002.08.244.0029.3190.11.2.056 – Manut. do fundo municipal de assistência Social	R$:	16. 000,00
514	08.002.20.606.0036.3390.32.2.068 – Desenvolvimento da agricultura indígena	R$:	3. 000,00
574	09.001.15.482.0039.4490.51.1.029 – Construção de casas populares	R$:	31. 550,00
	Total da Fonte – 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários	**R$:**	**102. 850,00**

129	04.003.12.361.0012.4490.52.1.006 - Reequipamento das unidades escolares	R$:	21. 200,00
174	04.006.12.361.0012.3190.11.2.032 - Manutenção e encargos do transporte escolar	R$:	10. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.01.000000 - Receitas de Imp. e Transf. De Imp. - Educação	**R$:**	**31. 200,00**
322	06.001.10.301.0023.3390.39.2.044 - Manut. e encargos das ações de saúde bucal	R$:	3. 000,00
346	06.001.10.302.0025.3390.39.2.048 - Manut. das ações de média e alta complexidade	R$:	30. 000,00
371	06.001.10.302.0025.3390.39.2.049 - Manut. do laborat. municipal de análises clínicas	R$:	1. 000,00
	Total da Fonte – 0.1.02.000000 - Receitas de Imp. e Transf. De Imp. - Saúde	**R$:**	**34. 000,00**
453	07.002.08.244.0029.3190.11.2.061 - Manut. dos serv. de conv. e fort.. de vínculos-SCFV	R$:	10. 200,00
	Total da Fonte – 0.1.29.000000 - Transferências de Recursos do FNAS		**10. 200,00**
	Total das Suplementações.....	**R$:**	**178. 250,00**

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de Janeiro de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
DECRETO N.º 023/2018

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Maria Lúcia Oliveira Porto, Prefeita Municipal de Conquista D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 1.º da Lei n.º 528, de 12/03/2018.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica suplementada a importância de **R$ 155.898,67 (CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)**, nas seguintes dotações orçamentárias:

310	06.001.10.301.0023.4490.52.1.014 – Reequipamento das Unidades Básicas de Saúde	R$:	5. 320,00
373	06.001.10.302.0025.4490.52.2.049 – Manut. do Laboratório Mun. de Análises Clínicas	R$:	310,00
382	06.001.10.303.0028.4490.52.2.051 – Manut. da Farmácia Mun. de Distribuição Gratuita	R$:	770,00
Fonte 3.14.000000 – Transferências de Recursos do SUS		**R$:**	**6. 400,00**

573	09.001.15.452.0038.3390.93.2.072 – Manut. e Encargos com a Coord. de Serv. Públicos	R$:	149. 498,68
Fonte 3.24.000000 – Transferências de Convênios - Outros		**R$:**	**149. 498,67**

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES	**R$:**	**155.898,67**

Art. 2.º - A cobertura para suplementação das respectivas dotações e fontes de recurso correrão à conta do SUPERÁVIT FINANCEIRO, verificado no exercício anterior conforme discriminação abaixo:

140	Banco do Brasil – C/C 34.912-7 – Calçamento de Ruas 0.3.24.000000 – Transferências de Convênios - Outros	R$:	149. 498,67
193	Banco do Brasil – C/C 42.337-8 – Investimentos Saúde 0.3.14.000000 – Transferências de Recursos do SUS	R$:	6.400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrario

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Abril 2018.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 082/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 055/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 082/2018

b) Licitação Nrº: 055/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 22/05/2018

e) Objeto da Licitação**: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE 6 UNIDADES DEMOSTRATIVAS DE RECUPERAÇÃO E MANEJO DE PASTAGENS, A SEREM CUSTEADOS PELO PROJETO SEMEANDO NOVOS RUMOS EM COTRIGUAÇU"** f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

011415 – JISLAINE FARIAS DOS ANJOS BONINI-ME (09 ITENS)

Totalizando (09) itens no valor global de R$ 19.585,62 (DEZENOVE MIL E QUINHENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DO PREGÃO 055/2018 PROCESSO 082/2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 055/2018 obteve os seguintes resultados: A empresa **JISLAINE FARIAS DOS ANJOS BONINI - ME** CNPJ 14.314.499/0001-16 foi vencedora dos itens **1,2,3,4,5,6,7,8,9 com valor global de R$ 19.585,62 (DEZENOVE MIL E QUINHENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS).** O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 22 de maio de 2018

AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 067/2018 PROCESSO 102/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 067/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DE MERENDA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL SETE DE SETEMBRO NO DESTRITO DE OURO VERDE DOS PIONEIROS (AGROVILA)"** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10. 520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 13 **(TREZE) de JUNHO de 2018, às 08h00 (oito horas)** , na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência http://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Licitacao/). Cotriguaçu-MT, 22 de Maio de 2018. **Edilson Vargas Charneski Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

SEC. GOVERNO
LEI Nº 1.038/2018

"Fixa Revisão Geral Anual para o Piso Municipal de Salários dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, de que trata o Inciso X do Art. 37 da Constituição Federal".

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fixa a revisão geral anual e a recomposição para o piso municipal de salários dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta de Cotriguaçu.

Art. 2º Concede a revisão geral anual, com recomposição, de que trata o inciso X, parte final, do art. 37 da Constituição Federal, a contar do dia 1º de maio de 2018, realizando aplicação do índice de 6,03% (seis inteiros vírgula três centésimos por cento) sobre piso básico, a título de reajuste remuneratório, sobre o qual se calcula os vencimentos dos servidores públicos municipais, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, extensivo aos proventos dos aposentados e às pensões, em atendimento ao art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

§ 1º - O referido aumento será dividido em quatro parcelas:

I - A primeira parcela será paga no mês de maio no percentual de 1,53 % (um inteiro vírgula cinquenta e três por cento).

II - A segunda parcela será paga no mês de junho no percentual de 1,50 % (um inteiro vírgula cinquenta por cento).

III- A terceira parcela será paga no mês de julho no percentual de 1,50% (um inteiro vírgula cinquenta por cento).

IV- A quarta parcela será paga no mês de agosto no percentual de 1,50% (um inteiro vírgula cinquenta por cento).

§ 2º - O reajuste do Poder Legislativo, previsto no Art. 1º, será concedido em parcela única.

Art. 3º Os servidores do Magistério Público Municipal farão jus revisão, a contar do dia 1º de maio de 2018, realizando aplicação do índice de 8,45% (oito inteiros vírgula quarenta e cinco por cento) sobre piso básico, a título de reajuste remuneratório, sobre o qual se calcula os vencimentos dos servidores públicos municipais, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, extensivo aos proventos dos aposentados e às pensões, em atendimento ao art. 40, § 8º, da Constituição Federal e de acordo com o que determina a Lei nº 11.738/2008.

Parágrafo Único - O referido aumento será dividido em quatro parcelas:

I - A primeira parcela será paga no mês de maio no percentual de 2,15 % (dois inteiros e quinze por cento).

II - A segunda parcela será paga no mês de junho no percentual de 2,10% (dois inteiros e dez por cento).

III- A terceira parcela será paga no mês de julho no percentual de 2,10 % (dois inteiros e dez por cento).

IV- A quarta parcela será paga no mês de agosto no percentual de 2,10% (dois inteiros e dez por cento).

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a contar de 1º de maio de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, aos 22 dias do mês de maio do ano de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO CONCURSO PARCERIA OSCIP - 01-2018 PROCESSO 084/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a **RETIFICAÇÃO DE DATA** de abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCURSO nº 001/2018 forma de julgamento**: MELHOR PROPOSTA TÉCNICA E PREÇO,** com a finalidade de selecionar propostas para: **TERMO DE PARCERIA** PARA **"CONCURSO DE PROJETOS VISANDO A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU - MT E A ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **25 (vinte e cinco) de Junho de 2018, às 14:00 (Quatorze horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 09 de Maio de 2018. **EDILSON VARGAS CHARNESKI Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 066/2018
PROCESSO 101/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 066/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DE MERENDA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL ALDOVANDRO ROCHA SILVA (NOVA ESPERANÇA)"**cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 12 **(DOZE) de JUNHO de 2018, às 08h00 (oito horas)** , na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência http://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Licitacao/). Cotriguaçu-MT, 22 de Maio de 2018. **Edilson Vargas Charneski Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

AVISO DE LICITAÇÃO OUTRAS MODALIDADES - Nº 006/2018
PROCESSO 103/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE OUTRAS MODALIDADES nº 006/2018 forma de julgamento**: QUALIFICAÇÃO,** com a finalidade de selecionar os credenciamentos para: CONTRATAÇÃO DE TECNICO EM RADIOLOGIA, VISANDO CREDENCIÁ-LO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNICO EM RADIOLOGIA NO HOSPITAL MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT.cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, Lei n.º 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015, e demais legislações aplicáveis. O recebimento de credenciamento será a partir do dia 23 **(vinte e três) de maio de 2018 e final de recebimento dos credenciamentos será dia 01 (primeiro) de junho 2018 as 11:00 AM (onze)**, na Sala de Reuniões da Licitação na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu. Poderão participar do presente credenciamento, todo e qualquer Profissional (**TÉCNICO EM RADIOLOGIA**) do ramo pertinente que satisfaça as condições do Edital, vedada à participação de consórcios ou grupos de firmas. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via email- licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 22 de maio de 2018. **Valéria de Almeida – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL 006-2018 ATA 014/2018

Segundo Termo Aditivo de Valor, na ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2018 parte integrante do Processo Nº 011/2018 – Pregão Presencial Nº. 006/2018, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e a empresa a COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS KRUPINSKI LTDA. Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Primeira'' (Do VALOR), referente a Ata de Registro de Preços nº 014/2018, objetivando a "FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL COMO DIESEL COMUM, DIESEL S-10, GASOLINA ADITIVADA, ALCOOL, DIESEL POR CARGA CENTRO, DIESEL CARGA NOVA UNIÃO E DISSOLUTIVO ARLA 32 DE ACORDO COM AS NORMAS A ANP, PARA MANUTENÇÃO DE TODA FROTA MUNICIPAL, CENTRO E DEMAIS DISTRITOS."

CLÁUSULA Primeira – DO ADITIVO –DO VALOR* - As partes contratantes mediante comprovação atestada por nota fiscal e o devido parecer jurídico resolve aditar o valor de 3,60 para 3,99 a contar da data de assinatura do presente termo aditivo *com vigência a partir de 23/05/2018 a 02/03/2019.

Cotriguaçu 22 de Maio de 2018.

AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA - Nº 005/2018
PROCESSO 097/2018

1.1. A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA nº 005/2018 forma de julgamento: QUALIFICAÇÃO, com a finalidade de selecionar os credenciamentos para: '' CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FISICAS INTERRESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E ASSISTENTE DE ARBRITAGEM, PARA ATENDER A DEMANDA DOS CAMPEONATOS INTERNOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE CIDADES NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU/MT" , cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93,Lei n.º 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015, e demais legislações aplicáveis. O recebimento de propostas será à partir do dia 28 (**vinte e oito) de março de 2018 horário: 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00** na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal. Poderão se credenciar pessoa física, que atenda os requisitos previstos no presente edital, maior de 18 (dezoito) anos, que possua em seu nome ao menos um Certificado, Declaração ou Atestado de conclusão de curso/treinamento para arbitragem e/ou apontador referente a(s) modalidade(s) a(s) qual(is) for se credenciar, emitido ou reconhecido por sindicato ou federação desportiva. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via email- licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 22 de março de 2018. VALÉRIA DE ALMEIDA – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

GABINETE
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: O MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Bernardo, N° 523, Centro, Curvelândia-MT, inscrito no CNPJ 04.217.647/0001-20, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Finanças, **Wellington de Carvalho Silva**.

NOTIFICADA: RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ sob nº. 06.696.359/0001-21, com endereço na Rua Galileu, Nº 220, Quadra 26, Lote 01/18, CEP: 74.325-060, Jardim Europa, Goiania-Go, empresa representada **RODRIGO CARNEIRO SANTOS,** portador do RG: 3545526 SSP/GO e inscrito no CPF 788.551.601-68.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 017/2017 - Ata de Registro de Preços N° 020/2017.

OBJETO DA NOTIFICAÇÃO: sobre não entrega de produtos dentro do prazo estabelecido.

Senhor Representante:

Conforme Vossa Senhoria bem é conhecedor, os medicamentos abaixo, não foram entregues nos prazos estabelecidos no Edital de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 017/2017 e Ata de Registro de Preços 020/2017. Quanto à entrega de alguns itens (medicamentos) do **empenho 480** de 07/02/2018 e **1461** de 04/04/2018:

PEDIDO Nº 00308/18, EMPENHO Nº 480

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD	VL UNIT	VL TOTAL
1	CARBAMAZEPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORALFORMA DE APRESENTACAO FRASCOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	300	5,89	1.767,00
2	DIAZEPAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	3.000	0,043	129,00
3	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 3 MG/ML + 5 MG/ML + 100 MG/ML + 100 MG/ML RESPECTIVAMENTEFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	200	1,52	304,00
4	DIMETICONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG/MLFORMA FARMACEUTICA EMULSAO ORALFORMA DE APRESENTACAO FRASCOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	200	1,562	312,40
5	FENOBARBITAL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	3.000	0,084	252,00
6	FENOBARBITAL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORALFORMA DE APRESENTACAO FRASCOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	100	2,80	280,00
7	MEBENDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORALFORMA DE APRESENTACAO FRASCOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	100	1,10	110,00
			VALOR TOTAL	R$ 3.154,40

PEDIDO Nº 00958/18, EMPENHO Nº 1461

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD	VL UNIT	VL TOTAL
1	CARBAMAZEPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORALFORMA DE APRESENTACAO FRASCOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	50	5,89	294,50
2	DIAZEPAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	6.000	0,043	258,00
3	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 3 MG/ML + 5 MG/ML + 100 MG/ML + 100 MG/ML RESPECTIVAMENTEFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	200	1,52	304,00
4	DIMETICONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG/MLFORMA FARMACEUTICA EMULSAO ORALFORMA DE APRESENTACAO FRASCOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	200	1,562	312,40
5	IBUPROFENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORAL (SEM CORANTE)FORMA DE APRESENTACAO FRASCOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	200	2,40	480,00
6	ITRACONAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MGFORMA FARMACEUTICA CAPSULAVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	500	0,923	461,50
7	SALBUTAMOL, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 2 MG/5 ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO, VIA ORAL	50	1,17	58,50
			VALOR TOTAL	R$ 7.198,60

Que após vários telefonemas do Departamento de Compras a essa Empresa Notificada solicitando informações acerca dos Pedidos nº 00308/18, Empenho nº 480 e nº 00958/18, Empenho nº 1461, referentes aos materiais acima discriminados, entretanto até a presente o Município Notificante não obteve respostas.

Insta mencionar que o Pedido de Compra de nº 00308/18, foi feito pelo Município em 07/02/2018 e o nº 00958/18 em 04/04/2018.

Neste sentido, a Ata de Registro de Preços 020/2017, nas cláusulas abaixo estabelecem:

4. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA, DA QUALIDADE E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS.

4.1.A CONTRATADA se obriga a entregar os produtos objeto da contratação em perfeitas condições de uso, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da nota de empenho da despesa e autorização de fornecimento, na quantidade solicitada, feita por Servidor Responsável, designado pela Prefeitura Municipal de Curvelândia.

É importante elucidar, que em nenhum momento a Empresa Contrata e detentora da Ata de Registro informou a esse Município qualquer anormalidade que a impedisse no cumprimento das obrigações deste contrato. Portanto, entendemos que tais itens devem ser entregues.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

6.6. Comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, **que deverá ser solucionado em igual período 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado;**

Dessa forma, por haver descumprimento injustificado das obrigações assumidas pela Empresa Contrata e ora Notificada, o Município Contratante, poderá aplicar as penalidade a seguir discriminadas:

13.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta Ata de Registro de Preços, ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a seguir discriminadas.

13.3. Por atraso injustificado na entrega dos produtos:

13.3.1. Para atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.3.2. Para atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.3.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.4. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Curvelândia poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.4.1. Advertência,

13.4.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Curvelândia-MT;

13.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município por prazo não superior a 02 (dois) anos;

E ainda, Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, conforme determina a cláusula abaixo:

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

11.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

Nessa medida, atentando- se às cláusulas do contrato em discussão e, de igual modo, aos dispositivos legais aplicáveis ao caso, o Município Contratante vem, pela presente, **notificar Vossa Senhoria** – Representante da Empresa **RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES**, para que sane a irregularidade apontada, providenciando a entrega dos medi-

camentos em apreço, **no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar do recebimento desta notificação.**

Ressaltamos, outrossim, que, caso a Empresa **RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES**, não atenda ao quantum referendado nesta notificação, no prazo acima assinalado, **o Gestor Municipal, atento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública e, bem assim, aplicado o conteúdo normativo das cláusulas contratuais de números: 13.1/ 13.3/ 13.3.1/ 13.3.2 /13.3.3/ 13.3.3/ 13.4.2/ 13.4.3.** E ainda, adotará todas as medidas Administrativamente cabíveis, CASO NECESSÁRIO com fito de proceder ao CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para que não haja maiores prejuízos ao erário e ao interesse público.

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, nesta data, dando cumprimento o princípio da publicidade**,** assegurada a ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA, para que não restem dúvidas quanto à legitimidade e validade deste ato.

O Município contratante aguarda manifestação da empresa notificada, no prazo acima assinalado, sendo o silêncio entendido como confissão dos fatos anotados.

Curvelândia/MT, 22 de maio de 2018.

Wellington de Carvalho Silva

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2018 - PROCESSO Nº 021/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

O Prefeito Municipal de Curvelândia – MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão de Licitação desta Prefeitura, Resolve **HOMOLOGAR** o presente PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2018. DISPENSA DE LICITAÇÃO **Nº** 006/2018. **OBJETO**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO LEVANTAMENTO DO VALOR DA TERRA NUA – V.T.N., PARA A ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA – MT, PARA CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL – ITR.** Empresa contratada: C. V. GALLO DE OLIVEIRA - ME, inscrita no CNPJ Nº 23. 654.126/0001-85, totalizando o valor de R$ 5.200,00 (Cinco Mil e Duzentos Reais). E **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa. Curvelândia - MT, 22 de Maio de 2018. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA -** Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL 827-18

LEI MUNICIPAL Nº. 827/2018.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Especial Suplementar, no valor de **R$ 269.110,28 (duzentos e sessenta e nove mil cento e dez reais e vinte e oito centavos)**, no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2018.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE/MT, em sessão ordinária do dia 16 de MAIO de 2018, aprovou e o senhor JOSÉ ANIBAL ILARIO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo cargo, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a abertura de Crédito Especial no Orçamento Geral do Município, Lei Municipal nº. 813/2017, no valor de **R$ 269.110,28 (duzentos e sessenta e nove mil cento e dez reais e vinte e oito centavos)**, na forma abaixo especificada:

Órgão:	06 -	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos		
Unidade:	001 -	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
Função:	15 -	Urbanismo		
Sub-Função:	451 -	Infraestrutura Urbana		
Programa:	0020 -	Infraestrutura Municipal		
Proj/Atividade:	1.036 -	Pavimentação Asfáltica de Ruas e Avenidas – SUDAM		
4490.51.00.00 -		Obras e Instalações		
Fonte: 124000000		Transferência de Convênios Outros	Valor R$	250. 000,00
Fonte: 100000000		Recursos Ordinários	Valor R$	19.110,28

Art. 2º - O crédito aberto pelo Artigo anterior destina-se a obra de pavimentação, em conformidade com Convênio nº 835052/2016, realizado com a União Federal por intermédio do Ministério da Integração Nacional, SUDAM.

Art. 3º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no Artigo Primeiro a título de Contrato de Repasse, serão utilizados Recursos Provenientes de Excesso de Arrecadação, fonte de recurso com destinação vinculada, em conformidade com a Lei 4.320/64 e Acórdão nº. 3.145/2006 - TCE/MT.

Art. 4º - Fica autorizado a cobertura do crédito suplementar a título de contrapartida a anulação parcial ou total de dotação consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º - Fica o poder executivo autorizado a proceder os ajustes necessários nas peças de planejamento, compreendendo LDO, PPA e Orçamento para o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 18 (dezoito) dias do mês de Maio do ano de 2018.

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 092-18

PORTARIA Nº. 092/2018. denise – mt, 22 de MAIO de 2018.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A DESTITUIÇÃO E *nomeação do servidor municipal como fiscal de contrato*.

O SENHOR **JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA,

RESOLVE:

Art. 1° - Destituir conforme requerimento protocolado pelo mesmo na Secretaria de Administração, como Fiscal de Contratos, o servidor **RENAN AMARO DOS SANTOS, cadastrado no CPF sob o n.º 038.782.051. 55,matrícula nº 1230, E NOMEAR** o Servidor Público Municipal o Senhor **FRANCISVALDO SANDER SALGADO**, portador do RG n.º 0735481-9 – SSP/MT, cadastrado no CPF n.º 535.314.691-34, para as funções segundo as atribuições elencadas nesta portaria, quais sejam:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Deve observar a Norma Interna nº. **SCL Nº 001/2010** do Controle Interno, que disciplina as responsabilidades do fiscal de contrato;

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 2° O Fiscalde Contratos somente fará jus à remuneração pelo exercício dessa função quando for editada Lei em sentido estrito prevendo o montante.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Estado de Mato Grosso, 22 de maio de 2018.

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

WALTER FERREIRA LEAL

Secretário Municipal de Administração

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE DENISE**, torna público que estará realizando licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL DE N.º 011/2018**, objetivando o "**Registro de Preços**", regido pela Lei n.º 10.520/2002, pelo Decreto n.º 7.892/2013 e Decreto Municipal n.º 008/2008, subsidiada pela Lei n.º 8.666/1993. **Objeto: EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO**, de acordo com as especificações constantes no **Anexo I** do Edital do Pregão. **Inicio da Sessão:** Dia: **07/06/2018**. **Horário: 08:00 horas**. Retirada do edital na Prefeitura Municipal de Denise/MT,Praça Brasília n.º 111 – Centro – Denise-MT, informações pelo telefone (65) 3342-1615 ou (65)3342-1397. **Local:** Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Denise-MT – Situada à Praça Brasília n.º 111 – Centro – Denise-MT. CEP: 78.380-000.

Denise/MT, 23 de Maio de 2018.

JOÃO CARLOS CARNEIRO DA SILVA *Pregoeiro*

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE DENISE/MT** torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo "Menor Preço Global", no dia **06/06/2018** às **09:00 horas**, visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS (OFICINEIROS) PESSOA JURIDICA PARA MINISTRAR OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS JUNTO AO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DENISE/MT**. Informações pelo fone: (65)3342-1397/3342-1615 - e-mail: licitacao.denise@gmail.com / site: www.denise.mt.gov.br.

Denise/MT, 23 de Maio de 2018.

João Carlos Carneiro da Silva

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 090-18

PORTARIA Nº. 090/2018. denise/mt., 21 de maio de 2018.

EMENTA: CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DE 03 (TRÊS) MESES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL "dáfne jéssica perim costa parreira" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **JOSÉ ANIBAL ILARIO DOS SANTOS**, PrefeitO Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público e em conformidade com a Lei Municipal nº. 149/1994 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER à servidora pública municipal a Sra. **DAFNE JÉSSICA PERIM COSTA PARREIRA,** POSSE: 15/02/2007**,** matrícula n.º 210, portadora do RG nº 1164350-1 - SSP/MT e CPF nº 961.514.631-53,lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, exercendo o cargo de **PROFESSORA, LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE** de 03 (três) meses com remuneração, referente ao quinquênio **15/02/2012 A 15/02/2017**, a ser gozada no período de *21/Maio/2018 a 19/Agosto/2018,* conforme Lei Municipal nº. 149/94, de 01 de Janeiro de 1.994, Estatuto dos Servidores Públicos, do Município de Denise-MT, Capítulo IV, Art. 68 e Seção V, Art. 73 e de conformidade com o Art. 107, § 3º, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 21 (vinte e um) dias do mês de Maio do ano de 2018.

JOSÉ ANIBAL ILARIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 091-18

PORTARIA Nº. 091/2018. denise/mt., 21 de maio de 2018.

EMENTA: CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DE 03 (TRÊS) MESES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL "DELMA GOMES MINEIRO MATTOS" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **JOSÉ ANIBAL ILARIO DOS SANTOS**, PrefeitO Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público e em conformidade com a Lei Municipal nº. 149/1994 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER à servidora pública municipal a Sra. **DELMA GOMES MINEIRO MATTOS,** POSSE: 26/02/2007**,** matrícula n.º 324, portadora do RG nº 14520052 - SSP/MT e CPF nº 982.555.681-15,lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, exercendo o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE** de 03 (três) meses com remuneração, referente ao quinquênio **03/02/2013 A 03/02/2018**, a ser gozada no período de *21/Maio/2018 a 19/Agosto/2018,* conforme Lei Municipal nº. 149/94, de 01 de Janeiro de 1.994, Estatuto dos Servidores Públicos, do Município de Denise-MT, Capítulo IV, Art. 68 e Seção V, Art. 73 e de conformidade com o Art. 107, § 3º, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 21 (vinte e um) dias do mês de Maio do ano de 2018.

JOSÉ ANIBAL ILARIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 002/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03.648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018, do tipo "Menor Preço Global", tendo como objetivo CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE EXTENSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICADA DA RUA JEROLAMO MATHEUS DE BORTOLI, NO BAIRRO NOVO DIAMANTINO, NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, que se deu no dia 10/05/2018, onde sagrou-se vencedora a empresa SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA inscrita no CNPJ nº 07.103.838/0001-50, com o valor total de R$ 48.251,56 (Quarenta e oito mil duzentos e cinqüenta e um reais e cinqüenta e seis centavos). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 21 de Maio de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

GABINETE
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO TORNA PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Diamantino torna público que requereu junto à SEMA O Licenciamento Ambiental , referente à obra de execução de Recuperação de Estradas Vicinais no P A Bojuí, no município de Diamantino.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 116/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO E AUXÍLIO NA ELABORAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO.

PRAZO: 60 (SESSENTA) DIAS

CONTRATADO: JACOBSEN & PRATES SOARES LTDA-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 21 DE MAIO DE 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOTECNOLOGIAS, COM OBJETIVO DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE GEOPROCESSAMENTO, IMAGEAMENTO AÉREO DA CIDADE E DISTRITOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE GIS (SIG), ATUALIZAÇÃO DA BASE CADASTRAL DO DEPARTAMENTO TRIBUTÁRIO, INTEGRAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS COM DADOS DO CADASTRO DA ENGENHARIA, GERAÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS, ATUALIZAÇÃO DE BASE DE DADOS COM**

UTILIZAÇÃO DE ORTOFOTO, SISTEMA DE CONSOLIDAÇÃO DO GIS COM CADASTRO FINANCEIRO DO CONTRIBUINTE E LEVANTAMENTO FILMADO E GEOPOSICIONADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: **WCOGEO ADMINISTRADORA E SERVIÇOS EIRELI**

CNPJ nº: 05.831.807/0001-90

Valor total da ata: **R$ 600.000,00** (seiscentos mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 23 de Maio de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°032/2018

OBJETO:LOCAÇÃO DE IMÓVEL POR 36 MESES PARA ARMAZENAR PNEUS INUTILIZÁVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

VALOR TOTAL: R$ 108.000,00 (CENTO E OITO MIL REAIS)

PRAZO DO CONTRATO: 36 (TRINTA E SEIS) MESES, CONTADOS A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ O DIA 17/05/2021.

CONTRATADO: ANTONIO MARTINS TEIXEIRA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 18 DE MAIO DE 2018.

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018/ SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOTECNOLOGIAS, COM OBJETIVO DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE GEOPROCESSAMENTO, IMAGEAMENTO AÉREO DA CIDADE E DISTRITOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE GIS (SIG), ATUALIZAÇÃO DA BASE CADASTRAL DO DEPARTAMENTO TRIBUTÁRIO, INTEGRAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS COM DADOS DO CADASTRO DA ENGENHARIA, GERAÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS, ATUALIZAÇÃO DE BASE DE DADOS COM UTILIZAÇÃO DE ORTOFOTO, SISTEMA DE CONSOLIDAÇÃO DO GIS COM CADASTRO FINANCEIRO DO CONTRIBUINTE E LEVANTAMENTO FILMADO E GEOPOSICIONADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor a empresa:

WCOGEO ADMINISTRADORA E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº: 05.831.807/0001-90, que sagrou-se vencedora no Lote Único, com o valor total de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Diamantino – MT, 22 de Maio de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 004/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 004/2018 Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para a composição da merenda escolar, nas unidades educacionais, e gêneros alimentícios e de nutrição para atender a Secretaria de Educação Esporte e lazer conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR as Empresas: **COOPERATIVA MISTA E AGROPECUARIA DE JUSCIMEIRA LTDA, portadora do CNPJ: 03.939.469/0010-70 ,** no valor global de **R$ 143.295,40 (cento e quarenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME CNPJ: 06.372.763/0001-40, no valor global de R$ 14.857,00 (quatorze mil e oitocentos e cinquenta e sete reais), J.SODRÉ DOS SANTOS – ME CNPJ: 14.437.315/0001-05 no valor global de R$ 79.402,70 (setenta e nove mil, quatrocentos e dois reais e setenta centavos), COMPREAKI COM.VAREJ.DE ALIMENTOS EIRELI – ME CNPJ: 29.316.501/0001-63, no valor global de R$ 24.039,40 (vinte e quatro mil, trinta e nove reais e quarenta centavos), destinado para atender a secretaria de Educação Esporte e Lazer.**

Determino ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 22 de Maio de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 005/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 005/2018 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e nutrição para manutenção do lar dos idosos Tome da Silva Guedes, do centro de referencia e assistência social (CRAS), do conselho tutelar e do programa do serviço de convivência e fortalecimento de vinculo, Secretaria de obras e urbanismo, Saúde, DAE e Administração, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos, para atender a demanda das Secretarias Municipais.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR as Empresas: COOPERATIVA MISTA E AGROPECUARIA DE JUSCIMEIRA LTDA, portadora do CNPJ: 03.939.469/0010-70 , no valor global deR$ 180.789,80 (cento e oitenta mil, setecentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos), NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME CNPJ: 06.372.763/0001-40, no valor global de R$ 47.390,00 (quarenta e sete mil, trezentos e noventa reais), J.SODRÉ DOS SANTOS – ME

CNPJ: 14.437.315/0001-05 no valor global de R$ 99.570,00 (noventa e nove mil e quinhentos e setenta reais), COMPREAKI COM.VAREJ.DE ALIMENTOS EIRELI – ME CNPJ: 29.316.501/0001-63, no valor global de R$ 12.048,80 (doze mil e quarenta e oito reais e oitenta centavos), destinado para atender a demanda das Secretarias Municipais.

Determino ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 22 de Maio de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 007/2018

Órgãos: Secretaria Municipal de: **Obras Públicas e Urbanismo, Agricultura, DAE, Saúde, Educação e Assistência Social.**

Identificação: Pregão Presencial nº 007/2018

Objeto: Registro de preços para futura eventual contratação de empresa para prestação de serviços de retifica de motores e manutenção de veículos, para atender a demanda da Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, Agricultura, DAE, Saúde, Educação e Assistência Social. Conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

A prestação de serviço, objeto desta licitação, deverá ser realizada no Município de Dom Aquino-MT, ou em outro Município desde que as despesas com a remoção do veiculo, maquina ou peças sejam por conta da licitante adjudicatária, bem como a total responsabilidade sobre os bens.

Data: 04/06/2018

Horário: credenciamento às 08h00min e às 08h30min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

Local: Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av. Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00).

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/1202, fax (0xx66) 3451-1236 ou ainda pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com

Dom Aquino-MT, 22 de Maio de 2018.

ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL N.º161/2018.

DATA: 22 DE MAIO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, o Sr. **LUIZ HENRIQUE MARQUES CANELLO,** do seu cargo em comissão de **ASSESSORIA II**, lotado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

SOLICITAÇÃO DE LOP

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, CNPJ nº 01.614.088/0001-02, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Provisória de Operação (LOP) referente a implantação de um Bota Fora para destinação de solos removidos, nas atividades de construção, reforma e reparos de estradas (pavimentação), bem como por aqueles resultante da remoção de vegetação (gramíneas e solo orgânico) e escavação de solos, por tratarem-se de materiais homogêneos que podem ser inclusive aplicados para regularização/terraplanagem de terrenos, localizado no município de Feliz Natal/MT.

REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT, CNPJ: 01.614.088/0001-02, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de Cascalho na zona rural do município de Feliz Natal/MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA N° 158/2018

DATA: 17 DE MAIO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,E,

Considerando que o Servidor Municipal JOSIMAR ALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, não comparece ao trabalho desde 19 de Janeiro de 2017;

Considerando que o Servidor foi devidamente Notificado para retorno ao trabalho, na data de 15 de Fevereiro de 2017, porém recusou-se a assinar;

Considerando que a Comissão de Sindicância especialmente designada pela Portaria n° 186/2017,de 06 de Março de 2017, para apurar a ausência do Servidor ao trabalho, concluiu pelo abandono do cargo publico;

Considerando que o Art. 156 da Lei Complementar n° 003/2007 _ Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Feliz Natal, considera "*abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos";*

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR, por abandono de cargo, o Servidor Municipal **JOSIMAR ALVES DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, à partir desta data.

Art. 2° - Proceda-se o pagamento de eventuais verbas a que faz jus o Servidor até a data do ultimo dia de trabalho, bem como as demais anotações devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário**.**

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPA, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL - ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

Publique-se. Registre-se Intime-se.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº001/2018

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às fará realizar às 08:00 horas do dia **07 de junho de 2018**, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, **Contratação de empresa especializada para execução de obras pavimentação asfáltica em TSD e sinalização em vias públicas no Município de Feliz Natal-MT – São Carlos, São Miguel d' Oeste e Avenida Chapecó (tipo menor preço global), conforme Termo de Convenio Nº 1351-2017/SECID, em conformidade com o projeto básico, memorial descritivo e planilhas orçamentárias parte integrantes do Edital**. O Edital completo poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Feliz Natal.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, Centro, Feliz Natal - MT, e-mail neuza@feliznatal.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3585-2700/2717, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min

Feliz Natal – MT, 22 de Maio de 2018.

ELAINE HEEMANN

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

PORTARIA 001/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 37/2018

Aos 22 dias do mês de Maio de 2018, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA BRASILIA, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIO, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor H S BUQUE LEME-ME		CNPJ 24.473.889/0001-92
Endereço AVENIDA 13 DE JULHO		Nº 350
Bairro CENTRO	Cidade GAUCHA DO NORTE	CEP 78875000
Representante Legal		CPF 875.534.578-68
Email monica@lexconsultoriacontabil.com.br		Telefone 6635821010

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID. MARCA		QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	331	CHEIRO VERDE	UN - UNIDADE INNATURA		50,0000	3,4900	174,5000
2	332	MARACUJÁ - AZEDO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM	KG - QUILOGRAMAINNATURA		100,0000	8,2000	820,0000
		POLPA INTACTA E FIRME, LIVRE DE RESIDUOS DE					
		FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, SEM					
		DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E					
		TRAN					
3	740	CHA DE CAMOMILA, CAIXA CONTENDO 10 SACHES DE 10 GRAMAS CADA - COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR	UN - UNIDADE MIKA		50,0000	2,0900	104,5000
		PROPRIOS, AROMA IDENTICO AO NATURAL, ISENTO DE					
		SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM					
		SACHE DE PAPEL, ATOXICO, FECHADO.					
4	759	REFRIGERANTE 2L VARIOS SABORES	UN - UNIDADE COCA COLA/ANTAR		100,0000	8,0000	800,0000
5	16933	UVA PASSAS PRETA PCT	UN - UNIDADE MIKA		10,0000	7,1000	71,0000
6	17565	QUEIJO MUSSARELA, FORNECIMENTO POR QUILO	KG - QUILOGRAMAINNATURA		200,0000	23,5900	4.718,0000
7	20172	BISCOITO COM SAL, TIPO CREAM CRACKER, PACOTE CONTENDO 400 GRAMAS	UN - UNIDADE	ADORALLE	500,0000	5,0000	2.500,0000
8	20173	CANELA EM CASCA - OBTIDA DA CASCA DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, CASCA SAOS E LIMPAS, DE COLORACAO	UN - UNIDADE	MIKA	50,0000	1,4900	74,5000
		PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO, COM ASPECTO CHEIRO					
		AROMATICO E SABOR PROPRIOS, LIVRE DE SUJIDADES E					
		MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADA					
9	20196	CHA DE ERVA CIDREIRA, CAIXA CONTENDO 10 SACHES DE 10 GRAMAS CADA	UN - UNIDADE	MIKA	50,0000	2,7900	139,5000
10	20197	CHA DE ERVA DOCE, CAIXA CONTENDO 10 SACHES DE 10 GRAMAS CADA	UN - UNIDADE	MIKA	50,0000	2,7900	139,5000

11	20198	CHA DE HORTELA, CAIXA CONTENDO 10 SACHES DE 10 GRAMAS CADA	UN - UNIDADE	MIKA	50,0000	2,7500	137,5000
12	20280	REFRESCO EM PÓ 1KG.	UN - UNIDADE	QUALIMAX	300,0000	7,1000	2.130,0000
13	20294	MORTADELA BOLOGNA, FORNECIMENTO POR QUILO	KG - QUILOGRAMA	PERDIGAO	50,0000	18,9900	949,5000
14	20296	LINGUIÇA TOSCANA, FORNECIMENTO POR QUILO	KG - QUILOGRAMA	FRIGOWEBER	300,0000	12,9000	3.870,0000
15	20298	CARNE SUINA, FORNECIMENTO POR QUILO	KG - QUILOGRAMA	INNATURA	500,0000	11,0000	5.500,0000
16	20359	ERVA MATE 1 KG	UN - UNIDADE	BARAO/BOQUEIRO	50,0000	20,1000	1.005,0000
17	20395	AGUA MINERAL SEM GAS, FRASCO CONTENDO 500 ML	UN - UNIDADE	PURISSIMA/LEBRIN	300,0000	1,4900	447,0000
18	20432	CARNE BOVINA MOIDA	KG - QUILOGRAMA	INNATURA	250,0000	10,5000	2.625,0000
19	20446	CHA MATE, EMBALAGEM CONTENDO 250 GRAMAS	UN - UNIDADE	CHA CHA	100,0000	7,9900	799,0000
20	20459	CONFEITO COLORIDO MIÇANGA 30G	UN - UNIDADE	MIKA	10,0000	2,3900	23,9000
21	24197	BALAS DE CAFE, PACOTE CONTENDO 750 GRAMAS (SIMILAR A BUTTER TOFFES)	UN - UNIDADE	ARCOR	50,0000	14,5000	725,0000
22	24198	BISCOITO COM SAL, TIPO AGUA E SAL, PACOTE CONTENDO 800 GRAMAS	UN - UNIDADE	ADORALLE	300,0000	8,8000	2.640,0000
23	24201	CHA DE FRUTAS VERMELHAS, CAIXA CONTENDO 10 SACHES DE 10 GRAMAS CADA	UN - UNIDADE	LEAO/MIKA	50,0000	3,7000	185,0000
24	24210	TRIGO PARA QUIBE, PACOTE CONTENDO 500 GRAMAS - TRIGO EM GRAO INTEGRAL, TORRADO E MOIDO	UN - UNIDADE	MIKA	20,0000	4,4000	88,0000
25	24212	VINHO TINTO SECO, FRASCO CONTENDO 750 ML	UN - UNIDADE	PERGOLA/RANDON	20,0000	20,0000	400,0000
26	24268	ACUCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, COM ASPECTO COR , CHEIRO E SABOR PROPRIO, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO	UN - UNIDADE	PEROLA/RUBILAR	200,0000	4,1000	820,0000
		DE COM TEOR DE SACAROSE MINIMO, SEM					
		FERMENTACAO,ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS, ISENTO DE					
		SUJIDADES, ACONDICIONADO EM SACO EMBALAGEM					
		APROPRIDADA F					
27	24273	LEITE LONGA VIDA, UHT INTEGRAL - TEOR DE MATERIA GORDA COMPOSTO CARBOIDRATOS, PROTEÍNAS, GORDURAS	UN - UNIDADE	PIRACANJUBA	20,0000	56,0000	1.120,0000
		TOTAIS E SATURADAS, GORDURAS TRANS OG, FIBRA					
		ALIMENTAR OG, SÓDIO E CÁLCIO, RECIPIENTE HERMETICO					
		TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VALIDADE DE NO MÍNIMO					
		90 DI					
28	24336	MANDIOCA PROCESSADA - TIPO BRANCA, EMBALADA EM SACO	UN - UNIDADE	BATISTA/DUVEIO	150,0000	5,2000	780,0000

		PLASTICO, ESTERILIZADO EM ATMOSFERA MODIFICADA,						
		PESANDO APROXIMADAMENTE ENTRE 1KG A 3KGS,						
		ACONDICIONADO PARA TRANSPORTE EM CAIXA DE PAPELAO,						
		HIGIENIZADA,CORTE EM TOLETE,APROXIMADAMENTE 6 A 8CM						
		DE CO						
29	24407	PRATO Nº 9 (MARMITEX DE ALUMINIO), COM TAMPA PARA FECHAMENTO NA MAQUINA, CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES	UN - UNIDADE	BOREDA	10,0000		35,4000	354,0000
30	24408	IOGURTE ZERO LACTOSE, FRASCO CONTENDO 170 GR- CONSTITUIDA DA MISTURA DE LEITE, AÇICAR, PREPARADO	UN - UNIDADE	DANONE	10,0000		4,9800	49,8000
		DE FRUTAS, PODENDO CONTER ADIÇÃO DE SUBSTANCIAS						
		ALIMENTICIAS, GORDURA VEGETAL FERMENTO LACTEO E						
		ENZIMA LACTASE						
31	25122	ALFACE CRESPA FRESCA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA,	UN - UNIDADE	INNATURA	150,0000		3,4900	523,5000
		FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL						
		TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESIDUOS						
		DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SE						
32	28226	BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA - FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, AMIDO	UN - UNIDADE	ADORALLE	50,0000		6,9000	345,0000
		DE MILHO E/ OU FÉCULAS DE MANDIOCA OU ARROZ, GORDURA						
		VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR INVERTIDO, COCO RALADO,						
		SAL REFINADO, FERMENTOS QUÍMICOS (BICARBONAT						
33	28561	CAFE ESPECIAL - TIPO EXPORTACAO, CAFE TORRADO E MOIDO, ISENTO DE GRAOS, QUALIDADE GLOBAL SUPERIOR,	UN - UNIDADE	BRASILEIRO/GARIM	600,0000		5,4800	3.288,0000
		DISPENSADO ANALISE SE CERTIFICADO NO SISTEMA DE COM						
		SELO DA ABIC, EMBALADO A VACUO, COM DUPLA EMBALAGEM						
		CONTENDO 250GR						
34	28562	SUCO CONCENTRADO 500 ML	UN - UNIDADE	MAGUARY	20,0000		8,1000	162,0000
35	28563	SAL GROSSO IODADO COM MINIMO 96,95% DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO ACOND EM SACO DE POLIENIO	UN - UNIDADE	ZAELI/AJISAL	20,0000		11,0000	220,0000
		RESISTENTE E VEDADO						
36	28564	MOLHO DE ALHO COMPOSTO DE EXTRATO	UN - UNIDADE	ZAELI	30,0000		5,8000	174,0000
37	28565	GELEIA DE FRUTAS SABOR DIVERSOS	UN - UNIDADE	SO FRUTA COPO 23	20,0000		6,9000	138,0000
38	28572	FRANGO SEMI - PROCESSADO - EM PEÇA CONGELADA , PEITO EM FILÉ SEM OSSO E SEM PELE	UN - UNIDADE	AMHAMBI	50,0000		13,4900	674,5000

						TOTAL		**39. 715,2000**

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 24/2018. **2.1** – O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº 24/2018. **2.2** – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços. **2.3** – A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Captulo **XVI** do Edital do Pregão Presencial nº 24/2018. **2.4** – Todas as penalidades e as sanções contidas no Edital do Pregão 24/2018 aplicam-se sob a Ata de Registro de Preço.

3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: A Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata. **3.1** – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições. **3.2** – A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem. **4 – DOS PREÇOS:** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93. **4.1** – O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados. **4.1.1** – Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado. **4.1.2** – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.1.2.1 – Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

4.2 – Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá: **4.2.1** – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento. **4.2.2** – Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação. **4.3** – Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **4.4** – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie. **4.5** – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos. 5 **– DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PAGAMENTO:** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura. O pagamento será efetuado conforme edital na seguinte dotação orçamentária: 6 **– DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Diário Oficial de Contas TCE/MT que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura. 7 **– DO FORO:** O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de GAUCHA DO NORTE, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a)

H S BUQUE LEME-ME

Testemunhas

Nome:

CPF:../-

Nome:

CPF:../-

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 035/2018

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 030/2018

‘’ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP “

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público o sistema de registro de preços para futura contratação de empresa para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TAPA BURACO, LOCAÇÃO DE MAQUINAS TIPO MINI CARREGADEIRA, TRATOR DE ESTEIRA** para atender a Secretaria Municipal de Obras no dia **06/06/2017 às 13h30min** (**Horário de Cuiabá/MT)** na sala de licitações. Este pregão se-

rá regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será disponibilizada na sede do espaço municipal das 07h00min as 11h00min e 13h00min as 17h00min, ou no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 22 de maio de 2018.

NEILLA F. DE SOUZA

PREGOEIRA OFICIAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 069/2017

que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE** e o contratado **PELEGRINO & CIA LTDA - EPP** COMO ABAIXO SE DECLARA

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à, com sede administrativa à Rua Para esquina com Rua Brasília, S/N - Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 2477543 SSP/GO e do CPF n.402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, a empresa **PELEGRINO & CIA LTDA - EPP**, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 13.147.054/0001-26 estabelecida na cidade de Tangará da Serra MT à Av. Presidente Tranquedo de Almeida Neves – nº 980 sala 08 edif. Alianças Empresarial setor Jardim Tanaka, neste ato representada por seu procurador Leandro Henrique de Moura Pelegrino, Carteira de Identidade nº. 1428.150-3 SSP/MT e no Cadastro de Pessoas Físicas nº 946.575.131-68 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 033/2017**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017**, Decreto Federal 7.892/2013 e suas alterações, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, doravante denominados **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Constitui o objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do valor e do prazo de vigência do contrato, conforme consta no objeto do contrato nº 069/2017, referente ao **Processo Administrativo nº. 033/2017**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017**, para a contratação de empresa de prestação de serviços de **CONSULTORIA, ASSESSORIA, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO ESCOLAR, Através da Secretaria Municipal de Educação, aplicado à gestão publica** conforme consta nas especificações do contrato, para o município de Gaúcha do Norte.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO:

2.1 – Fica acrescentada à Clausula Terceira – do Prazo de Execução e da Vigência do contrato originário o total de 12 meses.

2.2- O prazo de vigência do contrato ficará estendido **até 02/06/2019**, valido a parti da data de 02/06/2018.

2.3 – Fica acrescentada a Cláusula Quarta – Do Pagamento do Contrato, terá seu valor Global de 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) pelo prazo de 12 meses, ficando o valor mensal em 5.5000,00 (cinco mil e quinhentos reais), conforme descrito na tabela abaixo:

ESPECIFICAÇÕES DO ITEM	VALOR TOTAL /MENSAL
Ø Contratação de serviços especializados em assessoria, consultoria e softwares de gestão educacional para locação, incluindo conversão de dados, implantação e treinamento para atender 03 unidade educacional na secretaria municipal de educação do município de Gaúcha do Norte – MT;	4.800,00
Ø Valor mensal sistema de biblioteca;	700,00

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – A Administração optou em promover a renovação do objeto do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela Contratada têm atendido a contento as necessidades da Contratante, além do que os serviços não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades da Prefeitura Municipal.

3.2– Para a referida prorrogação há previsão legal e contratual conforme **Cláusula Quarta, incisa 4.2** do contrato e ainda encontra embasamento legal no art. 57, inciso II e ainda Artigo 65, Inciso I da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor da data de 02/06/2018, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 – Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e condições do contrato nº 069/2017, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo. .

CLÁUSULA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 -As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

5.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Gaúcha do Norte - MT, 22 de maio de 2018.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO: 2017/2020

PELEGRINO & CIA LTDA - EPP

CNPJ: 13.147.054/0001-26

LEANDRO HENRIQUE DE MOURA PELEGRINO

CPF Nº 946.575.131-68

TESTEMUNHAS: **1).** _____ 2). _____

ERRATA AO CONTRATO Nº 069/2017

O município de Gaúcha do Norte MT, no uso de suas atribuições, publica ERRATA junto ao Contrato Administrativo nº 069/2017, para nele fazer constar que, uma vez que por um lapso foi descrito de maneira errônea a data da assinatura e vigência do contrato, sendo assim fica alterado os prazos conforme descrito abaixo:

ONDE SE LÊ: Prazo de VIGÊNCIA dia 02 de maio de 2018.

LEIA-SE: Prazo de VIGÊNCIA dia 02 de junho de 2018.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 842 - 2018 - DOAÇÃO DE TELA P ASSENTAMENTO

LEI Nº. 842 DE 21 DE MAIO DE 2018.

SANCIONADA E PUBLICADA EM 21/05/2018

"Dispõe a doação de tela de metal e postes para os participantes do curso de olericultura no Assentamento Nova Aliança e dá outras providências".

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte – MT no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão de 18/05/2018 e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a doação de 80 (oitenta) metros de tela de galinheiro tipo metal de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) de altura e 20(vinte) postes ponta virada de 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) para os participantes do curso de olericultura realizado no Assentamento Nova Aliança em parceria com o Sindicato Rural de Gaúcha do Norte-MT.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,

Gaúcha do Norte – MT, 21 de Maio de 2018.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 070/2018

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E VERDI & DIAS LTDA, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a Rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ. /MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **VERDI & DIAS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 10.737.563/0001-10, com sede à Rua mato grosso S/N, Bairro centro, Gaúcha do Norte, neste ato representada pelo **IARA DE FÁTIMA VERDI** Carteira de Identidade nº. RG: 75015925 SESP/PR, CPF nº 032.637.249-08 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 024/2018**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL- SRP Nº. 021/2018**, e a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato de Registro de Preços paracontratação de empresa especializada para futura e eventual prestação de **SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde conforme abaixo:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	TOTAL
1.	ÁCIDO ÚRICO	65,00	19,00	1.235,00
2.	AMILASE	10,00	20,00	200,00
3.	BILIRRUBINAS TOTAIS + FRAÇÕES	40,00	45,00	1.800,00
4.	BRUCELOSE ANTICORPOS	10,00	65,00	650,00
5.	COAGULOGRAMA	80,00	49,00	3.920,00
6.	CLEARENCE DE CREATININA	8,00	35,00	280,00
7.	COLINESTERASE	35,00	29,00	1.015,00
8.	CURVA GLICEMICA	10,00	44,00	440,00
9.	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	110,00	25,00	2.750,00
10.	FERRITININA	10,00	23,00	230,00
11.	FOSFATASE ALCALINA	12,00	28,00	336,00
12.	FSH	25,00	28,00	700,00
13.	FTA - ABSIMG/IGG	20,00	42,00	840,00
14.	GLICEMIA PÓS - PRANDIAL	35,00	20,00	700,00
15.	HEMOGLOBINA GLICOSILADA	25,00	26,00	650,00
16.	HEPATITE A IGM/IGC	12,00	67,00	804,00
17.	HEPATITE B HBSAG	350,00	34,00	11.900,00
18.	HEPATITE ANTI - HBS	25,00	34,00	850,00
19.	HEPATITE C ANTI - HCV	12,00	49,00	588,00
20.	IGE TOTAL OU POR MATERIA	10,00	39,00	390,00
21.	LIPIDOGRAMA	80,00	59,00	4.720,00
22.	LÍTIO	12,00	35,00	420,00
23.	MAGNÉSIO	8,00	28,00	224,00
24.	PESQUISA DE SANGUE OCULTO FEZES	12,00	40,00	480,00
25.	POTÁSSIO	20,00	25,00	500,00
26.	PROLACTINA	8,00	30,00	240,00
27.	PSA	150,00	45,00	6.750,00
28.	PSA LIVRE + TOTAL	12,00	55,00	660,00
29.	PROTEÍNAS TOTAIS + FRAÇÕES	8,00	28,00	224,00
30.	PROGESTERONA	5,00	25,00	125,00
31.	PROTEÍNAS 24HS	10,00	35,00	350,00
32.	RUBÉOLA IGM	35,00	35,00	1.225,00
33.	RUBÉOLA IGG	35,00	30,00	1.050,00
34.	TAP	8,00	25,00	200,00
35.	T3	35,00	34,00	1.190,00
36.	T4 LIVRE	35,00	34,00	1.190,00
37.	TGP	80,00	19,00	1.520,00
38.	TOXOPLASMOSE IGM	210,00	28,00	5.880,00
39.	TOXOPLASMOSE IGG	210,00	28,00	5.880,00
40.	TRYPANOSSOMA CRUZY IGM/IGG	5,00	67,00	335,00
41.	CREATININA	35,00	19,00	665,00
42.	HEMOGRAMA COMPLETO	100,00	17,00	1.700,00
43.	TS/TC	50,00	29,00	1.450,00
VALOR TOTAL R$ 67.256,000				

1.2 - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para prestação de serviços do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **2. Parágrafo Único:** Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais poderá ocorrer, inclusive quanto à habilitação e qualificação do contratado no certame licitatório, salvo quando e segundo a forma e as condições previstas na Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e foi originado do processo licitatório, na modalidade de **Pregão Presencial- SRP n°. 021/2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA.

3.1 – A forma de execução constantes da Cláusula Primeira deste Contrato será integral, por empreitada por preço global, mediante o pagamento do objeto contratado.

3.2 – Os serviços prestados deverão ser prestados na sede do município de Gaúcha do Norte-MT. Com todas as despesas por conta da empresa

vencedora, tais como: impostos estaduais (ICMS) e federais (PIS, CPFINS, IPI, etc), sem nenhum custo para a municipalidade.

3.2.2 – O prazo para a entrega será de 02 (dois) dias uteis após a solicitação por escrito.

3.3 - De acordo com a legislação os serviços fica obrigado a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

3.4 – O período de contratação será **de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato,** prorrogáveis por igual período, a contar da data da sua assinatura. Poderá, todavia, por acordo das partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme faculta o inciso II, do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93..

4 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de **R$ 67.256,000 (sessenta e sete mil duzentos e cinquenta e seis reais)**, cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.

4.1.1 – Os preços serão fixos e irreajustáveis, podendo, no caso de reajuste oriundo de autorização de aumento de combustíveis por órgão do Governo Estadual ou Federal e desde que observados os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura.

4.3 - O pagamento se dará a contra apresentação da Nota Fiscal descriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal(ais) do Contrato.

4.4 - O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal para o ano de 2018 e anos seguintes nas dotações orçamentárias **órgão 06 unidade 002 proj ativ 2009 elemento 3.3.90.39 cod red 94, 95**

6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente;

b) arcar com pagamentos de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto do presente contrato;

c) assumir quaisquer acidentes na execução do objeto do presente contrato;

d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

e) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pela Secretaria Municipal competente.

f) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes a prestação de serviços

g) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir no fornecimento dos serviços, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da entrega dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal competente.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.

k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

7 – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

7.3 - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no “item 7.7.4”, de cuja decisão cabe pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alíneas B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.2 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.3 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.4 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.5 - Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

8 – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações previstas neste Contrato ou dele decorrente;

f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo **fiscal do contrato** da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pela disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

10.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

10.2.1 - O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços que originou este contrato mediante a realização do **Pregão Presencial- SRP nº 021/2018** é a **Secretaria Municipal de Saúde**

10.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

10.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

10.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **Presencial- SRP nº 021/2018**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT,22 de maio de 2018.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VERDI & DIAS LTDA

CNPJ: 10.737.563/0001-10

CONTRATADO

SIMONE SICHELERO

FISCAL DO CONTRATO

PORTARIA: 017/2017

TESTEMUNHAS:_____

_____

CONTRATO Nº 071/2018,

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E RM GUIMARAES SERVIÇOS ME, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a Rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ. /MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **RM GUIMARAES SERVIÇOS ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº 08.758.699/0001-65, com sede à Rua três passos esq. Com miraguai nº 162, Bairro centro, Canarana neste ato representada pelo **RENATO MARQUES GUIMARAES** Carteira de Identidade nº. RG: 40403922 SSP-GO, CPF nº 899.254.161-91 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 024/2018**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL- SRP Nº. 021/2018**, e a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato de Registro de Preços paracontratação de empresa especializada para futura e eventual prestação de **SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde conforme abaixo:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	TOTAL
1.	COOMBS DIREITO	08	20,00	160,00
2.	COOMBS INDIRETO	40	25,00	1.000,00
3.	COLPOCITOLOGIA	2	38,00	760,00
4.	FAN (FATOR ANUCLEAR)	12	28,00	336,00
5.	FERRO	10	20,00	200,00
6.	GAMA - GT	12	25,00	300,00
7.	SÓDIO	1	20,00	240,00
8.	TSH	28	25,0	700,00
9.	TESTOSTERONA	08	30,00	240,00
10.	TGO	80	20,00	1.600,00
11.	URINA I	30	18,00	540,00
VALOR TOTAL R$ 6.076,00				

1.2 - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para prestação de serviços do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **2. Parágrafo Único:** Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais poderá ocorrer, inclusive quanto à habilitação e qualificação do contratado no certame licitatório, salvo quando e segundo a forma e as condições previstas na Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e foi originado do processo licitatório, na modalidade de **Pregão Presencial- SRP n°. 021/2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA.

3.1 – A forma de execução constantes da Cláusula Primeira deste Contrato será integral, por empreitada por preço global, mediante o pagamento do objeto contratado.

3.2 – Os serviços prestados deverão ser prestados na sede do município de Gaúcha do Norte-MT. Com todas as despesas por conta da empresa vencedora, tais como: impostos estaduais (ICMS) e federais (PIS, CPFINS, IPI, etc), sem nenhum custo para a municipalidade.

3.2.2 – O prazo para a entrega será de 02 (dois) dias uteis após a solicitação por escrito.

3.3 - De acordo com a legislação os serviços ficam obrigado a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

3.4 – O período de contratação será **de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato,** prorrogáveis por igual período, a contar da data da sua assinatura. Poderá, todavia, por acordo das partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme faculta o inciso II, do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93..

4 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de **R$ 6.076,000 (seis mil e setenta e seis reais)**, cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.

4.1.1 – Os preços serão fixos e irreajustáveis, podendo, no caso de reajuste oriundo de autorização de aumento de combustíveis por órgão do Governo Estadual ou Federal e desde que observados os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura.

4.3 - O pagamento se dará a contra apresentação da Nota Fiscal descriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal(ais) do Contrato.

4.4 - O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal para o ano de 2018 e anos seguintes nas dotações orçamentárias **órgão 06 unidade 002 proj ativ 2009 elemento 3.3.90.39 cod red 94, 95**

6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente;

b) arcar com pagamentos de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto do presente contrato;

c) assumir quaisquer acidentes na execução do objeto do presente contrato;

d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, objeto do presente instrumento até 25%

(vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

e) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pela Secretaria Municipal competente.

f) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes a prestação de serviços

g) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir no fornecimento dos serviços, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da entrega dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal competente.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.

k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

7 – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

7.3 - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no "item 7.7.4", de cuja decisão cabe pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alíneas B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.2 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.3 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.4 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.5 - Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

8 – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços

efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações previstas neste Contrato ou dele decorrente;

f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo **fiscal do contrato** da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pelas disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

10.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

10.2.1 - O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços que originou este contrato mediante a realização do **Pregão Presencial- SRP nº 021/2018** é a **Secretaria Municipal de Saúde**

10.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

10.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

10.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **Presencial- SRP nº 021/2018**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT,22 de maio de 2018.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

RM GUIMARAES SERVIÇOS ME

CNPJ: 08.758.699/0001-65

CONTRATADO

SIMONE SICHELERO

FISCAL DO CONTRATO

PORTARIA: 017/2017

TESTEMUNHAS:_____

_____

AVISO DE LICITAÇÃO - MATERIAL ESPORTIVO 2º TEMPO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2018

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 029/2018

O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE/MT, por meio da Pregoeira torna público o Pregãp Presencialpara **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, MATERIAL DE DIVULGAÇÃO E UNIFORMES, para o Convênio do Programa 2º Tempo do Ministério dos Esportes**. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, no **dia 06 de junho de 2018, às 07h30min (horário de Cuiabá-MT)**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Pará esquina com a Rua Brasília nº229 – centro, na sala de licitações. Este Pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será disponibilizada na sede do paço municipal das 07h00min as 11h00min e 13h00min as 17h00min, ou no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte - MT, 21 de maio de 2018.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

ATA REG 11-2018

PREGÃO PRESENCIAL 019/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2018

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente à BR 070, Km 66, Centro, em General Carneiro/MT, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224.

401-91, **RESOLVE** registrar os preços das empresas, GOIAS BEM COM. SERV. PROD.P/ SAUDE EIRELI**,** RET FARMA DIST. DE MEDICAMENTOS E PROD HOSP LTDA –ME, **PRO SAUDE DIST DE MEDICAMENTOS EIRELI-ME**, SUPERMEDICA DIST HOSPITALAR EIRELI e FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS LABORATORIAIS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER A SERCRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 019/2018, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Marcelo de Aquino.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos serviços, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 019/2018 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: GOIAS BEM COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS PARA SUDE -EIRELI CNPJ: 20.231.242/0001-01						
CEP: 74.968-571			**CIDADE/UF: APARECIDA DE GOIANIA**			
TELEFONES: 62-3248-8149				**E-MAIL:** goiasbem@hotmail.com		
REPRESENTANTE LEGAL: HUGLEYSON ALVES RIBEIRO						
RG: 87621 TEM TO				**CPF: 918.180.011-87**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
Item	Quant	Unid.	Descrição dos Produtos	Marca	Valor Unit.	Valor. Total
2	**500**	**und**	**ACETAZOLAMIDA 250 MG COMP**	**U QUIMICA**	**0,4900**	**245,00**
5	**5000**	**UND**	**AGUA P/ INJEÇÃO 10ML**	**EQUIPLEX**	**0,1200**	**600,00**
15	**600**	**UND**	**AMBROXOL 6MG-ML ADULTO XAROPE**	**NATULAB**	**1,7400**	**1.044,00**
18	**2000**	**UND**	**ALOPURINOL 100MG COMPRIMIDO**	**PRATI**	**0,0500**	**100,00**
19	**8000**	**UND**	**ALOPURINOL 300MG COMPRIMIDO**	**PRATI**	**0,1700**	**1.360,00**
31	**2000**	**UND**	**ATENOL100MG COMPRIMIDO**	**PRATI**	**0,600**	**120,00**
40	**24000**	**UND**	**BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG+DIPIRON SODICA 250MG**	**PHARLAB**	**0,4900**	**11.760,00**
43	**3000**	**UND**	**BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML+DIPIRONA SODICA 500MG/ INJETAVEL**	**HYPOFARMA**	**1,3400**	**4.020,00**
47	**500**	**UND**	**BROMOPRIDA 5MG-ML INJETAVEL**	**WASSER**	**0,7200**	**360,00**
49	**10000**	**UND**	**CAPTOPRIL 50MG COMPRIMIDO**	**TEUTO**	**0,0300**	**300,00**
59	**18000**	**UND**	**CARVEDILOL 25MG COMPRIMIDO**	**BIOLAR**	**0,2200**	**3.960,00**
62	**100**	**UND**	**CEFALEXINA 50MG/ML, 100ML**	**TEUTO**	**7,0900**	**709,00**
63	**1000**	**UND**	**CEFALOTINA 1GR INJETAVEL**	**BLAU**	**1,5000**	**1.500,00**
67	**150**	**UND**	**CETOCONAZOL 20MG CREME**	**PRATI**	**1,8100**	**271,50**
69	**50**	**UND**	**CETOCONAZOL 20MG SHAMPOO**	**PRATI**	**5,6300**	**281,50**
70	**50**	**UND**	**CINOCOBALAMINA 500 MCG SOLUÇÃO INJETAVEL**	**MERCK**	**4,6200**	**231,00**
71	**12000**	**UND**	**CINARIZINA 75MG COMP**	**NEOQUIMICA**	**0,2000**	**2.400,00**
72	**18000**	**UND**	**CIPROFLOXACINO 500MG COMPRIMIDO**	**PRATI**	**0,2200**	**3.960,00**
78	**200**	**UND**	**CLINDAMICINA 150MG/ML AMPOLA 4ML**	**HIPOLABOR**	**2,4600**	**492,00**
102	**200**	**UND**	**CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2%S/VASOCOSTRITOR**	**HIPOLABOR**	**2,2800**	**456,00**
116	**2000**	**UND**	**COMPLEXO B INJETAVEL**	**HYPOFARMA**	**0,8100**	**1.620,00**
117	**600**	**UND**	**DEXAMETAZONA 0,1%CREME**	**SOBRAL**	**1,0400**	**6240,00**
129	**6000**	**UND**	**DIGOXINA 0,25 MG COMPRIMIDO**	**PHARLB**	**0,0500**	**300,00**
132	**240000**	**UND**	**DIPIRONA 500MG**	**GREENPHARM**	**0,0700**	**16.800,00**
142	**1000**	**UND**	**ENALAPRIL 5MGCMP**	**CIMED**	**0,1000**	**100,00**
170	**100**	**UND**	**FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 3G/ML/INJ**	**HIPOLABOR**	**3,4700**	**347,00**
171	**1000**	**UND**	**FUROSEMIDA 10MGML**	**HIPOLABOR**	**0,4000**	**400,00**
195	**5000**	**UND**	**HIDROXIDO DE ALUMINIO+HIDROXIDO DE MAGNESIO COMP**	**SANOFI**	**0,5700**	**2.850,00**
197	**400**	**UND**	**HIDROXIDO DE MAGNESIO HIDROXIDO DE ALUMINIO SUSPENSÃO ORAL**	**SOBRAL**	**2,1700**	**868,00**
199	**6**	**UND**	**HIPROMELOSE 3MG/MIL (0,3%)SOLUÇÃO OFTALMICA**	**LATINOFARMA**	**16,2400**	**97,44**
200	**5000**	**UND**	**IBUPROFENO 200MG COMPRIMIDO**	**LATINOFARMA**	**0,1800**	**900,00**
201	**20000**	**UND**	**IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO**	**PRATI**	**0,1000**	**2.000,00**
204	**6**	**UND**	**INSULINA 100UI-MIL 3MIL**	**SANOFI**	**145,3700**	**872,22**
212	**100**	**UND**	**LEVOPODA 250MG+CARBIPODA 25**	**CRISTALIA**	**1,2100**	**121,00**
218	**50**	**UND**	**LIDOCAINA CLORIDRATO2% CAM VASO**	**HYPOFARMA**	**2,9300**	**146,50**
223	**100**	**UND**	**LINDOCAINA 2%COM/VASCONST,TNJ**	**HYPOFARMA**	**2,9300**	**293,00**
224	**400**	**UND**	**LIDOCAINA 2%S/VASOCONST,INJ**	**HIPOLABOR**	**2,2800**	**912,00**

228	600	UND	LARATADINA 1MG-ML SUSP ORAL	PRATI	2,0300	1.218,00
229	200	UND	MALEATO DE ERGOMETRINA ,2MG INJ	U QUIMICA	1,500	300,00
230	240	UND	MANITOL 20%250MIL	JP	4,1200	988,80
242	120	UND	MICONAZOL CREME DERMATOLIGICO 2%	PRATI	1,5700	188,40
243	360	UND	MICONAZOL 2%CREME VAGINAL	PRATI	5,9000	2.124,00
254	200	UND	NISTATINA 100.000 UI/MIL,30-40MIL	PRATI	3,0600	612,00
266	3000	UND	OMEPRAZOL 10MG COMP	MEDLEY	0,4600	1.380,00
267	20000	UND	OMEPRAZOL 20MG COMP	PHARLAB	0,0800	1.600,00
273	36	UND	OTOSPORIM 10 ML SOL OTOLOGICA	FQM	11,7000	421,20
276	10000	UND	PARACETAMOL 750MG COMP	PRATI	0,0800	800,00
283	50	UND	PIRIMETAMINA 25MG COMPRIMIDO	FQM	5,3500	267,50
286	2000	UND	POLIVITAMINICO COMPLEXO B 2ML INJ	HYPOFARMA	0,8300	1.660,00
287	50	UND	PREDNISOLONA 1,34MG-ML SOLUÇAO	HIPOLABOR	3,5500	177,50
290	100	UND	PTOMRTAZINA 25MG ML INJ	SANVAL	1,6500	165,00
295	2000	UND	RANITIDINA 25MG MIL INJ	HYPOFARMA	1,6500	165,00
306	1000	UND	SAIS PARA REIDRATAÇÃO	NATULAB	0,5100	510,00
310	15000	UND	SORO FISIOLOGICO 250ML	EQUIPLEX	2,0200	30.300,00
312	500	UND	SORO GLICOFISIOLOGICO 500ML	EQUIPLEX	2,9300	1.465,00
315	600	UND	SORO GLICOSADO 500ML	EQUIPLEX	2,9300	1.75800
317	400	UND	SORO RINGER SIMPLES 500ML	EQUIPLEX	2,7100	1.084,00
322	500	UND	SULFAMETOXAZOL 40MG/ML+TRIMETOPRIMA 8MG/MLSUSP.	PRATI	1,1900	595,00
324	50	UND	SULFATO DE MAGNESIO 50% INJEÇÃO	SAMTEC	0,3600	18,00
330	50	UND	TECLOZANA 500MG COMPRIMIDO	SANOFI	5,5300	276,50
351	2000	UND	ABOCATH N24	TOPMED	0,6300	1.260,00
361	50	litros	ALCOOL IODADO1%	RIOQUIICA	7,8000	390,00
363	300	LITROS	ALCOOL 70%LITRO	J FERES	3,6400	1.092,00
364	36	CX	ALGODÃO ORTOPEDICO 20CX COM13	ORTOFEN	8,4900	305,64
365	36	CX	ALGODAÃO ORTOPEDICO 15 CM CX COM13	ORTOPEN	6,3200	227,52
366	36	CX	ALGOÃO ORTOPEDICO 10CM CX COM 13	ORTOPEN	4,2500	153,00
378	2000	UND	CATETER N20	TOPMED	0,6300	1.260,00
379	3000	UND	CATETER N22	TOPMED	0,6200	1.860,00
380	3000	UND	CATETER N24	TOPMED	0,6500	1.950,00
388	6	UND	CUBO REDONDA 500ML	ABC	14,8000	106,80
394	2000	UND	ESCOVA CERVICAL GINECOLOGICA DESCARTAVEL EMBALAGEM IN-DIVDUAL E ESTERIAL	CRAL	0,1700	340,00
395	10	PCT	ESPATULA DE AYRES C/100	TEUTO	4,1000	41,00
396	1000	UND	ESPECULO P DESC.ESTERIL	CRAL	0,7800	780,00
399	6	CX	FIO CATGUT CRADO C/24	TECNOFIO	80,4700	482,82
400	6	CX	FIO CATGUT CROMADO 1.0 S115T C/25	TECNOFIO	80,4700	482,82
401	6	CX	FIOCATGUT CROMADO 1.0 S113T C/25	TECNOFIO	80,4700	482,82
402	20	CX	FIO NYLON N2,0C/ AG3/8-3,0CMC/25	TECNOFIO	29,2500	585,00
403	20	CX	FIO NYLON N3,0C/AG3/8-3,0CM C/25	TECNOFIO	29,2500	585,00
404	20	CX	FIO NYLON N 4,0C/AG 3/8-2,0CM C/25	TECNOFIO	29,2500	585,00
405	20	CX	FIO NYLON N 5,0C/AG3/8-2,0CM C/25	TECNOFIO	29,2500	585,00
413	10	CX	LAMINAS DE BISTURI N 11C/100	TOPMED	20,3600	203,60
414	10	CX	LAMINAS DE BISTURI N 15C/100	TOPMED	20,3600	203,60
415	10	CX	LAMINAS DE BISTURI N 21 C/100	TOPMED	20,3600	203,60
416	10	CX	LAMINAS DE BISTURI N23C/100	TOPMED	20,3600	203,60
417	10	CX	LAMINAS DE BISTURI N24C/100	TOPMED	20,3600	203,60
423	400	CX	LUVAS PROCEDIMENTO PPCX C/ 100 PARES	MEDIX	15,6000	6.240,00
424	400	CX	LUVAS PROCEDIMENTO P CX C/ 100 PARES	MEDIX	15,6000	6.240,00
425	400	CX	LUVAS PROCEDIMENTO M CX C/100 PARES	MEDIX	15,6000	6,240,00
426	400	CX	LUVAS PROCEDIMENTO G CX C/100 PARES	MEDIX	15,6000	6.240,00
428	100	UND	MASCARA P/ NEBULIZAÇÃO	PROTC	5,7800	578,00
434	10	LITRO	POVIDINE DEGERMANTE LT	RIOQUIMICA	24,0500	240,50
437	60	LITRO	RIODENE 1% DIGERMANTE LITROS	RIOQUIMICA	24,0500	1.443,00
459	100	UND	SONDA FOLEY N08 2/V	TOPMED	2,2100	221,00
460	100	UND	SONDA FOLEY N12 2/V	TOPMED	2,2100	221,00
461	100	UND	SONDA FOLEY N20 2/V	TOPMED	2,2100	221,00
462	100	UND	SONDA RETAL N 04	MEDSONDA	0,5100	51,00
463	100	UND	SONDA RETAL N 14	MEDSONDA	0,6400	64,00
464	100	UND	SONDA RETAL N 30	MEDSONDA	1,2300	123,00
465	30	UND	SONDA VESICAL DE DEMANDA N 18 2 VIAS CX COM 12	TOPMED	26,5200	795,60
466	30	UND	SONDA VESICAL DE DEMORA N 16 2 VIAS CX COM 12	TOPMED	26,5200	795,60
468	200	UND	SONDA NASO LONGA N 8	MEDSONDA	0,8500	170,00
469	200	UND	SONDA NASI LONGA N 12	MEDSONDA	0,9200	184,00
470	200	UND	SONDA NASO LONGA N 14	MEDSONDA	1,0100	202,00
471	200	UND	SONDA NASO LONGA N 16	MEDSONDA	1,0500	210,00
472	200	UND	SONDA NASO LONGA N 18	MEDSONDA	1,1700	234,00
480	100	UND	VASELINA LIQ LITRO	RIOUIMICA	17,1600	1.716,00
484	5	UND	RESINA APPALES OU Z250 A2 UNID	FGM	28,3200	141,60
485	6	UND	RESINA APPALES OU Z25 A3 UNID	FGM	28,3200	169,92
486	2	UND	RESINA APPALES OU Z250 A1 UNID	FGM	28,3200	56,64
487	20	UND	LIXA DE AÇO 4MM UNID	INJECTA	6,3200	126,40

490	5	UND	FITA DE POLIESTER TRANSPARENTE	PREVEN	1,6000	8,00
491	10	FRASCO	FORMOCRESOL FRASCO	BIODINAMICA	7,2000	72,00
492	30	FRASCO	FLUOR GEL FRASCO	IODONTOSUL	4,6400	139,20
493	15	FRASCO	ACIDO FOSFOLICO A2% FRASCO	ALLPLAN	1,3600	20,40
494	10	UND	IRM PO LIQUIDA KIT	BIODINAMICA	24,0000	240,00
496	50	UND	SPLICSDORES BUSH UNID	FGM	11,0400	552,00
497	20	UND	ESCOVA DE ROBSON UNID	PREVEN	1,6000	32,00
498	10	FRASCO	HEMOSTOR FRASCO	TECINEW 1	16,000	160,00
499	10	UND	GERMIRIO	ASFER	10,4000	104,00
500	20	UND	CLOREXIDINA 0,12% L	REYMER	27,0700	541,40
501	20	UND	EUGENOL	IODONTOSUL	12,0000	240,00
502	30	FRASCO	ANESTESICO TOPICO FRASCO	DFL	8,800	264,00
503	10	UND	PASTA PROFILATICA UNID	MAQUIRA	4,8000	48,00
504	10	UND	PEDRA POMES EM PO UNID	IODONTOSUL	4,6400	46,40
505	10	UND	VERNIZ COM FLUORNIZ UNID	SS WHITE	29,2800	292,80
508	5	UND	OXIDO DE ZINCO UNID	IODONTOSUL	4,6400	23,20
509	40	UND	FIO DE SUTURA 4,0AGULHADO NYLON	PROCARE	30,4000	1.216,00
510	10	UND	MTRIZES N05 UNID	INJECTA	1,3600	13,60
511	10	UND	MATRIZES N06 UNID	INJECTA	1,5200	15,20
512	15	UND	SELATE UNID	FGM	18,4000	276,00
513	10	UND	CIMENTO DE ZINCO PO E LINQUIDO KIT	MAQUIRA	28,8000	288,00
514	5	UND	HIDROXIDO DE CALCIO PA UNID	IODONTOSUL	4,3200	21,20
515	15	UND	REVELADOR UNID	CAITHEC	8,8000	132,00
516	15	UND	FIXADOR UNID	CAITHEC	8,8000	132,00
519	20	UND	AGULHA 30G CURTA C/50	PROCARE	31,2000	624,00
520	50	CX	ANESTESICO EM VASO CONSTRIOR 3% SEM VASO C/50DLA	DLA	56,0000	2.800,00
524	2	UND	ALAVANCA RETA UNID	PRATA	26,4000	52,80
528	20	UND	ESPELHO CLINICOS C/CABO UNID	PREVEN	6,5600	131,20
531	20	UND	FILME RADIOGRAFICA DENTAL ADUL CX C/ 100	ROGARD	128,0000	2.560,00
533	15	UND	BROS ESFERICAS DIAMANTADA N. 1011UNID	MICRODONT	1,9200	28,80
534	20	UND	BROCAS SFERICAS DIAMANTADA N. 1013 UNID	MICRODONT	1,9200	38,40
535	20	UND	ROCA ESFERICAS DIAMANTADA N.1014 UNID	MICRODONT	1,9200	38,40
537	100	UND	SUGADORDESCARTAVEL	SSPLUS	5,1200	512,00
541	3	UND	POSICIONADOR RADIOGRAFICO ADULTO UNID	MAQUIRA	58,6400	175,92
542	3	UND	POSICIONADOR RADIOGRAFICO INFANTIL UNID	MAQUIRA	58,6400	175,92
555	10	CX	LAPIS MARCADOR DE CERA VERMELHO CX C/10	DIXON	27,1800	271,80
580	10	UND	ESCOVA PARA LIMPEZA DE TUBO DE ENSAIO M UNID	REIS	6,7500	67,50
590	10	UND	LAMPADA PARA MICROSCOPIO 12	XELUX	18,0000	180,00
594	10	UND	ESTANTES MEDIA PARA TUBO DE ENSAIO DE 10 ML PARA TUBOS UNID	MOPAPE	30,4200	304,20
595	10	UND	PAPEL FILTRO QUALITATIVO 9,0COM 100 DISCOS UNID	NALGON	7,6500	76,50
616	60	LITROS	ALCOOL70%	J FERES	3,6400	218,40
618	200	CX	LUVA TAMANHO P CX C/100	MEDIX	14,9900	2.998,00
619	200	CX	LUVA TAMANHO M CX C/100	EDIX	14,9900	2.998,00
620	18	UND	ALGODAO ROLO	FAROL	8,4400	151,92
631	40	UND	COLETOR PARA DESCARTE DE MATERIAS PERURO CORTANTE CAPACIDADE P/ 20 LITROS	DESCARBOX	4,5500	151,92
639	200	UND	DIVAPROATO DE SODIO 500 MG DEPAKOTE	BIOLAB	3,1200	624,00
645	18000	COMP	ATENOLOL 50 MG COMP	PRATI	0,0400	720,00
653	1000	UND	PROPRANOLOL CLORIDRATO 10 MG COMP	MEDLEY	0,1800	180,00
Total Geral ..... R$						180.634,30

NOME: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI CNPJ: 12.313.826/0001-90						
CEP: 74.840-090	CIDADE/UF: GOIANIA/GO					
TELEFONES: 62-3295-8276	E-MAIL: THIAGO@RETFARMA.COM					
REPRESENTANTE LEGAL: THIAGO DO EGITO ARAUJO						
RG: 12494021999-8	CPF: 006.642.381-30					
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
Item	Quant	Unid.	Descrição dos Produtos	Marca	Valor Unit.	Valor. Total
44	500	UND	Butilbrometo de escopolamina 6,67mg/ml	teuto	3,60	1.800,00
53	4000	und	Carbonato de calcio500 mg +colecaciferol 400	sundown	0,30	1.200,00
86	100	und	Cloreto de potássio 19,1%(2,56meq/ml) solução	samtec	0,32	32,00
107	3000	und	Cloridrato de tramadol 50mg comp	Teuto	0,15	450,00
148	100	und	Eritromicina,estolato de 50 mg/ml suspensão	prati	4,80	480,00
156	100	und	Fenitoina 50mg-l,inj	hipolabor	2,30	230,00
174	500	und	Gentamicina 40mg-ml	novafarma	0,66	330,00
176	500	und	Gentamicina 80mg-ml	novafarma	0,79	395,00
202	3	und	imunoglobina	kamada	240,00	720,00
203	6	und	Insulina 100ui-ml ,10ml	Nova nordisk	37,40	224,40
234	60000	und	Metforina 850mg comp	prati	0,06	3.600,00
249	25	und	Midazolan 5 mg	hipolabo	1,50	37,50
256	200	und	Itrofurantonia 100g capsula	brainfarma	0,45	90,00
259	500	und	Noreite+estradio50mg+5mg inj	mabra	13,17	6.5,00
270	500	und	Oxcarbazepina 600 mg comp	rambaxy	1,34	670,00

289	10000	und	Prometazina 25mg-comp	teuto	0,12	1.200,00
336	24	und	Timolol maleato de 2,5mg/ml (25%) solução	teuto	1,88	45,12
337	400	und	Transamin injetável 250mg/5 ml	hipolabor	1,46	584,00
340	1000	und	Tramadol 50mg-comp	teuto	0,15	150,00
355	100	cx	Agulhas 13*4,5cx c/ 100	Lamedid	6,00	600,00
356	100	cx	Agulha 20*5,5 cx c/100	lamedid	6,00	600,00
357	100	cx	Lhas 25*6 cx c/100	lamedid	6,00	600,00
358	100	cx	Agulhas 25*7cx c/100	Lamedid	6,00	600,00
359	100	cx	Agulhas25*8cx c/100	lamedid	6,00	600,00
360	100	cx	Agulha 0*12cx c/ 100	lamedid	6,32	632,00
362	10	cx	Adesivo os coleta 500*1	Abor import	9,98	99,80
411	10	und	Gel p/ultra-som 5litros	carbogel	13,50	135,00
421	300	und	Luvas estéril n7,5	descarpack	0,97	291,00
422	200	und	Luvas esteril	descarpack	0,97	194,00
429	12	und	Bobina papelpardo (kraft) 80gr 80cm	hb	90,00	1.0800,00
473	300	und	Termômetro digital clinico	incoterm	9,00	2,700,00
474	10	und	Termômetro digital de Maximo e minimo	incoterm	45,00	450,00
479	1	und	Turbo de látex (garrote) tubo 202 15 metros	Goiás latex	22,50	22,50
481	10	und	Hidróxido de cálcio p/ forramento em pasta unid	Maquiara	6,81	68,10
482	10	und	Ionômero vidron r pó liquido kit	fgm	27,00	270,00
483	10	und	Ionômero vidron c pó liq kit	maquira	27,50	275,00
488	5	und	Lixa de poliéster 3mm unid	quimidrol	2,03	10,15
495	20	und	Adesivo single Bond 3m unid	3m	133,00	2.660,00
506	1000	und	Fio dental unid	medfio	1,68	1.680,00
517	20	und	Broca cirurgicas 702l und	kavo	6,83	136,50
518	5	und	Cunha de Madeira unid	pharmainox	10,28	51,40
523	2	und	Cabo para bisturi n 03	abc	8,25	16,50
529	2000	und	Escova dental macia unid	ultra	0,57	1.140,00
530	2000	und	Pasta dental unid	suavetex	1,28	2.560,00
532	20	und	Filme radiografico periapical nfantil cx100	dfl	140,00	2.800,00
543	10	L	Spluçaoão álcool acido 3% lt	exodo	16,50	165,00
548	10	L	Violeta genciana lt	Newprov	36,00	360,00
550	5	L	Solução de lugol 2% lt	newprov	86,00	430,00
552	20	und	Laminas para microscorpia pontal lisa c/50	Labor imoprt	3.75	75,00
556	50	cx	Tubo a vácuo com edta k3 p/hemograma 4ml cx	Labor import	50,90	2.545,00
557	50	cx	Tubo a vácuo com acelerador	biocon	38,25	1.912,50
558	50	cx	Tubo a vaco com glucose 4 ml cx c/100	Labor import	49,90	2.495,00
560	50	und	Colesterol eimatica liquida kt	Doles	115,00	5.750,00
561	50	und	Acido úrico ezimatica liquidakit	doles	60,00	3.000,00
565	50	und	Creatinina ezimatica liquida kit	doles	42,00	2.100,00
567	20	und	Vdrl.teste wiener lab. kit	wiener	57,00	1.140,00
568	30	und	Also latex kit	Doles	67,00	2.010,00
570	30	und	Fator reumatoide latex kit	ebram	45,00	1.350,00
573	10	und	Papel de filtro qualitative 9,0com 100 discos unid	nalcon	3,45	34,50
575	8	frasco	Anti a- frs	fresenius	22,20	177,60
576	8	frasco	Anti b- frs	fresenius	22,20	177,60
577	8	frasco	Anti d-fs	resenius	42,50	340,00
586	6	und	Termômetro de geladeira unid	incoterm	45,00	270,00
87	25	und	Ponteira azul 20-1.000 microlitros unid	Labor impor	27,00	675,00
588	3000	und	Parasitofiltro unid	protec	1,25	3.750,00
589	25	pct	Ponteira amarela 10-100 microlitros pct	golgran	8,20	205,00
591	5000	und	Tubo de ensaio de vidro 12*75mm sem tampa unid	Cral	0,02	100,00
592	3000	und	Tubo de ensaio 10ml unid	Cral	0,10	300,00
593	4	und	Relógio com decescente com alarme herwg unid	incotrm	35,10	140,40
596	12	pote	Tubo capilar p/ detrminação de micro-	cral	8,55	102,60
597	15	und	lt para hcv	biocon	66,00	990,00
599	30	und	Kit para hiv	biocon	67,50	2.025,00
601	25	und	Corante insant prov 1,2,3 cx kit 3*500	newprov	42,00	1.050,00
605	30	und	Kit psa-rostate	biocon	135,00	4.050,00
609	15	und	Kit toxplasmose	biocon	172,50	2.587,50
614	2	Litros	Liquido de turk lt	newprov	33,70	67,40
617	25	litros	Acool 96%	Itaja	5,25	131,25
623	2	und	Pipetador de volume fixo 10	cral	50,00	100,00
624	2	und	Ipetador de volume fixo 20	cral	50,00	100,00
625	2	und	Pipetador de volume fixo40	cral	50,00	100,00
626	2	und	Pipeador de volume fixo 500	cral	50,00	100,00
627	2	und	Pipetador de volume fixo	Cral	50,00	100,00
628	2	und	Pipetador de volume fixo 400	Cral	50,00	100,00
629	2	und	Pipetador de volume fixo 1000	cral	50,00	100,00
642	24	und	Bissulfato de clopdogrel 75mg	aurobindo	0,65	15,60

656	**500**	**comp**	**Verapamil cloridrato 80mg comp**	**germed**	**0,47**	**235,00**	
Total Geral ..... R$							80.552,02

NOME: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI CNPJ: 03.250.803/0001-92
CEP: 78.008-435 **CIDADE/UF: CUIABA/MT**
TELEFONES: 65-3614-2108 **E-MAIL: FISCAL@GRUPOPINAO.COM.BR**
REPRESENTANTE LEGAL: FRANCISCO SPADA
RG: 15990745 SSP/MT **CPF: 03.250.803/0001-92**
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS

Item	Quant	Unid.	Descrição dos Produtos	Marca	Valor Unit.	Valor. Total
21	**6.000**	**cpr**	**Aminofilina 100mg comp**	**hipolabor**	**0,080**	**480,00**
154	**50**	**amp**	**Fenitoinha sódica 50mg/ml**	**cristalia**	**4,730**	**236,50**
251	**12.000**	**cpr**	**Nimesulida 100mg comp**	**vitamedic**	**0,100**	**1.200,00**
280	**1.000**	**cpr**	**Permangana de potássio 100mg**	**farmax**	**0,070**	**70,00**
300	**6**	**amp**	**Sacarato de hidróxido férrico 100mg/5ml ampo**	**u.quimica**	**7,990**	**47,94**
367	**50**	**uni**	**Almotolia 250ml(almotolia 300ml bco b. reto)**	**taylor**	**2.310**	**115,50**
385	**500**	**uni**	**Clamp umbilical esterilizado**	**wiltex**	**0,370**	**185,00**
410	**10**	**Uni**	**Mascara Venturi adulto 14*8 5,8cm c/ copo umid**	**foyomed**	**18,150**	**181,50**
436	**100**	**uni**	**Pulseira idetificadora / rn**	**wiltex**	**0,490**	**49,00**
457	**100**	**uni**	**Sonda asp. Traquel n20**	**foyomed**	**0,770**	**77,00**
458	**100**	**uni**	**Sonda asp. Tranqueial n22**	**foyomed**	**0,770**	**77,00**
522	**100**	**uni**	**Mepivacina 2% c/ vaso c/ 50 tubetes-anest odonto mepivacaina 2% mepiadre**	**dfl**	**113,240**	**111.324,00**
525	**2**	**uni**	**Fórceps150 und**	**skay**	**64,960**	**129,92**
526	**2**	**uni**	**Fórceps 16**	**skay**	**64,960**	**129,92**
527	**1**	**uni**	**Fórceps infantil**	**skay**	**64,960**	**64,96**
536	**12**	**uni**	**Jogos de polimento de resinas kit polimento de resina rápido c/8pcs**	**microdont**	**34,150**	**409,80**
540	**20**	**uni**	**Colgatura unitaria**	**technodent**	**4,810**	**96,20**
544	**10**	**lts**	**Corante de leishman**	**newprov**	**72,250**	**722,50**
545	**10**	**lts**	**Álcool acetona 1lt**	**newprov**	**29,570**	**295,70**
546	**5**	**lts**	**Fucsina fenicada p/ gram lt**	**newprov**	**20,540**	**102,70**
547	**10**	**lts**	**Fucsina fenicada p/ zehl nelsen 1lt**	**newprov**	**29,570**	**295,70**
549	**10**	**lts**	**Azul de metileno concentrado para ziehl ilt**	**newprov**	**43,030**	**430,30**
551	**50**	**cxs**	**Color check cx com 100 c/200**	**wama**	**30,290**	**1.514,50**
554	**50**	**cxs**	**Laminulas para microscopia 22,0*22,0cx c/100**	**cral**	**2,390**	**119,50**
559	**50**	**uni**	**Triglicérides ezimatica liq kit trigliceides PP metado; enzimático-colorimetrico ref-459 2*100ml**	**Gold analisa**	**230,000**	**11.500,00**
562	**50**	**uni**	**Glicose enzimática liq. Kit. (PP 500ml ref 434e)**	**Gold analisa**	**79,200**	**3.9600,00**
563	**50**	**uni**	**Colesterol HDL ezimatica liq. Kit (colesterol HDL PP 50ml ref 413)**	**Gold analisa**	**21,200**	**1.060,00**
564	**50**	**uni**	**Ureia 500kit ureia –pp metado enzimatco-colometrico ref 427e**	**Gold analisa**	**114,000**	**5.700,00**
569	**30**	**uni**	**PCR látex kit PCR látex 2ml 80t c/controle ref54e**	**Gol analisa**	**47,200**	**1.416,00**
571	**50**	**uni**	**Alttgp PP kit transaminase alt/tgp PP 60ml ref 422**	**Gold analinsa**	**58,560**	**2.928,00**
572	**50**	**uni**	**Ast/tgp p kit transaminase asttgo pp 60ml ref 421**	**Gold analisa**	**58,500**	**2.925,00**
579	**10**	**cxs**	**Lancet 0.3mm inje cx c/ 200 lanceta esteril cx/ 200 peças**	**cral**	**10,590**	**105,90**
598	**30**	**uni**	**Kit para hepatite b hbsag rápido wama embalagem c/ 20 testes**	**wama**	**120,000**	**3.600,00**
600	**25**	**uni**	**Kit dengue- dengue igg/igm c/25t medteste iden-c42**	**medlevensohn**	**217,400**	**5.435,00**
604	**30**	**uni**	**Kit p/beta hcg- HCG40 TIRA REF 620040R**	**WAMA**	**53,990**	**1.619,70**
608	**7**	**UNI**	**BILIRRUBINA BILIRRUBINA METADO COLORIMETRICO-SIMS-HORM REF 331**	**GOLD ANALI-SA**	**52,000**	**364,00**
630	**8**	**UNI**	**OLEO DE IRMERSÃO**	**NEWPROV**	**17,900**	**143,20**
Total Geral ..... R$						59.111,94

NOME: SUPERMEDICA DIST.HOSPITALAR EIRELI CNPJ: 06.065.614/0001-38
CEP: 74.255-140 **CIDADE/UF: GOIANIA/GO**
TELEFONES: 62-3941-2722 **E-MAIL: FINANCEIRO01@SUPERMEDICA.COM.BR**
REPRESENTANTE LEGAL: AGNALDO DO CARMO CHARGAS
RG: 3628359 2VIA DGPC/GO **CPF: 895.030.901-72**
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS

Item	Quant	Unid.	Descrição dos Produtos	Marca	Valor Unit.	Valor. Total
1	**500**	**UND**	**ACEBROFILINA 5MG-ML,XAROPE**	**PRATI**	**3,12**	**1.560,00**
4	**100**	**POTE**	**ACICLOVIR 50MG-GR,CREME**	**PRATI**	**3,57**	**357,00**
9	**10000**	**UND**	**ACIDO VALPROICO 250MG COMP**	**BIOLAB**	**0,36**	**3.600,00**
10	**15000**	**UND**	**ACIDO VALPROICO 500MG COMP**	**BIOLAB**	**0,57**	**8.550,00**
27	**200**	**UND**	**AMOXICILINA 50MG-ML,150ML**	**PRATI**	**7,66**	**1.532,00**
28	**500**	**UND**	**AMOXICILINA 50MG ML 60ML**	**PRATI**	**3,43**	**1.715,00**
29	**100**	**FRASC**	**AMPICILINA 50G-ML**	**PRATI**	**3,76**	**376,00**
30	**300**	**UND**	**AMPICILINA**	**TEUTO**	**3,29**	**987,00**
32	**400**	**UND**	**ATROPINA, SULFATO DE 0,25MG/ML SOLUÇÃO INJ**	**ISOFARMA**	**0,32**	**128,00**
38	**50**	**UND**	**BIPERIDENO 5MG-ML**	**CRISTALI**	**2,27**	**113,50**
41	**10000**	**UND**	**BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG COMP**	**UNIÃO Q**	**0,57**	**5.700,00**
45	**300**	**UND**	**BROMETO DE IAPATROPICO**	**TEUTO**	**0,88**	**264,00**
56	**500**	**UND**	**CETOPROFENO 50MG INJ**	**UNIÃO Q**	**1,60**	**800,00**
65	**1000**	**UND**	**TRIAXIN**	**EUROFARMA**	**9,91**	**9.910,00**
76	**1000**	**UMD**	**CLINDAMICINA 300MG COMP**	**UNIÃO Q**	**1,08**	**1.080,00**
77	**200**	**UND**	**CLINDAMICINA 150G/ML AMPOLA2ML**	**NOVAFARMA**	**3,73**	**746,00**

80	100	UND	COLAGENASE 15G	CRISTALIA	12,64	1.264,00
81	7200	UND	CLONAZEPAM 0,5MG COMPRIMIDO	CRISTALIA	0,09	648,00
87	50	UND	CLORETO DE SUXAMETANIO	BLAU	10,39	519,50
88	50	UND	CLORETO DE POTASSIO 6% XPE	PRATI	2,58	129,00
89	250	UND	CLORETO DE SODIO 0,9% SOLUÇÃONASAL	NATULAB	0,88	220,00
90	500	UND	CLORETO DE SODIO 20%(3,4MEQ/ML) SOLUÇÃO INJE	SAMTEC	0,23	115,00
92	500	UND	CLRIDRATO DE BUPIVACAINA 0,5% PESADA	HYPOFARMA	2,84	1.420,00
93	1000	UND	CLORIDRATO DE CIETIDINA 150MG INJ	TEUTO	0,79	790,00
94	5000	UND	CLORIDRATO DE CIMETIDINA 200MG COMP	PRATI	0,18	900,00
95	500	UND	CLORIDRATO DE CIMENTIDINA 300MG INJ	TEUTO	0,79	395,00
96	1000	UND	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG INJ	HYPOFARMA	1,17	1.170,00
98	100	UND	LORIDRATO DE ETILEFRINA 10MG INJ	UNIÃO Q	1,30	130,00
105	300	UND	CLORIDRATO DE PETIDINA 50MG INJ	UNIÃO Q	2,15	645,00
109	50	UND	CLORIDRATO CETAMINA50MG/ML	CRISTALIA	15,65	782,50
112	100	UND	CLORPROMAZINA 40MG SOLUÇAO ORAL	CRISTALINA	5,70	570,00
113	100	UND	CLORPROMAZINA 5MG-ML,INJ	HYPOFARMA	1,17	11700
118	360	UND	DEAMEAZONA 0,1% 100ML ELIXIR	FARACE	1,44	518,40
124	1500	UND	DIZEPAN 5MG INJ	TEUTO	0,72	1.080,00
125	100	UND	DICLOFENACO DIELAMONICO 11,6MG 60GR	SOBRAL	3,57	357,00
126	500	UND	DICLOFENACO POTASSICO 25MG-ML INJ	TEUTO	0,67	335,00
133	600	UND	DIPIRONA 500MG 10ML GOTAS	FARMACE	0,78	468,00
136	300	UND	DOLANTINA INJ 50MG	UNIAO Q	2,21	663,00
137	100	UND	DOPAMINA CLORIDRATO DE 5MG/ML SOLUÇÃO INJE	TEUTO	1,50	150,00
151	1000	UND	ESPIRONOLACTONA 50MG COMP	HIPOLAOR	0,24	240,00
155	5000	UND	FENITOINA 100MG COMP	TEUTO	0,23	1.150,00
164	50	UND	FLUCONAZOL 2MG-ML 100ML INJ	ISOFARMA	3,88	194,00
168	1000	UND	FOSFATO DISSODICO DE DEXAMET. 2MG INJ	FARMACE	0,49	490,00
172	7200	UND	FUROSEMIDA 40MG COMPRIMIDO	PRATI	0,04	288,00
173	100	UND	GENTAMICINA 20MGML	NOVAFARMA	0,75	75,00
179	36	UND	GLICEROL 120MG/ML SOLUÇÃO RETAL ENEMA	JP	4,82	173,52
181	3.000	UND	GLICLAZIDA 30 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO COTROLADA	RANBAXY	0,42	1.260,00
184	50	UND	HALOPERIDOL 2MG-ML SOLUÇAO ORAL	UNIÃO Q	2,91	145,50
185	100	UND	HALOPERIDOL 50MG-ML INJE	UNIÃO-Q	1,38	138,00
186	6000	UND	HALOPERIDOL 5G COMPRIMIDO	UNIÃO-Q	0,09	540,00
188	200	UND	HEPARINA 5.000UI 0,25ML	CRISTALIA	5,20	1.040,00
189	100	UND	HEPARINA 5.000UI 5ML	BLAU	11,03	1.103,00
190	50	UND	HIDRALAZINA	CRISTALIA	5,45	272,50
193	20000	UND	HIDROCLORTIAZIDA 50MGCOMP	PHARLAB	0,06	1.200,00
196	600	UND	HIDROXIDO ALUMINIO SUSPESAO ORAL	NATULAB	2,20	1.320,00
208	500	UND	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO	VITAMEDC	0,03	15,00
211	100	UND	LEVONORGESTREL 0,75MG COMPRIMIDO	CIMED	0,82	82,00
236	500	UND	METOCLOPRAMIDA 4MG-MIL GOTAS 10ML	MARIOL	0,69	345,00
237	500	UND	METOCLOPRAMIDA 5MG ML INJ	ISOFARMA	0,33	165,00
244	100	UND	MICONAZOL 2% LOCAO 30ML	CIMED	2,82	282,00
245	200	UND	MORFINA 0,2G ML INJ	CRISTALIA	5,49	1.098,00
246	1000	UND	MORFINA 10MG-COMP	CRISTALIA	0,69	690,00
248	500	UND	MORFINA 30MG COMP	CRITALIA	1,84	920,00
250	100	UND	MIDAZOLAN 10MG COMP	CRISTALIA	0,72	72,00
252	50	UND	N-ACETILCISTEINA 100G/ML SOL INJ	UNIÃO Q	1,79	89,50
258	500	UND	NORETISTERONA 0,35MG COMP	BIOLAB	0,22	110,00
268	500	UND	OXCARBAZEPINA 300MG COMP	RANBAXY	0,72	360,00
269	50	UND	OXCARBAZEPINA	UNIÃO Q	32,35	1.617,50
271	300	UND	ONDANSETRONA,CLORIDRATO 4MG COMP	BIOLAB	2,76	83,00
275	450	UND	PARACETAMOL200 MG-ML 5ML GTS	FARMACE	0,73	328,50
284	20.000	UND	PIROXICAN 20MG	CIMD	0,21	4.200,00
285	5000	UND	POLIVITAMICO COMP	NATULAB	0,06	300,00
293	30	UND	RIFAMICINA SV SODICA 10MGML SPRY 20ML	NATULAB	2,98	89,40
296	100	UND	RANITIDINA SUSPENÇÃO ORAL	NATIVITA	4,33	433,00
301	100	UND	SALBUTAMOL 100MG	TEUTO	9,08	908,00
302	200	UND	SALBUTAMOL 2MG 5ML SUSP ORAL	SOBRAL	1,36	272,00
303	5000	UND	SINVASTATINA 10MG COMP	PHARLAB	0,09	450,00
311	300	UND	SORO GLICOFISICO1000ML	EQUIPEX	5,44	1.632,00
313	500	UND	SORO GLICOSADO 1000ML	EQUIPLEX	5,44	2.720,00
314	300	UND	SORO GLICOSADO 250ML	EQUIPEX	2,47	741,00
316	400	UND	SORO RINGER COM LACTATO	EQUIPEX	,73	1.092,00
320	150	UND	SULFADIAZINA DE PRATA 1%50GR	PRATI	5,19	778,50
325	600	UND	SULFATO DE NEOMICINA 5MG/G+BACITRACINA 150UI/G	SOBRAL	1,35	810,00
332	1500	UND	TENOXICAM 20MG INJ	UNIÃO Q	4,38	6.570,00
334	1000	UND	ETRACICLINA COMPRIMIDO 500MG	PRATI	0,22	220,00
338	1000	UND	TRAMODOL 100MG INJ	CRISTALIA	2,37	2.370,00
339	1000	UND	TRAMADOL 100MG INJ	TEUTO	0,37	730,00
341	100	UND	TRAMADOL 50MG,INJ	TEUTO	0,60	60,00
343	500	UND	VALPROATO DE SODIO OU ACIDO VALPROICO 288MG	BIOLB	0,36	180,00
344	10000	UND	VALPROATO DE SODIO OU ACIDO VALPROICO 576 MG	BIOLAB	0,57	5.700,00

346	50	UND	VANCOMICINA 500MG INJ	TEUTO	3,88	194,00
348	50	PCT	ABSORVENTE USO POS PARTOC/8	DRY	2,76	138,00
349	12	LITROS	AGUA OXIGENADA 10VOL.LT	FBM	2,91	34,92
353	100	UND	AGULHA PARA ANESTESIA ESPIHAL TAMANHO 25G+31/2	PROCARE	3,36	336,00
354	20	UND	AGULHA RAQUE SPINAL 27G+3.1/2 BD	PROCARE	3,61	72,20
368	50	UND	ALMOTOLIA 125ML	J.PROLAB	1,79	89,50
371	40	CX	ATADRA GESSADA 20CM CX C/12	POLARFIX	63,93	2.557,20
373	30	UND	BOLSA COLETORA FECHADO P/ DIURESE CX COM12	POLYMED	31,29	938,70
375	2000	UND	CATETER N14	POLYMED	0,63	1.2600,00
376	2000	UND	CATETER N16	POLYMED	0,63	1.260,00
377	2000	UND	ATETER N18	POLYMED	0,63	1.260,00
381	200	UND	CATETER NASALP/OXIG TIPO OCULOS	MEDSONDA	0,92	184,00
382	12	PCT	CATETER NASAL SIMPLES C/ 20UN	MEDSONDA	18,30	219,60
383	50	CX	COTONETES C/75	CREMER	1,39	69,50
384	5000	UND	COLETOR UNIVERSAL PARA EXAMES LABORATORIAS UND	CRAL	0,27	1.350,00
386	100	PCT	COMPRESSA CIRURGICA 45+50 C/50	MEDIPLUS	8,60	4.860,00
389	12	CX	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 10T C/10	DESCARBOX	38,82	465,84
392	50	UND	EQUIPO MULTIVA C/ CLAMP	VITALGOLD	0,57	28,50
393	150	ROLO	ESPARADRAPO MICROPORE 2,5MM10M	MISSNER	2,11	316,50
397	1000	UND	ESPECULO M	CRAL	0,68	680,00
398	1000	UND	ESPECULO G	CRAL	0,76	760,00
406	100	ROLO	FITA AUTOLAE 19MM30M	MASTERFIX	2,74	274,00
407	24	FRASCO	IXADOR CITOLOGICO 100ML	ADLIN	5,53	132,72
408	800	ROLO	FITA CREPE EM COR BEGE NAS DIMENSOES 19 MM+50 EMBALAGEM	MASTERFIX	2,37	1.896,00
409	80	PCT	FRALDA GEIATRICA PACOTE COM10	ARDAN	7,23	578,40
412	150	PCT	COMPRESSA DE GAZE 13 FIOS PCT C/ 500 UND	MEDIPLUS	14,46	2.169,00
418	3	PCT	LACETAS ERFUANTES C/100	G-TECH	4.83	14,49
419	10	CX	LAMINA PONTA FOSCA C/ 100 UNIDADES	CARL	3,01	30,10
420	100	ROLO	LENÇOL DESC. 70+50CM ROLO C/ 50MTS	PLENO	6,59	659,00
427	100	CX	MASCARA CIRUGICA C/ELASTICO(CAIXA 50 UNIDADE)	TALGE	4,92	492,00
430	2	UND	BOBINA DE PAPEL ULTRA SOM UPP 110HP(110MM+18M)P	ULSTAR	74,21	148,42
431	10	UND	APEL PARA ECG COMPATIVEL COM APARELHO ECAFIX 58MM 20 METROS	DARU	5,22	52,20
433	10	UND	PERA P/ ESIGNOMANOMETRO	PREMIUM	7,45	74,50
435	5000	UND	PRESERVATIVOS UBRIFICADOS	INOVATEX	0,38	1.900,00
445	10	UND	SISTEMA P/ DRENAGEN MEDIASTINA 150ML	MEDSHARP	28,02	280,20
446	35	UND	SONDA ENDOTRAQUEAL PVC S/BALÃO 2,0MM	SOLIDOR	2,84	99,40
447	35	UND	SONDA ENDOTRAQUEL PVC S/ BALAO 2,5MM	SOLIDOR	2,84	99,40
448	35	UND	SONDA ENDOTRAQUEL PVC S/ALAO 3,5MM	SOLIDOR	2,84	99,40
449	35	UND	SONDA ENDOENTRAQUE PVC S/BALAO 4,5MM	SOLIDOR	2,84	99,40
450	35	UND	SONDA ASP. ENDOTRAQUEAL C/ BALAO 5,5MM	SOLIDOR	3,58	125,30
451	35	UND	SONDA ASP. ENDOTRAQUEAL C/BALAO 6,5MM	SOLIDOR	3,58	125,30
451	35	UND	SONDA ASP. ENDOTRAUEL C/ BALAO 6,5MM	SOLIDOR	3,58	125,30
452	35	UND	SONDA ASP.ENDOTRAQUEL C/BALAO 7,5MM	SOLIDOR	3,58	125,30
53	35	UND	SONDA ASP. ENDOTRAQUEAL C/ BALAO 8,0MM	SOLIDOR	3,58	125,30
454	100	UND	SONDA ASP.TRANQUEAL N14	MEDSONDA	0,63	63,00
455	100	UND	N 16	EDSONDA	0,68	68,00
456	100	UND	N 18	MEDSONDA	0,76	76,00
467	100	UND	SONDA URETRAL N18	EDSONDA	0,76	76,00
475	400	UND	TIRAS TESTES GLICEMIA INJEX SENS CX C/5	G-TECH	26,82	10.728,00
477	1	UND	UBO DE LATEX (GARROTE)TUBO 200 15 METROS	GOIAS LATEX	15,65	15,65
478	1	UND	TUBO DE LATEX (GARROTE) TUBO 201 15 METROS	GOIAIS LATEX	20,12	20,12
489	60	UND	FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE UNID	MASTERFIX	2,77	166,20
521	10	UND	AGUA DESTILADA 5.000ML	REYMER	8,63	86,30
538	100	UND	MASCARA DESC. TRIPLA CX C/50UNDS	TALGE	4,92	492,00
553	20	UND	LAMINAS PARA MICROSCOPIA PONTA FOSCA C/50	CRAL	3,01	60,20
582	10	CX	LAMINAS PARA BISURI N15 C/50	STERILANCE	22,34	223,40
583	4	CX	LAMINAS PARA BISTURI N21 C/50	STERILANCE	22,34	89,36
584	4	CX	LAMINAS PARA BISTURIN24C/50	STERILANCE	22,34	86,36
602	25	CX	ADESIVO BLOOD FILM P/ CRIANÇA E ADULTO CX C/ 500UND	CIEX	10,29	257,25
607	5000	UND	COLETOR UNIVERSAL UNID	CRAL	0,27	1.350,00
621	15	UND	AGULHA ESTERIL 25+6	SR	6,45	96,75
622	15	UND	AGULHA ESTERIL 20+5,5	SR	6,45	96,75
648	2000	UND	LEVONOESTREL+ETLESTRADIOL0,15	BIOLAB	0,10	200,00
651	500	FRASCO	MORFINA 1 MG INJ	CRISTALIA	6,17	3.085,00
652	500	COMP	PENTOXILINA 400 MG COMP	UNIAO Q	0,75	375,00
Total Geral ..... R$						142.081,45

NOME: PRÓ SAUDE DIST DE MEDICAMENTOS EIRELI-ME CNPJ: 21.297.758/0001-03	
CEP: 72.265-020	CIDADE/UF: BRASILIA /DF
TELEFONES: 61-3044-3250	E-MAIL: DANIELE@PROSAUDEDISTRIBUIDORA.COM.BR
REPRESENTANTE LEGAL: FRANCISCO CARLOS SOARES DE SOUZA	
RG: 3389538 2VIA SSP/GO	CPF: 152.595.038-05

DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
Item	Quant	Unid.	Descrição dos Produtos	Marca	Valor Unit.	Valor. Total
3	100	TUBO	ACICLOVIR 200 MG OMP	PHARLAB	0,29	29,00
6	200	UND	ACIDO FOLICO 0,2MG-ML SOL ORAL	NATULAB	5,84	1.168,00
7	600	UND	ACIDO SAICILICO 100MG COMP	IMEC	0,02	1.200,00
8	20000	UND	ACIDO SALICILICO 500MGM	IMEC	0,04	800,00
11	400	UND	ACIDO VALPROICO SUSP 50MG ML	TEUTO	2,99	1.196,00
12	1000	UND	ACIDO TRANEXAMICO 250 MG INJ	BLAU	3,21	3.210,00
13	10000	UND	ALBENAZOL 400MG COMP	GREENPHARMA	0,44	4.400,00
14	480	UND	ALBENDAZOL 40MG SUSP ORAL	PRATDONADUZZI	1,17	561,60
17	500	UND	ALENDRONATO DE SODIO 70MG COMP	ELOFAR	0,53	265,00
20	200	UND	AMICACINA 100MG 2ML	TEUTO	0,58	116,00
22	25	UND	AMIODARONA 50MG-ML INJ	HIPOLABOR	1,84	46,00
23	22000	UND	AMITRIPTILINA 25 MG COMP	TEUTO	0,05	1.100,00
25	4000	UND	AMOXICILINA+CLAVULANATO DE POTASSIO 500MG+125MG	EMS	1,34	5.360,00
26	100	UND	AMOXILINA+CLAVULANATO DE POTASSIO 50MG+12,575ML	EMS	15,33	1.522,00
33	360	UND	AZITROMICINA 500MG COMP	PHARLAB	0,58	208,80
34	600	UND	ENZIPENICILIN 1.200,000 UI INJ	TEUTO	8,43	5.058,00
35	600	UND	BENZILPENICILIN 600,00UI INJ	TEUTO	5,37	3.222,00
36	600	UND	BENZILPENICILINA POTASSICA 300.00UI+BENZILPENICILINA POTASSICA 100. 00UI,INJ	BLAU	4,22	2.532,00
37	6000	UND	BIERINDENO 2 MG COMPRIMIDO	CRISTALIA	0,19	1.140,00
39	500	UND	BROMAZEPAN 3MG COMPRIMIDO	MEDLEY	0,22	110,00
42	500	UND	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG INJETAVEL	HIPOLABOR	1,10	550,00
46	200	UND	BROMOPRIDA 4MG-ML GOTAS	HIPOLABOR	1,04	208,00
48	500	UND	BUDESONIA 50MG	BIOSINTETICA	0,27	135,00
50	24000	UND	CARMAZEPINA 200MG COMP.	TEUTO	0,08	1.920,00
52	500	UND	CARBONATO DE CALCIO 500MG COMPRIMIDO	IMEC	0,05	25,00
54	500	UND	CARBONATO DE LITIO 300MG COMP.	HIPOLABOR	0,25	125,00
55	500	UND	CETOPROFENO 100MG INJETAVEL	CRISTALIA	3,00	1.500,00
57	10	UND	CARVAO VEGETAL ATIVADO PO PARA USO ORAL	NEON	18,10	181,00
58	12000	UND	CARVERDILOL 12,5MG COMP.	BIOLAB	0,18	2.160,00
61	500	UND	CARVERDILOL 6,125MG COMPRIMIDO	BIOLAB	0,18	90,00
64	1000	UND	CEFTRIXONA 1GR INJ.	TEUTO	1,44	1.440,00
66	1000	UND	CEFTRAIXONA 1 GR IV INJ.	TEUTO	1,44	1.410,00
68	2000	UND	CETOCONAZOL 200 MG COMPRIMIDO	PRATIDONADUZZI	0,17	340,00
79	300	UND	COLAGENASE 0,6UI+CLORANFENICOL 0,01G 30G	CRISTALIA	12,23	3.669,00
82	480	UND	CLONAZEPAM 2,5MG GOAS	GEOLAB	2,74	1.315,20
83	5000	UND	CLONAZEPAM 2 MG COMP	GEOLAB	0,07	350,00
84	500	UND	CLORANFENICOL 1G INJ	BLAU	1,99	995,00
85	500	UND	CLORETO DE POTSSOP 19,1% INJ	SAMTEC	0,25	125,00
91	200	UND	CLORETO DE SODIO 20%INJ	SAMTEC	0,23	46,00
101	10	UND	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 10%APRAY	HIPOLABOR	53,45	534,50
103	100	UND	CLORIDRATO DE LINDOCINA GELEIA 40G	HIPOLABOR	2,12	212,00
104	84000	UND	CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG	TEUTO	0,04	3.360,00
106	500	UND	CLORIDRATO DE PROMETINA 25 MG INJ	SANVAL	2,15	1.075,00
108	1000	UND	CLORIDRATO DE RAMODOL 50MG INJ	HIPOLABOR	0,77	770,00
110	3000	UND	CLORPROMAZINA 100 MG COMP	UNIÃO Q	0,24	720,00
111	1000	UND	LORPROMAZINA25MG COMP	CRISTALIA	0,24	240,00
114	5000	UND	COMPLEXO B COMPRIMIDO	NATULAB	0,06	300,00
120	3000	UND	DEXAMETASONA 2MG ML INJ	FARMACE	0,48	1.440,00
121	1000	UND	DEXAMETASONA 4MG COMP	TEUTO	0,18	180,00
122	600	UND	DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG ML XAR	TEUTO	1,08	648,00
123	12000	UND	DIAZEPAN 10MG COMP	CRISTALIA	0,10	1.200,00
127	8000	UND	DICLOFENACO POTASSICO 50MG COMP	GEOLAB	0,06	480,00
128	1000	UND	DICLOFENACO SODIO 25MG ML INJ	TEUTO	0,57	570,00
130	360	COMP	DIMETICONA 15 MG GTS	EMS	1,23	442,80
134	500	UND	DIPIRONA 500MG 20ML GOTAS	FARMACE	1,39	695,00
135	200	UND	DOBUTAMINA CLORIDRATO 12,5MG/ML SOLUÇAO INJ.	TEUTO	4,30	860,00
138	200	UND	DOXAZOSINA MESILADO DE 2 MG COMPRIMIDO	MERCK	0,17	34,00
139	200	UND	DOXAZOSINA MESILADO DE 4 MG COMP	MERCK	0,32	64,00
140	72000	UND	ANALAPRIL 10MG COMP	SANVAL	0,04	2.880,00
141	72000	UND	ENALAPRIL	EDQUIMICA	0,06	4.320,00
146	25	UND	EPINEFRINA CLORIDRATO OU HEMITARTARATO DE 1MG/ML SOLUÇÃO INJTA- VEL EFORTIL 10MG AMPOLA 1ML	BLAU	2,15	53,75
147	500	UND	EFORTIL 10MG AMPOLA	UNIAO Q	1,25	625,00
150	1000	UND	ESPIRONOLACTONA 100MG COMP	HIPOLABOR	0,45	450,00
153	5000	UND	ETINILESTRADIO +LEVORGESTREL 0,3MG+COMP OU DRAG	MABRA	0,04	200,00
157	8000	UND	FENOBARBITAL 100 MG COMP	CRISTALIA	0,10	800,00
158	50	UND	FENOBARBITAL 100MG SOLUÇAO INJ	TEUTO	1,53	76,50
159	500	UND	FENOBARBITAL 40MG MG/ML SOLUÇAO ORAL	SANVAL	2,53	1.265,00
160	18000	UND	FLUOXETINA 20 MG CAPSULA	TEUTO	0,05	900,00
161	1000	UND	FINASTERIA	MERCK	0,26	260,00
163	3000	UND	FLUCONAZOL 150MG COMP	MEDQUIMICA	0,27	810,00

165	20	UND	FLUMAZENIL 0,1MG/ML SOLUÇAO INJ	TEUTO	11,30	226,00
166	100	UND	FOINAT DE CALCIO(ACIDO FOLINICO) 15 MG COMP	HIPOLABOR	1,31	131,00
167	1000	UND	FOSFATO DISSODICO DE DEXAMETASONA 4MG INJ	NOVA FARMA	0,46	460,00
180	36	UND	GLICEROL 72 MG SUPOSITORIO	EMS	1,17	42,12
182	2400	UND	GLICOSE 25%10ML INJ	SAMTEC	0,23	552,00
183	2000	UND	HALOPERIDOL 1 MG COMP	CRISTALIA	0,14	280,00
187	50	UND	HALOPÉRIDOL 5 MGML SOLUÇAO INJ	HYPOFARMA	1,20	60,00
192	60000	UND	HIDROCLOROIAZIDA 25G COMP	TEUTO	0,02	1.200,00
194	600	UND	HIDROCORTIZONA 100G INJ	TEUTO	2,25	1.350,00
198	10	UND	IMIPENEM+CILASTATINA INJ	ABL	17,79	177,90
207	500	UND	ITRACONAZOL 100 MG CAPSUL	GEOLAB	0,42	210,00
209	12	UND	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE	EMS	7,15	85,80
213	100	UND	LEVOTIRXINA SODICA 100MGC COMP	MERCK	0,12	12,00
214	500	UND	LEVOPROMAZINA 100MG COMP	CRISTALIA	0,97	485,00
215	500	UND	LEVOPROMAZINA 25MG ML COMP	CRISTALIA	0,46	230,00
216	6000	UND	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG COMP	MERCK	0,12	720,00
217	100	UND	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG COMP	MERCK	0,12	12,00
221	100	UND	LIDOCINA 10%50 ML SPRAY	HIPOLABOR	53,66	5.366,00
222	50	UND	LIDOCAINA 2%GEL 30G	HIPOLABOR	2,15	107,50
226	72000	UND	LOSARTANA 100MG COMP	PRATI DONADUZ-ZI	0,31	22.320,00
227	100000	UND	LOSARTANA 50 MG COMP	PRATI ONADUZZI	0,04	4.000,00
232	2000	UND	METFORMINA 500MG COMP	TEUTO	0,06	120,00
235	5000	UND	METOCLOPRAMIDA 10MG COMP	HIPOLABOR	0,10	500,00
238	6000	UND	METOPROL 25MG COMP	ASTRA ZENACA	1,05	6.300,00
239	5000	UND	METOPROLOL 50MG COMP	ASTRA ZENECA	2,06	10.300,00
240	6000	UND	ETRONIDAZOL 400MG COMP	TEUTO	0,31	1.860,00
241	1000	UND	METRONIDAZOL 5MG/ML INJ	FARMACE	2,12	2.120,00
247	1000	UND	MORFINA 10MG ML INJ	HIPOLABOR	2,30	2.300,00
253	50	UND	NALOXONA, CLORIDRATO DE 0,4 MG/ML SOLUÇÃO INJ	HIPOLABOR	4,60	230,00
255	300	UND	NISTATINA CREME 25.000 UI/G 60GR	GREENPHARMA	4,09	1.227,00
261	1000	UND	NORTRIPTLINA 25MG COMP	RANBAXY	0,39	390,00
262	1000	UND	NORTRIPTILINA 50MG COMP	RAMBAXY	0,45	450,00
263	500	UND	OLANZAPINA 10MG COMP	EMS	0,77	385,00
264	400	UND	OCITOCINA 5UI INJ	UNIAO Q	1,07	428,00
265	100	UND	OLEO MINERAL 100ML	NATULAB	2,41	241,00
272	300	UND	ONDANSETRONA CLORIDRATO DE 8 MG COMP	CRISTALIA	2,07	621,00
274	450	UND	PARACETAMOL 200MG/ML 10ML GTS	NATULAB	0,63	283,50
277	200	UND	PAROXETINA 20MG COMP	AUROBINDA	0,23	46,00
279	24	UND	PASTA D AGUA FN PASTA	RIOQUIICA	4,31	103,44
281	25	UND	PERMETRINA 1% (10MG/G) LOÇAÕ	IFAL	2,06	51,50
282	25	UND	PERTRINA 5%(50MG/G) LOÇÃO	IFAL	3,17	79,25
288	500	UND	PREDNISONA 5MG COMP	VITAMEDIC	0,08	40,00
294	18000	UND	RANITIDINA 150MG COMP	MEDQUIMICA	0,08	1.440,00
297	2000	UND	RISPERIDONA MG COMP	MERCK	0,20	400,00
298	2000	UND	RISPERIDONA 2MG COMP	CRISTALIA	0,24	480,00
304	48000	UND	SINVASTATINA 20MG COMP	PHARLAB	0,10	4.800,00
305	5000	UND	SINVASTATINA 40 MG COMP	PHARLAB	0,16	800,00
307	1000	UND	SORO FISIOLOGICO 10 ML	SAMTEC	0,19	190,00
308	1000	UND	SORO FISIOLOGICA 100ML	EQUIPLEX	1,80	1.800,00
309	1000	UND	SOROFISIOLOGICO 1000ML	EQUIPLEX	4,48	4.480,00
318	3000	UND	SULFADIAZINA 500 MG COMP	SOBRAL	0,20	600,00
319	200	UND	SULFADIAZINA DE PRATA 1% 400GR	PRATI DONADUZ-ZI	26,90	5.38000
321	12000	UND	SULFAMETAXAZOL 400MG+TRIMETOPRIMA 80MG, COMP	PRATI DONADUZI	0,10	1.200,00
323	50	UND	SULFATO DE MAGNESIO 10% INJ	SAMTEC	0,34	17,00
326	50	UND	SULFATO DE SALBUTAMOL SPRAY	TEUTO	8,60	430,00
328	500	UND	SULFATO DE FERRO 25G/ML SOLUÇÃO ORAL	HIPOLABOR	0,85	425,00
329	100	UND	SUSTRATE 10MG	BRISTOL	0,52	52,00
333	1500	UND	TENOXICAN 40 MG INJ	UNIÃO Q	6,69	10.035,00
335	1000	UND	TIAMIN CLORIDRATO DE 300 MG COMPRIMIDO	HIPOLABOR	0,21	210,00
324	12	UND	TIMOLOL MALEATO DE 5MG/ML (0,5%) SOLUÇÃO ORFTALMICA	TEUTO	1,39	16,68
345	200	UND	VALFARINA 5MG/ML	TEUTO	0,14	28,00
347	6	UND	VITELINATO DE PRATA 10%	ALLERGAN	11,81	70,86
369	200	CX	ATADURA CREPE 20 CM CX COM 12	MB TEXTIL	6,80	1.360,00
370	200	CX	ATADURA CREPE 15 CM CX COM 12	MB TEXTIL	5,11	1.022,00
372	40	UND	ATADURA GESSADA 10CM CX COM12	POLAR FIX	16,64	665,60
387	1500	PCT	COMPRESSA DE GAZE 7,5+7,5 C/500	REMED	7,90	11.850,00
391	4000	UND	EQUIPO MACROGOTAS C/ RONDANA PLAST DUPLA VIA	CIRUTI	0,61	2.440,00
438	4000	UND	SCALP N19	SOLIDOR	0,19	760,00
439	4000	UND	SCALP N21	SOLIDOR	0,16	640,00
440	2000	UND	SCALP N23	CIRUTI	0,18	360,00
441	2000	UND	SCALP N 15	CIRUVEIN-S	0,18	360,00
442	2000	UND	SCALP N27	CIRUTI	0,18	360,00

443	6000	UND	SERINAS 20 ML C/ AGULHA	SR	0,38	2.280,00
444	6000	UND	SERINGA 3ML C/ AGULHA	SR	0,16	960,00
610	5000	UND	SERINGA 03 ML	RYMCO	0,13	650,00
611	1500	UND	SERINGA 05 ML	SR	0,13	195,00
612	3000	UND	SERINGA 10ML	SR	0,25	750,00
613	3000	UND	SERINGA 20ML	SR	0,38	1.140,00
643	12000	COMP	ANLODIPINO BESILATO 5 MG COMP	GEOLAB	0,03	360,00
644	18000	COMP	ATENOLOL 25G	RATI DONADUZZI	0,04	720,00
646	60000	UND	GLIBENCLAMINA (GLICAMIN)5 MG 20	MEDQUIMICA	0,03	1.800,00
649	240	FRASCO	MEBENDAZOL 20MGML SUS ORAL	MEDQUIMICA	0,03	1.800,00
650	2400	COMP	MEBENDAZOL 100MG COMP	SOBRAL	0,05	120,00
Total Geral ..... R$						204.343,30

4.2. Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos próprios previstos no orçamento anual do Município do exercício de 2018, bem como 2019, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Elemento Desp; Material de Consumo 3.3.90.30.00

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DOS PRODUTOS

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos serviços realizados;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4 Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.2. Para fornecimento dos produtos registrados neste Pregão será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração;

7.2.1. As solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente (semanalmente), de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria solicitante, durante toda a vigência do contrato, através de servidores previamente autorizados, os quais solicitarão os produtos junto à contratada;

a) Local: O local de entrega será determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, que determinará o local onde serão entregues os produtos;

b) Prazo: O prazo de entrega dos medicamentos será de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

7.2.2. A empresa contratada deverá fornecer os produtos dos tipos, tamanhos e quantidades satisfatórias ao cumprimento do contrato. A Fiscalização poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer produto não satisfatório.

7.2.3. Os produtos, de que trata o presente Edital, serão recebidos:

7.2.3.1. O recebimento definitivo dos produtos, objeto deste Termo, não exclui a responsabilidade da licitante vencedora quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelas Secretarias e Unidades, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90)

7.2.3.2. Ocorrendo rejeição dos produtos recusados por não se enquadrar na especificação estipulada ou apresentar defeitos de fabricação ou danos em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação, o Contratado deverá refazê-los no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data em que for comunicado da cita rejeição, sem ônus para o Contratante, sob pena de o não fazendo, ensejar nas sanções cominados em Lei.

7.2.4. A Administração Pública poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso este esteja em desacordo com a proposta oferecida no momento do Certame, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário.

7.2.5. Os materiais Licitados terão que estar dentro das normas de legislação vigente de qualidade/técnica;

7.2.6. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

7.2.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos com transporte e pessoal de apoio para o transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato.

7.2.8. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 019/2018, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de General Carneiro/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas. 11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de General Carneiro/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de General Carneiro, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de General Carneiro poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de General Carneiro por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. _____/2018 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.4. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

General Carneiro-MT, em 14, de Maio de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

RET FARMA DIST. DE MEDICAMENTOS E PROD HOSP LTDA-ME

CONTRATADA

_____

SUPERMEDICA DIST HOSPITALAR EIRELI CONTRATADA

_____

GOIAS BEM COM. SERV. PROD.P/ SAUDE EIRELI CONTRATADA

_____

PRO SAUDE DIST DE MEDICAMENTOS EIRELI-ME CONTRATADA

_____

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018, DA PREFEITURA MUNICPAL DE GLÓRIA D'OESTE/MT

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018, DA PREFEITURA MUNICPAL DE GLÓRIA D'OESTE/MT, PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º QUADRIMESTRE DO EXERCICIO FINANCEIRO DO ANO DE 2017.

Aos 15:00 horas do dia 11 (Onze) de Maio do ano de 2018, reuniram-se no Centro Comunitário Padre Mauricio Savassa, localizado à Rua Juliano Mateus, nesta cidade de Glória D'Oeste - MT, o Sr. Prefeito Municipal Paulo Remédio, o Contador Joabe Francis Garcia Silva, a Assessoria, os Vereadores e demais munícipes para em atendimento ao parágrafo 4º, do artigo 9º da LRF nº 101/2000, com o objetivo da realização de Audiência com vistas a prestação de contas relativas ao 3º Quadrimestre de 2017. A Audiência foi previamente comunicada aos cidadãos através de Edital de Convocação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, no site e mural da Prefeitura Municipal, mural da Câmara Municipal, nas Secretarias do Município e convites entregues a sociedade civil para comparecimento a mesma. O Contador acompanhado da Assessoria Contábil da Prefeitura deu início a Audiência, agradecendo a presença de todos os presentes, em seguida deu início as explanações sobre noções básicas da Lei nº101/2000 – LRF, pilares básicos, princípios de gestão fiscal responsável, sanções institucionais e pessoais, leis de crimes e improbidades correspondentes. A receita arrecada até o período de 31/12/2017 foi no montante total de R$ 14.118.815,32 (Quatorze Milhões, Cento e Dezoitos Mil, Oitocentos e Quinze Reais e Trinta e Dois Centavos). A despesa empenhada até o período de 31/12/2017 foi no valor total de R$ 12.817.211,69 (Doze Milhões, Oitocentos e Dezessete Mil, Duzentos e Onze Reais e Sessenta e Nove Centavos). As despesas a pagar processadas e não processadas até o período de 31/12/2017 foi no montante de R$ 472.867,64 (Quatrocentos e Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Sessenta e Sete Reais e Sessenta e Quatro Centavos). A Disponibilidade Financeira é no Total de R$ 1.632.158,90 (Um Milhão, Seiscentos e Trinta e Dois Mil, Cento e Cinquenta e Oito Reais e Noventa Centavos). Com relação aos índices constitucionais de aplicação em Educação, Saúde, FUNDEB e Pessoal, tais índices estão dentro da legalidade até o quadrimestre em análise. Apresentadas as informações, o Contador deu como encerrada suas explanações, agradeceu a presença de todos os presentes dando por encerrada a Audiência Pública. Eu, Joabe Francis Garcia Silva, lavrei a presente ata, que juntamente com a lista de assinaturas dos participantes da presente audiência será encaminhada para a devida publicação.

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018, DA SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE DE GLÓRIA D'OESTE/MT

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018, DA SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE DE GLÓRIA D'OESTE/MT, PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS ONDE FORAM EXPOSTAS E DEBATIDAS INFORMAÇÕES SOBRE: AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO 3º QUADRIMESTRE EXERCICIO FINANCEIRO DE 2017.

Aos 15:00 horas do dia 11 (Onze) de Maio do ano de 2018, reuniram-se no Centro Comunitário Padre Mauricio Savassa, localizado à Rua Juliano Mateus, nesta cidade de Glória D'Oeste - MT, o Sr. Prefeito Municipal Paulo Remédio, o Contador Joabe Francis Garcia Silva, a Secretaria Municipal de Saúde Daiane da Silva Teodoro, a Assessoria, os Vereadores e demais munícipes para em atendimento ao parágrafo 4º, do artigo 9º da LRF nº 101/2000 e artigo 36, parágrafo 5º da LC nº 141/2012, com o objetivo da realização de Audiência com vistas a prestação de contas relativas ao 3º Quadrimestre de 2017. A Audiência foi previamente comunicada aos cidadãos através de Edital de Convocação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, no site e mural da Prefeitura Municipal, mural da Câmara Municipal, nas Secretarias do Município e convites entregues a sociedade civil para comparecimento a mesma. O Contador acompanhado da Assessoria Contábil da Prefeitura deu início a Audiência, agradecendo a presença de todos os presentes, em seguida deu início as explanações sobre noções básicas da Lei nº101/2000 – LRF, pilares básicos, princípios de gestão fiscal responsável, sanções institucionais e pessoais, leis de crimes e improbidades correspondentes. Durante a audiência foi exposta a situação que se encontra a Secretaria Municipal de Saúde, as transferências de recursos que foram recebidos dos governos, Federal até o período de 31/12/2017 Saúde SUS foi no montante total de R$ 487.451,58 (Quatrocentos e Oitenta e Sete Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Um Reais e Cinquenta e Oito Centavos). Estadual até o período de 31/12/2017 o valor total de R$ 64.380,69 (Sessenta e Quatro Mil. Trezentos Oitenta Reais e Sessenta e Nove Centavos), recursos próprios (15%) R$ 2.018.651,76 (Dois Milhões, Dezoito Mil, Seiscentos e Cinquenta e Um Reais e Setenta e Seis Centavos). As despesas totais que foram liquidadas até o período de 31/12/2017 foi no valor total de R$ 2.710.753,40 (Dois Milhões, Setecentos e Dez Mil, Setecentos e Cinquenta e Três Reais e Quarenta Centavos). O índice de aplicação em Saúde foi de 19,70%. A Secretaria Municipal de Saúde, apresentou as ações e serviços de saúde referente ao cumprimento de metas fiscais do 3º quadrimestre de 2017, como a quantidade de atendimentos e exames realizados. Apresentadas as informações, a Secretaria Municipal de Saúde deu como encerrada suas explanações, agradeceu a presença de todos os presentes dando por encerrada a Audiência Pública. Eu, Joabe Francis Garcia Silva, lavrei a presente ata, que juntamente com a lista de assinaturas dos participantes da presente audiência será encaminhada para a devida publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2018

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº **042/2018** obteve o seguinte resultado: A empresa **ANA PAULA MARCIANO 03963665114** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$**

14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)**.** O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 22 de maio de 2018. SEBASTIÃO ADILSON C. DA SILVA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57 E 58 DE 2018

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 057/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **AGNALDO JUNIOR MATINS DE BARROS 01235644170**, Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICA,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº **038/2018 - Srp**, **Processo de Compra n° 0882/2018, Lei 8.666/1993**, Lei 10.520/2002. A empresa **AGNALDO JUNIOR MATINS DE BARROS 01235644170** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). Data de Assinatura**: **22/05/2018**. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura e publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº **0882/2018** PREGÃO PRESENCIAL Nº **038/2018-SRP**. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **ÉRICO STEVAN GONÇALVES** – Prefeito Municipal; **Contratada AGNALDO JUNIOR MATINS DE BARROS 01235644170** representada pelo senhor **Agnaldo Junior Martins de Barros -** Guarantã do Norte, **22 de maio de 2018.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 058/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **IDELSON BATISTA DO CARMO 77290682149**, Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICA,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº **038/2018 - Srp**, **Processo de Compra n° 0882/2018, Lei 8.666/1993**, Lei 10.520/2002. A empresa **IDELSON BATISTA DO CARMO 77290682149** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). Data de Assinatura**: **22/05/2018**. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura e publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. **A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 0882/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018-SRP. Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **ÉRICO STEVAN GONÇALVES** – Prefeito Municipal; **Contratada IDELSON BATISTA DO CARMO 77290682149** representada pelo senhor **Idelson Batista do Carmo -** Guarantã do Norte, **22 de maio de 2018.**

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2018

Ratificada a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal 8.883/94, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e parecer da Controladoria Interna. **OBJETO:**Aquisição de peças e mão de obra para revisão de 40.000 km do veículo Toyota Etios placa QCB 9594, de propriedade do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal. **CONTRATADA:** DISVECO LTDA. **VALOR:** R$ 699,00 (seiscentos e noventa e nove reais). **ENTREGA:** Imediata. **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93. Ratifico o presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e parecer da Controladoria Interna e justificativa anexo ao **Processo de Compra nº 1233/2018**. Guarantã do Norte-MT - 22 de maio de 2018. **Érico Stevan Gonçalves/**Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018 – SRP

O Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados, que não houve nenhum interessado em participar da sessão do **Pregão Presencial nº 027/2018** cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresas especializadasno **FORNECIMENTO DE MÁQUINAS PESADAS** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I), ocasionando em uma licitação **DESERTA.**O processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã do Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135 ou pelo e-mail licitacaogta2017.2020@gmail.com. Guarantã do Norte/MT, 22 de maio de 2018. **Gutenberg Xavier Alves dos Santos/Pregoeiro.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2018

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2018

“MENOR PREÇO – POR LOTE”

A Prefeitura Municipal de Indiavaí - MT, em 22 de maio de 2018, através da seu Pregoeiro Cleber P. dos Santos e sua Equipe de Apoio torna publico para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 05 de junho de 2018 as 08h00min, a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2018, cujo objeto é a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: **1** – elaboração de laudo de avaliação do Município com o objetivo de determinar o VTN (Valor da Terra Nua) para encaminhamento à Receita Federal do Brasil para Atualização do Sistema de Preços de Terra (SIPT), em conformidade com a Instrução Normativa RFB 1562, de 29 de Abril de 2015, **2** – Contratação de pessoa jurídica para Prestação de serviços de Assessoria/consultoria tributária na área do ITR, objetivando o atendimento das obrigações pactuadas em convênio por este município e a Receita Federal do Brasil, a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Prefeitura.

Indiavaí – MT, em 22 de maio de 2018.

Cleber Pereira dos Santos

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 002/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

n.º 002/2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado, **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de **PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS E APLICADOS NO MUNICÍPIO REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2018**, para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar sugestões e opiniões, que se

realizará no dia **29 de maio de 2018, às 14:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Jaciara.**

Jaciara - MT, 21 de maio de 2018.

Abduljabar Galvin Mohammad

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 030/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: AUTO POSTO JAURU

OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL

VIGENCIA: 60 (SESSENTA) DIAS

VALOR (R$): 597.620,00(quinhentos e noventa e sete mil seiscentos e vinte reais)

CONTRATO Nº. 031/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: AUTO POSTO SÃO DOMINGOS – EIRELLI - EPP

OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL

VIGENCIA: 60 (SESSENTA) DIAS

VALOR (R$): 358.683,60(trezentos e cinquenta e oito mil seiscentos e oitenta e três reais e sessenta centavos).

CONTRATO Nº. 032/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: Z. P. DA SILVA & CIA LTDA - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE HORAS DE MAQUINAS MOTONIVELADORA E LOCAÇÃO DE CAMINHÃO, PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS.

VIGENCIA: 180 (CENTO E OITENTA) DIAS

VALOR (R$): 161.000,00(cento e sessenta e um mil reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR N° 007/2018 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR N° 007/2018

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2018

A Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Público responsável pela Organização e Coordenação do mesmo, no uso das atribuições legais concedidas no Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2018 vem por meio deste tornar público. Não houve recurso protocolado contra o edital dos candidatos **CLASSIFICADOS.**

Juara, 22 de Maio de 2018.

Arlete de Assunção Ramos Claudemir Volpato

Presidente da Comissão Membro da Comissão

Portaria 840/2017 Portaria 840/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO N.º 028/2018 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 200/2018, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 028/2018, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 22.05.2018, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. **Objeto: Registro de Preços para Futuro e Eventual Fornecimento de Combustíveis (Gasolina Comum, Etanol, Óleo Diesel e Óleo Diesel S-10) para atender às necessidades da Administração Municipal**, sagrou-se vencedora a empresa: **AUTO POSTO ARINOS LTDA**, inscrita no CPNJ sob o n.º 05.798.923/0001-54, localizada à Avenida Rio de Janeiro, 968W, Centro, CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, sendo vencedora para os itens 01; 02; 03; 04; 05 e 06, com valor global de R$ 2. 745.468,60 (dois milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos).

Juara –MT, 23 de maio de 2018.

José Roberto Pereira Alves Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2018

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2018

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: FENIX COMERCIO DE ALIMENTO LTDA

CNPJ: 01.835.680/0003-98

OBJETO: "Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios para atendimento às Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT"

ASSINATURA: 22/05/2018

VIGENCIA: até 22/05/2019

VALOR GLOBAL: R$ **814.388,50** (oitocentos e quatorze mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2018

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2018

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DE JUSCIMEIRA LTDA

CNPJ: 03.939.469/0013-12

OBJETO: "Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios para atendimento às Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT"

ASSINATURA: 22/05/2018

VIGENCIA: até 22/05/2019

VALOR GLOBAL: R$ **1.312.740,00** (Um milhão, trezentos e doze mil, e setecentos e quarenta reais)

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2018

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2018

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP

CNPJ: 02.545.557/0001-33

OBJETO: "Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios para atendimento às Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT"

ASSINATURA: 22/05/2018

VIGENCIA: até 22/05/2019

VALOR GLOBAL: R$ **371.324,50** (trezentos e setenta e um mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2017.

CONTRATANTE: LAMBARI – PREVI.

CONTRATADA: P.H.DA C. FERREIRA ASSESSORIA PÚBLICA.

PRAZO E VIGENCIA DO CONTRATO: O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS À PARTIR DE 02(DOIS) DE MAIO DE 2018 À 02 (DOIS) DE MAIO DE 2019.

VALOR: DÁ-SE A ESSE TERMO ADITIVO O VALOR DE R$ 26.149,92 (vinte e seis mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos). VALOR BRUTO. O ATUAL CONTRATO SERÁ PAGO EM 12 (dose) PARCELAS MENSAIS DE **R$ 2.179,16, (Dois mil , cento e setenta e nove reais e dezesseis centavos),** NOS MOLDES DO CONTRATO ORIGINAL.

ORIGEM: CONTRATO Nº 004/2017.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

FUNDAMENTO: O PRESENTE TERMO ADITIVO, APRESENTA EMBASAMENTO LEGAL NO ART. 57, PARÁGRAFO 1º, INCISO II DA LEI Nº 8. 666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

LAMBARI D´OESTE – MT, 23 DE ABRIL DE 2018.

DIRETOR EXECUTIVO – NÉLITON DA SILVA MOTA.

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 04 / 2018.

DATA: 18 / 05 / 2018.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias

LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 02 / 2018.

OBJETO: Prestação de serviços de Elaboração de Projeto Arquitetônico, incluindo Projeto Elétrico, Estrutural, Sanitário e Incêndio; com Elaboração de Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico-Financeiro, conforme normas do Sinapi. Conforme Projeto Básico.

VALOR GLOBAL: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

CONTRATADA:: **FAGNER M. DE A. S. ROK – ME**.

C.N.P.J: 20.153.708/0001-90.

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O LAMBARI-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Através de seu Diretor Executivo Srº. **NÉLITON DA SILVA MOTA**, torna público que em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Senhor JOSÉ SANTA LEITE, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no processo de Contratação Direta da empresa: **FAGNER M. DE A. S. ROK – ME**, **CNPJ: 20.153.708/0001-90**. **Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de serviços de Elaboração de Projeto Arquitetônico, incluindo Projeto Elétrico, Estrutural, Sanitário e Incêndio; com Elaboração de Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico-Financeiro, conforme normas do Sinapi.**Conforme projeto básico, mediante o pagamento no valor total de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), onde formulou-se expediente de Dispensa de Licitação 02/2018, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e da Lei Municipal nº 518/2015, de 29 de janeiro de 2015, que "*dispõe sobre atualização monetária dos valores fixados pela Lei Federal nº 8.666/1993*". RATIFICA - SE a justificativa apresentada, ordenando sua publicação, em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal, autorizando a Contratação da empresa **FAGNER M. DE A. S. ROK – ME**, **CNPJ: 20.153.708/0001-90**, para realização do objeto.

Lambari D'Oeste - MT, 18 de Maio de 2018. .

_____

Néliton da Silva Mota

Diretor Executivo

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ATA Nº 001/2018,

DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB.

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta minutos (08h30min), nas dependências da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, do Poder Executivo Municipal, sito a Rua Sidrolândia, nº. 300, Bairro Centro na Cidade de Lambari D'Oeste/MT, reuniram-se os signatários desta ata para reunião ordinária do Conselho do FETHAB, tendo a referida reunião como pauta: a**) *Prestação de contas do 1º quadrimestre do Exercício de 2018*;** Estiveram presentes os Senhores conselheiros: José Santana Leite, Gumercindo da Silva Neves, Leonardo Rocha Lopes da Silva, Zaqueu Batista de Oliveira, Josivan Medeiros da Silva, José Eduardo dos Santos, Edmar Pereira de Oliveira, e também esteve presente o Servidor do Poder Executivo Marcos Vinicius de Morais Angola, sendo o mesmo é o responsável pelas prestações de contas do Fethab deste município. Sendo feito a ABERTURA **-** O Sr. José Santana Leite, que presidiu a presente reunião, deu início a mesma recepcionando a todos e agradecendo pela presença de cada um, sendo que em seguida foi apresentado o Senhor Marcos Vinicius de Morais Angola. Adiante iniciou os trabalhos seguindo a Ordem da Pauta do dia. O Senhor Marços Vinicius faz os demonstrativos detalhados dos gastos nesse 1º quadrimestre de 2018, demonstrando os anexos, e passa para os presentes dar uma estudada e avaliada nos demonstrativos. Diz também que vai enviar a documentação para a Assembleia Legislativa e a SINFRA. O Senhor Marcos Vinícius fala com o Senhor Gumercindo da Silva Neves a forma correta para gastar os valores do Fethab. Em seguida o mesmo fala dos valores que entraram de R$ 228.327,51 nesse 1º quadrimestre de 2018 e no que estão sendo gastos R$ 231.982,78, ficando com um saldo se R$ 7.051,31, sendo que tem a existência que comprar que ainda não foram feitos os pagamentos por demora da burocracia administrativa. Em seguida o Senhor Gumercindo da Silva pergunta se nos relatórios estão todos os gastos detalhados, o Senhor Marcos Vinícius diz que estão todos os gastos detalhadamente. Em seguida o Senhor Gumercindo da Silva diz que os sitiantes estão cobrando mais benfeitorias na zona rural, dizendo que eles pagam o Fethab, e em seguida o mesmo diz que responde que estão sendo feitos todos os trabalhos necessários para cada uma região, principalmente para a região do Distrito de São José do Pingador. Em seguida o Senhor Marcos Vinicius fala também sobre as próximas reunião, haja vista que vai ser tudo digital pela nova implantação do sistema para melhorar mais as informações e eficiência nos trabalhos. Em seguida os participantes recebem as fotos/imagens dos trabalhos prestados nesse 1º quadrimestre, e todos elogiando os trabalhos pela qualidade está sendo. Em seguida foi colocado em votação, sendo a prestação de conta aprovada por unanimidade. **ENCERRAMENTO -** Constará o nome e assinatura dos presentes como parteintegrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, às nove horas e quinze minutos (09h15min) encerrou-se a reunião. Do

que, eu José Santana Leite, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 011/2018

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 011/2018

A Prefeitura Municipal De Lambari D´Oeste – MT, em 18 de MAIO de 2018, através de sua pregoeira oficial em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" Nº 011/2018 tendo como objeto –, cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0KM TIPO PICKUP PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA DE LAMBARI D'OESTE - MT.", conforme anexo do edital, a empresas REAVEL VEICULOS EIRELLI -ME, CNPJ 30.260.538/0001-04 localizada na Rua 3 , nº 1022, Qd. C-8 , lote 93/99 setor Oeste . Goiania -GO, CEP: 74.115-050 sagrou vencedoras do item (01;), valor total de R$ 70.450,00 (setenta mil quatrocentos e setenta reais) , não houve item fracassado.

Lambari D´Oeste –MT 18 de maio de 2018.

RIVONETE COELHO DA SILVA

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 082/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018

Concede Licença-Saúde a Servidora Pública Municipal Fatima Gonçalves Cardoso Farias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

FATIMA GONÇALVES CARDOSO FARIAS, - AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 60 dias, conforme consta em laudo Médico;

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Retroagindo seus efeitos ao dia 03 de maio de 2018.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e dezoito.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2017.

CONTRATANTE: LAMBARI – PREVI.

CONTRATADA: LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

PRAZO E VIGENCIA DO CONTRATO: O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOSE) MESES, CONTADOS À PARTIR DE 02(DOIS) DE MAIO DE 2018 À 02(DOIS) DE MAIO DE 2019.

VALOR: DÁ-SE A ESSE TERMO ADITIVO O VALOR DE R$ 28.125,00 (Vinte e oito mil, cento e vinte e cinco reais). O ATUAL CONTRATO SERÁ PAGO EM 12 (dose) PARCELAS MENSAIS DE R$ 2.343,75 (Dois mil , trezentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**,** NOS MOLDES DO CONTRATO ORIGINAL.

ORIGEM: CONTRATO Nº 005/2017.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

FUNDAMENTO: O PRESENTE TERMO ADITIVO, APRESENTA EMBASAMENTO LEGAL NO ART. 57, PARÁGRAFO 1º, INCISO II DA LEI Nº 8. 666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

LAMBARI D´OESTE – MT, 23 DE ABRIL DE 2018.

DIRETOR EXECUTIVO – NÉLITON DA SILVA MOTA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 020/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 017/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 020/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 017/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ÍTEM

A Prefeitura Municipal de Luciara-MT, através do seu pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público aos interessados que o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial 017/2018 – Tipo Menor Preço por item, realizado no dia 21 de Maio de 2018, às 15:00h, para Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição De Combustíveis Para Manutenção da Estrada Que Liga Luciara a Porto Alegre do Norte-MT Atendendo a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, foi considerado DESERTO, porque não compareceram empresas para o certame.

Luciara, 21 de Maio de 2018.

Vinícius Santos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 002/2018

DATA: 22/05/2018

SÚMULA:"PROMOVE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR 001/ 2005 DE 01/03/2005 E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES E ANEXOS, CRIANDO VAGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Senhor ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. – Fica alterado o seguinte número de vagas do seguinte cargo, no anexo correspondente da Lei Complementar 001/2005, de 01/03/2005:

CARGO	N° DE VAGAS ATUAL	NOVO N° DE VAGAS
CONTADOR	01	**03**

que serão devidamente alteradas nos respectivos anexos do qual fazem parte, nesta Lei.

Art. 2°. – Esta Lei Municipal Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagindo ao dia 02 de maio de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Marcelândia - MT, em 22 de maio de 2018.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a Prestação de Serviços de Sondagem de Solo para fins de levantamento de dados para a elaboração de Projeto de Pavimentação Asfáltica e proposta do Pregão Presencial nº 005/2018.

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA-MT

CONTRATADO: N.C. NETO LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – ME

VALOR R$: 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

VIGÊNCIA: 120 (CENTO E VINTE) DIAS

PRAZO DE EXECUÇÃO: 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 017/2018, que tem como objeto Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestar Serviços de Fornecimento de Acesso a Internet Através de Link Dedicado para Atender as Necessidades de Diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT.Sagrou-se vencedora a empresa:

EMPRESA	Lote	VLR. TOTAL
W P MOHAMAD KASSAB ME	01	R$ 16.000,00

Marcelândia/MT, em 22 de Maio de 2018

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA/LICITAÇÃO
LEI Nº 978/2018

DATA: 22/05/2018.

SÚMULA: Institui a Lei que define a conduta de maus-tratos praticada contra a fauna doméstica.

Artigo 1º - Fica instituída a lei que define a conduta de maus-tratos praticada contra a fauna doméstica, estabelecendo normas de coibição, multa e sanção administrativa a pessoas físicas ou pessoas jurídicas que violarem as normas aqui presentes, não obstante as normas constitucionais e infraconstitucionais de proteção e defesa dos direitos da fauna doméstica.

Artigo 2º - Compreende-se por maus-tratos em conceito amplo contra a fauna doméstica ato comissivo ou omissivo que enseje crueldade ou desleixo, ausência de alimentação essencial adequada, excesso de serviço, tortura, abandono, manter os animais em condições inadequadas, uso de animais feridos para qualquer atividade que não seja o de cuidado imediato e tratamento conforme condição clínica por profissional devidamente qualificado, instalações e gaiolas inadequadas ou impróprias à espécie, uso em experiências pseudocientíficas, falta de cuidados veterinários quando necessário, adestramento nocivo ou quaisquer outros tipos que possam causar sofrimento físico ou emocional.

Artigo 3º - O Poder Executivo tomará todas as providências para o fiel cumprimento desta Lei, podendo atuar diretamente pelos órgãos competentes de suas secretarias ou por meio de parcerias público-privadas, convênios e similares, conforme os processos administrativo-legais constantes na legislação vigente.

I – Promoção da fauna doméstica

II – Proteção da vida, saúde e integridade física e emocional da fauna doméstica;

III – Prevenção visando ao combate dos maus-tratos à fauna doméstica;

IV – Resgate e recuperação da fauna doméstica vítima de crueldade e maus-tratos;

V – Defesa dos direitos da fauna doméstica, conforme normas constitucionais e leis infraconstitucionais;

Artigo 4º - Para os fins desta Lei, entendem-se, a título stricto sensu, os maus-tratos à fauna doméstica:

I – Não fornecer alimentação e/ou água adequadas;

II – Lesar, agredir, espancar, violentar, causando-lhe dor, danos ou morte;

III – Mutilar órgãos ou membros;

IV – Açoitar ou castigar, causando-lhe incômodo ou dor psicológica, lesão leve, grave ou morte;

V – Abandonar, não importando o local ou situação;

VI – Obrigar a realizar atividades de forma excessiva ou submeter a ambientes inadequados, resultando-lhe dor, danos ou morte, mesmo que para fins de adestramento;

VII – Criar, manter, expor em local insalubre, sem segurança, limpeza e desinfecção, privando-lhe ou não da respiração, movimento, descanso, ar ou luz, resultando-lhe ou não lesão leve, grave ou morte;

VIII – Transportar em veículo inadequado ou gaiolas ou caixas de transporte inapropriadas para a espécie, acarretando-lhe desconforto ou lesão ao bem-estar físico e psíquico;

IX – Utilizar para “rinha de galo”, lutas, confronto entre a mesma espécie ou espécies diferentes ou incentivar tal comportamento e atitude onde estiver ou em rituais religiosos;

X – Envenenar, restando-lhe danos reversíveis ou irreversíveis ou morte;

XI – Deixar de realizar a eutanásia cujo diagnóstico foi realizado por médico veterinário competente, a saber, sendo a única alternativa;

XII – Abusar sexualmente;

XIII – Promover perturbação psicológica e comportamental, ofendendo o animal ou não;

XIV – Golpear involuntariamente, causando-lhe lesão leve, grave ou morte;

XV – Não prestar socorro ou assistência veterinária à fauna doméstica doente, ferido, atropelado ou impossibilitado de se locomover, comer ou beber água;

XVI – Privar de abrigo de chuva ou luz solar;

XVII – Abater para consumo;

XVIII –Sacrificar com métodos não humanitários ou não aconselhados pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária;

XIX – Divulgar, publicar, incentivar, expor qualquer ideia ou sugestão de maus-tratos à fauna doméstica;

XX – Promover sorteios, ação entre amigos, bingos, rifas ou eventos em que constem como prêmios animais vivos ou expor para comércio;

XXI – Vender ou doar animal doméstico para menores de idade e incapazes civilmente, senão pela presença e autorização por documento escrito do responsável legal;

XXII – Outras ações ou omissões atestadas por médico veterinário.

Parágrafo único – As ações, comportamentos, condutas e atitudes constantes nos dispositivos desse Artigo não excluem outras práticas consideradas maus-tratos, não sendo o rol apresentado exaustivo, podendo ser entendido como maus-tratos qualquer ato contra à saúde, bem-estar físico e psíquico do animal ou que acarrete seu óbito.

Artigo 5º - A ação ou omissão que gera os maus-tratos ao animal vinculará objetivamente o infrator à multa administrativa, além de outras sanções legais cabíveis na legislação vigente:

§1° – Na aplicação da multa administrativa em face dos maus-tratos praticados pelo infrator, serão observados os seguintes limites:

I – Em caso de maus-tratos contra animal que não resultem lesão leve ou grave ou morte o pagamento de 10 UFM;

II – Em caso de maus-tratos que acarretem lesão leve ou grave ao animal o pagamento de 15 UFM;

III – Em caso de maus-tratos que levem o animal a óbito o pagamento de 20 UFM.

§2° – Caso haja mais de um animal em situação de maus-tratos, portanto, a multa administrativa será majorada em até 1/3.

§3° - Caso haja reincidência de maus-tratos no mesmo exercício fiscal, portanto, a multa administrativa será duplicada por cada animal da fauna doméstica.

§4° - O infrator é obrigado a levar o animal da fauna doméstica vítima de maus-tratos à assistência veterinária qualificada, sob pena de ter a multa administrativa.

§5° – As despesas com a assistência veterinária correrão contra o infrator, devendo este pagar todos os trâmites de assistência de saúde ao (s) animal (is) da fauna doméstica.

Artigo 6º - A pessoa jurídica que incorrer em infração desta Lei não poderá por um ano participar de certame público de pregão, convênio, parceria público-privada ou outro processo que envolva contrato licitatório ou não com o Poder Público municipal.

Artigo 7º – As multas administrativas constantes nesta Lei serão recolhidas pela Prefeitura de MARCELÂNDIA-MT e repassadas às atividades referentes ao bem-estar animal que estão vinculadas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marcelândia – MT.

Artigo 8º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 22 de maio de 2018.

_____

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
LEI Nº. 977/2018

DATA: 09/05/2018

SÚMULA: MODIFICA O NOME DA RUA XINGU, LOCALIZADA NO BAIRRO VILA TUPI, PARA RUA JOSÉ ONOFRINO DA CUNHA.

A Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário aprovou e o Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, no uso das atribuições de seu cargo, sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - A Rua Xingu, localizada no bairro Vila Tupi, no município de Marcelândia-MT, passa a denominar-se Rua José Onofrino da Cunha.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 09 de maio de 2018.

_____

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Título:

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Texto:

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 003/2018

TIPO: MENOR POR ITEM

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve (Hospital Samuel Greve) de Mirassol D'Oeste – inciso no CNPJ 17.683.906.0001-50, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 3563 – Centro – Mirassol D'Oeste – MT, através de sua Pregoeira, nomeado pela portaria nº 005/2018, torna público para os interessados o resultado do Pregão Presencial nº 003/2018, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃES FRANCES, para Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve (Hospital Samuel Greve),conforme especificações e quantidades descritas no TERMO DE REFERÊNCIA do edital de publicação, cujo certame foi declarado DESERTO.

Mirassol D'Oeste-MT, 22 de Maio de 2018.

Letisia Gonçalves Ferreira Baiocco

Pregoeira

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3304 , DE 11 DE maio DE 2018.

REGULAMENTA A CONCESSÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 17, 66 E 67 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 157/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do município de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e, tendo em vista a necessidade de regulamentar a concessão da licença para tratamento da própria saúde; Licença por motivo de doença em pessoa da família, bem como a readaptação de servidores, mediante inspeção médica;

Considerando que o art 16 da Lei Complementar nº 160/2016, determina que durante os primeiros 30 (trinta) dias consecutivos de afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe ao Município pagar ao segurado sua remuneração;

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor, licença por motivo de doença em pessoa da família e, readaptação do servidor da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Art. 2º Para efeito deste decreto, considera-se perícia médica, a avaliação técnica presencial de questões relacionadas à saúde do servidor e à sua capacidade laboral, bem como a necessidade da presença do servidor, para acompanhamento de pessoa da família e as questões relacionadas aos processos de readaptação funcional do servidor.

Parágrafo Único: A perícia médica será realizada por médico designado pela Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO II DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 3º Será concedida licença para tratamento de saúde ao servidor público acometido de doença, mediante perícia médica realizada pelo médico designado pela Administração Pública Municipal, a **pedido ou "ex-ofício", podendo ser:**

I - Licenças de até 06 (seis) dias;

II - Licenças de 07 (sete) à 30 (trinta) dias.

III - Licenças que ultrapassem 30 (trinta) dias.

Art. 4º - As licenças de até 06 (seis) dias será dispensada da perícia médica, devendo o ATESTADO MÉDICO OU ODONTOLÓGIO ser apresentado na Coordenadoria de Gestão de Pessoas em até 48 (quarenta e oito) horas contados da data de início do seu afastamento e, desde que o atestado informe com precisão:

I - o nome completo do servidor;

II - data e o período de afastamento;

III - a doença que impede o servidor de executar plenamente suas funções, com identificação do respectivo código de classificação internacional de doenças (CID);

IV - Carimbo e assinatura do médico ou odontólogo emitente, com registro no respectivo conselho de classe.

§ 1º - o servidor que apresentar o atestado médico ou odontológico sem os requisitos contidos nos incisos I a IV deste artigo, deverá submeter à realização da perícia médica, ainda que o afastamento não exceda os dias previstos no *caput* deste artigo.

§ 2º - Ao servidor é assegurado o direito de não autorizar a especificação do CID em seu atestado, hipótese em que deverá submeter-se a perícia médica, ainda que o afastamento não exceda os dias previstos no *caput* deste artigo.

Art. 5º - Os servidores que apresentarem "ATESTADO MÉDICO OU ODONTOLÓGICO" para licença de 7 (sete) à 30 (trinta) dias, deverão obrigatoriamente serem submetidos à perícia médica designada pela Administração Municipal, obedecendo-se o seguinte:

I - As licenças de que trata o *caput* deste artigo, deverão ser requeridas pelo servidor no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de início do seu afastamento, devendo ser apresentado o atestado médico em via original, anexando cópia dos laudos, exames que porventura tenham sido realizado, receituários médicos e outros documentos e informações caso existam.

§ 1º - O atestado médico ou odontológico deverá conter os requisitos dos Incisos I a IV do artigo 3º deste Decreto.

§ 2º - O requerimento após protocolado, deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, que verificará as exigências contidas neste artigo e, fará o agendamento da perícia médica, comunicando o servidor do dia e horário da perícia, devolvendo a via original do atestado ao servidor e anexando cópia do mesmo ao requerimento.

§ 3º - O servidor que não comparecer à perícia médica, salvo por motivo de força maior devidamente comprovado (caso em que deverá ser reagendada), terá os dias de afastamento para fins de tratamento de saúde considerados faltas ao serviço.

§ 4º - São considerados motivos de força maior para os fins do § 3º deste artigo:

I - falecimento de cônjuge ou companheiro, enteados, filhos, pai, mãe, padrasto, madrasta e irmãos;

II - doença de filho, cônjuge ou companheiro;

III - estado de saúde que impossibilite o comparecimento do servidor ao local de realização da perícia na data agendada; Ex: servidor acamado ou internado.

IV - outras hipóteses de comprovado caso fortuito ou força maior.

§ 6º - Após a perícia médica, o processo deverá retornar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas que comunicará o servidor sobre o resultado e, se concedida será emitida a respectiva portaria ou, se não concedida a comunicação deverá ser feita para retorno imediato do servidor às suas atividades.

Art. 6º - O servidor poderá ser submetido à perícia médica realizada pelo médico designado pela Administração Pública Municipal, a qualquer momento, por convocação da Administração Municipal, ainda que preenchidos os requisitos previstos neste Decreto.

Art. 7º - Os servidores que apresentarem "ATESTADO MÉDICO OU ODONTOLÓGICO" com prazo superior a 30 (trinta) dias, serão encaminhados pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas ao MIRASSOL PREVI para agendamento da perícia médica conforme previsto no § 2º do art. 16 da Lei Complementar nº 160/2016.

§ 1º - O atestado médico ou odontológico deverá ser apresentado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas junto à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, contados da data de início do afastamento.

§ 2º - A Diretoria do MIRASSOL PREVI fará o agendamento da perícia e a comunicação ao servidor da data agendada e, após encaminhará o laudo pericial para a Coordenadoria de Gestão de Pessoas efetuar os registros funcionais necessários.

§ 3º - No caso de servidor comissionado ou contratado com vinculo de contribuição para o INSS, o atestado deverá ser apresentado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, junto a Coordenadoria de Gestão de Pessoas para agendamento online da Previdência Social.

CAPÍTULO III DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 8º - Para concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, o servidor deverá apresentar o atestado ou declaração de acompanhamento, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da data do início do afastamento, podendo ser concedidas a cada período de doze meses, por até 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor.

§ 1o - Vencidos os 30 (trinta) dias, o servidor poderá continuar em licença por mais 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 2o - O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 3º - O atestado ou declaração médica que comprove o acompanhamento do familiar, deverá ser apresentado em via original juntamente com 01 (uma) cópia para autenticação da Coordenadoria de Gestão de Pessoas e, deverá conter o nome do familiar acompanhante e do doente;

Art. 9º - A licença somente poderá ser concedida mediante perícia médica e se comprovada que a assistência direta do servidor é indispensável e não pode ser prestada simultaneamente ao exercício do cargo conforme § 1º do art. 67 da Lei Complementar nº 157/2016.

Art. 10. - As licenças de até 06 (seis) dias fica dispensada da perícia médica e da comprovação da necessidade da assistência direta do servidor, caso atenda aos requesitos do Art. 4º deste Decreto.

Art. 11. - As licenças de 07 (sete) à 30 (trinta) será submetida a perícia médica do médico designado pela Administração Pública Municipal, mediante análise da documentação apresentada pelo servidor (laudos, exames, receituários médicos e outros), podendo este ser convocado a comparecer na perícia médica presencial caso a administração ou o Perito médico entenda necessário.

§ 1º - A Coordenadoria de Gestão de Pessoas encaminhará simultaneamente no prazo de 02 (dois) dias úteis após a apresentação do atestado pelo servidor acompanhante, cópia da documentação (laudos, exames, receituários médicos e outros) solicitando análise pericial do médico designado pela Administração Municipal e, emissão de parecer da Assistente Social do Município que comprove que a assistência direta do servidor é indispensável.

§ 2º - O médico e a Assistente Social terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para devolução à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, do laudo pericial e do parecer social.

§ 3º - Em caso de ser apresentada documentação incompleta ou que não atenda às exigências necessárias para conclusão adequada da perícia documental e da assistência social, será indeferida a licença e acarretará a automática transformação dos dias de afastamento em licença sem remuneração e considerado dias faltosos, ficando o servidor obrigado a retornar imediatamente ao trabalho após o indeferimento.

CAPÍTULO IV DA READAPTAÇÃO

Art. 12. - O servidor público estável, ocupante de cargo de provimento efetivo que se encontrar impossibilitado de exercer, total ou parcialmente, a função inerente ao seu cargo, deverá, a critério da municipalidade e observando os dispositivos expressos neste Decreto, ser readaptado por ato da autoridade competente, conforme previsão contida no art 17 da Lei Complementar nº 157/2016.

§ 1º Considera-se readaptação para os fins do "caput" deste artigo:

I - a sua designação em função diversa da inerente ao cargo que ocupa;

II - as restrições de atribuições da função que estiver exercendo;

III - a mudança de seu local de trabalho.

§ 2º O servidor estável que solicitar a readaptação funcional, será submetido ao estágio probatório no novo cargo.

Art. 13. - A readaptação funcional é um benefício concedido ao servidor público com vínculo efetivo nos órgãos e nas entidades da administração direta e autárquica do Poder Executivo Municipal, em consequência de modificações em seu estado físico ou psíquico, que acarrete limitações de sua capacidade funcional e que possibilite o reaproveitamento do servidor em atribuições e responsabilidades compatíveis com sua condição de saúde atual, respeitada a habilitação exigida para o cargo, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos.

Art. 14. - A impossibilidade de exercício, total ou parcial, de função inerente ao cargo, ensejadora da readaptação, decorre necessariamente de modificação temporária ou permanente do estado físico e/ou mental do servidor, que venha a alterar sua capacidade para o trabalho.

Parágrafo Único - Considera-se, para os fins deste artigo, modificação temporária do estado físico e/ou mental aquela que, pelas suas características, for considerada como passível de regressão total ou parcial, em um determinado período de tempo estimado pela Perícia Médica, e modificação permanente daquela que for considerada pela Perícia Médica como não passível de regressão total ou parcial.

Art. 15. Nos casos em que a modificação a que se refere o art. 13 resultar em contraindicação definitiva para o desempenho de todas as funções do cargo, a readaptação será feita mediante designação especial do servidor para o exercício de função diversa do cargo originário, visando o aproveitamento de sua capacidade laborativa residual, respeitados os seguintes critérios:

I - Existindo vaga para o novo cargo, será declarada, por decreto, a vacância do cargo anterior, e a subsequente nomeação no novo cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos;

II - Inexistindo vaga, o servidor ou servidora será designado para o exercício do novo cargo, na qualidade de "excedente", provisoriamente, devendo a Administração providenciar a criação de vaga, por meio de encaminhamento de Projeto de Lei ao Legislativo Municipal, sendo provido no cargo, segundo os critérios de conveniência e oportunidade da administração.

Parágrafo Único: O professor ou professora que vier a ser readaptado, poderá ser em funções técnico-administrativas inerentes ao processo educacional, preferencialmente, na secretaria de origem, permanecendo no quadro específico do magistério, observando que, durante o período de reabilitação, perderá o direito ao recesso escolar.

Art. 16. - Nos casos em que a contraindicação se verificar apenas para algumas tarefas do cargo ou com relação a certas condições do ambiente de trabalho, a readaptação será feita pela restrição de quantidade e/ou tipo de tarefas ou, ainda, pela mudança para setor de trabalho onde as deficiências verificadas não tenham influência.

Art. 17. - Quando a redução da capacidade laborativa do servidor for considerada temporária, a readaptação deverá, sempre que possível, ocorrer na forma prevista no artigo anterior.

§ 1º A readaptação prevista neste artigo terá o prazo de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogada na hipótese de persistir as condições que motivaram a readaptação do servidor, após reavaliação da Perícia Médica.

§ 2º Expirado o prazo de readaptação previsto no parágrafo anterior, o servidor retornará a sua função originária.

§ 3º A readaptação funcional com prazo superior a 06 (seis) meses, com data de início anterior à data de publicação deste Decreto, poderá ser reavaliada a critério da Perícia Médica.

Art. 18. - É assegurada à servidora gestante a readaptação funcional em função compatível com seu estado físico a partir do quinto mês de gestação, mesmo no período de estágio probatório.

Parágrafo Único: O benefício será concedido quando verificada a redução da capacidade física ou a presença de doença que impossibilite ou desaconselhe o exercício pleno das funções.

Art. 19. - O processo de readaptação será iniciado:

I – **"**ex-officio", pelo secretário da pasta em que o servidor estiver vinculado, justificando a medida;

II – pelo médico perito do Município, ou, pelo médico perito do Mirassol Previ quando constatada a ocorrência das condições previstas neste decreto;

III - pelo próprio interessado, mediante requerimento e apresentação de laudo médico, sempre com a ciência da chefia imediata.

Parágrafo Único: As solicitações ou requerimentos de readaptação deverão ser protocolados junto à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, que instruirá o pedido com as informações funcionais que dispuser acerca do servidor, encaminhando o processo para perícia médica.

Art. 20. - Para requerer a readaptação funcional, o servidor deverá protocolizar junto a Coordenadoria de Gestão de Pessoas o requerimento de readaptação funcional, devendo anexar ao pedido para a realização da avaliação pericial pela Perícia Médica:

I – atestado médico emitido pelo médico assistente, legível e original, especificando a limitação/restrição para o exercício da função readaptada;

II – exames comprobatórios da situação clínica de saúde;

III – cópia da receita médica ou prescrição de medicação, se houver;

§ 1º - A critério da Perícia Médica, poderão ser solicitados novos exames, avaliações ou pareceres especializados para complementação do diagnóstico.

§ 2º - Do laudo emitido por ocasião da perícia médica deverão constar informações claras e específicas acerca da eventual incapacidade laborativa do servidor, bem como:

I - ambiente de trabalho e/ou atividades laborativas contraindicadas;

II – o prazo estipulado para a readaptação, não podendo exceder o prazo previsto no § 1º do artigo 16 deste Decreto.

Art. 21. - Encerrado o prazo de readaptação funcional, o servidor retornará à sua função anterior.

Art. 22. - Persistindo as condições que motivaram a readaptação funcional, esta poderá ser prorrogada após reavaliação pela Perícia Médica.

§ 1º - A prorrogação da readaptação funcional deverá ser requerida pelo servidor até 15 (quinze) dias antes do término do benefício, mediante requerimento de readaptação funcional protocolado na Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

§ 2º - Quando da realização da reavaliação pericial pela Perícia Médica, o servidor deve apresentar:

I – atestado médico emitido pelo médico assistente, legível e original, especificando a limitação/restrição para o exercício da função readaptada;

II – exames comprobatórios da situação clínica de saúde;

III – cópia da receita médica ou prescrição de medicação, se houver;

IV – relatório de acompanhamento dos tratamentos realizados, emitido pelo médico assistente; e

V – relatório de atividades compatíveis com a função readaptada;

§ 3º - É vedada a concessão de licença para tratamento de saúde por atraso no requerimento da prorrogação da readaptação.

Art. 23. - Os processos de readaptação deverão ser apresentados à Coordenadoria de Gestão de Pessoas obrigatoriamente acompanhados com laudos técnicos de profissionais da área médica, e caso necessários a Coordenadoria de Gestão de Pessoas poderá solicitar a emissão de relatório do Assistente Social ou Psicólogo, que, poderá fazer visitas ao servidor readaptado.

Art. 24. - Nos casos em que for deferida a readaptação, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas entrará em entendimento com a Secretaria de origem e de destino do readaptando, para informar e orientar sobre as novas tarefas e/ou locais de trabalho, cabendo às chefias imediatas promover a aceitação e integração do readaptado.

Art. 25. - A Coordenadoria de Gestão de Pessoas, respeitará sempre a seguinte ordem de critérios quando a readaptação implicar em alteração da função:

a) a de maior compatibilidade com as atribuições originárias;

b) dentro do mesmo Departamento;

c) dentro da mesma Secretaria;

d) em Secretaria diversa.

Art. 26. Ocorrendo a readaptação, o funcionário readaptado exercerá sua nova função observando as normas específicas que a regem, tais como as de segurança, horário e jornada de trabalho e subordinação hierárquica.

Art. 27. - Os casos de readaptação efetivados antes da vigência deste decreto, serão submetidos à reapreciação da Coordenadoria de Gestão de Pessoas e:

I - Caso o servidor não tenha feito avaliação pericial para readaptação, este deverá ser encaminhado imediatamente pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas para perícia médica nos termos deste Decreto;

II - Caso o servidor tenha sido avaliado por perícia médica e esteja readaptado sem apresentação do processo documental exigida neste Decreto, deverá o servidor providenciar a documentação, devendo prevalecer sempre a decisão pericial atual.

Art. 28. - A readaptação poderá ser interrompida a qualquer tempo, após nova reavaliação pericial, a pedido do servidor ou do chefe imediato quando houver melhora no estado físico e/ou mental do servidor ou adequação do local de trabalho.

Art. 29. - Em caso de servidor que tenha ingressado no serviço público na condição de “pessoa com deficiência”, só caberá a readaptação quando ocorrer alteração de seu estado inicial, avaliado por ocasião de seu exame admissional.

Art. 30. - O prazo para apresentação dos pedidos de readaptação obedecerá o mesmo prazo de apresentação dos atestados médicos previstos no Inciso I do artigo 4º deste Decreto, devendo a Coordenadoria de Gestão de Pessoas providenciar a perícia médica do Município no caso de pedido de readaptação por um período de até 30 (trinta) dias, ou, a perícia médica do Mirassol Previ quando o pedido de readaptação for superior a 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 - Quando o servidor e/ou a pessoa da família se encontrar em tratamento fora do Município, a apresentação do atestado médico poderá ser feita por meio de pessoa interposta, por correio eletrônico ou outro meio idôneo.

Art. 32 - É de responsabilidade do servidor a busca de tomar ciência da decisão pericial e do parecer social, sob pena de ter os dias considerados faltosos caso tenha sido indeferida a licença.

Art. 33 - É de responsabilidade do servidor o controle dos prazos para os procedimentos para concessão de licença para tratamento de saúde em pessoa da família e para readaptação funcional, conforme disposto neste Decreto, ficando os dias não trabalhados sujeitos a serem considerados faltosos na hipótese de não cumprimento dos prazos previstos neste Decreto.

Art. 34 - A constatação de fraude e/ou falsificação de atestados médicos apresentados junto a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, bem como a chefia imediata da Secretaria a qual o servidor (a) é vinculado, ensejará na tomada de providências necessárias para a responsabilização administrativa, cível e criminal do servidor que o apresentou. **Art. 35 -** No cumprimento deste Decreto será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados, em consonância com o que estabelece o código de ética médica.

Art. 36 - É parte integrante deste Decreto os Anexos:

I- Anexo I – Formulário de Requerimento;

II- Anexo II – Relatório do Local do Trabalho;

III- Anexo III – Relatório de Acompanhamento do Servidor Readaptado.

Art. 37. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Sede Provisória do Paço Municipal, em 11 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

ANEXO I

REQUERIMENTO PARA FINS DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO

Eu, abaixo identificado, servidor(a) publico(a) do Município de Mirassol D' Oeste-MT, legalmente investido em cargo de provimento efetivo, solicito à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, a realização de perícia médica, pa-

ra que se efetive minha movimentação para outra função em meu cargo, compatível com minha atual condição de saúde.

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO SERVIDOR

Nome:	**Data de Nascimento:**
Sexo:	**Data de Ingresso no serviço:**
Endereço:	**Telefone:**
Cargo:	**Matrícula:**
Lotação:	**Local de Trabalho:**
Já foi readaptado outras vezes ( ) sim ( ) não	**Você se encontra de licença médica ( ) sim ( ) não**
Qual atividade exerce atualmente que não é mais compatível com sua capacidade física? Descrever:	

INFORMAÇÕES MÉDICAS (prestadas pelo médico assistente do servidor(a)):

Paciente:	
Diagnóstico:	**CID:**
Outros Diagnósticos:	**CID:**
Qual a sua previsão de tempo para o tratamento do paciente:	
Exames que comprovem diagnóstico:	
Pode se esperar que com tratamento médico, o paciente readquira condições de exercer seu cargo: ( ) sim ( ) não	
A incapacidade laboral gerada pela patologia diagnosticada, deve ser classificada como: ( ) Total ( ) Parcial ( ) Temporária ( ) Permanente	
A capacidade física ou mental residual do servidor(a), permite seu aproveitamento em outra atividade? ( ) sim ( ) não	
Qual tipo de atividade Vossa Senhoria aconselha propormos ao servidor?	
Assinatura e carimbo do médico assistente:	
Obs: Só se dará início a tramitação do processo de readaptação de função, após preenchido pelas pessoas competentes todos os campos deste documento.	

ANEXO II

RELATÓRIO DO LOCAL DO TRABALHO

Solicitação:	
READAPTAÇÃO	
Nome do Servidor:	
Matrícula: Lotação:	
Horário de Trabalho:	
Relato da Chefia Imediata do Servidor	
Descrever a função atual do servidor (detalhar as atividades)	
Dificuldades apresentadas pelo servidor em seu local de trabalho	
Apresentar perspectivas de trabalho (setores e/ou atividades onde o servidor poderá ser aproveitado)	
Mirassol D' Oeste-MT, _____/_____/_____	
Assinatura Chefia Imediata	**Assinatura do Servidor**

ANEXO III

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO SERVIDOR READAPTADO

Nome do Servidor:
Matrícula:
Cargo:
Período Readaptado: _____/_____/_____ a _____/_____/_____
Lotação inicial:
Lotação Atual:
Dificuldades Apresentadas no desempenho da função readaptada
Data: Carimbo e assinatura da chefia imediata
Dificuldades para o desempenho da função readaptada
Data: Assinatura do servidor

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2018.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **SOMA COMERCIO E SERVICO EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.877.656/0001-80, estabelecida a Av. Alzira Santana, s/n, bairro Ikaray, cidade de Várzea Grande-MT, cep: 78.130-634, fone: 65-3686-1330, email: hedilsonrafael@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. Edilson Rafael da Silva, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1357024-2 SESP/MT e inscrita no CPF sob nº 005.422.341-57, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 15/2018, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro** de Preços para Futura e Eventual ***Aquisição De Materiais De Expediente, Para Atender As Necessidades De Diversas Secretarias Do Município De Nobres/MT,*** conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 15/2018, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
26889	ALFINETE DE CABECA N° 29, CX 50GR.	IARA	140	R$ 5,28	R$ 739,20
38795	APAGADOR P/QUADRO BRANCO C/DEPOSITO PARA PINCEL	JAPAN	106	R$ 8,90	R$ 943,40

48429	APONTADOR DE LAPIS RESISTENTE C/ DEPOSITO E LAMINA DE ACO TEMPERADO	TRIS	382	R$ 2,70	R$ 1.031,40
37857	BARBANTE ALGODAO COLORIDO N° 06 - 700 G	PIRATININGA	120	R$ 14,35	R$ 1.722,00
118409	BARBANTE ALGODAO CRU N° 10 - 700 G	PIRATININGA	180	R$ 19,50	R$ 3.510,00
14417	BARBANTE ALGODAO CRU N° 6 - 1,800 KG	PIRATININGA	320	R$ 27,20	R$ 8.704,00
2903	BARBANTE ALGODAO CRU N° 8 - 1KG	PIRATININGA	120	R$ 15,30	R$ 1.836,00
118239	BINDER CLIPS METAL 41MM - CX COM 12	BRW	240	R$ 17,00	R$ 4.080,00
118240	BINDER CLIPS METAL 51MM - CX COM 12	BRW	220	R$ 25,00	R$ 5.500,00
162	BORRACHA ESCOLAR BRANCA N. 40 CX C/ 40	RED BOR	90	R$ 11,10	R$ 999,00
118418	BORRACHA BICOLOR (AZUL/VERMELHA), DIM 1x5,5x2CM - CX C/ 40 UN	MASTERPRINT	47	R$ 14,75	R$ 693,25
14420	CADERNO BROCHURA 48 FOLHAS, CAPA DURA, COSTURADO, TAM. 1/4 - 140MM X 200MM, CORES DIVERSAS	FORONI	1250	R$ 4,99	R$ 6.237,50
36056	CAIXA ORGANIZADORA 56 LITROS, PLASTICA, TRANSPARENTE, COM GRAMPOS DE FECHAMENTO QUE PRENDEM A TAMPA. MEDIDAS: 37cm x 56,5cm x 38,5cm	POLYCART	265	R$ 68,00	R$ 18.020,00
48576	CALCULADORA DE IMPRESSAO 12 DIGITOS LCD VISOR GRANDE 2,7	ELGIN	10	R$ 167,50	R$ 1.675,00
48575	CALCULADORA DE MESA 12 DIGITOS (PILHA AA/BATERIA SOLAR/BOTÃO LIGA,DESLIGA)	MASTERPRINT	97	R$ 35,00	R$ 3.395,00
118376	CANETA HIDROGRAFICA PCT COM 24 UN	TRIS	130	R$ 21,99	R$ 2.858,70
118377	CANETA MARCA TEXTO AMARELA CX COM 12	MASTERPRINT	174	R$ 15,90	R$ 2.766,60
16482	CANETA P/ RETROROJETOR AZUL	MAXPRINT	50	R$ 3,85	R$ 192,50
16474	CANETA P/ RETROROJETOR PRETA	MAXPRINT	85	R$ 3,85	R$ 327,25
16093	CANETA P/ RETROROJETOR VERMELHA	MAXPRINT	65	R$ 3,85	R$ 250,25
118382	CARTOLINA ESPECIFICACAO PRIMEIRA LINHA TAMANHO 50 X 66 CM, 140G, CORES VARIADAS	VMP	1050	R$ 0,67	R$ 703,50
41291	COLA BRANCA LAVAVEL, A BASE DE AGUA E PVA, COM ACABAMENTO TRANSPARENTE E FLEXIVEL, 500GR.	FRAMA	210	R$ 8,79	R$ 1.845,90
36638	COLA ESCOLAR BRANCA, ATOXICA, COM BICO DOSADOR - CX C/ 12 UNID DE 90G CADA.	FRAMA	607	R$ 16,90	R$ 10.258,30
115343	COLA GLITER SORTIDA 23 GR C/ 6 UNID	PIRATININGA	190	R$ 13,50	R$ 2.565,00
11379	COLA PARA ISOPOR	VMP	40	R$ 48,50	R$ 1.940,00
118391	E.V.A ATOXICO, RESISTENTE E ADERENTE, LISO, CORES VARIADAS - ESPESSURA 2mm DIM 40X60mm	VMP	2350	R$ 2,05	R$ 4.817,50
116189	ELASTICO BRANCO, CHATO, N° 18 - (10mt, LARGURA 11mm)	REAL	120	R$ 8,40	R$ 1.008,00
118394	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO EM PVC DIAMETRO 07MMX33CM CAPACIDADE PARA ENCADERNAÇÃO DE 25 FOLHAS	USA FOLIEN	730	R$ 15,50	R$ 11.315,00
118395	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO EM PVC DIAMETRO 14MMX33CM CAPACIDADE PARA ENCADERNAÇÃO DE 100 UNIDADE	USA FOLIEN	240	R$ 37,00	R$ 8.880,00
118499	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO EM PVC DIAMETRO 17MMX33CM CAPACIDADE PARA ENCADERNAÇÃO DE 100 UNIDADE	USA FOLIEN	174	R$ 35,00	R$ 6.090,00
118396	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO EM PVC DIAMETRO 29MMX33CM CAPACIDADE PARA ENCADERNAÇÃO DE 200 UNIDADE	USA FOLIEN	252	R$ 68,99	R$ 17.385,48
118500	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO EM PVC DIAMETRO 33MMX33CM CAPACIDADE PARA ENCADERNAÇÃO DE 250 UNIDADE	USA FOLIEN	275	R$ 31,50	R$ 8.662,50
37506	EXTRATOR DE GRAMPOS TIPO ESPATULA	BRW	330	R$ 2,05	R$ 676,50
118397	FILTRO DE LINHA PARA 3 TOMADAS ELETRICAS COMPATIVEIS COM PADRAO NACIONAL PORTA FUSIVEL MODELO TIPO REGUA CONFORME NBR 12349	FLEXTAPE	318	R$ 39,99	R$ 12.716,82
11383	FITA ADESIVA LARGA MARROM 48X50	ADELBRAS	200	R$ 13,50	R$ 2.700,00
11384	FITA CREPE	ADELBRAS	70	R$ 3,19	R$ 223,30
118501	FITA ZEBRADA P/ ISOLAMENTO DE AREA, PRODUZIDA DE FILME POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE - ESPESSURA 0,30mm, LARGURA 0,70cm X 200mt	ADELBRAS	630	R$ 30,00	R$ 18.900,00
11722	GRAFITE 0.7 C/24 MINAS - MACIO	FABER	60	R$ 4,50	R$ 270,00
48573	GRAMPO TRILHO METALICO 80MM P/ PASTA SUSPENSA CX C/ 50 JOGOS	BRW	60	R$ 8,84	R$ 530,40
48574	GRAMPO TRILHO PLASTICO 80MM P/ PASTA SUSPENSA C/ 50 JOGOS	DELLO	40	R$ 8,89	R$ 355,60
118503	LANTEJOULA 6,5mm - EMBALAGEM 25 G - VARIAS CORES	LANTECOR	270	R$ 11,10	R$ 2.997,00
15778	LAPIS DE COR 12 CORES SEXTAVADO, COM GRAFITE MACIO E RESISTENTE, ATOXICO, PRODUZIDO COM MADEIRA DE REFLORESTAMENTO.	MASTERPRINT	420	R$ 11,99	R$ 5.035,80
118504	LAPIS PARA COLORIR ROSTO EM CORES VARIADAS, COM 06 UNIDADES	FABER	160	R$ 57,00	R$ 9.120,00
118507	LOUSA BRANCA TAMANHO MEDIO (100 X 70 CM), TELA CHAPA DE FIBRA, PINTURA UV BRANCA COM PORTA CANETA EM ALUMINIO	GUEDES	157	R$ 100,00	R$ 15.700,00
39040	MARCA TEXTO PONTA INDEFORMAVEL, TINTA FLUORESCENTE VARIAS CORES A BASE DE AGUA, CX C/ 12 UNID	MASTERPRINT	197	R$ 14,30	R$ 2.817,10

118378	MARCADOR PERMANENTE RETROPROJETOR 1.0 CX COM 12	MAXPRINT	85	R$ 60,00	R$ 5.100,00
118406	PAPEL ALMACO COM PAUTA E MARGEM RESMA COM 400 FOLHAS	3B	25	R$ 52,00	R$ 1.300,00
118407	PAPEL CAMURCA - MEDIDAS MINIMAS 40x60 - DIVERSAS CORES	VMP	1000	R$ 1,00	R$ 1.000,00
1395	PAPEL CARBONO FORMATO A4, CAIXA C/ 100 FOLHAS (AZUL/PRETO)	CIS	162	R$ 37,00	R$ 5.994,00
5193	PAPEL CARTAO 50 X 70, 240G - CORES DIVERSAS	VMP	550	R$ 1,75	R$ 962,50
114446	PAPEL CARTAO BRANCO - 50x70, 240GR - PCTE C/ 20 UNID	VMP	35	R$ 29,90	R$ 1.046,50
118453	PAPEL CARTOLINA 50x66cm, 150G PCT C/ 100 UNID - CORES VARIADAS	VMP	60	R$ 75,00	R$ 4.500,00
4970	PAPEL CELOFANE TRANSPARENTE 70x90cm	VMP	580	R$ 1,19	R$ 690,20
118510	PAPEL COLOR SET (CARMEM) - FORMATO 48x66cm - CORES VARIADAS	VMP	360	R$ 1,80	R$ 648,00
118455	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE, AUTO-ADESIVO, PROTEGIDO NO VERSO POR PAPEL SILICONADO - ROLO COM 25M, LARGURA 45CM	VMP	670	R$ 76,00	R$ 50.920,00
16495	PAPEL CREPON 48X2 CM - CORES DIVERSAS	VMP	3500	R$ 1,08	R$ 3.780,00
1495	PAPEL DOBRADURA 48X60 - CORES DIVERSAS	VMP	540	R$ 0,68	R$ 367,20
118511	PAPEL FOTOGRAFICO A-4 120GRS - CX C/ 50 FLS	MASTERPRINT	410	R$ 17,00	R$ 6.970,00
29512	PAPEL FOTOGRAFICO A-4 180GRS - CX C/ 50 FLS	MASTERPRINT	170	R$ 25,80	R$ 4.386,00
1497	PAPEL LAMINADO (CORES DIVERSAS) 50X60, 120GR	VMP	1400	R$ 1,40	R$ 1.960,00
1499	PAPEL MANTEIGA, 50x70cm	VMP	290	R$ 2,00	R$ 580,00
114473	PAPEL PARDO KRAFT 80 GRS - 96X66cm - PCTE C/ 100 UNID	VMP	20	R$ 69,90	R$ 1.398,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 304.597,15 (trezentos e quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais com quinze centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 15/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 10 **(dez)** dias corridos após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante.

4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 10 **(dez)** dias corridos após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

**A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.*

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.3. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Gabinete do Prefeito.....06-02.001.04.122.0002.2005.339030000000

Sec. Mun. De finanças.....072-04.001.04.122.0005.2017.339030000000

Sec. Mun. de Obras 303-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Administração 41-03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....127-05.002.12.361.0013.2034.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....135-05.002.12.365.0013.2035.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....180-06.001.10.301.0030.2080.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....198-06.002.10.301.0029.2081.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....236-07.001.08.244.0025.2070.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....257-07.002.08.244.0025.2076.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....249-07.002.08.244.0025.2069.33903000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....266-07.003.08.243.0025.2074.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....274-07.004.08.241.0025.2072.33903000000

Sec. Mun. De Fisc. Tributaria.....361-10.001.04.129.0017.2058.339030000000

Sec. Mun. De Turismo.....386-11.001.23.695.0015.2046.339030000000

Sec. Mun. De Agricultura.....325-09.001.20.122.0024.2032.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 15/2018, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 15/2018 a proposta da empresa **SOMA COM. E SERVIÇO EIRELI – EPP,** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 21 de maio de 2018.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

SOMA COMERCIO E SERVICO EIRELI – EPP

CNPJ sob o n.º 26.877.656/0001-80

Sr. Edilson Rafael da Silva

CPF sob nº 005.422.341-57

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2018.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **MARIA JOSE DOS REIS NETO - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.226.940.0001.57, e Inscrição Estadual n.º 13.359.115-8/MT, estabelecida a Rua Capitão Costa, n.º 10, bairro Planalto Ipiranga, cidade de Várzea Grande-MT, CEP: 78.166-000, fone: 65-3023-4606, email: mosaicoinformatica@terra.com.br, neste ato representada pela Sra. Maria José dos Reis Neto, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 358.584 SSP/GO e inscrita no CPF sob nº 320.455.901-78, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 15/2018, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro** de Preços para Futura e Eventual ***Aquisição De Materiais De Expediente, Para Atender As Necessidades De Diversas Secretarias Do Município De Nobres/MT,*** conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 15/2018, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
12995	ALMOFADA CARIMBO N 4, TAM 90x145mm, (AZUL)	JAPAN	125	R$ 8,20	R$ 1.025,00

13823	ALMOFADA CARIMBO N 4, TAM 90x145mm, (PRETA)	JAPAN	70	R$ 8,20	R$ 574,00
1014	ARQUIVO MORTO POLIONDA - 350x130x250 - ESPESSURA DE 2,2mm.	ALAPLAST	825	R$ 5,65	R$ 4. 661,25
11393	ARQUIVO MORTO POLIONDA, PCT C/10 UNID - 350x130x250 - ESPESSURA DE 2,2mm	ALAPLAST	175	R$ 58,50	R$ 10. 237,50
20110	BALAO LISO B. 7.0 PCTE C/ 50 UNID	IDEATEX	125	R$ 9,25	R$ 1. 156,25
16690	BATERIA 9V - ALCALINA	ELGIN	42	R$ 14,00	R$ 588,00
117121	BLOCO AUTO ADESIVO 38 X 50 C/ 04 UND CORES SORTIDAS	LYKE	745	R$ 7,45	R$ 5. 550,25
118414	BLOCO AUTO ADESIVO 76X102 MM C/ 100 FOLHAS	3M	455	R$ 6,75	R$ 3. 071,25
118374	CADERNO BROCHURA 96 FOLHAS, CAPA DURA, COSTURADO, TAM. 1/4 - 140MM X 200MM, CORES DIVERSAS (PEQ.)	3B	1150	R$ 10,90	R$ 12. 535,00
118375	CADERNO BROCHURAO UNIVERSITARIO, CAPA DURA, 96 FOLHAS, TAM. 20cm X 28cm, CORES DIVERSAS	MAXIMA	490	R$ 11,50	R$ 5. 635,00
118422	CADERNO ESPIRAL, CAPA DURA, TAM 200 X 275MM, C/200 FOLHAS	MAXIMA	460	R$ 17,50	R$ 8. 050,00
5161	CANETA ESFEROGRAFICA CORPO CRISTAL TRANSPARENTE, SEXTAVADA, C/ ORIFICIO CENTRAL, PONTA DE TUNGSTENIO, TAMPA ANTIASFIXIANTE, MARCA DO FABRICANTE EM ALTO RELEVO - IND. BRAS. COR PRETA CX C/50	ARTE FELIZ	565	R$ 49,00	R$ 27. 685,00
26612	CANETA ESFEROGRAFICA CORPO CRISTAL TRANSPARENTE, SEXTAVADA, C/ ORIFICIO CENTRAL, PONTA DE TUNGSTENIO, TAMPA ANTIASFIXIANTE, MARCA DO FABRICANTE EM ALTO RELEVO - IND. BRAS.COR VERMELHA - CX C/ 50	ARTE FELIZ	65	R$ 49,00	R$ 3. 185,00
13819	CANETA ESFEROGRAFICA CORPO CRISTAL TRANSPARENTE, SEXTAVADA, C/ ORIFICIO CENTRAL, PONTA DE TUNGSTENIO, TAMPA ANTIASFIXIANTE, MARCA DO FABRICANTE EM ALTO RELEVO.COR AZUL, IND. BRAS. CX C/ 50	ARTE FELIZ	117	R$ 49,00	R$ 5. 733,00
37855	CANETA ESFEROGRAFICA CRISTAL TRANSPARENTE / AZUL CX C/ 50 UNID.	ARTE FELIZ	25	R$ 49,00	R$ 1. 225,00
34710	CANETA ESFEROGRAFICA CRISTAL TRANSPARENTE / PRETA CX 50 UNID	ARTE FELIZ	5	R$ 49,00	R$ 245,00
34711	CANETA ESFEROGRAFICA CRISTAL TRANSPARENTE/ VERMELHA CX 50 UND	ARTE FELIZ	3	R$ 49,00	R$ 147,00
5162	CANETA ESFEROGRAFICA, TRANSPARENTE, PONTA FINA 0.8, COR VERMELHA, CX C/ 50 UNID	ARTE FELIZ	9	R$ 49,00	R$ 441,00
118381	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC FORMATO A4 COR PRETA, PCT C/ 100 UNID	LASSANE	457	R$ 43,90	R$ 20. 062,30
118379	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC FORMATO A4 CORES VARIADAS, PCT C/ 100 UNID	LASSANE	315	R$ 43,90	R$ 13. 828,50
118380	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC FORMATO A4 TRANSPARENTE, PCT C/ 100 UNI	LASSANE	315	R$ 43,90	R$ 13. 828,50
118460	CD REGRAVAVEL 80 MIN 700MB C/ 100 UN	ELGIN	58	R$ 489,00	R$ 28. 362,00
13019	CD-R (COM 100 UND)	MAXPRINT	99	R$ 153,90	R$ 15. 236,10
34241	CLIPS 1/0 NIQUELADO CX C/100	NEW	380	R$ 2,85	R$ 1. 083,00
57	CLIPS 2/0 NIQUELADO CX C/100	XR	450	R$ 3,00	R$ 1. 350,00
6991	CLIPS 3/0 BANHADO CX C/ 50	XR	535	R$ 3,00	R$ 1. 605,00
40526	CLIPS 4/0 NIQUELADOS CX C/ 50 UNIDADES	XR	480	R$ 3,65	R$ 1. 752,00
40527	CLIPS 6/0 NIQUELADOS CX C/ 50 UNIDADES	XR	540	R$ 3,70	R$ 1. 998,00
26613	CLIPS 8/0, NIQUELADO CX C/ 25	XR	2045	R$ 3,85	R$ 7. 873,25
32632	CORRETIVO LIQUIDO BRANCO A BASE DE AGUA - CAIXA C/ 12 UNID DE 18 ML CADA	RADEX	69	R$ 19,30	R$ 1. 331,70
15933	DVD-R, 120MIN, 4.7GB - EMBALAGEM C/ 50 UND	MAXPRINT	72	R$ 45,35	R$ 3. 265,20
118476	ENVELOPE OFICIO BRANCO - 75G - 114 X 229 mm	SCRITY	4760	R$ 0,12	R$ 571,20
118493	ENVELOPE PLASTICO TRANSPARENTE C/ 4 FUROS 24X33X0,10	DAC	800	R$ 0,24	R$ 192,00
118482	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL - 75G - 162 X 229 MM	FORONI	2320	R$ 0,12	R$ 278,40
118492	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL - 75G 200X280mm - PCT C/ 250 UNID	FORONI	79	R$ 65,00	R$ 5. 135,00
118486	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL - 75G - 310 X 410mm.	FORONI	4070	R$ 0,27	R$ 1. 098,90
118392	ENVELOPE SACO KRAFT OURO - 80G 176x250mm	FORONI	8700	R$ 0,18	R$ 1. 566,00
118393	ENVELOPE SACO KRAFT OURO - 80G 260x360mm - CX C/ 250 UNID	FORONI	314	R$ 77,00	R$ 24. 178,00
4894	ESTILETE ESTREITO - LAMINA 9mm, CORPO PLASTICO	MASTERPRINT	560	R$ 1,40	R$ 784,00
5195	ESTILETE LARGO- EMBORRACHADO PROFISSIONAL	WESTERN	293	R$ 18,30	R$ 5. 361,90
40146	FITA ADESIVA 48MMX45MT TRANSPARENTE PCT C/ 5 UNID	DELFIX	80	R$ 13,85	R$ 1. 108,00
118502	FITA ADESIVA DUPLA FACE IDEAL PARA FIXACAO TRANSP 19 X 20 M - PCT C/ 5 UNID	ADELBRAS	395	R$ 25,90	R$ 10. 230,50
118399	GRAMPEADOR DE MESA COM CORPO EM ACO, BASE DE BORRACHA PARA NAO ESCORREGAR. PARA ATE 25 FOLHAS COM GRAMPO 26/6	LYKE	246	R$ 24,75	R$ 6. 088,50

4936	GRAMPEADOR GRANDE DE FERRO P/100FLS - COM BASE EMBORRACHADA	CLASSE	93	R$ 120,00	R$ 11.160,00
118402	GRAMPO 23/10 GRAMPO EM AÇO GALVANIZADO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM PARA GRAMPEAR ATE 70 FLS. 75G CAIXA COM 5.000 UNIDADES	CHAPARRAU	145	R$ 18,10	R$ 2.624,50
118401	GRAMPO GALVANIZADO PARA GRAMPEADOR DE MESA TAMANHO 26/6 CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE CAIXA COM 5.000 UNIDADES	OFFICE BR	255	R$ 5,00	R$ 1.275,00
376	LAPIS ESCOLAR PRETO N° 02, GRAFITE ULTRARESISTENTE - CX C/ 144 UND	LEONORA	59	R$ 36,80	R$ 2.171,20
118403	LIVRO ATA PAUTADO COM CAPA DURA PRETA CARTONADA, COM 100 FOLHAS S/ MARGEM, COM DIMENSOES 206 X 300mm	SAO DOMINGOS	335	R$ 17,25	R$ 5.778,75
26675	LIVRO ATA PAUTADO COM CAPA DURA PRETA CARTONADA, COM 50 FOLHAS S/ MARGEM, COM DIMENSOES 206 X 300mm	SAO DOMINGOS	370	R$ 13,20	R$ 4.884,00
118404	LIVRO PONTO GRANDE, CAPA DURA COM 100 FOLHAS NUMERADAS, FORMATO 218mm X 319mm	TILIBRA	90	R$ 15,30	R$ 1.377,00
14439	LIVRO PROTOCOLO CORRESPONDENCIA, CAPA DURA, FORMATO 15 X 22 - 100 FLS	TAMOIO	600	R$ 12,50	R$ 7.500,00
11391	MASSA DE MODELAR CX C/ 12 UNID. 180 GR	VMP	120	R$ 4,64	R$ 556,80
5168	MOLHA DEDO 12G, ATOXICO, NAO GORDURO, LEVEMENTE PERFUMADO, INDICADO PARA MANUSEIO DE PAPES E PAEPL MOEDA.	CARBRINK	550	R$ 3,45	R$ 1.897,50
11334	PAPEL A3 - 75GR - 297x420 - CX C/ 05 RESMAS DE 500FOLHAS	REPORT	30	R$ 274,00	R$ 8.220,00
118457	PAPEL VERGE FORMATO A4 210X297MM 180G IMPRESSORA A JATO DE TINTA COR BRANCO PACOTE COM 50 FOLHAS	OFF PAPER	240	R$ 23,50	R$ 5.640,00
118459	PASTA ARQUIVO AZ EM PAPELÃO PRENSADO LOMBO LARGO TAMANHO OFICIO COM VARIAÇÃO +/- 10% PROTETOR METALICO NAS BORDAS DA PARTE INFERIOR FECHO METALICO COM ÁLAVANCA DE ACIONAMENTO PARA ABERTURA AUXILIADO POR MOLA FIXADO POR 4 REBITES	POLYCART	1830	R$ 10,80	R$ 19.764,00
1328	PASTA AZ - LOMBO ESTREITO - CARTAO REVESTIDO DE POLIPROPILENO E FERRAGEM NIQUELADA - CX C/ 20 - PRETA	POLYCART	230	R$ 113,50	R$ 26.105,00
29539	PASTA AZ, LOMBO LARGO, PLASTICO RIGIDO (PVC) - PRETA	CHIES	1000	R$ 18,25	R$ 18.250,00
116632	PASTA AZ, LOMBO LARGO, PLASTICO RIGIDO (PVC) - PRETA - C/ 10 UNID	CHIES	35	R$ 182,50	R$ 6.387,50
118461	PASTA CATALOGO COM CAPACIDADE PARA 100 ENVELOPES NO TAMANHO OFICIO NA COR PRETA	DAC	500	R$ 20,50	R$ 10.250,00
1689	PASTA CLASSICADORA UNIVERSITARIA C/ 4 ARGOLAS - 260x310x50	ACP	660	R$ 22,00	R$ 14.520,00
41986	PASTA CLASSIFICADORA UNIVERSITARIA C/ 02 ARGOLA COR PRETA	ACP	200	R$ 21,00	R$ 4.200,00
34171	PASTA FOSCA C/ ELASTICO, 235x325mm	POLYCART	610	R$ 3,80	R$ 2.318,00
118512	PASTA L P/ DOCUM TRANSLUCIDA 210 X 297 MM	LYKE	740	R$ 1,50	R$ 1.110,00
118462	PASTA PAPEL CARTAO DUPLEX COM ABAS E ELASTICO OFICIO LOMBO FINO CORES VARIADAS	POLYCART	1700	R$ 2,20	R$ 3.740,00
50	PASTA PLASTICA COM ELASTICO TRANSPARENTE, TAM OFICIO 40MM	POLYCART	1000	R$ 4,50	R$ 4.500,00
29407	PASTA SUSPENSA APPS COM LOMBO 5 CM E TRAVA LATERAL - COM 6 UN	APPS	200	R$ 23,99	R$ 4.798,00
430	PASTA SUSPENSA - MARMORIZADA PCT C/25 - PLASTIFICADA MARRON QUALITY	POLYCART	20	R$ 59,90	R$ 1.198,00
118463	PASTA SUSPENSA EM PAPELAO MARMORIZADA PLASTIFICADA NA COR MARROM COM PONTEIRAS PLASTICAS NAS EXTREMIDADES E VARETA INTERNA EM METAL	FRAMA	570	R$ 2,30	R$ 1.311,00
29316	PENDRIVE 8 GIGA - ORIGINAL DO FABRICANTE	SANDISK	31	R$ 32,40	R$ 1.004,40
10122	PERFURADOR DE PAPEL TAM. PEQUENO C/ 02 FUROS P/20 FOLHAS	LYKE	213	R$ 21,50	R$ 4.579,50
169	PERFURADOR DE PAPEL FERRO FUNDIDO P/30FLS	LYKE	142	R$ 45,00	R$ 6.390,00
38101	PILHA AA - PCT C/ 2 UND	ELGIN	50	R$ 5,50	R$ 275,00
10171	PILHAS PALITO - ALCALINA - PCT C/ 4 UND - AAA	ELGIN	30	R$ 39,95	R$ 1.198,50
118471	PINCEL ATOMICO PONTA DE FELTRO EM BAQUELITE TINTA A BASE DE ALCOOL COR VERDE CX. C/ 12	LYKE	393	R$ 34,00	R$ 13.362,00
118469	PINCEL ATOMICO PONTA DE FELTRO TINTA A BASE DE ALCOOL COR AZUL CX. C/ 12 UNIDADES	LYKE	135	R$ 34,00	R$ 4.590,00
118466	PINCEL ATOMICO PONTA DE FELTRO TINTA A BASE DE ALCOOL COR PRETA CX. C/ 12 UNIDADES	LYKE	80	R$ 34,00	R$ 2.720,00
118467	PINCEL ATOMICO PONTA DE FELTRO TINTA A BASE DE ALCOOL COR VERMELHA CX. C/ 12 UNIDADES	LYKE	78	R$ 34,00	R$ 2.652,00
26307	PINCEL GRANDE - TAM. 08	LEO LEO	390	R$ 3,30	R$ 1.287,00
26308	PINCEL GRANDE - TAM. 10	LEO LEO	700	R$ 3,90	R$ 2.730,00
26310	PINCEL GRANDE - TAM. 14	LEO LEO	96	R$ 5,00	R$ 480,00
118514	PINCEL GRANDE N 16	LEO LEO	105	R$ 5,50	R$ 577,50
118472	PINCEL PARA QUADRO BRANCO PONTA INDEFORMÁVEL FACIL DE APAGAR SEM DEIXAR RESIDUOS GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE COMPRIMENTO MINIMO DE 10CM COR AZUL CAIXA COM 12 UNIDADES	LYKE	112	R$ 79,90	R$ 8.948,80
118473	PINCEL PARA QUADRO BRANCO PONTA INDEFORMÁVEL FACIL DE APAGAR SEM DEIXAR RESIDUOS GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE COMPRIMENTO MINIMO DE 10CM COR PRETA CAIXA COM 12 UNIDADES	LYKE	92	R$ 79,90	R$ 7.350,80

118474	PINCEL PARA QUADRO BRANCO PONTA INDEFORMÁVEL FACIL DE APAGAR SEM DEIXAR RESIDUOS GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE COMPRIMENTO MINIMO DE 10CM COR VERMELHA CAIXA COM 12 UNIDADES	LYKE	110	R$ 79,90	R$ 8.789,00
118477	PISTOLA P/ COLA QUENTE - TAMANHO GRANDE - RECARREGAVEL COM BASTAO GROSSO - BIVOLT 127V/220V AMPERAGEM APROXIMADA DE 50/60MZ COM ISOLAMENTO TERMICO NO BICO COM 2 BASTOES	CLASSE	155	R$ 28,50	R$ 4.417,50
118515	PISTOLA P/ COLA QUENTE - TAMANHO PEQUENA - RECARREGAVEL COM BASTAO FINO - BIVOLT 127V/220V AMPERAGEM APROXIMADA DE 50/60MZ COM ISOLAMENTO TERMICO NO BICO COM 2 BASTOES	CLASSE	95	R$ 19,50	R$ 1.852,50
118479	PRANCHETA INJETADA EM POLIESTIRENO NO FORMATO OFICIO POSSUI REGUA EM SUA BASE E LATERAL ESQUERDA PRENDEDOR DE PAPEL EM POLIESTIRENO INJETADO QUE NAO ENFERRUJA E NEM MARCA O PAPEL PESO 0,258G DIMENSOES 340X240X40 ESPESSURA 3MM	WALLEU	285	R$ 15,30	R$ 4.360,50
33013	REFIL BASTAO DE COLA QUENTE TRANSPARENTE FINO - PCT 1 KG	RENDICOLA	90	R$ 49,00	R$ 4.410,00
5730	REFIL BASTAO DE COLA QUENTE TRANSPARENTE GROSSO - PCT 1 KG	RENDICOLA	80	R$ 49,00	R$ 3.920,00
10386	REGUA ACRILICA 30 CM	WALLEU	603	R$ 1,75	R$ 1.055,25
34166	REGUA ACRILICA 50 CM	WALLEU	425	R$ 3,50	R$ 1.487,50
118480	REGUA EM PLASTICO COM ESPESSURA MINIMA DE 3MM E 35MM DE LARGURA GRADUADA EM 30CM	WALLEU	80	R$ 1,70	R$ 136,00
118481	REGUA EM PLASTICO COM ESPESSURA MINIMA DE 3MM E 35MM DE LARGURA GRADUADA EM 50CM	WALLEU	80	R$ 3,50	R$ 280,00
118516	TELA P/ PINTURA 40 X 60 CM	STALO	360	R$ 21,50	R$ 7.740,00
118517	TELA P/ PINTURA 50 X 60 CM	STALO	390	R$ 31,50	R$ 12.285,00
118518	TELA P/ PINTURA 60 X 80 CM	STALO	210	R$ 44,50	R$ 9.345,00
39631	TESOURA ESCOLAR PEQUENA SEM PONTA 5 POLEGADAS	LEO LEO	220	R$ 2,90	R$ 638,00
13833	TESOURA ESCOLAR PICOTAR	GOLLER	60	R$ 5,80	R$ 348,00
118484	TESOURA MULTIUSO DE AÇO INOXIDAVEL PONTA ARREDONDADA CABO EM POLIPROPILENO ATOXICO TAMANHO 21CM	LYKE	300	R$ 20,90	R$ 6.270,00
118485	TESOURA PARA PICOTAR EM ACO INOX COM CABO EM POLIPROPILENO FORMATO ANATOMICO TAMANHO 21cm	CLASSE	127	R$ 49,50	R$ 6.286,50
118520	TINTA ACRILICA FOSCA EM SPRAY - FRASCO COM 350 ML - VARIAS CORES	RADEX	320	R$ 29,90	R$ 9.568,00
118487	TINTA GUACHE COM 06 POTINHOS DE NO MINIMO 15ML CADA TINTA LAVAVEL ATOXICO, COM CORES VIVAS E MISCIVEIS FRASCO RESISTENTE COM TAMPA DE ROSCA, CAIXA COM 06 CORES BRANCO, PRETO, VERDE, VERMELHO, AMARELO, AZUL	PIRATININGA	430	R$ 5,00	R$ 2.150,00
1665	TINTA OLEO PARA TELA 20ML	ACRILEX	260	R$ 7,30	R$ 1.898,00
17595	TINTA P/ CARIMBO CX C/12 AZUL - 42 ML	PILOT	48	R$ 85,00	R$ 4.080,00
29245	TINTA P/ CARIMBO CX C/12 PRETO 42ML	PILOT	106	R$ 85,00	R$ 9.010,00
34377	TINTA P/ TECIDO 250 ML (VARIAS CORES)	ACRILEX	910	R$ 23,00	R$ 20.930,00
118519	TINTA P/ TECIDO VARIAS CORES 37 ML	ACRILEX	700	R$ 4,20	R$ 2.940,00
118488	TNT - TECIDO NAO TECIDO DE NO MINIMO 40G ALTURA 140CM 100% CELULOSE BIODEGRADAVEIS SUAVE E MACIO AO TOQUE CORES A ESCOLHA DO SOLICITANTE ROLO C/ 50 METROS	SANTA FE	225	R$ 127,00	R$ 28.575,00
118489	TUBO DE TINTA PARA TECIDO DE EXPANSAO A CALOR - CORES VARIADAS - FRASCO COM 35ML	ACRILEX	600	R$ 4,20	R$ 2.520,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 644.885,95 (seiscentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais com noventa e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 15/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 10 **(dez)** dias corridos após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante.

4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 10 **(dez)** dias corridos após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

**A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.*

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.3. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Gabinete do Prefeito.....06-02.001.04.122.0002.2005.339030000000

Sec. Mun. De finanças.....072-04.001.04.122.0005.2017.339030000000

Sec. Mun. de Obras 303-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Administração 41-03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....127-05.002.12.361.0013.2034.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....135-05.002.12.365.0013.2035.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....180-06.001.10.301.0030.2080.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....198-06.002.10.301.0029.2081.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....236-07.001.08.244.0025.2070.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....257-07.002.08.244.0025.2076.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....249-07.002.08.244.0025.2069.33903000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....266-07.003.08.243.0025.2074.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....274-07.004.08.241.0025.2072.33903000000

Sec. Mun. De Fisc. Tributaria.....361-10.001.04.129.0017.2058.339030000000

Sec. Mun. De Turismo.....386-11.001.23.695.0015.2046.339030000000

Sec. Mun. De Agricultura.....325-09.001.20.122.0024.2032.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o

endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 15/2018, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 15/2018 a proposta da empresa **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - EPP** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 21 de maio de 2018.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

MARIA JOSÉ DOS REIS NETO – EPP

CNPJ Nº. 10.226.940/0001-57

Sra. Maria José dos Reis Neto

CPF sob nº 320.455.901-78

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
SUSPENSAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 01/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, nomeada pela Portaria n° 39/2018, faz saber aos interessados que a Licitação Modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 01/2018**, **OBJETO**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NA AVENIDA MARIO ABRAAO NASSARDEN EM NOBRES/ MT, PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE N° 0266858-81/ 2008/MTUR/CAIXA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL E PLANILHAS ANEXO,** com abertura para o dia 25/05/2018 as 14:00hs,está **SUS-**

PENSA para reajuste da planilha orçamentária. A nova data de abertura da Licitação Supracitada será publicada em breve no site www.nobres.mt.gov.br/transparencia, nos jornais de circulação AMM, Diário Oficial da União, Diário de Cuiabá e Diário Oficial do Estado. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200, Ramal 4218.

Nobres, 22 de Maio de 2018.

Juliane Castro Pereira

Presidente da Comissão

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2018.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.371.036/0001-93, estabelecida a Av. Rua Barão de Melgaço, n° 2333, bairro Centro, cidade de Cuiabá-MT, cep: 78.020-800, fone: 65-3023-9060, email: luasipapeis@terra.com.br, neste ato representada pelo Sr. Luís Afonso da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 0856927-4 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 537.721.131-68, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 15/2018, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro** de Preços para Futura e Eventual ***Aquisição De Materiais De Expediente, Para Atender As Necessidades De Diversas Secretarias Do Município De Nobres/MT,*** conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 15/2018, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
26645	PAPEL SULFITE A4 COLORIDO - 75G, 210x297 - CX C/ 10 PCT DE 500 FOLHAS	REPORT	332	R$ 267,72	R$ 88.883,04

O valor global desta Ata de RP é de R$ 88.883,04 (oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais com quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 15/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 10 **(dez)** dias corridos após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante.

4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 10 **(dez)** dias corridos após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

**A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.*

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.3. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Gabinete do Prefeito.....06-02.001.04.122.0002.2005.339030000000

Sec. Mun. De finanças.....072-04.001.04.122.0005.2017.339030000000

Sec. Mun. de Obras 303-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Administração 41-03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....127-05.002.12.361.0013.2034.339030000000

Sec. Mun. De Educação.....135-05.002.12.365.0013.2035.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....180-06.001.10.301.0030.2080.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....198-06.002.10.301.0029.2081.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....236-07.001.08.244.0025.2070.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....257-07.002.08.244.0025.2076.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....249-07.002.08.244.0025.2069.33903000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....266-07.003.08.243.0025.2074.339030000000

Sec. Mun. De Ass. Social.....274-07.004.08.241.0025.2072.33903000000

Sec. Mun. De Fisc. Tributaria.....361-10.001.04.129.0017.2058.339030000000

Sec. Mun. De Turismo.....386-11.001.23.695.0015.2046.339030000000

Sec. Mun. De Agricultura.....325-09.001.20.122.0024.2032.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 15/2018, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 15/2018 a proposta da empresa **LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA EPP,** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 21 de maio de 2018.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA EPP

CNPJ sob o n.º 08.371.036/0001-93

Sr. Luís Afonso da Silva

CPF sob nº 537.721.131-68

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO 002/2018

O Plenário do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Agricultura, no uso de suas atribuições e com base no colegiado em reunião ordinária. No dia dezessete de dois mil e dezoito.

No uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 338 de 27 de Novembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as Dap's dos senhores Elias Venâncio da Silva, João Alves Viana, Márcia Soares Alves de Oliveira Soares do PA Raimundo da Rocha; Donato de Pinho do Nascimento do PA São Francisco; Alonso Ribeiro Dutra, Fernando Jorge Falcao e Nildenor Pereira de Souza os tradicionais.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Nortelândia – MT 17 de Maio de 2018.

_____

Benedito Hudson Monteiro e Mayer

Presidente do CMDRS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO 003/2018

O Plenário do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Agricultura, no uso de suas atribuições e com base no colegiado em reunião ordinária. No dia dezessete de dois mil e dezoito.

No uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 338 de 27 de Novembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as Prestações de Contas do trator horas-trabalhadas do PA Raimundo da Rocha e PA São Francisco, no período de 20/12/2017 à 10/03/2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Nortelândia – MT 17 de Maio de 2018.

_____

Benedito Hudson Monteiro e Mayer

Presidente do CMDRS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

A Comissão Permanente de Licitação-CPL da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Tomada de Preços, com o seguinte objeto:**"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO DE PAVIMENTO EM PRÉ-MISTURADO A FRIO – PMF RUAS DOM AQUINO, 21 DE ABRIL, VER. TIBURCIO G. PORTELA, BAHIA, MATO GROSSO, CUIABÁ, JOÃO PESSOA, QUINTINO BOCAIÚVA E AV. CAMPO GRANDE"**, conforme descrito no Edital e anexos, com recursos oriundos do com recursos provenientes DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES-SECID, Convênio sob o nº 1024-2017 . Tipo: menor preço global. Data de abertura: 08 de JUNHO de 2018. Horário: 07:30 horas. Local: Avenida Prefeito João Macaúba, 82, Centro, Nortelândia-MT - CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis na sede da Prefeitura, telefone (65) 3346-1411, ou no site www.nortelandia.mt.gov.br licitações.

Nortelândia-MT, 22 de maio de 2018.

Edna Alves da Silva

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO 001/2018

O Plenário do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Agricultura, no uso de suas atribuições e com base no colegiado em reunião ordinária. No dia dezessete de dois mil e dezoito.

No uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 338 de 27 de Novembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a distribuição de água do poço artesiano que irá atender a 30 famílias com parceria da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT e do INCRA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Nortelândia – MT 17 de Maio de 2018.

_____

Benedito Hudson Monteiro e Mayer

Presidente do CMDRS

JURÍDICO
DECRETO Nº 279/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.

DECRETO Nº 279/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 462/2018, ESTABELECE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES,** Prefeito do Município de Nortelândia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município - LOM, especialmente o art. 72, inciso IV;

Considerando a Lei Municipal nº 462, de 17 de maio de 2018, publicada em 18/05/2018, criou o Conselho Municipal de Turismo e previu em seu art. 4º, que este órgão colegiado seria constituído de no mínimo 08 (oito) membros, distribuídos de forma paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil, nomeados através de decreto,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Turismo do Município de Nortelândia será constituído de no mínimo 04 (quatro) membros do Poder Público e 04 (quatro) membros da Sociedade Civil organizada, com seus respectivos suplentes, e que tenham interesse pelo desenvolvimento e fomento do turismo sustentado em Nortelândia – MT, e terá a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Público:

a) - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Meio Ambiente e Turismo;

b) – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;

c) – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

d) – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – Representantes da Sociedade Civil organizada:

a) – Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Nortelândia – MT – STTRN;

b) – 01 (um) representante do Sindicato do Comércio Varejista do Município de Nortelândia e/ou da Associação Comercial e Industrial de Nortelândia, e coexistindo tais instituições, seus representantes se alternarão na condição de titular e suplente;

c) - 01 (um) representante da Igreja Católica e 01 (um) representante das Igrejas Evangélicas e outros credos religiosos, cujos representantes se alternarão na condição de titular e suplente;

d) - 01 (um) representante dos profissionais de turismo (turismólogos, técnicos em hotelaria, etc.) e promotores de evento que reconhecidamente atuem no Município de Nortelândia – MT, que se reunião com a finalidade de escolherem titular e suplente, cuja inocorrência ensejará a aplicação do disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. No caso de não indicação do representante e seu suplente pelas categorias mencionadas neste artigo no prazo de 05 (cinco) dias, o Poder Executivo indicará de forma subsidiária os membros respeitando as categorias previstas neste decreto.

Art. 2º O Conselho Municipal de Turismo do Município de Nortelândia – MT, será nomeado por portaria, tão logo sejam apresentados os membros pelos órgãos que o integram.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, em Nortelândia - MT, ao 22º dia do mês de maio de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. 22/05/2018.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

Marlene Julia de Oliveira Scarpat

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 006/2018, 18 DE MAIO DE 2018.

Portaria Nº 006/2018, 18 de maio de 2018.

"Retifica a Portaria 007/2014 que Dispõe sobre a concessão de benefício de Pensão por Morte em favor do Srª. LISIA EUNICE MACIEL SAMPAIO".

O Diretor Executivo da NOSSA-PREVI – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nossa Senhora do Livramento, Estado de

Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40º, § 7º, inciso I, da Constituição Federal combinado com o Art. 30º, inciso I da Lei Nº 516/2005, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Pensão por Morte, em decorrência do falecimento do Sr **ADALBERTO SAMPAIO DE FARIA FILHO**, ocorrido em 06/05/2014, sendo portador do RG nº 601.611 SSP/MT, CPF nº 048.811. 921-91, Inativo conforme Processo TCE-MT nº 81639/2013, com **Proventos Integrais** em favor da Srª **LISIA EUNICE MACIEL SAMPAIO**, portadora do RG nº 621 769 SSP/MT e CPF nº 072.304.941-68*, conforme o processo da NOSSA-PREVI n.º 2014.07.0001, a partir de 06/05/2014, até posterior deliberação.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 06/05/2014, revogada as disposições em contrário.*

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 18 de Maio de 2018.

_____

Emanuel Arcanjo da Silva

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

_____

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

2º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 076/2017

2º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 076/2017 EMPRESA A. L. C. AUTO CENTER LTDA EPP PARA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

1.1 Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento no contrato nº 076/2017 sendo o objeto a Contratação de empresa especializada em perfuração e instalação de poços de monitoramento e ensaios de penetração padrão no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT.

1.1 O presente instrumento advém do Processo Administrativo nº. 769/2017, referente ADESÃO A *ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 105/2016 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT, CUJO OBJETO É "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA EM GERAL (ELÉTRICA, FUNILARIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, TROCA DE ÓLEO, FILTRO, PINTURA EM GERAL E SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA EM GERAL), E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA/PRIMEIRA LINHA E SERVIÇOS DE GUINCHO E REBOQUE PARA VEÍCULOS E MOTOCICLETAS, INDEPENDENTE DE MARCA PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 769/2017 ADESÃO "CARONA" 001/2017 e outro lado a Empresa: Empresa **A. L. C. AUTO CENTER LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 05.055.261/0001-22 e Inscrição Estadual: 13209311-1 com sede na Rua Barão de Melgaço, nº 900-B, Bairro Porto, CEP: 78.025-300, no município de Cuiabá-MT, neste ato, representada por seu Sócio administrador, a Senhora Lailse Teixeira Ribeiro, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 554.148 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 840.296.681-00, residente e domiciliada contratada.

1.2 CLAUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRI FUNDAMENTO: Com base n**o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1366/2018** e o parecer jurídico municipal nº 1 e no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 002/2018, cujo objetivo é **Alteração** do Disposto n**a Clausula Terceira Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento contratual inicial, Secretaria Municipal de Obras referente ao código reduzido conforme descrição abaixo

Secretaria Municipal de Obra

Secretaria/ Programa	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
08	02278 – Recuperação Man. e Construção de Estradas Vicinais	33.90.39	080032	130	R$ 3.543,57

Secretaria/ Programa	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
08	02278 – Recuperação Man. e Construção de Estradas Vicinais	33.90.30	080029	130	R$ 72.910,00

2. CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAUSULAS

2.1 As demais clausulas constantes no contrato 076/2017, permanecem inalterados. O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento, 10 de Maio de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 005 /2018

PORTARIA N° 005 /2018

"Confere a responsabilidade técnica aos servidores que desempenham as atribuições de Diretor Clínico e Enfermeiro Responsável Técnico."

A Secretária Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento, Rita Aurélia Proença Malaquias, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designa Thiago Longuinho de Almeida servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, RG nº 1832008-2 SSP- MT, CPF 023.805. 251-61 Diretor Clínico do Hospital Municipal Maria Arlindo da Costa.

Art. 2º Designa Edenilze Maciel, servidora efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, RG 928747-7 SSP-MT, CPF 594.683.551-49 Enfermeira Responsável técnica do Hospital Municipal Maria Arlindo da Costa.

.

Nossa Senhora do Livramento, 14 de Maio de 2018

.

Rita Aurélia Proença Malaquias

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA N° 202/2018

PORTARIA N° 202/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a pedido a Senhora **Cirley Matildes de Figueiredo,** Cargo de Apoio Social, lotada na Secretaria municipal de Assistência Social, a partir de 16/05/2018 conforme processo n° 1508/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 22 de Maio de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR 25% AO CONTRATO Nº 076/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR 25% AO CONTRATO Nº 076/2017 DE ADESÃO A *ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 105/2016 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT, CUJO OBJETO É “*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA EM GERAL (ELÉTRICA, FUNILARIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, TROCA DE ÓLEO, FILTRO, PINTURA EM GERAL E SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA EM GERAL), E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA/PRIMEIRA LINHA E SERVIÇOS DE GUINCHO E REBOQUE PARA VEÍCULOS E MOTOCICLETAS, INDEPENDENTE DE MARCA PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA A. L. C. AUTO CENTER LTDA EPP CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 769/2017 ADESÃO “CARONA” 001/2017 NAS CLAUSULAS A SEGUIR.

MOTIVOS

De conformidade com as motivações administrativas constantes no processo administrativo conforme justificativa nº1312/2018-1 da Secretaria Municipal de Obras de prazo e valor de 25% no valor de **R$ 36.550,00 (Trinta e Seis Mil Quinhentos e Cinquenta Reais),** Alterando o valor original do contrato nº 76/2017 sendo o objeto Adesão a ***Ata de Registro de Preços 105/2016 do Pregão Eletrônico nº 44/2016 da Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT, cujo objeto é “***Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva de mecânica em geral (elétrica, funilaria, alinhamento, cambagem, troca de óleo, filtro, pintura em geral e sistema de injeção eletrônica em geral), e fornecimento de peças genuínas ou originais de fábrica/ primeira linha e serviços de guincho e reboque para veículos e motocicletas, independente de marca para atender a demanda da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico nº ***44/2016,*** bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 364184/2016, do município de Várzea Grande-MT com a empresa**A. L. C. AUTO CENTER LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 05.055.261/0001-22 e Inscrição Estadual: 13209311-1 com sede na Rua Barão de Melgaço, nº 900-B, Bairro Porto, CEP: 78.025-300, no município de Cuiabá-MT. **DO PRAZO**

O presente termo aditivo terá seu prazo prorrogado por 06 (seis) meses contados a partir da do termino de vigência do contrato original dia **15/05/2018.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta das Dotações orçamentárias 2018.

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Codigo Red	Valor (R$)
08	2278- Recup. e Man. e Cont.de Estradas Vicinais	33.90.30	130	080029	11.550,00
08	2278- Recup. e Man. e Cont.de Estradas Vicinais	33.90.39	130	080032	25.000,00
VALOR R$ 36.550,00 Trinta e Seis Mil Quinhentos e Cinquenta Reais					

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93 parecer jurídico nº 166/2018-1.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 76/2017**, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.**

Nossa Senhora do Livramento – MT,10 de Maio 2018.

CONTRATANTE

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADA

EMPRESA A. L. C. AUTO CENTER LTDA EPP

CNPJ sob o nº. 05.055.261/0001-22 e Inscrição Estadual: 13209311

Senhora Lailse Teixeira Ribeiro

RG nº. 554.148 SSP/MT e CPF sob nº. 840.296.681-00

LEI Nº 850/2018

Lei nº 850/2018

Dispõe sobre a criação/abertura de novos elementos de despesas dentro das mesmas Secretarias e dentro das mesmas origens de recursos sem alterar os seus respectivos valores totais junto a LOA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado de Mato Grosso, Silmar de Souza Gonçalves, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Para suprir as necessidades de aquisição de Material Permanente para fazer face às demandas da Administração, fica criado o seguinte elementos de despesa, dentro das mesmas origens de recursos:

Abertura de Elemento de despesa do Órgão 06 – Secretaria de Assistência Social

Projeto Atividade 2089- Fundo da Infância e Adolescência

	ANULAR		CRIAR	
Código da receita	Elemento despesa	Valor	Elemento despesa	Valor
01.00	31.90.30.00	5.000,00	44.90.52.00	5.000,00

Art. 2º Para facilitar as adequações de prestação de contas nos grupos de despesa sem alteração nos valores totais das origens de receitas e dos projeto / atividade, ficam criados os seguintes elementos de despesas no Órgão 07 Secretaria de Saúde:

Abertura de Elemento de despesa do Órgão 07 – Secretaria de Saúde

Projeto Atividade 2071- Programa da Saúde da Família PSF

	ANULAR			
Código da receita	Elemento despesa	Valor	Elemento despesa	Valor
01.14	31.90.11.00	50.000,00		

Projeto Atividade 2086- Manutenção de Assistência Farmacêutica

			CRIAR	
Código da receita	Elemento despesa	Valor	Elemento despesa	Valor
0.1.14			31.90.11.00	50.000,00

Projeto Atividade 2071- Programa da Saúde da Família PSF

	ANULAR			
Código da receita	Elemento despesa	Valor	Elemento despesa	Valor
01.42	31.90.11.00	18.000,00		

Projeto Atividade 2049- Manutenção do Núcleo de Reabilitação

			CRIAR	
Código da receita	Elemento despesa	Valor	Elemento despesa	Valor
0.1.42			31.90.11.00	10.000,00

Projeto Atividade 2270- Manutenção das Ações de Agentes Comunitários de Saúde

			CRIAR	
Código da receita	Elemento despesa	Valor	Elemento despesa	Valor
0.1.42			31.90.04.00	8.000,00

Projeto Atividade 2071- Programa da Saúde da Família PSF

	ANULAR			
Código da receita	Elemento despesa	Valor	Elemento despesa	Valor
01.00	31.90.04.00	10.000,00		

Projeto Atividade 2051- Manutenção das Ações da Saúde Bucal

			CRIAR	
Código da receita	Elemento despesa	Valor	Elemento despesa	Valor
0.1.00			31.90.04.00	10.000,00

Projeto Atividade 2086- Manutenção de Assistência Farmacêutica

	ANULAR			
Código da receita	Elemento despesa	Valor	Elemento despesa	Valor
0.1.42	3.3.90.30.00	38.555,00		

Projeto Atividade 2305- Manutenção da Atenção Básica

			CRIAR	
Código da receita	Elemento despesa	Valor	Elemento despesa	Valor
0.1.42			3.3.90.30.00	3.055,00

Projeto Atividade 2269- Manutenção das Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental

			CRIAR	
Código da receita	Elemento despesa	Valor	Elemento despesa	Valor
0.1.42			44.90.52.00	35.500,00

Projeto Atividade 2067- Programa da Saúde da Família PSF

	ANULAR		CRIAR	
Código da receita	Elemento despesa	Valor		
01.00	33.90.39.00	50.000,00		
01.14	33.90.36.00	50.000,00		

Projeto Atividade 2071- Programa da Saúde da Família PSF

	ANULAR		CRIAR	
Código da receita			Elemento despesa	Valor
01.00			33.90.93.00	50.000,00
01.14			33.90.93.00	50.000,00

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 19 de fevereiro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 013/2018

Portaria nº 013/2018

Ementa: Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio Celebrado com a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1 º - Designar o Servidor Joaquim Schmoeller, para acompanhar e fiscalizar a execuçãodo objeto constante no Convênio nº 001/2018, firmado com Asssociação Comunitária e Cultural Japuranã de Rádio FM, CNPJ: 07.779.814/0001-15**,** no qual a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT, é a Convenente, e que, será substituída em suas ausências e em seus impedimentos, pela Servidora Maraisa Lopes dos Santos.

Art. 2 º - Determinar que o fiscal ora designada, ou na ausência desta, o fiscal substituto, deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do convênio, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONVENIADA, em periodicidade adequada ao objeto do convênio, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as prestações de contas relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento para pagamento.

Art. 3 º - Dê-se ciência aos servidores designados e publique-se.

Nova Bandeirantes-MT, 28 de março de 2.018

ADELINO SCHMOLLER

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 003/2018.

RESOLUÇÃO Nº 003/2018.

SÚMULA: Autoriza dar em forma de pagamento o Bem Móvel da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, um Carro de Marca RENAULT/SANDERO EXPR 16. Ano 2015/2015, Combustível Alco/Gasol, Placa QBT3085, como parte de pagamento de um Veiculo Novo, e dá outras Providências.

ADELINO SCHMOLLER Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o Plenário aprovou, e ele, sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica autorizado a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT, dar como parte de pagamento, para compra de Veiculo novo. O Veiculo **de Marca RENAULT/SANDERO EXPR 16. ano 2015/2015, Combustível Alco/Gasol, Placa QBT3085**, da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 22 de Maio de 2018

Adelino Schmoller

Presidente Câmara Municipal

Nova Bandeirantes/MT

Biênio 2017/2018

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, Senhor VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, e, pela Lei Orgânica Municipal, em especial artigo 72, inciso V, bem como com arrimo no que estabelece o art. 37 da Carta Política, EMPOSSADO, como de fato EMPOSSADO, nesta data o (a) Sr(a) ADRIEU APARECIDO LIMA, CPF: 004.580.359.55, nomeado (a) pelo Edital de Convocação n° 007/2018, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, (AMM), pagina (s) 245, ano XII, n° 2968, veiculado em data de 30/04/2018, para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA, Habilitado (a) através do Concurso Público n° 001/2016, na Secretaria de Desporto e Laser.

O (a) Servidor (a) apresentou os documentos exigidos por Lei, e pelo Edital de Convocação, bem como prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo.

Destarte o (a) Servidor (a) comprometer-se neste ato a observar a Lei orgânica Municipal; o Estatuto do Servidor Público municipal, a lei Nº 574/2008, Lei Municipal n° 619/2009, (súmula: Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os Servidores Públicos da Administração do Município de Nova Bandeirantes, que formam o quadro de pessoal do Desporto e Lazer direta e da outras providências), e demais legislações afetas ao cargo de Servidor Público.

Para constar eu, Jucilene Frassetto Schmoller Buchmann, com exercício na Unidade/ Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente TERMO que vai assinado por mim, pelo (a) Prefeito (a) Municipal, pelo (a) empossado (a), e por (2) duas testemunhas.

Nova Bandeirantes/MT, 23 de maio de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DO SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

_____

ADRIEU APARECIDO LIMA

Empossado

TESTEMUNHAS:

_____ _____

JUCILENE F. SCHMOLLER BUCHMANN SUELEN MOURA RAMPAZZO

CPF: 863.158.381.20 CPF: 039.982.221.62

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
LEI MUNICIPAL Nº. 1072/2018

"ALTERA TABELA II DA LEI 987, DE 14 DE MARÇO DE 2017 COM ACRÉSCIMO DE 6,81% E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, Valdir Pereira dos Santos, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Considerando a portaria do Ministério da Educação nº 1.595, de 28 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei nº 11.738, de 2008.

Art. 1º Fica concedido acréscimo à tabela II de 6,81%, da remuneração dos professores, disposto na Lei Municipal n. 987, de 14 de março de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"[...]

CLASSE	A	B	C	D	D
1	1.849,40	2.774,10	3.143,98	3.513,86	3.883,74

2	1.849,40	2.774,10	3.143,98	3.513,86	3.883,74
3	1.849,40	2.774,10	3.143,98	3.513,86	3.883,74
4	1.941,87	2.912,81	3.301,18	3.689,55	4.077,93
5	1.974,11	2.961,16	3.355,98	3.750,80	4.145,62
6	2.006,88	3.010,31	3.411,69	3.813,06	4.214,44
7	2.040,19	3.060,28	3.468,32	3.876,36	4.284,40
8	2.074,06	3.111,08	3.525,90	3.940,71	4.355,52
9	2.108,49	3.162,73	3.584,43	4.006,12	4.427,82
10	2.143,49	3.215,23	3.643,93	4.072,62	4.501,32
11	2.179,07	3.268,60	3.704,42	4.140,23	4.576,04
12	2.215,24	3.322,86	3.765,91	4.208,96	4.652,01
13	2.252,01	3.378,02	3.828,42	4.278,83	4.729,23
14	2.289,40	3.434,10	3.891,98	4.349,86	4.807,73
15	2.327,40	3.491,10	3.956,58	4.422,06	4.887,54
16	2.366,04	3.549,05	4.022,26	4.495,47	4.968,68
17	2.405,31	3.607,97	4.089,03	4.570,09	5.051,16
18	2.445,24	3.667,86	4.156,91	4.645,96	5.135,01
19	2.485,83	3.728,75	4.225,91	4.723,08	5.220,25
20	2.527,10	3.790,64	4.296,06	4.801,48	5.306,90
21	2.569,05	3.853,57	4.367,38	4.881,19	5.395,00
22	2.611,69	3.917,54	4.439,88	4.962,22	5.484,55
23	2.655,05	3.982,57	4.513,58	5.044,59	5.575,60
24	2.699,12	4.048,68	4.588,50	5.128,33	5.668,15
25	2.743,93	4.115,89	4.664,67	5.213,46	5.762,24
26	2.789,47	4.184,21	4.742,11	5.300,00	5.857,90
27	2.835,78	4.253,67	4.820,83	5.387,98	5.955,14
28	2.882,85	4.324,28	4.900,85	5.477,42	6.053,99
29	2.930,71	4.396,06	4.982,21	5.568,35	6.154,49
30	2.979,36	4.469,04	5.064,91	5.660,78	6.256,65
31	3.028,82	4.543,23	5.148,99	5.754,75	6.360,52
32	3.079,10	4.618,64	5.234,46	5.850,28	6.466,10
33	3.130,21	4.695,31	5.321,35	5.947,40	6.573,44
34	3.182,17	4.773,25	5.409,69	6.046,12	6.682,56
35	3.234,99	4.852,49	5.499,49	6.146,49	6.793,49
36	3.288,69	4.933,04	5.590,78	6.248,52	6.906,26

[...]" **(NR)**

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Bandeirantes – MT, 22 de maio de 2018.

Valdir Pereira dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
LEI MUNICIPAL Nº. 1073/2018

LEI MUNICIPAL Nº. 1073/2018

"ALTERA TABELA III e IV DA LEI 987/2017, TABELA I DA LEI 988/ 2017, TABELA I DA LEI 989/2017, TABELA I DA LEI 990/2017 TABELA II DA LEI 993/2017, TABELA I DA LEI 994/217, TABELA II DA LEI 995/ 2017, ANEXO I DA LEI 996/2017 E O ANEXO II DA LEI 1066/2018, COM ACRÉSCIMO DE 3,0% E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, Valdir Pereira dos Santos, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal.

Art. 1º Fica concedido acréscimo à tabela III e IV da Lei 987/2017, tabela I da Lei 988/2017, tabela I da Lei 989/2017, tabela I da Lei 990/2017, tabela II da Lei 993/2017, tabela I da Lei 994/217, tabela II da Lei 995/2017e o anexo II da Lei 1066/2018, com acréscimo de 3,0%, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"[...]

TABELA III

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

CLASSE	A	B	C
1	876,57	1.008,06	1.139,54
2	891,12	1.024,79	1.158,46
3	905,91	1.041,80	1.177,69
4	920,95	1.059,09	1.197,24
5	936,24	1.076,68	1.217,11
6	951,78	1.094,55	1.237,32
7	967,58	1.112,72	1.257,86
8	983,64	1.131,19	1.278,74
9	999,97	1.149,97	1.299,96
10	1.016,57	1.169,06	1.321,54
11	1.033,45	1.188,46	1.343,48
12	1.050,60	1.208,19	1.365,78
13	1.068,04	1.228,25	1.388,45
14	1.085,77	1.248,64	1.411,50
15	1.103,79	1.269,36	1.434,93
16	1.122,12	1.290,43	1.458,75
17	1.140,74	1.311,86	1.482,97
18	1.159,68	1.333,63	1.507,58
19	1.178,93	1.355,77	1.532,61
20	1.198,50	1.378,28	1.558,05
21	1.218,40	1.401,16	1.583,92
22	1.238,62	1.424,42	1.610,21
23	1.259,18	1.448,06	1.636,94
24	1.280,09	1.472,10	1.664,11
25	1.301,34	1.496,54	1.691,74
26	1.322,94	1.521,38	1.719,82
27	1.344,90	1.546,63	1.748,37
28	1.367,22	1.572,31	1.777,39
29	1.389,92	1.598,41	1.806,89
30	1.412,99	1.624,94	1.836,89

TABELA IV

CARGO: TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRADOR ESCOLAR/MONITOR).

CLASSE	A	B	C
1	1.028,97	1.543,46	1.749,25
2	1.046,05	1.569,08	1.778,29
3	1.063,42	1.595,12	1.807,81
4	1.081,07	1.621,60	1.837,82
5	1.099,01	1.648,52	1.868,32
6	1.117,26	1.675,89	1.899,34
7	1.135,80	1.703,71	1.930,87
8	1.154,66	1.731,99	1.962,92
9	1.173,83	1.760,74	1.995,50
10	1.193,31	1.789,97	2.028,63
11	1.213,12	1.819,68	2.062,30
12	1.233,26	1.849,89	2.096,54
13	1.253,73	1.880,59	2.131,34
14	1.274,54	1.911,81	2.166,72
15	1.295,70	1.943,55	2.202,69
16	1.317,21	1.975,81	2.239,25
17	1.339,07	2.008,61	2.276,42
18	1.361,30	2.041,95	2.314,21
19	1.383,90	2.075,85	2.352,63
20	1.406,87	2.110,31	2.391,68
21	1.430,23	2.145,34	2.431,39
22	1.453,97	2.180,95	2.471,75
23	1.478,10	2.217,16	2.512,78
24	1.502,64	2.253,96	2.554,49
25	1.527,58	2.291,38	2.596,89
26	1.552,94	2.329,41	2.640,00
27	1.578,72	2.368,08	2.683,83
28	1.604,93	2.407,39	2.728,38
29	1.631,57	2.447,35	2.773,67
30	1.658,65	2.487,98	2.819,71

TABELA I

CARGO: ADVOGADO E CONTROLADOR MUNICIPAL

CLASSE	A	B	C	D
1	5.395,14	6.474,17	7.553,20	8.632,22
2	5.556,99	6.668,39	7.779,79	8.891,19
3	5.723,70	6.868,44	8.013,19	9.157,93
4	5.895,42	7.074,50	8.253,58	9.432,66
5	6.072,28	7.286,73	8.501,19	9.715,64
6	6.254,45	7.505,34	8.756,22	10.007,11
7	6.442,08	7.730,50	9.018,91	10.307,33
8	6.635,34	7.962,41	9.289,48	10.616,55
9	6.834,40	8.201,28	9.568,16	10.935,04
10	7.039,43	8.447,32	9.855,21	11.263,09
11	7.250,62	8.700,74	10.150,86	11.600,99
12	7.468,14	8.961,76	10.455,39	11.949,02
13	7.692,18	9.230,62	10.769,05	12.307,49
14	7.922,94	9.507,53	11.092,12	12.676,71
15	8.160,63	9.792,76	11.424,89	13.057,01
16	8.405,45	10.086,54	11.767,63	13.448,72
17	8.657,62	10.389,14	12.120,66	13.852,19
18	8.917,34	10.700,81	12.484,28	14.267,75
19	9.184,86	11.021,84	12.858,81	14.695,78
20	9.460,41	11.352,49	13.244,57	15.136,66
21	9.744,22	11.693,07	13.641,91	15.590,76
22	10.036,55	12.043,86	14.051,17	16.058,48
23	10.337,65	12.405,18	14.472,70	16.540,23
24	10.647,78	12.777,33	14.906,89	17.036,44
25	10.967,21	13.160,65	15.354,09	17.547,53
26	11.296,23	13.555,47	15.814,72	18.073,96
27	11.635,11	13.962,13	16.289,16	18.616,18
28	11.984,17	14.381,00	16.777,83	19.174,66
29	12.343,69	14.812,43	17.281,17	19.749,90
30	12.714,00	15.256,80	17.799,60	20.342,40
31	13.095,42	15.714,51	18.333,59	20.952,67
32	13.488,28	16.185,94	18.883,60	21.581,25
33	13.892,93	16.671,52	19.450,10	22.228,69
34	14.309,72	17.171,66	20.033,61	22.895,55
35	14.739,01	17.686,81	20.634,62	23.582,42

CARGO: NUTRICIONISTA 30 (trinta) horas

CLASSE	A	B	C	D
1	3.754,35	4.505,22	5.256,09	6.006,96
2	3.866,98	4.640,38	5.413,77	6.187,17
3	3.982,99	4.779,59	5.576,19	6.372,78
4	4.102,48	4.922,98	5.743,47	6.563,97
5	4.225,55	5.070,66	5.915,78	6.760,89
6	4.352,32	5.222,78	6.093,25	6.963,71
7	4.482,89	5.379,47	6.276,05	7.172,62
8	4.617,38	5.540,85	6.464,33	7.387,80
9	4.755,90	5.707,08	6.658,26	7.609,44
10	4.898,58	5.878,29	6.858,01	7.837,72
11	5.045,53	6.054,64	7.063,75	8.072,85
12	5.196,90	6.236,28	7.275,66	8.315,04
13	5.352,81	6.423,37	7.493,93	8.564,49
14	5.513,39	6.616,07	7.718,75	8.821,42
15	5.678,79	6.814,55	7.950,31	9.086,07
16	5.849,15	7.018,99	8.188,82	9.358,65
17	6.024,63	7.229,56	8.434,48	9.639,41
18	6.205,37	7.446,44	8.687,52	9.928,59
19	6.391,53	7.669,84	8.948,14	10.226,45
20	6.583,28	7.899,93	9.216,59	10.533,24
21	6.780,77	8.136,93	9.493,08	10.849,24
22	6.984,20	8.381,04	9.777,88	11.174,72
23	7.193,72	8.632,47	10.071,21	11.509,96
24	7.409,53	8.891,44	10.373,35	11.855,26
25	7.631,82	9.158,18	10.684,55	12.210,91
26	7.860,78	9.432,93	11.005,09	12.577,24
27	8.096,60	9.715,92	11.335,24	12.954,56
28	8.339,50	10.007,40	11.675,29	13.343,19
29	8.589,68	10.307,62	12.025,55	13.743,49
30	8.847,37	10.616,85	12.386,32	14.155,79
31	9.112,79	10.935,35	12.757,91	14.580,47
32	9.386,18	11.263,41	13.140,65	15.017,88
33	9.667,76	11.601,31	13.534,87	15.468,42
34	9.957,79	11.949,35	13.940,91	15.932,47
35	10.256,53	12.307,83	14.359,14	16.410,45

CARGOS: AGENTES DE SERVIÇOS PUBLICOS

Ajudante I E II, Auxiliar de Limpeza, Continuo, Coveiro, Guarda Vigia, Zelador, Lavadeira, Merendeira, Servente de Pedreiro e Braçal.

CLASSE	A	B	C	D
1	805,38	966,46	1.127,53	1.288,61
2	829,54	995,45	1.161,36	1.327,27
3	854,43	1.025,31	1.196,20	1.367,08
4	880,06	1.056,07	1.232,08	1.408,10
5	906,46	1.087,75	1.269,05	1.450,34
6	933,66	1.120,39	1.307,12	1.493,85
7	961,67	1.154,00	1.346,33	1.538,67
8	990,52	1.188,62	1.386,72	1.584,83
9	1.020,23	1.224,28	1.428,32	1.632,37
10	1.050,84	1.261,01	1.471,17	1.681,34
11	1.082,36	1.298,84	1.515,31	1.731,78
12	1.114,83	1.337,80	1.560,77	1.783,73
13	1.148,28	1.377,94	1.607,59	1.837,25
14	1.182,73	1.419,27	1.655,82	1.892,36
15	1.218,21	1.461,85	1.705,49	1.949,14
16	1.254,76	1.505,71	1.756,66	2.007,61
17	1.292,40	1.550,88	1.809,36	2.067,84
18	1.331,17	1.597,40	1.863,64	2.129,87
19	1.371,11	1.645,33	1.919,55	2.193,77
20	1.412,24	1.694,69	1.977,13	2.259,58
21	1.454,61	1.745,53	2.036,45	2.327,37
22	1.498,24	1.797,89	2.097,54	2.397,19
23	1.543,19	1.851,83	2.160,47	2.469,11
24	1.589,49	1.907,38	2.225,28	2.543,18
25	1.637,17	1.964,61	2.292,04	2.619,47
26	1.686,29	2.023,54	2.360,80	2.698,06
27	1.736,88	2.084,25	2.431,63	2.779,00
28	1.788,98	2.146,78	2.504,57	2.862,37
29	1.842,65	2.211,18	2.579,71	2.948,24
30	1.897,93	2.277,52	2.657,10	3.036,69
31	1.954,87	2.345,84	2.736,82	3.127,79
32	2.013,51	2.416,22	2.818,92	3.221,62
33	2.073,92	2.488,70	2.903,49	3.318,27
34	2.136,14	2.563,37	2.990,59	3.417,82
35	2.200,22	2.640,27	3.080,31	3.520,36

CARGO:AGENTE ADMINISTRATIVO E AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Assistente Administrativo I e II, Agente Administrativo I e II e Telefonista.

CLASSE	A	B	C	D
1	1.028,97	1.234,76	1.440,56	1.646,35
2	1.059,84	1.271,81	1.483,77	1.695,74
3	1.091,63	1.309,96	1.528,29	1.746,61
4	1.124,38	1.349,26	1.574,14	1.799,01
5	1.158,11	1.389,74	1.621,36	1.852,98
6	1.192,86	1.431,43	1.670,00	1.908,57
7	1.228,64	1.474,37	1.720,10	1.965,83
8	1.265,50	1.518,60	1.771,70	2.024,81
9	1.303,47	1.564,16	1.824,86	2.085,55
10	1.342,57	1.611,09	1.879,60	2.148,12
11	1.382,85	1.659,42	1.935,99	2.212,56
12	1.424,34	1.709,20	1.994,07	2.278,94
13	1.467,07	1.760,48	2.053,89	2.347,30
14	1.511,08	1.813,29	2.115,51	2.417,72
15	1.556,41	1.867,69	2.178,97	2.490,26
16	1.603,10	1.923,72	2.244,34	2.564,96
17	1.651,19	1.981,43	2.311,67	2.641,91
18	1.700,73	2.040,88	2.381,02	2.721,17
19	1.751,75	2.102,10	2.452,45	2.802,80
20	1.804,31	2.165,17	2.526,03	2.886,89
21	1.858,43	2.230,12	2.601,81	2.973,49
22	1.914,19	2.297,02	2.679,86	3.062,70
23	1.971,61	2.365,94	2.760,26	3.154,58
24	2.030,76	2.436,91	2.843,07	3.249,22
25	2.091,68	2.510,02	2.928,36	3.346,69
26	2.154,43	2.585,32	3.016,21	3.447,10
27	2.219,07	2.662,88	3.106,69	3.550,51
28	2.285,64	2.742,77	3.199,90	3.657,02
29	2.354,21	2.825,05	3.295,89	3.766,73
30	2.424,84	2.909,80	3.394,77	3.879,74
31	2.497,58	2.997,10	3.496,61	3.996,13
32	2.572,51	3.087,01	3.601,51	4.116,01
33	2.649,68	3.179,62	3.709,56	4.239,49
34	2.729,17	3.275,01	3.820,84	4.366,68
35	2.811,05	3.373,26	3.935,47	4.497,68

CARGO: AGENTE DE MANUTENÇÃO

Eletricista, Mecânico I e II e Pedreiro

CLASSE	A	B	C	D
1	1.040,09	1.248,11	1.456,13	1.664,14
2	1.071,29	1.285,55	1.499,81	1.714,07
3	1.103,43	1.324,12	1.544,80	1.765,49
4	1.136,53	1.363,84	1.591,15	1.818,46
5	1.170,63	1.404,76	1.638,88	1.873,01
6	1.205,75	1.446,90	1.688,05	1.929,20
7	1.241,92	1.490,31	1.738,69	1.987,07
8	1.279,18	1.535,02	1.790,85	2.046,69
9	1.317,55	1.581,07	1.844,58	2.108,09
10	1.357,08	1.628,50	1.899,91	2.171,33
11	1.397,79	1.677,35	1.956,91	2.236,47
12	1.439,73	1.727,67	2.015,62	2.303,56
13	1.482,92	1.779,50	2.076,09	2.372,67
14	1.527,41	1.832,89	2.138,37	2.443,85
15	1.573,23	1.887,88	2.202,52	2.517,17
16	1.620,43	1.944,51	2.268,60	2.592,68
17	1.669,04	2.002,85	2.336,65	2.670,46
18	1.719,11	2.062,93	2.406,75	2.750,58
19	1.770,68	2.124,82	2.478,96	2.833,09
20	1.823,80	2.188,56	2.553,33	2.918,09
21	1.878,52	2.254,22	2.629,93	3.005,63
22	1.934,87	2.321,85	2.708,82	3.095,80
23	1.992,92	2.391,50	2.790,09	3.188,67
24	2.052,71	2.463,25	2.873,79	3.284,33
25	2.114,29	2.537,15	2.960,00	3.382,86
26	2.177,72	2.613,26	3.048,80	3.484,35
27	2.243,05	2.691,66	3.140,27	3.588,88
28	2.310,34	2.772,41	3.234,48	3.696,54
29	2.379,65	2.855,58	3.331,51	3.807,44
30	2.451,04	2.941,25	3.431,46	3.921,66
31	2.524,57	3.029,49	3.534,40	4.039,31
32	2.600,31	3.120,37	3.640,43	4.160,49
33	2.678,32	3.213,98	3.749,64	4.285,31
34	2.758,67	3.310,40	3.862,13	4.413,87
35	2.841,43	3.409,71	3.978,00	4.546,28

CARGO: Técnico de Nível Médio e Agente de Conservação

Técnico Agrícola, Técnico Agropecuário e Auxiliar Encarregado de Água

CLASSE	A	B	C	D
1	978,91	1.174,69	1.370,47	1.566,26
2	1.008,28	1.209,93	1.411,59	1.613,24
3	1.038,53	1.246,23	1.453,94	1.661,64
4	1.069,68	1.283,62	1.497,55	1.711,49
5	1.101,77	1.322,13	1.542,48	1.762,83
6	1.134,82	1.361,79	1.588,75	1.815,72
7	1.168,87	1.402,64	1.636,42	1.870,19
8	1.203,94	1.444,72	1.685,51	1.926,30
9	1.240,05	1.488,06	1.736,08	1.984,09
10	1.277,26	1.532,71	1.788,16	2.043,61
11	1.315,57	1.578,69	1.841,80	2.104,92
12	1.355,04	1.626,05	1.897,06	2.168,06
13	1.395,69	1.674,83	1.953,97	2.233,11
14	1.437,56	1.725,07	2.012,59	2.300,10
15	1.480,69	1.776,83	2.072,96	2.369,10
16	1.525,11	1.830,13	2.135,15	2.440,18
17	1.570,86	1.885,04	2.199,21	2.513,38
18	1.617,99	1.941,59	2.265,18	2.588,78
19	1.666,53	1.999,83	2.333,14	2.666,45
20	1.716,52	2.059,83	2.403,13	2.746,44
21	1.768,02	2.121,62	2.475,23	2.828,83
22	1.821,06	2.185,27	2.549,49	2.913,70
23	1.875,69	2.250,83	2.625,97	3.001,11
24	1.931,96	2.318,36	2.704,75	3.091,14
25	1.989,92	2.387,91	2.785,89	3.183,88
26	2.049,62	2.459,54	2.869,47	3.279,39
27	2.111,11	2.533,33	2.955,55	3.377,77
28	2.174,44	2.609,33	3.044,22	3.479,11
29	2.239,68	2.687,61	3.135,55	3.583,48
30	2.306,87	2.768,24	3.229,61	3.690,98
31	2.376,07	2.851,29	3.326,50	3.801,71
32	2.447,35	2.936,82	3.426,30	3.915,77
33	2.520,77	3.024,93	3.529,08	4.033,24
34	2.596,40	3.115,68	3.634,96	4.154,24
35	2.674,29	3.209,15	3.744,01	4.278,86

CARGO: AGENTE OPERACIONAL E VIVERISTA

Motorista I, II e III, Operador de Maquinas I, II e III, Viveirista

CLASSE	A	B	C	D
1	1.101,28	1.321,54	1.541,79	1.762,05
2	1.134,32	1.361,18	1.588,05	1.814,91
3	1.168,35	1.402,02	1.635,69	1.869,36
4	1.203,40	1.444,08	1.684,76	1.925,44
5	1.239,50	1.487,40	1.735,30	1.983,20
6	1.276,69	1.532,02	1.787,36	2.042,70
7	1.314,99	1.577,98	1.840,98	2.103,98
8	1.354,44	1.625,32	1.896,21	2.167,10
9	1.395,07	1.674,08	1.953,10	2.232,11
10	1.436,92	1.724,30	2.011,69	2.299,07
11	1.480,03	1.776,03	2.072,04	2.368,05
12	1.524,43	1.829,31	2.134,20	2.439,09
13	1.570,16	1.884,19	2.198,23	2.512,26
14	1.617,27	1.940,72	2.264,17	2.587,63
15	1.665,78	1.998,94	2.332,10	2.665,26
16	1.715,76	2.058,91	2.402,06	2.745,21
17	1.767,23	2.120,68	2.474,12	2.827,57
18	1.820,25	2.184,30	2.548,35	2.912,40
19	1.874,86	2.249,83	2.624,80	2.999,77
20	1.931,10	2.317,32	2.703,54	3.089,76
21	1.989,03	2.386,84	2.784,65	3.182,45
22	2.048,71	2.458,45	2.868,19	3.277,93
23	2.110,17	2.532,20	2.954,23	3.376,27
24	2.173,47	2.608,17	3.042,86	3.477,55
25	2.238,68	2.686,41	3.134,15	3.581,88
26	2.305,84	2.767,00	3.228,17	3.689,34
27	2.375,01	2.850,01	3.325,02	3.800,02
28	2.446,26	2.935,51	3.424,77	3.914,02
29	2.519,65	3.023,58	3.527,51	4.031,44
30	2.595,24	3.114,29	3.633,33	4.152,38
31	2.673,10	3.207,71	3.742,33	4.276,95
32	2.753,29	3.303,95	3.854,60	4.405,26
33	2.835,89	3.403,06	3.970,24	4.537,42
34	2.920,96	3.505,16	4.089,35	4.673,54
35	3.008,59	3.610,31	4.212,03	4.813,75

CARGO: TECNICO DE NIVEL SUPERIOR

Engenheiro

CLASSE	A	B	C	D
1	2.002,32	2.402,78	2.803,25	3.203,71
2	2.062,39	2.474,87	2.887,35	3.299,82
3	2.124,26	2.549,11	2.973,97	3.398,82
4	2.187,99	2.625,59	3.063,18	3.500,78
5	2.253,63	2.704,35	3.155,08	3.605,81
6	2.321,24	2.785,49	3.249,73	3.713,98
7	2.390,87	2.869,05	3.347,22	3.825,40
8	2.462,60	2.955,12	3.447,64	3.940,16
9	2.536,48	3.043,77	3.551,07	4.058,37
10	2.612,57	3.135,09	3.657,60	4.180,12
11	2.690,95	3.229,14	3.767,33	4.305,52
12	2.771,68	3.326,01	3.880,35	4.434,69
13	2.854,83	3.425,80	3.996,76	4.567,73
14	2.940,47	3.528,57	4.116,66	4.704,76
15	3.028,69	3.634,43	4.240,16	4.845,90
16	3.119,55	3.743,46	4.367,37	4.991,28
17	3.213,14	3.855,76	4.498,39	5.141,02
18	3.309,53	3.971,44	4.633,34	5.295,25
19	3.408,82	4.090,58	4.772,34	5.454,11
20	3.511,08	4.213,30	4.915,51	5.617,73
21	3.616,41	4.339,70	5.062,98	5.786,26
22	3.724,91	4.469,89	5.214,87	5.959,85
23	3.836,65	4.603,98	5.371,31	6.138,64
24	3.951,75	4.742,10	5.532,45	6.322,80
25	4.070,30	4.884,37	5.698,43	6.512,49
26	4.192,41	5.030,90	5.869,38	6.707,86
27	4.318,19	5.181,82	6.045,46	6.909,10
28	4.447,73	5.337,28	6.226,82	7.116,37
29	4.581,16	5.497,40	6.413,63	7.329,86
30	4.718,60	5.662,32	6.606,04	7.549,76
31	4.860,16	5.832,19	6.804,22	7.776,25
32	5.005,96	6.007,15	7.008,35	8.009,54
33	5.156,14	6.187,37	7.218,60	8.249,82
34	5.310,82	6.372,99	7.435,15	8.497,32
35	5.470,15	6.564,18	7.658,21	8.752,24

CARGO: ELETRICISTA VEICULAR E FUNILEIRO

CLASSE	A	B	C	D
1	945,54	1.134,65	1.323,76	1.512,86
2	973,91	1.168,69	1.363,47	1.558,25
3	1.003,12	1.203,75	1.404,37	1.605,00
4	1.033,22	1.239,86	1.446,50	1.653,15
5	1.064,21	1.277,06	1.489,90	1.702,74
6	1.096,14	1.315,37	1.534,60	1.753,82
7	1.129,02	1.354,83	1.580,63	1.806,44
8	1.162,89	1.395,47	1.628,05	1.860,63
9	1.197,78	1.437,34	1.676,89	1.916,45
10	1.233,72	1.480,46	1.727,20	1.973,94
11	1.270,73	1.524,87	1.779,02	2.033,16
12	1.308,85	1.570,62	1.832,39	2.094,16
13	1.348,11	1.617,74	1.887,36	2.156,98
14	1.388,56	1.666,27	1.943,98	2.221,69
15	1.430,21	1.716,26	2.002,30	2.288,34
16	1.473,12	1.767,74	2.062,37	2.356,99
17	1.517,31	1.820,78	2.124,24	2.427,70
18	1.562,83	1.875,40	2.187,97	2.500,53
19	1.609,72	1.931,66	2.253,61	2.575,55
20	1.658,01	1.989,61	2.321,21	2.652,82
21	1.707,75	2.049,30	2.390,85	2.732,40
22	1.758,98	2.110,78	2.462,58	2.814,37
23	1.811,75	2.174,10	2.536,45	2.898,80
24	1.866,10	2.239,33	2.612,55	2.985,77
25	1.922,09	2.306,51	2.690,92	3.075,34
26	1.979,75	2.375,70	2.771,65	3.167,60
27	2.039,14	2.446,97	2.854,80	3.262,63
28	2.100,32	2.520,38	2.940,44	3.360,51
29	2.163,33	2.595,99	3.028,66	3.461,32
30	2.228,23	2.673,87	3.119,52	3.565,16
31	2.295,07	2.754,09	3.213,10	3.672,12
32	2.363,93	2.836,71	3.309,50	3.782,28
33	2.434,84	2.921,81	3.408,78	3.895,75
34	2.507,89	3.009,47	3.511,04	4.012,62
35	2.583,13	3.099,75	3.616,38	4.133,00

CARGO:

Técnico de Controle Administrativo e Financeiro

CLASSE	A	B	C	D
1	1.612,98	1.935,58	2.258,17	2.580,77
2	1.661,37	1.993,64	2.325,92	2.658,19
3	1.711,21	2.053,45	2.395,69	2.737,94
4	1.762,55	2.115,06	2.467,57	2.820,07
5	1.815,42	2.178,51	2.541,59	2.904,68
6	1.869,89	2.243,86	2.617,84	2.991,82
7	1.925,98	2.311,18	2.696,38	3.081,57
8	1.983,76	2.380,51	2.777,27	3.174,02
9	2.043,27	2.451,93	2.860,58	3.269,24
10	2.104,57	2.525,49	2.946,40	3.367,32
11	2.167,71	2.601,25	3.034,79	3.468,34
12	2.232,74	2.679,29	3.125,84	3.572,39
13	2.299,72	2.759,67	3.219,61	3.679,56
14	2.368,72	2.842,46	3.316,20	3.789,94
15	2.439,78	2.927,73	3.415,69	3.903,64
16	2.512,97	3.015,56	3.518,16	4.020,75
17	2.588,36	3.106,03	3.623,70	4.141,38
18	2.666,01	3.199,21	3.732,41	4.265,62
19	2.745,99	3.295,19	3.844,39	4.393,58
20	2.828,37	3.394,04	3.959,72	4.525,39
21	2.913,22	3.495,87	4.078,51	4.661,15
22	3.000,62	3.600,74	4.200,87	4.800,99
23	3.090,64	3.708,76	4.326,89	4.945,02
24	3.183,36	3.820,03	4.456,70	5.093,37
25	3.278,86	3.934,63	4.590,40	5.246,17
26	3.377,22	4.052,67	4.728,11	5.403,56
27	3.478,54	4.174,25	4.869,95	5.565,66
28	3.582,89	4.299,47	5.016,05	5.732,63
29	3.690,38	4.428,46	5.166,53	5.904,61
30	3.801,09	4.561,31	5.321,53	6.081,75
31	3.915,13	4.698,15	5.481,18	6.264,20
32	4.032,58	4.839,10	5.645,61	6.452,13
33	4.153,56	4.984,27	5.814,98	6.645,69
34	4.278,16	5.133,80	5.989,43	6.845,06
35	4.406,51	5.287,81	6.169,11	7.050,41

CARGO:

Assistente Social 30 (trinta) horas

CLASSE	A	B	C	D
1	2.781,00	3.337,20	3.893,40	4.449,60
2	2.864,43	3.437,32	4.010,20	4.583,09
3	2.950,36	3.540,44	4.130,51	4.720,58
4	3.038,87	3.646,65	4.254,42	4.862,20
5	3.130,04	3.756,05	4.382,06	5.008,06
6	3.223,94	3.868,73	4.513,52	5.158,31
7	3.320,66	3.984,79	4.648,92	5.313,06
8	3.420,28	4.104,34	4.788,39	5.472,45
9	3.522,89	4.227,47	4.932,04	5.636,62
10	3.628,57	4.354,29	5.080,00	5.805,72
11	3.737,43	4.484,92	5.232,40	5.979,89
12	3.849,55	4.619,47	5.389,38	6.159,29
13	3.965,04	4.758,05	5.551,06	6.344,07
14	4.083,99	4.900,79	5.717,59	6.534,39
15	4.206,51	5.047,81	5.889,12	6.730,42
16	4.332,71	5.199,25	6.065,79	6.932,33
17	4.462,69	5.355,23	6.247,76	7.140,30
18	4.596,57	5.515,88	6.435,20	7.354,51
19	4.734,47	5.681,36	6.628,25	7.575,15
20	4.876,50	5.851,80	6.827,10	7.802,40
21	5.022,80	6.027,35	7.031,91	8.036,47
22	5.173,48	6.208,18	7.242,87	8.277,57
23	5.328,68	6.394,42	7.460,16	8.525,89
24	5.488,54	6.586,25	7.683,96	8.781,67
25	5.653,20	6.783,84	7.914,48	9.045,12
26	5.822,80	6.987,36	8.151,91	9.316,47
27	5.997,48	7.196,98	8.396,47	9.595,97
28	6.177,40	7.412,89	8.648,37	9.883,85
29	6.362,73	7.635,27	8.907,82	10.180,36
30	6.553,61	7.864,33	9.175,05	10.485,77
31	6.750,22	8.100,26	9.450,30	10.800,35
32	6.952,72	8.343,27	9.733,81	11.124,36
33	7.161,31	8.593,57	10.025,83	11.458,09

34	7.376,14	8.851,37	10.326,60	11.801,83
35	7.597,43	9.116,91	10.636,40	12.155,89

CARGO:

Médico Veterinário 20 (vinte) horas

CLASSE	A	B	C	D
1	2.502,90	3.003,48	3.504,06	4.004,64
2	2.577,99	3.093,58	3.609,18	4.124,78
3	2.655,33	3.186,39	3.717,46	4.248,52
4	2.734,99	3.281,98	3.828,98	4.375,98
5	2.817,04	3.380,44	3.943,85	4.507,26
6	2.901,55	3.481,86	4.062,17	4.642,48
7	2.988,59	3.586,31	4.184,03	4.781,75
8	3.078,25	3.693,90	4.309,55	4.925,20
9	3.170,60	3.804,72	4.438,84	5.072,96
10	3.265,72	3.918,86	4.572,00	5.225,15
11	3.363,69	4.036,43	4.709,16	5.381,90
12	3.464,60	4.157,52	4.850,44	5.543,36
13	3.568,54	4.282,24	4.995,95	5.709,66
14	3.675,59	4.410,71	5.145,83	5.880,95
15	3.785,86	4.543,03	5.300,21	6.057,38
16	3.899,44	4.679,32	5.459,21	6.239,10
17	4.016,42	4.819,70	5.622,99	6.426,27
18	4.136,91	4.964,29	5.791,68	6.619,06
19	4.261,02	5.113,22	5.965,43	6.817,63
20	4.388,85	5.266,62	6.144,39	7.022,16
21	4.520,52	5.424,62	6.328,72	7.232,83
22	4.656,13	5.587,36	6.518,58	7.449,81
23	4.795,82	5.754,98	6.714,14	7.673,30
24	4.939,69	5.927,63	6.915,57	7.903,50
25	5.087,88	6.105,46	7.123,03	8.140,61
26	5.240,52	6.288,62	7.336,72	8.384,83
27	5.397,73	6.477,28	7.556,83	8.636,37
28	5.559,66	6.671,60	7.783,53	8.895,46
29	5.726,45	6.871,75	8.017,04	9.162,33
30	5.898,25	7.077,90	8.257,55	9.437,20
31	6.075,20	7.290,23	8.505,27	9.720,31
32	6.257,45	7.508,94	8.760,43	10.011,92
33	6.445,17	7.734,21	9.023,24	10.312,28
34	6.638,53	7.966,24	9.293,94	10.621,65
35	6.837,69	8.205,22	9.572,76	10.940,30

CARGO: CONTADOR 40 HORAS SEMANAIS

CLASSE	A	B	C	D
1	5.395,14	6.474,17	7.553,20	8.632,22
2	5.556,99	6.668,39	7.779,79	8.891,19
3	5.723,70	6.868,44	8.013,19	9.157,93
4	5.895,42	7.074,50	8.253,58	9.432,66
5	6.072,28	7.286,73	8.501,19	9.715,64
6	6.254,45	7.505,34	8.756,22	10.007,11
7	6.442,08	7.730,50	9.018,91	10.307,33
8	6.635,34	7.962,41	9.289,48	10.616,55
9	6.834,40	8.201,28	9.568,16	10.935,04
10	7.039,43	8.447,32	9.855,21	11.263,09
11	7.250,62	8.700,74	10.150,86	11.600,99
12	7.468,14	8.961,76	10.455,39	11.949,02
13	7.692,18	9.230,62	10.769,05	12.307,49
14	7.922,94	9.507,53	11.092,12	12.676,71
15	8.160,63	9.792,76	11.424,89	13.057,01
16	8.405,45	10.086,54	11.767,63	13.448,72
17	8.657,62	10.389,14	12.120,66	13.852,19
18	8.917,34	10.700,81	12.484,28	14.267,75
19	9.184,86	11.021,84	12.858,81	14.695,78
20	9.460,41	11.352,49	13.244,57	15.136,66
21	9.744,22	11.693,07	13.641,91	15.590,76
22	10.036,55	12.043,86	14.051,17	16.058,48
23	10.337,65	12.405,18	14.472,70	16.540,23
24	10.647,78	12.777,33	14.906,89	17.036,44
25	10.967,21	13.160,65	15.354,09	17.547,53
26	11.296,23	13.555,47	15.814,72	18.073,96
27	11.635,11	13.962,13	16.289,16	18.616,18
28	11.984,17	14.381,00	16.777,83	19.174,66
29	12.343,69	14.812,43	17.281,17	19.749,90
30	12.714,00	15.256,80	17.799,60	20.342,40
31	13.095,42	15.714,51	18.333,59	20.952,67
32	13.488,28	16.185,94	18.883,60	21.581,25
33	13.892,93	16.671,52	19.450,10	22.228,69
34	14.309,72	17.171,66	20.033,61	22.895,55
35	14.739,01	17.686,81	20.634,62	23.582,42

CARGO: Técnico em Informática

CLASSE	A	B	C	D
1	2.002,32	2.402,78	2.803,25	3.203,71
2	2.062,39	2.474,87	2.887,35	3.299,82
3	2.124,26	2.549,11	2.973,97	3.398,82
4	2.187,99	2.625,59	3.063,18	3.500,78
5	2.253,63	2.704,35	3.155,08	3.605,81
6	2.321,24	2.785,49	3.249,73	3.713,98
7	2.390,87	2.869,05	3.347,22	3.825,40
8	2.462,60	2.955,12	3.447,64	3.940,16
9	2.536,48	3.043,77	3.551,07	4.058,37
10	2.612,57	3.135,09	3.657,60	4.180,12
11	2.690,95	3.229,14	3.767,33	4.305,52
12	2.771,68	3.326,01	3.880,35	4.434,69
13	2.854,83	3.425,80	3.996,76	4.567,73
14	2.940,47	3.528,57	4.116,66	4.704,76
15	3.028,69	3.634,43	4.240,16	4.845,90
16	3.119,55	3.743,46	4.367,37	4.991,28
17	3.213,14	3.855,76	4.498,39	5.141,02
18	3.309,53	3.971,44	4.633,34	5.295,25
19	3.408,82	4.090,58	4.772,34	5.454,11
20	3.511,08	4.213,30	4.915,51	5.617,73
21	3.616,41	4.339,70	5.062,98	5.786,26
22	3.724,91	4.469,89	5.214,87	5.959,85
23	3.836,65	4.603,98	5.371,31	6.138,64
24	3.951,75	4.742,10	5.532,45	6.322,80
25	4.070,30	4.884,37	5.698,43	6.512,49
26	4.192,41	5.030,90	5.869,38	6.707,86
27	4.318,19	5.181,82	6.045,46	6.909,10
28	4.447,73	5.337,28	6.226,82	7.116,37
29	4.581,16	5.497,40	6.413,63	7.329,86
30	4.718,60	5.662,32	6.606,04	7.549,76
31	4.860,16	5.832,19	6.804,22	7.776,25
32	5.005,96	6.007,15	7.008,35	8.009,54
33	5.156,14	6.187,37	7.218,60	8.249,82
34	5.310,82	6.372,99	7.435,15	8.497,32
35	5.470,15	6.564,18	7.658,21	8.752,24

CARGO: Agente de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Atendente Odontológico.

CLASSE	A	B	C	D
1	805,38	966,46	1.127,53	1.288,61
2	829,54	995,45	1.161,36	1.327,27
3	854,43	1.025,31	1.196,20	1.367,08
4	880,06	1.056,07	1.232,08	1.408,10
5	906,46	1.087,75	1.269,05	1.450,34
6	933,66	1.120,39	1.307,12	1.493,85
7	961,67	1.154,00	1.346,33	1.538,67
8	990,52	1.188,62	1.386,72	1.584,83
9	1.020,23	1.224,28	1.428,32	1.632,37
10	1.050,84	1.261,01	1.471,17	1.681,34
11	1.082,36	1.298,84	1.515,31	1.731,78
12	1.114,83	1.337,80	1.560,77	1.783,73
13	1.148,28	1.377,94	1.607,59	1.837,25
14	1.182,73	1.419,27	1.655,82	1.892,36
15	1.218,21	1.461,85	1.705,49	1.949,14
16	1.254,76	1.505,71	1.756,66	2.007,61
17	1.292,40	1.550,88	1.809,36	2.067,84
18	1.331,17	1.597,40	1.863,64	2.129,87
19	1.371,11	1.645,33	1.919,55	2.193,77
20	1.412,24	1.694,69	1.977,13	2.259,58
21	1.454,61	1.745,53	2.036,45	2.327,37
22	1.498,24	1.797,89	2.097,54	2.397,19
23	1.543,19	1.851,83	2.160,47	2.469,11
24	1.589,49	1.907,38	2.225,28	2.543,18
25	1.637,17	1.964,61	2.292,04	2.619,47
26	1.686,29	2.023,54	2.360,80	2.698,06
27	1.736,88	2.084,25	2.431,63	2.779,00
28	1.788,98	2.146,78	2.504,57	2.862,37
29	1.842,65	2.211,18	2.579,71	2.948,24
30	1.897,93	2.277,52	2.657,10	3.036,69
31	1.954,87	2.345,84	2.736,82	3.127,79

32	2.013,51	2.416,22	2.818,92	3.221,62
33	2.073,92	2.488,70	2.903,49	3.318,27
34	2.136,14	2.563,37	2.990,59	3.417,82
35	2.200,22	2.640,27	3.080,31	3.520,36

CARGO: Técnico de Enfermagem

CLASSE	A	B	C	D
1	1.279,26	1.535,11	1.790,96	2.046,82
2	1.317,64	1.581,17	1.844,69	2.108,22
3	1.357,17	1.628,60	1.900,03	2.171,47
4	1.397,88	1.677,46	1.957,03	2.236,61
5	1.439,82	1.727,78	2.015,75	2.303,71
6	1.483,01	1.779,62	2.076,22	2.372,82
7	1.527,50	1.833,00	2.138,50	2.444,01
8	1.573,33	1.887,99	2.202,66	2.517,33
9	1.620,53	1.944,63	2.268,74	2.592,85
10	1.669,14	2.002,97	2.336,80	2.670,63
11	1.719,22	2.063,06	2.406,91	2.750,75
12	1.770,80	2.124,95	2.479,11	2.833,27
13	1.823,92	2.188,70	2.553,49	2.918,27
14	1.878,64	2.254,36	2.630,09	3.005,82
15	1.935,00	2.321,99	2.708,99	3.095,99
16	1.993,05	2.391,65	2.790,26	3.188,87
17	2.052,84	2.463,40	2.873,97	3.284,54
18	2.114,42	2.537,31	2.960,19	3.383,07
19	2.177,85	2.613,43	3.049,00	3.484,57
20	2.243,19	2.691,83	3.140,47	3.589,10
21	2.310,49	2.772,58	3.234,68	3.696,78
22	2.379,80	2.855,76	3.331,72	3.807,68
23	2.451,19	2.941,43	3.431,67	3.921,91
24	2.524,73	3.029,68	3.534,62	4.039,57
25	2.600,47	3.120,57	3.640,66	4.160,76
26	2.678,49	3.214,18	3.749,88	4.285,58
27	2.758,84	3.310,61	3.862,38	4.414,15
28	2.841,61	3.409,93	3.978,25	4.546,57
29	2.926,85	3.512,23	4.097,60	4.682,97
30	3.014,66	3.617,59	4.220,52	4.823,46
31	3.105,10	3.726,12	4.347,14	4.968,16
32	3.198,25	3.837,90	4.477,55	5.117,20
33	3.294,20	3.953,04	4.611,88	5.270,72
34	3.393,03	4.071,63	4.750,24	5.428,84
35	3.494,82	4.193,78	4.892,74	5.591,71

CARGO: Técnico em Higiene Dental

CLASSE	A	B	C	D
1	917,73	1.101,28	1.284,82	1.468,37
2	945,26	1.134,31	1.323,37	1.512,42
3	973,62	1.168,34	1.363,07	1.557,79
4	1.002,83	1.203,39	1.403,96	1.604,53
5	1.032,91	1.239,50	1.446,08	1.652,66
6	1.063,90	1.276,68	1.489,46	1.702,24
7	1.095,82	1.314,98	1.534,14	1.753,31
8	1.128,69	1.354,43	1.580,17	1.805,91
9	1.162,55	1.395,06	1.627,57	1.860,08
10	1.197,43	1.436,92	1.676,40	1.915,89
11	1.233,35	1.480,02	1.726,69	1.973,36
12	1.270,35	1.524,42	1.778,49	2.032,56
13	1.308,46	1.570,16	1.831,85	2.093,54
14	1.347,72	1.617,26	1.886,80	2.156,35
15	1.388,15	1.665,78	1.943,41	2.221,04
16	1.429,79	1.715,75	2.001,71	2.287,67
17	1.472,69	1.767,22	2.061,76	2.356,30
18	1.516,87	1.820,24	2.123,62	2.426,99
19	1.562,37	1.874,85	2.187,32	2.499,80
20	1.609,25	1.931,09	2.252,94	2.574,79
21	1.657,52	1.989,03	2.320,53	2.652,04
22	1.707,25	2.048,70	2.390,15	2.731,60
23	1.758,47	2.110,16	2.461,85	2.813,54
24	1.811,22	2.173,46	2.535,71	2.897,95
25	1.865,56	2.238,67	2.611,78	2.984,89
26	1.921,52	2.305,83	2.690,13	3.074,44
27	1.979,17	2.375,00	2.770,84	3.166,67
28	2.038,54	2.446,25	2.853,96	3.261,67
29	2.099,70	2.519,64	2.939,58	3.359,52
30	2.162,69	2.595,23	3.027,77	3.460,31
31	2.227,57	2.673,09	3.118,60	3.564,11

32	2.294,40	2.753,28	3.212,16	3.671,04
33	2.363,23	2.835,88	3.308,52	3.781,17
34	2.434,13	2.920,95	3.407,78	3.894,60
35	2.507,15	3.008,58	3.510,01	4.011,44

CARGO: Fonoaudióloga 20 (vinte) horas

CLASSE	A	B	C	D
1	2.336,04	2.803,25	3.270,46	3.737,66
2	2.406,12	2.887,35	3.368,57	3.849,79
3	2.478,30	2.973,97	3.469,63	3.965,29
4	2.552,65	3.063,18	3.573,72	4.084,25
5	2.629,23	3.155,08	3.680,93	4.206,77
6	2.708,11	3.249,73	3.791,35	4.332,98
7	2.789,35	3.347,22	3.905,10	4.462,97
8	2.873,03	3.447,64	4.022,25	4.596,86
9	2.959,23	3.551,07	4.142,92	4.734,76
10	3.048,00	3.657,60	4.267,20	4.876,80
11	3.139,44	3.767,33	4.395,22	5.023,11
12	3.233,63	3.880,35	4.527,08	5.173,80
13	3.330,63	3.996,76	4.662,89	5.329,02
14	3.430,55	4.116,66	4.802,77	5.488,89
15	3.533,47	4.240,16	4.946,86	5.653,55
16	3.639,47	4.367,37	5.095,26	5.823,16
17	3.748,66	4.498,39	5.248,12	5.997,85
18	3.861,12	4.633,34	5.405,57	6.177,79
19	3.976,95	4.772,34	5.567,73	6.363,12
20	4.096,26	4.915,51	5.734,76	6.554,02
21	4.219,15	5.062,98	5.906,81	6.750,64
22	4.345,72	5.214,87	6.084,01	6.953,16
23	4.476,09	5.371,31	6.266,53	7.161,75
24	4.610,38	5.532,45	6.454,53	7.376,60
25	4.748,69	5.698,43	6.648,16	7.597,90
26	4.891,15	5.869,38	6.847,61	7.825,84
27	5.037,88	6.045,46	7.053,04	8.060,61
28	5.189,02	6.226,82	7.264,63	8.302,43
29	5.344,69	6.413,63	7.482,57	8.551,50
30	5.505,03	6.606,04	7.707,04	8.808,05
31	5.670,18	6.804,22	7.938,26	9.072,29
32	5.840,29	7.008,35	8.176,40	9.344,46
33	6.015,50	7.218,60	8.421,69	9.624,79
34	6.195,96	7.435,15	8.674,35	9.913,54
35	6.381,84	7.658,21	8.934,58	10.210,94

CARGO: Fisioterapeuta 30 (trinta) horas

CLASSE	A	B	C	D
1	2.940,07	3.528,08	4.116,10	4.704,11
2	3.028,27	3.633,93	4.239,58	4.845,24
3	3.119,12	3.742,94	4.366,77	4.990,59
4	3.212,69	3.855,23	4.497,77	5.140,31
5	3.309,07	3.970,89	4.632,70	5.294,52
6	3.408,35	4.090,02	4.771,69	5.453,36
7	3.510,60	4.212,72	4.914,84	5.616,96
8	3.615,92	4.339,10	5.062,28	5.785,46
9	3.724,39	4.469,27	5.214,15	5.959,03
10	3.836,12	4.603,35	5.370,57	6.137,80
11	3.951,21	4.741,45	5.531,69	6.321,93
12	4.069,74	4.883,69	5.697,64	6.511,59
13	4.191,84	5.030,20	5.868,57	6.706,94
14	4.317,59	5.181,11	6.044,63	6.908,15
15	4.447,12	5.336,54	6.225,97	7.115,39
16	4.580,53	5.496,64	6.412,75	7.328,85
17	4.717,95	5.661,54	6.605,13	7.548,72
18	4.859,49	5.831,39	6.803,28	7.775,18
19	5.005,27	6.006,33	7.007,38	8.008,44
20	5.155,43	6.186,52	7.217,60	8.248,69
21	5.310,09	6.372,11	7.434,13	8.496,15
22	5.469,40	6.563,28	7.657,15	8.751,03
23	5.633,48	6.760,17	7.886,87	9.013,57
24	5.802,48	6.962,98	8.123,48	9.283,97
25	5.976,56	7.171,87	8.367,18	9.562,49
26	6.155,85	7.387,02	8.618,20	9.849,37
27	6.340,53	7.608,64	8.876,74	10.144,85
28	6.530,75	7.836,89	9.143,04	10.449,19
29	6.726,67	8.072,00	9.417,33	10.762,67
30	6.928,47	8.314,16	9.699,85	11.085,55
31	7.136,32	8.563,59	9.990,85	11.418,11

32	7.350,41	8.820,49	10.290,58	11.760,66
33	7.570,92	9.085,11	10.599,29	12.113,48
34	7.798,05	9.357,66	10.917,27	12.476,88
35	8.031,99	9.638,39	11.244,79	12.851,19

CARGOS: Bioquímico, Farmacêutico Generalista, Odontólogo, Psicólogo e Enfermeiro.

CLASSE	A	B	C	D
1	3.454,00	4.144,80	4.835,60	5.526,40
2	3.557,62	4.269,14	4.980,67	5.692,19
3	3.664,35	4.397,22	5.130,09	5.862,96
4	3.774,28	4.529,13	5.283,99	6.038,85
5	3.887,51	4.665,01	5.442,51	6.220,01
6	4.004,13	4.804,96	5.605,79	6.406,61
7	4.124,26	4.949,11	5.773,96	6.598,81
8	4.247,98	5.097,58	5.947,18	6.796,77
9	4.375,42	5.250,51	6.125,59	7.000,68
10	4.506,69	5.408,02	6.309,36	7.210,70
11	4.641,89	5.570,26	6.498,64	7.427,02
12	4.781,14	5.737,37	6.693,60	7.649,83
13	4.924,58	5.909,49	6.894,41	7.879,32
14	5.072,32	6.086,78	7.101,24	8.115,70
15	5.224,48	6.269,38	7.314,28	8.359,18
16	5.381,22	6.457,46	7.533,71	8.609,95
17	5.542,66	6.651,19	7.759,72	8.868,25
18	5.708,94	6.850,72	7.992,51	9.134,30
19	5.880,20	7.056,24	8.232,29	9.408,33
20	6.056,61	7.267,93	8.479,25	9.690,58
21	6.238,31	7.485,97	8.733,63	9.981,29
22	6.425,46	7.710,55	8.995,64	10.280,73
23	6.618,22	7.941,87	9.265,51	10.589,15
24	6.816,77	8.180,12	9.543,47	10.906,83
25	7.021,27	8.425,53	9.829,78	11.234,03
26	7.231,91	8.678,29	10.124,67	11.571,05
27	7.448,87	8.938,64	10.428,41	11.918,19
28	7.672,33	9.206,80	10.741,27	12.275,73
29	7.902,50	9.483,00	11.063,50	12.644,00
30	8.139,58	9.767,49	11.395,41	13.023,32
31	8.383,76	10.060,52	11.737,27	13.414,02
32	8.635,28	10.362,33	12.089,39	13.816,44
33	8.894,34	10.673,20	12.452,07	14.230,94
34	9.161,17	10.993,40	12.825,63	14.657,87
35	9.436,00	11.323,20	13.210,40	15.097,60

CARGO: Medico

CLASSE	A	B	C	D
1	7.230,60	8.676,72	10.122,84	11.568,96
2	7.447,52	8.937,02	10.426,53	11.916,03
3	7.670,94	9.205,13	10.739,32	12.273,51
4	7.901,07	9.481,29	11.061,50	12.641,71
5	8.138,10	9.765,72	11.393,35	13.020,97
6	8.382,25	10.058,70	11.735,15	13.411,60
7	8.633,71	10.360,46	12.087,20	13.813,94
8	8.892,73	10.671,27	12.449,82	14.228,36
9	9.159,51	10.991,41	12.823,31	14.655,21
10	9.434,29	11.321,15	13.208,01	15.094,87
11	9.717,32	11.660,79	13.604,25	15.547,71
12	10.008,84	12.010,61	14.012,38	16.014,15
13	10.309,11	12.370,93	14.432,75	16.494,57
14	10.618,38	12.742,06	14.865,73	16.989,41
15	10.936,93	13.124,32	15.311,70	17.499,09
16	11.265,04	13.518,05	15.771,05	18.024,06
17	11.602,99	13.923,59	16.244,19	18.564,78
18	11.951,08	14.341,30	16.731,51	19.121,73
19	12.309,61	14.771,53	17.233,46	19.695,38
20	12.678,90	15.214,68	17.750,46	20.286,24
21	13.059,27	15.671,12	18.282,98	20.894,83
22	13.451,05	16.141,26	18.831,46	21.521,67
23	13.854,58	16.625,49	19.396,41	22.167,32
24	14.270,21	17.124,26	19.978,30	22.832,34
25	14.698,32	17.637,99	20.577,65	23.517,31
26	15.139,27	18.167,12	21.194,98	24.222,83
27	15.593,45	18.712,14	21.830,83	24.949,52
28	16.061,25	19.273,50	22.485,75	25.698,00
29	16.543,09	19.851,71	23.160,33	26.468,94
30	17.039,38	20.447,26	23.855,14	27.263,01
31	17.550,56	21.060,68	24.570,79	28.080,90
32	18.077,08	21.692,50	25.307,91	28.923,33
33	18.619,39	22.343,27	26.067,15	29.791,03
34	19.177,98	23.013,57	26.849,17	30.684,76
35	19.753,31	23.703,98	27.654,64	31.605,30

CARGO: Técnico em Radiologia

Carga horaria 24 (vinte e quatro) horas semanais

CLASSE	A	B	C	D
1	1.930,22	2.316,26	2.702,31	3.088,35
2	1.988,13	2.385,75	2.783,38	3.181,00
3	2.047,77	2.457,32	2.866,88	3.276,43
4	2.109,20	2.531,04	2.952,88	3.374,73
5	2.172,48	2.606,98	3.041,47	3.475,97
6	2.237,65	2.685,18	3.132,72	3.580,25
7	2.304,78	2.765,74	3.226,70	3.687,65
8	2.373,93	2.848,71	3.323,50	3.798,28
9	2.445,14	2.934,17	3.423,20	3.912,23
10	2.518,50	3.022,20	3.525,90	4.029,60
11	2.594,05	3.112,87	3.631,68	4.150,49
12	2.671,88	3.206,25	3.740,63	4.275,00
13	2.752,03	3.302,44	3.852,85	4.403,25
14	2.834,59	3.401,51	3.968,43	4.535,35
15	2.919,63	3.503,56	4.087,48	4.671,41
16	3.007,22	3.608,66	4.210,11	4.811,55
17	3.097,44	3.716,92	4.336,41	4.955,90
18	3.190,36	3.828,43	4.466,50	5.104,58
19	3.286,07	3.943,28	4.600,50	5.257,71
20	3.384,65	4.061,58	4.738,51	5.415,44
21	3.486,19	4.183,43	4.880,67	5.577,91
22	3.590,78	4.308,93	5.027,09	5.745,24
23	3.698,50	4.438,20	5.177,90	5.917,60
24	3.809,46	4.571,35	5.333,24	6.095,13
25	3.923,74	4.708,49	5.493,24	6.277,98
26	4.041,45	4.849,74	5.658,03	6.466,32
27	4.162,70	4.995,23	5.827,77	6.660,31
28	4.287,58	5.145,09	6.002,61	6.860,12
29	4.416,20	5.299,44	6.182,69	7.065,93
30	4.548,69	5.458,43	6.368,17	7.277,90
31	4.685,15	5.622,18	6.559,21	7.496,24
32	4.825,71	5.790,85	6.755,99	7.721,13
33	4.970,48	5.964,57	6.958,67	7.952,76
34	5.119,59	6.143,51	7.167,43	8.191,34
35	5.273,18	6.327,81	7.382,45	8.437,09

CARGO: Biomédico

Carga horaria 40 (quarenta) horas semanais

CLASSE	A	B	C	D
1	3.454,00	4.144,80	4.835,60	5.526,40
2	3.557,62	4.269,14	4.980,67	5.692,19
3	3.664,35	4.397,22	5.130,09	5.862,96
4	3.774,28	4.529,13	5.283,99	6.038,85
5	3.887,51	4.665,01	5.442,51	6.220,01
6	4.004,13	4.804,96	5.605,79	6.406,61
7	4.124,26	4.949,11	5.773,96	6.598,81
8	4.247,98	5.097,58	5.947,18	6.796,77
9	4.375,42	5.250,51	6.125,59	7.000,68
10	4.506,69	5.408,02	6.309,36	7.210,70
11	4.641,89	5.570,26	6.498,64	7.427,02
12	4.781,14	5.737,37	6.693,60	7.649,83
13	4.924,58	5.909,49	6.894,41	7.879,32
14	5.072,32	6.086,78	7.101,24	8.115,70
15	5.224,48	6.269,38	7.314,28	8.359,18
16	5.381,22	6.457,46	7.533,71	8.609,95
17	5.542,66	6.651,19	7.759,72	8.868,25
18	5.708,94	6.850,72	7.992,51	9.134,30
19	5.880,20	7.056,24	8.232,29	9.408,33
20	6.056,61	7.267,93	8.479,25	9.690,58
21	6.238,31	7.485,97	8.733,63	9.981,29
22	6.425,46	7.710,55	8.995,64	10.280,73
23	6.618,22	7.941,87	9.265,51	10.589,15
24	6.816,77	8.180,12	9.543,47	10.906,83
25	7.021,27	8.425,53	9.829,78	11.234,03
26	7.231,91	8.678,29	10.124,67	11.571,05
27	7.448,87	8.938,64	10.428,41	11.918,19

28	7.672,33	9.206,80	10.741,27	12.275,73
29	7.902,50	9.483,00	11.063,50	12.644,00
30	8.139,58	9.767,49	11.395,41	13.023,32
31	8.383,76	10.060,52	11.737,27	13.414,02
32	8.635,28	10.362,33	12.089,39	13.816,44
33	8.894,34	10.673,20	12.452,07	14.230,94
34	9.161,17	10.993,40	12.825,63	14.657,87
35	9.436,00	11.323,20	13.210,40	15.097,60

CARGO: Educador Físico

Carga horaria 40 (quarente) horas

CLASSE	A	B	C	D
1	3.193,00	3.831,60	4.470,20	5.108,80
2	3.288,79	3.946,55	4.604,31	5.262,06
3	3.387,45	4.064,94	4.742,44	5.419,93
4	3.489,08	4.186,89	4.884,71	5.582,52
5	3.593,75	4.312,50	5.031,25	5.750,00
6	3.701,56	4.441,87	5.182,19	5.922,50
7	3.812,61	4.575,13	5.337,65	6.100,17
8	3.926,99	4.712,38	5.497,78	6.283,18
9	4.044,80	4.853,76	5.662,72	6.471,67
10	4.166,14	4.999,37	5.832,60	6.665,83
11	4.291,12	5.149,35	6.007,57	6.865,80
12	4.419,86	5.303,83	6.187,80	7.071,77
13	4.552,45	5.462,95	6.373,44	7.283,93
14	4.689,03	5.626,83	6.564,64	7.502,45
15	4.829,70	5.795,64	6.761,58	7.727,52
16	4.974,59	5.969,51	6.964,43	7.959,34
17	5.123,83	6.148,59	7.173,36	8.198,12
18	5.277,54	6.333,05	7.388,56	8.444,07
19	5.435,87	6.523,04	7.610,22	8.697,39
20	5.598,94	6.718,73	7.838,52	8.958,31
21	5.766,91	6.920,30	8.073,68	9.227,06
22	5.939,92	7.127,90	8.315,89	9.503,87
23	6.118,12	7.341,74	8.565,37	9.788,99
24	6.301,66	7.561,99	8.822,33	10.082,66
25	6.490,71	7.788,85	9.087,00	10.385,14
26	6.685,43	8.022,52	9.359,61	10.696,69
27	6.886,00	8.263,20	9.640,39	11.017,59
28	7.092,58	8.511,09	9.929,61	11.348,12
29	7.305,35	8.766,42	10.227,49	11.688,56
30	7.524,51	9.029,42	10.534,32	12.039,22
31	7.750,25	9.300,30	10.850,35	12.400,40
32	7.982,76	9.579,31	11.175,86	12.772,41
33	8.222,24	9.866,69	11.511,13	13.155,58
34	8.468,91	10.162,69	11.856,47	13.550,25
35	8.722,97	10.467,57	12.212,16	13.956,76

CARGO: Engenheiro Agrônomo

Carga horaria 40 (quarenta) horas semanais

CLASSE	A	B	C	D
1	3.914,00	4.696,80	5.479,60	6.262,40
2	4.031,42	4.837,70	5.643,99	6.450,27
3	4.152,36	4.982,84	5.813,31	6.643,78
4	4.276,93	5.132,32	5.987,71	6.843,09
5	4.405,24	5.286,29	6.167,34	7.048,39
6	4.537,40	5.444,88	6.352,36	7.259,84
7	4.673,52	5.608,22	6.542,93	7.477,63
8	4.813,73	5.776,47	6.739,22	7.701,96
9	4.958,14	5.949,77	6.941,39	7.933,02
10	5.106,88	6.128,26	7.149,64	8.171,01
11	5.260,09	6.312,11	7.364,12	8.416,14
12	5.417,89	6.501,47	7.585,05	8.668,63
13	5.580,43	6.696,51	7.812,60	8.928,68
14	5.747,84	6.897,41	8.046,98	9.196,55
15	5.920,28	7.104,33	8.288,39	9.472,44
16	6.097,88	7.317,46	8.537,04	9.756,62
17	6.280,82	7.536,99	8.793,15	10.049,31
18	6.469,25	7.763,09	9.056,94	10.350,79
19	6.663,32	7.995,99	9.328,65	10.661,32
20	6.863,22	8.235,87	9.608,51	10.981,16
21	7.069,12	8.482,94	9.896,77	11.310,59
22	7.281,19	8.737,43	10.193,67	11.649,91
23	7.499,63	8.999,55	10.499,48	11.999,41
24	7.724,62	9.269,54	10.814,46	12.359,39
25	7.956,36	9.547,63	11.138,90	12.730,17
26	8.195,05	9.834,06	11.473,07	13.112,07
27	8.440,90	10.129,08	11.817,26	13.505,44
28	8.694,13	10.432,95	12.171,78	13.910,60
29	8.954,95	10.745,94	12.536,93	14.327,92
30	9.223,60	11.068,32	12.913,04	14.757,76
31	9.500,31	11.400,37	13.300,43	15.200,49
32	9.785,31	11.742,38	13.699,44	15.656,50
33	10.078,87	12.094,65	14.110,42	16.126,20
34	10.381,24	12.457,49	14.533,74	16.609,98
35	10.692,68	12.831,21	14.969,75	17.108,28

CARGO: Engenheiro Florestal

Carga horaria 40 (quarenta) horas semanais

CLASSE	A	B	C	D
1	3.914,00	4.696,80	5.479,60	6.262,40
2	4.031,42	4.837,70	5.643,99	6.450,27
3	4.152,36	4.982,84	5.813,31	6.643,78
4	4.276,93	5.132,32	5.987,71	6.843,09
5	4.405,24	5.286,29	6.167,34	7.048,39
6	4.537,40	5.444,88	6.352,36	7.259,84
7	4.673,52	5.608,22	6.542,93	7.477,63
8	4.813,73	5.776,47	6.739,22	7.701,96
9	4.958,14	5.949,77	6.941,39	7.933,02
10	5.106,88	6.128,26	7.149,64	8.171,01
11	5.260,09	6.312,11	7.364,12	8.416,14
12	5.417,89	6.501,47	7.585,05	8.668,63
13	5.580,43	6.696,51	7.812,60	8.928,68
14	5.747,84	6.897,41	8.046,98	9.196,55
15	5.920,28	7.104,33	8.288,39	9.472,44
16	6.097,88	7.317,46	8.537,04	9.756,62
17	6.280,82	7.536,99	8.793,15	10.049,31
18	6.469,25	7.763,09	9.056,94	10.350,79
19	6.663,32	7.995,99	9.328,65	10.661,32
20	6.863,22	8.235,87	9.608,51	10.981,16
21	7.069,12	8.482,94	9.896,77	11.310,59
22	7.281,19	8.737,43	10.193,67	11.649,91
23	7.499,63	8.999,55	10.499,48	11.999,41
24	7.724,62	9.269,54	10.814,46	12.359,39
25	7.956,36	9.547,63	11.138,90	12.730,17
26	8.195,05	9.834,06	11.473,07	13.112,07
27	8.440,90	10.129,08	11.817,26	13.505,44
28	8.694,13	10.432,95	12.171,78	13.910,60
29	8.954,95	10.745,94	12.536,93	14.327,92
30	9.223,60	11.068,32	12.913,04	14.757,76
31	9.500,31	11.400,37	13.300,43	15.200,49
32	9.785,31	11.742,38	13.699,44	15.656,50
33	10.078,87	12.094,65	14.110,42	16.126,20
34	10.381,24	12.457,49	14.533,74	16.609,98
35	10.692,68	12.831,21	14.969,75	17.108,28

CARGOS:

Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias.

CARGO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO
Agente Comunitário de Saúde	60	1.218,20
Agente de Combate a Endemias	10	1.218,20

CARGO: Operador de Escavadeira Hidráulica

CLASSE	A	B	C	D
1	2.060,00	2.472,00	2.884,00	3.296,00
2	2.121,80	2.546,16	2.970,52	3.394,88
3	2.185,45	2.622,54	3.059,64	3.496,73
4	2.251,02	2.701,22	3.151,42	3.601,63
5	2.318,55	2.782,26	3.245,97	3.709,68
6	2.388,10	2.865,73	3.343,35	3.820,97
7	2.459,75	2.951,70	3.443,65	3.935,60
8	2.533,54	3.040,25	3.546,96	4.053,66
9	2.609,55	3.131,46	3.653,36	4.175,27
10	2.687,83	3.225,40	3.762,97	4.300,53
11	2.768,47	3.322,16	3.875,85	4.429,55
12	2.851,52	3.421,83	3.992,13	4.562,43
13	2.937,07	3.524,48	4.111,89	4.699,31
14	3.025,18	3.630,22	4.235,25	4.840,29
15	3.115,93	3.739,12	4.362,31	4.985,50

16	3.209,41	3.851,30	4.493,18	5.135,06
17	3.305,70	3.966,83	4.627,97	5.289,11
18	3.404,87	4.085,84	4.766,81	5.447,79
19	3.507,01	4.208,41	4.909,82	5.611,22
20	3.612,22	4.334,67	5.057,11	5.779,56
21	3.720,59	4.464,71	5.208,82	5.952,94
22	3.832,21	4.598,65	5.365,09	6.131,53
23	3.947,17	4.736,61	5.526,04	6.315,48
24	4.065,59	4.878,71	5.691,82	6.504,94
25	4.187,56	5.025,07	5.862,58	6.700,09
26	4.313,18	5.175,82	6.038,46	6.901,09
27	4.442,58	5.331,09	6.219,61	7.108,12
28	4.575,86	5.491,03	6.406,20	7.321,37
29	4.713,13	5.655,76	6.598,38	7.541,01
30	4.854,52	5.825,43	6.796,33	7.767,24
31	5.000,16	6.000,19	7.000,22	8.000,26
32	5.150,17	6.180,20	7.210,23	8.240,26
33	5.304,67	6.365,60	7.426,54	8.487,47
34	5.463,81	6.556,57	7.649,33	8.742,10
35	5.627,72	6.753,27	7.878,81	9.004,36

[...]" **(NR)**

Art. 2º Fica o poder executivo autorizado a fazer o pagamento dos valores relativo ao acréscimo retroativo à 22 de maio de 2018.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Bandeirantes – MT, 22 de maio de 2018.

Valdir Pereira dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
LEI Nº 1074 DE MAIO DE 2018

SÚMULA: "CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL (RGA) AO SUBSÍDIO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT

O PREFEITO MINICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES ESTADO DE MATO GROSSO, Valdir Pereira dos Santos, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica concedida Revisão Geral Anual – RGA ao subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT no percentual de 2,73 % (dois vírgula setenta e três por cento) com base no IPCA conforme tabela do anexo I.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de maio de 2018, revogando as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes MT, em 22 de maio de 2018.

Valdir Pereira dos Santos

Prefeito Municipal

ANEXO I

Mês /Ano	Índice do mês (em %)
Maio / 2017	0,31
Junho / 2017	- 0,23
Julho / 2017	0,24
Agosto / 2017	0,19
Setembro/2017	0,16
Outubro / 2017	0,42
Novembro/2017	0,28
Dezembro/ 2017	0,44
Janeiro/ 2018	0,29
Fevereiro/ 2018	0,32
Março/ 2018	0,09
Abril / 2018	0,22
TOTAL	**2,73**

ANEXO II

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Declaro para fins de adequação ao disposto no inciso II da Lei Complementar nº 101/00, que tenho ciência do impacto orçamentário e financeiro, ocasionado pelo RGA no subsídio dos Vereadores desse Poder Legislativo de Nova Bandeirantes/MT. Declaro ainda que, o respectivo aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Nova Bandeirantes/MT, 21 de maio de 2018.

ANEXO III

RELATÓRIO DE IMPACTO FINANCEIRO

Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT	
Período de Últimos 12 meses	
Resumo dos Gastos de Pessoal	
ITENS	**VALOR**
Receita Corrente Líquida	**R$ 32.174. 059,78**
Limite de Gasto com pessoal - 6% (LC 101/00) – Poder Legislativo	**R$ 1.930. 443,59**
Total de Despesas com Pessoal Poder Legislativo (6%)	**R$ 779. 542,02**
Percentual gastos nos últimos 12 meses	**2,42%**
Total da Despesa com pessoal Câmara após a recomposição do IPCA **2,73%**	**R$ 800. 823,52**
Percentual gastos nos últimos 12 meses + IPCA	**2,49%**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
LEI Nº 1075/2018 DE MAIO DE 2018

SÚMULA: "CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL (RGA) NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT

O PREFEITO MINICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES ESTADO DE MATO GROSSO, Valdir Pereira dos Santos, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica concedida Revisão Geral Anual – RGA na Remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT no percentual de 2,73 % (dois vírgula setenta e três por cento) com base no IPCA conforme tabela do anexo I.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de maio de 2018, revogando as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes MT, em 22 de maio de 2018.

Valdir Pereira dos Santos

Prefeito Municipal

ANEXO I

Mês /Ano	Índice do mês (em %)
Maio / 2017	0,31
Junho / 2017	- 0,23
Julho / 2017	0,24
Agosto / 2017	0,19
Setembro/2017	0,16
Outubro / 2017	0,42
Novembro/2017	0,28
Dezembro/ 2017	0,44
Janeiro/ 2018	0,29
Fevereiro/ 2018	0,32
Março/ 2018	0,09
Abril / 2018	0,22
TOTAL	**2,73**

ANEXO II

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Declaro para fins de adequação ao disposto no inciso II da Lei Complementar nº 101/00, que tenho ciência do impacto orçamentário e financeiro,

ocasionado pelo RGA na remuneração dos servidores do Poder Legislativo de Nova Bandeirantes/MT. Declaro ainda que, o respectivo aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Nova Bandeirantes/MT, 21 de maio de 2018.

ANEXO III

RELATÓRIO DE IMPACTO FINANCEIRO

Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT	
Período de Últimos 12 meses	
Resumo dos Gastos de Pessoal	
ITENS	**VALOR**
Receita Corrente Líquida	**R$ 32.174. 059,78**
Limite de Gasto com pessoal - 6% (LC 101/00) – Poder Legislativo	**R$ 1.930. 443,59**
Total de Despesas com Pessoal Poder Legislativo (6%)	**R$ 779. 542,02**
Percentual gastos nos últimos 12 meses	**2,42%**
Total da Despesa com pessoal Câmara após a recomposição do IPCA **2,73%**	**R$ 800. 823,52**
Percentual gastos nos últimos 12 meses + IPCA	**2,49%**

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2018

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 024/2018,**no dia **11/06/2018 às 08:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis **objeto: registro de preços para futura e fracionada "aquisição de óleos, graxas e lubrificantes para atender a demanda da frota de veículos do município de nova bandeirantes-mt".**

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. Informações pelo telefone (66) 98437-118 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 22 de maio de 2018.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - RGF 1º QUADRIMESTRE 2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - RGF 1º QUADRIMESTRE 2018

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita do Município de Nova Brasilândia, no uso de suas atribuições legais, convida os munícipes a participarem da Audiência Pública para apresentação e discussão do RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL – 1º QUADRIMESTRE 2018, a ser realizada na Sede da Câmara Municipal – na Av. Brasil, s/n – Centro, dia 29 de maio de 2018, terça-feira às 09:00horas.

NOVA BRASILÂNDIA - MT, 20 de maio de 2018

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, no uso de suas atribuições e competências legais que lhe são conferidas pela Legislação Municipal*, Lei nº* 671/2017 e 694/2018, através da Comissão Especial de Processo Seletivo, instituída através da Portaria nº 101/2018 resolve:

TORNAR PÚBLICO, para conhecimento de todos os interessados a homologação das inscrições para o processo seletivo simplificado conforme relação de candidatos (Anexo I)*:*

A relação completa da homologação estará disponível na pagina da Prefeitura Municipal em, www.novabrasilandia.mt.gov.br, no dia de publicação deste Edital.

Nova Brasilândia/MT, 21 de maio de 2018.

Comissão Processo Seletivo:

Julio Cesar Bonfim Lopes – Presidente	**Vandeilson Batista da Silva - Secretário**
Cleuma Francisca de Jesus – Membro	**Venicios de Araujo Ventura – Suplente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2018, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018.

Contratado: Reunidos Comércio de Petróleo LTDA

Aditamento: O valor unitário registrado por litro do óleo diesel S-10 e gasolina comum, passarão a ter a seguinte recomposição a partir do dia 18/05/2018:

- Óleo Diesel B - S10 de R$ 3,90 para R$ 4,20;

- Gasolina Comum de R$ 4,39 para R$ 4,50;

Data: 17/05/2018.

EDITAL Nº. 003/2018

EDITAL Nº. 003 / 2018

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA, Estado de Mato Grosso, Empresa Jurídica de direito público, situado a Avenida dos Migrantes Travessa A S/N, Centro, representada pelo seu Presidente o senhor VIENIR OLIVEIRA DA SILVA, buscando cumprir o que determina o Parágrafo Único do art. 48 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal CONVOCA A POPULAÇÃO GUARITENSE a participar da Audiência Pública, que se realizará no dia 30 de Maio de 2.018, às 09h30min no Plenário da Câmara Municipal, para Prestação de Contas desta Câmara Municipal, referente ao Primeiro Quadrimestre do Exercício de 2.018.

Nova Guarita, aos 15 dias do mês de Maio de dois mil e dezoito.

Afixe,

Publique-se

E cumpra-se.

_____

VIENIR OLIVEIRA DA SILVA

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 25/2018

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 25/2018

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 25/2018 .

ABERTURA: 06 de junho de 2018 ás 08:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 08:00 ás 08:30 horas;

OBJETO: **Formação de Ata de registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais de consumo, medicamentos e outros materiais hospitalares de distribuição gratuita da Atenção Básica.**

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br. Nova Lacerda-MT 22 de maio de 2018.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 546/2009.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 433/2007, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2007, QUE "CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB" – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMETO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE OS PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E AS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS VIGENTES, CONSIDERANDO A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL LDB 9394/96, EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 E A LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – Esta Lei altera o Artigo 10, alínea "a", aumentando mais um membro representante da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente, conforme o que dispõe no Artigo 24, § 1º, IV, "a", totalizando 09 (nove) membros titulares e 09 (nove) membros suplentes que comporão o Conselho Municipal do FUNDEB, sendo o Artigo 10, "a", da Lei Municipal Nº 433/2007, de 23 de Fevereiro de 2007, *in verbis*:

(...)

ART.10 Fica criado o Conselho Municipal, de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização para exercer o acompanhamento o controle social, a comprovação e a fiscalização dos recursos a serem aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que terá a seguinte composição:

a) um representante da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente;

(...)

Art. 2º – A nova redação passará a ser a seguinte:

(...)

ART.10 Fica criado o Conselho Municipal, de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização para exercer o acompanhamento o controle social, a comprovação e a fiscalização dos recursos a serem aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que terá a seguinte composição:

a) dois representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente.

(...)

Art. 3º – Altera ainda, o Artigo 20, § 4o , III da Lei Municipal 433/2007, de 23 de Fevereiro de 2007, *in verbis*:

Art. 10 (...)

§ 4o São impedidos de integrar o conselho:

(...) III – estudantes que não sejam emancipados; e,

Art. 4º – A nova redação será:

Art. 10 (...)

§ 4o São impedidos de integrar o conselho:

(...) III – estudantes menores de 12 (doze) anos, e/ou emancipados; e,

Art. 5º – O custeio e demais despesas decorrentes da presente lei serão atendidas mediante dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as suplementações que se fizerem necessárias.

Parágrafo único – Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/2006/2009 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2009, bem como nas demais leis orçamentárias dos exercícios subseqüentes.

Art. 6º – As demais normas e procedimentos necessários a execução desta Lei serão objeto de Decreto Municipal a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º – Fica igualmente autorizado ao Poder Executivo Municipal a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, fiscais e contábeis, para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 8º – Esta Lei entra em vigor, a partir de sua data de publicação, revogando a Alínea "A" e § 4o , III, do Art. 10 da Lei Municipal 433/2007, de 23 de Fevereiro de 2007.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA–MT, AOS 09 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E TURISMO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 433/2007

LEI MUNICIPAL Nº 433/2007

De: 23 de Fevereiro de 2007.

"Dispõe sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de natureza contábil, bem como a criação do Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do referido Fundo e dá outras providências."

JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS,

Prefeito Municipal de Nova Marilândia – MT, no uso das atribuições legais, considerando a Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e a Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil.

Parágrafo único. O fundo que trata o caput se destina à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, observando-se a legislação federal pertinente.

CAPÍTULO II

DAS FONTES DE RECEITAS DO FUNDO

Art. 2º O FUNDEB será constituído por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e a alínea "b" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, distribuídos pelo Estado ao Município, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados na respectiva rede, no respectivo âmbito de atuação prioritária estabelecido nos §§ 2º e 4º do art. 211 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo, nos termos do § 5º do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão transferidos progressivamente nos primeiros três anos de sua vigência até alcançarem a porcentagem de recursos de que trata o caput, conforme a seguinte progressão:

I - para os impostos e transferências constantes nos Arts. 158, inciso IV e 159, inciso I, alíneas "a" e "b", e inciso II, da Constituição Federal:

a) 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) no primeiro ano;

b) 18,33% (dezoito inteiros e trinta e três centésimos por cento) no segundo ano; e,

c) 20% (vinte por cento) a partir do terceiro ano, inclusive.

II - para os impostos e transferências constantes dos arts. 157, II e 158, II e III da Constituição Federal:

a) 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) no primeiro ano;

b) 13,33% (treze inteiros e trinta e três centésimos por cento) no segundo ano; e,

c) 20% (vinte por cento) a partir do terceiro ano, inclusive.

Art. 3º Os recursos do Fundo serão repassados automaticamente para conta única e específica do município, vinculada ao respectivo Fundo, instituída para esse fim e mantida na instituição financeira de que trata o art. 93 da Lei no 5.172, de 1966.

CAPÍTULO III

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 4º Serão atendidos, prioritariamente o ensino fundamental e a educação infantil.

Art. 5º Nos termos do § 4o do art. 211 da Constituição, o município poderá celebrar convênios para a transferência de alunos, recursos humanos, materiais e encargos financeiros, acompanhados da transferência imediata de recursos financeiros correspondentes ao número de matrículas assumido pelo ente federado.

Art. 6º Os recursos recebidos e aplicados deverão ser registrados de forma detalhada a fim de evidenciar as respectivas receitas e despesas.

Art. 7º Os eventuais saldos de recursos financeiros disponíveis na conta específica do Fundo, cuja perspectiva de utilização seja superior a quinze dias, deverão ser aplicados em operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, lastreadas em títulos da dívida pública, junto à instituição financeira responsável pela movimentação dos recursos, de modo a preservar seu poder de compra.

Parágrafo único. Os ganhos financeiros auferidos em decorrência das aplicações previstas no caput deverão ser utilizados na mesma finalidade, e de acordo com os mesmos critérios e condições estabelecidas para utilização do valor principal do Fundo.

Art. 8º Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais do Fundo serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública de ensino.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, considera-se:

I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do município, inclusive os encargos sociais incidentes;

II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluindo-se direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica; e,

III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II, associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

Art. 9º É vedada a utilização dos recursos do Fundo:

I - no financiamento das despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica, conforme o art. 71 da Lei no 9. 394/96; e,

II - como garantia ou contrapartida de operações de crédito, internas ou externas, contraídas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelo município, que não se destinem ao financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e desenvolvimento do ensino para a Educação Básica.

CAPÍTULO IV

DO ACOMPANHAMENTO, DO CONTROLE SOCIAL E DA FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 10 Fica criado o Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização para exercer o acompanhamento, o controle social, a comprovação e a fiscalização dos recursos a serem aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que terá a seguinte composição:

a) um representante da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente;

b) um representante dos professores da educação básica da rede pública;

c) um representante dos diretores das escolas públicas municipais;

d) um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

e) dois representantes dos pais de alunos da educação básica da rede pública municipal; e,

f) dois representantes dos estudantes da educação básica pública municipal.

§ 1º Integrarão ainda o referido conselho, quando houver, um representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e um representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 2º Os membros do conselho de que trata o caput serão indicados até vinte dias antes do término do mandato dos atuais conselheiros:

I - pelos dirigentes dos órgãos municipais e das entidades de classes organizadas, nos casos das representações dessas instâncias; e,

II - nos casos dos representantes dos professores, diretores, servidores, pais de alunos e estudantes, pelos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares.

§ 3o Indicados os conselheiros na forma do parágrafo anterior o Poder Executivo designará os integrantes do conselho.

§ 4o São impedidos de integrar o conselho:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais;

II - o tesoureiro, o contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que preste serviço relacionado à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como o cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, destes profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados; e,

IV - pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo; ou,

b) prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo.

§ 5º O presidente do conselho será eleito por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar a função o representante do governo do município.

§ 6º O conselho de que trata o caput atuará com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo e será renovado periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros, que será de dois anos.

§ 7º A atuação dos membros do Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e,

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e,

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

§ 8º Ao conselho incumbe, ainda, supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo.

§ 9º O conselho não contará com estrutura administrativa própria, incumbindo ao município garantir a infra-estrutura e as condições materiais adequadas à execução plena das competências do conselho e oferecer à Secretaria Municipal de Educação os dados cadastrais relativos à criação e composição do respectivo conselho.

Art. 11 Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados e recebidos à conta do Fundo ficarão permanentemente à disposição do conselho responsável, bem como dos órgãos federais, estaduais e municipais de controle interno e externo.

Parágrafo único. O Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo; e,

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

Art. 12 A fiscalização e o controle referentes ao cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundo, serão exercidos:

I - pelo órgão de controle interno do município;

II - pelo Tribunal de Contas do Estado; e,

III - pelo Tribunal de Contas da União, especialmente em relação à complementação de recursos pela União.

CAPÍTULO V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 13 O município prestará contas dos recursos do Fundo conforme os procedimentos adotados pelo Tribunal de Contas, observada a regulamentação aplicável.

Parágrafo único. As prestações de contas serão instruídas com parecer do conselho responsável, que deverá ser apresentado ao prefeito municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas prevista no **caput**.

Art. 14 O descumprimento do disposto no art. 212 da Constituição e do disposto nesta Lei sujeitará o Município à intervenção do Estado, nos termos do inciso II do art. 35, da Constituição.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 O Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do FUNDEB integrar-se-á ao Conselho Municipal de Educação, que formarão uma câmara específica para o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do referido Fundo.

Art. 16 O município deverá implantar ou aprimorar o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, de modo a assegurar:

I - a remuneração condigna dos profissionais em efetivo exercício na educação básica da rede pública municipal;

II - o estímulo ao trabalho; e,

III - a melhoria da qualidade do ensino.

Parágrafo único. Os planos de carreira deverão contemplar capacitação profissional especialmente voltada à formação continuada, com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

Art. 17 O Poder Executivo fixará piso salarial dos profissionais da educação básica, conforme definição do piso salarial nacional a ser feito pela União para os profissionais do magistério público da educação básica.

Art. 18 Ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB se aplicam todas as normas a serem editadas pela União, Estado e Ministério da Educação no se destinar:

I - ao censo escolar;

II - aos critérios de distribuição de recursos;

III - ao piso salarial;

IV - à aplicação e fiscalização de recursos;

V - às demais normas obrigatórias de acompanhamento e gerenciamento do Fundo.

Art. 19 Exclui-se a Unidade Orçamentária: 09.03 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF da Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Educação aprovada pela Lei Municipal nº 419 de 24 de Outubro de 2006 , e inclui-se a Unidade Orçamentária: 09.06 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Parágrafo único. As atribuições do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB são:

I a atender prioritariamente o ensino infantil em ações de creche e pré-escola, bem como o ensino fundamental nos termos definidos pela Lei Federal nº 9.394/96;

II - assegurar o pagamento de remuneração condigna com o piso nacional de salário dos profissionais de ensino da educação básica;

III - aplicar, obrigatoriamente, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública municipal;

IV - desenvolver outras ações inerentes ao Fundo de acordo com as normas da Lei Federal nº 9.394/96.

Art. 20 Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis nº **0123/1997.**

Nova Marilândia-MT, em 23 de Fevereiro de 2007.

JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DE 21 DE MAIO DE 2018

O Senhor **CARLOS ADRIANO DALFIOR SILVA**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, por meio da sua **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO,** nomeada pela **Portaria nº 9, de 02 de maio de 2018**, em cumprimento ao disposto no artigo 37, incisos I, II e VIII, da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais referentes ao assunto, torna pública a realização do **CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS**, destinado a selecionar candidatos para o ingresso e efetivação do Quadro Permanente da Câmara Municipal, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente concurso público será regido por este Edital, executado pela empresa ATAME Assessoria, Consultoria, Planejamento, Cursos e Pós-graduação Ltda - EPP, com auxílio da Comissão Examinadora do Concurso Público, que ficará instalada na sede da **Câmara Municipal de Nova Marilândia**, localizada na **Rua Mato Grosso, 366 – Centro – Nova Marilândia – MT – CEP 78.415-000**, telefone **(65) 3352-1171**, segunda a sexta-feira, das **07h00 às 12h00**.

1.2. O presente concurso público se destina a selecionar candidatos para o provimento dos cargos vagos, constantes do **ANEXO I** deste Edital, verificado o preenchimento de todos os requisitos, necessários à sua investidura.

1.3. A **COMISSÃO EXAMINADORA** publicará avisos de todas as etapas deste Concurso através de Editais Complementares que serão publicados no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso - https://diariomunicipal.org/mt/amm/, no mural da Câmara Municipal, no site oficial da Câmara Municipal - www.camaranovamarilandia.mt.gov.br e no site da empresa organizadora - www.grupoatame.com.br/concurso

1.4. O cargo, as taxas de inscrições, as vagas, a carga horária semanal, o vencimento mensal, os requisitos e a escolaridade exigidos são os estabelecidos na tabela abaixo:

Cód. Cargo	Nome do Cargo	Escolaridade / Requisitos Exigidos	N.º Vagas	Vagas Port. Nec. Espec.	Carga Horária semanal	Venc. Base R$	Valor da Taxa de Inscrição (R$)	Local de Trabalho
01	Procurador	Ensino Superior Completo em Ciências Jurídicas + Registro na OAB	01	---	20 horas	R$ 2.880,09	100,00	Sede da Câmara Municipal

1.5. Os vencimentos constantes na tabela anterior estão atualizados até a data de publicação deste Edital.

1.6. As atribuições dos cargos são as constantes do **ANEXO V** do presente Edital.

2. CAPÍTULO 2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições **somente serão realizadas via internet**, através do endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso, **durante o período compreendido entre às 07h (sete horas) do dia 28/05/2018 e às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 17/06/2018**, considerado, para tanto, o horário oficial do Estado do Mato Grosso.

2.2. Para efetuar sua inscrição, o Candidato deverá observar o seguinte procedimento: a) Ler atentamente os termos deste Edital e seus Anexos, certificando-se que possui todos os requisitos necessários à investidura do cargo; b) Acessar o endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso; c) Preencher corretamente o formulário eletrônico de inscrição e confirmar a transmissão dos dados pela Internet; d) Imprimir o boleto bancário da taxa de inscrição correspondente e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, até a data indicada como de vencimento.

2.3. Caso o Candidato necessite de tratamento diferenciado no dia de realização da prova escrita, **sendo ou não Pessoa com Deficiência-PcD**, deverá preencher os campos específicos do formulário de inscrição, discriminando o tratamento diferenciado de que necessita. Não indicando sua necessidade, será impossível atendê-lo.

2.4. Para a inscrição não será exigido o envio de qualquer documentação, **exceto** se o Candidato requerer a isenção prevista no **item 5** e seus respectivos subitens, deste Edital, quando deverá observar os ditames ali estabelecidos.

2.5. Somente será considerado válido o pagamento realizado via boleto bancário, não sendo considerada, para fins de inscrição do Candidato, nenhuma outra forma de pagamento da taxa de inscrição.

2.6. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que assim o requererem e comprovarem os requisitos, nos termos do **item 5** e seus respectivos subitens, deste Edital.

2.7. Em hipótese alguma haverá alteração do cargo pretendido, após o pagamento da taxa de inscrição. Caso o Candidato assim o deseje, deverá realizar nova inscrição, efetuando seu respectivo pagamento.

2.8. Para cada participante, será permitida apenas uma inscrição. Caso o Candidato tenha efetuado, duas ou mais inscrições observando os procedimentos, **somente a última inscrição realizada será válida**.

2.9. Ao se inscrever, o Candidato se responsabilizará pela veracidade e exatidão das informações prestadas, aceitando de forma irrestrita as condições estabelecidas neste Edital, não podendo alegar o seu desconhecimento, vez que, a sua inscrição, importará na aceitação tácita das condições deste concurso público.

2.10. O Candidato será responsável pela atualização de seus dados cadastrais, durante a validade deste concurso, em especial, do endereço residencial.

2.11. Se posteriormente, restar constatado que o Candidato se utilizou de má-fé, a **Câmara Municipal de Nova Marilândia** tem o direito de excluí-lo do concurso, não havendo que indenizá-lo ou ressarci-lo, a qualquer título.

2.12. A **Câmara Municipal de Nova Marilândia** e a **ATAME**, não se responsabilizarão por inscrições via internet, que não forem recebidas em virtude de falhas de comunicação, tais como: congestionamento das linhas, falta de energia elétrica ou quaisquer outros fatores de ordem técnica, que impossibilitem a transferência de dados.

2.13. Encerrado o período de inscrições, não serão admitidas alterações, **exceto** quando constatadas incorreções nos dados pessoais do Candidato, hipótese em que poderão ser alterados mediante requerimento à **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO,** ou ainda, mediante apresentação de documento original e registro na Ata de Ocorrência de Sala, na data de realização da prova escrita.

2.14. A **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO** publicará aviso de homologação das inscrições nos locais estabelecidos no item 1.3 deste Edital.

3. CAPÍTULO 3 - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DESTE CONCURSO PÚBLICO

3.1. Para a execução deste concurso público, ficam estabelecidas as seguintes datas, que por se tratarem de mera previsão, estão sujeitas à confirmação nos Editais Complementares:

Etapas do Concurso Público	**Data Prevista**
Da Realização das Inscrições:	
Período geral de realização das inscrições.	De 28/05/2018 a 17/06/2018
Período de solicitação de isenção da taxa de inscrição.	De 28 a 30/05/2018
Divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, deferidas e indeferidas.	No dia 05/06/2018
Protocolo do Requerimento de Inscrição, como Pessoa com Deficiência-PcD, nos termos do item 6.6, deste Edital;	Até dia 15/06/2018
Vencimento dos boletos de inscrição.	**18/06/2018**
Publicação dos Candidatos Inscritos Deferidos e Indeferidos.	Até dia 20/06/2018
Publicação da Lista de Homologação dos candidatos inscritos.	Até dia 25/06/2018
Da Realização das Provas e Entrega de Títulos	
Publicação do local e horário de realização das provas escritas e entrega dos títulos.	Até dia 25/06/2018
Realização das provas escritas e entrega dos títulos.	No dia **08/07/2018**
Da Publicação dos Resultados	
Publicação do gabarito das provas escritas.	No dia 09/07/2018
Publicação da pontuação obtida com a análise dos títulos.	Até dia 11/07/2018
Publicação do resultado preliminar deste concurso público.	Até dia 17/07/2018
Publicação do resultado final deste concurso público.	Até dia 20/07/2018
Do Prazo de Interposição de Recursos	
Caberá recurso contra omissões ou erros materiais verificados nas etapas de: (I) divulgação das listas de solicitação de isenção da taxa de inscrição, deferidas ou indeferidas; (II) divulgação das listas de candidatos inscritos deferidos e indeferidos; (III) publicação dos gabaritos de provas; (IV) divulgação da pontuação de títulos deferidos e indeferidos; e (V) divulgação do resultado preliminar do concurso	2 dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação das respectivas etapas, no período das 00h00 do primeiro dia às 23h59 do último dia.

3.2. A íntegra deste Edital poderá ser consultada no site oficial da Câmara Municipal - www.camaranovamarilandia.mt.gov.br, no mural oficial da Câmara Municipal e site da empresa organizadora - www.grupoatame.com.br/concurso. **Registre-se. Publique-se e cumpra-se.** Nova Marilândia/MT, 21 de maio de 2018.

CARLOS ADRIANO DALFIOR SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Nova Marilândia – MT

JONATAS PRATES LIMA

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
CONCURSO PÚBLICO 001/2017 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 032/2018

O Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público 001/2017, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) à comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50-E, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO: 172–PROFESSOR (LICENCIATURA PLENA) **– SEDE NOVA MARINGA/MT**

Classif.	NOME
4º	EDINA MEDINA CARDOSO

Nova Maringá - MT, 22 de Maio de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI Nº 961/2018 DE 22 DE MAIO DE 2018

Súmula: "Dispõe sobre a Criação do Cargo de Chefe de Departamento de Esportes e Extinção dos Cargos Chefe de Divisão de Cultura e Chefe de Divisão de Esportes e dá outras providências".

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o cargo comissionado de Chefe de Departamento de Esportes, lotado na Secretaria Municipal de Educação, incluindo-o no anexo I da Lei Municipal nº 904/2017, que conterá a seguinte redação:

Quantidade	Cargo comissionado	Carga horária	Vencimentos
001	Chefe de Departamento de Esportes	44 horas	R$ 2.374,43

Parágrafo único – As atribuições do cargo previsto pelo caput deste artigo estão definidas no anexo I dessa Lei.

Art. 2º - - Ficam extintos os cargos de Chefe de Divisão de Cultura e Chefe de Divisão de Esportes, vinculados a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Fica alterado o Art. 4º da Lei Municipal 904/2017 que passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

9 – Secretaria Municipal de Educação

9.1 – Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes

(...)

9.1.2 – Revogado

9.1.3 – Revogado

9.1.7 – Chefe de Departamento de Esportes

Art. 4º - Os demais cargos definidos na Lei Municipal nº 904/2017, permanecem inalterados.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 6º - É parte integrante desta Lei o estudo de Impacto Orçamentário constante do Anexo II.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 22 de maio de 2018.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

ANEXO I

Atribuições do cargo de Chefe de Departamento de Esportes:

1. Gerenciar e coordenar a área de Esportes; 2. Supervisionar, coordenar, controlar e assessorar as atividades esportivas no âmbito Municipal; 3. Assessorar nas pesquisas, orientações, apoio e desenvolvimento no desporto; 4. Chefiar, organizar, zelar e orientar o uso dos materiais desportivos do Município; 5. Organizar e chefiar campeonatos, torneios, competições e encontros esportivos de interesse público; 6. Gerir a infraestrutura e proteger o patrimônio desportivo; 7. Preparar e fiscalizar calendários, programas e guias esportivos; 8. Executar tarefas correlatas quando o serviço exigir.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto Nº 042/2017, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 18/2018, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **06/06/2018 às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA DE USO PERMANENTE COM ENTREGA PARCELADA, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE – MT, CONFORME SOLICITAÇÕES EM ANEXO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES*.**

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2018 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 22 de Maio de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial do Município

Decreto 042/2017

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018

‘’ COM LOTES EXCLUSIVOS E REGIONALIZADOS PARA ME – EPP “

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.688/2017

O Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 49 da Lei Federal 8666/93 c/c a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, torna público para conhecimento dos interessados o **AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**, na modalidade pregão presencial, que teria por objeto o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para serviços de ar condicionado, elétricos, radiadores, lanternagem, balanceamento, alinhamento, cambagem, descarga (escapamento), torno e solda mig, freios, tapeçaria e injeção eletrônica, em veículos, máquinas leves e pesadas, caminhões, ônibus, caminhonetes, dentre outros, com e sem fornecimento de peças e materiais, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Nova Nazaré-MT,** por razões de interesse público.

Nova Nazaré-MT., em 22 de maio de 2018.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 55/2018

"DISPÕE SOBRE REGIME DIFERENCIADO DE TRABALHO DE CONTADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

***REGINALDO MARTINS DEL COLLE*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT Estado de mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela LEI orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido Regime diferenciado de trabalho da Senhora **ALINE GONÇALVES FERRAZ**, Contadora da Câmara Municipal de Nova Nazaré-MT, onde a mesma cumprirá Expediente das 7:00 as 18:00 de segunda a terça na Câmara Municipal de Nova Nazaré.

Art. 2º Esta publicação entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário 2018.

Sala da presidência aos 21 dias do mês de maio de 2018.

Publique-se,

Dê-se ciência,

Registre-se e cumpra-se.

Reginaldo Martins Del Colle

PRESIDENTE

LEI Nº. 519/2018

LEI Nº. 519/2018

(PROJETO DE LEI Nº 007/2018)

DATA: 22/05/2018

SÚMULA: *Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providencias.*

JOAO TEODORO FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$10.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

PLocal: 030101 Dep. do Fundo de Prev. Municipal dos Serv. Publicos

Ficha: 514 - 09.122.0014.1006.0000

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAT. PERMANENTE..... 10.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

Local: 030101 Dep. do Fundo de Prev. Municipal dos Serv. Publicos

Ficha: 511 - 99.999.0014.2007.0000

MANUT. DO FUNDO PREV. MUNICIPAL-PREV NAZAR..... -10.000,00

9.9.99.99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Artigo 3º - Fica incluso no programa de metas e prioridades do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentarias em vigor.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazaré, 22 de maio de 2018.

_____

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito

LEI N° 520 DE 22 DE MAIO DE 2018.

LEI N° 520 DE 22 DE MAIO DE 2018.

(PROJETO DE LEI Nº 009/2018)

SÚMULA: *Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providencias.*

JOAO TEODORO FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$50.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020502 Departamento de Ensino

Ficha: 513 - 12.361.0005.3999.0000

TRANSPORTE ESCOLAR FETHAB SEDUC..... 50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

Local: 020502 Departamento de Ensino

Ficha: 172 - 12.361.0005.2068.0004

MANUT. E ENC. C/ DEPTO DE ENSINO..... -50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Artigo 3º - Fica incluso no programa de metas e prioridades do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentarias em vigor.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazaré, 22 de maio de 2018.

_____

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS -Nº. 003 /2018/PMNO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 060/2018/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da CPL devidamente instituída pela portaria 035/2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS - Nº. 002/2018/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA EXECUÇAO DA REFORMA DA PRAÇA DA IGREJA MATRIZ DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 13 de junho de 2018**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 13:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 21 de maio de 2018

Aldeni Antônia do Nascimento

Presidente Da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL MOTORISTA

Nova Santa Helena/MT. 22 de Maio de 2.018.

Prezado Senhor (a),

A Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Exma. Sra. Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2018** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 28 de janeiro de 2.018, vem à presença de V. Sa., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **MOTORISTA**, CONVOCÁ-LO (la) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra Teste Seletivo Simplificado 2018, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;

2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;

3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;

4. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);

5. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.

6. Copia Carteira de Trabalho.

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;

10. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) cópia autenticada;

12. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

22. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a) do Concurso Público.

23. Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

Ao (a) Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Nome: LAURI MONTEIRO RG Nº 11105091 SSP/SP

Telefone: 3591-1008 Endereço: Rua: Maua, Vila- Atlântica s/n Nova Santa Helena-MT

NOVA SANTA HELENA – MT. **CIENTE: .... EM_____/_____/_____**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL MOTORISTA

Nova Santa Helena/MT. 22 de Maio de 2.018.

Prezado Senhor (a),

A Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Exma. Sra. Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2018** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 28 de janeiro de 2.018, vem à presença de V. Sa., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **MOTORISTA**, CONVOCÁ-LO (la) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra Teste Seletivo Simplificado 2018, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;

2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;

3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;

4. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);

5. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.

6. Copia Carteira de Trabalho.

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;

10. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;

11. 10 Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) cópia autenticada;

12. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

22. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a) do Concurso Público.

23. Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

Ao (a) Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Nome: NELSON RODRIGUES TENORIO RG Nº 7.273.249 SSP/SP

Telefone: 9.8427.7581 Endereço: Rua: Pernambuco s/n Nova Santa Helena-MT

NOVA SANTA HELENA – MT. **CIENTE: .... EM_____/_____/_____**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 846/2018

LEI Nº 846/2018

DATA: 18 DE MAIO DE 2018

SÚMULA: ESTABELECE OBRIGATORIEDADE DE IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO, COM O BRASÃO OFICIAL DO MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TEREZINHA GUEDES CARRARA, PREFEITA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Os veículos oficiais da Administração direta e Indireta do Município deverão ser identificados com o Brasão Oficial do Município de Nova Santa Helena, a exceção dos veículos de representação da Prefeita/Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Nova Santa Helena, desde que portadores de placas especiais de acordo com os modelos estabelecidos pelo CONTRAN.

Parágrafo Primeiro - Os veículos oficiais deverão serem recolhidos no pátio do poder público às 17:00horas, assim que encerrar o expediente de cada Secretaria, exceto os veículos da Ação Social, Secretaria de Obras e Secretaria de Saúde.

Parágrafo Segundo – O não cumprimento das disposições previstas na presente lei causará a apreensão do veículo pela autoridade de trânsito competente do Município até que a irregularidade seja sanada.

Art. 2º -O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 3º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 18 de maio de 2018.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Publicado de afixado no mural desta Prefeitura no período de 18/05/2018 a 18/06/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 258/2018

PORTARIA Nº. 258/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **0405/2017,** a Sra. **TAINARA DOS SANTOS SCHERER,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 2532510-8 SSP/MT e inscrito no CPF nº 051. 314.091-36 nomeada para ocupar o cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE PATRIMONIAL**, com lotação na Secretaria Municipal de Administração. **Para 50% (cinquenta por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 259/2018

PORTARIA Nº. 259/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **ALTERA-SE,** o valor da gratificação concedido na portaria **0258/2017** a Sra. **TATIANA CARVALHO ALVES,** portadora da Cédula de Identidade RG n°**.** 1915148-9 SSP/MT e CPF nº. 045.713.961-71, nomeada para ocupar o Cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS**, com lotação na Secretaria Municipal de Governo, **para 50% (cinquenta por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 0260/2018

PORTARIA Nº. 0260/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **176/2018,** a Sra. **THAIS TELES SOARES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2304596-5 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 046.336.511-96, nomeada para exercer o cargo em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DO SISTEMA APLIC**, **com lotação na Secretaria Municipal de Planejamento de Fazenda. Para 50% (cinquenta por cento) de RETDE).**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 0261/2018

PORTARIA Nº. 0261/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **433/2017,** o Sr. **VEROILSON SANTOS DE ALMEIDA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.833.479-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 023.777.691-01, nomeado para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSITO, (vistoriador)** lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos. **Para 60% (sessenta por cento) de RETDE**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 262/2018

PORTARIA Nº. 262/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - **ALTERAR,** o valor da gratificação concedido na Portaria **66/2017** ao Sr. **WAGNER MASSOCCO**, Portador do CPF nº. 015.647.021-70 e RG nº. 1292464-4 SSP/MT, sobre o Cargo ocupa de Provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO,** lotado na Secretaria Municipal Planejamento e Fazenda. **Para 85% (oitenta e cinco por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 0263/2018

PORTARIA Nº. 0263/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **296/2017,** a Sra. **ALESSANDRA HELENA PARO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 1136814-4 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 945.530.841-04, nomeada para ocupar o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PROJETOS E ASSISTÊNCIA AMBIENTAL**, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura. **Para 60% (sessenta por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 0264/2018

PORTARIA Nº. 0264/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **0427/2017** a Sra. **ANA CRISTHINA CORSETTI DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000918153 SSP/MS e inscrito no CPF nº. 784.389.501-91, nomeada para ocupar o Cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS,** com lotação na Secretaria Municipal de Administração. **Para 60% (sessenta por cento) de RETDE.**

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 265/2018

PORTARIA Nº. 265/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **0213/2018** a Sra. **ELIANE MACIEL DE OLIVEIRA BATISTA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.609.378-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 013.493.661-29, efetiva no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** nomeada para ocupar o Cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA DE SAÚDE**, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde. **Para 40% (quarenta por cento) de F.G.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 266/2018

PORTARIA Nº. 266/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **0162/2018** a servidora **MARA ROZANDA CAMPAGNONI,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2.224.849-8 SSP/SC e inscrita no CPF nº. 621.300.489-00, **Efetiva na Função de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, nomeada para exercer a função de CHEFE DE DEPARTAMENTO MUNICIPAL E TRÂNSITO, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos. Para 40% (quarenta por cento) de FE.**

ART. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

LEI Nº 802/2018

LEI Nº 802/2018

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE NOVA UBIRATA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DOS OBJETIVOS

Art.1º. Fica criado o Fundo Municipal de Educação do Município de Nova Ubiratã-MT que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de manutenção e desenvolvimento do Ensino conforme art. 212 da Constituição Federal bem como incrementar medidas que promovam o aumento de ingressos financeiros para a Educação Básica Municipal, executadas ou Coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação, que compreendem:

I - Execução de projetos, programas e ações voltados ao (a):

a) Desenvolvimento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle da educação;

b) investimento na formação continuada de professores e servidores da Secretaria Municipal de Educação;

c) construção, manutenção, aquisição, locação de imóveis que venham a integrar a Rede Municipal de Ensino ou unidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação;

d) aquisição de materiais didáticos e equipamentos para melhoria do ensino;

e) provimento de alimentação escolar.

f) Aquisição, manutenção do transporte escolar e veículos a serviço da Secretaria Municipal de Educação;

II - Pagamento de vencimentos e gratificações dos profissionais de educação.

III - Aquisição, desenvolvimento, criação e aplicação de novas tecnologias e metodologias voltadas ao ensino e à modernização da gestão da educação.

IV - Melhoria tecnológica na área de administração de recursos humanos ligados à área da educação.

V - Prestação de serviços de terceiros na elaboração ou execução de projetos específicos na área de educação.

VI – Atendimento Educacional Especializado a todos os alunos que necessitam deste atendimento independentemente de sua especialidade;

VII – Oferta à Educação de jovens e adultos;

VIII- Programas e projetos pedagógicos conveniados;

DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art.2º. São atribuições do Gestor do Fundo Municipal de Educação, entre outras:

I - Gerir o Fundo Municipal de Educação, estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos e exercer o controle da execução orçamentário-financeira;

II - Acompanhar, avaliar e decidir sobre as ações previstas no Plano Municipal de Educação;

III - Manter os controles necessários à execução orçamentária dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Educação, referente a empenhos, liquidação, pagamento das despesas e recebimento das receitas;

IV - Prestar contas, no prazo legal, da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Educação;

V - Firmar convênio, contratos e termos de ajustes, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito Municipal, referente a recursos a serem administrados pelo FME;

VI - Coordenar e controlar os convênios e contratos relacionados às ações e serviços realizados com recursos do Fundo Municipal de Educação;

VII - Gerenciar os bens patrimoniais adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Educação.

VIII - Submeter ao Conselho Municipal de Educação o plano de aplicação a cargo do FME, em consonância com o Plano Municipal de Educação do Munícipio de Nova Ubiratã-MT., e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO;

IX – Responder perante a Receita Federal do Brasil e demais órgãos de controle pela gestão do órgão.

X – Submeter ao Conselho Municipal de Educação as demonstrações contábeis de receita e despesa do FME;

XI - Encaminhar ao Tribunal de Contas, juntamente com os demonstrativos do município, as demonstrações contábeis.

XII - Assinar transações financeiras juntamente com o responsável pela Tesouraria;

XIII - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do FME;

Art. 3°. O Fundo Municipal de Educação terá natureza contábil e será gerido pela Secretaria Municipal de Educação, órgão da administração pública municipal, através de seu secretário municipal de educação que será o presidente, sob a orientação do Conselho Municipal de Educação e Conselho do FUNDEB.

Parágrafo Único - O orçamento do Fundo Municipal de Educação- FME integrará o orçamento geral do município.

DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 4º - Constituem receitas do Fundo Municipal de Educação:

I – recursos provenientes das transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – produto de convênios firmados com outras entidades financeiras;

IV – Recursos a que se referem os incisos I, II e III do Art. 155; Inciso II do caput do Art. 157; inciso II, III e IV do caput do Art. 158; e as alíneas a e b do inciso I, e inciso II do caput do Art. 159 da Constituição Federal.

§ 1º - Os recursos do Fundo serão repassados automaticamente para conta vinculada ao respectivo Fundo, instituídas para esse fim e mantidas na instituição financeira oficial, sendo a movimentação dos recursos realizados exclusivamente de forma eletrônica, por meio de sistema específico disponibilizado pelas Instituições Financeiras, que identifique a finalidade do gasto de acordo com especificações estabelecidas pelo Ministério de Educação, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, devidamente identificados, ficando expressamente vedada a movimentação financeira dos recursos por meios diversos do previsto neste artigo, de acordo com a regulamentação da Portaria Conjunta FNDE nº 2 de 15 de Janeiro de 2018.

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

Art. 5º O orçamento do Fundo Municipal de Educação integrará o orçamento do Governo Municipal, em obediência ao princípio da unidade.

Art. 6º. Os recursos consignados na Lei de Orçamento para o exercício de 2018, à Unidade Educação e Projetos e Atividades vinculados à Educação, ficam transferidos para o Fundo Municipal de Educação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º - O Fundo Municipal de Educação terá vigência ilimitada.

Art. 8º -O Secretário Municipal de Educação editará os atos necessários ao cumprimento das disposições contidas nesta Lei.

Art. 9º - As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Educação serão submetidos à apreciação dos conselhos existente na Secretaria Municipal de Educação mensalmente, de forma sintética e, anualmente de forma analítica.

Art. 10 - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, entendidos como balancetes de receita e de despesa do Fundo Municipal de Educação e relação dos pagamentos efetuados com recursos do Fundo.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE MAIO DE 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto n° 001/2013

PORTARIA Nº. 267/2018

PORTARIA Nº. 267/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **064/2017**, a Sra. **NADINE ALVES GALVÃO** portadora do RG nº. 2378808-9 SSP/MT e CPF nº. 049.875.231-32**,** nomeada para ocupar o cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE GERENCIA DE CONTAS PÚBLICAS,** lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda. **Para 40% (quarenta por cento) de RETDE.**

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 268/2018

PORTARIA Nº. 268/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **0261/2017** o Sr. **ORLANDO PEREIRA DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.303.917 SSP/GO e inscrito no CPF nº. 503.735. 011-53, nomeado para ocupar o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE OFICINA**, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos. **Para 50% (cinquenta por cento) de RETDE.**

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.4º.Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 269/2018

PORTARIA Nº. 269/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **211/2018** o Sr. **PAULO GUILHERME,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 3570048-0 SESP/PR e inscrito no CPF nº. 644.753.609-00 nomeado para **ocupar o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE GERENCIA E MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL,** lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos. **Para 70% (setenta por cento) de RETDE.**

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 270/2018

PORTARIA Nº. 270/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **246/2017**, o Sr. **WANDERBERG SILVA MELO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 861.4321 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 655.648.201-34, nomeado para ocupar o Cargo de provimento em comissão, de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE BENS MUNICIPAIS,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, **para 70% (setenta por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº 271/2018

PORTARIA Nº 271/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA ADRIA GARCIA DE SOUSA".

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ADRIA GARCIA DE SOUSA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR III – NÍVEL LICENCIATURA PLENA E PÓS - GRADUAÇÃO - Classe Atuarial B- Grau de Coeficiente VIII.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº 283/2018

PORTARIA Nº 283/2018

DATA: 07 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – CONCEDER F.G de 30% (trinta por cento), ao Sr. **ANDERSON ANTONIO DA GRAÇA,** portador do RG nº. 1.446.646-5 SSP/MT e CPF nº. 960.446.831-68, sobre o cargo de Provimento em Comissão de **COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA EM ÁREA URBANA**, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda.

ART.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 07 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 282/2018

PORTARIA Nº. 282/2018

DATA: 07 DE MAIO DE 2018

NOMEIA AGENTE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR VALDENIR DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. ROSELI MORAIS DE OLIVEIRA PAVAN como Agente Municipal de Desenvolvimento do Município de Nova Ubiratã – MT.

Art. 2º,

- O Agente Municipal de Desenvolvimento é parte indispensável para a efetivação no Município do **PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO, PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EMPREGO, RENDA, CULTURA E TURISMO EM PROL AO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA JUNTO A "SALA DO EMPREENDEDOR DE NOVA UBIRATÃ"**, conforme parcerias firmadas entre o município e o SEBRAE/MT, que tem com objetivo a promoção da regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – Lei Complementar n° 123/2006 e 128/2008

Art. 3° - Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento:

• Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;

• Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

• Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;

• Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;

• Manter registro organizado de todas as suas atividades; e

• Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 07 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 0272/2018

PORTARIA Nº. 0272/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - TRANSFERIR para o **Secretaria de Saúde** a Servidora **ANDREIA CRISTINA MACEDO DE ARAUJO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 22918892 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 253.836. 368-38Efetiva no cargo de **Zeladora,** lotada no Gabinete do Prefeito.

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 273/2018.

PORTARIA Nº. 273/2018.

DATA: 02 DE MAIO DE 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- REVOGAR, o valor da gratificação concedido na portaria **043/2017**, a Servidora Sra. **CAMILA DA SILVA** portadora do RG nº. 2032479-8 SSP/MT e CPF nº. 033.142.061-94sobre o salario do cargo de origem de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** lotado Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda.

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 274/2018

PORTARIA Nº. 274/2018

Data: 05 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Certidão de Óbito conforme Matrícula nº. 06535901552018400002066000026698;

RESOLVE:

ART. 1º- DECLARAR EXTINTO o vinculo empregatício como Servidor Sr. **JOSÉ DA SILVA PEGO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 806199 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 469.112.781-04, **Efetivo** no cargo de **MOTORISTA,** com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 05 de maio de 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 281/2018

PORTARIA Nº. 281/2018

DATA: 07 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **ALTERA-SE**, o valor da gratificação concedido na portaria **073/2017**, A Servidora Sra. **ROSELI DE OLIVEIRA LACERDA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 9056769822 SSP/RS e inscrita no CPF nº. 652.702.070-87, nomeada para o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social. **Para 90% (noventa por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 07 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 275/2018

PORTARIA Nº. 275/2018

DATA: 07 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - RETORNAR ao cargo de origem de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** a SRA.**MARIA DE FÁTIMA ALMEIDA BARROS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 17.410.40 SSP/MA e inscrita no CPF nº. 779.037.651-91.

ART. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário, especialmente a portaria 325/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 07 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 280/2018

PORTARIA Nº. 280/2018

DATA: 07 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **255/2017**, a Servidora Sra. **LUCIA CRUBELATI ARAGÃO,** portadora do RG nº. 3.679.633-2 SSP/PR e CPF nº. 027.464.739-76, nomeada para o Cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A ENTIDADES SOCIAIS**, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social. **Para 40% (quarenta por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 07 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 279/2018

PORTARIA Nº. 279/2018

DATA: 07 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **0349/2017**, a Sra. **SIMONE NUNES DE OLIVEIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG n**°.** 1561782-2 SSP/MT e CPF nº. 001.193.061-66, nomeada para ocupar o Cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social. **Para 75% (setenta e cinco por cento) de RETDE.**

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 07 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 276/2018

PORTARIA Nº. 276/2018

DATA: 07 DE MAIO DE 2018

"CONCEDE, A SERVIDORA SRA. VERANICE TEREZINHA GREFF LICENÇA PREMIO EM PECÚNIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. CONCEDER, 01/03 (um) Mês de **LICENÇA PREMIO,** em pecúnia**,** a Servidora Sra. **VERANICE TEREZINHA GREFF,** Portadora do RG nº. R-1943366 SSP/SC e CPF nº. 637.580.599-68**, efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrario.

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 07 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. N° 001/2013

PORTARIA Nº. 278/2018

PORTARIA Nº. 278/2018

DATA: 07 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal e Art. 9º da Lei nº. 007/97 CMAS;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **250/2017**, a Servidora **DYENY ALDEANY ALMEIDA,** portadora do RG nº. 91526648-6 SSP/MT, e CPF nº. 005.918.381-09, nomeada para ocupar o cargo de provimento e comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO**, lotada na Secretária Municipal de Assistência Social. **Para 85% (oitenta e cinco por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 07 de maio de 2018.

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 277/2018

PORTARIA Nº. 277/2018

DATA: 07 DE MAIO DE 2018

"CONCEDE, A SERVIDORA SRA. MARIA EDILEUZA KREFF ALBINO VENERANDO LICENÇA PREMIO EM PECÚNIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. CONCEDER, 01/03 (um) Mês de **LICENÇA PREMIO,** em pecúnia**,** a Servidora Sra. **MARIA EDILEUZA KREFF ALBINO VENERANDO,** Portadora do RG nº. 1474385-0 SSP/MT e CPF nº. 850.480.119-53, efetiva no cargo de **PROFESSORA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrario.

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 07 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. N° 001/2013

PORTARIA Nº. 0248/2018

PORTARIA Nº. 0248/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

"CONCEDE, A SERVIDORA SRA. JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA LICENÇA PREMIO EM PECÚNIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. CONCEDER, 01/03 (um) Mês de **LICENÇA PREMIO,** em pecúnia**,** a Servidora Sra. **JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA,** Portadora do RG nº. 189477-5 SSP/MT e CPF nº. 023.274.471-86**, efetiva no cargo de PROFESSORA**, **lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrario.

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 0249/2018

PORTARIA Nº. 0249/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **ALTERA-SE**, o valor da gratificação concedido na portaria **253/2017**, Ao Servidor Sr. **ARCELINO GONÇALVES,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.843.428-4 SSP/PR e inscrito no CPF nº. 502.864.209-53, nomeado para exercer o cargo em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE GARAGEM, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, para 70% (setenta por cento) de RETDE.**

.

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 0250/2018

PORTARIA Nº. 0250/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **ALTERA-SE**, o valor da gratificação concedido na portaria **061/2017**, A Servidora Sra. **BENEVITA FRANCO BISPO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 174.794.79 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 013.443.851-50, ocupa o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO,** lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda. **Para 70% (setenta por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 251/2018

PORTARIA Nº. 251/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **ALTERA-SE,** o valor da gratificação concedido na portaria **254/2017** a Sra. **CAMILA ELIS DE AVILA,** portadora da Cédula de Identidade RG n**º.** 2944554-0 SSP/MT e CPF nº. 033.772.390-73, nomeada para ocupar o Cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTENCIA AOS CONSELHOS**, com lotação na Secretaria Municipal de Governo. **Para 85% (oitenta e cinco por cento) de Rtde.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 252/2018

PORTARIA Nº. 252/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **ALTERA-SE**, o valor da gratificação concedido na portaria **097/2017**, A Servidora Sra. **CLEONICE GOMES DA SILVA MAYNART,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2378736-8 SESP/MT e inscrita no CPF nº. 012.922.311-57, ocupa o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO E APOIO AO TURISMO,** lotada na Secretaria Municipal de Industria e Comercio. **Para 85% (oitenta e cinco por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. N° 001/2013

PORTARIA Nº. 253/2018

PORTARIA Nº. 253/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **201/2018**, Ao Sr. **JOSÉ APARECIDO MARTINS,** portador da Cédula de Iden-

tidade RG nº. 5.840.825 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº. 326.247. 519-047, nomeado ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURA VIARIA URBANA,** lotado na Secretaria Municipal de Obras. **Para 80% (oitenta por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a portaria

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 254/2018

PORTARIA Nº. 254/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **ALTERA-SE**, o valor da gratificação concedido na portaria **108/2017** a Sra. **JULIANA SALETE SUDERICH DE MATTOS,** Portadora do CPF nº. 005.331.111-61 e RG nº. 1369599-1 SSP/MT, nomeada para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE SECRETARIAS ESCOLARES E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR,** lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura. **Para 15 % (quinze por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. N° 001/2013

PORTARIA Nº. 256/2018

PORTARIA Nº. 256/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **279/2017**, ao Servidor o Sr. **NADER SALEH,** portador da Cédula de Identidade RG n°2047056953 SSP/RS e CPF nº 720.868.900-87 nomeado para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE ALMOXARIFADO**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, **para 90% (noventa por cento) de RETDE.**

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na da de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 0257/2018

PORTARIA Nº. 0257/2018

DATA: 02 DE MAIO DE 2018

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – ALTERA-SE, o valor da gratificação concedido na portaria **183/2017,** o Sr. **RICARDO ARAGÃO BETT,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2245153-6 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 036.061.771-94, para ocupar o Cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO ESCOLAR, lotado na Secretaria Municipal de Esporte. Para 30% (trinta por cento) de RTDE.**

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de maio de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 110/2018

Dispõe sobre instauração de Sindicância e nomeação de membros para comporem a Comissão e dá outras providências.

SILVANO PEREIRA NEVES, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º – Determinar a instauração de Sindicância para apurar responsabilidade administrativa pelos fatos praticados no exercício da função.

Art. 2º - Ficam designados os servidores para comporem a Comissão de Sindicância:

Reinaldo Aparecido Rodrigues de Oliveira – matrícula nº 83

Wanderley Vieira - matrícula nº 42

Newton David Marcílio – matrícula nº 980

Art. 3º - A presidência da Comissão será exercida pelo primeiro nomeado.

Art.4º - A Comissão de Sindicância instituída no artigo anterior, com a finalidade de apurar os fatos que envolvem servidor, terá o prazo de 30 dias, para concluir os seus trabalhos, admitida a sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias o exigirem, a critério da autoridade superior.

Art. 5º - Após concluir os Trabalhos e emitidos o parecer da Comissão, seja concluso os presentes autos, para posteriores deliberações, ao EXMO SR. Prefeito Municipal.

Art. 6º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 22 de maio de 2018.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2018

"Dispõe sobre a Retificação do Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018 de 08 de maio de 2018, através do Edital Complementar Nº 002/2018, e dá outras providências".

O Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º- Retificar o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, de 08 de maio de 2018, através do Edital Complementar nº 002/2018, que passa a ter as seguintes alterações:

Art. 2º:-

Onde-se-lê:

1.1- DAS VAGAS DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO, MÉDIO E SUPERIOR:

Leia-sê:

1.1 – DAS VAGAS DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E SUPERIOR:

Art. 3º:-

Onde-se-lê:

7.1 – A prova será objetiva e as questões serão de múltipla escolha, com alternativas: **a,b,c,d,** para os níveis de ensino fundamental completo, ensino médio completo e de ensino superior completo;

Leia-sê:

7.1 - **A prova será objetiva e as questões serão de múltipla escolha, com alternativas: a,b,c,d, para os níveis de ensino fundamental incompleto, ensino médio e de ensino superior completo;**

Art. 4º: -

Onde-sê-lê:

d.2 – FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO: Absorção, distribuição, farmacocinética, biotransformação e excreção de drogas; Administração de Farmácia: Dispensação; Aviamento de Receitas; Controle de estoque de medicamentos; Normas, Rotinas e Recursos Humanos; Antibióticos e Quimioterápicos; Conceituação agente produtor e classificação; Antissépticos; Conceitos básicos das drogas que atuam no organismo; Princípio de ação de medicamentos e interação medicamentosa; Controle de infecções hospitalares; Desinfetantes e Esterilizantes; Farmacologia: Introdução, Conceitos básicos de Farmacologia; Farmacodinâmica; Aplicações de conceitos de Farmacocinética/Farmacodinâmica; Mecanismo de ação dos grupos farmacológicos; Interação medicamentosa; Farmacotécnica: Manipulação de formas oficiais e magistrais; Farmacognogia; Química Farmacêutica; Deontologia e Legislação Farmacêutica; Evolução Histórica da Farmácia no Brasil; Higiene Social; Medidas preventivas de doenças: História Natural das doenças; Evolução das doenças transmissíveis; Relação do ambiente e doenças transmissíveis; Doenças não infecciosas; Medidas das doenças; Organização do Sistema Nacional de Saúde; Imunização; Doenças Sexualmente Transmissíveis; Viroses; Zoonoses; Protozooses; Bacterioses; Parasitoses; Micoses; Medicamentos controlados e entorpecentes; Preparação Farmacêutica; Noções básicas de filtração, destilação e esterilização; SUS e Municipalização – Processo Saúde – Doença e Indicador de Saúde; Toxicologia: farmacodependência; Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica. Ética Profissional.

Leia-sê:

d.2 – Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Absorção, distribuição, farmacocinética, biotransformação e excreção de drogas; Administração de Farmácia: Dispensação; Aviamento de Receitas; Controle de estoque de medicamentos; Normas, Rotinas e Recursos Humanos; Antibióticos e Quimioterápicos; Conceituação agente produtor e classificação; Antissépticos; Conceitos básicos das drogas que atuam no organismo; Princípio de ação de medicamentos e interação medicamentosa; Controle de infecções hospitalares; Desinfetantes e Esterilizantes; Farmacologia: Introdução, Conceitos básicos de Farmacologia; Farmacodinâmica; Aplicações de conceitos de Farmacocinética/Farmacodinâmica; Mecanismo de ação dos grupos farmacológicos; Interação medicamentosa; Farmacotécnica: Manipulação de formas oficiais e magistrais; Farmacognogia; Química Farmacêutica; Deontologia e Legislação Farmacêutica; Evolução Histórica da Farmácia no Brasil; Higiene Social; Medidas preventivas de doenças: História Natural das doenças; Evolução das doenças transmissíveis; Relação do ambiente e doenças transmissíveis; Doenças não infecciosas; Medidas das doenças; Organização do Sistema Nacional de Saúde; Imunização; Doenças Sexualmente Transmissíveis; Viroses; Zoonoses; Protozooses; Bacterioses; Parasitoses; Micoses; Medicamentos controlados e entorpecentes; Preparação Farmacêutica; Noções básicas de filtração, destilação e esterilização; SUS e Municipalização – Processo Saúde – Doença e Indicador de Saúde; Toxicologia: farmacodependência; Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica. Ética Profissional.

Art. 5º- Informar que as alterações serão publicadas no Mural da Prefeitura Municipal, Diário Oficial dos Municípios e Portal Transparência.

Art. 6º- O presente Edital Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 22 de maio de 2018.

MARIA ALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Simplificado 001/2018

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 111/2018

CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL À SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO QUE MENCIONA.

Silvano Pereira Neves, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos previstos nos Arts. 44 e 45 da Lei nº 799/2008 – PCCS dos Profissionais da Saúde.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder licença em caráter especial (Licença Prêmio) à servidora **JOSELY PEREIRA DE SOUZA,** servidora publica lotado na Secretaria Municipal de Saúde,no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar a partir de 28/05/2018 a 25/08/2018, com todos os direitos e vantagens do cargo.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor reproduzindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2018, revogando-se as disposições em contrario.

Art. 3º - **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 22 de maio de 2018.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 021/2018 02 DE ABRIL DE 2018.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Sr. SILVANO PEREIRA NEVES no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento - programa da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT, do exercício de 2018, um crédito suplementar no valor de R$ 35.350,00 (trinta e cinco mil trezentos e cinquenta reais), conforme autoriza a Lei Municipal nº 1.210/2017, de 13 de dezembro de 2017, nas dotações abaixo discriminadas:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0100.1001.44.90.52.00-EQUIP. MATERIAL PERMANENTE R$ 14.100,00

01.031.0100.2001.33.90.93.00-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 21.250,00

TOTAL R$ 30.350,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior será utilizada em igual importância as seguintes dotações do orçamento-programa, abaixo discriminadas:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0100.2001.31.90.09.00-SALARIO FAMILIA R$ 500,00

01.031.0100.2001.31.90.16.00-OUT. DESP. VARIAV. PES. CIVIL R$ 1.000,00

01.031.0100.2001.33.90.41.00-CONTRIBUIÇÕES R$ 1.600,00

01.031.0100.2001.33.90.92.00-DESPESAS EXERCICIO ANTERIORES R$ 812,85

01.031.0100.2001.33.90.36.00-OUT.SERV.TERC. PESSOA FISICA R$ 13.000,00

01.031.0100.2001.33.90.33.00-PASSAGENS E DESP. LOCOMOÇÃO R$ 3.000,00

01.031.0100.2001.33.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO R$ 5.437,15

01.031.0100.2001.33.90.14.00-DIARIAS CIVIL R$ 5.000,00

01.031.0100.2001.33.90.39.00-OUT.SER.TERC. PESSOA JURIDICA R$ 5.000,00

R$ 35.350,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte (MT), em 02 de abril de 2018.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO: 020/2018

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso , Sr. SILVANO PEREIRA NEVES , no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento - programa da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT., do exercício de 2.018, um crédito suplementar no valor de **R$ 426.300,00 (Quatrocentos e vinte e seis mil e trezentos reais)**, autorizado pela Lei Municipal nº. 1.210 de 13 de dezembro de 2017, nas dotações abaixo discriminadas:

0685-12.001.20.122.0015.2055.339030000000-SUPLEMENTACAO 5.000,00 0700-11.003.17.512.0116.1120.449051000000-SUPLEMENTACAO 249.300,00 0109-06.004.04.122.0002.2008.339039000000-SUPLEMENTACAO 20.000,00 0244-08.002.10.302.0006.2015.339036000000-SUPLEMENTACAO 6.000,00 0200-08.002.10.301.0005.2014.339030000000-SUPLEMENTACAO 6.000,00 0328-09.005.08.243.0010.2091.339036000000-SUPLEMENTACAO 2.000,00 0407-10.002.12.306.0011.2019.339030000000-SUPLEMENTACAO 500,00 0436-10.002.12.361.0011.2034.339030000000-SUPLEMENTACAO 6.000,00 0245-08.002.10.302.0006.2015.339039000000-SUPLEMENTACAO 30.000,00 0326-09.005.08.243.0010.2091.339030000000-SUPLEMENTACAO 5.000,00 0342-09.005.08.244.0010.2042.339030000000-SUPLEMENTACAO 3.000,00 0313-09.005.08.243.0010.1103.449052000000-SUPLEMENTACAO 3.000,00 0648-11.003.15.451.0015.2067.339036000000-SUPLEMENTACAO 6.000,00 0407-10.002.12.306.0011.2019.339030000000-SUPLEMENTACAO 5.000,00 0226-08.002.10.301.0014.2090.339039000000-SUPLEMENTACAO 500,00 0019-02.001.04.122.0002.2002.339030000000-SUPLEMENTACAO 2.000,00 0631-11.002.26.782.0015.2066.339030000000-SUPLEMENTACAO 4.000,00 0553-10.005.13.392.0013.2037.339039000000-SUPLEMENTACAO 5.000,00 0624-11.002.26.782.0015.1105.449052000000-SUPLEMENTACAO 10.000,00 0527-10.003.12.365.0011.2030.319011000000-SUPLEMENTACAO 25.000,00 0520-10.003.12.365.0011.2029.319011000000-SUPLEMENTACAO 23.000,00

3654-09.005.08.244.0010.2044.319011000000-SUPLEMENTACAO 4.000,00 0169-08.002.10.301.0005.2012.319004000000-SUPLEMENTACAO 5.000,00 0285-08.002.10.305.0007.2099.339030000000-SUPLEMENTACAO 1.000,00 **TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 426.300,00**

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto no artigo anterior das dotações acima especificadas será utilizado em igual importância por anulação parcial ou total das seguintes dotações, do orçamento-programa do exercício de 2017, abaixo discriminadas, nos termos do artigo 42 da Lei Federal nº 4320/64:

0138-07.002.28.843.0009.2081.329021000000-REDUCAO	20.000,00
0149-08.002.10.122.0004.2011.339014000000-REDUCAO	10.000,00
0150-08.002.10.122.0004.2011.339030000000-REDUCAO	10.000,00
0153-08.002.10.122.0004.2011.339039000000-REDUCAO	20.000,00
0173-08.002.10.301.0005.2012.319094000000-REDUCAO	10.000,00
0181-08.002.10.301.0005.2013.319004000000-REDUCAO	30.000,00
0192-08.002.10.301.0005.2014.319004000000-REDUCAO	50.000,00
0197-08.002.10.301.0005.2014.319094000000-REDUCAO	10.000,00
0205-08.002.10.301.0005.2082.319004000000-REDUCAO	15.000,00
0216-08.002.10.301.0014.2090.319004000000-REDUCAO	50.000,00
0234-08.002.10.302.0006.2015.319004000000-REDUCAO	100.000,00
0253-08.002.10.304.0007.2016.319004000000-REDUCAO	20.000,00
0266-08.002.10.305.0007.2094.319004000000-REDUCAO	20.000,00
0257-08.002.10.304.0007.2016.319094000000-REDUCAO	5.000,00

0270-08.002.10.305.0007.2094.319094000000-REDUCAO 5.000,00
0278-08.002.10.305.0007.2099.319004000000-REDUCAO 10.000,00

0282-08.002.10.305.0007.2099.319094000000-REDUCAO 5.000,0
0335-09.005.08.244.0010.1075.449051000000-REDUCAO 36.300,00

TOTAL DAS REDUÇÕES 426.300,00

Artigo 3º - Este decreto entrará e vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte (MT), em 02 de abril de 2018.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 112/2018

"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível de servidora efetiva, e dá outras providências".

O Ex.mo Sr. **Silvano Pereira Neves,** Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere ao cargo;

R E S O L V E:

Artigo 1º- Fica concedido Progressão Funcional ao servidor efetivo, abaixo relacionado, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Carreira dos Profissionais da Área da Saúde do Município de Novo Horizonte do Norte/MT, conforme especifica o Art. 26, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 987, de 28 de maio de 2013.

Nome	Cargo	Classe/Nível Atual	Classe/Nível Novo
Simone de A. Neves	Agente C. de Saúde	Nível I	Nível II, Classe A

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 22 de maio de 2018.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITIÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 143/2018, de 20/04/2017, torna público aos interessados que realizará licitação no **dia 08/06/2018**, às 08H00, para **Aquisição de Mobiliários , Equipamentos e Brinquedos para Creche Municipal Pró-Infância de Novo Mundo - MT**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br

.

Novo Mundo, MT, 22 de Maio de 2018.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial nº 016/2018"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 21 de Maio de 2018, objetivando a **futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS, GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE 1ª LINHA, visando a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, leves, utilitários, camionetes, ambulâncias, caminhões, ônibus e máquinas pesadas da frota municipal, para atender as necessidades da Administração Pública Municipal de Novo Mundo-MT.** conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedoras do citado certame a seguinte licitante: **L.C. DOS SANTOS, TC SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE MAQUINA LTDA - EPP, GTR COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES EIRELI, ELSON PAULO - ME, DIEFEMBACH & LUCIETTO LTDA – ME, NORTÃO COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA – ME, BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA – EPP, TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI, SCHMITT & SANTOS DA SILVA LTDA, PLUV COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA, FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS ME, CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI, NE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA – ME, MARLI TEREZINHA VIDARENKO DA SILVA,**. Assim por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarada vencedora.

Novo Mundo MT, 22 de Maio de 2018.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2015

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADA: SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – EPP.

CNPJ: **07.461.414/0001-67**

PRAZO: 06 (SEIS) MESES

OBJETO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA.

VIGENCIA: 30/04/2018 A 30/11/2018

Novo Santo Antônio – MT, em 30 de Abril de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 393/2018 DE 21 DE MAIO DE 2018

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER O SERVIÇO PÚBLICO PRECEDIDO DA EXECUÇÃO TOTAL DE OBRA PÚBLICA DO MATADOURO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais e de acor-

do com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a delegar, com exclusividade, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas, mediante processo licitatório e consequente contratação pelo prazo de 30 (trinta) anos, os serviços de abatedouro misto de gado bovino e suíno, de competência do Matadouro Municipal.

Art. 2º. A concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, relativa à construção do Matadouro Municipal da cidade de Novo Santo Antônio, observadas as seguintes condições:

I. O concessionário, às suas expensas, promoverá a construção do Matadouro Municipal, no prazo estabelecido no edital de concorrência pública, sob pena de perda da concessão;

II. a construção do Matadouro Municipal em Novo Santo Antônio será feita nos moldes e local previamente determinado pelo Município;

Art. 3º. A concessão do serviço público prestado pelo Matadouro Municipal precedido da execução total de obra pública será realizada mediante o devido processo licitatório, na modalidade de concorrência, obrigando-se a Concessionária à prestação de serviços adequados ao pleno atendimento dos usuários, sob rigorosa fiscalização do Concedente, inclusive por médico veterinário, servidor público, e por outros órgão municipais.

Parágrafo Único - As condições e exigências, a serem fixadas no Edital de Licitação, obedecerão a Lei Federal nº 8.666/93, bem como à Lei Federal nº 8.987/95 e suas alterações posteriores.

Art. 4º. A vencedora do processo licitatório terá o prazo de até 12 (doze) meses para a conclusão da Construção do Abatedouro Municipal, que se dará de acordo com o Projeto Arquitetônico e Memorial constantes de Anexos do Processo de Licitação.

§ 1º. O referido prazo somente poderá ser prorrogado mediante fato que assim o exija, e que seja devidamente fundamentado.

§ 2º. Após a conclusão das obras o imóvel deverá ser vistoriado e periciado pelos órgãos competentes a nível Municipal, Estadual e Federal se assim o exigir, com a finalidade de ser liberado o seu funcionamento.

§ 3º. O prazo para edificação das novas instalações do Matadouro pela Concessionária, e o início das atividades dos serviços concedidos, constarão do Edital de Licitação.

Art. 5º. A licitação de que trata o artigo 1º desta Lei se fará mediante a oferta do menor valor da tarifa a ser cobrada aos usuários dos serviços a serem concedidos, conforme o menor preço-base a ser fixado no edital de licitação, assim como o valor da tarifa a ser cobrada pela Administração Pública ao vencedor/concessionário também será pré-estabelecida.

Parágrafo Único. As tarifas relativas à concessão poderão ser majoradas por ato administrativo do Prefeito Municipal, conforme planilha de gastos da Concessionária, e de acordo com a atualização da Unidade de Referência Municipal.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo à concessionária para construção do Matadouro Municipal, no que se refere a:

I. Disponibilização do terreno necessário para a execução do projeto de construção do Matadouro Municipal;

II. Serviços e equipamentos para o preparo do solo a ser utilizado para a implantação do projeto de construção.

Art. 7º. O prazo de concessão dos serviços públicos do Matadouro Municipal será de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogável por igual período, mediante Decreto do Poder Executivo.

Art.8º. Os empregados da Concessionária não poderão ser servidores públicos municipais, e suas contratações serão regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

Art. 9º. A Empresa Concessionária deverá apresentar anualmente, quando da liberação do Alvará Municipal de cada exercício, as seguintes questões:

I. Estar em dia com a Seguridade Social em cumprimento ao § 3º do Art. 195 da Constituição Federal, mediante apresentação das Certidões Tributárias, Previdenciária (Instituto Nacional de Seguridade Social) e do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);

II. Apresentar as guias do recolhimento da Previdência Social (GRPS), referente aos funcionários contratados para comprovação dos recolhimentos legais.

Art. 10º. A Concessionária não poderá abandonar a prestação dos serviços concedidos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior, salvo por subconcessão, com a anuência do Poder Concedente.

Art. 11º. Na ocorrência de paralisação das atividades da Concessionária, ou o não cumprimento de cláusulas contratuais, o Poder Concedente fica autorizado à ocupação e utilização das instalações do Matadouro, com a nomeação de interventor, até que nova licitação seja realizada.

Art. 12º - A Concessão de Uso será outorgada por contrato, no qual, deverão constar as seguintes cláusulas:

a) Rescisão do contrato, sem direito a qualquer indenização pelas construções e benfeitorias de qualquer natureza, se a concessionária der ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato/termo ou descumprir as obrigações contratuais.

b) Desde a inscrição da concessão de uso, a concessionária fruirá plenamente do imóvel para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o objeto de uso e suas rendas.

Art.13. O contrato oriundo da concessão de exploração dos serviços do Matadouro Municipal poderá ser extinto ou rescindido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Único. No caso de extinção do contrato, conforme previsto no *caput* deste artigo, término do contrato de concessão, ou ocorrência de paralisação das atividades, a propriedade do imóvel, bem como o direito de exploração dos serviços do Matadouro Municipal deverão retornar ao município para nova concessão.

Artigo 14º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Maio de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

CONVITE EDITAL PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio – MT, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, em cumprimento ao disposto no Art. 54 de lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000), que trata da elaboração Quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal, e o paragrafo 4º do Artigo 9º da mesma lei, que trata da apresentação em audiência pública, **CONVIDA** a população em geral através dos seus diversos segmentos, a participar de Audiência Pública para prestação de contas referente ao 1º Quadrimestre do Exercício Financeiro do ano de 2018.

A Audiência Pública será realizada no dia 28 de Maio, a partir das 08:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Novo Santo Antônio – MT.

Atenciosamente,

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 01/2018 - RGF

ADÃO SOARES NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio – MT, em cumprimento ao disposto no Art. 52 Inciso 1º, alíneas "a" e "b", Inciso II § 1º da lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000), coloca a disposição da comunidade de Novo Santo Antônio – MT, os anexos do **RGF - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**, referente ao 1º Quadrimestre do Exercício Financeiro do ano de 2018.

A documentação que compõe os anexos encontra-se na Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – MT, Setor de Contabilidade, e disponíveis no site oficial do município www.novosantoantonio.mt.gov.br/transparencia/rgf .

Registre-se,

Publique-se,

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE 07/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados a Licitação na Modalidade **Inexigibilidade Nº. 07/2018**, referente a Contratação da empresa **DYMAK MAQUINAS RODOVIARIAS LTDA – CNPJ 01.840.707/0001-79.** O presente processo de Inexigibilidade de licitação tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para a Revisão e Manutenção Preventiva de 1000 horas com fornecimento de peças para máquinas Pesadas Komatsu: Escavadeira Hidráulica PC 130-8/B10448 e Pá Carregadeira WA 200-6/B20408, em conformidade com o Artigo 25, inciso I da lei 8.666/93, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes. **Valor: R$ 7.866,20**. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 22 de maio de 2018.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 29/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Casa de Passagem Lar Coração de Maria (Casa Transitória) de Acordo com o Convenio 002/2017 - Gaúcha do Norte,** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga-MT, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. Empresas Vencedoras **APARECIDA MARCIA TOMAZINI - EPP CNPJ: 00.145.325/0001-62 R$ 4.347,80. JOANA FERNANDES – ME CNPJ 22.753.337/0001-02 R$ 4.229,40**. Em 22 de maio de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO/FRUSTADA/CANCELADA

Pregão Presencial 27/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: a Contrataçãode empresa habilitada para **Prestação de Serviços Médicos** para atender as necessidades do Sistema Único de Saúde, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga - MT, de acordo com as especificações contidas no Anexo I e Termo de referência do Edital. Não houve empresas interessadas no referido pregão sendo assim a mesma foi declarada **FRUSTRADA/CANCELADA.** Em 22 de maio de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO 006/2018

NOTIFICAÇÃO 006/2018

Conclusão e Execução da Obra do Mini Estádio Municipal

Objeto:**Conclusão e Execução da Obra do Mini Estádio Municipal,** atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Local:Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT

Contrato n° :42/2017

Versa o expediente sobre a Conclusão e Execução da Obra do Mini Estádio Municipal, com a empresa **CONSTRUTORA E INCORPORADORA GDN LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 06.286.279/0001-06.

O contrato nº. 42/2017, tinha como previsão de termino e conclusão da obra para 150 (cento e cinquenta) dias, portanto mesmo já deveria ter encerado, bem como a obra entregue em **23/10/2017.**

Ocorre que foram realizados 03 (três) termos aditivos de prazo para o contrato citado acima, tendo data atual para encerramento a mesma data do convênio que realizará o pagamento da obra, qual seja nº0171546-86/2004 do Ministério do Esporte/Caixa Econômica Federal, em 29/06/2018.

A Caixa Econômica Federal informou o Município que Vossa Senhoria tentou realizar uma dilação de prazo de encerramento do convênio, o que foi devidamente negado, uma vez que vossa senhoria não possui competência para tal.

Considerando que o município tem tomado todas as providências necessárias solicitadas pela empresa para o perfeito cumprimento do contrato em vigor, emitindo e atendendo as exigências do gestor do convênio nas formalidades exigidas, e a empresa não vem cumprindo fisicamente o que determina o cronograma de sua autoria que é uma das peças constituindo do processo licitatório que o originou o contrato em vigor.

Considerando que a execução das etapas da obra não atendem ao cronograma, o número de funcionários são insuficientes para o cumprimento do objeto no prazo determinado pelo gestor do convênio.

Considerando que a obra deve o cumprimento deter metas semanais, e que estas metas devem ser apresentadas imediatamente pela empresa construtora a Prefeitura Municipal de Paranatinga para o encaminhamento ao gestor do convênio, **uma vez que a atual avaliação do andamento da obra concluiu que a mesma não será concluída no prazo limite último que é dia 29 de junho 2018.**

Informa que a evolução dos serviços serão levantados semanalmente pela fiscalização do município e encaminhado ao controle interno do município e ao gestor do convênio para avaliação e parecer.

Ressaltasse que o município tem a prerrogativa de tomar as providências que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento do convênio, caso a empresa não atenda às recomendações acima exposta e continuar descumprindo o instrumento contratual o município poderá tomar sanções administrativas contra a empresa e tomar as providências necessárias para conclusão do convênio no prazo estipulado pelo gestor.

Diante dos fatos narrados, **a Prefeitura Municipal de Paranatinga Determina, através do gestor do contrato que esta subscreve, que Vossa Senhoria Recomponha o Imediatamente o seu quadro de funcionários e material para cumprir o cronograma de execução, bem como Requer a entrega das planilhas de metas a serem atingidas por semana**

até a conclusão da obra, devendo encaminhar a Prefeitura no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar do recebimento desta notificação, sob pena de descumprimento com aplicação das sanções da Lei 8666/1993.

Paranatinga – MT, 22 de maio 2018.

Manoel Luís Ferreira da Silva

Fiscal do Contrato

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 38/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para **Prestação de Serviços Fotográficos,** com fornecimento de todo o material, equipamentos, impressão e profissionais necessários à cobertura fotográfica de eventos tanto nas Áreas Urbanas e Rurais,atendendo as necessidades da Secretaria de Administração e demais Secretarias. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **06/06/2018**, quarta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 22 de Maio de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°. 016/2018

A Chefe do departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Presencial nº 016/2018

Objeto:O objeto da presente licitaçãoé Prestação de Serviço de Consultoria com Sistema de Acompanhamento diário dos Projetos na Gestão Básica de Saúde dePedra Preta - MT, conforme quantidades e especificações em anexo a este Edital.

Data da Abertura: Dia 06/06/2018 às 14h00min.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta www.pedrapreta.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400, fax (066) 3486-4401.

Pedra Preta - MT, 22 de maio de 2018.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL -SRP N°. 017/2018

A Chefe do departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Presencial nº 017/2018

Objeto:O objeto da presente licitaçãoé registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos médicos hospitalares (Analisador Automático, Berço Aquecido, Analisador para Íons e Agitador de placas) destinados ao Hospital Municipal "Luciana Martins Amorim"**, conforme quantidades e especificações em anexo a este Edital.**

Data da Abertura: Dia 07/06/2018 às 09h00min.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta www.pedrapreta.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400, fax (066) 3486-4401.

Pedra Preta - MT, 22 de maio de 2018.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 29/2018

DECRETO Nº 29, DE 15 DE MAIO DE 2018.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL O MEIO AMBIENTE DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO PARA O BIÊNIO DE 2018/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando as disposições legais da Lei Complementar nº 28, de 20 de Dezembro de 2013, que dispõe s obre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município de Peixoto de Azevedo-MT.;

Considerando a composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente, conforme determina o artigo 11, da LC 28/2013;

Considerando o encerramento do mandato do conselho anterior;

Considerando a necessidade de continuidade dos trabalhos, bem como as indicações e os interesses da Administração Pública;

D E C R E T A

Art.1º - Compõem o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, para cumprimento do mandato de 02 anos do período 2018/2020, que passa a ser composto com os seguintes membros:

I - PODER PÚBLICO : REPRESENTANTES - Art. 11, I - LC Nº 28/2013

a.	**Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Mineração e Turismo**	
	Titular	Ivan Luiz Ribeiro
	suplente	Érica Pereira Sena
b.	**Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**	
	Titular	Daniel Oliveira
	suplente	Ana Farias Barbosa
c.	**Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**	
	Titular	Walmir Laurentino Silva
	suplente	Tainara Cristina Carvalho Marques
d.	**Secretaria Municipal de Educação e Cultura**	
	Titular	Glaucia Dias Antonio
	suplente	Josirene Rego Fernandes

e.	**Defesa Civil**	
	Titular	Jacson Maciel da Silva
	suplente	Vanderlei Ferrari
f.	**Assessoria Jurídica**	
	Titular	Niucéia Maria Correa
	suplente	Soraya Cristine Carvalho Duarte
g.	**Câmara Municipal dos Vereadores**	
	Titular	Ambrózio Pereira Carvalho
	suplente	Raimundo Pires Irael Oliveira

II - SOCIEDADE CIVIL: REPRESENTANTES - Art. 11, II - LC Nº 28/2013

a.	**Rotary Club**	
	Titular	Gustavo Prunielli
	suplente	Salmo Macedo
b.	**Lions Clube**	
	Titular	Francisco de Assis Monteiro Cota
	suplente	Marcos Luizão
c.	**Associação de Moradores**	
	Titular	Elisclene de Almeida
	suplente	Francisco das Chagas
d.	**Colônia dos Pescadores Z21**	
	Titular	Luiz Alves de Lima e Silva
	suplente	Jair de Sousa
e.	**Cooperativaa dos Garimpeiros do vale do Rio Peixoto – COOGAVEPE**	
	Titular	Willian Giovanni Zan
	suplente	Allana Izabela Pinto Siva
f.	**Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Peixoto de Azevedo**	
	Titular	Francica da Silva Ribeiro
	suplente	Francisca Adriane Silva Lima
	Empaer	
g.	Titular	Clodomir Antonio Zolett
	suplente	Clovis Luiz de Moraes Manica

Art.2º - Ficam **nomeados** os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, de acordo com a estrutura representativa composta no artigo 1º deste Decreto e **empossados** os membros titulares, para cumprimento dos seus respectivos mandatos

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias de Maio de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 999/2018

LEI MUNICIPAL Nº 999, DE 15 DE MAIO DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR DE TERMO DE FILIAÇÃO COM A UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO – UNDIME/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º -Fica o Município de Peixoto de Azevedo – MT autorizado a celebrar, através do Chefe do Poder Executivo Municipal, com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 37.499.944.0001.65, Termo de Colaboração/Fomento mediante o ajuste do Termo de Filiação.

Art. 2º -O Termo de Colaboração/Fomento de que trata o artigo 1º tem por objeto o fomento e a representação dos interesses e da qualidade da educação municipal e poderá ser renovado anualmente.

§ 1º - Fica, ainda, autorizado o pagamento da anuidade no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) para o exercício de um ano, a contar da data da assinatura.

§ 2º - Poderá também o Chefe do Poder Executivo Municipal, na representação deste Município, firmar os termos aditivos a que se refere o inerente ao termo pactuado.

Art. 3º - Celebrado o Termo de Filiação, o Município afiliado poderá, a qualquer tempo, solicitar o cancelamento de sua filiação mediante documento encaminhado à Diretoria Executiva da Undime/MT, conforme previsão estatutária.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para inclusão na LOA-2018 - Lei Orçamentária 2018 (Lei nº 989/2017 de 22 de dezembro de 2017) no Projeto/Atividade 2.012- Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente a Elemento de Despesas e Fontes de Recursos, conforme discriminado e valor:

Órgão:	06- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária:	001- Gabinete do Secretário
Função:	12- Educação
Subfunção:	122- Administração Geral
Programa:	0006- Gestão da Política Educacional
Projeto/Atividade:	2.012- Manutenção e Encargos com a Sec. de Educação e Cultura

Elemento Despesa:	3370.41.00 ( )-Contribuições	
Fonte:	100-Recursos Ordinários	3.000,00
TOTAL:		**3.000,00**

Art. 5º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme abaixo discriminado:

06.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001.12.122.0006.2012.3390.39.00 (083)-Outros Serviços de Terceiros – Pessoa. Jurídica	3.000,00
Fonte de Recursos: 100- Recursos Ordinários	

TOTAL:	**3.000,00**

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão nos anos posteriores à conta de dotação orçamentaria prevista no orçamento vigente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias de Maio de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 998/2018

LEI MUNICIPAL Nº 998, DE 15 DE MAIO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Educação – FME, de Peixoto de Azevedo - MT, instrumento de captação e aplicação de recursos na implementação da política educacional pública, bem como em outras iniciativas

ao cumprimento dos objetivos do Conselho Municipal de Educação destinadas à mesma.

Art. 2º - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Educação - FME:

I - Recursos provenientes das transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

II - Dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - Produto de convênios firmados com outras entidades financeiras.

Parágrafo Único: Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação – Fundo Municipal de Educação.

Art. 3º - O FME será gerido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, órgão da administração pública municipal, através de seu Secretário (a) Municipal de Educação juntamente com o Prefeito Municipal, sob a fiscalização do Conselho Municipal de Educação e do Conselho do FUNDEB.

Parágrafo Único: O orçamento do Fundo Municipal de Educação-FME integrará o orçamento geral do município.

Art. 4º - São atribuições do (a) Secretário (a) Municipal de Educação:

I - Gerir o Fundo Municipal de Educação – FME e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com os Conselho Municipal de Educação e Conselho do FUNDEB;

II - Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Educação;

III - Submeter ao Conselho Municipal de Educação o plano de aplicação a cargo do FME, em consonância com o Plano Municipal de Educação de Peixoto de Azevedo e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

IV - Submeter ao Conselho Municipal de Educação e ao Conselho do FUNDEB as demonstrações mensais de receita e despesa do FME;

V - Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior.

VI - Preparar as demonstrações mensais da receita e despesas a serem apresentadas na Assembleia Geral (na transparência pública trimestral), encaminhando-as, posteriormente, à Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda do Município;

VII - Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas;

VIII - Manter em coordenação com o setor competente da Prefeitura Municipal, o controle dos bens patrimoniais destinados ao Conselho Municipal de Educação;

IX - Encaminhar ao Presidente do Conselho Municipal de Educação e do FUNDEB semestralmente, os inventários de bens materiais, móveis e imóveis;

X - Apresentar, mensalmente, análise e projeção da utilização dos recursos do Fundo bem como sua avaliação econômico-financeira apurada nas respectivas demonstrações;

XI - Manter junto às secretarias dos Conselhos os controles necessários dos contratos e convênios de execução de programas e projetos do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º - Da Aplicação dos Recursos do Fundo

I - Serão atendidos prioritariamente o ensino fundamental e infantil;

II - Os recursos recebidos e aplicados deverão ser registrados de forma detalhada a fim de evidencias as respectivas receitas e despesas.

Art. 6º - Todo e/ou qualquer repasse de recursos para as escolas será efetivada pelo FME, de acordo com critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º - A contabilidade do Fundo obedecerá às normas da contabilidade da Prefeitura Municipal.

Art. 8º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, a qualquer tempo, mediante Decreto.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias de Maio de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 006/2017

Credenciamento de Instrutores de Atividades Recreativas

Inscrição n° 007/2017

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa **WILISNEY EGIDIO LOPES 05924394107**, (CNPJ 30.400.173/0001-68),fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 006/2017** para o serviços constantes nos itens 01 e 08 da Tabela de Serviços de Profissionais para Prestar Serviços nas Escolinhas de Base do Município de Peixoto de Azevedo/MT do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 22 de maio de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA N.º 102/2018

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 074/2018 que retificou a Portaria nº 115/2013 de concessão do Benefício de ***Pensão por Morte*** *em favor da* ***Sra. Ana Cleide Lima dos Anjos Montelo,*** *em decorrência do falecimento do servidor* ***Sr. Nauro Moraes Montelo."***

O Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças do município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 074/2018, publicada em 29/03/2018 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 2.947, que retificou a portaria nº 115/2013, de concessão do benefício de **Pensão por Morte**, em decorrência do falecimento do Sr. **Nauro Moraes Montelo**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n°. 1392203-3 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº. 730.282.151-87, efetivo no cargo de Motorista, Categoria ''Funcional'', lotado na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculado sob nº 555, com proventos Integrais, rateado ao conjunto de dependentes da seguinte forma: o equivalente a 50% (cinquenta por cento) em favor da Sra. **Ana Cleide Lima dos Anjos Montelo**, viúva, portadora do RG n.º 2049134-4 SSP/MT e CPF n. º 041.812.731-05, esposa do ''de cujus'' e o equivalente a 50% (cinquenta por cento) em favor de **Peterson Montelo de Lima**, menor de idade, filho do ''de cujus'', inscrito no CPF sob nº 704.140.541-99, nascido13/03/2010, neste ato representado legalmente por sua genitora, a Sra. Ana Cleide Lima dos Anjos Montelo, ambos residentes e domiciliados neste município, conforme processo administrativo do IMPAS n.º **2013.07.00020P**, a partir de 16/07/2013, data do falecimento do servidor, até posterior deliberação.

ONDE SE LÊ: "Considerando o Art. 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com Art. 7º inciso I, Art. 28, inciso II, § 1º e art. 29 inciso I da Lei Municipal nº. 210/2004 de 05 de Maio de 2004, que rege a previdência municipal, Anexo I da Lei Municipal nº. 388/2012, que dispõe sobre a alteração dos quadros de salários dos servidores públicos do município de Planalto da Serra;"

LEIA-SE: "Considerando o Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com Art. 7º inciso I, Art. 28, inciso II, § 1º e art. 29 inciso I da Lei Municipal nº. 210/2004 de 05 de Maio de 2004,

que rege a previdência municipal, Anexo I da Lei Municipal nº. 388/2012, que dispõe sobre a alteração dos quadros de salários dos servidores públicos do município de Planalto da Serra;"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **16 de julho de 2013**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto da Serra/MT, 22 de maio de 2018.

SALVADOR MASSAMI MIYASAK

Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças.

Homologo:

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 021/2017.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo de prazo do CONTRATO nº 021/2017. De acordo com o interesse estabelecido pela administração. Aditivo na Clausula Segunda – Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito. Prorroga-se o PRAZO DE EXECUÇÃO para mais 180 dias – **17/05/2018 a 13/11/2018** etambém o PRAZO DE VIGÊNCIA para mais 365 dias – **22/05/2018 a 22/05/2019** de acordo com o interesse público e atraso da execução da obra, data termo **16/05/2018**.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT.

CONTRATADO: **EFFICACE CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.435.404/0001-00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 009/2018.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo de prazo do CONTRATO nº 009/2018. De acordo com o interesse estabelecido pela administração. Prorroga-se O Prazo da Execução do contrato original vigente até 09/05/2018 será prorrogado para mais 30 (TRINTA) dias passando a estabelecer o fim da vigência do contrato em 09/06/2018, data termo 06/05/2018.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT

CONTRATADO: CÉLIA MARIA DELGADO ANDRE-ME, inscrita no CNPJ: 04.352.221/0001-80.

RATIFICAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 009/2018.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo de prazo do CONTRATO nº 009/2018. De acordo com o interesse estabelecido pela administração. Prorroga-se a vigência até 09/03/2018 para mais 30 dias compreendendo com fim de vigência para 09/04/2018 do contrato original, data termo 07/03/2018. **CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT CONTRATADO: CÉLIA MARIA DELGADO ANDRE-ME, inscrita no CNPJ:04.352.221/0001-80.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 009/2018. FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo de prazo do CONTRATO nº 009/2018. De acordo com o interesse estabelecido pela administração. Prorroga-se O Prazo da Vigência do contrato original vigente até **09/04/2018** será prorrogado para mais 60 (SESSENTA) dias passando a estabelecer o fim da vigência do contrato em **09/06/2018** e o Prazo da Execução do contrato original vigente até **09/04/2018** será prorrogado para mais 30 (TRINTA) dias passando a estabelecer o fim da vigência do contrato em **09/05/2018,** data termo 06/04/2018. **CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT CONTRATADO: CÉLIA MARIA DELGADO ANDRE-ME, inscrita no CNPJ: 04.352.221/0001-80.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 047/2017.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo de prazo do CONTRATO nº 047/2017. De acordo com o interesse estabelecido pela administração. Prorroga-se a execução vigente até **26/05/2018** para mais 30 dias compreendendo com fim de vigência para **26/06/2018**, do contrato original, data termo **21/05/2018**.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT.

CONTRATADO: RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 13.924.839/0001-68.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO N° 005/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT.***

PARTICIPANTES:

CIRURGICA GONÇALVES - CNPJ:15.371.628/0001-70

NV FRANCO COM e SERV. INF CLIMATIZAÇÃO - CNPJ:28.552.012/0001-48

WANDA MÓVEIS E MAQ. P ESCRITORIO - CNPJ: 12.358.170/0001-21

PORTAL DISTRIB. HOSPITALAR LTDA ME - CNPJ: 26.570.361/0001-67

INDREL IND. REF. LONDRINENSE LTDA - CNPJ: 78.589.504/0001-86

LK MEDICAL COM. EQUIP. HOSPITALARES EIRELI - CNPJ: 28.767.561/0001-30

Poconé-MT, 22 de Maio de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DECRETO Nº 10/2018

Dispõe sobre a criação de CNPJ da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providencias.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES, Prefeito Municipal de Ponte Branca - MT, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe a Portaria Conjunta STN/FNDE nº 02, de 15 de Janeiro de 2018,

DECRETA: Art. 1º Fica autorizada a inscrição da Secretaria Municipal de Educação no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

§ 1º A inscrição mencionada no caput destina-se a viabilizar a gestão de recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. § 2º Fica a Secretaria Municipal de Educação, autorizada a criar conta bancária destinada a movimentar, exclusivamente, os recursos do FUNDEB.

§ 3º Os recursos mencionados no § 1º serão geridos e movimentados em conjunto pelo (a) Secretário (a) de Educação, pelo Tesoureiro Municipal e pelo Prefeito Municipal, cada qual dentro de suas atribuições legais.

§ 4º A contabilização dos atos e fatos decorrentes da gestão dos recursos do FUNDEB obedecerá às normas brasileiras de contabilidade e será realizada pelo órgão ou unidade incumbido da contabilidade geral do Município.

Art. 2º Na gestão dos recursos do FUNDEB, ao (à) Secretário (a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes competirá:

I - Preparar as demonstrações mensais de receitas e despesas a serem apresentadas na Assembléia Geral, encaminhando-as, posteriormente, à Secretaria Municipal de Finanças do Município;

II - Manter os controles necessários à execução orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes referentes a empenhos, liquidação e pagamentos das despesas e aos recebimentos das receitas;

III - Encaminhar, mensalmente, ao Conselho do FUNDEB as demonstrações de receitas e despesas;

IV - Encaminhar, semestralmente, ao Conselho do FUNDEB os inventários de bens materiais, móveis e imóveis;

V - Encaminhar, anualmente, ao Conseho do FUNDEB o balanço geral;

VI - Apresentar, mensalmente, análise e projeção da utilização dos recursos do FUNDEB, bem como sua avaliação econômico-financeira apurada nas respectivas demonstrações;

VII - Encaminhar à contabilidade geral do Município e ao Tribunal de Contas as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VIII - Assinar digitalmente as transferências financeiras e ordens bancárias, em conjunto com o Prefeito Municipal;

IX - Ordenar a emissão de empenhos e pagamentos das despesas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

X - Firmar convênio, contratos e termos de ajustes, juntamente com o Prefeito Municipal, referentes a recursos a serem administrados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

XI - Prestar contas dos recursos consignados à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, aos 09 dias do mês de maio de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNERARIA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT, TORNA – SE PUBLICO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2018, OBJETO: SERVICOS FUNERÁRIOS ATENDENDO AS NECIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTA MUNICIPALIDADE. **FAVORECIDO: PAX PAN FUNERÁRIA LTDA ME INSCRITO NO CNPJ Nº 15.824.479/0001-58 VALOR R$ 18.250,00** conforme parecer jurídico.

Porto Alegre do Norte-MT, 21 de MAIO de 2018.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N°. 21/2018 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeado pela portaria nº. 05/2018 torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial nº ***21/2018, no preâmbulo onde se lê Genuína - Leia-se conforme norma*** ABNT NBR 15296.

Monica Pereira da Silva

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 099/2018 LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA Nº 099/2018

15/05/2018

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 119 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder LICENÇA MATERNIDADE a servidora em caráter de efetivo: senhora **MARIA ADRIANE TEIXEIRA DA SILVA**, Auxiliar Administrativo II, exercendo o cargo em nomeação de Tesoureira, portadora da CIRG 277257994 SSP/CE, CPF 710.900.963.72, matrícula funcional nº 1247, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, durante o período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 02/05/2018 e término em 29/08/2018, conforme o Artigo 126 da Lei Municipal nº 148/92.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos a 02/05/2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 15 de maio 2018.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL
PREGÃO 14-2018

PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 14/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, Através da CPL, Torna público aos interessados a realização do **Pregão Presencial nº 14/2018**, Referente ao objeto: **CONTRAT. DE EMPRESA ESP. P/ AQUISIÇÃO DE MOBILIA P/ A ESCOLA THEODORO J. DUARTE. No seguinte local data e horário:**

Local: sala de licitações

LEIA SE:

ONDE SE LÊ:

Data:04/06/2018

Horário: 13:30 horas

Informações: (65) 3225-1139 email: licitacaoporto@gmail.com

Porto Esperidião-MT, 18 de maio de 2018 - RONEY CARDOSO- PREGOEIRO.

LICITAÇÃO
PUB. DE RETIF. ABERTURA DE EDITAL TOMADA DE PREÇO 02-2018

PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO ABERTURA DE EDITAL

TOMADA DE PREÇO 02/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, Através da CPL, Tornas público aos interessados a realização da **TOMADA DE PREÇO 02/2018**, Referente ao objeto: **CONTRAT. DE EMPRESA ESP. P/ PRESTAÇÃO DE SERV. DE REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA Mª GREGÓRIA. No seguinte local data e horário: Local:** sala de licitações

ONDE SE LÊ

Data:05/06/2018

LEIA SE:

08/06/2018

Horário: 09 horas

Informações: (65) 3225-1139 email: licitacaoporto@gmail.com

Porto Esperidião-MT, 18 de maio de 2018 - RONEY CARDOSO- PREGOEIRO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO ABERTURA DE EDITAL PREGÃO 13-2018

PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO ABERTURA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 13/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, Através da CPL, Torna público aos interessados a realização do **Pregão Presencial nº 13/2018**, Referente ao objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA ACADEMIA AO AR LIVRE.**

No seguinte local data e horário:

Local: sala de licitações

ONDE SE LÊ:

Data: 31/05/2018

LÊIA SE:

04/06/2018

Horário: 8:30 horas

Informações: (65) 3225-1139 email: licitacaoporto@gmail.com

Porto Esperidião-MT, 18 de maio de 2018 - RONEY CARDOSO- PREGOEIRO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL

PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 15/2018

Local: sala de licitações

ONDE SE LÊ:

Data: 06/06/2018

LÊIA SE:

Data: 07/06/2018

Horário: 09 horas

Informações: (65) 3225-1139 email: licitacaoporto@gmail.com

Porto Esperidião-MT, 18 de maio de 2018 - RONEY CARDOSO- PREGOEIRO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2018

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela, através do Prefeito Municipal Sr. **EUGENIO PELACHIM**, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, Lei Complementar n º 101/2000- Lei de Responsabilidade Fiscal, torna-se público a realização de **Audiência Pública**, no dia **30 de MAIO de 2018 (Quarta-feira) com início as 10:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Porto Estrela – MT**, com objetivo de **discussão da LDO – Leis de Diretrizes Orçamentarias** para o exercício 2019.

Gabinete do prefeito de Porto Estrela – MT, 22 de Maio de 2018.

Eugenio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 031/2018

REGISTRO DE PREÇOS 028/2018

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que no **PREGÃO PRESENCIAL 031/2018, Registro de Preço n° 028/2018**, tendo como objeto: **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de substituição de lâmpadas, reatores e outros materiais elétricos para Iluminação de Ruas, Avenidas e Praças Públicas com uso de caminhão guincho com cesta de inspeção e alcance até 18m de altura,** cuja a abertura ocorreu as **08:00 hs** do dia **22 de maio de 2018**, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagrou vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – EDMILSON FERREIRA DE LISBOA ME, inscrita no CNPJ n° 23.668. 119/0001-32, Situada à Rua 02, 115, Bairro Novo Horizonte, na Cidade de Poxoréu - MT, vencedora, no Valor global de **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais);

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 22 de maio de 2018.

CLAUDINEY BARREIRA ARAÚJO

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2018

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que aderiu Ata de Registro de Preços nº 283/2017 oriundo ao Processo nº 934/2017, ref. ao Edital do Pregão Presencial nº 113/2017 - Registro de Preço, do Município de Campo Verde Estado de Mato Grosso, com amparo no art. 22 do Decreto Federal 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, informando que essa adesão visa atender ao Município de Poxoréu, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO VAN, FABRICAÇÃO NACIONAL, ZERO QUILÔMETRO, 2017/2017, DIREÇÃO HIDRAULICA, MOTOR 04 CILINDROS, DIESEL**, conforme especificação contidas no Termo de Referência parte integrante do edital acima mencionado.

Em, Poxoréu/MT. 22 de maio de 2018.

CLAUDINEY BARREIRA ARAÚJO

Presidente CPL

NELSON ANTONIO PAIM

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018

REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2018

A Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014, estará realizando licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO PARAAQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS, DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL E PARA OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS,**conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência).

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 08/06/2018, A PARTIR DAS 08h00min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da **proposta eletrônica** para elaboração da proposta de preçodisponívelnomesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 22 de maio 2018

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

PORTARIA Nº 002/2018

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA Nº 003 /2018

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 017, DE 22 DE MAIO DE 2018

DECRETO N.º 017/2018 Poxoréu/MT, 22 de maio de 2018.

Homologa o resultado final da Avaliação de que trata a Lei Municipal n.º 1. 776/2015, na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT, especialmente o contido no art. 113, inciso I, alínea *a*;

CONSIDERANDO a redação do *caput* do artigo 5.º da Lei Municipal n.º 1. 776/2015, que determina a homologação do resultado final de desempenho do servidor em Estágio Probatório para aquisição de estabilidade;

DECRETA:

Art. 1.º Fica, neste ato, reconhecido pela Administração Pública Municipal de Poxoréu o cumprimento do interstício de 3 (três) anos exigidos na Lei Municipal n.º 1.776, de 09 de setembro de 2015, no efetivo exercício do cargo para os quais realizaram concurso público, **HOMOLOGANDO** o resultado da Comissão Especial de Estágio Probatório, consoante lista em anexo, que é parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. Os servidores elencados no Anexo Único deste Decreto detêm, por intermédio deste ato, estabilidade, a partir da data em que completaram exatos 36 (trinta e seis) meses de exercício.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos individuais retroativos ao dia de aniversário da posse de cada servidor elencado no Anexo Único.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 22 de maio de 2018.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 22/05/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO N.º 017, DE 22 DE MAIO DE 2018

Nome	Cargo	Matrícula	Data de Admissão	Resultado
ADRIANE APARECIDA MARQUES DE SOUZA	FISCAL DE TRIBUTOS	**2454**	07/04/2015	APROVADA
CÁTIA LINA SOUZA LINA	ENFERMEIRO	**2433**	13/03/2015	APROVADA
FLÁVIA RODRIGUES NASCIMENTO SOARES	FISIOTERAPEUTA	**2467**	01/04/2015	APROVADA
JOSIRENE PEREIRA BARBOSA	FISCAL DE TRIBUTOS	**2484**	13/04/2015	APROVADA
MICHELLE DAYANNE FAGUNDES DOS SANTOS	FISCAL DE TRIBUTOS	**2478**	01/04/2015	APROVADA
PAULA CRISTINA MOURA DE SANTANA	FISIOTERAPEUTA	**2458**	08/04/2015	APROVADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Licitação: Dispensa de Licitação nº 01/2018

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Combustíveis para atender a demanda do município de Reserva do Cabaçal por um período de 60 (sessenta) dias até a finalização do processo de licitação para o exercício de 2018, ressaltando que o processo tem validade de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato.

Fica por este instrumento homologado o Processo Licitatório de Dispensa nº 01/2018, para contratação dos serviços acima mencionada.

Reserva do Cabaçal-MT, 04 de janeiro de 2018

Registre-se

Publique-se

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
LEI N° 661 DE 14 DE MAIO DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR UM IMÓVEL URBANO PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS INTERNACIONAL MINISTÉRIO MISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, senhor Tarcisio Ferrari, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Município de Reserva do Cabaçal-MT, autorizado a REALIZAR Doação a **IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS INTERNACIONAL MINISTÉRIO MISSÃO,** inscrita no CNPJ: 05.195.504/0001-28, para uso de Imóvel com a finalidade de, construção da Sede de sua filial no Município de Reserva do Cabaçal-MT, nos termos especificados no Contrato de Doação.

Art. 2º. – O Imóvel que será Doado, esta localizado na Rua Santos Dumont, Lote 01 Quadra 15B, frente com a rua Santos Dumont, fundo com o Rio Cabaçal, no bairro Beira Rio, e possui os seguintes limites e confrontações: Frente: Rua Santos Dumont, 25 metros; Fundos: com Rio Cabaçal, 25 metros; Lateral esquerdo: Lote 01 Quadra 16 A Sr. Vantuil Alves de Lima, 105 metros; Lateral direito: lote 01 Quadra 15 A Sra. Marina da Silva Toniolo, com 97,00 metros;

Art. 3º - O Imóvel descrito no artigo 2º desta Lei terá por finalidade exclusiva a construção de um templo destinado a **IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS INTERNACIONAL MINISTÉRIO MISSÃO** de Reserva do Cabaçal Estado de Mato de Grosso, vinculado a pessoa jurídica da **IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS INTERNACIONAL MINISTÉRIO MISSÃO** de Senador Canedo-GO.

Parágrafo Único – A direção da entidade beneficiária terá o prazo de 03 (três) meses para dar inicio a construção do referido Templo e caso haja desvio de finalidade o Município anulará unilateralmente o termo de Doação.

Art. 4º Fica vedado à utilização do referido Imóvel para outras atividades, senão a descrita no art. 3º da presente Lei, bem como a transferência do mesmo para uso de outras Igrejas, empresas ou pessoa física ainda que seja para desempenho da mesma atividade.

Art. 5º - Caso a **IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS INTERNACIONAL MINISTÉRIO MISSÃO** deixe de desempenhar a atividade a que se destina no referido Imóvel, esta deverá entregar imediatamente o Imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ônus.

Art. 6º - Fica resguardado o direito do Município de fiscalizar o uso do Imóvel a qualquer tempo, bem como de rescindir o Termo de Doação caso as obrigações mencionadas na presente Lei não estejam sendo cumpridas, resguardando a esta o direito ao contraditório.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, 14 de maio de 2018 .

_____

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
LEI N° 660 DE 14 DE MAIO DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR UM IMÓVEL URBANO PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DA IGREJA EVANGÉLICA MISSIONARIA SÓ O SENHOR E DEUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, senhor Tarcisio Ferrari, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Município de Reserva do Cabaçal-MT, autorizado a REALIZAR Doação a **IGREJA EVANGÉLICA MISSIONARIA SÓ O SENHOR E DEUS,** inscrita no CNPJ: 76.936.350/0001-26, para uso de Imóvel com a finalidade de, construção da Sede de sua filial no Município de Reserva do Cabaçal-MT, nos termos especificados no Contrato de Doação.

Art. 2º. – O Imóvel que será Doado, esta localizado na Rua Projetada C, Lote 49 Quadra D, frente com a rua Projetada C, fundo com uma área rural, no loteamento Jardim João Evangelista, e possui os seguintes limites e confrontações: Frente: Rua Projetada C, 10 metros; Fundos: com área rural com 10 metros; Lateral esquerdo: Lote 50 com 23,20 metros; Lateral direito: área rural com 23,12 metros;

Art. 3º - O Imóvel descrito no artigo 2º desta Lei terá por finalidade exclusiva a construção de um templo destinado a **IGREJA EVANGÉLICA MISSIONARIA SÓ O SENHOR E DEUS** de Reserva do Cabaçal Estado de Mato de Grosso, vinculado a pessoa jurídica da Igreja Evangélica Missionaria só o Senhor é Deus de Maringá-PR.

Parágrafo Único – A direção da entidade beneficiária terá o prazo de 03 (três) meses para dar inicio a construção do referido Templo e caso haja desvio de finalidade o Município anulará unilateralmente o termo de Doação.

Art. 4º Fica vedado à utilização do referido Imóvel para outras atividades, senão a descrita no art. 3º da presente Lei, bem como a transferência do mesmo para uso de outras Igrejas, empresas ou pessoa física ainda que seja para desempenho da mesma atividade.

Art. 5º - Caso a **IGREJA EVANGÉLICA MISSIONARIA SÓ O SENHOR E DEUS** deixe de desempenhar a atividade a que se destina no referido Imóvel, esta deverá entregar imediatamente o Imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ônus.

Art. 6º - Fica resguardado o direito do Município de fiscalizar o uso do Imóvel a qualquer tempo, bem como de rescindir o Termo de Doação caso as obrigações mencionadas na presente Lei não estejam sendo cumpridas, resguardando a esta o direito ao contraditório.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, 14 de maio de 2018.

_____

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
LEI Nº 659/2018.

Súmula: Altera as Leis 639/2017, 638/2017 e 640/2017 e da outras providencias.

TARCÍSIO FERRARI - Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a toda população, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. As ações expressas na Lei 639/2017 - Plano Plurianual passam a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º. As ações dispostas na Lei 638/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2018, passam a vigorar com a alteração disposta no Anexo II desta Lei.

Art. 3º. As ações especificadas na Lei 640/2017 - Lei Orçamentária Anual –LOA, passam a vigorar com a alteração disposta no Anexo III desta Lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal de Reserva do Cabaçal, 14 de maio de 2018.

TARCÍSIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 658/2017

EMENTA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PERMUTAR IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Art. 1º Fica o poder Executivo Municipal do Município de Reserva do Cabaçal – MT, autorizado a permutar o Imóvel de propriedade do Município, pelo Imóvel de propriedade do Srº. **JOSÉ BENIGNO DA COSTA**, brasileiro, casado, inscrita no CPF sob o nº 362.027.301-20 e RG nº 399721 SSP/MT.

Art. 2º O Imóvel de propriedade do Município de Reserva do Cabaçal – MT, a ser permutado compreende ao Lote nº 01, da quadra 50, localizado na Rua Joaquim Mesquita, no Bairro Jardim Atlanta, neste Município de Reserva do Cabaçal, sendo sua medida de 15.5x20, com suas confrontações de frente com 12.5 metros com a Rua Joaquim Mesquita, e nos fundos com 12.5 metros com o Lote 1A , e do lado direito com 20 metros com a Rua das Américas e do lado esquerdo com 20 metros com o Lote 02, perfazendo uma área total de 250m²

Art. 3º O Imóvel de propriedade do Srº. **JOSÉ BENIGNO DA COSTA**, a ser havido na permuta, compreende o Lote nº 09, quadra 01 localizado na Rua B no bairro Jardim Parque da Águas II neste Município de Reserva do Cabaçal, sendo suas confrontações de frente com 12 metros com a Rua B, e nos fundos com 12 metros com o Lote 08, e do lado direito com 25 metros com lote 10 e do lado esquerdo com 25 metros com a área verde, perfazendo assim um total de 300M²

.

Art. 4º A permuta de que trata esta Lei, se processará de igual para igual, em virtude do interesse de ambas as partes na referida permuta.

Art. 5º Fica o poder executivo Municipal autorizado a realizar todos os trâmites legais para efetivação da transferência dos Imóveis mencionados na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Reserva do Cabaçal – MT, 14 de Maio de 2018.

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Processo de Dispensa nº 01/2018 objetivou a contratação direta, pelo poder Publico Municipal, da empresa AUTO POSTO BOLA SETE LTDA, para fornecimento de Combustíveis para atender a demanda do município de Reserva do Cabaçal por um período de 60 (sessenta) dias até a finalização do processo de licitação para o exercício de 2018, ressaltando que o processo tem validade de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato.

Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, **ADJUDICO** à empresa **AUTO POSTO BOLA LTDA,** cadastrada no CNPJ nº **15.361.488/0001-50** nos termos da Justificativa subscrita pela Comissão de Licitação e nos Termos do Parecer jurídico.

Reserva do Cabaçal-MT, 04 de janeiro de 2018.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA Nº 01/2018

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 04 de janeiro de 2018, às 09:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Dispensa de Licitação para Contratação direta, pelo poder Publico Municipal, da empresa AUTO POSTO BOLA SETE LTDA, inscrita no CNPJ 15.361.488/0001-50, tendo como objeto o fornecimento de Combustíveis para atender a demanda do município de Reserva do Cabaçal por um período de 60 (sessenta) dias até a finalização do processo de licitação para o exercício de 2018, ressaltando que o processo tem validade de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato.

Reserva do Cabaçal-MT, 04 de janeiro de 2018

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
LEI Nº. 662 DE 14 DE MAIO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO PROGRAMADO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Tarcísio Ferrari, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 60.228,00 (Sessenta Mil Duzentos e Vinte e Oito Reais), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2018, conforme Lei Municipal 640/2017 – LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02.07.02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Programa : 3.3.70.71 – FILA ZERO

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Ação: 3.3.70.71 – Fila Zero

Fonte de Recursos: 10.302.0019.2054-000 Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde

Elemento de Despesa:

3.3.70.71.00 – Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R$: 60.228,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial, aberto por esta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, conforme disposto no Art. 43, Parágrafo 1º Inciso II da Lei Federal 4.320/64.

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02.07.02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Ação: 3.3.70.71 – Fila Zero

Fonte de Recursos: 10.301.0009-2055 – Manutenção e Encargos com o Fundo Municipal de Saúde.

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física..... ... R$: 20.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... ... R$: 40.228,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal, Edifício Sede do Poder Executivo, em Reserva do Cabaçal- MT, aos 14 dias do mês de maio de 2018.

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

DIPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **04/01/2018 às 09:00 horas, DISPENSA DE LICITAÇÃO** para **CONTRATAÇÃO DA EMPRESA: AUTO POSTO BOLA SETE LTDA**, cadastrada no CNPJ Nº:15.361.488/0001-50, com sede na Rua Carlos Luz, n°947, centro, na cidade de Araputanga-MT. para fornecimento Combustíveis para atender a demanda do município de Reserva do Cabaçal por um período de 60(sessenta) dias ate a finalização do processo de licitação para o exercício de 2018, nos termos do processo de Dispensa nº 01/2018, e firmará **CONTRATO** com a mesma no valor global de 57.235,00 (Cinquenta e sete mil, Duzentos e trinta e cinco reais), ressaltando que o processo tem validade de 60(sessenta) dias a partir da assinatura do contrato.

Reserva do Cabaçal/MT, 04 de janeiro de 2018

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 460/07 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇOPOR ITEM objetivando o presente pregão tem por objeto o contratação de empresa para Fornecimento e Assistência de Internet para os computadores da Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações constantes Termo de Referência – Especificação dos Produtos. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua Antônio João, 156, no dia 07/06/2018 às 09h00minsendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (66) 3415 1207/1129.

Ribeirãozinho - MT, 22 de maio de 2018.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS

2º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS PARA O REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 020/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 064/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2017 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72 e a empresa: Posto de Combustível Forte LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o n° 07.646.667/0001-05, instalada e localizada na Av. Keller, Quadra 33, Lote 11 e 12, s/nº, Bairro Centro, na cidade de Rondolândia/MT, representada neste ato pelo seu sócio proprietário Srº Marciano Soares Guimarães, portador do CPF nº 883.982.342-53 e do RG nº 000947805 SSP/RO, **Resolvem,** pactuar nos termos da legislação vigente o 2º Termo de Realinhamento de Preços, mediante cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 020/2017, originada pelo Pregão Presencial com o Sistema de Registro de Preços de nº 026/2017, processado nos autos do Processo Administrativo de Nº 064/2017, conforme requerido pela empresa Posto de Combustível Forte LTDA-ME.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REALINHAMENTO

2.1 - O presente Termo tem como finalidade o Realinhamento para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços nº 020/2017, ficando alterado o seu item 3.2, Cláusula terceira, realinhando somente os preços unitários dos Itens: Item 01 - OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10 e Item 02: OLEO DIESEL COMUM, conforme tabela a seguir:

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS

3.1 - O preço unitário dos itens abaixo descritos vigorará após este realinhamento, com efeitos a partir da assinatura do presente Termo, passará a ser o seguinte, conforme tabela abaixo:

Detentora:

Nome: Posto de Combustível Forte LTDA-ME					
CNPJ Nº: 07.646.667/0001-05					
Endereço: Av. Keller, Quadra 33, Lote 11 e 12, s/nº, Centro					
Cidade/Estado: Rondolândia/MT			CEP: 78.338-000		
Telefone: (66) 98433- 3076			E-mail: tai-araferreira@hotmail.com		
Representante Legal: Marciano Soares Guimarães / CPF Nº: 883.982.342-53					
Item	**Código TCE**	**UND**	**Descrição**	**Marca**	**Vlr Unt.**
01	399877-0	LT	OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10	Br	R$ 3,96
02	50028-3	LT	OLEO DIESEL COMUM	Br	R$ 3,87

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 - O presente Termo de Realinhamento de Preços encontra-se amparo legal no artigo 65, inciso II, ‘d’, da Lei nº 8.666/93, no item 19 da Minuta do Edital, bem como, no item 10 da Ata de Registro de Preços, respectivamente, no Item 10.1 Cláusula Décima. Como também embasado no conteúdo dos documentos juntado aos autos do processo Administrativo de nº 261/2017 apenso ao Processo Administrativo de nº 064/2017. Portanto, entre os instrumentos existentes para a recomposição da equação econômico-financeira, o presente caso trata-se de revisão ou realinhamento de preços, em que a modificação decorre de alteração extraordinária nos preços, desvinculada de circunstâncias meramente inflacionárias.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

5.1 - Permanecem em vigor e aqui ratificadas as demais regras, especificações, cláusulas e condições constantes na Ata de Registro de Preços nº 020/2017, assinada entre as partes as quais não tenham sido expressamente modificadas por este Instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes. Portanto, com a modificação ora ajustada, fica este Termo de Realinhamento de preço como parte integrante da Ata original para todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA SEXTA – DA JUSTIFICATIVA

6.1 - Justifica o presente realinhamento de preços o requerimento encaminhado pela Empresa, acompanhado de notas fiscais da própria distribuidora, demonstrando o aumento significativo dos preços dos combustíveis na base de custo na sua composição. Ademais, comprova-se por pesquisa realizada que, de fato, o preço solicitado encontra-se dentro do valor atual praticado pelo mercado local. Percebemos então que o aumento causou desequilíbrio no valor acertado inicialmente gerando a necessidade de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 - O presente termo entra em vigor na data da sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

E assim, para firmeza e validade do que aqui foi acordado, lavrou-se o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vai devidamente assinado pelas partes Contratantes.

Rondolândia- MT, 18 de Maio de 2018.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

Posto de Combustível Forte LTDA-ME

CNPJ: 07.646.667/0001-05

Marciano Soares Guimarães

CPF: 883.982.342-53

1º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS PARA O REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 043/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 121/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 063/2017 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72 e a empresa: Posto de Combustível Forte LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o n° 07.646.667/0001-05, instalada e localizada na Av. Keller, Quadra 33, Lote 11 e 12, s/nº, Bairro Centro, na cidade de Rondolândia/MT, representada neste ato pelo seu sócio proprietário Srº Marciano Soares Guimarães, portador do CPF nº 883.982.342-53 e do RG nº 000947805 SSP/RO, **Resolvem,** pactuar nos termos da legislação vigente o 2º Termo de Realinhamento de Preços, mediante cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 020/2017, originada pelo Pregão Presencial com o Sistema de Registro de Preços de nº 026/2017, processado nos autos do Processo Administrativo de Nº 064/2017, conforme requerido pela empresa Posto de Combustível Forte LTDA-ME.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REALINHAMENTO

2.1 - O presente Termo tem como finalidade o Realinhamento para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços nº 043/2017, ficando alterado o seu item 3.2, Cláusula terceira, realinhando os preços unitários dos Itens: Item 01 - Combustível Gasolina Comum, Item 02: Óleo Combustível – Diesel S10 e Item 03: **Óleo** Diesel Comum, conforme tabela a seguir:

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS

3.1 - O preço unitário dos itens abaixo descritos vigorará após este realinhamento, com efeitos a partir da assinatura do presente Termo, passará a ser o seguinte, conforme tabela abaixo:

Detentora:

Nome: Posto de Combustível Forte LTDA-ME					
CNPJ Nº: 07.646.667/0001-05					
Endereço: Av. Keller, Quadra 33, Lote 11 e 12, s/nº, Centro					
Cidade/Estado: Rondolândia/MT			CEP: 78.338-000		
Telefone: (66) 98433- 3076			E-mail: tai-araferreira@hotmail.com		
Representante Legal: Marciano Soares Guimarães / CPF Nº: 883.982.342-53					
Item	**Código TCE**	**UND**	**Descrição**	**Marca**	**Vlr Unt.**
01	142931-0	LTS	COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM	BR	R$ 4,49
02	0000758	LTS	**OLEO COMBUSTIVEL – DÍESEL S10**	BR	R$ 3,96
03	50028-3	LTS	**OLEO DÍESEL COMUM**	BR	R$ 3,87

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 - O presente Termo de Realinhamento de Preços encontra-se amparo legal no artigo 65, inciso II, 'd', da Lei nº 8.666/93, no item 21 da Minuta do Edital, bem como, no item 10 da Ata de Registro de Preços, respectivamente, no Item 10.1 Cláusula Décima. Como também embasado no conteúdo dos documentos juntado aos autos do processo Administrativo de nº 163/2018 apenso ao Processo Administrativo de nº 121/2017. Portanto, entre os instrumentos existentes para a recomposição da equação econômico-financeira, o presente caso trata-se de revisão ou realinhamento de preços, em que a modificação decorre de alteração extraordinária nos preços, desvinculada de circunstâncias meramente inflacionárias.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

5.1 - Permanecem em vigor e aqui ratificadas as demais regras, especificações, cláusulas e condições constantes na Ata de Registro de Preços nº 043/2017, assinada entre as partes as quais não tenham sido expressamente modificadas por este Instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes. Portanto, com a modificação ora ajustada, fica este Termo de Realinhamento de preço como parte integrante da Ata original para todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA SEXTA – DA JUSTIFICATIVA

6.1 - Justifica o presente realinhamento de preços o requerimento encaminhado pela Empresa, acompanhado de notas fiscais da própria distribuidora, demonstrando o aumento significativo dos preços dos combustíveis na base de custo na sua composição. Ademais, comprova-se por pesquisa realizada que, de fato, o preço solicitado encontra-se dentro do valor atual praticado pelo mercado local. Percebemos então que o aumento causou desequilíbrio no valor acertado inicialmente gerando a necessidade de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 - O presente termo entra em vigor na data da sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

E assim, para firmeza e validade do que aqui foi acordado, lavrou-se o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vai devidamente assinado pelas partes Contratantes.

Rondolândia- MT, 18 de Maio de 2018.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

Posto de Combustível Forte LTDA-ME

CNPJ: 07.646.667/0001-05

Marciano Soares Guimarães

CPF: 883.982.342-53

CHEFE DE GABINETE
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº004/GAB/2018.

Proc. Adm. nº 163/2018/GABINETE, DE 15/05/2018.

INTERESSADO: AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEIS FORTE

: Departamento de Licitações - Gabinete do Prefeito.

Ref.: Requerimento da empresa POSTO DE COMBUSTIVEIS FORTE LTDA-EPP pleiteado a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de fornecimento de combustíveis pactuado através da Ata de Registro de Preços nº 043/2017.

Contratado : POSTO DE COMBUSTIVEIS FORTE LTDA-EPP, CNPJ Nº 07.646.667/0001-05.

Contrato : ARP nº 043/2017

Objeto da Ata: Fornecimento de combustíveis

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, em exercício, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes, e,

Considerando que a empresa aludida é fornecedora dos produtos ao Município em decorrência da ARP nº 043/2017;

Considerando o requerimento da fornecedora acostados de folhas nos autos do processo administrativo, onde justifica e demonstra a necessidade da concessão do direito de realinhamento do preço do litro do diesel S10, diesel Comum e gasolina comum, relativo ao saldo remanescente da ARP;

Considerando os estudos técnicos trazidos pelo Diretor do Departamento de licitação evidenciando que de fato, o evento do desequilíbrio econômico financeiro do contrato restou confirmado, com o qual comunga a opinião da Procuradoria Jurídica;

DECIDO:

1) Sintonizado com o disposto no ART. 65, II, ALINEA “d” da Lei nº 8. 666/93 C/C Clausula décima da ARP nº 43/2017, autorizo a concessão do realinhamento dos preços dos combustíveis, restabelecendo a equação econômico-financeira do contrato, sobre o saldo remanescente dos objetos da ARP fornecido por POSTO DE COMBUSTIVEIS FORTE LTDA-EPP, CNPJ Nº 07.646.667/0001-05, conforme abaixo descrito:

Item	Descrição	Vlr – R$ - litro
01	Combustível gasolina comum	4,49
01	Óleo combustível – diesel S10	3,96
02	Óleo combustível – diesel Comum	3,87

2) Arremeta os presentes autos de processo administrativo para o Departamento de Licitações para que promova a alteração da ARP nº 43/2017 quanto aos novos preços e leve a publicação no D.O.E - AMM.

Rondolândia-MT, 18 de maio de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº003/GAB/2018.

Proc. Adm. nº 162/2018/GABINETE, DE 15/05/2018.

INTERESSADO: AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEIS FORTE

: Departamento de Licitações - Gabinete do Prefeito.

Ref.: Requerimento da empresa POSTO DE COMBUSTIVEIS FORTE LTDA-EPP pleiteado a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de fornecimento de combustíveis pactuado através da Ata de Registro de Preços nº 0203/2017 e 1º Termo de Realimento de Preços.

Contratado : POSTO DE COMBUSTIVEIS FORTE LTDA-EPP, CNPJ Nº 07.646.667/0001-05.

Contrato : ARP nº 0203/2017 e 1º Termo de Realimento de Preços.

Objeto da Ata: Fornecimento de combustíveis

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, em exercício, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes, e,

Considerando que a empresa aludida é fornecedora dos produtos ao Município em decorrência da ARP nº 020/2017 alterada pelo 1º Termo de Realimento de Preços de 9/11/2017;

Considerando o requerimento da fornecedora acostados de folhas nos autos do processo administrativo, onde justifica e demonstra a necessidade da concessão do direito de realinhamento do preço do litro do diesel S10, diesel Comum, relativo ao saldo remanescente da ARP;

Considerando os estudos técnicos trazidos pelo Diretor do Departamento de licitação evidenciando que de fato, o evento do desequilíbrio econômico financeiro do contrato restou confirmado, com o qual comunga a opinião da Procuradoria Jurídica;

DECIDO:

1) Sintonizado com o disposto no ART. 65, II, alínea “d” da Lei nº 8. 666/93 C/C Clausula décima da ARP nº 20/2017 Cláusula Quarta do 1º Termo de Realimento de Preços de 9/11/2017, autorizo a concessão do realinhamento dos preços dos combustíveis, restabelecendo a equação econômico-financeira do contrato, sobre o saldo remanescente dos objetos da ARP fornecido por POSTO DE COMBUSTIVEIS FORTE LTDA-EPP, CNPJ Nº 07.646.667/0001-05, conforme abaixo descrito:

Item	Descrição	Vlr – R$ - litro
01	Óleo combustível – diesel S10	3,96
02	Óleo combustível – diesel Comum	3,87

2) Arremeta os presentes autos de processo administrativo para o Departamento de Licitações para que promova a alteração da ARP nº 20/2017 e 1º Termo de Realimento de Preços de 9/11/2017, quanto aos novos preços e leve a publicação no D.O.E - AMM.

Rondolândia-MT, 18 de maio de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CONTÁBIL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Rondolandia, Estado de Mato Grosso, Srº Aguinaldo Rodrigues Carvalho, invocando o principio da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no artigo 48 e

no seu Parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000; torna público a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia **30/05/2018**, com início as 15h00min no plenário da câmara municipal de Rondolandia, com o objeto de apresentação do RGF Primeiro Quadrimestre de 2018 e o RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária) do Primeiro e Segundo Bimestre de 2018.

Atendendo aos princípios da administração pública, com sagrados em textos legais, fazemos o chamamento público para participar desta audiência.

Prefeitura Municipal de Rondolandia-MT, 22 de Maio de 2018.

AGUINALDO RODRIGUES CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 016/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 031/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2018 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR**os preços da empresa Covan – Comércio Varejista e Atacadista do Norte LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 02.475.985/0001-37, instalada e localizada na Avenida Dom Pedro I, nº 2.678, Bairro Setor 05, na cidade de Jaru/RO, representada neste ato pelo seu proprietário Srº Paulo Pedro Stocco, portador do CPF nº 043.306.728-47 e do RG nº 11.954.605-X SSP/SP, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 021/2018 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 118/2006 de 11/09/2006 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para Futura e Eventual **Aquisição de medicamentos da farmácia básica, uso hospitalar e material penso de uso hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde** conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 – A empresa Contratada deverá fornecer os produtos, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 021/2018.

2.2 – O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 021/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 – Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: Covan – Comércio Varejista e Atacadista do Norte LTDA	
CNPJ Nº: 02.475.985/0001-37	
Endereço: Avenida Dom Pedro I, nº 2.678, Bairro Setor 05	
Cidade/Estado: Jaru/RO	CEP: 76890-000
Telefone: (69) 3521-5181	E-mail: covan-@hotmail.com
Representante Legal: Paulo Pedro Stocco	
CPF Nº: 043.306.728-47	

3.2 – O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quant.	Descrição	Marca	Vlr Unt.	Vlr Total
01	306593-6	COMP	7.000	ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO	Prati	R$ 0,60	R$ 4.200,00
03	0271089-2	COMP	75.000	AMOXICILINA 500 MG COMP	Prati	R$ 0,27	R$ 20.250,00
04	157905-3	FRAS	3.500	AMOXICILINA SUSPENSAO 250 ML 60 ML FRASCO	Prati	R$ 6,50	R$ 22.750,00
07	306902-8	COMP	30.000	CEFALEXINA 500 MG COMP	ABL	R$ 0,58	R$ 17.400,00
08	314057-1	COMP	50.000	CETOCONAZOL 200 MG COMP	Prati	R$ 0,21	R$ 10.500,00
09	267627	COMP	15.000	CIMETIDINA 200 MG - COMPRIMIDO	Prati	R$ 0,21	R$ 3.150,00
10	307045-0	BISN	10.000	DEXAMETASONA DOSAGEM 2% BISNAGA COM 10 G VIA TÓPICA	Prati	R$ 1,49	R$ 14.900,00
13	307120-0	COMP	50.000	DIPIRONA 500 MG COMP	Prati	R$ 0,10	R$ 5.000,00
16	316678-0	COMP	60.000	FUROSEMIDA 40 MG COMP	Prati	R$ 0,05	R$ 3.000,00
17	316894-8	COMP	50.000	GLIBENCLAMIDA 5 MG COMP	Geolab	R$ 0,06	R$ 3.000,00
18	234973-6	COMP	20.000	LORATADINA 10 MG - COMP	Geolab	R$ 0,13	R$ 2.600,00
19	318352-1	COMP	100.000	LOSARTANA, POTASSICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMNISTRACAO ORAL	Prati	R$ 0,07	R$ 7.000,00

20	18351-2	COMP	60.000	METFORMINA 850 MG COMP	Prati	R$ 0,09	R$ 5.400,00
21	320291-7	BISN	2.000	MICONAZOL, NITRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/G, FORMA FARMACEUTICA CREME VAGINAL, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA,VIA DE ADMINISTRACAO VAGINAL	Prati	R$ 7,90	R$ 15.800,00
24	14355-3	UND	1.000	SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL ATOXICA FLEXIVEL TRANSPARENTE, PARA URETRAL, NUMERO 12, SILICONIZADA, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A COMBINADO COM O ART.31 DA LEI 8078/90	Markmed	R$ 0,74	R$ 740,00
25	319844-8	COMP	50.000	PROPRANOLOL 40 MG	Prati	R$ 0,05	R$ 2.500,00
26	101838-8	COMP	25.000	ATENOLOL COMPRIMIDO 25 MG	Prati	R$ 0,05	R$ 1.250,00
27	310882-1	COMP	30.000	CAPTOPRIL 50 MG	Prati	R$ 0,07	R$ 2.100,00
28	316138-2	COMP	30.000	ENALAPRIL, MALEATO DE 10 MG	Sanval	R$ 0,06	R$ 1.800,00
29	322588-2	COMP	30.000	ENALAPRIL, MALEATO DE 20 MG COMPRIMIDO	Sanval	R$ 0,07	R$ 2.100,00
30	318045-0	COMP	10.000	IVERMECTINA COMPRIMIDO 6MG	Vitamedic	R$ 0,35	R$ 3.500,00
31	319620-8	FRAS	5.000	PREDNISOLONA ACETADO XAROPE 3 MG/ML SOLUÇÃO FRASCO 100ML	Prati	R$ 8,40	R$ 42.000,00
32	319618-6	COMP	800	PREDNISONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	Sanval	R$ 0,35	R$ 280,00
33	320669-6	FRAS	2.500	SULFATO FERROSO 25MG/ML	Hipolabor	R$ 1,55	R$ 3.875,00
36	306534-0	COMP	20.000	ACIDO FOLICO 5 MG	Hipolabor	R$ 0,07	R$ 1.400,00
37	310660-8	AMP	2.000	CIMETIDINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	Hypofarma	R$ 1,10	R$ 2.200,00
38	308276-8	COMP	30.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO 500 MG	Prati	R$ 0,30	R$ 9.000,00
40	305442-0	FRAS	30.000	DIPIRONA SÓDICA SOLUÇÃO ORAL 500MG/ML FRASCO 10 ML	Sobral	R$ 0,76	R$ 22.800,00
46	308054-4	AMP	16.000	ACIDO ASCORBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL	Hypofarma	R$ 0,99	R$ 15.840,00
48	262133-9	FRAS	4.000	ALBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 40 MG/ML FRASCO 10 ML	Prati	R$ 1,80	R$ 7.200,00
49	319986-0	FRAS	5.000	ACEBROFILINA XAROPE INFANTIL 25 MG/5ML FRASCO 120 ML	Prati	R$ 5,10	R$ 25.500,00
58	306861-7	COMP	60.000	CAPTOPRIL 25 MG	Prati	R$ 0,04	R$ 2.400,00
63	270904-0	BISN	600	COLAGENASE POMADA, CONCENTRAÇÃO 0,6 UI/G BISNAGA 30 G	Cristália	R$ 19,50	R$ 11.700,00
64	48417-2	FRAS	10.000	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO XAROPE 2 MG/5 ML FRASCO 100 ML	Prati	R$ 2,15	R$ 21.500,00
66	307062-0	COMP	30.000	DICLOFENACO SAL SÓDICO COMPRIMIDO 50 MG	Prati	R$ 0,06	R$ 1.800,00
69	289349-5	FRAS	2.500	HIDROXIDO DE ALUMINIO ASSOCIADO COM HIDROXIDO DE MAGNÉSIO E OXETACAINA, DOSAGEM 60 MG/ML+20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	Sobral	R$ 4,00	R$ 10.000,00
71	320189-9	COMP	50.000	IBUPROFENO COMPRIMIDO 600 MG	Prati	R$ 0,23	R$ 11.500,00
73	324644-3	COMP	40.000	METILDOPA 250 MG	Sanval	R$ 0,35	R$ 14.000,00
76	153321-5	COMP	4.000	METRONIDAZOL 250 MG	Prati	R$ 0,18	R$ 720,00
77	338591	BISN	2.000	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 100 MG/G (10%) BISNAGA 50 G	Prati	R$ 7,35	R$ 14.700,00
78	316952-9	BISN	8.000	NEOMICINA + BACITRACINA - POMADA 5 MG/G + 250 UI/G	Sobral	R$ 1,95	R$ 15.600,00
80	318296-7	FRAS	3.000	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	Vitamedic	R$ 2,17	R$ 6.510,00
82	235333-4	COMP	80.000	PARACETAMOL 500 MG	Prati	R$ 0,08	R$ 6.400,00
83	319704-2	FRAS	15.000	PARACETAMOL GOTAS 200 MG/ML FRASCO 10 ML	Sobral	R$ 1,03	R$ 15.450,00
84	48700-7	COMP	30.000	PREDNISONA COMPRIMIDO 5 MG	Cristália	R$ 0,15	R$ 4.500,00
87	71017-2	BISN	2.000	SULFADIAZINA DE PRATA 1 % INDICAÇÃO CREME / BISNAGA 50G	Prati	R$ 5,62	R$ 11.240,00
88	306717-3	AMP	3.000	AMIODARONA, 50 MG/ML CLORIDRATO - CONCENTRACAO FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	Hipolabor	R$ 2,65	R$ 7.950,00
89	308288-1	AMP	20.000	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	Hipolabor	R$ 1,60	R$ 32.000,00
94	308569-4	AMP	5.000	RANITIDINA AMPOLA DE 50MG / 2ML INJETAVEL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	Hypofarma	R$ 0,82	R$ 4.100,00
96	308636-4	AMP	2.000	SALBUTAMOL SULFATO DOSAGEM0,5 MG/ML INJETAVEL 1ML	Hipolabor	R$ 2,30	R$ 4.600,00
97	309746-3	COMP	15.000	ALOPURINOL COMPRIMIDO 100 MG	Prati	R$ 0,08	R$ 1.200,00
98	306741-6	COMP	15.000	AMPICILINA CAPSULA OU COMPRIMIDO 500 MG	Prati	R$ 0,33	R$ 4.950,00
100	314981-1	FRAS	800	BROMIDRATO FENOTEROL DOSAGEM GOTAS P/ INALAÇÃO	Prati	R$ 4,10	R$ 3.280,00

106	314981-1	FRAS	1.000	IPRATROPIO BROMETO 0,25 SOLUÇÃO INALAÇÃO FRASCO 10 ML	Prati	R$ 1,91	R$ 1. 910,00
107	308872-3	FRAS	500	LACTULOSE XAROPE 667 MG/ML FRASCO 120 ML	União Quimica	R$ 11,35	R$ 5. 675,00
109	308298-9	BISN	150	LIDOCAINA CLORIDRATO DOSAGEM 2% GELÉIA FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA + APLICADOR,VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	Cristália	R$ 8,95	R$ 1. 342,50
110	318356-4	COMP	50. 000	MEBENDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	Sobral	R$ 0,08	R$ 4. 000,00
111	318359-9	FRAS	4.000	MEBENDAZOL 20 MG/ML FRASCO 30 ML SOLUÇÃO ORAL	Sobral	R$ 2,00	R$ 8. 000,00
114	396291-1	FRAS	5.000	DEXAMETASONA ELIXIR DOSAGEM 0,1MG/ML FRASCO VIA ORAL	Sobral	R$ 1,94	R$ 9. 700,00
117	0006170	AMP	3.000	FERRIPOLIMALTOSE - (NORIPURUM) CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 5ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL EV CAIXA COM 5 AMPOLAS	Uniao Quim/Claris	R$ 10,55	R$ 31. 650,00
118	287903-4	CX	50	DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP - N.24,PARA PUNCAO VENOSA PERIFERICA, ESTERIL, ATOXICO, APIROGENICO,TUBO TRANSPARENTE,FLEXIVEL COM PROTETOR ENROSCASDO CAIXA COM 100 UNIDADES	Lamedid	R$ 26,00	R$ 1. 300,00
119	225970-2	PCT	250	TOUCA CIRURGICA DESCARTAVEL - CONFECCIONADA A BASE DE CONFECCIONADA EM FIBRA SINTETICA,DESCARTÁVEL PCT COM 100	Anadona	R$ 9,90	R$ 2. 475,00
120	288835-1	CX	1.000	AGULHA DESCARTAVEL - AGULHA DESCARTAVEL (PARA INSULINA),MEDINDO 25 X 7 CAIXA COM 100 UNIDADES	SR	R$ 9,70	R$ 9. 700,00
121	250334-4	UND	800	ESPARADRAPO ANTIALERGICO - MEDINDO 3M MICROPORE 100MM X 4,5M, COM BOA ADESIVIDADE, EMBALAGEM EM CARRETEL COM CAPA PLASTICA DE, PROTECAO CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA,LOTE, VALIDADE,	Missner	R$ 7,50	R$ 6. 000,00
122	275599-8	CX	30	FIO DE NYLON - FIO MONONYLON INCOLOR Nº 4-0, COM 45 CM DE COMPRIMENTO,COM AGULHA PS-2 PRIME 19 MM, 3/8 TRIANGULAR CAIXA COM 24 UNIDADES	Procare	R$ 47,50	R$ 1. 425,00
124	237835-3	PAR	500	LUVA CIRURGICA ESTERIL - TAMANHO 8,0 M,COM BAIXO TEOR DE PROTEINA DO LATEX,ISENTO DE PO LUBRIFICANTE,FORMATO ANATOMICO,PUNHO LONGO AJUSTAVEL AO ANTEBRACO,APRESENTACAO EM PAR	Supermax	R$ 1,55	R$ 775,00
125	235794-1	PAR	500	LUVA CIRURGICA ESTERIL - TAMANHO 7,5 M, COM BAIXO TEOR DE PROTEINA DO LATEX, ISENTO DE PO LUBRIFICANTE, FORMATO ANATOMICO, PUNHO LONGO AJUSTAVEL AO ANTEBRACO, APRESENTACAO EM PAR	Supermax	R$ 1,55	R$ 775,00
126	287902-6	CX	250	DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP - N.22,PARA PUNCAO VENOSA PERIFERICA, ESTERIL, ATOXICO, APIROGENICO,TUBO TRANSPARENTE,FLEXIVEL COM PROTETOR ENROSCASDO,	Lamedid	R$ 26,00	R$ 6. 500,00
127	305393-8	CX	500	DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP - NUMERO 23,PARA PUNCAO VENOSA PERIFERICA, ESTERIL, ATOXICO, APIROGENICO,TUBO TRANSPARENTE,FLEXIVEL COM PROTETOR ENROSCASDO COM 100 UNIDADES	Lamedid	R$ 26,00	R$ 13. 000,00
128	168921-5	UND	20. 000	SERINGA DESCARTAVEL - EM PLASTICO,ATOXICO,APIROGENICO INTEGRO, TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA UTILIZACAO, CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA, EMBOLO BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO CENTRAL LUER, ESTERIL, SILICONIZADA, COM CAPACIDADE DE 5ML, COM AGULHA 25X7, CONF.NBR-09752,ART.31 L.8078/90 E PORT.N.1/96-M.S	SR	R$ 0,26	R$ 5. 200,00
130	226166-9	UND	5.000	EQUIPO PARA SORO MACROGOTAS - PARA ADMINISTRACAO DE SOLUCOES PARENTERAIS, CONSTITUIDO DE PONTA PERFURANTE PARA AMPOLA PLASTICA, CAMARA MACROGOTAS, TUBO CONECTOR E ADAPTADOR LUER E ´PINCA ROLETE DE ALTA PRECISAO	Lamedid	R$ 1,35	R$ 6. 750,00
133	190242-3	CX	20	FIO DE NYLON - FIO DE NYLON 2-0 COM AGULHA CORT..., COM 2,0 CM (CUTICULAR). CAIXA COM 24 UNIDADES	Procare	R$ 41,50	R$ 830,00
134	21461-2	CX	50	LAMINA DE BISTURI - EM ACO INOXIDAVEL CORTANTE, NUMERO 24, FIO CURVADO NA PONTA, PERFEITA ADAPTACAO AO CABO, ESTERILIZADO A COBALTO 60, DESCARTAVEL, COM PERFEITO ACABAMENTO SEM SINAIS DE OXIDACAO E SEM REBARBAS, O PRODUTO DEVERA SER ENTREGUE COM LAUDO QUE COMPROVE SUA ESTERILIDADE CAIXA COM 50 UNIDADES	Lamedid	R$ 33,70	R$ 1. 685,00
135	167853-1	CX	20	LAMINA DE BISTURI - EM ACO INOXIDAVEL CORTANTE, NUMERO 22, ESTERIL, COM PERFEITO ACABAMENTO SEM SINAIS DE OXIDACAO, SEM REBARBAS, O PRODUTO DEVERA SER ENTREGUE COM LAUDO QUE COMPROVE SUA ESTERILIDADE CAIXA COM 50 UNIDADES	Lamedid	R$ 34,00	R$ 680,00
136	187903-0	UND	30. 000	SERINGA DESCARTAVEL - EM PLASTICO,ATOXICO,APIROGENICO INTEGRO E TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA UTILIZACAO, CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA, EMBOLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO CENTRAL ROSQUEADO, ESTERIL, SILICONIZADA, COM CAPACIDADE DE 10ML, COM AGULHA, EMBALADA EM CARTELA	SR	R$ 0,48	R$ 14. 400,00
137	201765-2	UND	50. 000	SERINGA PARA INSULINA - SERINGA PARA INSULINA MEDINDO 13 X 3,3, DE 12,7 MM X 0,33 , 100 UNIDADES P/1 ML.	Solidor	R$ 0,40	R$ 20. 000,00
138	192902-0	UND	2.000	SONDA URETRAL - N.12 , ESTERIL, EM MATERIAL SILICONIZADO ,MALEAVEL, UNICO ORIFICIO DISTAL TERMINAL , CONEXAO UNIVERSAL, TRANSPARENTE INCOLOR., EMBALAGEM EM PAPEL GRAU CIRURGICO OU FILMETERMOPLASTICO QUE PERMITA ABERTURA ASSEPTICA,, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCICA,TIPO DE ESTERILIZACAO,LOTE,VAL. E REG. NO MS.	Markmed	R$ 0,84	R$ 1. 680,00
139	194167-4	UND	1.000	SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL, ATOXICA, TRANSPARENTE, FLEXIVEL, PARA SONDAGEM URETRAL, NUMERO 10, SILICONIZADA, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEI N.8078/90 ART.31	Markmed	R$ 0,92	R$ 920,00
140	124101-0	CX	250	LUVA HIPOALERGENICA DE LATEX - EM LATEX, NA COR BRANCA, NO TAMANHO GRANDE, EMBALADO EM CAIXA COM 100 UNIDADES	Descarpack	R$ 28,00	R$ 7. 000,00
141	309064-7	UND	5.000	RINGER + LACTATO DE SODIO - FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, BOLSA OU FRASCO 500ML (SISTEMA FECHADO),VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	J.P	R$ 4,60	R$ 23. 000,00
142	176521-3	RL	500	ALGODAO HIDROFILO - NA COR BRANCA, MACIO, ISENTO DE IMPUREZAS, INODORO, EM FORMA DE ROLO, APRESENTANDO CAMADAS SOBREPOSTAS, COM APROXIMADAMENTE 20CM DE LARGURA X 1,70M DE COMPRIMENTO,	Farol	R$ 14,23	R$ 7. 115,00
143	246452-7	UND	50	ESCOVA CIRURGICA - COMPOSTO DE ESTÉRIL, COMPOSTA DE HASTE PLASTICA FLEXÍVEL COM ESPUMA DE POLIURETANO, SEM SOLUÇÃO DE PVPI, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77, ART. 31 LEI 8.078/90, PORT.CONJ. Nº 01/23. 01.96 DO MINIST. DA SAÚDE.	Rioquimica	R$ 4,65	R$ 232,50
145	0000911	CX	20	FIO DE SUTURA NYLON - POLIAMIDA MONOFILAMENTAR 3-0, INABSORVIVEL, 45CM DE COMPRIMENTO, AGULHA 3/8 CIRCULO CORTANTE DE 4 CM, INVOLUCRO INTERNO, CAIXA COM 24 UNIDADES	Shalon	R$ 51,00	R$ 1. 020,00
146	103415-4	UND	15	VALVULA REGULADORA DE PRESSAO - PARA CILINDRO DE GAS MEDICINAL, DE OXIDO NITROSO, CORPO DE LATAO CROMADO, CONEXOES DE ENTRADA SEGUNDO ABNT E SAIDA DISS ABNT, MANOMETRO ENTRADA TIPO BOURDON COM ESCALA DE 0-100KGF/CM2, PRESSAO REGULAVEL DE SAIDA DE CALIB DE3,5KGF/	Unitec	R$ 251,00	R$ 3. 765,00

				CM2,VAZAO 13 L/MIN, COM VALVULA DE ALIVIO CALIBRADA PARA 06KGF/CM2, COM FILTRO RETENCAO DE PARTICULA, VAZAO DE 13 LITROS/MIN., COM 01, INCLUI: GARANTIA DE 01 ANO			
147	307001-8	UND	1.000	CLORETO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,9%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO BOLSA 1000ML (SISTEMA FECHADO),VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	J.P	R$ 5,25	R$ 5.250,00
148	308132-0	UND	1.000	GLICOSE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO BOLSA 100ML (SISTEMA FECHADO),VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	J.P	R$ 3,30	R$ 3.300,00
149	308129-0	UND	5.000	GLICOSE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO BOLSA 250ML(SISTEMA FECHADO),VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	J.P	R$ 3,45	R$ 17.250,00
150	308133-8	UND	3.000	GLICOSE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO BOLSA 500ML (SISTEMA FECHADO),VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	J.P	R$ 4,38	R$ 13.140,00
151	308148-6	UND	2.000	GLICOSE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO BOLSA 1.000ML (SISTEMA FECHADO),VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	J.P	R$ 6,60	R$ 13.200,00
152	31515-0	RL	100	PAPEL GRAU CIRURGICO - RESISTENTE A ESTERILIZACAO E AO MANUSEIO, ATOXICO, COM PREGA DUPLA FACE SENDO UMA EM PAPEL GRAU CIRURGICO, DESCARTAVEL, MEDINDO 200MMX100M GRAMATURA APROX 70G/M2	Hosplex	R$ 98,00	R$ 9.800,00
153	39170-0	CX	20	SONDA FOLEY - EM SILICONE, SILICONIZADA, ESTERIL, COM BALAO DE 10 ML, COM 2 VIAS, NUMERO DO CALIBRE ESTAMPADO EM LOCAL VISIVEL CALIBRE 16, O PRODUTO DEVERA SER ENTREGUE COM LAUDO ANALITICO QUE COMPROVE SUA ESTERILIDADE CAIXA COM 10 UNIDADES	Solidor	R$ 43,40	R$ 868,00
155	17687-7	CX	10	SONDA FOLEY - EM BORRACHA NATURAL, SILICONIZADA, ESTERIL, COM BALAO DE ATE 30 ML, COM 2 VIAS, NUMERO DO CALIBRE ESTAMPADO EM LOCAL VISIVEL CALIBRE 12, O PRODUTO DEVERA SER ENTREGUE COM LAUDO ANALITICO QUE COMPROVE SUA ESTERILIDADE	Solidor	R$ 43,10	R$ 431,00
156	17688-5	CX	10	SONDA FOLEY - EM BORRACHA NATURAL, SILICONIZADA, ESTERIL, COM BALAO DE ATE 30 ML, COM 2 VIAS, NUMERO DO CALIBRE ESTAMPADO EM LOCAL VISIVEL CALIBRE 14, O PRODUTO DEVERA SER ENTREGUE COM LAUDO ANALITICO QUE COMPROVE SUA ESTERILIDADE CAIXA COM 10 UNIDADES	Solidor	R$ 43,00	R$ 430,00
157	25408-8	UND	200	FITA INDICADORA - EM PAPEL CREPADO, ADESIVA, PARA AUTOCLAVE, NA MEDIDA DE 19MM X 30M, ACONDICIONADO EM ROLO COM 30 METROS	Missner	R$ 6,80	R$ 1.360,00
160	306820-0	AMP	1.000	BICARBONATO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 8,4%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO (SISTEMA FECHADO),VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	Samtec	R$ 0,92	R$ 920,00
161	306922-2	FRAS	5.000	CEFTRIAXONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 G,F ORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 250 MG FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR	ABL	R$ 9,55	R$ 47.750,00
163	307000-0	UND	10.000	CLORETO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,9%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO BOLSA 100ML (SISTEMA FECHADO),VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	J.P	R$ 2,99	R$ 29.900,00
164	0000941	AMP	10.000	COMPLEXO MULTIVITAMINICO - SOLUCAO INJETAVEL, ADULTO, AMPOLA B COM 2ML, INJETAVEL	Hypofarma	R$ 1,12	R$ 11.200,00
165	307123-5	AMP	20.000	DIPIRONA 1G SOL. INJETAVEL AMP.2 ML (500 MG/ML) AMPOLA	Santisa	R$ 0,69	R$ 13.800,00
166	308825-1	AMP	6.000	FUROSEMIDA 20MG SOL. INJETAVEL AMP.2 ML (10MG/ML) AMPOLA	Hypofarma	R$ 0,65	R$ 3.900,00
167	308106-0	FRAS	8.000	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	Uniao Quimica	R$ 7,36	R$ 58.880,00
171	308146-0	AMP	20.000	GLICOSE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	Samtec	R$ 0,34	R$ 6.800,00
173	308105-2	FRAS	8.000	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	Uniao Quimica	R$ 4,82	R$ 38.560,00
174	316790-9	AMP	15.000	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	Isofarma	R$ 0,45	R$ 6.750,00
176	268160	FRAS	3.000	OMEPRAZOL 40 MG/AMP.	Uniao Quimica	R$ 8,95	R$ 26.850,00
177	319669-0	COMP	15.000	PROMETAZINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	Cristália	R$ 0,17	R$ 2.550,00
178	318350-1	AMP	1.000	SULFATO DE MAGNESIO COMPOSIÇÃO 100 MG SOL INJETAVEL	Samtec	R$ 0,50	R$ 500,00
179	0002234	AMP	2.000	CLORETO DE POTASSIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 19,1 %, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 10 ML	Samtec	R$ 0,40	R$ 800,00
183	199833-1	CX	1.000	AGULHA DESCARTAVEL - AGULHA DESCARTAVEL (PARA INSULINA), MEDINDO 13 X 4,5 CM. CAIXA COM 100 UNIDADES	SR	R$ 10,75	R$ 10.750,00
184	199835-8	CX	500	AGULHA DESCARTAVEL - AGULHA DESCARTAVEL (PARA INSULINA), MEDINDO 40 X 12,0 CM CAIXA COM 100 UNIDADES.	Solidor	R$ 11,90	R$ 5.950,00
185	13579-8	PCT	2.500	ATADURA DE CREPE - EM ALGODAO 13 FIOS POR CENTIMETRO QUADRADO, ESTERIL, COM DIMENSAO DE (20 CMX4,5M),	Mb têxtil	R$ 16,00	R$ 40.000,00
186	410769-1	UND	500	BOLSA - TIPO COLETORA DESCARTAVEL SISTEMA FECHADO PARA ARMAZENAGEM E DESCARTE DE LIQUIDOS CORPOREOS,CONFECCIONADA EM POLIETILENO,CONTENDO VALVULA DE DIAFRAGMA UNIDIRECIONAL ANTI-REFLUXO E VALVULA HIDROFOBICA ANTI-TRANSBORDAMENTO, ACOMPANHADA DE EXTENSAO ESTERIL EM PVC COM 2,00M DE COMPRIMENTO, DESCARTAVEL E COM OBTURADOR, ACOMPANHADA DE SACO VERMELHO PARA DESCARTE,MEDINDO 14,00 X 18,50CM,COM CAPACIDADE DE 1000ML COM LACRE,EMBALAGEM INDIVIDUAL E DESCARTAVEL,	Solidor	R$ 5,25	R$ 2.625,00
187	306907-9	FRAS	4.000	CEFALOTINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 G,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	ABL	R$ 3,10	R$ 12.400,00
194	306996-6	UND	10.000	CLORETO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,9%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO BOLSA 250ML (SISTEMA FECHADO),VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	J.P	R$ 3,45	R$ 34.500,00

195	154830-1	FRAS	100	DETERGENTE ENZIMATICO A BASE DE AMILASE GALÃO 3,8L	Rioquimica	R$ 170,00	R$ 17. 000,00
196	225827-7	UND	500	ESPECULO - ESPECULO DESCARTÁVEL TAMANHO MÉDIO	Adlin	R$ 1,25	R$ 625,00
197	225829-3	UND	100	ESPECULO - DESCARTAVEL TAMANHO GRANDE	Adlin	R$ 1,52	R$ 152,00
198	225826-9	UND	100	ESPECULO-ESPECULO DESCARTAVEL TAMANHO PEQUENO	Adlin	R$ 1,10	R$ 110,00
199	310810-4	AMP	2.500	CLORETO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	Samtec	R$ 0,33	R$ 825,00
200	331299-2	AMP	15. 000	DICLOFENACO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO DE CRONO LIBERACAO REGULADA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	Hypofarma	R$ 1,20	R$ 18. 000,00
202	316636-8	AMP	1.000	FITOMENADIONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR	Cristália	R$ 1,75	R$ 1. 750,00
203	316818-2	AMP	5.000	GENTAMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	Hypofarma	R$ 1,07	R$ 5. 350,00
207	308617-8	FRAS	3.000	TENOXICAM CONCENTRAÇÃO DOSAGEM DE 40 MGINJETAVEL	União Química	R$ 7,75	R$ 23. 250,00
210	307845-0	FRAS	10. 000	LIDOCAINA 2% SEM VASO RECONSTRUTOR FRASCO, INJETÁVEL 20 ML	Hipolabor	R$ 4,00	R$ 40. 000,00
212	30707-6	PCT	2.500	ATADURA DE CREPE - EM ALGODAO COM 13 FIOS POR CENTIMETRO QUADRADO, COM DIMENSAO DE (15CMX1,8M), COM 12 UNIDADES	Mb Textil	R$ 13,00	R$ 32. 500,00
213	296766-9	PCT	1.500	ATADURA DE CREPE - EM CREPE EM ALGODAO 13 FIOS POR CENTÍMETRO QUADRADO,ESTERIL,COM DIMENSAO DE 10,0CM X 1,80M, COM 12 UNIDADES	Mb Textil	R$ 8,80	R$ 13. 200,00
214	262062-6	UND	3.000	EXTENSOR PARA EQUIPO - COM 2 VIAS,EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETILENO.	Laborimport	R$ 1,10	R$ 3. 300,00
215	124100-1	CX	500	LUVA HIPOALERGENICA DE LATEX - EM LATEX, NA COR BRANCA, NO TAMANHO MEDIO, EMBALADO EM CAIXA COM 100 UNIDADES	Descarpack	R$ 23,40	R$ 11. 700,00
216	124102-8	CX	500	LUVA HIPOALERGENICA DE LATEX - EM LATEX, NA COR BRANCA, NO TAMANHO PEQUENO, EMBALADO EM CAIXA COM 100 UNIDADES	Descarpack	R$ 23,30	R$ 11. 650,00
217	11179-1	UND	3.000	ALCOOL 70%	Santa Cruz	R$ 6,30	R$ 18. 900,00
218	21473-6	CX	50	LAMINA DE BISTURI - EM ACO INOXIDAVEL CORTANTE, NUMERO 15, ESTERIL, COM PERFEITO ACABAMENTO SEM SINAIS DE OXIDACAO,SEM REBARBAS, O PRODUTO DEVERA SER ENTREGUE COM LAUDO QUE COMPROVE SUA ESTERILIDADE CAIXA COM 50 UNIDADES	Lamedid	R$ 33,50	R$ 1. 675,00
219	164176-0	UND	20. 000	SERINGA DESCARTAVEL - EM PLASTICO,ATOXICO,APIROGENICO INTEGRO E TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA UTILIZACAO, CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA, EMBOLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO CENTRAL LUER, ESTERIL, SILICONIZADA, COM CAPACIDADE DE 20 ML, COM AGULHA (25 X 7)MM, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, N. LOTE, DATA DE FABRICACAO, PROCEDENCIA.	SR	R$ 0,61	R$ 12. 200,00
220	267502	COMP	80. 000	ACIDO ACETIL SALICILICO 100 MG	Imec	R$ 0,03	R$ 2. 400,00
221	306999-0	UND	10. 000	CLORETO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,9%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO BOLSA 500ML,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	J.P	R$ 4,50	R$ 45. 000,00
222	419813-1	PAR	300	LUVA CIRURGICA ESTERIL - TAMANHO 8,5 M,COM BAIXO TEOR DE PROTEINA DO LATEX,ISENTO DE PO LUBRIFICANTE,FORMATO ANATOMICO,PUNHO LONGO AJUSTAVEL AO ANTEBRACO,APRESENTACAO EM PAR	Supermax	R$ 1,60	R$ 480,00
224	440413-0	UND	6.000	FRASCO COLETOR, MATERIAL PLASTICO CAPACIDADE 80, COR TRANSPARENTE, CARACTERISTICAS ADICIONAIS, TAMPA ROSQUEAVEL, TIPO TAMPA COM SELO VEDANTE TIPO USO ESTERIL, DESCARTAVEL EMBALAGEM INDIVIDUAL	Cralplast	R$ 0,52	R$ 3. 120,00
226	200669-3	UND	02	CANULA DE METAL PARA TRAQUEOSTOMIA - MEDIA, NUMERO 5,0.	Stylle	R$ 75,95	R$ 151,90
227	46768-5	UND	02	CANULA DE TRAQUEOSTOMIA - METAL, CURTA, CALIBRE N. 03	Stylle	R$ 75,95	R$ 151,90
228	294543-6	UND	02	CANULA DE METAL PARA TRAQUEOSTOMIA - MEDIA,NUMERO 7,0.	Stylle	R$ 75,95	R$ 151,90
229	155316-0	KIT	10	KIT PARA DRENAGEM DE TORAX - COM TUBO PVC, SONDA ACOPLADA, FRASCO COLETOR COM 2000 ML DE CAPACIDADE, COM ROSCA, DRENO CALIBRE N. 30, ESTERIL, APRESENTACAO CONFORME DECRETO LEI 79094/77, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77 ROTULAGEM CONFORME DECRETO LEI 79094/77	Lac-medical	R$ 34,20	R$ 342,00
230	250886-9	UND	50	BRACADEIRA PARA GARROTE PNEUMATICO - TAMANHO ADULTO, PARA PUNCAO DE VEIAS, EM TECIDO EM MATERIAL ELASTICO COM VELCRO	Vacuplast	R$ 9,90	R$ 495,00
231	250887-7	UND	50	BRACADEIRA PARA GARROTE PNEUMATICO - TAMANHO INFANTIL, PARA PUNCAO DE VEIAS, EM TECIDO EM MATERIAL ELASTICO COM VELCRO	Vacuplast	R$ 9,90	R$ 495,00

Não obtivemos sucesso em conseguir adjudicar os Itens: 02, 05/06, 11/12, 14/15, 22/23, 34/35, 39, 41/45, 47, 50/57, 59/62, 65, 67/68, 70, 72, 74/75, 79, 81, 85/86, 90/93, 95, 99, 101/105, 108, 112/113, 115/116, 123, 129, 131/132, 144, 154, 158/159, 162, 168/170, 172, 175, 180/182, 188/193, 201, 204/206, 208/209, 211, 223, 225 e 232, tornando-os itens "fracassados" do certame, ou seja, Itens não adjudicados.

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$ 1.369.028,70 (um milhão e trezentos e sessenta e nove mil e vinte e oito reais e setenta centavos).

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar o fornecimento dos produtos objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 021/2018.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos produtos, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a o fornecimento dos produtos, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 – Fornecer os Produtos em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.15 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

4.16 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da* Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações de fornecimento “AF” para com a entrega e ou fornecimento dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 021/2018.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá as Secretarias Solicitantes, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 11 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2015.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 021/2018, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados "poderão" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea "c" do item 12.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes com a aquisição dos produtos, objeto desta Licitação, serão consignadas no Orçamento de 2018, através do Órgão: *Secretaria Municipal de Saúde*, sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal" e Decreto Municipal de nº 1.149/GAB/PMR de 13/01/2016, que alterou o Parágrafo 2º, do Art. 6º, do Capítulo V do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou produtos registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 021/2018 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 021/2018, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal", concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 22 de Maio de 2018.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

Covan – Comércio Varejista e Atacadista do Norte LTDA

CNPJ: 02.475.985/0001-37

Paulo Pedro Stocco - **Representante Legal**

043.306.728-47

Participantes desta ARP:

_____

Kátia Monteiro

Secretária Municipal de Saúde

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 1.430/GAB/PMR, 22 DE MAIO DE 2018

PODER EXECUTIVO

Homologa a Instrução Normativa do Sistema Financeiro **SFI Nº 01/2018 - VERSÃO 01** que estabelece as rotinas de trabalho e os procedimentos de controle a serem observados por toda administração pública municipal no que concerne aos pagamentos das despesas públicas, com especificação de requisitos para a correta liquidação das despesas, controle de receitas e disponibilidade pelo descumprimento das regras constantes da presente instrução normativa.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito o Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Homologada a Instrução Normativa do Sistema Financeiro **SFI Nº 01/2018 - VERSÃO 01** que estabelece as rotinas de trabalho e os procedimentos de controle a serem observados por toda administração pública municipal no que concerne aos pagamentos das despesas públicas, com especificação de requisitos para a correta liquidação das despesas, controle de receitas e disponibilidade pelo descumprimento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA – SFI N° **001**/2018

Versão: 001/2018

Sistema administrativo: Sistema Financeiro – SFI

Órgão central/responsável: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento – Secretário(a) Municipal de Fazenda

I – FINALIDADE

Estabelecer as rotinas de trabalho e os procedimentos de controle a serem observados por toda administração pública municipal no que concerne aos pagamentos das despesas públicas, com especificação de requisitos para a correta liquidação das despesas, controle de receitas e disponibilidade pelo descumprimento das regras constantes da presente instrução normativa.

II – ABRANGÊNCIA

Abrange a secretaria municipal de fazenda e desenvolvimento, no exercício do seu papel de tesouraria, e todas as unidades administrativas da estrutura organizacional do poder executivo municipal, quando se relacionem ou pratiquem qualquer ato referente ao reconhecimento de obrigações e pagamento da despesa pública.

III – CONCEITOS

Para os fins desta instrução normativa entende-se:

1. Sistema Financeiro-SFI

Unidade da estrutura organizacional – Secretaria Municipal de Fazenda – à qual compete, de acordo com as suas atribuições institucionais, responder pela maior parte das rotinas e procedimentos de controle no que tange aos procedimentos de controle e reconhecimentos e acompanhamento da execução orçamentaria, bem como dos procedimentos relativos ao reconhecimento e pagamento das despesas públicas a que o município de Rondolândia tenha se comprometido no decorrer do exercício financeiro.

Tem como órgão central o departamento especial de contabilidade da secretaria municipal de fazenda e como unidades executoras, todas as unidades da estrutura organizacional quando no exercício de qualquer atividade abrangida pelo SFI.

2. SEMFAZ

Secretaria municipal de fazenda e desenvolvimento.

IV – BASE LEGAL E REGULAMENTAR

Constituição Federal (Art.31):

Lei Complementar n° 101/00 (Lei de responsabilidade Fiscal):

Lei 4320/64 (estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal);

Lei municipal n° 169/07 (Cria o sistema de controle interno no município de Rondolândia)

Decreto n° 932/GAB/PMR/2013 (Regulamente o sistema de controle interno no município de Rondolândia).

Instrução normativa CSI n° 01/2009-versão 02/2013 (Estabelece os procedimentos para elaboração e padronização das instruções normativas-"Norma das normas");

V – DAS RESPONSABILIDADES

1. Do órgão central do sistema administrativo:

Promover a divulgação e implementação da instrução normativa, mantendo-a atualizada;

Orientar as áreas executoras e supervisionar sua aplicação;

Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade responsável pela coordenação do controle interno, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração atualização ou expansão.

1.1 Das unidades executoras:

Atender às solicitações da unidade responsável pela instrução normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização;

Alertar a unidade responsável pela instrução normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

Manter a instrução normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma;

Cumprir fielmente as determinações da instrução normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informação.

VI – PROCEDIMENTOS

CAPITULO I – DO CONTROLE DAS DESPESAS PUBLICAS REALIZADAS E MOVIMENTADAS ATRAVÉS DE INSTITUIÇÃO BANCARIA OFICIAL

1 – para o regular controle das receitas e despesas públicas que ocorram no decorrer do exercício financeiro, a SEMFAZ deverá adotar dentre outras medidas, os seguintes procedimentos:

a) Proceder a abertura das contas correntes de que o município de Rondolândia necessite movimentar recursos, em instituição(ões) bancaria(s) oficial(ais), de preferência junto ao Banco Brasil S.A, e individualizadas por fonte de recursos.

b) Acompanhar diariamente o saldo financeiro das contas do município, aplicando os respectivos saldos.

c) Elaborar fluxo de caixa.

d) Manter controle dos débitos automáticos, boletos ou outras obrigações por dia de vencimento;

e) Negociar despesas bancarias, tarifas e outros, buscando minimizar os custos dessas transações;

f) Emitir boletim diário de movimentação financeira;

CAPITULO II – DOS PAGAMENTOS

1 – Todos os pagamentos realizados pelo município de Rondolândia a pessoas físicas ou jurídicas, deverá ocorrer, preferencialmente, através de transferência bancaria, em conta a ser informada previamente pelos credores, através do gerenciador financeiro.

1.1 Excecionalmente poderá ocorrer pagamento através de cheques nominais, devendo ser anexado junto a cópia do cheque, assinatura do credor acompanhada do número do CPF, se pessoa física ou MEI; assinatura do sócio gerente ou responsável, acompanhada do número do seu CPF e de cópia do contrato social, se pessoa jurídica.

1.2 Deverá a SEMFAZ quando do pagamento de notas fiscais, observar e a mesmas estão corretamente preenchidas em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA, CNPJ n° 04.221.486/0001-49, contendo número do processo licitatório, número do contato se houver, número da autorização de fornecimento; dados bancários preferencialmente do banco do Brasil, em casos de prestação de serviço as notas devem conter; atesto fiscal e o relatório dos serviços prestados de contrato ou conforme o caso.

1.3 O atesto fiscal deve ser efetuado com comprovação (nota fiscal, fatura, recibo ou cupom fiscal) das despesas realizadas deverá estar vistada pelo proponente e devidamente atestada por outro servidor que tenha conhecimento das condições em que estas foram efetuadas, em comprovante original, cuja emissão tenha ocorrido em data igual ou posterior a de entrega do numerário, e compreendida, dentro do período fixado para aplicação, em nome do órgão emissor do empenho.

1.4 Após os pagamentos, os mesmos devem ser remetidos ao departamento de contabilidade para arquivo.

1.5 Ficará estipulado pela SEMFAZ o recebimento de notas fiscais de prestação de serviço do dia 01 ao 03 dia de cada mês, e efetuado o pagamento até o dia 10; alugueis de imóveis serão efetuados os pagamentos do dia 01 (primeiro) ao dia 07 (sete), para os demais fornecedores o recebimento será do dia 10 ao dia 15 e o pagamento até o dia 20, (Observação: em caso de problemas técnicos, podem haver atrasos na efetuação do pagamento, ou seja, ocasionalmente podendo haver pagamentos fora deste prazo, se necessário.)

1.6 Ficará a cargo do secretário de cada pasta, o recebimento e o despacho à SEMFAZ de notas fiscais, devidamente acompanhadas da autorização de fornecimento, certidões negativas TRABALHISTA, INSS, E FGTS, bem como se é optante pelo SIMPLES NACIONAL, dados bancários, relatório de prestação de serviço e atesto fiscal da secretaria solicitante.

1.7 A folha de pagamento dos funcionários, bem como empréstimos e consignados serão pagos até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

1.8 As solicitações de diárias deverão ser apresentadas pelos secretário de cada pasta com todas as assinaturas pertinentes com antecedência mínima de 03 (três) dias para efetuar pagamento (podem haver atrasos na efetuação do pagamento, ou seja, ocasionalmente podendo haver pagamentos fora deste prazo, se necessário.)

2 - Deverá a SEMFAZ, por ato do secretário Municipal de Fazenda, expedir ato normativo regulamentador, fixando cronograma e data de pagamento: por folha de salários, contribuições previdenciárias e impostos retidos, empréstimos consignados, aluguéis de imóveis e demais fornecedores.

2.1 A esse ato deverá ser dada ampla publicidade e divulgação em todos os meios possíveis no sentido de dar conhecimento aos interessados e melhorar o fluxo de pagamentos da tesouraria da SEMFAZ.

3. Quando se tratar do pagamento de valores referentes a contrapartida de convênios, verificar e confirmar os valores junto ao responsável pelo setor de convênios e somente após, realizar a transferência ou pagamento.

4. Realizar o pagamento do duodécimo ao poder legislativo Municipal, até o dia 20 (vinte) de cada mês (art.168 da CF), observando-se o limite estabelecido no art. 29, “caput” da CF.

5. Realizar o pagamento das guias referentes aos impostos que forem retidos na fonte, referentes aos impostos que forem retidos na fonte, referentes ao INSS e ao IRRF, dentro dos prazos estabelecidos na legislação própria e de acordo com os valores informados pelo departamento de contabilidade.

5.1 Em caso de dúvida ou divergência do valor informado x valor correto a ser pago, a SEMFAZ deverá suscitar esclarecimentos ao departamento de contabilidade.

CAPITULO III – QUANTO AOS OFÍCIOS E SOLICITAÇÃO DE PROCESSOS

1. Os ofícios recebidos independente da secretaria e/ou departamento terão 15 (quinze) dias uteis para resposta, bem como disponibilização e/ou cópia de processos de pagamento seguirá o mesmo prazo para entrega.

CAPITULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Deverá a SEMFAZ realizar controle diário dos saldos bancários, a fim de evitar saldos negativos nas contas correntes;

1.1 Verificado o lançamento de tarifa bancaria indevida, solicitar imediatamente o estorno da mesma junto a instituição financeira.

2. Utilizar as contas vinculadas somente para pagamentos de empenhos específicos de cada programa.

3. Não efetuar pagamento sem fornecimento de recibos ou notas fiscais de venda ou prestação de serviços correspondentes a cada caso, acompanhado das guias de retenções de INSS, IRRF e outros.

3.1 Não sendo apresentadas as guias, observar se na liquidação os valores foram retidos, caso em que o departamento de contabilidade deverá emitir as guias e encaminha-las a SEMFAZ para pagamento, que deve ocorrer até a data de seus vencimentos, observando o cronograma de pagamento divulgado.

3.2 Somente a DAM-INSSQN quitada é documento hábil a autorizar a SEMFAZ a realizar o pagamento referente a prestação de serviços, sendo vedado a retenção deste tributo na fonte.

4. Os empenhos que não estiverem de acordo com a legislação serão devolvidos a quem for de direito para regularização dos mesmo;

4.1 Despesas empenhadas que não forem liquidadas dentro do exercício serão objeto de cancelamento, com exceção daquelas que serão inscritas em restos a pagar não processados;

5. Todas as multas e/ou juros suportadas pelo erário municipal decorrente realizados com atraso ou pelo descumprimento de obrigações serão de responsabilidade do secretário municipal de fazenda e desenvolvimento, que deverá ressarcir tais despesas, com recursos próprios, até o encerramento do exercício ou no prazo fixado pela controladoria geral do município, quando aferido em procedimento de auditoria interna.

6. A realização de procedimentos por parte da secretaria municipal de fazenda e do departamento de contabilidade, bem como por todas as unidades da administração, sem a observância das tramitações, registros e controles estabelecidos nesta instrução normativa, estará sujeita à responsabilização administrativa de seus executores, sem prejuízo das demais sanções legais.

7. Toda e qualquer irregularidade encontrada pelos servidores responsáveis, no desempenho de suas funções nos departamentos de contabilidade e/ou secretaria municipal de fazenda e desenvolvimento, bem como nas demais unidades sujeitas à observância desta instrução normativa, deverá obrigatoriamente ser comunicada á autoridade competente hierarquicamente superior, bem como à controladoria geral do município.

8. Os esclarecimentos adicionais a esta instrução caberão à secretaria municipal de fazenda e subsidiariamente, ao departamento de contabilidade e à controladoria geral do município, que aferirá o fiel cumprimento deste documento por todas as unidades da estrutura administrativa, mediante auditoria interna.

9. Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua aprovação, tendo sido elaborada pela controladoria geral do município juntamente com a SEMFAZ, estabelecido no decreto nº 932/2013, que fica condicionado à observação, atualização e controle, dele fazendo parte integrante.

Rondolândia-MT, 22 de maio de 2018

Responsável SFI:_____

Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Aprovado:_____

Agnaldo Rodrigues de Carvalho - Prefeito

Visto:_____

Controladoria Geral do Município

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 1.431/GAB/PMR, 22 DEMAIO DE 2018

PODER EXECUTIVO

Homologa a Instrução Normativa **SPO N.º 01/2018 VERSÃO 01** que estabelece a disciplina para elaborar dentro dos prazos, as Audiências Públicas para apresentar e debater os projetos das peças orçamentárias do PPA, da LDO e da LOA do Município de Rondolândia-MT .

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito o Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Homologada a Instrução Normativa do Sistema de Planejamento e Orçamento **SPO N.º 01/2018 VERSAO 01** estabelece a disciplina para elaborar dentro dos prazos, as Audiências Públicas para apresentar e debater os projetos das peças orçamentárias do PPA, da LDO e da LOA do Município de Rondolândia-MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SPO Nº 01/2018

VERSÃO:01

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

DA FINALIDADE

Art. 1º. Esta Instrução Normativa tem por finalidade garantir, disciplinar e elaborar dentro dos prazos, as Audiências Públicas para apresentar e debater os projetos das peças orçamentarias do PPA, da LDO e da LOA do Município de Rondolândia-MT.

DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º. Abrange todas as Unidades e Secretarias, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Rondolândia-MT, seja da Administração Direta e/ou Indireta.

DOS CONCEITOS

Art. 3º. Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Audiência Pública: Direito Constitucional que garante ao Administrado a participar diretamente da Administração Pública, (art.1º CF), propicia a troca de informações com o Administrador. Sua realização é condição de validade do ato administrativo, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF: dispositivo legal que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

III - Plano Plurianual – PPA: instrumento de médio prazo para planejar, estrategicamente, os programas e as ações do Governo, pelo período de quatro anos. Demonstram as diretrizes, objetivos, indicadores, metas físicas e financeiras da administração pública;

IV - Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO: instrumento que estabelece as diretrizes, normas, prioridades, metas e principais parâmetros do Projeto de Lei Orçamentária Anual e constitui elo entre o PPA e LOA;

V - Lei Orçamentária Anual – LOA: instrumento que programa as ações do governo a serem executadas para tornar possível a concretização das metas previstas no plano plurianual e em observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias

DA BASE LEGAL

Art. 4º. Utilizada como base legal desta instrução as seguintes legislações:

I - Constituição Federal;

II - Lei de Responsabilidade Fiscal 101 de maio de 2000;

III - Lei Orgânica do Município;

IV – Lei Municipal nº 169/07

V – Lei 4.320/64

VI – Instrução Normativa SCI nº 01/2009 Versão 02/2013 (“Norma das Normas”)

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º. São responsabilidades da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças como unidade responsável pela Instrução Normativa:

I - Promover a divulgação e implementação dessa Instrução Normativa, mantendo-a atualizada, orientando as unidades executoras e supervisionar sua aplicação;

II - Estabelecer cronograma de atividades anuais para realizar as audiências públicas, com prévia definição das datas e dos locais;

III - Elaborar o edital de convocação;

IV - Divulgar o evento público por meios de comunicação de forma a possibilitar a ampla participação popular;

V - Definir dentre os cidadãos da comunidade, personalidades e entidades que deverão ser convidadas quando necessário;

VI - Convocar dentre agentes públicos municipais dos quais incumbem o dever de participar da audiência pública;

VII - Estabelecer dados mínimos que deverão ser apresentados e a forma de apresentação, bem como quais aspectos deverão ser esclarecidos ou enfatizados na audiência pública;

VIII - Organizar as reuniões com a respectiva metodologia;

IX - Registrar o evento, por meio de ata da audiência, fotografias ou outros recursos disponíveis;

X - Arquivar, adequadamente, os registros de comprovação do evento e disponibiliza- lós.

XI -Zelar para que todos cumpram a Instrução Normativa, em todos os seus termos.

Art. 6º. São responsabilidades das Unidades Administrativas como executoras da Instrução Normativa:

I - Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e a participação no processo de atualização;

II - Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua

otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

III - Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma;

IV - Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

Art. 7º. Das responsabilidades da Controladoria e Contabilidade do Município:

I - Prestar apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange a identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

II - Através de atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas;

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 8º. Estabelecer cronograma de atividades anual para realização de audiências, com prévia definição das datas de locais de cada uma.

Art. 9º. Elaborar o edital de convocação.

Art. 10. Publicar o edital de convocação, com antecedência mínima de sete (07) dias, por no mínimo dois (02) dias consecutivos em dois (2) jornais de grande circulação.

Art. 11. Divulgar através dos meios de comunicação, de forma a possibilitar a ampla participação popular no evento.

Art. 12. Estabelecer os dados mínimos que deverão ser apresentados e a forma de apresentação, assim como os aspectos que deverão ser esclarecidos ou enfatizados na audiência pública.

Art. 13. Definir formas de captação e registro à manifestação popular, buscando garantir que não haja nenhuma forma de coação ou indução sobre os indivíduos.

Art. 14. Especificar a dinâmica e a organização das reuniões.

Art. 15. Estabelecer as formas de comprovação do evento.

Art. 16. Arquivar os meios de comprovação do evento e os disponibiliza quando solicitado.

DAS DISPOSIÇÕES

Art. 17. As Audiências Públicas para elaboração e discussão do projeto da LDO e LOA serão realizadas anualmente, conforme regulamenta a LRF.

Art. 18. As Audiências Públicas para elaborar e discutir o Programa Plurianual – PPA serão realizadas no ano de elaboração.

Art. 19. As Audiências Públicas serão registradas em ata, onde constarão as decisões tomadas. **Art. 20**. Os termos contidos nesta Instrução Normativa, não eximem a observância das demais normas competentes.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 21. Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de verificar a sua adequação aos requisitos do Manual de Elaboração das Normas (Instrução Normativa SCI Nº 001/2010), bem como de manter o processo de melhoria contínua.

Art. 22. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Rondolândia – MT, 22 de maio de 2018.

Responsável SFI:_____

Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Aprovado:_____

Agnaldo Rodrigues de Carvalho - Prefeito

Visto:_____

Controladoria Geral do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
RESCISÃO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2018

EXTRATO DE RESCISÕES ABRIL / 2018

EXTRATO DA RESCISÃO AO CONTRATO Nº 009/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS VINCULADOS AO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA (LEIS, DECRETOS E PORTARIAS) PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT.

EMMANUEL JOSE DUAILIBI CANAVARROS SERRA

CONTRATADO

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO - PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE, 22 de Maio 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: "**Aquisição de Peças para a PÁ CARREGADEIRA VOLVO";** c) Fundamento Legal: Lei nº 8. 666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 027/2018**; e) Cobertura Orçamentária: Elemento Orçamentário: 07.002.26.782.0088.1058.33.90.30. 570.571; f) Valor: R$ 14.725,50 (catorze mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos); g) Contratada: CARIMAQ COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-ME CNPJ: 13.833.873/0001-27; h) Autorização: em 11/05/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA; i) Ratificação: em 18/05/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2018

Retificação do Extrato da Ata de Registro de Preços 005/2018

Retifica o extrato da ata de Registro de Preços 005/2018 do Processo Licitatório nº 008/2018,Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 007/ 2018, Objeto: futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e licenciamento de soluções integradas de tecnologia da informação para gestão pública, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 14/05/2018, nº 2977, pág. 386 e 387 e Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso no dia 15/05/2018, nº1359, pág.77. Órgão gerenciador: **Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT**.

Empresa detentora: **Onde se lê**: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA - CNPJ: 26.804.344/0004-30, **leia-se**: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA - CNPJ: 26.804.377/0004-30

NOME: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA
CNPJ: Onde se lê: 26.804.344/0004-30, leia-se 26.804.377/0004-30
INSCRIÇÃO ESTADUAL (CASO TENHA):
ENDEREÇO: RUA PRIMAVERA N°300, BOSQUE SAUDE, CUIABA-MT
TELEFONE: (65)36193700
E-MAIL: Negocios_con@agili.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: EUNICE URIAS, RG nº 3396702-0 SSP/PR CPF nº 405.421.301-49

Santa Cruz do Xingu-MT, 21 de Maio de 2018.

Marcos de Sá Fernandes da Silva – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032 033 034 035 036 037 038 E 039_2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA**: ARENA MIX COMÉRCIO E SERVIÇOS-EIRELI**,** inscrita no CNPJ sob o n.º.15.337.202/0001-09; **VIGÊNCIA:** 21/05/2018 até 21/05/2019; **VALOR:** R$ 9.844,50; **OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**, CONFORME **QUANTIDADES E** ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS no Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº. 028/2018. **DATA:** 21/05/2018.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA**: **BELAFORTE COMERCIAL LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 24.296.486/0001-15; **VIGÊNCIA:** 21/05/2018 até 21/05/2019; **VALOR:** R$ 25.862,50; **OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**, CONFORME **QUANTIDADES E** ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS no Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº. 028/2018. **DATA:** 21/05/2018.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 034/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA**: **J.C.BAPTISTA FERREIRA GARCIA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 11.073.488/0001-01; **VIGÊNCIA:** 21/05/2018 até 21/05/2019; **VALOR:** R$ 32.236,00; **OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS no Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº. 028/2018. **DATA:** 21/05/2018.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORAMARIA JOSÉ DOS REIS NETO - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 10.226.940/0001-57; **VIGÊNCIA:** 21/05/2018 até 21/05/2019; **VALOR:** R$ 60.262,0; **OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS no Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº. 028/2018. **DATA:** 21/05/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 036/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORAMERCADÃO DA LIMPEZA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME,** inscrita no CNPJ sob o n.º. 14.689.405/0001-93; **VIGÊNCIA:** 21/05/2018 até 21/05/2019; **VALOR:** R$ 60.195,75; **OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS no Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº. 028/2018. **DATA:** 21/05/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 037/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA: R G DA PAZ EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 21.058.617/0001-38; **VIGÊNCIA:** 21/05/2018 até 21/05/2019; **VALOR:** R$ 3.412,30; **OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS no Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº. 028/2018. **DATA:** 21/05/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 038/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA:** SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º. 04.578.067/0001-69; **VIGÊNCIA:** 21/05/2018 até 21/05/2019; **VALOR:** R$ 48.851,25; **OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS no Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº. 028/2018. **DATA:** 21/05/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 039/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA: SUPERMERCADO ARARA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 20.227.228/0001-26; **VIGÊNCIA:** 21/05/2018 até 21/05/2019; **VALOR:** R$ 598,00**; OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS no Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº. 028/2018. **DATA:** 21/05/2018

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2018 - SRP

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Pregão Presencial nº. 025/2018 - SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

A Pregoeira do Município de Santa Rita do Trivelato – MT, nomeada pela portaria nº 035/2018, de 08/02/2018, em conformidade com artigo 3º inciso IV da Lei nº 10.520/2002 e suas posteriores alterações, **ADJUDICA** o presente certame, Pregão Presencial nº 025/2018, tipo menor preço por Item, sagrando-se vencedora a empresa SUPERMERCADO ARARA LTDA - **CNPJ Nº. 20.227.228/0001-26,** com valor total de R$ **R$ 341.783,90** ***(trezentos e quarenta e um mil setecentos e oitenta e três reais e noventa centavos)*****,** conforme itens relacionados abaixo:

ITEM	COD	UNID TCE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNID	QTDD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1			ABACAXI - tamanho médio, com características integras e de boa qualidade. Cor- propria, conforme especie e variedade. Sabor - proprio, conforme especie e variedade. Acondicionado em caixas de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA.	VERDURA MUTUM	UND	300	R$ 8,34	R$ 2. 502,00
2	0000219	3	ABOBORA MADURA - Com características íntegras e de boa qualidade, com casca sã, sem rupturas, sem sujidades. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em embalagens de acordo com as normas técnicas da ANVISA	VERDURA MUTUM	KG	30	R$ 3,72	R$ 111,60
3	376038-3	1	ACHOCOLATADO EM PÓ - Instantâneo, tradicional, contendo açúcar, cacau, extrato de malte, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, vitaminas, lecitina de soja e aromatizantes. Embalagem primária em lata, pote plástico em polietileno. Se embalado em lata, esta não deve apresentar vestígios de ferrugem, amassadura ou abaulamento. De 400g.	MIKA	UNID	200	R$ 6,99	R$ 1. 398,00
4	376033-2	1	AÇUCAR CRISTAL - Sacarose obtida a partir do caldo de cana-de-açúcar (Saccharum officinarum L.). Cristal, branco, aspecto granuloso fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos. Acondicionada em embalagem de polietileno, transparente original do fabricante. De 2 Kg.	ITAMARATY	PCT	2000	R$ 4,05	R$ 8. 100,00
5	252528-3	1	ÁGUA MINERAL 20 LITROS - Água potável - tipo água mineral em garrafão de 20 litros	LEBRINHA	UNID	100	R$ 16,40	R$ 1. 640,00
6	439382-1	1	ÁGUA MINERAL 300 ML - Água mineral - natural, sem gás, acondicionada em copo plástico descartável, contendo 300,00ml,com lacre metalizado,de acordo com as normas do ministério da saúde	LEBRINHA	UNID	5000	R$ 1,29	R$ 6. 450,00
7	152119-5	2368	ÁGUA MINERAL 200 ML - Água mineral - natural, sem gás, acondicionada em copo plástico descartável, contendo 200,00ml,com lacre metalizado,de acordo com as normas do ministério da saúde	LEBRINHA	UNID	5000	R$ 1,14	R$ 5. 700,00
8	152119-5	1	ÁGUA MINERAL 497 ML - água mineral embalagem mínima de 497 ml, índice de ph acima de 6, fardo com 12 unidades	LEBRINHA	UNID	2000	R$ 1,80	R$ 3. 600,00
9	163651-0	3	ALHO DE CABEÇA - Alho bulbo inteiriço, sem dentes soltos e de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Condicionada em embalagens de acordo com as normas técnicas da ANVISA	KI ALHO	KG	100	R$ 21,60	R$ 2. 160,00
10	150292-1	2533	AMENDOIM - leguminosa de origem vegetal, cru, embalagem de 500 gramas	ZAELI	PCT	200	R$ 7,70	R$ 1. 540,00
11	326693-1	1	AMIDO DE MILHO - Produto amiláceo extraído do milho (Zeamaya, L.) fabricadas a partir de matérias primas sãs, limpas, isenta de matéria terrosa, fungos e parasitos, livre se umidade, fermentação ou ranço. O amido deve produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Embalagem original da fabrica de 500 g a 1 kg.	ZAELI	UNID	110	R$ 8,20	R$ 902,00
12	4997-2	3	APRESUNTADO LANCHE - APRESUNTADO, FATIADO, RESFRIADO, A BASE DE CARNE SUÍNA, EMBALADA EM MATERIAL ADEQUADO QUE LHE CONFIRA UMA PROTEÇÃO APROPRIADA (PLÁSTICAS TRANSPARENTES), EM EMBALAGEM DE 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. QUILO. NÃO CONGELADO	FRIMESA	KG	150	R$ 23,60	R$ 3. 540,00
13	151885-2	39	ARROZ BRANCO - Subgrupo polido, classe longo fino, agulha, tipo 1, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade, com grãos inteiros. Acondicionado em embalagem de polietileno transparente, original de fábrica. 5 Kg	PILAO	PCT	500	R$ 12,40	R$ 6. 200,00
14	376034-0	1	AVEIA EM FLOCOS FINOS - aveia flocos finos, com cheiro, cor e características própria.	QUAKER	PCT	50	R$ 3,45	R$ 172,50
15	61652-4	290	AZEITONA VERDE - Azeitona em conserva - verde, inteira com caroço, imersa em liquido, tamanho e coloração uniformes, acondicionada em vidro lacrado e vedado, devendo ser considerado como peso liquido o produto drenado. Frasco 200 grama	OLE	UNID	100	R$ 3,76	R$ 376,00
16	157352-7	404	BALAS - Sabores sortidas de fruta, dura, obtido da pasta de açúcar fundido, ausentes de sujidades, parasitos e larvas, com cor, odor e sabor próprios, acondicionado de forma adequada, embalado em saco plástico, peso 1kg.	DORI	PCT	500	R$ 10,75	R$ 5. 375,00
17	3695-1	3	BANANA MAÇA - Em pencas, de primeira, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida e madura, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em caixa adequada, pesando aproximadamente 20 kg, obedecendo as normas técnicas da ANVISA.	VERDURA MUTUM	KG	500	R$ 5,68	R$ 2. 840,00
18	311250-0	3	BANANA NANICA - Em pencas, de primeira, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte acondicionado em caixa adequado, pesando aproximadamente 20 kg. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em caixa adequada, pesando aproximadamente 20 kg, obedecendo as normas técnicas da ANVISA	VERDURA MUTUM	KG	500	R$ 4,58	R$ 2. 290,00
19	153468-8	3	BATATA INGLESA - Tamanho médio, com características íntegras e de boa qualidade, com casca sã, sem rupturas, sem sujidades. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em caixas de acordo com as normas técnicas da ANVISA.	VERDURA MUTUM	KG	500	R$ 4,30	R$ 2. 150,00
20	260234-2	3	BETERRABA - Produto de primeira, fresca, compacta e firme, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, tamanho, coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em caixas de acordo com as normas técnicas da ANVISA.	VERDURA MUTUM	KG	500	R$ 4,50	R$ 2. 250,00
21	190838-3	1	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, LEITE - Obtido pela mistura de farinha(s), amido(s) e ou fécula(s) com outros ingredientes, submetidos a processos de amassamento e cocção, fermentados ou não. O biscoito deverá	MABEL FORTALEZA	PCT	1000	R$ 10,85	R$ 10. 850,00

			ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpa, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Dupla embalagem primária de polietileno. De 800g.					
22	255489-5	708	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER AGUA E SAL - Obtido pela mistura de farinha(s), amido(s) e ou fécula(s) com outros ingredientes, submetidos a processos de amassamento e cocção, fermentados ou não. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpa, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Dupla embalagem primária de polietileno. De 800g.	MABEL FORTALEZA		1000	R$ 9,63	R$ 9.630,00
23	299134-9	188	BOMBOM (TIPO BIS) biscoito doce recheado wafer - recheado e coberto com chocolate tradicional,composição básica farinha de trigo enriquecida,gordura vegetal hidrogenada, manteiga de cacau,açúcar e outras substancias permitidas,acondicionado de forma apropriada,em embalagem filme bopp	LACTA	UNID	300	R$ 5,15	R$ 1.545,00
24	256233-2	404	BOMBONS SORTIDOS - Bombons sortidos embalagens de 1K.	LACTA	UNID	500	R$ 37,25	R$ 18.625,00
25	153343-6	187	CAFÉ EM PÓ - café torrado e moído, embalagem a vácuo, de primeira qualidade, contendo no mínimo 500 gr e identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, selo de pureza da associação brasileira da industria do café - abci. o produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões pra alimentos – cnnpa. tipo brasileiro	TOMBOM	PCT	3000	R$ 11,30	R$ 33.900,00
26	175727-0	308	CALDO DE GALINHA EM CUBOS - Embalagens de 57G COM 6 CUBOS	KNOR	UNID	100	R$ 1,69	R$ 169,00
27	151419-9	2200	CANELA EM PÓ - De boa qualidade em embalagem de 10 g, com prazo de validade de no mínimo 6 meses.	MIKA	UNID	60	R$ 1,97	R$ 118,20
28	306264-3	3	CARNE BOVINA RESFRIADA DE 2º SEM OSSO E SEM APARAS - TIPO DO CORTE: MOIDA Embalada, conforme legislação vigente, em sacos plásticos transparentes, próprios para alimentos de 2,5 quilos à no máximo 5 quilos. Embalamento no dia da entrega. O produto deve apresentar aspecto característico não amolecido e/ou pegajoso, cor própria sem manchas pardacentas e esverdeadas. Embalagem em polipropileno de baixa densidade atóxico.	FRIGOBOM	KG	500	R$ 15,28	R$ 7.640,00
29	3819-9	3	CARNE BOVINA RESFRIADA, BIFE - Tipo Coxao Mole, Bife, Resfriado, E No Maximo 10% De Sebo E Gordura Com Aspecto,Cor,Cheiro E Sabor Proprio, Embalada Em Saco Plastico Transparente,Atoxico, Pesando 5kgs.	FRIGOBOM	KG	500	R$ 23,49	R$ 11.745,00
30	4996-4	3	CARNE BOVINA RESFRIADA, FIGADO, TIPO DO CORTE: ISCAS - Embalada, conforme legislação vigente, em sacos plásticos transparentes, próprios para alimentos de 2,5 quilos à no máximo 5 quilos. Embalamento no dia da entrega. O produto deve apresentar aspecto característico não amolecido e/ou pegajoso, cor própria sem manchas pardacentas e esverdeadas. Embalagem em polipropileno de baixa densidade atóxico	FRIGOBOM	KG	200	R$ 8,85	R$ 1.770,00
31	118500-4	3	CARNE BOVINA RESFRIADAL EM PEDAÇOS - De 2° sem osso e sem aparas – tipo do corte: embalada, conforme legislação vigente, em sacos plásticos transparentes, próprios para alimentos de 2,5 quilos à no máximo 5 quilos. Embalamento no dia da entrega. O produto deve apresentar aspecto característico não amolecido e/ou pegajoso, cor própria sem manchas pardacentas e esverdeadas. Embalagem em polipropileno de baixa densidade atóxico. De 2,5 kg á 5,0 kg	FRIGOBOM	KG	1000	R$ 18,49	R$ 18.490,00
32	150346-4	3	CARNE DE FRANGO CONGELADO - Inteiro, Resfriado, Sem Pes, Pescoco E Visceras, Com Aspecto Cor E Cheiro Próprios, Sem Manchas E Parasitas, Acondicionado Em Saco Plastico, Peso Por Quilo	SADIA	KG	500	R$ 7,99	R$ 3.995,00
33	3863-6	3	CARNE DE FRANGO CONGELADO - COXA E SOBRECOXA - Em Peça, Congelado, Coxa E Sobre-Coxa, Com Aspecto Cor,Cheiro E Sabor Próprios, Sem Manchas E Parasitas, Acondicionado Em Saco Plástico Polietileno, Transparente Atóxico, Peso Ente 200 A 250g Por Unidade.	SADIA	KG	500	R$ 8,99	R$ 4.495,00
34	151545-4	3	CARNE DE FRANGO CONGELADO , PEITO COM OSSO - Peito com osso,congelado, aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, odor e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. embaladas em sacos plásticos transparentes devidamente rotuladas (nome, produto, peso, data de fabricação, data de validade, tipo de corte, carimbo de inspeção do ministério da agricultura);	SADIA	KG	500	R$ 9,75	R$ 4.875,00
35			CARVAO VEGETAL - 100% eucalipto, em pedra, embalado em saco de papelao, 5kg	YPÊ	UNID	100	R$ 12,69	R$ 1.269,00
36	415264-6	3	CEBOLA DE CABEÇA - Tamanho médio, com características íntegras e de boa qualidade, sem réstia, com casca, casca limpa. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade.Acondicionada em embalagens de acordo com as normas técnicas da ANVISA	VERDURA MUTUM	KG	300	R$ 4,85	R$ 1.455,00
37	260231-8	3	CENOURA - Fresca de boa qualidade e firme, casca limpa, lisa e de cor alaranjada vivo, sem pigmentação verde ou roxa na parte superior (OMBRO). Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade.	VERDURA MUTUM	KG	300	R$ 4,82	R$ 1.446,00
38	3997-7	182	CHA DE CAMOMILA SACHE - Constituído de frutos maduros inteiros, de espécies vegetais genuínos dessecados, de cor verde cinza pardacenta, com aspecto cor,cheiro e sabor próprio, isento de sujidades,parasitos e larvas, acondicionado em sache, embalado em caixa de papel cartão.	MIKA	UNID	100	R$ 3,55	R$ 355,00
39	61726-1	182	CHA DE CAPIM CIDREIRA SACHE - Constituído de frutos maduros inteiros, de espécies vegetais genuínos dessecados, de cor verde cinza pardacenta, com aspecto cor,cheiro e sabor próprio, isento de sujidades,parasitos e larvas, acondicionado em sache, embalado em caixa de papel cartão.	MIKA	UNID	100	R$ 2,95	R$ 295,00
40	312543-2	182	CHA DE ERVA VERDE SACHE - Constituído de frutos maduros inteiros, de espécies vegetais genuínos dessecados, de cor verde cinza pardacenta, com aspecto cor,cheiro e sabor próprio, isento de sujidades,parasitos e larvas, acondicionado em sache, embalado em caixa de papel cartão.	MIKA	UNID	100	R$ 3,40	R$ 340,00
41	3999-3	1457	CHA MATE GRANEL - Chá - erva mate queimado, constituído de folha novas, de espécie vegetais genuínos ligeiramente tostados e partidos, de cor verde amarronzada escura, com aspecto cor,cheiro e sabor próprios, isento	LARANJEIRAS	UNID	1000	R$ 6,23	R$ 6.230,00

			de sujidades,parasitas e larvas, acondicionado em embalagem a granel, embalado em caixa de papelão apropriada					
42	163645-6	3	CHUCHU - Tamanho médio, com características íntegras e de boa qualidade. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em caixas de acordo com as normas técnicas da ANVISA.	VERDURA MUTUM	KG	100	R$ 3,69	R$ 369,00
43			COADOR DE CAFÉ DE PANO	PANO SUL	UNID	250	R$ 1,99	R$ 497,50
44	129283-8	193	COCO RALADO - Produto obtido do fruto do coqueiro (Cocos nucifera), por processo tecnológico adequado e separado parcialmente da emulsão óleo/água (leite de coco) por processos mecânicos. Embalagem primaria aluminizada. De 200g	SOCOCCO	PCT	150	R$ 4,49	R$ 673,50
45	237548-6	193	COLORAU (COLORIFERO) - Produto obtido do pó do urucum com a mistura de fubá ou farinha de mandioca. Pó fino, de coloração avermelhada, deve estar sem a presença de sujidade ou matérias estranhas. Embalagem de polietileno transparente, resistente. De 200g a 1 Kg.	MIKA	PCT	50	R$ 9,86	R$ 493,00
46	181372-2	2128	COPO DESCARTAVEL 180ML - Copo descartavel - de poliestireno, para liquidos, com capacidade de 180ml, acondicionado em embalagem com 100 copos	COPOSUL	PCT	3000	R$ 4,15	R$ 12. 450,00
47	181373-0	2128	COPO DESCARTAVEL 50 ML - Copo descartavel - de poliestireno, para liquidos, com capacidade de 50ml, acondicionado em embalagem com 100 copos	COPOSUL	PCT	1000	R$ 3,14	R$ 3. 140,00
48	413273-4	185	CRAVO DA INDIA - De boa qualidade em embalagem de 10 g, com prazo de validade de no mínimo 6 meses	MIKA	UNID	50	R$ 3,40	R$ 170,00
49	132168-4	387	CREME DE LEITE - leites, laticínios e seus derivados → creme de leite - apresentando teor de matéria gorda mínima de 25%, embalado em caixa cartonada,pesando 200 gramas	ITALAC BATAVO	UNID	150	R$ 3,20	R$ 480,00
50	131269-3	1	DOCE DE LEITE - Tipo simples, em pasta, composto de leite e acucar – peso liquido 400g.	INCONTRIL	UNID	150	R$ 7,64	R$ 1. 146,00
51	0000767	3	ERVA PARA CHIMARRÃO - composição de erva e açucar, não contem gluten.	COR E SABOR /VALERIO	UNID	200	R$ 18,00	R$ 3. 600,00
52	403958-0	2362	ERVILHA EM CONSERVA - Ervilha verde em conserva - simples,inteira,imersa em liquido,tamanho e coloracao uniformes,acondicionada em embalagem apropriada,apresentando peso drenado	OLÉ / QUERO	UNID	150	R$ 2,79	R$ 418,50
53	259622-9	652	EXTRATO DE TOMATE - Produto industrializado preparado com tomate, açúcar e sal, teor de sódio máximo de 130mg em porção de 30g; 0 g de gorduras totais e 0g de gorduras trans; mínimo de 0,8 g de fibra alimentar. Embalagem original de fábrica em lata ou tetrapack. De 1 Kg. Se em lata, esta não deve apresentar ferrugem, amassadura ou abaulamento.	FUGINI / QUERO	UNID	500	R$ 8,45	R$ 4. 225,00
54	3983-7	3	FARINHA DE MANDIOCA - Produto obtido dos processos de ralar e torrar a mandioca. Fina, seca, branca ou amarela, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos. Embalagem de polietileno. De 1 kg.	MIKA	UNID	200	R$ 9,79	R$ 1. 958,00
55	179850-2	302	FARINHA DE TRIGO - Produto obtido do trigo moído, limpo. Especial, Tipo 1, enriquecido com ferro e ácido fólico (Vitamina B9). Embalagem plástica de polietileno, transparente/atóxico ou de papel original de fábrica. De 1 Kg.	ALVALADE	UNID	1000	R$ 2,80	R$ 2. 800,00
56	159707-8	302	FEIJÃO - Tipo 1, carioquinha, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade. Embalagem polietileno transparente original de fábrica com 1kg,	PILAO	UNID	500	R$ 3,89	R$ 1. 945,00
57	129434-2	1	FERMENTO BIOLOGICO - Produto obtido de culturas puras de leveduras (Saccharomyces cerevisias) por procedimento tecnológico adequado para aumentar o volume e a porosidade dos produtos forneados. Produto granulado e seco. Isentos de matérias terrosas e detritos vegetais e animais, não possuir cheiro de mofo e sabor amargo. Embalagem aluminizada de 125 g	FLESHMANN	UNID	150	R$ 6,99	R$ 1. 048,50
58	403961-0	565	FERMENTO QUIMICO - Produto formado de substância ou mistura de substâncias químicas em pó que pela influência do calor e/ou umidade, produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentando-lhes o volume e a porosidade.Embalagem original de fábrica em lata.De 100 g.	ROYAL	UNID	200	R$ 3,19	R$ 638,00
59	153553-6	1977	FILME DE PVC - FITA FILME - PVC, ADERENTE E FLEXIVEL, PARA VEDACAO DE EMBALAGEM, TERMOPLASTICO, INODORO, TRANSPARENTE, INCOLOR, DE UMIDADE, CALOR, MEDINDO 29CM X 30M, APRESENTADA EM ROLO, CAIXA	BOREDA	UNID	50	R$ 5,13	R$ 256,50
60	23969-0	68	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ N° 103 - Recipientes e utensilios de cozinha - coador - de papel, no formato conico, na cor branca, com capacidade n.103, em caixa, para cafe	JOVITA/ MELITA	UNID	500	R$ 3,59	R$ 1. 795,00
61	3992-6	187	FUBA MIMOSO DE MILHO - Produto obtido pela moagem do grão de milho de 1 ª qualidade, desgerminado ou não, devendo ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de terra e parasitos. Produto de aspecto fino, amarelo, livre de umidade. Com o rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção. O produto deve atender a Resolução nº 344 – 13/12/02 (fortificação de farinhas com ferro e ácido fólico).Embalagem de polietileno transparente original de fábrica. De 500g a 1 kg.	MIKA/	PCT	500	R$ 4,79	R$ 2. 395,00
62	153813-6	1	GALAO DE AGUA - vasilhame com capacidade de 20 litros, em plastico, atoxico, resistente, formato cilindrico, na cor azul.	LEBRINHA	UNID	30	R$ 21,49	R$ 644,70
63	160890-8	1	GELEIA DE FRUTAS - OBTIDA DA COCCAO DE SUCO DA FRUTA CONCENTRADO, ACIDULANTE, AROMA NATURAL DA FRUTA, CONSERVANTE SORBATO DE POTASSIO, ADMITINDO ADICAO DE ACUCAR, GLICOSE, ISENTO DE SUJIDADES, LIVRE DE FERMENTACOES E LIVRE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200GR,	INCOTRIL	UNID	150	R$ 6,15	R$ 922,50
64	369832-7	1138	GELO BARRA - bebidas nao alcoolicas, gelo agua mineral,em sacos plasticos de 10 kilos.	GELO NORTE	UNID	300	R$ 12,00	R$ 3. 600,00
65	157961-4	3	LARANJA - Sabor adocicado natural da fruta, encorpada, firme, sem amolecimento. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em embalagens de acordo com as normas técnicas da ANVISA	VERDURA MUTUM	KG	500	R$ 2,99	R$ 1. 495,00

66	132167-6	328	LEITE CONDENSADO - Composto de leite desnatado, açúcar e lactose(tradicional), de consistência cremosa e textura homogênea, acondicionado em caixa cartonada	ITALAC	UNID	200	R$ 4,59	R$ 918,00
67	122692-4	1	LEITE EM PÓ INTEGRAL - Leite em po instantaneo - com teor de materia gorda minimo de 26%, integral, envasado em recipientes hermeticos em saco aluminizado -200G.	ITALAC	UNID	100	R$ 10,99	R$ 1.099,00
68	239742-0	464	LEITE EMBALAGEM TETRAPACK - Produto de origem animal (vaca), líquido fluido, homogêneo, de cor branca opaca, pasteurizado UHT. Embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional. Acondicionada em embalagens de acordo com as normas técnicas da ANVISA	LACBOM	LT	1000	R$ 3,58	R$ 3.580,00
69	243081-9	3	MAÇA NACIONAL - Sabor adocicado natural da fruta, encorpada, firme, sem amolecimento. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em embalagens de acordo com as normas técnicas da ANVISA	VERDURA MUTUM	KG	450	R$ 6,59	R$ 2.965,50
70	425128-8	187	MACARRÃO ESPAGUETE SEM FURO Nº 8Produto não fermentado obtido pelo amassamento mecânico de farinha de trigo comum e/ou sêmola/semolina. Fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagem de polietileno. De 500g a 1 Kg	GALO	PCT	150	R$ 3,49	R$ 523,50
71	176953-7	187	MACARRÃO PICADO PARA SOPA TIPO PADRE NOSSO, AVE MARIA OU PARAFUSO - Não fermentado obtido pelo amassamento mecânico de farinha de trigo comum e/ou sêmola/semolina. Fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagem de polietileno. De 500g a 1 Kg.	GALO	PCT	500	R$ 3,74	R$ 1.870,00
72	193986-6	1	MAIONESE - emulsão cremosa obtida com ovos e óleos vegetais, com adição de condimentos, substancias comestíveis e sem corantes, de consistência cremosa, na cor amarelo claro, com cheiro e sabor próprios, isento de sujidades e seus ingredientes de preparo em perfeito estado de conservação, acondicionada em sache, hermeticamente fechado, em embalagem apropriada para o produto	SOYA	UNID	200	R$ 7,99	R$ 1.598,00
73	150347-2	3	MAMÃO FORMOSA - Sabor adocicado natural da fruta, encorpada, firme, sem amolecimento. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em embalagens de acordo com as normas técnicas da ANVISA	VERDURA MUTUM	KG	250	R$ 5,69	R$ 1.422,50
74	121188-9	3	MANDIOCA TIPO BRANCA OU AMARELA - Tipo branca, embalada em saco plástico, com aspecto cor,cheiro e sabor próprios, firme e intacta, livre de fertilizantes, sujidades,parasitas e larvas	VERDURA MUTUM	KG	150	R$ 4,69	R$ 703,50
75	3566-1	3	MARGARINA - Produto industrializado, gorduroso em emulsão estável; a base de óleos vegetais líquidos e interesterificados, com 0% de gorduras trans, podendo conter leite em pó desnatado e/ou soro de leite em pó, Enriquecidos de vitaminas, adicionada ou não de sal. Apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares e deverão estar isentos de ranço e de bolores. Embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. Embalagem de polipropileno. De 500g a 1kg.	DELICIA	UNID	300	R$ 11,65	R$ 3.495,00
76	248426-9	1	MASSA DE BOLO - Bolo - de sabores diversos, farinha de trigo enriquecida com ferro e acido fólico,ovo integral, óleo de milho,etc, com gluten, embalado a vácuo - 250 gramas	RENATA	UNID	250	R$ 4,40	R$ 1.100,00
77	3721-4	3	MELANCIA - Com características íntegras e de boa qualidade. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Embalagem e transporte de acordo com as normas técnicas da ANVISA. Unidade pesando no mínimo 10 kg.	VERDURA MUTUM	KG	250	R$ 2,69	R$ 672,50
78	150344-8	3	MELÃO - Sabor adocicado natural da fruta, encorpada, firme, sem amolecimento. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em embalagens de acordo com as normas técnicas da ANVISA	VERDURA MUTUM	KG	300	R$ 5,79	R$ 1.737,00
79	3711-7	3	MEXERICA- Sabor adocicado natural da fruta, encorpada, firme, sem amolecimento. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em embalagens de acordo com as normas técnicas da ANVISA	VERDURA MUTUM	KG	150	R$ 11,49	R$ 1.723,50
80	154963-4	1	MILHO DE PIPOCA - Produto dos grãos ou pedaços dos grãos de milho provenientes da espécie (Zea Mays, L.) que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em função do processo de escarificação mecânica ou manual (degerminação).Os grãos podem ser de cor branca ou amarela, de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo; isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de polietileno de baixa densidade. De 500g .	MIKA	PCT	250	R$ 2,97	R$ 742,50
81	3984-5	302	MILHO PARA CANJICA - Produto dos grãos ou pedaços dos grãos de milho provenientes da espécie (Zea Mays, L.) que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em função do processo de escarificação mecânica ou manual (degerminação).Os grãos podem ser de cor branca ou amarela, de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo; isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de polietileno de baixa densidade. De 500g .	MIKA	PCT	150	R$ 3,80	R$ 570,00
82	339797-1	1	MILHO VERDE EM CONSERVA - milho verde em conserva - simples,inteira,imersa em liquido,tamanho e coloração uniformes,acondicionada em embalagem apropriada,apresentando peso drenado.	OLÉ / QUERO	UNID	200	R$ 1,93	R$ 386,00
83	175120-4	1090	MORTADELA - Constituída da mistura de carnes carne de frango, composta de com condimentos, apresentando no Maximo 25 % de umidade, de primeira qualidade, isento de sujidades e outras isenta de sujidades e corpos estranhos, acondicionado em peca única, inspecionada pelo sif	SADIA	KG	100	R$ 23,99	R$ 2.399,00
84	153414-9	1	ÓLEO DE SOJA - Produto obtido do grão de soja que sofreu processo tecnológico adequado como degomagem, neutralização, clarificação, frigorificação ou não de desodorização. Líquido viscoso refinado, fabricado a partir de	CONCORDIA	UNID	1000	R$ 3,99	R$ 3.990,00

			matérias primas sãs e limpas.Embalagem em polietileno tereftalado (PET) ou em lata. De 900ml, de acordo com as normas técnicas da ANVISA.					
85	6444-0	656	ORÉGANO - Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.Embalagem de 10 g de polietileno de baixa densidade, atóxico e de primeiro uso. De acordo com as normas técnicas da ANVISA.	MIKA	UNID	50	R$ 1,99	R$ 99,50
86	10825-1	8	OVO DE GALINHA - Ovos frescos, tamanho médio. Ausência de sujidades, parasitos e larvas. Sem rachaduras, tamanho médio. Embalada de acordo com as normas técnicas da ANVISA.Embalagem em caixa de papelão ondulada com 30 unidades, fechada com fita adesiva de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento.	VERDURA MUTUM	DZ	200	R$ 6,99	R$ 1.398,00
87	339797-1	1	PALMITO - EM CONSERVA, TIPO: INTEIRO EM VIDRO. Embalagem vidro de 300G.	OLÉ / QUERO	UNID	100	R$ 12,50	R$ 1.250,00
88	167679-2	3	PÃO DE FORMA - Pão - tipo de forma tipo horizontal, massa nao quebradiça, consistente, sedoso e macio, composição mínima da massa: farinha de trigo, gordura vegetal,água, fermento biológico, anti-mofo, sal, pesando pacote com 500 gramas, embalado em saco plástico PVC atóxico, peca inteirafatiadona horizontal, com vida útil de 7 dias	MINERIM	KG	200	R$ 14,00	R$ 2.800,00
89			PÃO DE HOT DOG	MINERIM	KG	400	R$ 16,00	R$ 6.400,00
90	139409-6	3	PÃO FRANCES - Produto obtido pelo amassamento e cozimento de massa preparada obrigatoriamente com farinha de trigo, sal (cloreto de sódio) e água, que se caracteriza por apresentar casca crocante de cor uniforme castanho-dourada e miolo de cor branco-creme de textura e granulação fina não uniforme. Embalado em saco de polietileno de baixa densidade, atóxico e de primeiro uso. De 50g.	MINERIM	KG	500	R$ 11,90	R$ 5.950,00
91	83809-8	1	PAPEL ALUMINIO - MEDINDO 0,30 X 7,50M, APRESENTADO EM ROLO.	BOREDA	UNID	100	R$ 3,70	R$ 370,00
92	150207-7	3	PEPINO - Tamanho médio, com características íntegras e de boa qualidade, sem rupturas, sem sujidades. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em embalagens de acordo com as normas técnicas da ANVISA	VERDURA MUTUM	KG	50	R$ 3,40	R$ 170,00
93	345918-7	3	PERA - Semi madura. Firme e sem rachaduras, firme, sem amolecimento. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Embalagem e transporte de acordo com as normas técnicas da ANVISA.	VERDURA MUTUM	KG	50	R$ 14,99	R$ 749,50
94	113192-3	1	PICOLÉ SABORES DIVERSOS - Picolé, obtido a partir de gorduras e proteínas, com ou sem acréscimo de leite, através de processo tecnológico adequado, admitindo adição de aditivos permitidos, de vários sabores,com densidade mínima de 475g/l, firme e intacto, com aspecto próprio e coloração uniforme, conservado para consumo na temperatura máxima, de 5 graus negativo	SEM NOMES	UNID	3000	R$ 2,00	R$ 6.000,00
95	154042-4	3	PIMENTÃO - Tamanho médio, com características íntegras e de boa qualidade, sem rupturas, sem sujidades. Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. NAcondicionada em embalagens de acordo com as normas técnicas da ANVISA	VERDURA MUTUM	KG	50	R$ 8,99	R$ 449,50
96	152578-6	210	PIRULITO SORTIDOS - Com sabor artificial de fruta, Embalagem 500 gramas.	DORI	PCT	250	R$ 12,99	R$ 3.247,50
97	427915-8	1	PÓ PARA PREPARO DE GELATINA - produto constituído de gelatina comestível em pó. Embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. Embalagem original de fábrica. De 85 g.	SOL	UNID	200	R$ 1,40	R$ 280,00
98	421814-0	1	POLPA DE FRUTAS - ABACAXI - Produto obtido a partir de frutas, conteúdo líquido pasteurizado, podendo ou não conter adição de açúcar. Ausente de substâncias estranhas. Produto congelado, não fermentado e sem conservantes. Embalagem em polipropileno de baixa densidade atóxico. De 100g.	YASAY BRASFRUT	UNID	150	R$ 2,20	R$ 330,00
99	406725-8	1	POLPA DE FRUTAS - ACEROLA - Produto obtido a partir de frutas, conteúdo líquido pasteurizado, podendo ou não conter adição de açúcar. Ausente de substâncias estranhas. Produto congelado, não fermentado e sem conservantes. Embalagem em polipropileno de baixa densidade atóxico. De 100g.	YASAY BRASFRUT	UNID	150	R$ 2,20	R$ 330,00
100	406722-3	1	POLPA DE FRUTAS - CAJU - Produto obtido a partir de frutas, conteúdo líquido pasteurizado, podendo ou não conter adição de açúcar. Ausente de substâncias estranhas. Produto congelado, não fermentado e sem conservantes. Embalagem em polipropileno de baixa densidade atóxico. De 100g.	YASAY BRASFRUT	UNID	150	R$ 2,09	R$ 313,50
101	406734-7	1	POLPA DE FRUTAS - MARACUJÁ - Produto obtido a partir de frutas, conteúdo líquido pasteurizado, podendo ou não conter adição de açúcar. Ausente de substâncias estranhas. Produto congelado, não fermentado e sem conservantes. Embalagem em polipropileno de baixa densidade atóxico. De 100g.	YASAY BRASFRUT	UNID	150	R$ 3,69	R$ 553,50
102	261611-4	1	POLPA DE FRUTAS - MORANGO - Produto obtido a partir de frutas, conteúdo líquido pasteurizado, podendo ou não conter adição de açúcar. Ausente de substâncias estranhas. Produto congelado, não fermentado e sem conservantes. Embalagem em polipropileno de baixa densidade atóxico. De 100g.	YASAY BRASFRUT	UNID	150	R$ 2,89	R$ 433,50
103	151145-9	1	POLPA DE FRUTAS - UVA - Produto obtido a partir de frutas, conteúdo líquido pasteurizado, podendo ou não conter adição de açúcar. Ausente de substâncias estranhas. Produto congelado, não fermentado e sem conservantes. Embalagem em polipropileno de baixa densidade atóxico. De 100g.	YASAY BRASFRUT	UNID	150	R$ 5,89	R$ 883,50
104	125856-7	3	QUEIJO MUSSARELA - Queijo mussarela produto elaborado com leite de vaca, com aspecto de massa semi-dura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado. Embalagem de polietileno transparente com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação	CASTERLEITE	KG	200	R$ 28,79	R$ 5.758,00
105	140338-9	1	REFRIGERANTE SABOR DE COLA - Refrigerante pet 2 litros, suave, embalagem contendo no mínimo 2 litros, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde tipo cola	COCA COLA	UNID	500	R$ 8,24	R$ 4.120,00

106	320248-8	1	REFRIGERANTE SORTIDOS - Refrigerante pet 2 litros sabores sortidos, suave, embalagem contendo no mínimo 2 litros, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	MARAJA	UNID	1000	R$ 6,25	R$ 6.250,00
107	343376-5	3	REPOLHO VERDE - Fresco, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. . Cor – própria, conforme espécie e variedade. Odor – aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor – sabor próprio, conforme espécie e variedade. Acondicionada em embalagens de acordo com as normas técnicas da ANVISA	VERDURA MUTUM	KG	150	R$ 4,09	R$ 613,50
108	125989-0	636	REQUEIJÃO - Requeijão cremoso bisnagas plásticas de 01 a 02 kg. Não será permitido amido em sua composição e deverá ser isento de gordura trans	CASTERLEITE	UNID	100	R$ 27,89	R$ 2.789,00
109	3561-0	302	SAL - Produto refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo de 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10 mg e máximo de 15 mg de iodo por quilo de acordo com a Legislação Federal Específica – embalagem em plástico de polietileno de 1 Kg Embalagem em polietileno. De 1Kg	ITA	PCT	500	R$ 1,99	R$ 995,00
110	84786-0	2527	SAL GROSSO - IODADO, COM NO MINIMO 96,95% DE CLORETO DE SODIO E SAIS DE IODO, ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO,RESISTENTE E VEDADO	ITA	PCT	100	R$ 2,99	R$ 299,00
111	159719-1	3	SALSICHA TIPO HOT DOG - Embalagem a vácuo, data de validade, peso e ingredientes impresso no rótulo, registro no ministério da agricultura, congelada e armazenada em uma temperatura 18°c negativo ou inferior. O produto deve apresentar aspecto característico não amolecido e/ou pegajoso, cor própria sem manchas pardacentas e esverdeadas.Embalagem em polipropileno de baixa densidade atóxico	SADIA	KG	200	R$ 8,99	R$ 1.798,00
112	159835-0	1	SARDINHAS - Pescado em conserva - tipo sardinha portuguesa, preparados com pescado fresco, limpo, vicerado etc, apresentação: inteiro e sem cabeça, conservado em no azeite, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isentó de ferrugem e danificação das latas, sujidades, acondicionado em lata vedada com 200gr, embalado em caixa de papelão, inspecionado pelo sif	COQUEIROS	UNID	200	R$ 7,66	R$ 1.532,00
113	160729-4	835	SAZON TEMPEROS - Tempero pronto – peso 60g	SAZON	UNID	150	R$ 4,69	R$ 703,50
114	252489-9	120	SUCO CONCENTRADO DE CAJU 500 ML - Suco diversos sabores, integral, 100% puro, não contém glúten, sem adição de açúcar, sem conservantes. Pronto para beber, embalagem 500ml.	DA FRUTA	UNID	50	R$ 8,99	R$ 449,50
115	312537-8	120	SUCO CONCENTRADO DE GOIABA 500 ML - Suco diversos sabores, integral, 100% puro, não contém glúten, sem adição de açúcar, sem conservantes. Pronto para beber, embalagem 500ml.	DA FRUTA	UNID	50	R$ 8,90	R$ 445,00
116	3550-5	120	SUCO CONCENTRADO DE MARACUJA 500 ML - Suco diversos sabores, integral, 100% puro, não contém glúten, sem adição de açúcar, sem conservantes. Pronto para beber, embalagem 500ml.	MAGUARY	UNID	50	R$ 9,99	R$ 499,50
117	314691-0	120	SUCO CONCENTRADO DE UVA 500 ML - Suco diversos sabores, integral, 100% puro, não contém glúten, sem adição de açúcar, sem conservantes. Pronto para beber, embalagem 500ml.	MAGUARY	UNID	50	R$ 6,99	R$ 349,50
118	345102-0	464	SUCO DE CAIXA Suco de caixinha néctar diversos sabores, quantidade 01 litro	DELL VALLE	UNID	250	R$ 6,89	R$ 1.722,50
119	TCEMT0000113	1	SUCO EM PÓ SORTIDO ARTIFICIAL - Suco em pó 300 gr cada pacote, sabores variados	BRASFRUT	UNID	200	R$ 5,50	R$ 1.100,00
120			SUPORTE PARA FILTRO DE CAFÉ Nº 103 - suporte confeccionado em plastico, atoxico.	PRATIC	UNID	60	R$ 9,99	R$ 599,40
121	14444-4	3	TOMATE - Tipo caquí selecionado, tipo 1 médio grau de maturação, fresco, de ótima qualidade, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isento de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	VERDURA MUTUM	KG	250	R$ 6,99	R$ 1.747,50
122	299025-3	460	TORRADAS	FORTALEZA	PCT	50	R$ 4,31	R$ 215,50
123	3555-6	231	VINAGRE DE VINHO - Produto natural fermentado acético simples, isenta de corantes artificiais, ácidos ôrganicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso e detritos de animais e vegetais. Embalagem em pvc (policloreto de vinila) de 750 ml com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação	CASTELO	UNID	100	R$ 5,99	R$ 599,00
						TOTAL:		341.783,90

Santa Rita do Trivelato – MT, 18 maio de de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Ref. **PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018 – REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira Oficial, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Santa Rita do Trivelato - MT, 21 de Maio de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 040/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 040/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA: SUPERMERCADO ARARA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 20.227.228/0001-26; **VIGÊNCIA:** 21/05/2018 até 21/05/2019; **VALOR:** R$ 341.783,90; **OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS no Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº. 025/2018. **DATA:** 21/05/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018.

MODALIDADE REGISTRO DE PREÇO

Encontra-se aberta, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT, localizada na rua 25 s/nº, Licitação na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preço, Tipo Menor Preço por Item, com a finalidade de selecionar propostas de Futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de natureza continuada para manutenção predial em todos os imóveis pertencentes a administração publica deste município, num período de 12 meses. Conforme especificações, quantidades e rotinas descritas em anexo neste Termo de Referência e no Edital de licitação. A licitação será regida pelas Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520 e demais legislação pertinente. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 06/06/2018 às 09:00 horas, (horário de Brasília) na sala de Licitações. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados junto ao pregoeiro e comissão, de segunda a sexta-feira no horário de 08:00 ás 12:00 horas e das 14:00 as 18horas, ou solicitado pelo email licitacao@santaterezinha.mt.gov.br Santa Terezinha – MT, 22 de maio de 2018.GUSTAVO KOVALSKI-Pregoeiro Oficial

PORTARIAS GABINETE / 2018

PORTARIA N.º 054/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***CARLOS EDUARDO COSTA TRINDADE***, matricula nº 1.707, Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços e Transportes, no Nível 1 da Letra A da **TABELA II.I – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE I,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 055/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***DONRAVEU PIRES DE OLIVEIRA***, matricula nº 657, Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços e Transportes, no Nível 3 da Letra A da **TABELA II.I – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE I,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 056/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***EDUARDO BARBOSA DOS SANTOS***, matricula nº 1.708, Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços e Transportes, no Nível 1 da Letra A da **TABELA II.I – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE I,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 057/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***ISRAEL COSTA PEREIRA*** matricula nº 0015, Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços e Transportes, no Nível 9 da Letra D da **TABELA II.I – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE I,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 058/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***JOSENILSON DE SOUZA MORAIS,*** matricula nº 15.269, Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços e Transportes, no Nível 1 da Letra A da **TABELA II.I – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE I,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 059/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***MILTON DA SILVA FERREIRA,*** matricula nº 572, Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços e Transportes, no Nível 3 da Letra A da **TABELA II.I – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE I,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 060/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***VALDIVINO ALVES MACIEL,*** matricula nº 276, Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços e Transportes, no Nível 3 da Letra A da **TABELA II.I – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE I,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 061/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***CASSIMIRO TOCANTINS DOS SANTOS,*** matricula nº 018, Cargo de Operador de Trator de Pneus, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio e Meio Ambiente, no Nível 9 da Letra A da **TABELA I.I – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE OPERACIONAL I,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 062/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***CLAUDIO NEVES DE OLIVEIRA,*** matricula nº 005, Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio e Meio Ambiente, no Nível 9 da Letra A da **TABELA II.I – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE I,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 063/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***EDILSON COSTA PEREIRA,*** matricula nº 077, Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Mu-

nicipal de Administração, no Nível 9 da Letra D da **TABELA II.I – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE I,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 064/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***LUIZ CARLOS ALVES DOS SANTOS FILHO,*** matricula nº 673, Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, no Nível 3 da Letra A da **TABELA II.I – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE I,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 065/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***ADEMIR FERREIRA DOS SANTOS,*** matricula nº 056, Cargo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços e Transportes, no Nível 6 da Letra A da **TABELA II.II – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE II,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 066/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***ARNALDO BENEDITO DE SOUZA,*** matricula nº 047, Cargo de Operador de Equipamentos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços e Transportes, no Nível 9 da Letra A da **TABELA II.II – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE II,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 067/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***CRISTIANO BARROS DA SILVA,*** matricula nº 15.265, Cargo de Operador de Equipamentos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços e Transportes, no Nível 1 da Letra A da **TABELA II.II – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE II,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 068/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***JOSÉ DIVINO DIAS VIEIRA ,*** matricula nº 15.251, Cargo de Operador de Equipamentos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços e Transportes, no Nível 1 da Letra A da **TABELA II.II – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE II,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 069/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***JOSÉ NIZAN COSTA PEREIRA ,*** matricula nº 052, Cargo de Operador de Equipamentos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços e Transportes, no Nível 9 da Letra A da **TABELA II.II – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE II,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2. 018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 070/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre enquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Enquadrar o Servidor Público Municipal, Sr. ***FRANISCO DE ASSIS GONÇALVES TRINDADE,*** matricula nº 397, Cargo de Operador de Equipamentos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio e Meio Ambiente, no Nível 4 da Letra A da **TABELA II.II – VENCIMENTO DO GRUPO ASSISTENTE II,** da Lei Municipal nº 707/GP, de 07 de maio de 2.018

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 071/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/ 2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar a servidora pública municipal, Sra. **ROSIMEIRE FRANCISCA PEREIRA**, Matricula nº 584, Cargo de Técnico Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 2 da Letra B, em razão da Conclusão do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia com Habilitação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, da Faculdade Evangélica Cristo Rei – FECR.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 072/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/ 2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar o servidor público municipal, Sr. **RAIMUNDO NONATO PEREIRA DOS SANTOS**, Matricula nº 423, Cargo de Motorista Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 4 da Letra B, do Anexo I, da Lei 618/2014 – Tabela de Vencimentos do Motorista Escolar, em razão da Conclusão do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 073/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/ 2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar o servidor público municipal, Sr. **MURILO SOARES SOUSA**, Matricula nº 15.245, Cargo de Motorista Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 2 da Letra B, do Anexo I, da Lei 618/2014 – Tabela de Vencimentos do Motorista Escolar, em razão da Conclusão do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 075/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar o servidor público municipal, Sr. **THARLES LIMA STRUTZ**, Matricula nº 15.244, Cargo de Motorista Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 2 da Letra B, do Anexo I, da Lei 618/2014 – Tabela de Vencimentos do Motorista Escolar, em razão da Conclusão do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 076/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar o servidor público municipal, Sr. **ROBERTO CLAYTON SILVA PEREIRA**, Matricula nº 422, Cargo de Motorista Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 2 da Letra B, do Anexo I, da Lei 618/2014 – Tabela de Vencimentos do Motorista Escolar, em razão da Conclusão do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 077/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar a servidora pública municipal, Sra. **MARLY CARDOSO SOUZA**, Matricula nº 130, Cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 6 da Letra B, do Anexo III, da Lei 551/2012 – Tabela de Vencimentos dos Profissionais da Educação Apoio Profissionalizado, em razão da Conclusão do Curso Técnico em Alimentação Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 078/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar o servidor público municipal, Sr. **SEBASTIÃO PEREIRA DOS SANTOS**, Matricula nº 682, Cargo de Motorista Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 3 da Letra B, do Anexo I, da Lei 618/2014 – Tabela de Vencimentos do Motorista Escolar, em razão da Conclusão do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 079/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar a servidora pública municipal, Sra. **EUDETE COSTA ALMEIDA AMORIM**, Matricula nº 881, Cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 2 da Letra B, do Anexo III, da Lei 551/2012 – Tabela de Vencimentos dos Profissionais da Educação Apoio Profissionalizado, em razão

da Conclusão do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 080/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar a servidora pública municipal, Sra. **EDINEUSA NUNES DOURADO**, Matricula nº 127, Cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 6 da Letra B, do Anexo III, da Lei 551/2012 – Tabela de Vencimentos dos Profissionais da Educação Apoio Profissionalizado, em razão da Conclusão do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 081/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar o servidor público municipal, Sr. **LUIZ GONZAGA NOLETO DA SILVA**, Matricula nº 053, Cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 6 da Letra B, do Anexo III, da Lei 551/2012 – Tabela de Vencimentos dos Profissionais da Educação Apoio Profissionalizado, em razão da Conclusão do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 082/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar a servidora pública municipal, Sra. **MARIA APARECIDA RODRIGUES SIRQUEIRA**, Matricula nº 376, Cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 4 da Letra B, do Anexo III, da Lei 551/2012 – Tabela de Vencimentos dos Profissionais da Educação Apoio Profissionalizado, em razão da Conclusão do Curso Técnico em Alimentação Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 083/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar o servidor público municipal, Sr. **NATANAEL ROSA GONÇALVES**, Matricula nº 670, Cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 3 da Letra B, do Anexo III, da Lei 551/2012 – Tabela de Vencimentos dos Profissionais da Educação Apoio Profissionalizado, em razão da Conclusão do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 084/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar o servidor público municipal, Sr. **ELISMAR FERREIRA LEAL**, Matricula nº 590, Cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 3 da Letra B, do Anexo III, da Lei 551/2012 – Tabela de Vencimentos dos Profissionais da Educação Apoio Profissionalizado, em razão da Conclusão do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 085/2018-GP

DE 07 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre reenquadramento de servidor público e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº 551/2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Reenquadrar a servidora pública municipal, Sra. **ANATALICE FERREIRA LEAL**, Matricula nº 400, Cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Nível 3 da Letra B, do Anexo III, da Lei 551/2012 – Tabela de Vencimentos dos Profissionais da Educação Apoio Profissionalizado, em razão da Conclusão do Curso Técnico em Alimentação do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2.018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DE CONTRATO – QUARTO ADITIVO

EXTRATO DE CONTRATO – QUARTO ADITIVO

PROCESSO LICITATÓPRIO N° 042/2016

CONVITE N° 006/2016

CONTRATO N° 40/2016-QUARTO ADITIVO.

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVEGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA-SE PUBLICO O EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO N° 040/2016 PARA O SEGUINTE OBJETO: ***PRORROGAÇÃO DE MAIS 5(CINCO) MESES, CONTAR APARTIR DA DATA DE ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL(ADITIVO). 2.*** CONTRATANTE: ***PREFEITURA MUNIICPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGE-MT. 3.*** CONTRATATA***: DESTRIBUIDORA DE GAZ DE SERVIÇOS DOMINGOS SAVIO LTDA-ME 4.*** DATA DA ASSINATURA: **12/04/2018.**

Santo Antônio de Leverger–MT, 12 de Abril de2018.

_____

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 012/2018-DURALEX

EXTRATO DE CONTRATO 012/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 011/2017

PREGÃO PRESENCIAL 005/2017

CONTRATO Nº 012/2018

1.1- 1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO **CONTRATO N° 012/2018 Objeto:**Contratação de Empresa Especializada para prestar serviço técnicos especializados de informática para implantação e manutenção de software de informação de gestão publica municipal através do fornecimento de licença de uso exclusivo da prefeitura de Santo Antônio do Leverger e prestação de serviços de análise, desenvolvimento, configuração, migração de dados, capacitação, operacionalização, manutenção e suporte técnico. **1.2- Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER - MT.

CONTRATADA: DURA-LEX SISTEMA DE GESTÃO PUBLICA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ: 86.952.587/0001-54 VALORGLOBALR$: 193.860,00 (Cento e Noventa e três mil, Oitocentos e Sessenta reais).

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Dotação: 12.361.0040.2027

Natureza de Despesa: 33.90.39.00.00

Fonte: 0100

Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

Dotação: 04.122.0042.2156

Natureza de despesa: 33.90.39.00.00

Fonte: 0100

Secretaria Municipal de Gestão

Dotação: 04.122.0031.2143

Natureza de Despesa: 33.90.39.00.00

Fonte: 0100

Secretaria Municipal de Fazenda

Dotação: 04.123.0006.2137

Natureza de Despesa: 33.90.39.00.00

Fonte: 0100

Secretaria de Planejamento e Des Econômico

Dotação: 04.122.0030.2130

Natureza de Despesa: 33.90.39.00.00

Fonte: 0100

DATA DE ASSINATURA: 08/05/2018

DATA DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contar a partir da assinatura do instrumento contratual.

Santo Antônio de Leverger, 08 de Maio de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 322/2018. DE: 21 DE MAIO DE 2018.

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MARILI DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando requerimento do servidor em que apresenta atestado médico e solicita licença para tratamento de saúde;

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica em 21/05/2018 que atesta que a referida servidora está apta para exercer atividades laborais a partir do dia 24/05/2018.

Com fundamento nos artigos 81 e 87 da Lei Municipal n°055/2001 e 157/2005 de 29/07/2005 e no Laudo Médico Pericial,

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora pública estável **MARILI DE SOUZA** nos termos do Laudo Médico Pericial expedido em 21/05/2018, no período de 09/05/2018 a 23/05/2018.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 21 DE MAIO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT, TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA SOB O Nº 286/2018 DE 13 DE ABRIL DE 2018, INFORMANDO QUE:

ONDE SE LÊ:

Artigo 5º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

LEIA - SE:

Artigo 5º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/04/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 321/2018. DE: 21 DE MAIO DE 2018.

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA TEREZA APARECIDA VIEIRA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando requerimento do servidor em que apresenta atestado médico e solicita licença para tratamento de saúde;

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica em 18/05/2018 que atesta que a referida servidora está apta para exercer atividades laborais a partir do dia 25/05/2018.

Com fundamento nos artigos 81 e 87 da Lei Municipal n°055/2001 e 157/2005 de 29/07/2005 e no Laudo Médico Pericial,

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora pública estável **TEREZA APARECIDA VIEIRA DA SILVA** nos termos do Laudo Médico Pericial expedido em 18/05/2018, no período de 14/05/2018 a 24/05/2018.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 21 DE MAIO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 320/2018 DE: 14 DE MAIO DE 2018

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A SERVIDORA **ELAINE DE FÁTIMA MORS** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora **ELAINE DE FATIMA MORS,** de 14/05/2018 a 28/05/2018, com período aquisitivo de 03/12/2016 a 02/12/2017, com retorno as suas atividades em 29 de Maio de 2018.

Parágrafo Único – A servidora acima citada receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - A servidora terá o gozo de suas férias em conformidade com a Lei nº 684/2018 de 04 de abril de 2018.

Art. 3º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Maio de 2018**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 14 DE MAIO DE 2018

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 318/2018. DE: 03 DE MAIO DE 2018.

CONCEDE AO SERVIDOR PÚBLICO **GEISIANE VIEIRA DE MORAES** FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - CONCEDER à servidora pública contratada **GEISIANE VIEIRA DE MORAES, Função Gratificada no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) conforme Lei sob nº**. 415/2013 de 02 de abril de 2013.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 03 DE MAIO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 323/2018. DE: 21 DE MAIO DE 2018.

CONCEDE AO SERVIDOR PÚBLICO **CYNTHIA FLAVIA MORAIS CARRIJO** FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - CONCEDER à servidora pública efetiva **CYNTHIA FLAVIA MORAIS CARRIJO, Função Gratificada no valor de R$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais) conforme Lei sob nº**. 415/2013 de 02 de abril de 2013.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 21 DE MAIO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 317/2018. DE: 03 DE MAIO DE 2018.

CONCEDE AO SERVIDOR PÚBLICO **ALECIO TAFAREL JUNIOR** FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - CONCEDER ao servidor público contratado **ALECIO TAFAREL JUNIOR, Função Gratificada no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) conforme Lei sob nº**. 415/2013 de 02 de abril de 2013.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 03 DE MAIO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 007/2018 - PREGAO ELETRONICO 002/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

PROCESSO Nº 009/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2018

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo Exmo Sr. Prefeito **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2018, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Eletrônico, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor(a): SALVI LOPES & CIA LTDA – CNPJ – 82.478.140/0001-34, com endereço na Av. Gaturamo, nº 100, Centro, Arapongas-PR – CEP: 86702-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**.Não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

SALVI LOPES & CIA LTDA - ME						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
25	MICROPIPETA AUTOMATICA DE 500 MICROLITROS, VOLUME FIXO	UNID	5	PEPGUEPET	R$ 51,12	R$ 255,58
31	TUBO A VACUO COM EDTA - EM VIDRO, COM ETDA, COM 4,5ML, NA TAMPA LILAZ C/50	PC	1500	VACUPLAST	R$ 38,29	R$ 57.435,00
33	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - TAMPA AZUL, PARA 4,5ML C/100	CX	250	VACUPLAST	R$ 43,00	R$ 10.750,00
35	TUBO DE ENSAIO - EM VIDRO, CAPACIDADE DE 5ML, FUNDO C/500	CX	200	PRECISION	R$ 62,49	R$ 12.498,00
54	CURATIVO ADESIVO - COM MICROADERENCIA, CURATIVO REDONDO PARA COLETA DE SANGUE C/500	CX	1500	COPERTINA	R$ 14,86	R$ 22.290,00
57	PONTEIRA PLASTICA - DESCARTAVEL, ESTERIL, PARA PIPETA, COM CAPACIDADE 10UL A 100UL C/960	CX	10	CRALPLAST	R$ 229,99	R$ 2.299,90
					TOTAL GERAL	**R$ 105.528,48**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de **R$ 105.528,48** (cento e cinco mil quinhentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

3.0. Desde que devidamente justificada, esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

3.1. Os órgãos e entidades que não participaram do certame licitatório, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.0. Caberá ao fornecedor beneficiário desta ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgão participantes.

5.0. As aquisições ou contratações a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem) por cento dos quantitativo dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.0. Em atendimento ao disposto no §4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões á adesão da ata de registro de preços não excedera, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.0. Autorizada a adesão, o órgão não participante (o “carona”) deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em ate 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os objetos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os objetos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do objeto é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os objetos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III -Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os objetos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos objetos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.2141	Aquisição de Material Laboratorial
Ficha	148	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Solicitação		

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.1033	Aquisição de Móveis e Equipamentos
Ficha	127	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Solicitação		

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2018 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 11 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

SALVI LOPES & CIA LTDA

CONTRATADA

CONTRATO 036/2018

CONTRATO N° 036/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2018

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT.

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS P/ LABORATORIOS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 05.895.525/0001-56, sediada na Rua Presidente Rodrigues Alves, nº 66, Setor Jardim Presidente – Goiânia/GO – CEP: 74.353-400, considerando o constante no processo licitatório nº 009/2018, pregão eletrônico n° 002/2018, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, sendo de extrema urgência para suprir as necessidades da população do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Foi elaborado pela secretaria solicitante e Central de Compras o Termo de Referência, do Processo Administrativo nº 009/2018, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

2.2. Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2018, com fundamento na Lei 8.666/93, 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/2005, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal, disposto no processo nº 009/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa Contratada deverá executar o fornecimento, conforme especificado no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 002/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Marca, Quantidade e Preços Praticados:

OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P/ LABORATORIOS LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
3	KIT PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS (HIV-1). (HIV-1 SUBTIPO "O") KIT C/25	KIT	70		R$ 142,43	R$ 9.970,10
19	PAPEL PARA IMPRESSORA DE APARELHO DE LABORATORIO - TERMICO, 57MM DE LARGURA X 30M	UNID	100	REVISA	R$ 5,40	R$ 539,50
24	MICROPIPETA AUTOMATICA - DE 200 MICROLITROS, FIXO	UNID	5	PEGUEPET	R$ 145,15	R$ 725,75
58	PONTEIRA PLASTICA - APIROGENICA, DESCARTAVEL, PARA PIPETA, COM CAPACIDADE DE 50UL A 1000UL C/960	CX	10	KASVI	R$ 339,00	R$ 3.390,00
63	COPO - EM VIDRO TRANSPARENTE, TIPO CALICE DE VIDRO PARA SEDIMENTAÇÃO	UNID	100	UNIGLAS	R$ 21,00	R$ 2.100,00
68	MESA- PARA ESCRITORIO, EM MDF, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMINICO, RETANGULAR	UNID	2	MEDI SAUDE	R$ 582,00	R$ 1.164,00
69	SUPORTE DE BRAÇO - PARA COLETA DE SANGUE COM BASE E COLUNA EM FERRO FUNDIDO E PINTADO	UNID	5	ORTOMED	R$ 405,00	R$ 2.025,00

71	PONTEIRA PLASTICA - DESCARTAVEL, SEM BLOQUEIO P/MICROPIPETAS, COM CAPACIDADE ATE 250UL C/100	CX	5	KASVI	R$ 385,17	R$ 1.925,85
					TOTAL GERAL	**R$ 21.840,20**

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor de **R$ 21.840,20** (vinte e um mil oitocentos e quarenta reais e vinte centavos)

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

a)Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.

b)Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

c)Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Uma vez notificada de que a PREFEITURA efetivará a aquisição, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02(dois) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XVI deste Edital. Recebida a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço ou instrumento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

a) Fornecer os itens de acordo com o edital. **b)** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo; **c)** Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga. **d)** Os produtos cotados deverão atender as especificações constantes no Termo de Referência. **e)** Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos. **f)** A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. **g)** Serão recusados os materiais que não atenderem as especificações constantes neste edital e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a licitante contratada substituir imediatamente o recusado **OBSERVANDO OS PRAZOS DE VALIDADE SUPERIOR A 2019 PARA AS AQUISIÇÕES (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NO ALMOXARIFADO). h)** Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante. **i)** Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem. **j)** Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei. **k)** Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem. **l)** Comunicar à Contratante, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; **m)**A contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. **n)** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, **sem qualquer ônus ao CONTRATANTE. o)** Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal de Fazenda da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido; **p)** Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais; **q)** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e **r)** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA; **s)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

t) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

u) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá a sua vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante a celebração de Termo Aditivo, nos termos da Lei 8.666/93.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 05(cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.4. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

7.5. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.6. A critério desta Prefeitura, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, Autorização de Compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, mediante controle emitido pelo fornecedor.

8.1.1 A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.3. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

9.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/IBGE, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela Prefeitura Municipal.

9.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

9.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

9.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no art.78, incisos de I a XII, XVII e XVIII, da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados;

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no https://diariomunicipal.org/mt/amm/ considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pela PREFEITURA facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas à execução dos serviços.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A contratada que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

11.1.1 Por atraso injustificado na entrega dos produtos;

11.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos porcento) sobre o valor da contratação;

11.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos porcento), sobre o valor da contratação, aplicado sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

11.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias sem atraso.

11.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

11.1.2.1. Advertência;

11.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso por prazo não superior a 02 (dois) anos.

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste.

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sempre juízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.5.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/ as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.2141	Aquisição de Material Laboratorial
Ficha	148	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Solicitação		

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.1033	Aquisição de Móveis e Equipamentos
Ficha	127	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Solicitação		

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

13.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato.

13.1.2. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

13.1.3*Vinculam-se* a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2018, seus anexos e a proposta da contratada;

13.1.4. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 22 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS

P/ LABORATORIOS LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

CPF: CPF:

CONTRATO 035/2018

CONTRATO N° 035/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2018

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT.

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 08.835. 955/0001-70, sediada na Rua Yanomamis, nº 351, Residencial Petrópolis – Goiânia/GO – CEP: 74.460-721, considerando o constante no processo licitatório nº 009/2018, pregão eletrônico n° 002/2018, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, sendo de extrema urgência para suprir as necessidades da população do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Foi elaborado pela secretaria solicitante e Central de Compras o Termo de Referência, do Processo Administrativo nº 009/2018, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

2.2. Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2018, com fundamento na Lei 8.666/93, 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/2005, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal, disposto no processo nº 009/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa Contratada deverá executar o fornecimento, conforme especificado no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 002/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Marca, Quantidade e Preços Praticados:

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor de **R$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais)

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

a)Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.

b)Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

c)Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Uma vez notificada de que a PREFEITURA efetivará a aquisição, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02(dois) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XVI deste Edital. Recebida a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço ou instrumento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

a) Fornecer os itens de acordo com o edital. **b)** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo; **c)** Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga. **d)** Os produtos cotados deverão atender as especificações constantes no Termo de Referência. **e)** Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos. **f)** A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. **g)** Serão recusados os materiais que não atenderem as especificações constantes neste edital e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a licitante contratada substituir imediatamente o recusado **OBSERVANDO OS PRAZOS DE VALIDADE SUPERIOR A 2019 PARA AS AQUISIÇÕES (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NO ALMOXARIFADO). h)** Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante. **i)** Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem. **j)** Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei. **k)** Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem. **l)** Comunicar à Contratante, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; **m)**A contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. **n)** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, **sem qualquer ônus ao CONTRATANTE. o)** Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal de Fazenda da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido; **p)** Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais; **q)** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e **r)** Não transfe-

rir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA; **s)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

t) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

u) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá a sua vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante a celebração de Termo Aditivo, nos termos da Lei 8.666/93.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 05(cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.4. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

7.5. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.6. A critério desta Prefeitura, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, Autorização de Compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, mediante controle emitido pelo fornecedor.

8.1.1 A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.3. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

9.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/IBGE, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela Prefeitura Municipal.

9.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

9.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

9.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no art.78, incisos de I a XII, XVII e XVIII, da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados;

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no https://diariomunicipal.org/mt/amm/ considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pela PREFEITURA facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas à execução dos serviços.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A contratada que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

11.1.1 Por atraso injustificado na entrega dos produtos;

11.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos porcento) sobre o valor da contratação;

11.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos porcento), sobre o valor da contratação, aplicado sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

11.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias sem atraso.

11.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

11.1.2.1. Advertência;

11.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso por prazo não superior a 02 (dois) anos.

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste.

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sempre juízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.5.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/ as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.2141	Aquisição de Material Laboratorial
Ficha	148	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Solicitação		

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.1033	Aquisição de Móveis e Equipamentos
Ficha	127	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Solicitação		

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

13.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato.

13.1.2. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

13.1.3*Vinculam-se* a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2018, seus anexos e a proposta da contratada;

13.1.4. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 22 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

SALVI LOPES & CIA LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

CPF: CPF:

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 034/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 034/2018

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Senhor Miguel Jose Brunetta, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ **2.991,60** (dois mil novecentos e noventa e um reais e sessenta centavos). Tendo como objeto **Aquisição de medicamentos de alto custo não contemplados pelo SUS – Sistema Único de Saúde, para os paciente Lucione Tavares da Costa, conforme processo e pareceres em anexo.** Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de **HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO LUCAS PRIMAVERA LTDA, CNPJ: 20.424.706/0001-98,** endereço: Av. Minas Gerais, nº. 356, Bairro: Centro, Primavera do Leste – MT, CEP: 78.850-000, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2018 - PREGAO ELETRONICO 002/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

PROCESSO Nº 009/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 006/2018

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo Exmo Sr. Prefeito **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2018, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Eletrônico, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor(a): CQC – TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 46.962. 122/0003-21, sediada na Av. Francisco de Angelis, nº 186, Jardim Okita – Campinas/SP – CEP: 13.043-030.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**.Não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
4	KIT PARA DETECÇÃO - QUALITATIVA DO ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG) KIT C/25	KIT	70	BIOMERIEUX	R$ 96,25	R$ 6. 737,50
5	KIT PARA DETECÇÃO - QUALITATIVO DO HCV KIT C/25	KIT	70	ECO DIAG-NOSTICA	R$ 75,95	R$ 5. 316,50
					TOTAL GERAL	**R$ 12. 054,00**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de **R$ 12.054,00** (doze mil e cinquenta e quatro reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

3.0. Desde que devidamente justificada, esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

3.1. Os órgãos e entidades que não participaram do certame licitatório, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.0. Caberá ao fornecedor beneficiário desta ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgão participantes.

5.0. As aquisições ou contratações a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem) por cento dos quantitativo dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.0. Em atendimento ao disposto no §4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões á adesão da ata de registro de preços não excedera, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.0. Autorizada a adesão, o órgão não participante (o “carona”) deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em ate 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os objetos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os objetos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do objeto é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os objetos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III -Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os objetos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos objetos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.2141	Aquisição de Material Laboratorial
Ficha	148	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Solicitação		

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.1033	Aquisição de Móveis e Equipamentos
Ficha	127	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Solicitação		

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2018 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 11 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

CQC TECNOLOGIA EM SISTEMA DIAGNOSTICOS LTDA

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 013/2017

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**PAULA LAYSLANY OLIVEIRA DELMON,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2386877-5 SESP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **046.675.401-92** e residente a Rua Porto Alegre, S/N, Bairro: Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 15/03/2017 firmaram o contrato Nº. 062/2017, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**AGENTE ADMINISTRATIVO,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 062/2017.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 07/05/2018.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 1.223,63 (Hum mil e duzentos e vinte três reais e sessenta três centavos).**

4. O (A) CONTRATADA, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **2.294,38 (dois mil duzentos e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 07/05/2018.

_____

PAULA LAYSLANY OLIVEIRA DELMON

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

CONTRATO 038/2018

CONTRATO N° 038/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2018

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT.

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a

empresa **EQUIPOS COMERCIAL LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.674.540/0001-77, sediada na Rua Pérola, nº 38, Vila Oliveira, Rolândia-PR – CEP: 86.600-000, considerando o constante no processo licitatório nº 009/2018, pregão eletrônico n° 002/2018, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, sendo de extrema urgência para suprir as necessidades da população do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Foi elaborado pela secretaria solicitante e Central de Compras o Termo de Referência, do Processo Administrativo nº 009/2018, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

2.2. Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2018, com fundamento na Lei 8. 666/93, 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/2005, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal, disposto no processo nº 009/ 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa Contratada deverá executar o fornecimento, conforme especificado no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 002/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Marca, Quantidade e Preços Praticados:

EQUIPOS COMERCIAL LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITA-RIO	VALOR TO-TAL
36	DEIONIZADOR - PARA SISTEMA DE FILTRAÇAO 50 L/H, EM PLASTICO PVC BRANCO, TIPO DE COLUNA	UNID	2	LABOR	R$ 723,98	R$ 1.447,96
37	BANHO MARIA - AJUSTE MECANICO, COM VISOR DIGITAL, CERCA DE 5 L, TERMOME-TRO DIGITAL	UNID	2	SS	R$ 989,00	R$ 1.978,00
38	HOMOGENIZADOR - COLETA DE SANGUE, MEMORIA, ARMAZENAMENTO DE DADOS	UNID	2	KACIL	R$ 1.065,00	R$ 2.130,00
					TOTAL GERAL	**R$ 5.555,96**

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor de **R$ 5.555,96** (cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos)

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

a)Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.

b)Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

c)Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Uma vez notificada de que a PREFEITURA efetivará a aquisição, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02(dois) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XVI deste Edital. Recebida a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço ou instrumento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

a) Fornecer os itens de acordo com o edital. **b)** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo; **c)** Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga. **d)** Os produtos cotados deverão atender as especificações constantes no Termo de Referência. **e)** Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos. **f)** A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. **g)** Serão recusados os materiais que não atenderem as especificações constantes neste edital e/ ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a licitante contratada substituir imediatamente o recusado **OBSERVANDO OS PRAZOS DE VALIDADE SUPERIOR A 2019 PARA AS AQUISIÇÕES (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NO ALMOXARI-FADO). h)** Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante. **i)** Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem. **j)** Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei. **k)** Os materiais deverão estar acondicio-nados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem. **l)** Comunicar à Contratante, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; **m)**A contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. **n)** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, **sem qualquer ônus ao CONTRATANTE. o)** Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal de Fazenda da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido; **p)** Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regu-laridade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais; **q)** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas

os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e **r)** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA; **s)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

t) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

u) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá a sua vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante a celebração de Termo Aditivo, nos termos da Lei 8.666/93.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 05(cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.4. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

7.5. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.6. A critério desta Prefeitura, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, Autorização de Compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, mediante controle emitido pelo fornecedor.

8.1.1 A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.3. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

9.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/IBGE, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela Prefeitura Municipal.

9.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

9.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

9.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no art.78, incisos de I a XII, XVII e XVIII, da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados;

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no https://diariomunicipal.org/mt/amm/ considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pela PREFEITURA facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas à execução dos serviços.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A contratada que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

11.1.1 Por atraso injustificado na entrega dos produtos;

11.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos porcento) sobre o valor da contratação;

11.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos porcento), sobre o valor da contratação, aplicado sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

11.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias sem atraso.

11.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

11.1.2.1. Advertência;

11.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso por prazo não superior a 02 (dois) anos.

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste.

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sempre juízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.5.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/ as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.2141	Aquisição de Material Laboratorial
Ficha	148	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Solicitação		

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.1033	Aquisição de Móveis e Equipamentos
Ficha	127	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Solicitação		

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

13.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato.

13.1.2. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

13.1.3*Vinculam-se* a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2018, seus anexos e a proposta da contratada;

13.1.4. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 22 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

EQUIPOS COMERCIAL LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

CPF: CPF:

CONTRATO 037/2018

CONTRATO N° 037/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2018

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT.

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **ALL LAB COMERCIAL LTDA-EPP**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 19.880.964/0001-08, sediada na Rua Carlos Gusso, nº 250, Aguas Belas, São José dos Pinhais-PR – CEP: 83.040-630, considerando o constante no processo licitatório nº 009/2018, pregão eletrônico n° 002/2018, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, sendo de extrema urgência para suprir as necessidades da população do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Foi elaborado pela secretaria solicitante e Central de Compras o Termo de Referência, do Processo Administrativo nº 009/2018, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

2.2. Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2018, com fundamento na Lei 8.666/93, 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/2005, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal, disposto no processo nº 009/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa Contratada deverá executar o fornecimento, conforme especificado no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 002/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Marca, Quantidade e Preços Praticados:

ALL LAB COMERCIAL LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITA-RIO	VALOR TO-TAL
28	PIPETA EM VIDRO, GRADUADA, COM CAPACIDADE DE 10ML	UNID	5	NEOLAB	R$ 1,80	R$ 9,00
30	PIPETA - DE VIDRO NEUTRO BOROSILICATO, COM BOCAL ESTREITO, NAO ESTERIL, 1ML	UNID	1	NEOLAB	R$ 1,77	R$ 1,77
32	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - SILICONIZADO, A, GEL SEPARA-DOR C/100	CX	3000		R$ 68,10	R$ 204. 300,00
34	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - TAMPA VERMELHA, PARA 8ML C/100	CX	200	NEOVACCUM	R$ 72,50	R$ 14.500,00
56	FITA TESTE - FITAS PARA TESTE RAPIDO DE TRIAGEM EM URINA, C/100	CX	12	WAMA	R$ 29,00	R$ 348,00
66	ESTANTE - PARA TUBOS COM 5ML, COM CAPACIDADE PARA 49 TUBOS	UNID	10	NEOPLAST	R$ 103,00	R$ 1.030,00
					TOTAL GERAL	R$ 220. 188,77

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor de **R$ 220.188,77** (duzentos e vinte mil cento e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos)

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

a)Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.

b)Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

c)Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Uma vez notificada de que a PREFEITURA efetivará a aquisição, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02(dois) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XVI deste Edital. Recebida a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço ou instrumento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

a) Fornecer os itens de acordo com o edital. **b)** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo; **c)** Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga. **d)** Os produtos cotados deverão atender as especificações constantes no Termo de Referência. **e)** Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos. **f)** A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. **g)** Serão recusados os materiais que não atenderem as especificações constantes neste edital e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a licitante contratada substituir imediatamente o recusado **OBSERVANDO OS PRAZOS DE VALIDADE SUPERIOR A 2019 PARA AS AQUISIÇÕES (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NO ALMOXARIFADO). h)** Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante. **i)** Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem. **j)** Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei. **k)** Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem. **l)** Comunicar à Contratante, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; **m)**A contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. **n)** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, **sem qualquer ônus ao CONTRATANTE. o)** Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal de Fazenda da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido; **p)** Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais; **q)** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e **r)** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA; **s)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

t) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

u) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá a sua vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante a celebração de Termo Aditivo, nos termos da Lei 8.666/93.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 05(cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.4. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

7.5. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.6. A critério desta Prefeitura, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, Autorização de Compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, mediante controle emitido pelo fornecedor.

8.1.1 A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.3. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

9.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/IBGE, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela Prefeitura Municipal.

9.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

9.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

9.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no art.78, incisos de I a XII, XVII e XVIII, da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados;

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no https://diariomunicipal.org/mt/amm/ considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pela PREFEITURA facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas à execução dos serviços.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A contratada que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

11.1.1 Por atraso injustificado na entrega dos produtos;

11.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos porcento) sobre o valor da contratação;

11.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos porcento), sobre o valor da contratação, aplicado sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

11.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias sem atraso.

11.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

11.1.2.1. Advertência;

11.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso por prazo não superior a 02 (dois) anos.

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste.

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sempre juízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.5.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/ as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.2141	Aquisição de Material Laboratorial
Ficha	148	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Solicitação		

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.1033	Aquisição de Móveis e Equipamentos
Ficha	127	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Solicitação		

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

13.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato.

13.1.2. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

13.1.3*Vinculam-se* a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2018, seus anexos e a proposta da contratada;

13.1.4. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 22 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

ALL LAB COMERCIAL LTDA-EPP

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2018 - PREGAO ELETRONICO 002/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

PROCESSO Nº 009/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2018

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo Exmo Sr. Prefeito **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2018, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Eletrônico, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor(a): EQUIPOS COMERCIAL LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.674.540/0001-77, sediada na Rua Pérola, nº 38, Vila Oliveira, Rolândia-PR – CEP: 86.600-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**.Não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

EQUIPOS COMERCIAL LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
36	DEIONIZADOR - PARA SISTEMA DE FILTRAÇAO 50 L/H, EM PLASTICO PVC BRANCO, TIPO DE COLUNA	UNID	2	LABOR	R$ 723,98	R$ 1.447,96
37	BANHO MARIA - AJUSTE MECANICO, COM VISOR DIGITAL, CERCA DE 5 L, TERMOMETRO DIGITAL	UNID	2	SS	R$ 989,00	R$ 1.978,00
38	HOMOGENIZADOR - COLETA DE SANGUE, MEMORIA, ARMAZENAMENTO DE DADOS	UNID	2	KACIL	R$ 1.065,00	R$ 2.130,00
					TOTAL GERAL	**R$ 5.555,96**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de **R$ 5.555,96** (cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e novena e seis centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

3.0. Desde que devidamente justificada, esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

3.1. Os órgãos e entidades que não participaram do certame licitatório, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.0. Caberá ao fornecedor beneficiário desta ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgão participantes.

5.0. As aquisições ou contratações a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem) por cento dos quantitativo dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.0. Em atendimento ao disposto no §4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões á adesão da ata de registro de preços não excedera, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.0. Autorizada a adesão, o órgão não participante (o "carona") deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em ate 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os objetos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os objetos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do objeto é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os objetos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III -Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os objetos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos objetos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.2141	Aquisição de Material Laboratorial
Ficha	148	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Solicitação		

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.1033	Aquisição de Móveis e Equipamentos
Ficha	127	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Solicitação		

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2018 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 11 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

EQUIPOS COMERCIAL LTDA

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010/2018 - PREGAO ELETRONICO 002/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

PROCESSO Nº 009/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2018

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo Exmo Sr. Prefeito **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2018, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Eletrônico, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor(a): ALL LAB COMERCIAL LTDA-EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 19.880.964/0001-08, sediada na Rua Carlos Gusso, nº 250, Aguas Belas, São José dos Pinhais-PR – CEP: 83.040-630.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**.Não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

ALL LAB COMERCIAL LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITA-RIO	VALOR TO-TAL
28	PIPETA EM VIDRO, GRADUADA, COM CAPACIDADE DE 10ML	UNID	5	NEOLAB	R$ 1,80	R$ 9,00
30	PIPETA - DE VIDRO NEUTRO BOROSILICATO, COM BOCAL ESTREITO, NAO ESTERIL, 1ML	UNID	1	NEOLAB	R$ 1,77	R$ 1,77
32	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - SILICONIZADO, A, GEL SEPARA-DOR C/100	CX	3000		R$ 68,10	R$ 204. 300,00

34	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - TAMPA VERMELHA, PARA 8ML C/100	CX	200	NEOVACCUM	R$ 72,50	R$ 14.500,00
56	FITA TESTE - FITAS PARA TESTE RAPIDO DE TRIAGEM EM URINA, C/100	CX	12	WAMA	R$ 29,00	R$ 348,00
66	ESTANTE - PARA TUBOS COM 5ML, COM CAPACIDADE PARA 49 TUBOS	UNID	10	NEOPLAST	R$ 103,00	R$ 1.030,00
					TOTAL GERAL	R$ 220.188,77

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de **R$ 220.188,77** (duzentos e vinte mil cento e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

3.0. Desde que devidamente justificada, esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

3.1. Os órgãos e entidades que não participaram do certame licitatório, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.0. Caberá ao fornecedor beneficiário desta ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgão participantes.

5.0. As aquisições ou contratações a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem) por cento dos quantitativo dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.0. Em atendimento ao disposto no §4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões á adesão da ata de registro de preços não excedera, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.0. Autorizada a adesão, o órgão não participante (o “carona”) deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em ate 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os objetos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os objetos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do objeto é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os objetos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III -Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os objetos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos objetos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.2141	Aquisição de Material Laboratorial
Ficha	148	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Solicitação		

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.1033	Aquisição de Móveis e Equipamentos
Ficha	127	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Solicitação		

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2018 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 11 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

ALL LAB COMERCIAL LTDA-EPP

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009/2018 - PREGAO ELETRONICO 002/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

PROCESSO Nº 009/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2018

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo Exmo Sr. Prefeito **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2018, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Eletrônico, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor(a): OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS P/ LABORATORIOS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 05. 895.525/0001-56, sediada na Rua Presidente Rodrigues Alves, nº 66, Setor Jardim Presidente – Goiânia/GO – CEP: 74.353-400.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**.Não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P/ LABORATORIOS LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
3	KIT PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS (HIV-1). (HIV-1 SUBTIPO "O") KIT C/25	KIT	70		R$ 142,43	R$ 9. 970,10
19	PAPEL PARA IMPRESSORA DE APARELHO DE LABORATORIO - TERMICO, 57MM DE LARGURA X 30M	UNID	100	REVISA	R$ 5,40	R$ 539,50
24	MICROPIPETA AUTOMATICA - DE 200 MICROLITROS, FIXO	UNID	5	PEGUEPET	R$ 145,15	R$ 725,75
58	PONTEIRA PLASTICA - APIROGENICA, DESCARTAVEL, PARA PIPETA, COM CAPACIDADE DE 50UL A 1000UL C/960	CX	10	KASVI	R$ 339,00	R$ 3. 390,00
63	COPO - EM VIDRO TRANSPARENTE, TIPO CALICE DE VIDRO PARA SEDIMENTAÇÃO	UNID	100	UNIGLAS	R$ 21,00	R$ 2. 100,00
68	MESA- PARA ESCRITORIO, EM MDF, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMINICO, RETANGULAR	UNID	2	MEDI SAUDE	R$ 582,00	R$ 1. 164,00
69	SUPORTE DE BRAÇO - PARA COLETA DE SANGUE COM BASE E COLUNA EM FERRO FUNDIDO E PINTADO	UNID	5	ORTOMED	R$ 405,00	R$ 2. 025,00
71	PONTEIRA PLASTICA - DESCARTAVEL, SEM BLOQUEIO P/MICROPIPETAS, COM CAPACIDADE ATE 250UL C/100	CX	5	KASVI	R$ 385,17	R$ 1. 925,85
					TOTAL GERAL	**R$ 21. 840,20**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de **R$ 21.840,20** (vinte e um mil oitocentos e quarenta reais e vinte centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

3.0. Desde que devidamente justificada, esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

3.1. Os órgãos e entidades que não participaram do certame licitatório, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.0. Caberá ao fornecedor beneficiário desta ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgão participantes.

5.0. As aquisições ou contratações a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem) por cento dos quantitativo dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.0. Em atendimento ao disposto no §4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões á adesão da ata de registro de preços não excedera, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.0. Autorizada a adesão, o órgão não participante (o “carona”) deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em ate 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os objetos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os objetos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do objeto é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os objetos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III -Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os objetos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos objetos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.2141	Aquisição de Material Laboratorial
Ficha	148	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Solicitação		

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.1033	Aquisição de Móveis e Equipamentos
Ficha	127	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Solicitação		

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2018 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 11 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS

P/ LABORATORIOS LTDA

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2018 - PREGAO ELETRONICO 002/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

PROCESSO Nº 009/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2018

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo Exmo Sr. Prefeito **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2018, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Eletrônico, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor(a): DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 08. 835.955/0001-70, sediada na Rua Yanomamis, nº 351, Residencial Petrópolis – Goiânia/GO – CEP: 74.460-721.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**.Não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAES LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITA-RIO	VALOR TOTAL
55	COLETOR UNIVERSAL - COM 80ML, COM PLASTICO RIGIDO, TAMPA EM ROSCA C/500	CX	10000	3B	R$ 135,39	R$ 1.353. 900,00
					TOTAL GERAL	**R$ 1.353.900,00**

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor do presente instrumento é de **R$ 1.353.900,00** (um milhão trezentos e cinquenta e três mil e novecentos reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

3.0. Desde que devidamente justificada, esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

3.1. Os órgãos e entidades que não participaram do certame licitatório, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.0. Caberá ao fornecedor beneficiário desta ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgão participantes.

5.0. As aquisições ou contratações a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem) por cento dos quantitativo dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.0. Em atendimento ao disposto no §4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões á adesão da ata de registro de preços não excedera, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.0. Autorizada a adesão, o órgão não participante (o "carona") deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em ate 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os objetos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os objetos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do objeto é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os objetos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III -Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os objetos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos objetos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.2141	Aquisição de Material Laboratorial
Ficha	148	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Solicitação		

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.1033	Aquisição de Móveis e Equipamentos
Ficha	127	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Solicitação		

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2018 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 11 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA

CONTRATADA

CONTRATO 034/2018

CONTRATO N° 034/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2018

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT.

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **SALVI LOPES & CIA LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **82.478.140/0001-34,** com endereço na Av. Gaturamo, nº 100, Centro, Arapongas-PR – CEP: 86702-000, considerando o constante no processo licitatório nº 009/2018, pregão eletrônico n° 002/2018, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, sendo de extrema urgência para suprir as necessidades da população do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Foi elaborado pela secretaria solicitante e Central de Compras o Termo de Referência, do Processo Administrativo nº 009/2018, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

2.2. Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2018, com fundamento na Lei 8. 666/93, 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/2005, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal, disposto no processo nº 009/ 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa Contratada deverá executar o fornecimento, conforme especificado no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 002/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Marca, Quantidade e Preços Praticados:

SALVI LOPES & CIA LTDA - ME						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
25	MICROPIPETA AUTOMATICA DE 500 MICROLITROS, VOLUME FIXO	UNID	5	PEPGUEPET	R$ 51,12	R$ 255,58
31	TUBO A VACUO COM EDTA - EM VIDRO, COM ETDA, COM 4,5ML, NA TAMPA LILAZ C/50	PC	1500	VACUPLAST	R$ 38,29	R$ 57. 435,00
33	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - TAMPA AZUL, PARA 4,5ML C/100	CX	250	VACUPLAST	R$ 43,00	R$ 10. 750,00
35	TUBO DE ENSAIO - EM VIDRO, CAPACIDADE DE 5ML, FUNDO C/500	CX	200	PRECISION	R$ 62,49	R$ 12. 498,00
54	CURATIVO ADESIVO - COM MICROADERENCIA, CURATIVO REDONDO PARA COLETA DE SANGUE C/500	CX	1500	COPERTINA	R$ 14,86	R$ 22. 290,00
57	PONTEIRA PLASTICA - DESCARTAVEL, ESTERIL, PARA PIPETA, COM CAPACIDADE 10UL A 100UL C/960	CX	10	CRALPLAST	R$ 229,99	R$ 2. 299,90
					TOTAL GERAL	**R$ 105. 528,48**

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor de **R$ 105.528,48** (cento e cinco mil quinhentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos)

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

a)Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.

b)Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

c)Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Uma vez notificada de que a PREFEITURA efetivará a aquisição, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02(dois) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XVI deste Edital. Recebida a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço ou instrumento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

a) Fornecer os itens de acordo com o edital. **b)** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo; **c)** Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga. **d)** Os produtos cotados deverão atender as especificações constantes no Termo de Referência. **e)** Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos. **f)** A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. **g)** Serão recusados os materiais que não atenderem as especificações constantes neste edital e/ ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a licitante contratada substituir imediatamente o recusado **OBSERVANDO OS PRAZOS DE VALIDADE SUPERIOR A 2019 PARA AS AQUISIÇÕES (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NO ALMOXARIFADO). h)** Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante. **i)** Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem. **j)** Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei. **k)** Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem. **l)** Comunicar à Contratante, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; **m)**A contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. **n)** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, **sem qualquer ônus ao CONTRATANTE. o)** Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal de Fazenda da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido; **p)** Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais; **q)** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e **r)** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA; **s)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

t) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

u) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá a sua vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante a celebração de Termo Aditivo, nos termos da Lei 8.666/93.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 05(cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.4. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

7.5. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.6. A critério desta Prefeitura, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, Autorização de Compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, mediante controle emitido pelo fornecedor.

8.1.1 A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.3. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

9.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/IBGE, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela Prefeitura Municipal.

9.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

9.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

9.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no art.78, incisos de I a XII, XVII e XVIII, da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados;

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no https://diariomunicipal.org/mt/amm/ considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pela PREFEITURA facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas à execução dos serviços.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A contratada que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

11.1.1 Por atraso injustificado na entrega dos produtos;

11.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos porcento) sobre o valor da contratação;

11.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos porcento), sobre o valor da contratação, aplicado sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

11.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias sem atraso.

11.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

11.1.2.1. Advertência;

11.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso por prazo não superior a 02 (dois) anos.

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste.

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sempre juízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.5.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/ as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.2141	Aquisição de Material Laboratorial
Ficha	148	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Solicitação		

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.1033	Aquisição de Móveis e Equipamentos
Ficha	127	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Solicitação		

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

13.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato.

13.1.2. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

13.1.3*Vinculam-se* a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2018, seus anexos e a proposta da contratada;

13.1.4. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 22 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

SALVI LOPES & CIA LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

CPF: CPF:

CONTRATO 033/2018

CONTRATO N° 033/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2018

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT.

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **CQC – TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 46.962.122/0003-21, sediada na Av. Francisco de Angelis, nº 186, Jardim Okita – Campinas/SP – CEP: 13.043-030, considerando o constante no processo licitatório nº 009/2018, pregão eletrônico n° 002/2018, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA USO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, sendo de extrema urgência para suprir as necessidades da população do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Foi elaborado pela secretaria solicitante e Central de Compras o Termo de Referência, do Processo Administrativo nº 009/2018, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

2.2. Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2018, com fundamento na Lei 8.666/93, 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/2005, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal, disposto no processo nº 009/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa Contratada deverá executar o fornecimento, conforme especificado no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 002/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Marca, Quantidade e Preços Praticados:

CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
4	KIT PARA DETECÇÃO - QUALITATIVA DO ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG) KIT C/25	KIT	70	BIOMERIEUX	R$ 96,25	R$ 6.737,50

5	KIT PARA DETECÇÃO - QUALITATIVO DO HCV KIT C/25	KIT	70	ECO DIAG-NOSTICA	R$ 75,95	R$ 5. 316,50
					TOTAL GE-RAL	**R$ 12. 054,00**

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor de R$ (doze mil e cinquenta e quatro reais)

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

a)Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.

b)Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

c)Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Uma vez notificada de que a PREFEITURA efetivará a aquisição, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02(dois) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XVI deste Edital. Recebida a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço ou instrumento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

a) Fornecer os itens de acordo com o edital. **b)** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo; **c)** Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga. **d)** Os produtos cotados deverão atender as especificações constantes no Termo de Referência. **e)** Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos. **f)** A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. **g)** Serão recusados os materiais que não atenderem as especificações constantes neste edital e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a licitante contratada substituir imediatamente o recusado **OBSERVANDO OS PRAZOS DE VALIDADE SUPERIOR A 2019 PARA AS AQUISIÇÕES (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NO ALMOXARIFADO). h)** Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante. **i)** Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem. **j)** Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei. **k)** Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem. **l)** Comunicar à Contratante, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; **m)**A contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. **n)** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, **sem qualquer ônus ao CONTRATANTE. o)** Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal de Fazenda da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido; **p)** Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais; **q)** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e **r)** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA; **s)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

t) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

u) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá a sua vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante a celebração de Termo Aditivo, nos termos da Lei 8.666/93.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 05(cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.4. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

7.5. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.6. A critério desta Prefeitura, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, Autorização de Compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, mediante controle emitido pelo fornecedor.

8.1.1 A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.3. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

9.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/IBGE, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela Prefeitura Municipal.

9.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

9.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

9.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no art.78, incisos de I a XII, XVII e XVIII, da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados;

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no https://diariomunicipal.org/mt/amm/ considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pela PREFEITURA facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas à execução dos serviços.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A contratada que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

11.1.1 Por atraso injustificado na entrega dos produtos;

11.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos porcento) sobre o valor da contratação;

11.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos porcento), sobre o valor da contratação, aplicado sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

11.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias sem atraso.

11.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

11.1.2.1. Advertência;

11.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso por prazo não superior a 02 (dois) anos.

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste.

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sempre juízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.5.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/ as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.2141	Aquisição de Material Laboratorial
Ficha	148	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Solicitação		

Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	0502	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5006.1033	Aquisição de Móveis e Equipamentos
Ficha	127	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Solicitação		

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

13.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato.

13.1.2. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

13.1.3*Vinculam-se* a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2018, seus anexos e a proposta da contratada;

13.1.4. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 22 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

CQC TECNOLOGIA EM SISTEMA DIAGNOSTICOS LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 20/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 20/2018** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS /HORAS DE MANUTEÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MECANICA EM GERAL, ELETRICA, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, TROCA DE OLEO, FILTRO E SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRONICA EM GERAL) DOS VEICULOS PERTECENTE AO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.**

NO Dia 06 de junho de 2018 às 13h30min. HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 924, CENTRO. RUA SALMEM HANZE,*** SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,ou/WWW.SAOJOSED... OU PELO EMAIL: irandiduarte@bol.com.br, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT22/05/2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO
MARIA IRANDI DUARTE
Presidente da Comissão de Licitação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2018** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA TRABALHO NO CRAS, SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO-SFVC/PAIF, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DESSE EDITAL**

NO Dia 08 de junho de 2018 às 13:30. HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 924, CENTRO. RUA SALMEM HANZE,*** SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,ou/WWW.SAOJOSED... OU PELO EMAIL: irandiduarte@bol.com.br, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT22/05/2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO
MARIA IRANDI DUARTE
Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS Nº 12/2018

A Comissão Fiscalizadora no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICA a divulgação da lista dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo nº 002/2018.

CARGO: CONTADOR			
NOME	**MÉDIA FINAL**	**COLOCAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
MARINA LOPES DE OLIVEIRA	5,5	1º	APROVADO
CARLA PATRICIA MOREIRA LUSTOZA	5,0	2º	CLASSIFICADO

CARGO: FARMACEUTICO			
NOME	**MÉDIA FINAL**	**COLOCAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
WEVERTON JUNIOR MARQUES GOMES	5,5	1º	APROVADO

São José do Povo – MT; 22 de Maio de 2018.

Aristóteles Alves Queila de Miranda Silva PRESIDENTE DA COMISSÃO MEMBRO DA COMISSÃO

João David Silva Liceras

MEMBRO DA COMISSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 30/2018, DE 15 DE MAIO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 021/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores LUIZ FERNANDO DE AQUINO e GILBERTO MARCOS ZIELINSKI, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 021/2018**, que tem como objeto a COMPRA DE MATERIAL DE CONSUMO DA EMPRESA CARLOS CAMPOS-COMÉRCIO – ME, PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: FARDO DE ESTOPA DESFIADA COLORIDA ESPECIAL, E DESENGRAXANTE TAMBOR 50L.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 15 de malo de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
ATO DELEGATÓRIO Nº 01/2018, DE 15 DE MAIO DE 2018

O Município de São José do Rio Claro, **CNPJ nº 15.024.037/0001-27**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Valdomiro Lachovicz, vem emitir o presente ATO DELEGATÓRIO, objetivando informar ao Ban-

co do Brasil S.A., Agência 3628-5 - São José do Rio Claro-MT, acerca dos responsáveis pela movimentação bancária e a extensão do poderes, relativamente ao CNPJ em epígrafe, conforme relacionado a seguir:

NOME DO RESPONSÁVEL	CPF	CARGO
VALDOMIRO LACHOVICZ	508.791.389-04	Prefeito Municipal
ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI	531.207.361-04	Secretária Municipal de Administração e Coord. Geral
ROBERTO BUSCIOLI GRUNOV	001.612.231-33	Secretário Municipal de Finanças

A forma que serão feitas as assinaturas na movimentação das contas vinculadas ao referido CNPJ são sempre em conjunto de dois dos responsáveis acima, independente da ordem.

Os Poderes atribuídos aos responsáveis supracitados, para a movimentação das contas vinculadas ao CNPJ de que trata o presente ATO DELEGATÓRIO, devem ser cadastrados de acordo com os códigos a seguir:

009 – Emitir cheques;

010 – Abrir Contas de Depósito;

026 – Solicitar saldos e extratos;

027 – Requisitar Talonários de cheque;

031 – Autorizar Debitar em Conta Relativa à Operação;

093 – Efetuar Transferências/Pagamentos;

094 – Sustar/Contra-Ordenar Cheques;

095 – Cancelar Cheques;

096 – Baixar Cheques;

098 – Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras;

099 – Cadastrar, Abrir e Desbloquear Senhas;

104 – Efetuar Pagamentos por meio Eletrônico;

105 – Efetuar Transferências por meio Eletrônico;

117 – Efetuar Movimentação Financeira no RPG;

118 – Consultar Contas/Aplicação e Programas de Repasse e Recursos;

119 – Liberar Arquivos de Pagamentos no Ger. Financeiro;

123 – Solicitar Saldos/Extratos, exceto Investimentos;

124 – Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos;

125 – Solicitar Saldos/Extratos de Operação de Crédito;

126 – Emitir Comprovantes;

128 – Efetuar Transferência p/ mesma Titularidade;

133 – Encerrar Contas de Depósito.

São José do Rio Claro-MT, 15 de maio de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
ATO DELEGATÓRIO Nº 02/2018, DE 15 DE MAIO DE 2018

O Fundo Municipal de Assistência Social de São José do Rio Claro, **CNPJ nº 01.270.923/0001-26**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Valdomiro Lachovicz, vem emitir o presente ATO DELEGATÓRIO, objetivando informar ao Banco do Brasil S.A., Agência 3628-5 - São José do Rio Claro-MT, acerca dos responsáveis pela movimentação bancária e a extensão do poderes, relativamente ao CNPJ em epígrafe, conforme relacionado a seguir:

NOME DO RESPONSÁVEL	CPF	CARGO
VALDOMIRO LACHOVICZ	508.791.389-04	Prefeito Municipal
ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI	531.207.361-04	Secretária Municipal de Administração e Coord. Geral
ROBERTO BUSCIOLI GRUNOV	001.612.231-33	Secretário Municipal de Finanças

A forma que serão feitas as assinaturas na movimentação das contas vinculadas ao referido CNPJ são sempre em conjunto de dois dos responsáveis acima, independente da ordem.

Os Poderes atribuídos aos responsáveis supracitados, para a movimentação das contas vinculadas ao CNPJ de que trata o presente ATO DELEGATÓRIO, devem ser cadastrados de acordo com os códigos a seguir:

009 – Emitir cheques;

010 – Abrir Contas de Depósito;

026 – Solicitar saldos e extratos;

027 – Requisitar Talonários de cheque;

031 – Autorizar Debitar em Conta Relativa à Operação;

093 – Efetuar Transferências/Pagamentos;

094 – Sustar/Contra-Ordenar Cheques;

095 – Cancelar Cheques;

096 – Baixar Cheques;

098 – Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras;

099 – Cadastrar, Abrir e Desbloquear Senhas;

104 – Efetuar Pagamentos por meio Eletrônico;

105 – Efetuar Transferências por meio Eletrônico;

117 – Efetuar Movimentação Financeira no RPG;

118 – Consultar Contas/Aplicação e Programas de Repasse e Recursos;

119 – Liberar Arquivos de Pagamentos no Ger. Financeiro;

123 – Solicitar Saldos/Extratos, exceto Investimentos;

124 – Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos;

125 – Solicitar Saldos/Extratos de Operação de Crédito;

126 – Emitir Comprovantes;

128 – Efetuar Transferência p/ mesma Titularidade;

133 – Encerrar Contas de Depósito.

São José do Rio Claro-MT, 15 de maio de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
ATO DELEGATÓRIO Nº 03/2018, DE 15 DE MAIO DE 2018

O Fundo Municipal de Saúde de São José do Rio Claro, **CNPJ nº 12.271.662/0001-85**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Valdomiro Lachovicz, vem emitir o presente ATO DELEGATÓRIO, objetivando informar ao Banco do Brasil S.A., Agência 3628-5 - São José do Rio Claro-MT, acerca dos responsáveis pela movimentação bancária e a extensão do poderes, relativamente ao CNPJ em epígrafe, conforme relacionado a seguir:

NOME DO RESPONSÁVEL	CPF	CARGO
VALDOMIRO LACHOVICZ	508.791.389-04	Prefeito Municipal
ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI	531.207.361-04	Secretária Municipal de Administração e Coord. Geral
ROBERTO BUSCIOLI GRUNOV	001.612.231-33	Secretário Municipal de Finanças

A forma que serão feitas as assinaturas na movimentação das contas vinculadas ao referido CNPJ são sempre em conjunto de dois dos responsáveis acima, independente da ordem.

Os Poderes atribuídos aos responsáveis supracitados, para a movimentação das contas vinculadas ao CNPJ de que trata o presente ATO DELEGATÓRIO, devem ser cadastrados de acordo com os códigos a seguir:

009 – Emitir cheques;

010 – Abrir Contas de Depósito;

026 – Solicitar saldos e extratos;

027 – Requisitar Talonários de cheque;

031 – Autorizar Debitar em Conta Relativa à Operação;

093 – Efetuar Transferências/Pagamentos;

094 – Sustar/Contra-Ordenar Cheques;

095 – Cancelar Cheques;

096 – Baixar Cheques;

098 – Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras;

099 – Cadastrar, Abrir e Desbloquear Senhas;

104 – Efetuar Pagamentos por meio Eletrônico;

105 – Efetuar Transferências por meio Eletrônico;

117 – Efetuar Movimentação Financeira no RPG;

118 – Consultar Contas/Aplicação e Programas de Repasse e Recursos;

119 – Liberar Arquivos de Pagamentos no Ger. Financeiro;

123 – Solicitar Saldos/Extratos, exceto Investimentos;

124 – Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos;

125 – Solicitar Saldos/Extratos de Operação de Crédito;

126 – Emitir Comprovantes;

128 – Efetuar Transferência p/ mesma Titularidade;

133 – Encerrar Contas de Depósito.

São José do Rio Claro-MT, 15 de maio de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 28/2018, DE 18 DE ABRIL DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 018/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores VANESSA SANTOLIN CARNIEL e LUANA PRISCILA OPENCOSKI, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 018/2018**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DA CASA DE APOIO TIA TEIA LTDA, PARA INTERNAÇÃO DE PACIENTE COM TRANSTORNO PSIQUIÁTRICO, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 18 de abril de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 29/2018, DE 7 DE MAIO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 020/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores LUANA PRISCILA OPENCOSKI e VANESSA SANTOLIN CARNIEL, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 020/2018**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO DE COMEMORAÇÃO DO DIA DAS MÃES ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 7 de maio de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2018 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O **Município de São José do Rio Claro – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **Valdomiro Lachovicz**, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no processo para Contratação da empresa **EXCLUSIVETUR LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS LTDA - ME,** inscrita no CNPJ: 20.773.382/0001-01, para **prestação de serviços de transporte de paciente para realizar consulta e cirurgia no programa de ações governamentais emergenciais e estratégicas denominado Caravana da Transformação**, estima-se para essa contratação o valor de **R$ 12.000,00 (Doze mil reais)** pagos com recurso próprio do Município, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no *caput* do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e Lei Municipal 1.116/2017 , **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal.São Jose do Rio Claro – MT, 22 de maio de 2018. **VALDOMIRO LACHOVICZ** Prefeito Municipal

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.178, DE 22 DE MAIO DE 2018

INSTITUI O PROGRAMA IPTU PREMIADO, O DESCONTO DE 30 % (TRINTA POR CENTO) E PARCELAMENTO DO IPTU DO ANO DE 2018, PARA QUEM PAGAR EM DIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, FAZ SABER que Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o Fica concedido o desconto de 30% (trinta por cento), para o contribuinte que efetuar o pagamento em quota única até dia 15 de julho de 2018, do Imposto Predial e Territorial Urbano exercício de 2018 do município de São José do Rio Claro-MT, excetuada as Taxas junto dele lançadas.

Art. 2º O contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano exercício de 2018 e das Taxas, junto dele lançadas, poderá optar pelo pagamento, sem desconto, em até 4 (quatro) parcelas mensais, mediante requerimento realizado até o dia 15 de julho de 2018.

Art. 3o Fica instituído para o exercício de 2018, o programa "IPTU PREMIADO", que distribui prêmios aos contribuintes que estiverem quites com o fisco municipal até o dia 20 de Novembro de 2018.

Parágrafo Único. A definição dos prêmios a serem sorteados, bem como a data da realização do concurso a que se refere esta lei, serão definidos na forma regulamentar, que será instituído mediante decreto.

Art. 4º Para efeito desta lei, considera-se prêmio os descritos em regulamento.

Art. 5° A comissão organizadora do concurso "IPTU PREMIADO", será instituída pelo Poder Executivo mediante Decreto.

Art.6° Participarão do sorteio dos prêmios a que se refere esta Lei todos os contribuintes do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do Município de São José do Rio Claro-MT

§ 1º Somente fará jus ao prêmio o contribuinte que até o dia 15 do mês de novembro de 2018 não tenha nenhum débito pendente de tributos referentes à imóveis, inscrito ou não em dívida ativa, referente ao imóvel contemplado, bem como em relação a outros imóveis de sua propriedade inscritos no cadastro imobiliário, exceto na hipótese de comprovação do recolhimento.

§ 2º Para efeito de participação do sorteio também será considerado débito tributário as parcelas vencidas até o dia 15 do mês de novembro de 2018.

Art. 7° Para efeitos desta lei, considerar-se-á proprietário o titular do domínio útil, o possuidor a qualquer titulo, bem como o locatário.

§ 1° O locatário do imóvel somente fará jus ao recebimento do prêmio se comprovar, através de contrato de locação, ter expressamente assumido a responsabilidade pelo pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana.

§ 2° No caso do locador do imóvel se encontrar em débito para com a Fazenda Municipal, inscrito ou não em divida ativa, com tributos municipais relativos à imóveis de sua propriedade, tal não fará jus ao recebimento do prêmio.

§ 3º Não fará jus ao recebimento do prêmio o contribuinte que não estiver cumprindo rigorosamente em dia com os pagamentos dos débitos tributários objeto de parcelamento.

Art. 8° O valor dos bens a serem sorteados durante o concurso não poderá ultrapassar o montante de R$ 19.604,00 (dezenove mil, seiscentos e Qquatro Reais).

Art. 9° Para efeito do sorteio será atribuído pela municipalidade um cupom para cada imóvel regular com o IPTU, o qual será impresso e depositado em uma urna, para posterior sorteio.

Art. 10 Os resultados do sorteio serão homologados pelo Prefeito Municipal e divulgados através da imprensa local.

Art. 11 O direito ao recebimento dos prêmios prescrevem em 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação da homologação dos resultados.

Parágrafo Único. Os prêmios não retirados na data estipulada no caput deste artigo serão doados pelo município às entidades filantrópicas do município.

Art. 12 Ficam excluídos da participação no sorteio, o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores da Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, os Secretários Municipais e os membros da comissão organizadora do concurso, bem como aqueles que são legalmente isentos ao pagamento do IPTU.

Art. 13 As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: código reduzido (117) 04.001.04.129.0003.20009. 3.3.90.31 – Prem Culturais, artísticas, cientificas de porto e outros / fonte 100 - R$ 19.604,00 (dezenove mil, seiscentos e quatro reais).

Art. 14 O não pagamento do IPTU ensejará na inscrição de protesto conforme Lei nº 1.110/2017 descrito no Documento de Arrecadação Municipal/DAM.

Art. 15 O IPTU será disponibilizado no Site da Prefeitura Municipal de São Jose do Rio Claro – MT, onde o mesmo emitido pelo próprio contribuinte não ensejara na taxa de expediente.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 22 de maio de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
DECRETO Nº 033/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais; e

Considerando que em 31/5/2018 (quinta-feira) celebra-se a data de ***Corpus Christi***, de importante e expressiva religiosidade de grande parte dos servidores públicos municipais;

Considerando que o dia 1º/6/2018 (sexta-feira) está interligando a data referida com o fim de semana, e que paralizando-se as atividades do Poder Executivo Municipal proporciona-se significativa economia; e

Considerando o que ocorre nos órgãos públicos das esferas de governo federal e estadual;

DECRETA:

Art. 1º -Fica decretado Ponto Facultativo, no âmbito do funcionalismo público municipal, em São José do Rio Claro, nos dias 31/5/2018 (quinta-feira) e 1º/6/2018 (sexta-feira).

Art. 2º - As repartições públicas municipais não funcionarão nas datas referidas no artigo anterior, salvo os serviços considerados essenciais, na forma da lei, para os quais as Secretarias Municipais deverão tomar as devidas medidas para suas realizações.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro (MT), 22 de maio de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DECRETO Nº 051/2018.

DECRETO Nº 051/2018. SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 21 DE MAIO DE 2018.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

1º Fica exonerada a Senhora, **SILVIA ELAINE DA SILVA,** do cargo em Comissão de Coordenadora do PSF Urbano, de prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde, junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 21 de maio de 2018.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 08h00min, do dia **04/06/2018**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **16/2018**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO***"*. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO pelo e-mail: licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br, ou no site http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br Maiores informações pelos telefones 65 - 3251-1955 e/ou 65 – 3251-2110, das 07:00 as 13:00 horas. EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 08h00min, do dia **05/06/2018**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **17/2018**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual "**AQUISIÇÃO CONDICIONADORES DE AR***"*. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO pelo e-mail: licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br, ou no site http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br Maiores informações pelos telefones 65 - 3251-1955 e/ou 65 – 3251-2110, das 07:00 as 13:00 horas. EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 011/2018.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 011/2017.

PROCESSO Nº 015/2017.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2017.

CONTRATO Nº 011/2017.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO E ENTULHOS NAS VIAS PUBLICA DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO N.º 011/2017, PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.

FAVORECIDO: CELIO JUSTINO DA CUNHA SERVIÇOS EIRELI - ME.

CNPJ: 27.209.182/0001-61.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: DO DIA 16/05/2018 A 15/05/2019;

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 14/05/2018.

VALOR GLOBAL: NÃO HÁ ALTERAÇÃO NO VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Serra Nova Dourada - MT, em 16 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2018

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO- PESSOA JURÍDICA- NO QUAL ATUE EM UM CONSUTÓRIO ODONTOLÓGICO COM CNES CADASTRADO E REGULARIZADO PARA REALIZAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, ATENDENDO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT,**conforme a o termo de referencia ***Anexo I.***

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora abaixo especificada:

Empresa vencedora:

>> JULIANO MARCEL DA SILVA BRANDINI – ME

>> CNPJ Sob n° 22.335.868/0001-85

>> Venceu o Lote 01 no Valor Unitário de **R$: 325,00** (**Trezentos e vinte e cinco reais**)

Valor global do lote: R$ **90.025,00** (Noventa mil e vinte e cinco reais).

Adjudico o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 22 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 363/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 17/05*/2018, com término em 15/06/2018*, *referente ao período aquisitivo de 03/02/2017 a 02/02/2018,* ao servidor ***CICERO CARLOS DE FREITAS*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1691, no cargo de **Agente de Manutenção - Vigia**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data da concessão das férias 17/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 23 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 360/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – TRANSFERIR de tabela de vencimentos osservidores efetivos abaixo relacionados, no cargo de "**Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Enfermagem e Técnico em Laboratório"**, de Técnico da Saúde I para Técnico da Saúde – II**,** em conformidade com a Lei 1.127/2018, que dispõe sobre a Alteração do Agrupamento Funcional do Cargo, e da outras providências.

QTDE	Nº	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA ADMISSÃO
1	910	ALINE TREUHERZ	Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem	12/12/2006
2	4	ANGELA CRISTINA IBANEZ	Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem	21/02/2002
3	911	CLEUDETE GRASSI MARCINIAK	Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem	19/12/2006
4	1017	ELINEZ DA SILVA PRACHEDES	Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem	01/06/2007
5	1367	ELIZABETE MARIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA	Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem	19/04/2012
6	1388	HILDA DIAS TAVARES	Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem	03/05/2012
7	853	KAIT ANGEL LEAO	Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem	19/06/2006
8	1140	LEIA CASSIA GALETTI FERREIRA	Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem	08/08/2008
9	1016	MARIA LUCIA FERREIRA LIDORIO COUTO	Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem	01/06/2007
10	1143	RITA DE CASSIA RIVA	Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem	30/10/2008
11	1380	SUZANA REGINA KROSKI SIQUEIRA	Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem	25/04/2012

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 23 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2018

CONTRATANTE: Município de Tabaporã (MT)

CONTRATADO: **THAIS CAROLINI DOS SANTOS**

OBJETO: Elaborar projeto de construção de 02 (duas) salas de aula com banheiro medindo 131,40 m2, para atender a Escola Infantil Fraternidade Maria Romana Gava Baesso, que atende a faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos.

PRAZO: Até o contratado entregar o Projeto.

VALOR: R$ 3.245,58

ASSINATURA CONTRATO: 14/05/2018

PORTARIA Nº. 362/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 21/05*/2018, com término em 19/06/2018*, *referente ao período aquisitivo de 02/05/2017 à 01/05/2018,* a senhora ***ELIZANGELA DOS SANTOS FERNANDES*****,** servidora, com matricula no RH nº. 1661, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 21/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 23 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2018

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT,** de acordo com o *ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA*.

Repartições interessadas:

GABINETE DO PREFEITO;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO;

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993, COM SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c. c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Pregoeiro, o senhor Helielson Teodoro Alves, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

Empresas vencedoras:

ROSELY DE FATIMA VIEIRA DO NASCIMENTO – ME

CNPJ Sob n° 06.963.674/0001-78

VALOR TOTAL: R$: 405.718,62 (Quatrocentos e cinco mil setecentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos)

BERTAMAFE SUPERMERCADO – LTDA

CNPJ Sob n°. 09.677.050/0001-82

VALOR TOTAL: R$: 520.740,17 (Quinhentos e vinte mil setecentos e quarenta reais e dezessete centavos)

SEGATTI COMERCIO DE GAS LTDA – ME

CNPJ Sob n° 01.706.978/0001-36

VALOR TOTAL: R$: 46.076,04 (Quarenta e seis mil setenta e seis reais e quatro centavos)

CLEIDE DE ALEXANDRE SILVA BAESSO – MEI

CNPJ Sob n° 01.706.978/0001-366

VALOR TOTAL: R$: 150.975,25 (Cento e cinquenta mil novecentos e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 22 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2018.

Pregão Presencial nº 19/2018

Validade: **12 (doze)** meses.

REGISTRO DE PREÇOS para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO- PESSOA JURÍDICA- NO QUAL ATUE EM UM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO COM CNES CADASTRADO E REGULARIZADO PARA REALIZAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, ATENDENDO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT,**conforme a o termo de referencia ***Anexo I***, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, de um lado o **MUNICIPIO DE TABAPORÃ/MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador Jose Pedro Dias nº. 979, Centro, município e Comarca de Tabaporã – Estado de Mato Grosso, neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. **Sirineu Moleta**, brasileiro, solteiro, agente político, portador da RG nº MG-12.223.800 SSP/MG e CPF nº 505.657.109-15, residente e domiciliado na Rua José Carlos Moreira, s/n°, Centro, município de Tabaporã/MT, e do outro lado a empresa **JULIANO MARCEL DA SILVA BRANDINI-ME**, p pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Corumba, nº 104-W, Centro, CEP 78.575-000, município de Juara /MT, CNPJ sob nº. 22.335.868/0001-85, na pessoa do seu representante legal, senhor **Juliano Marcel Da Silva Brandini,** brasileiro, maior, solteiro, portador do RG nº. 17148030 SSP/MT e CPF nº. 024.968.451-97, residente e domiciliado na Rua Dona Maria Leopoldina, nº 450 N, Jd São João, CEP 78.575-000, Município de Juara/MT, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 19/2018**, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. OBJETO E PREÇOS.

1.1 - Constituem o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

LOTE 01						
ITEM	**Código Interno**	**Código TCE - MT**	**SERVIÇOS**	**QUANT.**	**R$ UNIT.**	**R$ TOTAL**
1	**33896**	**328832-3**	**Serviços De Confecção de Próteses Dentárias:** Cumprir a realização de próteses totais mandibulares (inferior) e maxilares (superior) de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, realizando, ficando responsável pelo material utilizado; realização e entrega das próteses ao usuários.	277	R$ 325,00	R$: 90.025,00

1.2 - Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo), cabendo às unidades interessadas a obrigatoriedade de promover pesquisa de mercado antes da utilização desta ata, pesquisa essa cujo resultado deverá constar do campo próprio da requisição de compras.

1.3 - Os preços registrados na presente Ata referem-se aos serviços especificados de acordo com o **Anexo I - Termo de Referência** do edital de **Pregão Presencial n° 19/2018**.

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

2.1 – Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da data de publicação;

2.2 - A detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.

2.3 - À Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a detentora, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 60(sessenta) dias, a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata.

3. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

3.1. O prazo para a retirada da nota de empenho será de até 05 (cinco) dias corridos contados da data ciência da convocação.

3.2. Para a retirada de cada nota de empenho ou ata de registro de preços perante a Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1. Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal

3.2.2. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual

3.2.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal

3.3. Os serviços deverão ser prestados de acordo com a necessidade da secretaria municipal de saúde e deverão começar a ser realizado de imediato mediante Nota de Autorização de Despesas.

3.4. Os serviços deverão ser realizados neste Município e todos os gastos com ferramentas, profissionais capacitados e quaisquer outros gastos não previstos no edital, correrão por conta da empresa vencedora.

3.5. Os serviços da ata serão recebidos pela unidade requisitante, de acordo com as necessidades da secretaria municipal de educação e deverão ser prestados de acordo com sua proposta.

3.6. Se os serviços prestados não corresponder às especificações do objeto da ata, serão aplicadas as penalidades cabíveis.

3.7. Se, durante o prazo de validade da ata, os serviços apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem a administração, desde que isto não represente culpa dos agentes da Prefeitura Municipal, a detentora deverá refazê-lo, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

3.8. A empresa deverá ter Profissional como titulação de protético devidamente validado e registrado nos órgãos competentes;

3.9. Os serviços serão realizados nas dependências do Laboratório vencedor;

3.10. Os serviços deverão ser solicitados por profissionais previamente autorizados pela Secretaria Municipal de saúde, seguindo os critérios de prioridade estabelecidos em Protocolo;

3.11. O Prestador deverá manter uma escala fixa de atendimento, não podendo alterá-la em período inferior a 30 dias, tendo como referência o horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde;

3.12. Os relatórios mensais obrigatórios deverão ser entregues mensalmente até o ultimo dia útil do mês, com período compreendido do 1º ao último dia do mês da realização das consultas e procedimentos;

3.13. Os relatórios mensais obrigatórios deverão seguir o modelo definido pela Secretaria Municipal de Saúde;

3.14. O profissional deverá manter atualizados os prontuários ou fichas de acompanhamento dos pacientes em local seguro, e somente acessível aos profissionais diretamente envolvidos em seu tratamento/reabilitação;

3.15. O profissional receberá o pagamento pelos serviços comprovadamente prestados por meio de envio do Protocolo de Encaminhamento e Relatório Mensal;

3.16. O Prestador será avaliado pela Secretaria Municipal de saúde e deverá disponibilizar sempre que solicitado, os prontuários/fichas de acompanhamento dos pacientes.

3.17. A base das próteses onde é feita a montagem da cera e dos dentes deve ser feita em resina acrílica (moldeira individual) para que não ocorra distorção;

3.18. As próteses devem ser confeccionadas com palanto incolor, devendo ser as mesmas polidas e com devido acabamento, tanto na parte interna e externa;

3.19. O laboratório será responsável pelo polimento das próteses;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA.

4.1. Sempre que notificado de que o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer, no mesmo dia da notificação, para retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de serviço, para começar o serviço sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Nota de Empenho, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

a) Atender a Ordem de serviço do Município fornecendo os serviços descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas, ou por preços menores, caso a pesquisa de mercado assim o indique;

b) Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de serviço.

c) Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

e) Manter, durante a execução da ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

f) Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato. Para garantir que a empresa contratada está atendendo as condições da habilitação, a Prefeitura Municipal, a qualquer tempo, poderá checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento.

g) Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

h) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

i) Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta.

j) Outras obrigações constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços.

k) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

l) Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao TCE ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços contratados;

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

5.1 A ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

6. PENALIDADES.

6.1. De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias;

6.1.2. A multa prevista no **item 4.1** será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

6.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial dos serviços adquiridos, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

6.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

6.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

6.5. Caso se constate problemas relacionados ao serviço, a adjudicatária deverá resolvê-lo, no prazo determinado pela Administração. Não sendo resolvido o problema dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da nota de empenho até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

6.6. É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei federal 8.666/93, com suas posteriores alterações.

6.7. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1. A empresa licitante deverá apresentar notas fiscais correspondentes aos serviços prestados, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretaria Municipal de Finanças.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária ou cheque, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS.

8.1. Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustada automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

8.2. - O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

8.3. - Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

8.3.1. - Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8.4. - Caberá à Administração, a cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

9.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

9.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

9.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

9.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

9.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

9.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração;

9.2.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

9.3. A comunicação da rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

9.4. A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

9.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5. A Administração, ao seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o objeto da ata.

9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO.

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas de consumo, mediante prévia e obrigatória pesquisa de preços, onde se verifique que o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de serviço. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS.

11.1. O compromisso de serviço só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de serviço ou instrumento equivalente decorrente da ata.

11.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o serviço decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

11.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de execução do serviço, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.

11.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

11.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

11.8. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

11.9. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro, sendo que cada contratação terá valores próprios.

11.10. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.

11.11. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Tabaporã - MT, com expressa renúncia de qualquer outro. Nada mais havendo a ser tratado. A sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Tabaporã – MT, 22 de Maio de 2018.

Município de Tabaporã/MT SIRINEU MOLETA Prefeito Municipal **CONTRATANTE**	**JULIANO MARCEL DA SILVA BRANDINI-ME** **CNPJ Sob n°.** 22.335.868/0001-85 Juliano Marcel da Silva Brandini **CONTRATADO**
Celia Niehues Soffa CPF Sob n° 525.551.009-20 **Testemunha**	Katia Aparecida de Paula Gomes CPF Sob n° 864.670.691-53 **Testemunha**

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2018

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT,** de acordo com o *ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA*.

Repartições interessadas:

GABINETE DO PREFEITO;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO;

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993, COM SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c. c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito Municipal, o senhor Sirineu Moleta, **HOMOLOGA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

Empresas vencedoras:

ROSELY DE FATIMA VIEIRA DO NASCIMENTO – ME

CNPJ Sob n° 06.963.674/0001-78

VALOR TOTAL: R$: 405.718,62 (Quatrocentos e cinco mil setecentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos)

BERTAMAFE SUPERMERCADO – LTDA

CNPJ Sob n°. 09.677.050/0001-82

VALOR TOTAL: R$: 520.740,17 (Quinhentos e vinte mil setecentos e quarenta reais e dezessete centavos)

SEGATTI COMERCIO DE GAS LTDA – ME

CNPJ Sob n° 01.706.978/0001-36

VALOR TOTAL: R$: 46.076,04 (Quarenta e seis mil setenta e seis reais e quatro centavos)

CLEIDE DE ALEXANDRE SILVA BAESSO – MEI

CNPJ Sob n° 01.706.978/0001-366

VALOR TOTAL: R$: 150.975,25 (Cento e cinquenta mil novecentos e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)

>>>>Valor Total da Homologação R$: 1.123.510,08 (hum milhão cento e vinte e três mil quinhentos e dez reais e oito centavos)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 22 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N.° 1.129, DE 22 DE MAIO DE 2018

SÚMULA: ***"Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber a título de doação, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, um imóvel com area de 35,6574 ha Remanescente do Lote nº 1019, parte da Matricula 4660 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Oficio da Comarca de Tabaporã, para nele implantarmos Distrito Industrial e obras publicas de interesse para o desenvolvimento econômico, social e de infraestrutura neste núcleo urbano do P.A. Mercedes Benz I e II - Municipio de Tabaporã-MT e dá outras providências".***

O PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ.

Faço saber que, a Camara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber a título de doação, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, um imóvel com area de 35,6574 ha (trinta e cinco hectares, sessenta e cinco ares e setenta e quatro centiares) Remanescente do Lote 1019, parte da Matricula 4460 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Oficio da Comarca de Tabaporã, para nele implantar o Distrito Industrial e obras publicas de interesse para o desenvolvimento econômico, social e de infraestrutura neste núcleo urbano do P.A. Mercedes Benz I e II-Municipio de Tabaporã conforme memorial descritivo, ART e planta Georreferenciada deste imóvel em anexo..

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã – MT, 22 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.130, DE 22 DE MAIO DE 2018.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder através de Termo de Cessão de Direito Real de Uso pelo prazo de 20 (vinte) anos a Empresa Vale do Rio Verde Armazéns Gerais Ltda, imóvel com area de 5,0001 ha (cinco hectares e um centiares) com o fim especifico de Construção de Unidade Armazenadora-UA, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ.

Faço saber que, a Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder através de Termo de Cessão de Direito Real de Uso pelo prazo de 20 (vinte) anos a Empresa Vale do Rio Verde Armazéns Gerais Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 37.527.173/0001-72, imóvel com area de 5,0001 ha (cinco hectares e um centiares) no Lote Industrial Parte L-1019R conforme memorial descritivo e planta em anexo, com o fim especifico para Construção de Unidade Armazenadora-UA, imóvel este originado do Contrato de Cessão de Direito Real de Uso firmado entre Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria-INCRA e Prefeitura Municipal de Tabaporã copia em anexo..

Art. 2º - Fica estipulado um prazo de 30 dias para inicio da construção da Unidade Armazenadora e seu termino em 12 (doze) meses, à partir da data da aprovação desta Lei, caso não seja efetuado a conclusão, no prazo previsto neste artigo, a area e suas benfeitorias, retornarão ao domínio da Prefeitura Municipal de Tabaporã-MT.

Art. 3º - Demais normas para fiel cumprimento desta cedência citada no Art. 1º, serão estabelecidas no Termo de Cessão de Uso à ser firmado entre as partes.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 22 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 364/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 21/05/2018*, com término em 19/06/2018*, *referente ao período aquisitivo de 19/12/2015 a 18/12/2016,* a senhora ***CLEUDETE GRASSI MARCINIAK*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 911, no cargo de **Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 21/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 23 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2018

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO- PESSOA JURÍDICA- NO QUAL ATUE EM UM CONSUTÓRIO ODONTOLÓGICO COM CNES CADASTRADO E REGULARIZADO PARA REALIZAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, ATENDENDO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT,**conforme a o termo de referencia ***Anexo I.***

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 028/2018 de 17 de Janeiro de 2018.

Empresa vencedora:

>> JULIANO MARCEL DA SILVA BRANDINI – ME

>> CNPJ Sob n° 22.335.868/0001-85

Valor global do lote: R$ **90.025,00** (Noventa mil e vinte e cinco reais).

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 22 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 361/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 21/05*/2018, com término em 19/06/2018*, *referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 à 31/01/2018,* a senhora ***ANTONIA PEREIRA LIMA*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 06, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Agente de Limpeza Pública**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 21/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 23 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ABERT. PP 037/2018 E 038/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através dos(a) Pregoeiros(a), nomeados(a) pelas Portaria nº 730/GP/2016 de 29.12.2016 e 421/GP/2018 de 15.03.2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **06 DE JUNHO DE 2018, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por Item. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA E AUDITORIA EM FOLHA DE PAGAMENTO**, **PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O edital completo

estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 23 de Maio de 2018**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 22 de Maio de 2018. Aguinaldo Vicente Segura- Chefe Departamento de Licitação.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através dos(a) Pregoeiros(a), nomeados(a) pelas Portaria nº 730/GP/2016 de 29.12.2016 e 421/GP/2018 de 15.03.2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **07 DE JUNHO DE 2018, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por Item. Objeto: de **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA,** visando atender as necessidades da secretaria deste município**,**conforme especificações contidas no Termo de Referência, **Anexos II e III, parte Integrante deste Edital.** O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 24 de Maio de 2018**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 22 de Maio de 2018. Aguinaldo Vicente Segura- Chefe Departamento de Licitação.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº034/ADM/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **SANDRA ROCHA** / É objeto desta contratação a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, para alimentação escolar com dispensa de licitação**. R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Data da Assinatura 30/04/2018.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº037/ADM/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **NILVO ILDEFONSO BULEGON ROCHA** / É objeto desta contratação a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, para alimentação escolar com dispensa de licitação**. R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Data da Assinatura 30/04/2018.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 053/ADM/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT **/ KLEITON RODRIGUES DA SILVA /** O presente contrato tem por objeto, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DA CAMPANHA DE ENFRENTAMENTO AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, no fornecimento dos serviços apresentados na planilha em anexo**, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Termo de Referência em anexo parte Integrante do Edital, sujeitando-se a contratada a atender rigorosamente os termos do **CONVITE nº 005/2018**./ **R$ 78.610,00 (Setenta e oito mil seiscentos e dez reais);** Data da Assinatura 14.05.2018.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº046/ADM/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **APARECIDO VALDOMIRO MASSAROTTO** / É objeto desta contratação a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, para alimentação escolar com dispensa de licitação**. **R$ 11.250,00 (Onze mil duzentos e cinquenta reais).**. Data da Assinatura 30/04/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2018

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA NOVA DO NORTE - APAE.

Pelo presente Termo de Convênio **O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Clóves Felício Vettorato, 101, Centro, CEP 78505-000, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.978.212/0001-00, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. VALTER KUHN**, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA NOVA DO NORTE - APAE, pessoa jurídica de direito público, situada** no Município e Comarca de Terra Nova do Norte-MT, devidamente inscrito no sob n.º 00.650.858/0001-00, neste ato representado pela Sra. **LUIZ HENRIQUE ANTUNES**, inscrita no CPF sob o N.º 822.914.031-68, domiciliado nesta Comarca, neste ato chamado simplesmente de **CONVENIADO,** resolvem desenvolver Termo de Convênio a fim de**REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS**, objetivando prestar auxilio financeiro a instituição,e observadas às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Custear despesas para atender a Manutenção e Apoio a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA NOVA DO NORTE - APAE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

O valor do presente Termo de Convênio é de R$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais), divididos em 08 (oito) parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor de R$ 4.562,50 (quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) cada uma**.**

§ 1º – Para a consecução do objeto deste Termo de Convênio, a PREFEITURA transferirá os recursos obedecendo ao seguinte Cronograma de Desembolso:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS	META	VALOR
Maio	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Junho	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Julho	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Agosto	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Setembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Outubro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Novembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Dezembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50

§ 2º - A liberação dos valores referidos no presente artigo será feita na ordem de 08 (oito) parcelas mensais no valor de R$ 4.562,50 (quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) pagas até o último dia útil de cada mês, encerrando-se no dia 31 de Dezembro de 2018, para apoio e custeio das despesas destinadas ao pagamento da manutenção e complementar despesas com gêneros alimentícios, de limpeza e de material de expediente, serviços, apoio e outros custeios.

§ 3º - Os recursos serão liberados pelo Município até o último dia útil de cada mês, e depositados na **Conta Bancária da Associação, Banco do Brasil, Agência 3863-6, Conta Corrente nº 10.837-5.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes deste ato, correrá à conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício, em Dotação Orçamentária própria, de acordo com a autorização legislativa contida na Lei Municipal nº 1352/2017(LOA-2018), cuja previsão é a seguinte: 04.001.12.367.0010.2018 Manutenção e Encargos com o Ensino Especial/Código da dotação 33504100 - Contribuições.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA – A vigência deste Termo de Convênio será a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS SALDOS – O valor fornecido pelo Município em favor da conveniado decorrente do presente Termo, será destinado exclusivamente para atender objeto deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Prestação de Contas dos Recursos constantes neste Termo de Convênio deverá ser apresentada à PREFEITURA **até o 10º (décimo) dia** do mês subsequente ao repasse, financeiro, contendo as seguintes peças:

a) Relatório de Execução Físico-Financeiro;

b) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferido da aplicação dos recursos do mercado, quando for o caso e os saldos;

c) Extrato da Conta Bancária específica do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;

d) Cópias das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas emitidos em nome do CONVENIADO, devidamente atestados, recebidos e identificados com o número do Termo de Convênio;

e) Devolução do saldo do recurso, no final da vigência do convênio, quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS E DESPESAS – Os documentos de despesas tais como, nota fiscal, fatura, ordens bancárias ou recibos deverão ser emitidos em favor do **CONVENIADO.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SALDOS NÃO UTILIZADOS NO MÊS – Caso não seja utilizado os recursos liberados no mês em sua totalidade, o CONVENIADO poderá utilizá-lo no mês seguinte desde que seja para o mesmo fim, objeto deste Termo de Convênio.

CLAÚSULA OITAVA –DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DO CONVENIADO

I - Compete ao Município:

a) Acompanhar a realização deste convênio através da Prefeitura/ Diretoria de Convênios e Prestações de Contas, com objetivos de fiscalização e avaliação para cumprimento do objeto deste convênio;

b) Liberar os recursos após a apresentação da prestação de contas da parcela anteriormente recebida;

c) Não alterar a autorização de débito, cancelar ou interromper unilateralmente sem aquiescência expressa do CONVENIADO**;**

d) Não atrasar ou deixar de repassar os recursos estipulados na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio sem notificar o CONVENIADO previamente.

e) Receber as prestações de contas que serão submetidas ao Tribunal de Contas do Estado

II - Compete ao CONVENIADO:

a) Aplicar os recursos financeiros dentro do objetivo proposto a que se refere à Cláusula Primeira;

b) Apresentar à Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT, a prestação de contas dos recursos recebidos **até o 10º (décimo) dia** do mês subsequente ao repasse;

c) Devolver ao **MUNICÍPIO** a parcela ou saldo de parcelas recebidas que por ventura não foram utilizados no objetivo proposto, devidamente atualizado.

d) Facilitar a supervisão e a fiscalização do **MUNICÍPIO**, permitindo-lhe efetuar acompanhamento dos serviços, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos.

e) Manter sob sua guarda os documentos de despesas.

PARÁGRAFO ÚNICO - As faturas, recibos, notas fiscais, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENIADO, devidamente identificados com número do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, a disposição dos órgãos de controle interno e externo, no prazo de 5 (cinco) anos contados da aprovação da prestação ou tomada de contas da PREFEITURA, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO - Objetivando garantir o permanente e contínuo acompanhamento das ações originárias dos objetivos deste Termo de Convênio, a fiscalização por parte do MUNICÍPIO ocorrerá pelo Setor de Convênios e Prestação de Contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO - O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos participes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante a:

I - Utilização, pelo CONVENIADO, dos recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO em desacordo com os objetivos e condições estabelecidos neste instrumento de Termo de Convênio;

II - Falta de apresentação, pelo CONVENIADO, da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES – Será objeto de termo aditivo qualquer alteração necessária pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO – Fica eleito o foro da Comarca de Terra Nova do Norte - MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Convênio.

E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) testemunhas.

Terra Nova do Norte - MT, 15 de Maio de 2018.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte/MT

LUIZ HENRIQUE ANTUNES

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Terra Nova do Norte/ MT - APAE

TESTEMUNHAS:

01) Nome: _____

CPF: _____

02) Nome: _____

CPF: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2018

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, E O CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS-QUERÊNCIA NOVA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

Pelo presente Termo de Convênio**O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Clóves Felício Vettorato,101, Centro, CEP 78505-000, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.978.212/0001-00, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. VALTER KUHN**, brasileiro, casado, servidor público, portador da CIRG n° 0844733-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob n° 790.356.041-72, residente e domiciliado na Rua Teotônio Vilela, nº 167, Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte /MT, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO,**e **CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERÊNCIA NOVA,** pessoa jurídica de direito público, situada no Município e Comarca de Terra Nova do Norte-MT, devidamente inscrito no CNPJ sob n.º 24.772.766/0001-52, situado na Avenida dos Pioneiros, snº, centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo **SR. CLAUDIMAR ROQUE DA SILVA**, portador do RG nº 11/R-2.140.928 SSP/SC, e inscrito no CPF sob o n. º 594.143.089-20, neste ato chamado simplesmente de **CONVENIADO,** resolvem desenvolver Termo de Convênio a fim de **REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO CONVENIADO**, objetivando prestar auxilio financeiro e complementar as despesas*, para a realização do evento denominado "Baile de Aniversário da Cidade", que ocorrerá no dia _12/05/2018*,e observadas às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Custear despesas para atender as necessidades do CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERÊNCIA NOVA, para a realização do evento denominado "Baile de Aniversário da Cidade" que ocorrerá no dia 12/05/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

O valor do presente Termo de Convênio é de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), em uma única parcela, a ser repassado até o dia 31/05/2018, através de depósito bancário diretamente na conta corrente a ser indicada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes deste ato, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: 03.001.04.123.0003.2092.3350.41.00.00 – Contribuições.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA – A vigência deste Termo de Convênio será a partir da data de sua assinatura até 30/06/2018.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS SALDOS – O valor fornecido pelo Município em favor da conveniado decorrente do presente Termo, será destinado exclusivamente para atender objeto deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Prestação de Contas dos Recursos constantes neste Termo de Convênio deverá ser apresentada à PREFEITURA **até o dia 30/06/2018**, contendo as seguintes peças:

a) Relatório de Execução Físico-Financeiro;

b) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferido da aplicação dos recursos do mercado, quando for o caso e os saldos;

d) Extrato da Conta Bancária específica do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;

e) Cópias das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas emitidos em nome do CONVENIADO, devidamente atestados, recebidos e identificados com o número do Termo de Convênio;

f) Devolução do saldo do recurso, no final da vigência do convênio, quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS E DESPESAS – Os documentos de despesas tais como, nota fiscal, fatura, ordens bancárias ou recibos deverão ser emitidos em favor do **CONVENIADO.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SALDOS NÃO UTILIZADOS– Caso não seja utilizado os recursos liberados em sua totalidade para a finalidade descrita no objeto deste Termo de Convênio, o CONVENIADO deverá devolvê-lo através de DAM emitido pela Prefeitura.

CLAÚSULA OITAVA –DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DO CONVENIADO

I - Compete ao Município:

a) Acompanhar a realização deste convênio através da Prefeitura/ Diretoria de Convênios e Prestações de Contas, com objetivos de fiscalização e avaliação para cumprimento do objeto deste convênio;

b) Liberar os recursos até o dia 31/05/2018;

c) Não alterar a autorização de débito, cancelar ou interromper unilateralmente sem aquiescência expressa do CONVENIADO;

d) Não atrasar ou deixar de repassar os recursos estipulados na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio sem notificar o CONVENIADO previamente.

e) Receber as prestações de contas que serão submetidas ao Tribunal de Contas do Estado

II - Compete ao CONVENIADO:

a) Aplicar os recursos financeiros dentro do objetivo proposto a que se refere à Cláusula Primeira;

b) Apresentar à Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT, a prestação de contas dos recursos recebidos **até o dia 30/06/2018**;

c) Movimentar conta específica em Instituição Financeira Oficial.

d) Devolver ao **MUNICÍPIO** a parcela ou saldo de parcelas recebidas que por ventura não foram utilizados no objetivo proposto, devidamente atualizado.

e) Facilitar a supervisão e a fiscalização do **MUNICÍPIO**, permitindo-lhe efetuar acompanhamento dos serviços, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos.

f) Manter sob sua guarda os documentos de despesas.

g) Como forma de contrapartida, o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERÊNCIA NOVA disponibilizará ao Poder Executivo, **10 (dez) datas para a utilização das dependências do CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS pela Administração Pública, onde se realizarão eventosculturais, palestras, capacitações, feiras e outros eventos de interesse público, sem nenhum custo adicional.**

PARÁGRAFO ÚNICO - As faturas, recibos, notas fiscais, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENIADO, devidamente identificados com número do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, a disposição dos órgãos de controle interno e externo, no prazo de 5 (cinco) anos contados da aprovação da prestação ou tomada de contas da PREFEITURA, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO - Objetivando garantir o permanente e contínuo acompanhamento das ações originárias dos objetivos deste Termo de Convênio, a fiscalização por parte do MUNICÍPIO ocorrerá pela Diretora de Convênios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO - O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos participes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante a:

I -Utilização, pelo CONVENIADO, dos recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO em desacordo com os objetivos e condições estabelecidos neste instrumento de Termo de Convênio;

II -Falta de apresentação, pelo CONVENIADO, da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES – Será objeto de termo aditivo qualquer alteração necessária pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO – Fica eleito o foro da Comarca de Terra Nova do Norte - MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Convênio.

E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) testemunhas.

Terra Nova do Norte - MT, 07 de Maio de 2018.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte/MT

_____

CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERÊNCIA NOVA

Terra Nova do Norte/MT

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ CPF: _____	Nome: _____ CPF: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA PRÓ- FAMÍLIA

PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA **PACTO PELAS FAMÍLIAS MATO-GROSSENSES**

1. IDENTIFICAÇÃO 1.1 - DADOS DO MUNICÍPIO:

Município: Terra Nova do Norte

Título do Documento: Pacto Pelas Famílias, Programa Pró-Família

Vigência: 2018 - 2019

Nome do Prefeito: Valter Kuhn

Mandato: Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2020

Endereço da Prefeitura: Avenida Clóves Felício Vetoratto, 101, Centro.

CEP: 78.505-000

Telefone: (66) 3534-1469: (66) 3534-2500

Site: terranovadonorte.mt.gov.br

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal De Assistência Social

N° da Lei de Criação do Órgão: 336/1996

Responsável: Maria Giovana Rodrigues Kuhn

Ato de Nomeação do Gestor: GP Nº 07/2017

Data da Nomeação:02/01/2017

Endereço: Avenida Clóves Felício Vetoratto, 1170, Centro

CEP: 78.505-000

Telefone: (66) 3534-1473

E-Mail: acaosocial@terranovadonorte.mt.gov.br Site: terranovadonorte.mt.gov.br

1.2- DADOS REFERENTES AO COMITÊ GESTOR (COMPOSIÇÃO DO MESMO)

Representantes Do Poder Público Municipal	Representantes De Instituições Não Governamentais
Secretaria De Assistência Social Titular: Cleodete Pinto De Carvalho Suplente: Nilson Gomes Da Silva **Secretário De Educação** Titular: Reginaldo Marcolam Suplente: Ricardo Martins Dos Santos **Secretario De Saúde** Titular: Pascoal Alberton Suplente: Andreia Estelai	**Pastoral Da Criança** Titular – Marina De Almeda Suplente – Odela Dela Giustina **Amar Terra** Titular – Miraci R. Vieira Suplente – Felipe Weber **Rotary** Titular –Huziel Camargo Dos Santos Suplente - Rogério Campos Ferreira **Maçonaria** Titular –Osvaldo Henrique Sanches Suplente - Samer Polita **Asa Da Amizade** Titular – Aline Katiuscia Da Silva Fidelex Suplente – Petricia Da Silva **ACITER** Titular - Hermenegilda Moraes Correia Suplente – Maristela Conceição Pereira
REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS **Secretaria De Assistência Social:** Titular: Ilda Maria Augusto Voinaroski Suplente: Clarinda Gastaldi **Secretaria De Saúde:** Titular: Eliseu Venceslau De Brito Suplente: Odete Bianchet **Secretaria De Educação:** Titular: Edna Marcolino Suplente: Jeferson Henkes Marcolino **Secretaria De Finanças:** Titular: Luciano De Abreu Suplente: Marcilene Guariente **Departamento De Recursos Humanos:** Titular: Edvan Lazaroto Suplente: Rafael De Barros	**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL** **Associação Terranovence De Aposentados E Pensionistas - ATAP**: Titular: Cecília Trevisol Sassi Suplente: Lourdes Travessini **Associação De Mulheres AMUDAR:** Titular: Elza Francisca Meira Suplente: Maria Do Rosário **Albergue – Casa Nossa Senhora Do Amparo:** Titular: Sonia Moresco Suplente: Odete Camiski **Representantes Dos Usuários:** Titular: Jandira Ribeiro Severo Suplente: Jodeilce Marinho **Representantes Dos Profissionais Da Área:** Titular: Vanessa Dos Reis Suplente: Lilian Silvania Felipetto Pavan **Representantes Da Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais:** Titular: Sheila Daghetti Suplente: Kelly Daghetti

2. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

O município de Terra Nova do Norte esta localizado na região do extremo norte do estado de Mato Grosso, a 670 km da Capital Cuiabá. Sua ocupação teve como marco inicial a construção da BR 163 (Cuiabá/Santarém), no início de 1972, que facilitou o surgimento dos núcleos populacionais planejados. O município surgiu de um projeto do governo federal de colonização denominado Terra Nova, em áreas devolutas da União e integra a microrregião de Colíder no extremo norte do Estado. O processo de formação do Município de Terra Nova do Norte se assemelha ao de outros municípios do Norte de Mato Grosso. As frentes de expansão empreendidas pelo governo federal nas décadas de trinta e sessenta do século XX constituíram núcleos urbanos que posteriormente se tornariam cidades, entre estas está Terra Nova do Norte.

O núcleo urbano foi projetado pelo arquiteto, Pedro Wily Kirst, em 1979, e a partir daí iniciou-se as vendas de terrenos urbanos e as primeiras construções. O município foi colonizado a principio por migrantes do estado do Rio Grande do Sul e posteriormente colonos de outras regiões, como sudeste e nordeste, começaram a se assentar na região criando pequenas comunidades denominadas como Agrovilas.

O Decreto Lei nº. 4995 criou o Município de Terra Nova do Norte em 13 de maio de 1986, com território desmembrado do município de Colíder. Em 1992, parte do território é desmembrada pela criação do município de Nova Guarita. Terra Nova do Norte limita-se com os municípios de Peixoto de Azevedo, Nova Guarita, Marcelândia, Nova Santa Helena e Colíder. Sua área é de 2.302,332 km².

2.1 - Diagnóstico Socioterritorial do CRAS/ Politica De Assistência Social, Sistema Único De Assistência Social em Terra Nova Do Norte.

O CRAS de Terra Nova do Norte/MT, fica localizado junto a Travessa Ministro Sergio Motta, S/N, Centro. Equipe técnica de referência é composta por Assistente Social Vanessa dos Reis e Psicólogo Leandro Rykardo Marilhano, (ambos efetivados por concurso público), Gesiane de Jesus Ferreira, Coordenadora e Cadastradora do Programa Bolsa Família e Cadastro Único do Governo (cargo Comissionado) Crislaine Zamomer, recepcionista (cargo Comissionado), Josiane Ribeiro, Orientadora Social (cargo comissionado), Dilse Rech, auxiliar de limpeza e manutenção (trabalhador temporário, teste seletivo), Luiz Henrique Ferreira Jacobi, motorista, (efetivo por concurso publico).

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, foi implantado em 2005 é uma unidade pública, estatal, onde são realizadas atividades de caráter de proteção social básica de Assistência Social. Organiza-se como uma unidade descentralizada da política de assistência social, utilizando os parâmetros estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social. É um espaço voltado ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilidade de vínculos afetivos/relacionais e de pertencimento social. O CRAS visa o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares e o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos atendidos, buscando sua emancipação enquanto cidadão.

2.2 - População do Município:

População Censitária (IBGE/2010): 11.291 habitantes

População Estimada (IBGE/2017): 9.606habitantes

Código do Município: 5108055 Gentílico: Terranovense

Porte Do Município Por Numero De Habitantes: Pequeno Porte 1

Nível De Gestão: Básica

2.2.1 Perfil populacional

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)		0,698	Ver cartograma	
PIB per capita a preços correntes - 2014	18.176,83	reais		
População residente	11.291	pessoas		
População residente - Homens	5.884	pessoas		
População residente - Mulheres	5.407	pessoas		
População residente alfabetizada	9.341	pessoas		
3.1.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	430,00	reais		
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	510,00	reais		

Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.615,55	reais		
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	2.090,36	reais		

Fonte:IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A economia baseia-se na agropecuária, principalmente na pecuária leiteira pela agricultura familiar e, a produção de grãos e pecuária de corte. Embora possua mais algum potencial a agricultura mecanizada ocupa pequena parcela do município

Devido aos processos de ocupação e crescimento carentes de políticas públicas de controle e preservação, começaram a surgir sérios problemas ambientais como: assoreamento dos córregos, com falta d água no período da seca, erosão e esgotamento dos solos e pastagens, a captação de água para cidade começou a ficar comprometida além do processo natural de empobrecimento.

A Secretaria Municipal de Assistência Social tem no diagnóstico, ferramenta de investigação, análise, explicação e a interpretaçãoda realidade visando demonstrar as potencialidades do município e responderasnecessidades e anseios da população, visando à obtenção de impactos positivos nos grupos familiares e sociais nos territórios. O território deve ser compreendido como “espaço habitado”, fruto da integração entre os homens, ou seja, síntese de relações sociais (Santos, 1996), em interface com outras políticas públicas, fortalecendo e qualificando as ações intersetoriais, que aponte para uma melhoria da qualidade de vida.

Começamos a construção do nosso diagnóstico considerando os dados do IBGE que este ano de 2017 fez uma Estimativa de População dos municípios, onde mostra que quase um quarto dos 5.570 municípios brasileiros (1.364 municípios) tiveram redução populacional. Incluído Terra Nova do Norte. Além disso, em mais da metade deles (3.130), as taxas de crescimento populacional foram inferiores a 1%, e em apenas 207 municípios (3,7% do total) o aumento foi igual ou superior a 2%.

Como é especificidade de Terra Nova do Norte, IBGE aponta que a redução populacional concentra-se, principalmente, no grupo de municípios com até 20 mil habitantes (32,4% ou 1.233 municípios).

Em relação aos dados mais específicos da população usuária da do nosso serviços coletamos informações junto ao banco de dados do Cadastro Único para Programas Sociais onde reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda, para o Governo baixa renda são aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de dezembro de 2017 no município de Terra Nova do Norte , **671 famílias**, representando uma cobertura de 81,5 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R$ 154,77 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R$ 103.853,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de setembro de 2017, atingiu o percentual de 93,5%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 572 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 612. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 66,7%, resultando em 102 jovens acompanhados de um total de 153.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de julho de 2017, atingiu 66,2 %, percentual equivale a 454 famílias de um total de 686 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

3.2 Quadro demonstrativo com dos dados do Cadastro Único.

Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil Cadastro Único (Censo 2010)	1.265	2010
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família (CENSO 2010)	823	2010

Famílias cadastradas		
Total de famílias cadastradas	**1.870**	**11/2017**
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R$ 0,00 até R$ 85,00	484	11/2017
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R$ 85,01 e R$ 170,00	256	11/2017
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R$ 170,01 e ½ salário mínimo	541	11/2017
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	589	11/2017

Pessoas cadastradas		
Total de pessoas cadastradas	**5.144**	**11/2017**
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R$ 0,00 até R$ 85,00	1.414	11/2017
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R$ 85,01 e 170,00	873	11/2017
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R$ 170,01 e ½ salário mínimo	1.789	11/2017
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	1.068	11/2017

Atualização cadastral		
Total de Famílias com cadastro atualizado	1.361	11/2017
Famílias com cadastro atualizado e renda per capita até ½ salário mínimo	997	11/2017
Taxa de atualização do total de famílias cadastradas	0,73	11/2017
Taxa de atualização cadastral até ½ salário mínimo	0,78	11/2017

Bolsa Família

Mês Referência

Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	671	12/2017
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (em Reais - R$)	103.853,00	12/2017

Quantitativo por Tipo de Benefícios		
Benefício Básico	558	12/2017
Benefícios Variáveis	923	12/2017
Benefício Variável Jovem - BVJ	145	12/2017
Benefício Variável Nutriz - BVN	20	12/2017
Benefício Variável Gestante - BVG	30	12/2017
Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP	182	12/2017

Grupos tradicionais

Grupos de Origem Étnica		
Famílias Quilombolas		
Famílias quilombolas cadastradas	0	11/2017
Famílias quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017
Famílias Indígenas		
Famílias indígenas cadastradas	0	11/2017
Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017
Famílias Ciganas		
Total de famílias ciganas cadastradas	0	11/2017
Famílias ciganas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017
Famílias pertencentes a Comunidades de Terreiro		
Total de famílias pertencentes a comunidades de terreiro cadastradas	0	11/2017
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017
Grupos relacionados ao meio ambiente		
Famílias Extrativistas		
Total de famílias extrativistas cadastradas	0	11/2017
Famílias extrativistas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017
Famílias de Pescadores Artesanais		
Total de famílias de pescadores artesanais cadastradas	0	11/2017
Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017
Famílias Ribeirinhas		
Total de famílias ribeirinhas cadastradas	0	11/2017
Famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017
Grupos relacionados ao meio Rural		
Famílias de Agricultores Familiares		
Total de famílias de agricultores familiares cadastradas	6	11/2017
Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família	5	11/2017
Famílias Assentadas da Reforma Agrária		
Total de famílias assentadas da Reforma Agrária cadastradas	25	11/2017
Famílias Assentadas da Reforma Agrária e beneficiárias do Programa Bolsa Família	3	11/2017
Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário		
Total de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário cadastradas	0	11/2017
Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017
Famílias Acampadas		
Total de famílias acampadas cadastradas	1	11/2017
Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017
Grupos em situações conjunturais		
Famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura		
Total de famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura cadastradas	0	11/2017
Famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017
Famílias com pessoa presa no sistema carcerário		
Total de famílias de preso do sistema carcerário cadastradas	0	11/2017
Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017
Famílias em situação de rua		
Total de famílias em situação de rua cadastradas	0	11/2017
Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017
Famílias de Catadores de Material Reciclável		
Total de famílias de catadores de material reciclável cadastradas	0	11/2017
Famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	11/2017

Público acompanhamento		
Total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos)	612	09/2017
Total de beneficiários com perfil educação (16 e 17 anos)	153	09/2017
Total de famílias com perfil saúde (com crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos)	686	07/2017
Resultados do Acompanhamento		
Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)	572	09/2017
Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos)	102	09/2017
Total de beneficiários acompanhados com frequência acima da exigida (6 a 15 anos - 85%)	562	09/2017
Total de beneficiários acompanhados com frequência abaixo da exigida (6 a 15 anos- 85%)	10	09/2017
Total de beneficiários com frequência acima da exigida (16 a 17 anos - 75%)	91	09/2017
Total de Beneficiários com frequência abaixo da exigida (16 a 17 anos - 75%)	11	09/2017
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (6 a 15 anos)	40	09/2017
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (16 a 17 anos)	51	09/2017
Total de famílias acompanhadas pela saúde	454	07/2017
Total de gestantes acompanhadas	37	07/2017

Total de gestantes com pré natal em dia	37	07/2017
Total de crianças acompanhadas	273	07/2017
Total de crianças com vacinação em dia	269	07/2017
Total de crianças com dados nutricionais	257	07/2017
Total de famílias não acompanhadas pela saúde	216	07/2017
Efeitos por descumprimento de condicionalidades		
Total de Efeitos por descumprimento das condicionalidades (PBF saúde e educação) (sem BVJ)	6	11/2017
Total de advertências	4	11/2017
Total de bloqueios	2	11/2017
Total de suspensões	-	-
Total de cancelamentos	0	11/2017
Total de Efeitos por descumprimento de condicionalidades (BVJ)(16 e 17 anos)	8	11/2017
Total de advertências	5	11/2017
Total de bloqueios	0	11/2017
Total de suspensões	3	11/2017
Total de cancelamentos	0	11/2017
Recursos Online registrados no Sistema de Condicionalidades (SICON)		
Total de recursos cadastrados e avaliados	5	07/2017
Total de famílias com recursos avaliados e deferidos	5	07/2017
Total de famílias com recursos avaliados e indeferidos	0	07/2017
Total de famílias com recursos não avaliados	0	07/2017
Acompanhamento Familiar		
Total de famílias em fase de suspensão	4	09/2017
Total de famílias com registro de acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades (SICON)	0	09/2017
Total de municípios que utilizam o acompanhamento familiar do Sistema de Condicionalidades (SICON)	-	-

1 - Crianças e adolescentes das famílias do PBF com frequência escolar informada	674	11/2017
2 - Total de crianças e adolescentes das famílias do PBF no município	765	11/2017
3 - TAFE - Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (item 1 / item 2)	0,88	11/2017
4 - Famílias do PBF com condicionalidades de saúde informada	454	11/2017
5 - Total de famílias com perfil saúde no município	686	11/2017
6 - TAAS - Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (item 4 / item 5)	0,66	11/2017
7 - Atualizações de cadastros - Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo	999	11/2017
8 - Cadastros de Famílias com Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo	1.295	11/2017
9 - TAC - Taxa de Atualização Cadastral (item 7 / item 8)	0,77	11/2017
10 - Fator 1: Operação ((TAFE+TAAS) / 2 + TAC / 2)	0,77	11/2017
11 - Fator 2: Adesão ao SUAS	1,00	11/2017
12 - Fator 3: Comprovação de Gastos pelo FMAS	1,00	11/2017
13 - Fator 4: Aprovação da Comprovação de Gastos pelo CMAS	1,00	11/2017
14 - IGD-M (Fator 1 x Fator 2 x Fator 3 x Fator 4)	1	11/2017
15 - Estimativa total de famílias de baixa renda no município - perfil CadÚnico	1.265	11/2017
16 - Quantidade de famílias consideradas para cálculo do repasse	999	11/2017
17 - Valor Calculado sem Incentivos (item 14 x R$ 3,25 x item 16)	2.504,54	11/2017
18 - Incetivo 1 - Proporção de famílias em fase de suspenção em acompanhamento Familiar	0,00	11/2017
19 - Incetivo 2 - Dados da gestão municipal no SIGPBF atualizados há menos de 1 ano	125,23	11/2017
20 - Valor Total de Incentivos (item18 + item 19)	125,23	11/2017
21 - Valor Calculado com Incetivos (Item 17 + Item 20)	2.629,77	11/2017
22 - Teto de repasse do IGD-M	4.522,38	11/2017
23 - Valor repassado no mês	2.629,77	11/2017
24 - Motivo(s) que impede(m) o repasse		11/2017

CONTATO DA GESTÃO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	
Órgão Responsável	Secretaria Municipal de Assistência Social
Nome do Gestor do Programa Bolsa Família	Gesiane de Jesus Ferreira
Endereço	Juscelino Kubscheki
Número	s/n
Bairro	Centro
Telefone 1	6635341473
E-mail	gesianejp16@outook.com

Com as informações do cadastro Único a proteção social básica consegue os dados necessários para oferta qualificada de seus serviços, dentro de todas as faixas etárias e especificidades de renda, composição familiar, gestação, amamentação, doença crônica, trabalho infantil, dentre outros.

No ano de 2011 e 2013, p**ara aproximação com território buscamos em loco aproximação com os usuários e ouvimos deles as demandas e nos apropriamos um pouco de sua cultura. Realizamos reuniões públicas em localidades como 9ª Agrovila, 5ª, 6ª, 8ª Agrovilas, Sede Velha e alguns bairros da cidade.** No quadro a baixo veremos as informações que levantamos junto a população usuária da politica no que diz respeito a principais fatores que causam vulnerabilidades;

3. Mapeamento das unidades socioassistenciais públicas:(Relatar neste item todos os equipamentos socioassistenciais que estejam próximos ao CRAS de referência e bem como existentes no município para referenciar serviços); Albergue – casa de apoio.

Hospital Municipal, com excelente estrutura localizada em local de fácil acessibilidade a todos os munícipes,

Creche com brinquedoteca;

Escolas públicas Municipais;

Escola Pública Estadual;

Faculdades com os cursos de Biologia, Serviço Social, Administração, entre outros;

Salão comunitário, localizado no bairro;

Centros de Convivência, onde são desenvolvidos atividades lúdicas e recreativas com a população da 3ª idade e suas famílias;

Ginásio de Esportes;

Praças com espaços para jogos recreação;

Bancos: Do Brasil, SICRED, Banco Bradesco;

Correios;

Casa lotérica.

3.1 Programas Sociais aos quais a população beneficiaria terá acesso:

A população beneficiaria terá acesso a vários Programas e Projetos da rede sócio-assistencial. Entre esses Programas temos como principal Dentro do CRAS serão desenvolvidos os seguintes programas e projetos aos quais as famílias do Residencial João Paulo II terão acesso:

Serviço de Proteção e Apoio Integral a Família – PAIF: onde serão ofertadas às famílias em situação de risco pessoal e social do município, ações sócio-educativas e de promoção da pessoa humana capacitação para e geração de renda. Serão ofertados cursos de “Panificação”, “Confecção de lingerie”, “Corte e Costura”, “Manicura e Pedicura”, “Biscuit”, “Panificação caseira”, “Pintura, bordados, crochê”, entre outros.

Serviço de Atendimento no domicilio para pessoa idosa e pessoa com deficiência: Ação que tem como objetivo oferecer as pessoas portadoras de deficiência do Município o convívio escolar e comunitário; oportunizando o desenvolvimento físico e mental através de atividades que possibilitem o desenvolvimento de hábitos, atitudes e conhecimentos sociais que sejam úteis para adaptação da vida.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Apoio a Pessoa: para os idosos algumas das ações são desenvolvida no Centro de Convivência do Idoso, onde são realizadaspalestras informativas, de educação e de motivação, atividades lúdicas e recreativas, festas em datas Comemorativas (Carnaval, Páscoa, Festa Junina, Natal, Semana do Idoso); Caminhadas; Passeios; Intercâmbio com outros grupos; Hidroginástica; Encaminhamento para BPC (LOAS 88).

3.2 Parceiros do Município no desenvolvimento do Programa:

O município conta com as seguintes parcerias:

Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Conselho Municipal de Assistência Social;

3.3 Mapeamento das unidades socioassistenciais privadas e/ou Organizações Não Governamentais- (Relatar neste item todos as unidades socioassistenciais que possuam convênio ou não com o CRAS, para referenciar serviços);

4- PACTO PELAS FAMÍLIAS

ÁREA: ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria Municipal de Assistência Social, neste ato representada por sua Secretaria Sra. Maria Giovana Rodrigues Kuhn, firma o compromisso de empenhar esforços para inserir junto à proteção social básica, famílias beneficiarias do Programa Pró-família ainda não identificadas e inseridas pela rede de proteção.

O objetivo, fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

Oportunidade, efetivar e ampliar o alcance dasações de caráter continuado, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Ação:

Inclusão nos serviços da proteção social básica ofertados no Centro de Referencia de Assistência Social, em especial: Inclusão no Serviço de Proteção social básica em especial no Serviço de Proteção Integral a Família – PAIF, Inclusão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Inclusão do Serviço de atendimento no domicilio para idosos e pessoas com deficiência. Atualização e articulação com o Cadastro Único para acesso a direitos, tais como: Acesso Carteirinha Idoso; Tarifa Social; ID Jovem, dentre outros. Inclusão no Programa PAA. Esse programa será destinado para doentes crônicos que não tem aceso a alimentação balanceada com frutas, verduras e legumes. Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional em quantidade e qualidade adequada.

Resultado, esperamos o desenvolvimento de potencialidades, assegurar garantia de direitos, aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Metas de atendimento é de 80%.

ÁREA TRABALHO

A Secretaria de Assistência Social empenhara esforços para estabelecimento de convênios e parcerias junto aos órgãos do Sistema S – **SENAR, SENAI,** e órgãos do Estado. Tanto para beneficiários da zona Rural, quanto da Cidade.

O objetivo e de possibilitar capacitação e qualificação profissional.

Oportunidade é de Propiciar Capacitação profissional junto ao público beneficiário.

Ação:

possibilitar capacitação e qualificação profissional de mão de obra para inserção do beneficiários ou familiar no mercado de trabalho**.** E para os beneficiários da zona rural que vivem no sistema de agricultura familiar de subsistência objetivamos levar cursos por meio de SENAR para qualificação, potencializar e promover melhoria da produção familiar. Fomento, Agropecuária, Indústria e Comércio. Garantir a Segurança de Geração de Emprego e Renda.

Resultado, esperamos fomentar através da qualificação profissional o aumento de geração de emprego e renda.

Metas, de atendimento é de 50%.

ÁREA DA SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário Sr. Pascoal Alberton, firma o compromisso potencializar as ações de saúde preventiva junto às famílias beneficiários do Programa.

O objetivo, fortalecer a saúde preventiva evitando agravos de doenças, endemias, melhoria da qualidade de vida das famílias.

Oportunidade é de potencializar as ações da saúde na proteção social básica.

Ação

Desenvolver ações preventivas e de orientação sobre, DST's, Vacinações, Pré-Natal, Pesagem, Diabetes, Hipertensos; Intensificação do acompanhamento e orientação por meio dos Agentes Comunitários de Saúde; Desenvolver ações preventivas e de orientação da Saúde da Mulher e Saúde do Homem por meio das campanhas outubro rosa e novembro azul; Priorizar agendamento de consulta odontológica para concessão de prótese dentaria; Cadastro ou atualização de dados no SISAB (e-SUS) pela Unidade Básica de Saúde;

Resultado esperado é o de fortalecimento da prevenção.

Metas de atendimento é de 100%.

ÁREA DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado por seu Secretário Sr. Reginaldo Marcolan, firma o compromisso de trabalhar para potencializar e assegurar assiduidade empenhando esforços para comprimento das condicionalidades da educação frente ao Programa.

Oportunidade, fortalecer os laçosdas famílias beneficiarias com a Comunidade escolar.

Ação

Orientação aos familiares da importância de permanência do aluno na Escola; Conscientizar a família sobre a importância da participação na vida escolar das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade; Conscientização sobre impacto do Bulling; Desenvolvimento de ações do de orientação e prevenção ao uso de Drogas, firmando parceria com Conselho de Segurança, Amar Terra, Segurança Publica, Poder Judiciário; Estimular o retorno a escola.

Resultado, esperamos fortalecimento das relações das famílias beneficiarias com a rede educacional, cumprimento das condicionalidades da educação com frequência mínima escolar e melhoria das qualidade educacional.

Meta, alcance de 100% dos beneficiários com membros em idade escolar

ASSINATURAS

E assim, por estarem em comum acordo, assinam o presente pacto, as autoridades e representantes do Governo Municipal e entidades parceiras**.**

Terra Nova do Norte – MT, 07 Maio de 2018.

Valter Kuhn

PREFEITO MUNICIPAL

Maria Giovana Rodrigues Kuhn

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pascoal Alberton

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Reginaldo Marcolan

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Miraci R Vieira

AMAR TERRA

Huziel Camargo dos santos ROTARY Osvaldo Henrique Sanches MAÇONARIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 131/2018

DATA: 22 DE MAIO DE 2018

SÚMULA: *"Designar o responsável pela gestão dos recursos do PREVITER - Fundo Municipal de Previdência Social de Terra Nova do Norte."*

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1º - Designar o servidor, ocupante de cargo em efetivo, Sr. **PAULO VICENTE DA SILVA**portador da Cédula de Identidade nº 163818 SSP/MS e inscrito no CPF sob o nº 403.629.731.72 como responsável pela gestão de recursos do PREVITER - Fundo Municipal de Previdência Social de

Terra Nova do Norte -MT, atendendo o disposto na Portaria MPS n. 519/2011.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 22 DE MAIO DE 2018.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 104/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 104/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO:EDELMIRO PEDROSO GOULART

OBJETO: **CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL**

VALOR: R$ 4.225,00

VIGÊNCIA: 17/05/2018/até 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 121

FISCAL DO CONTRATO: RAQUEL ARBO SPINELLI

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 38/2018

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 38/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 38/2018, TENDO COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, RESERVAS, EMISSÃO, MARCAÇÃO E REMARCAÇÃO DE BILHETES PARA ATENDER SUAS NECESSIDADES. COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 08H:00 (OITO HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 22 DE MAIO DE 2018.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 37/2018

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 37/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 37/2018, TENDO COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA E EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14H:00 (QUATORZE HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.**

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 22 DE MAIO DE 2018.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 14/2018

DATA: 12 DE JANEIRO DE 2018

SÚMULA: NOMEIA SENHOR PAULO SERGIO LEITE PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DA ESCOLA MUNICIPAL XANXERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR o Sr.**PAULO SERGIO LEITE**, brasileiro, portador do RG nº 710024 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 655.744.511.15, para a **FUNÇÃO DE DIRETOR DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DA ESCOLA MUNICIPAL XANXERÊ**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2° - O nomeado terá como retribuição pecuniária básica ao salário de 40 (quarenta) horas semanais do nível e classe a que pertence dentro do quadro de magistério de Terra Nova do Norte, e mais a Função Gratificada dos Diretores das Escolas, com percentual de 20%(vinte por cento), conforme a Lei Complementar 015/2008.

ART. 3° - Esta Portaria terá seu efeitos retroagidos a partir de 02 de janeiro de 2018.

ART. 4° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 12 DE JANEIRO DE 2018.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 14/2018

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo de**FUNÇÃO DE DIRETOR DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DA ESCOLA MUNICIPAL XANXERÊ,** o Sr.**PAULO SERGIO LEITE**, brasileira, portador do RG nº 723003 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 283.661.589.34, no dia 12 de janeiro de 2018 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 14/2018, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

PAULO SERGIO LEITE

Empossado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL RP 09

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL RP 09/2018

O Município de Tesouro - MT, através do PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, torna público, que após a análise e julgamento do Pregão Presencial RP, nº. 09//2018, devidamente homologado pelo Senhor Prefeito Municipal, sagrou-se vencedora do respectivo processo, a Empresa-: D. P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS, CNPJ: 21.711.134/0001-90. Aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores, conforme detalhado no Anexo III - com o valor negociado de Melhor oferta em rodada de lances no valor total de R$ 589.975,00(Quinhentos e oitenta e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais.

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro – MT, 22 de Maio de 2018.

_____

QUEREN HAPUQUE SILVA COSTA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

Ratifico o ato de dispensa, de autoria de **EUQUÊNIA GOUVEIA PEREIRA**, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, referente à locação de um imóvel urbano para funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, com o valor total de R$ 7.840,00, amparados pelo inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/93. Tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique

Gabinete da Prefeita do Município de Torixoréu – MT, 22 de maio de 2018.

ORIGINAL ASSINADO POR

INES MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

RREO ANEXO 01 - 1ºBIM2018

MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.000.000,00	19.000.000,00	2.561.662,87	13,48	2.561.662,87	13,48	16.438.337,13
RECEITAS CORRENTES	16.976.000,00	16.976.000,00	2.561.662,87	15,09	2.561.662,87	15,09	14.414.337,13
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	846.003,08	846.003,08	121.051,41	14,30	121.051,41	14,30	724.951,67
Impostos	785.003,08	785.003,08	89.491,86	11,40	89.491,86	11,40	695.511,22
Taxas	61.000,00	61.000,00	26.553,93	43,53	26.553,93	43,53	34.446,07
Contribuição de Melhoria			5.005,62	562,00	5.005,62	562,00	-5.005,62
CONTRIBUIÇÕES	85.000,00	85.000,00	799,09	0,94	799,09	0,94	84.200,91
Contribuições Sociais							
Contribuição Econômicas							
Contribuição para Entidades Privadasde de Serviço Soci							
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Púb	85.000,00	85.000,00	799,09	0,94	799,09	0,94	84.200,91
RECEITA PATRIMONIAL	255.000,00	255.000,00	13.351,19	5,23	13.351,19	5,23	241.648,81
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	255.000,00	255.000,00	13.351,19	5,23	13.351,19	5,23	241.648,81
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, P							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intagível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes a Navegação e ao Tra							
Serviços e Atividades Referentes a Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.764.996,92	15.764.996,92	2.424.466,18	15,37	2.424.466,18	15,37	13.340.530,74
Transferências da União e de suas Entidades	7.805.755,08	7.805.755,08	1.256.218,78	16,09	1.256.218,78	16,09	6.549.536,30
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas	5.759.241,84	5.759.241,84	776.587,64	13,48	776.587,64	13,48	4.982.654,20
Transferências dos Municípios e suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.200.000,00	2.200.000,00	391.659,76	17,80	391.659,76	17,80	1.808.340,24
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.000,00	25.000,00	1.995,00	7,98	1.995,00	7,98	23.005,00
Multas Administrativas, Contartuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	25.000,00	25.000,00	2.349,99	9,40	2.349,99	9,40	22.650,01
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Púb							
Demais Receitas Correntes			-354,99	499,00	-354,99	499,00	354,99
RECEITAS DE CAPITAL	2.024.000,00	2.024.000,00					2.024.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Móveis	5.000,00	5.000,00					5.000,00
Alienação de Bens Imóveis	5.000,00	5.000,00					5.000,00
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.014.000,00	2.014.000,00					2.014.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	1.714.000,00	1.714.000,00					1.714.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	300.000,00	300.000,00					300.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.000.000,00	19.000.000,00	2.561.662,87	13,48	2.561.662,87	13,48	16.438.337,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.000.000,00	19.000.000,00	2.561.662,87	13,48	2.561.662,87	13,48	16.438.337,13
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	19.000.000,00	19.000.000,00	2.561.662,87	13,48	2.561.662,87	13,48	16.438.337,13

Emissão: 22/05/2018 13:56:51 — Page 1 de 2
Portaria Nº 495, de 06 de Junho de 2017. — Homolo

MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Emissão: 22/05/2018 13:56:51 — Page 2 de 2
Portaria Nº 495, de 06 de Junho de 2017. — Homolo

MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.000.000,00	19.000.000,00	3.857.156,11	3.857.156,11	15.142.843,89	2.484.933,16	2.484.933,16	16.515.066,84	1.916.274,25	
DESPESAS CORRENTES	16.011.500,00	16.064.500,00	3.794.016,21	3.794.016,21	12.270.483,79	2.438.761,46	2.438.761,46	13.625.738,54	1.885.735,35	
Pessoal e Encargos Sociais	8.041.000,00	8.012.000,00	1.574.052,58	1.574.052,58	6.437.947,42	1.234.997,41	1.234.997,41	6.777.002,59	1.143.950,38	
Juros e Encargos da Dívida	57.000,00	147.000,00	110.779,71	110.779,71	36.220,29	22.779,71	22.779,71	124.220,29	22.779,71	
Outras Despesas Correntes	7.913.500,00	7.905.500,00	2.109.183,92	2.109.183,92	5.796.316,08	1.180.984,34	1.180.984,34	6.724.515,66	719.005,26	
DESPESAS DE CAPITAL	2.973.500,00	2.920.500,00	63.139,90	63.139,90	2.857.360,10	46.171,70	46.171,70	2.874.328,30	30.538,90	
Investimentos	2.970.500,00	2.917.500,00	63.139,90	63.139,90	2.854.360,10	46.171,70	46.171,70	2.871.328,30	30.538,90	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	3.000,00	3.000,00			3.000,00			3.000,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00			15.000,00			15.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.000.000,00	19.000.000,00	3.857.156,11	3.857.156,11	15.142.843,89	2.484.933,16	2.484.933,16	16.515.066,84	1.916.274,25	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.000.000,00	19.000.000,00	3.857.156,11	3.857.156,11	15.142.843,89	2.484.933,16	2.484.933,16	16.515.066,84	1.916.274,25	
SUPERÁVIT (XIII)							76.729,71		645.388,62	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.000.000,00	19.000.000,00	3.857.156,11	3.857.156,11	15.142.843,89	2.484.933,16	2.561.662,87	16.438.337,13	2.561.662,87	
RESERVA DO RPPS										

Emissão: 22/05/2018 13:56:51
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

Page 1 de 1
Homolo[illegible]

RREO ANEXO 02 - 2ºBIM2018

MUNICIPIO DE UNIAO DO SUL - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	18.942.000,00	18.942.000,00	3.555.303,35	7.408.859,46	100,00	11.533.140,54	3.460.742,13	5.945.075,29	100,00	12.996.924,71	0,00
LEGISLATIVA	814.000,00	814.000,00	117.460,93	284.531,37	3,84	529.468,63	127.960,03	252.369,61	4,24	561.630,39	0,00
Ação Legislativa	814.000,00	814.000,00	117.460,93	284.531,37	3,84	529.468,63	127.960,03	252.369,61	4,24	561.630,39	0,00
JUDICIÁRIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.477.000,00	2.437.500,00	395.338,52	1.058.901,26	14,29	1.378.598,74	366.284,23	702.150,50	11,81	1.735.349,50	0,00
Administração Geral	2.257.000,00	2.287.500,00	350.993,52	969.536,26	13,08	1.317.963,74	316.741,99	626.855,40	10,54	1.660.644,60	0,00
Administração Financeira	65.000,00	58.000,00	6.905,00	33.255,00	0,44	24.745,00	12.102,24	19.185,10	0,32	38.814,90	0,00
Controle Interno	90.000,00	90.000,00	37.440,00	56.110,00	0,75	33.890,00	37.440,00	56.110,00	0,94	33.890,00	0,00
Normatização e Fiscalização	65.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	750.000,00	760.000,00	122.088,61	275.096,05	3,71	484.903,95	126.108,54	242.197,49	4,07	517.802,51	0,00
Assistência ao Idoso	38.000,00	48.000,00	4.070,75	15.557,75	0,21	32.442,25	5.899,03	14.350,85	0,24	33.649,15	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	68.000,00	68.000,00	17.630,96	29.675,29	0,40	38.324,71	14.026,81	23.661,70	0,39	44.338,30	0,00
Assistência Comunitária	197.000,00	205.000,00	37.058,91	87.526,95	1,18	117.473,05	35.099,55	71.866,62	1,20	133.133,38	0,00
Administração Geral	440.000,00	432.000,00	63.327,99	142.336,06	1,92	289.663,94	71.083,15	132.318,32	2,22	299.681,68	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	4.442.000,00	4.457.000,00	684.482,14	1.723.990,31	23,26	2.733.009,69	753.127,50	1.330.899,09	22,38	3.126.100,91	0,00
Atenção Básica	2.139.000,00	2.120.000,00	409.314,85	947.836,77	12,79	1.172.163,23	407.935,29	785.924,18	13,21	1.334.075,82	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.442.000,00	1.471.000,00	182.431,34	564.882,25	7,62	906.117,75	229.985,32	355.489,24	5,97	1.115.510,76	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	235.000,00	235.000,00	31.628,78	52.815,20	0,71	182.184,80	42.922,28	51.458,00	0,86	183.542,00	0,00
Vigilância Sanitária	128.000,00	128.000,00	12.406,42	27.720,56	0,37	100.279,44	12.407,38	26.254,31	0,44	101.745,69	0,00
Vigilância Epidemiológica	185.000,00	185.000,00	20.455,00	47.548,75	0,64	137.451,25	22.345,73	44.407,20	0,74	140.592,80	0,00
Administração Geral	313.000,00	318.000,00	28.245,75	83.186,78	1,12	234.813,22	37.531,50	67.366,16	1,13	250.633,84	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	4.552.400,00	4.551.400,00	776.091,10	1.813.264,03	24,47	2.738.135,97	807.569,35	1.557.883,25	26,20	2.993.516,75	0,00
Ensino Fundamental	2.627.400,00	2.657.400,00	543.393,44	1.203.427,06	16,24	1.453.972,94	519.318,77	1.021.037,30	17,17	1.636.362,70	0,00
Ensino Superior	5.000,00	5.000,00	0,00	2.450,00	0,03	2.550,00	0,00	2.450,00	0,04	2.550,00	0,00
Educação Infantil	1.040.000,00	1.040.000,00	148.350,16	404.917,61	5,46	635.082,39	175.398,75	374.698,66	6,30	665.301,34	0,00
Educação Especial	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00
Administração Geral	525.000,00	494.000,00	42.260,93	139.384,45	1,88	354.615,55	56.639,22	103.484,68	1,74	390.515,32	0,00
Demais Subfunções	300.000,00	300.000,00	42.086,57	63.084,91	0,85	236.915,09	56.212,61	56.212,61	0,94	243.787,39	0,00
CULTURA	1.340.000,00	1.341.000,00	3.980,62	33.016,61	0,44	1.307.983,39	8.304,44	15.706,50	0,26	1.325.293,50	0,00
Difusão Cultural	215.000,00	218.500,00	3.980,62	32.116,61	0,43	186.383,39	8.157,26	15.412,14	0,25	203.087,86	0,00
Administração Geral	1.125.000,00	1.122.500,00	0,00	900,00	0,01	1.121.600,00	147,18	294,36	0,00	1.122.205,64	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	828.000,00	728.000,00	111.954,22	232.652,92	3,14	495.347,08	112.061,21	229.267,87	3,85	498.732,13	0,00
Infra-Estrutura Urbana	745.000,00	645.000,00	111.954,22	232.652,92	3,14	412.347,08	112.061,21	229.267,87	3,85	415.732,13	0,00

Emissão: 22/05/2018 13:58:56
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 1
Homolo

MUNICIPIO DE UNIAO DO SUL - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Serviços Urbanos	83.000,00	83.000,00	0,00	0,00	0,00	83.000,00	0,00	0,00	0,00	83.000,00	0,00
HABITAÇÃO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Habitação Urbana	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
SANEAMENTO	66.000,00	61.000,00	0,00	0,00	0,00	61.000,00	0,00	0,00	0,00	61.000,00	0,00
Saneamento Básico Rural	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	36.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	295.500,00	300.500,00	54.287,98	116.378,83	1,57	184.121,17	55.568,02	116.034,27	1,95	184.465,73	0,00
Extensão Rural	46.500,00	46.500,00	0,00	0,00	0,00	46.500,00	0,00	0,00	0,00	46.500,00	0,00
Administração Geral	203.000,00	208.000,00	54.287,98	116.378,83	1,57	91.621,17	55.568,02	116.034,27	1,95	91.965,73	0,00
Demais Subfunções	46.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	140.000,00	140.000,00	3.196,00	9.716,00	0,13	130.284,00	3.196,00	9.716,00	0,16	130.284,00	0,00
Energia Elétrica	140.000,00	140.000,00	3.196,00	9.716,00	0,13	130.284,00	3.196,00	9.716,00	0,16	130.284,00	0,00
TRANSPORTES	2.434.500,00	2.489.000,00	1.236.437,52	1.526.292,15	20,60	962.707,85	990.630,65	1.276.829,39	21,47	1.212.170,61	0,00
Transporte Rodoviário	2.434.500,00	2.489.000,00	1.236.437,52	1.526.292,15	20,60	962.707,85	990.630,65	1.276.829,39	21,47	1.212.170,61	0,00
DESPORTO E LAZER	497.600,00	497.600,00	49.985,71	135.019,93	1,82	362.580,07	64.741,82	124.816,39	2,09	372.783,61	0,00
Desporto Comunitário	497.600,00	497.600,00	49.985,71	135.019,93	1,82	362.580,07	64.741,82	124.816,39	2,09	372.783,61	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	220.000,00	280.000,00	0,00	200.000,00	2,69	80.000,00	45.190,34	87.204,93	1,46	192.795,07	0,00
Outros Encargos Especiais	190.000,00	160.000,00	0,00	90.000,00	1,21	70.000,00	23.190,34	43.204,93	0,72	116.795,07	0,00
Demais Subfunções	30.000,00	120.000,00	0,00	110.000,00	1,48	10.000,00	22.000,00	44.000,00	0,74	76.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.942.000,00	18.942.000,00	3.555.303,35	7.408.859,46	100,00	11.533.140,54	3.460.742,13	5.945.075,29	100,00	12.996.924,71	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Emissão: 22/05/2018 13:58:56

Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 2

Homolo

MUNICIPIO DE UNIAO DO SUL - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2018 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Emissão: 22/05/2018 13:58:56
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 3
Homolo

RREO ANEXO 03 - MAI2017-ABR2018

MUNICIPIO DE UNIAO DO SUL - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.489.242,57	1.354.867,25	1.522.155,38	1.357.106,26	1.293.645,55	489.860,51			1.400.856,32	1.570.687,87	1.309.203,88	1.627.089,28	13.414.714,87	18.544.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	67.196,22	72.338,29	80.151,33	53.951,13	53.170,86	4.568,46			49.560,60	71.490,81	48.145,51	206.868,59	707.441,80	846.003,08
IPTU	24.840,69	13.422,71	2.057,73	940,65	480,47	36,18			1.219,72	1.544,76	2.188,05	1.308,81	48.039,77	75.950,00
ISS	12.927,26	16.010,93	34.583,54	21.263,14	21.356,44	3.824,12			14.439,37	24.257,60	24.057,27	22.923,01	195.642,68	304.850,00
ITBI	4.848,11	14.306,90	17.213,32	2.776,33	11.260,86	63,26			13.845,78	6.678,83	3.855,22	165.081,85	239.930,46	140.200,00
IRRF	23.276,41	26.425,50	26.191,74	27.349,26	19.919,90	577,90			12.469,26	15.036,54	15.021,57	15.707,29	181.975,37	264.003,08
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	1.303,75	2.172,25	105,00	1.621,75	153,19	67,00			7.586,47	23.973,08	3.023,40	1.847,63	41.853,52	61.000,00
Contribuições	9.106,21	9.100,86	4.904,85	9.379,84	6.066,64				799,09		3.324,25	2.834,80	45.516,54	85.000,00
Receita Patrimonial	23.327,16	19.526,14	17.595,18	15.435,73	10.719,34				7.413,08	5.938,11	7.088,30	6.488,13	113.531,17	255.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira									7.413,08	5.938,11	7.088,30	6.488,13	26.927,62	255.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	23.327,16	19.526,14	17.595,18	15.435,73	10.719,34								86.603,55	
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços														
Transferências Correntes	1.386.779,76	1.251.174,34	1.415.235,96	1.268.764,76	1.211.025,06	465.271,89			1.342.344,67	1.492.002,83	1.247.734,58	1.404.492,93	12.484.826,78	17.332.996,92
Cota Parte do FPM	581.835,15	536.286,61	414.187,39	469.737,94	394.421,66	178.654,62			562.076,40	734.809,64	494.114,29	518.062,73	4.884.186,43	7.260.000,00
Cota Parte do ICMS	335.418,04	291.460,14	271.551,26	375.534,10	403.186,21	39.857,86			373.164,96	313.455,59	305.746,99	270.151,49	2.979.526,64	4.000.000,00
Cota Parte do IPVA	42.040,48	14.393,81	36.465,37	16.342,11	12.639,24				8.379,06	21.625,27	33.896,69	32.446,03	218.228,06	300.000,00
Cota Parte do ITR	7.053,02	2.904,59	4.113,30	23.692,10	14.828,46	211.497,22			27.192,86	6.107,41	2.281,49	10.705,51	310.375,96	370.000,00
Transferência da LC 87/1966	1.358,73	1.358,73	1.358,73	1.358,73	1.358,73				1.298,12	1.298,12	1.298,12	1.298,12	11.986,13	20.000,00
Transferência LC 61/1989									2.521,24	2.448,88	2.573,03	2.315,67	9.858,82	50.000,00
Transferências FUNDEB	181.517,44	152.356,21	145.268,43	185.406,46	121.197,41	35.262,19			198.892,42	192.767,34	172.368,49	161.139,28	1.546.175,67	2.200.000,00
Outras Transferências Correntes	237.556,90	252.414,25	542.291,48	196.693,32	263.393,35				168.819,61	219.490,58	235.455,48	408.374,10	2.524.489,07	3.132.996,92
Outras Receitas Correntes	2.833,22	2.727,62	4.268,06	9.574,80	12.663,65	20.020,16			738,88	1.256,12	2.911,24	6.404,83	63.398,58	25.000,00
DEDUÇÕES (II)	193.117,28	168.987,90	145.397,46	177.213,15	169.828,66	43.316,30			194.422,20	215.459,12	167.467,43	166.532,70	1.641.742,20	
Contrib. Servidor para o Plano de Previdência														
Comp. Financeira entre Regimes de Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	193.117,28	168.987,90	145.397,46	177.213,15	169.828,66	43.316,30			194.422,20	215.459,12	167.467,43	166.532,70	1.641.742,20	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**1.296.125,29**	**1.185.879,35**	**1.376.757,92**	**1.179.893,11**	**1.123.816,89**	**446.544,21**			**1.206.434,12**	**1.355.228,75**	**1.141.736,45**	**1.460.556,58**	**11.772.972,67**	**18.544.000,00**

Emissão: 22/05/2018 13:59:35 — Page 1 de
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017. — Homologado

PORTARIA Nº 086/2018

Dispõe sobre licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando os atestados médicos e o agendamento pericial junto ao INSS, apresentado pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida licença para tratamento de saúde, à servidora efetiva Sra. WALITA RAFAELA FERREIRA – Agente de Desenvolvimento Infantil 30H, Vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 2.690.297-4 SJSP/MT e CPF nº 047.064.431-13, pelo período de 23 de maio de 2018 a 13 de agosto de 2018, sem prejuízo da remuneração, mediante auxílio-doença a cargo do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 23 de maio de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 11/2018

O Município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, torna Publico a quem possa interessar que o procedimento de licitação da Modalidade Pregão Presencial nº 11/2018, tipo menor preço por item, cuja a abertura ocorreria no dia 29/05/2018 Às 08:00 (oito) horas, sendo assim, O Pregoeiro com a equipe de apoio de licitação da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, composta pelos servidores, Edinaldo Ferreira de Santana, Pregoeiro, Elisangela Renata Costa Silva, Maria Cristina Gomes e Ana Paula Soares de Barros, equipe de Apoio, reuniu-se com a finalidade específica de promover o Cancelamento do edital de Licitação de PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018, destinado ao “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANETE PARA ATENDER A UNIDADE BASICA DE SAUDE DO MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, conforme termo de referência em anexo”. Por motivo de erro de digitação no edital, e que novo aviso e novo edital serão devidamente republicados em data ainda não programada.

Vale de São Domingos-MT, 22de Maio de 2018

Edinaldo Ferreira de Santana

Pregoeiro

DISTRATO DO CONTRATO DE N º. 61/2017.

Pelo presente Termo de Distrato, de um lado o **MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT,** devidamente qualificado no Contrato Originário, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr Geraldo Martins da Silva, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Av. Santa Stopa, S/N, Centro, CEP 78. 253-000, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade de n. 06736750 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 458.527.236-49 doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa ALESSANDRO DEL MOURA GARCIA -MEI, inscrita no CNPJ com o nº 27.045.714/0001-72, com endereço no sitio Santo Antônio, s/n, km10, CEP 78.253-000, zona rural, Vale de São Domingos-MT, doravante designada CONTRATADA, representada, neste ato, por Sr. ALESSANDRO DEL MOURA GARCIA, RG nº 16971043 SSP/MT, e CPF nº 017.381.181-77, igualmente qualificado no instrumento de contrato Originário, doravante denominado **CONTRATADO**, resolve rescindir o contrato amigável, por acordo entre as partes.

CLAUSULA PRIMEIRA:

Fica rescindido na presente data o DISTRATO DO CONTRATO de nº 61/2017, firmado em 09 (nove) de agosto de 2017 (Dois Mil e Dezessete), O Distrato está amparado na Cláusula 10ª CLAUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL do contrato original, item 10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações: – Amigável – por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO:

A multa contratual da CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE e CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES, em comum acordo será cancelada por ambas as partes.

Fica eleito o fórum da comarca Pontes e Lacerda, para dirimir quaisquer dúvidas oriunda referente esta rescisão.

As partes de acordo mandaram imprimir o presente instrumento em 02 (Duas) vias de igual teor e forma.

Vale de São Domingos– MT, 22 de Maio de 2018

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

PREFEITO MUNCIPAL

PREF. MUN. DE VALE DE SÃO DOMINGOS

_____ *THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO OAB – MT Nº 4552*

_____

ALESSANDRO DEL MOURA GARCIA -ME

EMPRESA

CONTRATADO

TESTEMUNHA

_____ _____

NOME: NOME:

RG: RG:

CPF: CPF:

AVISO DE RESULTADO FINAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 02/2018

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado final** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO 02/2018- SISTEMA REGISTRO DE PREÇO, com objetivo **Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos para distribuição gratuita a população, uso interno nas Unidades de Saúde do Município de Vale de São Domingos/MT**. teve como "VENCEDORES", as empresas **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, inscrito no CNPJ: 06.065.614/0001-38, vencedora, dos ITENS, 1, 2, 14, 23, 27, 29, 31, 48, 49, 68, 71, 87, 89, 91, 92, 100, 114, 116, 129, 130, 131 E 147, no valor global de R$ 37.332,00, a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrito no CNPJ: 03.652.030/0001-70, vencedora, dos ITENS, 3, 7, 9, 11, 13, 20, 21, 26, 28, 30, 32, 36, 37, 38, 40, 44, 45, 51, 57, 59, 60, 69, 70, 72, 73, 74, 79, 81, 82, 84, 88, 97, 98, 102, 104, 105, 106, 113, 117, 121, 122, 127, 128, 132, 144, 146 E 154, no valor global de R$ 55.660,00, e a empresa NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrito no CNPJ: 14.595.725/0001-84, vencedora dos ITENS, 4, 5, 6, 10, 12, 22, 25, 33, 53, 65, 139 E 141, no valor global de R$ 8. 138,40, e a empresa RIO FARMA LTDA-ME, inscrito no CNPJ: 24.484. 451/0001-00, vencedora dos ITENS, 8, 39, 42, 50, 54, 83, 138, 145, 148, 150 E 153, no valor global de R$ 7.069,50, e a empresa CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA, inscrito no CNPJ: 07.847.837/0001-10, vencedora dos ITENS, 15, 16, 17, 18, 43, 46, 55, 56, 58, 63, 86, 90, 93, 94, 95, 96, 101, 107, 112, 118, 119, 126, 133, 134 E 149, no valor global de R$ 18.080,30, e a empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, inscrito no CNPJ: 02.816.696/0001-54, vencedora dos ITENS, 24, 61, 62, 67, 75, 77, 78, 108, 135, 136, 143 E 155, no valor global de R$ 31. 045,00, e a empresa PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE - LTDA, inscrito no CNPJ: 10.749.915/0001-58, vencedora dos ITENS, 35,47, 11 E 125, no valor global de R$ 5.944,00**. Vale de São Domingos – MT, 22 de Maio de 2018. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE INCLUSÃO DE ADENDO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2018

O Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições, torna público e para conhecimento dos Licitantes e de quem mais possa interessar que: O processo Licitatório Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2018**, **SISTEMA REGISTRO DE PREÇO** tendo como **objeto:** Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Materiais Elétricos, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT, **sofreu adequação no Termo de Referencia, conforme Adendo e seu anexo, ficando ratificada a data de realização do certame prevista para o dia 28 de maio de 2018, às 09h 00min (horário de Mato Grosso)**. O ADENDO encontra-se disponível no site**www.daevg.com.br. Várzea Grande-MT, 22 de maio de 2018.**

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): ALIANÇA CONVENIÊNCIA (CONVENIÊNCIA POSTO RAFA)

Data da Notificação: 30/10/2017

Data da Decisão: 27/04/2018

CPF/CNPJ nº: 873.439.591-15

Processo nº: 514083/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 27 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

PORTARIA Nº 546/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 512946/2018,

RESOLVE:

Revogar a Portaria n° 517/2014, que averbou em favor da servidora, **MARILEI CLOTILDES LEITE**, matrícula 33899, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, exercendo o cargo de Agente Administrativo, o Tempo de Serviço Prestado, conforme Certidãode Tempo de Contribuição expedida pelo INSS nº 10001030.1.00202/12-0, num total de **13 (treze) anos, 09 (nove) meses e 25 (vinte e cinco) dias líquidos,** correspondendo a **5.040 (cinco mil e quarenta) dias, para efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de maio de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): IGOR NUNES MEDEIROS (TRAILLER DOS ESPETOS)

Data da Notificação: 14/11/2017

Data da Decisão: 27/04/2018

CPF/CNPJ nº: 218.780.068-78

Processo nº: 514078/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 27 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

PORTARIA Nº 542/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 514107/2018,

RESOLVE:

Reconhecer em favor da servidora, **JACIMARA ASSIS DE AMORIM SANTOS**, matrícula 20860, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de TSAE – Técnico em Manutenção, conforme Certidãode Tempo de Serviço emitida pela SAD/PMVG, o tempo de serviço prestado junto ao Município de Várzea Grande, no período de **15.02.1991 a 19.09.1993**, que totalizam **948 (novecentos e quarenta e oito) dias líquidos**, correspondendo a **02 (dois) anos, 07 (sete) meses e 08 (oito) dias, para TODOS OS EFEITOS LEGAIS.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de maio de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): CARLOS SARAIVA IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO S.A (RICARDO ELETRO)

Data da Notificação: 12/04/2018

Data da Decisão: 18/05/2018

CPF/CNPJ nº: 25.760.877/0159-90

Processo nº: 520880/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 18 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

PORTARIA Nº 544/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 512447/2018,

RESOLVE:

Averbar em favor do servidor **FRANZ CLEYTON FERNANDES DE AMORIM**, Matrícula 101119, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Agente de Combate as Endemias, o tempo de serviço constante na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS n° 10001100.1.00031/18-0**,** prestado a iniciativa privada, empresa: OKLYS INFORMÁTICA LTDA**, no período de 15.03.1996 a 25.09.1996, correspondendo a 195 (cento e noventa e cinco) dias líquidos,** no total de **00 (zero) anos, 06 (seis) meses e 11 (onze) dias, para efeitos de APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE.**

E ainda, **Reconhecer** em favor do servidor **FRANZ CLEYTON FERNANDES DE AMORIM**, Matrícula 101119, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Agente de Combate as Endemias, o tempo de serviço constante na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS n° 10001100.1.00031/18-0**,** prestados ao município de Várzea Grande, **nos períodos de 04.11.2002 a 30.12.2002; 01.01.2003 a 30.12.2003; 01.01.2004 a 30.12.2004; 01.01.2005 a 30.12.2005; 01.01.2006 a 30.12.2006 01.01.2007 a 30.06.2007; 01.07.2007 a 30.12.2007; 01.01.2008 a 30.06.2008 01.07.2008 a 30.12.2008; 05.01.2009 a 30.06.2009; 01.07.2009 a 30.12.2009; 01.01.2010 a 28.12.2010; 03.01.2011 a 30.12.2001; 02.01.2012 a 30.03.2012; 02.04.2012 a 31.12.2012; 02.01.2013 a 30.04.2013; 01.05.2013 a 31.12.2013 e 02.01.2014 a 01.04.2014, correspondendo a 4.147 (quatro mil, cento e quarenta e sete) dias líquidos,** no total de **11 (onze) anos, 04 (quatro) meses e 12 (doze) dias, para TODOS OS EFEITOS LEGAIS.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de maio de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 543/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 509121/2018,

RESOLVE:

Averbar em favor do servidor **RODRIGO PINHEIRO VIEIRA**, Matrícula 83041, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Médico, o tempo de serviço constante na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS n° 10001100.1.00284/17-7**,** prestado de forma autônoma**, nos períodos de 01.08.2004 a 30.10.2004; 01.01.2006 a 31.12.2007; 01.02.2008 a 31.03.2008; 01.05.2008 a 30.06.2008; 01.09.2009 a 30.09.2009; 01.01.2010 a 31.01.2010 e 29.12.2010 s 31.12.2010, correspondendo a 1.372 (um mil, trezentos e setenta e dois) dias líquidos,** no total de **03 (três) anos, 09 (nove) meses e 07 (sete) dias, para efeitos de APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE.**

E ainda, Reconhecer em favor do servidor **RODRIGO PINHEIRO VIEIRA**, Matrícula 83041, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Médico, o tempo de serviço constante na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS n° 10001100.1.00284/17-7**,** prestado ao município de Várzea Grande, **nos períodos de 01.06.2010 a 28.12.2010; 03.01.2011 a 30.12.2011; 02.01.2012 a 30.03.2012 e 02.04.2012 a 22.04.2012, correspondendo a 683 (seiscentos e oitenta e três) dias líquidos,** no total de **01 (um) ano, 10 (dez) meses e 18 (dezoito) dias, para TODOS OS EFEITOS LEGAIS.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de maio de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): MONTE PASTEL COMÉRCIO LTDA – EPP (MONTE PASTEL)

Data da Notificação: 30/10/2017

Data da Decisão: 02/05/2018

CPF/CNPJ nº: 27.211.108/0001-80

Processo nº: 514105/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 02 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

PORTARIA Nº 541/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 516987/2018,

RESOLVE:

Averbar em favor da servidora, **CARMEM LÚCIA GIUNTINI**, matrícula 7048, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor, conforme Certidãode Tempo de Contribuição emitida pelo Mato Grosso Previdência - MTPREV nº 028350/2018, tempo de serviço prestado junto ao Estado de Mato Grosso, no período de **23.05.2014 a 11.02.2016**, que totalizam **630 (seiscentos e trinta) dias líquidos**, correspondendo a **01 (um) ano, 08 (oito) meses e 25 (vinte e cinco) dias, para efeitos de APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de maio de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 546/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 512946/2018,

RESOLVE:

Revogar a Portaria n° 517/2014, que averbou em favor da servidora, **MARILEI CLOTILDES LEITE**, matrícula 33899, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, exercendo o cargo de Agente Administrativo, o Tempo de Serviço Prestado, conforme Certidãode Tempo de Contribuição

expedida pelo INSS nº 10001030.1.00202/12-0, num total de **13 (treze) anos, 09 (nove) meses e 25 (vinte e cinco) dias líquidos,** correspondendo a **5.040 (cinco mil e quarenta) dias, para efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de maio de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2018 SUPERINT/SEGEFAZ/VG

Considerando o previsto no art. 242, da Lei Municipal n. 1.178/91 (Código Tributário do Município), o qual prevê que *"O lançamento e suas alterações serão comunicados aos contribuintes mediante notificação direta, feita por meio de aviso, para servir como guia de pagamento ou através de edital afixado na Prefeitura e/ou por publicação através de imprensa."*

NOTIFICAMOS, via edital, o contribuinte abaixo elencado acerca da **CONTESTAÇÃO DO AIIM Nº 001/2014-SEREC/VG**, Processo nº 237423/14, **COTRIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**. **CNPJ Nº 26.760.216/0006-90**

Considerando-se que o autuante alterou na Contestação às folhas 71/72 o procedimento inicial, dê-se imediata vista do processo ao autuado.

Publique-se.

Várzea Grande/MT; 22 de Maio de 2018.

Superintendência de Receita

Secretaria Municipal de Gestão Fazendária

Prefeitura de Várzea Grande

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): JORDELINA DOS REIS FIGUEIREDO (RESTAURANTE TEMPERO NOVO)

Data da Notificação: 28/09/2017

Data da Decisão: 07/05/2018

CPF/CNPJ nº: 26.719.928/0001-14

Processo nº: 513909/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 07 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): DR CHARLES A. MASCARENHAS ALVES (CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DR. CHARELES MASCARENHAS)

Data da Notificação: 27/10/2017

Data da Decisão: 10/05/2018

CPF/CNPJ nº: 631.806.261-00

Processo nº: 514120/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 10 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

ATO Nº. 188/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Ademir Silva Ferreira do cargo em Comissão de Diretor Escolar – EMEB Elias Domingos, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 30 de maio de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 21 de Maio de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ATO Nº. 190/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Andréia Santana Ferreira e Ferreira do cargo em Comissão de Superintendente - DNS 3, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 21 de maio de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 21 de Maio de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

ATO Nº. 189/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

R E S O L V E:

NOMEAR Diogo Douglas da Silva, no cargo em Comissão de Diretor Escolar – EMEB Elias Domingos, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 04 de junho de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 21 de Maio de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): TATIANE SIQUEIRA DE MAGALHÃES (PIZZARIA DELLIVERY VIA 07)

Data da Notificação: 25/10/2017

Data da Decisão: 14/05/2018

CPF/CNPJ nº: 28.809.973/0001-95

Processo nº: 513797/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 15 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

ATO Nº. 191/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

R E S O L V E:

NOMEAR Danielle Cristina Leite Martins de Campos, no cargo em Comissão de Superintendente - DNS 3, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 22 de Maio de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 21 de Maio de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal da Saúde

ATO Nº. 192/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo n.520896/18,

R E S O L V E:

NOMEAR Patrícia Rey Carvalho Rachid, no cargo em Comissão de Assessor Jurídico - DNS 5, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, a partir de 02 de Maio de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 21 de Maio de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

José Roberto Amaral de Castro Pinto

Secretário Municipal do Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): FRC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP (DETROIT STEAK HOUSE VG SHOPPING)

Data da Notificação: 30/10/2017

Data da Decisão: 07/05/2018

CPF/CNPJ nº: 22.155.814/0002-19

Processo nº: 514090/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, II da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF (Unidade Padrão Fiscal).**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 07 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Gran-

de, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): SUELY ALVES DE SOUZA (VERDURÃO RAIO DE LUAR)

Data da Notificação: 28/09/2017

Data da Decisão: 09/05/2018

CPF/CNPJ nº: 25.039.232/0001-84

Processo nº: 513115/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 09 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): M ESTEVES DA SILVA & CIA LTDA – ME (DROGARIA SUPER POPULAR)

Data da Notificação: 12/07/2017

Data da Decisão: 09/05/2018

CPF/CNPJ nº: 23.182.440/0001-02

Processo nº: 513123/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, II da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF (Unidade Padrão Fiscal).**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 09 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.25/2018 REGISTRO DE PREÇOS

PROC. ADM. N. 501628/2018. O Município de Várzea Grande-MT/Secretaria Municipal de Assistência Social torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico N. 25/2018, que tem por objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Material de Consumo (utensílios de cozinha e descartáveis) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Várzea Grande/MT. Na modalidade Pregão Eletrônico/ Registro de Preços, Sistema Menor preço por item. **ADJUDICADO e HOMOLOGADO 14/05/2018**, sagrando-se vencedora a empresa abaixo.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 55/2018

Validade: 12 (doze) meses.

COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELLI, inscrita no CNPJ sob n. 28.372.398/0001-06.						
ITEM	**CÓDIGO TCE**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANT**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01	141113-6	Assadeira de alumínio - medindo (0,40 X 0,27), Capacidade (5 L), altura de (4,5cm).	UNIDADE	04	34,00	136,00
02	0002013	Bacia plástica - reforçada, capacidade 11 litros.	UNIDADE	04	12,09	48,36
03	251438-9	Bandeja - em aço inox, medindo (50 x 40)cm, retangular.	UNIDADE	03	65,00	195,00
04	0004783	Bandeja laminada – redonda nº 08	UNIDADE	50	6,49	324,50
05	0004784	Bandeja laminada - retangular nº07	UNIDADE	120	2,00	240,00
06	0004785	Bandeja laminada- retangular nº06	UNIDADE	100	4,25	425,00
07	101522-2	Bule – de alumínio, capacidade 2 litros.	UNIDADE	03	31,99	95,97
08	34835-0	Bule – de alumínio, capacidade 5 litros.	UNIDADE	03	70,00	210,00
09	349059-9	Caixa plástica multiuso com tampa e trava - transparente, 10 lts.	UNIDADE	10	9,00	90,00
10	441694-5	Caixa plástica multiuso com tampa e trava - transparente - 25 lts.	UNIDADE	20	7,93	158,60
11	386835-4	Caixa plástica multiuso com tampa e trava - transparente - 50 lts.	UNIDADE	20	69,96	1. 399,20
12	374123-0	Caneca Plástica - tipo merenda escolar, fabricado em polipropileno virgem atóxico, capacidade 300 ml.	UNIDADE	40	4,05	162,00
13	38195-0	Caneca - de alumínio, com capacidade para 2 litros, com cabo.	UNIDADE	04	10,00	40,00
14	139002-3	Caneca - de alumínio, capacidade (5,0l), com diâmetro de (20,0cm), altura de (18,0cm), com espessura de (1,7mm), com cabo.	UNIDADE	04	32,00	128,00
16	346733-3	Colher - em aço inoxidável de alta resistência, medindo 23,00cm, de mesa tipo para sopa, lisa, espessura mínima de 2,00mm, acondicionado em embalagem apropriada, produto de primeira qualidade.	UNIDADE	48	12,15	583,20
17	373225-8	Colher descartável para refeição - material plástico, cor branca, aplicação refeição, característica adicional resistente, tamanho adulto. Pacote com 50 unidades.	PACOTE	50	1,69	84,50
18	383158-2	Colher descartável para sobremesa - material plástico, cor branca, aplicação sobremesa. Pacote com 50 unidades.	PACOTE	12	3,70	44,40
19	162564-0	Concha – alumínio, com cabo de 40 cm e concha de 10 cm.	UNIDADE	06	8,45	50,70
20	423759-5	Copo – de vidro transparente, com 300 ml, altura de 17 cm, para água.	UNIDADE	48	8,60	412,80
21	41892-7	Escorredor para arroz – plástico, 40 cm.	UNIDADE	06	7,49	44,94

22	261628-9	Escorredor de prato – em inox, medindo (510 x 124 x 358)mm, com compartimento para escorrer 20 pratos, com porta-talher.	UNIDADE	06	166,00	996,00
23	147326-3	Escorredor de massa alimentícia – de alumínio, com diâmetro de 40 cm, altura de 17,0cm, capacidade de 14,5l, com espessura de 1,7mm, c/alça e base.	UNIDADE	06	30,00	180,00
24	48471-7	Escumadeira – de alumínio, com diâmetro de 11 cm, para cozinha, na manipulação e preparo de alimentos.	UNIDADE	06	19,86	119,16
25	90931-9	Espremedor de alho – de alumínio, tipo manual.	UNIDADE	06	4,99	29,94
26	266437-2	Faca – em aço inox, medindo 10¨ (polegadas), cabo em polipropileno, para carne.	UNIDADE	08	66,04	528,32
27	239219-4	Faca – em inox, padrão p/ mesa, cabo liso.	UNIDADE	48	2,20	105,60
28	162668-0	Faca – inox, 5 polegadas para cortar legumes s/serra, polipropileno.	UNIDADE	08	22,03	176,24
29	37586-1	Frigideira – de alumínio, com 20 cm de diâmetro, revestida em teflon c/ tampa.	UNIDADE	06	31,00	186,00
30	140725-2	Frigideira – de alumínio, revestida de teflon, capacidade (3,5l), com diâmetro de (28,0cm), altura de (5,5cm), com espessura de (3,3mm), cabo de aço inox, sem tampa.	UNIDADE	04	105,00	420,00
31	162766-0	Garfo – alumínio, para fritura 35 cm de comprimento, c/02 pontas.	UNIDADE	04	19,90	79,60
32	191483-9	Garfo de mesa – grande, inteiramente em inox.	UNIDADE	48	6,50	312,00
33	373222-3	Garfo descartável para refeição – talher descartável, material plástico, tipo garfo, cor branca, característica adicional resistente, tamanho adulto. Pacote com 50 unidades.	PACOTE	60	3,55	213,00
34	383371-2	Garfo descartável para sobremesa – talher descartável, material plástico, tipo garfo, aplicação sobremesa. Pacote com 50 unidades.	PACOTE	12	2,50	30,00
35	195998-0	Garrafa – térmica, corpo de polipropileno ou similar com revestimento interno em poliuretano, com tampa, alça, torneira, pés retrateis, com capacidade 12l.	UNIDADE	10	55,00	550,00
36	148417-6	Garrafa – térmica, revestida em plástico rígido, ampola de vidro temperado, com tampa, alça e rosca, 1l.	UNIDADE	10	32,00	320,00
37	225351-8	Guardanapo de Papel – 24x22, gofrado com textura, cor branca, tipo folha simples. Pacote com 50 unidades.	PACOTE	150	0,80	120,00
38	163356-2	Guardanapo de Papel – 33x32, gofrado, cor branca, tipo folhas simples. Pacote com 50 unidades.	PACOTE	150	5,40	810,00
39	225238-4	Jarra de vidro – com alça capacidade 1,5 litros, vidro sem textura e transparente.	UNIDADE	12	10,00	120,00
40	235841-7	Jarra de plástico – capacidade para 03 litros, com diâmetro de com diâmetro aproximado de 13 cm, altura de altura aproximada de 26 cm, incolor, com tampa.	UNIDADE	12	9,99	119,88
41	225319-4	Panela – de alumínio nº 20, caçarola, capacidade para 04 litros, com alça e tampa.	UNIDADE	06	26,70	160,20
42	238823-5	Panela – de alumínio n° 24, caçarola antiaderente, capacidade para 5 litros, com tampa e asa, para cozinhar alimentos.	UNIDADE	06	41,00	246,00
43	258811-0	Panela – em alumínio, tipo caçarola, n 30, capacidade 10 litros, com alça e tampa.	UNIDADE	04	41,00	164,00
44	160039-7	Panela de pressão – alumínio, capacidade 7 lts.	UNIDADE	06	98,00	588,00
46	423687-4	Peneira – em aço inox, com cabo de 20 cm.	UNIDADE	08	31,02	248,16
47	251194-0	Porta mantimentos - de plástico, tipo pote, capacidade para 2kg, sem decoração.	UNIDADE	08	9,49	75,92
48	238861-8	Porta mantimentos - de plástico, tipo pote, capacidade para 3 litros, sem decoração.	UNIDADE	10	14,00	140,00
49	250051-5	Porta mantimentos - de plástico, tipo pote, capacidade para 04 litros, sem decoração.	UNIDADE	10	15,44	154,40
50	87810-3	Porta mantimentos - de polietileno, tipo pote, com capacidade para 7 kg, com tampa, sem decoração.	UNIDADE	08	27,60	220,80
51	228851-6	Prato descartável para refeição – material plástico, aplicação refeição, características adicionais descartáveis, diâmetro 23 cm, cor branca, capacidade 350 ml. Caixa com 100 unidades.	CAIXA	30	17,38	521,40
52	253781-8	Prato descartável para sobremesa – material plástico, aplicação sobremesa, características adicionais descartáveis, diâmetro 15 cm, capacidade de 200 ml a 25 ml, cor branca. Pacote com 10 unidades.	PACOTE	75	0,40	30,00
53	420854-4	Prato de vidro – diâmetro 28 cm, estilo restaurante, tipo para massa, branco.	UNIDADE	48	9,90	475,20
54	143442-0	Prato plástico – Polipropileno de primeira, atóxico, modelo Liso nas partes interna e externa (sem frisos) com formato interno arredondado, com aba, pigmentação homogênea, acabamento polido brilhante, resistente à temperatura 100ºC por 20 minutos, cor azul, capacidade 700 ml. Tipo prato escolar fundo.	UNIDADE	60	3,08	184,80
55	197307-0	Ralador – de inox com cabo, possuindo 4 faces de diversas formas, para ralar alimentos ,, acondicionado de forma adequada.	UNIDADE	08	10,50	84,00
56	368836-4	Sacola plástica para Sacolão – saco plástico transparente medindo no mínimo 50x70 cm (com variação de até 10% nas dimensões), ideal para acondicionar alimentos (cesta básica). Pacote com 100 unidades.	PACOTE	35	9,99	349,65
57	236232-5	Tábua de carne – plástica, retangular, branca.	UNIDADE	08	25,80	206,40
58	282053-6	Xícara com pires - em porcelana, capacidade para 75 ml, diâmetro da xícara 68 mm, diâmetro do pires 110 mm, altura de 50 mm, para café, na cor branca.	UNIDADE	24	7,00	168,00
59	282054-4	Xícara com pires - em porcelana, capacidade para 200 ml, diâmetro da xícara 96 mm, diâmetro do pires 145 mm, altura de 71 mm, para chá, na cor branca.	UNIDADE	24	16,07	385,68
Valor total R$ 14.691,52 (Quatorze mil seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos)						

Várzea Grande – MT, 17 de maio de 2018.

CONTRATANTE:

Flávia Luiza Coelho Lannes Omar

Secretária Municipal de Assistência Social

CONTRATADA:

COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELLI

CNPJ sob n. 28.372.398/0001-06.

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): DROGARIA SP LTDA – ME (DROGARIA SP)

Data da Notificação: 24/10/2017

Data da Decisão: 11/05/2018

CPF/CNPJ nº: 25.080.766/0001-54

Processo nº: 514118/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, II da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF (Unidade Padrão Fiscal).**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 11 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): ENÉZIO PEREIRA DE SOUZA & CIA LTDA – ME (DROGA MASTER)

Data da Notificação: 22/09/2017

Data da Decisão: 25/04/2018

CPF/CNPJ nº: 06.086.566/0001-64

Processo nº: 513834/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 25 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): L. D P. PEREIRA & CIA LTDA – ME (ARPEIJO AGROPECUÁRIA)

Data da Notificação: 10/08/2017

Data da Decisão: 16/05/2018

CPF/CNPJ nº: 08.613.741/0002-30

Processo nº: 513900/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 16 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): L. P. DE CASTRO EIRELI –ME (MERCADO SUPER)

Data da Notificação: 09/08/2017

Data da Decisão: 16/05/2018

CPF/CNPJ nº: 27.769.392/0001-04

Processo nº: 513893/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 16 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): C DE MELO – CENTRO DE TRATAMENTO ESPERANÇA – ME (CENTRO DE TRATAMENTO ESPERANÇA)

Data da Notificação: 27/09/2017

Data da Decisão: 14/05/2018

CPF/CNPJ nº: 07.815.695/0001-09

Processo nº: 513838/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço

abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 14 de Maio de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

ADESÃO N. 08/2018

Processo N. 513916/2018

Assunto: Adesão a Ata de Registro de Preços N. 014/2017, Pregão Presencial N. 020/2017, da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT.

1. Visto.

2. Observou-se a necessidade apresentada pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para aderir a Ata de Registro de Preços N. 14/2017, oriundo do Pregão Presencial Nº 20/2017 da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, Solicitamos Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 014/2017 oriundo do Pregão Presencial N° 020/2017 da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, justifica-se pela vantajosidade e agilidade da aquisição, uma vez que a adesão à Ata é um processo menos moroso do que um processo licitatório comum, como um Pregão Presencial, observando que a Secretaria tem necessidade da contratação de uma empresa especializada para futura e eventual aquisição de materiais (aviamentos e artigos do gênero), que possa atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande/MT, conforme condições e quantitativos previstos no Termo de Referência. Estando este processo instruído conforme o Decreto nº 61/2014, acréscimo ao parágrafo 3º do artigo 53 do Decreto de nº 09/2010. Será permitido ao Município de Várzea Grande aderir Atas de Registro de Preços da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, desde que a referida Adesão não ultrapasse a cem por cento dos quantitativos registrados na ata de registro de preço para o órgão gerenciador e órgãos participantes. Diante do exposto, solicitamos a contratação por meio da Adesão a Ata de Registro de Preços.

3. Verificou-se ainda, que os itens pleiteados são 01, 19, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 41, 50, 53, 58, 63, 94, 95, 96, 113, 141, 145, 149, 170, 172, 173, 176, 179,181, 189, 192, 196, 199, 201, 204, 206, 209, 212, 215, 220, 229, 244, 248, 249, 250, 251, 263, 270, 275, 276, 277 e 278, totalizando o valor de **R$ 68.343,19** (sessenta e oito mil trezentos e quarenta e três reais e dezenove centavos), cuja empresa vencedora **MARIA JOSE DOS REIS NETO- EPP**, inscrita no CNPJ 10.226.940/0001-57.

4. Formalizada a coleta de preços pela equipe da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e comprovou-se à vantajosidade e assim o cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a Ata de Registro de Preços encontra - se vigente, o Órgão Gerenciador autorizou a adesão, conforme fls. 07/09, e o Fornecedor também concordou com a pretendida adesão, conforme autorização fls.14, portanto, atendendo os preceitos legais na Lei 8.666/93, art. 15, Decreto Federal n. 7892/2013.

5. Constatou-se também parecer favorável emitido pela Procuradoria Geral do Município à adesão, conforme fls. 197/204.

6. Desse modo **AUTORIZO** a **ADESÃO** aos itens 01, 19, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 41, 50, 53, 58, 63, 94, 95, 96, 113, 141, 145, 149, 170, 172, 173, 176, 179,181, 189, 192, 196, 199, 201, 204, 206, 209, 212, 215, 220, 229, 244, 248, 249, 250, 251, 263, 270, 275, 276, 277, 278, citados acima da Ata de Registro de Preços n. 014/2017, oriundo do Pregão Presencial N. 020/2017, justifica-se pela vantajosidade e agilidade da aquisição, uma vez que a adesão à Ata é um processo menos moroso do que um processo licitatório comum, como um Pregão Presencial, observando a necessidade da contratação de uma empresa especializada para futura e eventual aquisição de materiais (aviamentos e artigos do gênero), que possa atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande/MT, conforme condições e quantitativos previstos no Termo de Referência. Estando este processo instruído conforme o Decreto nº 61/2014, acréscimo ao parágrafo 3º do artigo 53 do Decreto de nº 09/2010 e a contratação da empresa **MARIA JOSE DOS REIS NETO- EPP**, inscrita no CNPJ 10.226.940/0001-57, no valor de **R$ R$ 68.343,19** (sessenta e oito mil trezentos e quarenta e três reais e dezenove centavos**).**

7. Publique-se e cumpra-se.

8. Empenhem-se os recursos necessários.

Várzea Grande-MT, 21 de maio de 2018. **Silvio Aparecido Fidelis**- Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

AVISO DO PREGÃO N. 030/2018 PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 089/2018-PMVB)

PREGÃO N. 030/2018 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006,Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES (ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL, HOSPITALAR, ELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA) CONFORME RESOLUÇÃO AD REFERENDUM DE 04 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017, DA CIR SUDOESTE MATOGROSSENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.**

CREDENCIAMENTO: 08:30 do dia 06/06/2018.

INICIO DA SESSÃO: 08:30 do dia 06/06/2018. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.**

PORTARIA N. 159 /2018.

"Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de Contratos firmados junto à Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT"

Wagner Vicente da Silveira, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e:

Considerando a necessidade da instituição de nomear um Fiscal para acompanhamento dos contratos firmados junto ao PREVILA, conforme determinações legais da Lei nº 8.666/93, Art. 67:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a servidora **ANA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA SCHAEDLER,** brasileira, casada, residente e domiciliada a Rua Conde de Azambuja, s/n, Centro, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. **1235585 SSP/MT CPF n. 705.470. 171-20**, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 001/2018, firmado com a empresa **A.L. DE SOUZA & CIA LTDA**.

Artigo 2º - O Contrato nº 001/2018, tem como objeto a contratação de empresa da área de saúde para prestação de serviços de perícia médica ao Fundo Mun. de Previdência Social - PREVILA.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 02 de abril de 2018, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 190 de 10 de maio de 2017.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 22 de maio de 2018.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.163/2018.

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **CRISTIANE SCATOLIN,** brasileira, residente e domiciliado a Rua Conde de Azambuja, s/n., Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Auxiliar Administrativo na Secretaria de Educação portadora da Cédula de Identidade **RG: n. 14273683 SSP/MT** e **CPF n. 950.582.571-49,** para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 067/2018, 068/2018, 069/2018, 070/2018, 071/2018, 072/2018, 073/2018, 074/2018, 075/2018, 076/2018, 077/2018, 078/2018, 079/2018, 080/2018, 081/2018, 082/2018, 083/2018.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 161/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício **Aposentadoria por Idade** ao servidor Sr. **Jõao Nipomocema Durão**."

O Prefeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei n.º 688 de 30 de setembro de 2005, que rege a previdência municipal; Lei Complementar n.º 002/2006, que dispõe sobre o novo quadro de pessoal de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade e Decreto nº 005/2018, que dispõe sobre o reajuste anual dado aos servidores do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade**, ao servidor Sr. **JOÃO NIPOMOCEMA DURÃO**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 0729806-4 SESP/MT e do CPF n.º 178.948.671-87, residente e domiciliado neste município, servidor Efetivo, no cargo de Almoxarife, Classe ''D'', Nível ''IV'', 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculado sob o nº 203, com **proventos Proporcionais**, contando com, **27 anos, 09 meses e 23 dias** de tempo de contribuição, conforme processo administrativo do PREVILA, **n.º 2018.02.00033P**, a partir de **08/05/2018** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de maio de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 22 de maio de 2018.

MARTA MEIRE DA COSTA LIMA

Secretaria Mun. de Administração e Fazenda

Homologo:

VAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA N. 002/2018

Em consonância às disposições da **Lei Federal N. 8.666/93**, com suas alterações posteriores, e considerando que a Licitante, desistiu do direito recursal nela previsto, **RATIFICO** o julgamento da Comissão Permanente de Licitação proferido sobre a **CHAMADA PÚBLICA N° 002/2018**, e **HOMOLOGO** seu objeto aos Agricultores: **ALAN CARDENES ALVES DE LIMA**, CPF n. **246.252.051-15,** com proposta no valor de **R$ 11.539,94 (onze mil quinhentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos)**; **ALBERTO GOMES DE SÁ**, CPF n. **484.568.614-72,** com proposta no valor de **R$ 12.591,33 (doze mil quinhentos e noventa e um reais e trinta e três centavos); CARLOS NEY BACA JAVANUM**, CPF sob n. **536. 283.811-34,** com proposta no valor de **R$ 12.864,40 (doze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)**; **MARTA MARIA GOUVEIA**, CPF sob n. **650.983.151.15,** com proposta no valor de **R$ 12. 810,66 (doze mil oitocentos e dez reais e sessenta e seis centavos)**; **ELIANA FERREIRA DA SILVA ANTUNES**, CPF n. **117.724.858-10,** com proposta no valor de **R$ 2.341,15 (dois mil trezentos e quarenta e um reais e quinze centavos); EVILAZIO DE FIGUEIREDO**, CPF sob n. **018. 368.121-59,** com proposta no valor de **R$ 14.062,80 (catorze mil e sessenta e dois reais e oitenta centavos); ILSON ROSA DA CRUZ**, CPF n. **241.620.861-68,** com proposta no valor de **R$ 8.036,00 (oito mil e trinta e seis reais); JOSÉ RIBEIRO DE SOUZA**, CPF sob n. **798.272921-53,** com proposta no valor de **R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais); LAURENTINO NETO DE REZENDE**, CPF N. **483.367.501-34,** com proposta no valor de **R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais); MERCEDES PERES SPINDULAS**, CPF N. **915.858.051-49,** com proposta no valor de **R$ 6.464,00 (seis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais); PEDRO PEDRAÇA DA SILVA,** CPF sob n. **062.898.402-78,** com proposta no valor de **R$ 8.082,80 (oito mil e oitenta e dois reais e oitenta centavos); ROBSON GUIDO MOURÃO PRADO**, CPF N. **039.471.121-14,** com proposta no valor de **R$ 14.347,94 (catorze mil trezentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos) ; ROGERIO LIMEIRA DE OIVEIRA**, CPF. **255.171.202-00,** com proposta no valor de **R$ 14.519,49 (catorze mil quinhentos e dezenove reais e quarenta e nove centavos); SIRO LEITE RIBEIRO**, CPF N. **395.801.131-49,** com proposta no valor de **R$ 12.553,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e três reais); PAULINO AGUILERA** , CPF sob n. **987.893.091-20,** com proposta no valor de **R$ 8.169,49 (oito mil cento e sessenta e nove reais e quarenta e nove centavos); VITORIO MARCADELA**, CPF N. **280.537.291-34,** com proposta no valor de **R$ 6.464,00 (seis mil quatrocentos e sessenta e quatro reais) e ASSOCIAÇÃO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA – CTA, CNPJ N. 24756793/0001-31, com proposta no valor de R$ 32. 000,00(trinta e dois mil reais)** vencedores do referido procedimento licitatório, nos termos da minuta contratual que dele faz parte integrante, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares vigentes.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO de dois mil E DEZoito.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA N. 002/2018

A **Comissão Permanente de Licitação** do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, instituída pela Portaria N. 001, de 09 de janeiro de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados e para os fins previstos na Lei Federal N. 8.666/93, que a licitação realizada através da **CHAMADA PÚBLICA N. 002/2018**, publicado pelo jornal Oficial Eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso, Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de Mato Grosso e mural público, tendo por objeto a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR,** para alunos de educação básica pública matriculados na Rede Municipal de Ensino verba FNDE/PNAE, **para o ano letivo de 2018**, com abertura e julgamento ocorridos em 16 de abril de 2018, teve como vencedores os agricultores: **ALAN CARDENES ALVES DE LIMA**, CPF n. **246.252.051-15,** com proposta no valor de **R$ 11.539,94 (onze mil quinhentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos)**; **ALBERTO GOMES DE SÁ**, CPF n. **484.568.614-72,** com proposta no valor de **R$ 12.591,33 (doze mil quinhentos e noventa e um reais e trinta e três centavos); CARLOS NEY BACA JAVANUM**, CPF sob n. **536.283.811-34,** com proposta no valor de **R$ 12.864,40 (doze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)**; **MARTA MARIA GOUVEIA**, CPF sob n. **650.983.151.15,** com proposta no valor de **R$ 12.810,66 (doze mil oitocentos e dez reais e sessenta e seis centavos)**; **ELIANA FERREIRA DA SILVA ANTUNES**, CPF n. **117.724.858-10,** com proposta no valor de **R$ 2.341,15 (dois mil trezentos e quarenta e um reais e quinze centavos); EVILAZIO DE FIGUEIREDO**, CPF sob n. **018.368.121-59,** com proposta no valor de **R$ 14. 062,80 (catorze mil e sessenta e dois reais e oitenta centavos); ILSON ROSA DA CRUZ**, CPF n. **241.620.861-68,** com proposta no valor de **R$ 8. 036,00 (oito mil e trinta e seis reais); JOSÉ RIBEIRO DE SOUZA**, CPF sob n. **798.272921-53,** com proposta no valor de **R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais); LAURENTINO NETO DE REZENDE**, CPF N. **483. 367.501-34,** com proposta no valor de **R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais); MERCEDES PERES SPINDULAS**, CPF N. **915.858.051-49,** com proposta no valor de **R$ 6.464,00 (seis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais); PEDRO PEDRAÇA DA SILVA,** CPF sob n. **062.898. 402-78,** com proposta no valor de **R$ 8.082,80 (oito mil e oitenta e dois reais e oitenta centavos); ROBSON GUIDO MOURÃO PRADO**, CPF N. **039.471.121-14,** com proposta no valor de **R$ 14.347,94 (catorze mil trezentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos) ; ROGERIO LIMEIRA DE OIVEIRA**, CPF. **255.171.202-00,** com proposta no valor de **R$ 14.519,49 (catorze mil quinhentos e dezenove reais e quarenta e nove centavos); SIRO LEITE RIBEIRO**, CPF N. **395.801.131-49,** com proposta no valor de **R$ 12.553,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e três reais); PAULINO AGUILERA** , CPF sob n. **987.893.091-20,** com proposta no valor de **R$ 8.169,49 (oito mil cento e sessenta e nove reais e quarenta e nove centavos); VITORIO MARCADELA**, CPF N. **280.537. 291-34,** com proposta no valor de **R$ 6.464,00 (seis mil quatrocentos e sessenta e quatro reais) e ASSOCIAÇÃO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA – CTA, CNPJ N. 24756793/0001-31.**

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 02 de maio de 2018.

ROSEMAR DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PORTARIA N. 160 /2018.

"Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de Contratos firmados junto à Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT"

Wagner Vicente da Silveira, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e:

Considerando a necessidade da instituição de nomear um Fiscal para acompanhamento dos contratos firmados junto ao PREVILA, conforme determinações legais da Lei nº 8.666/93, Art. 67:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar o servidora **ANA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA SCHAEDLER,** brasileira, casada, residente e domiciliada a Rua Conde de Azambuja, s/n, Centro, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. **1235585 SSP/MT CPF n. 705.470. 171-20**, para acompanhamento e fiscalização do **4º Termo de Apostilamento**, firmado entre o PREVILA com a empresa Agenda Assessoria Planejamento e Informática LTDA.

Artigo 2º - O 4º Termo de Apostilamento ao termo de Vinculação nº 007/ 2013, tem como objeto o conteúdo do Programa AMM-PREVI, em especial o Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 078/ 2012, que se vincula ao Programa AMM-PREVI, passando a se beneficiar dos serviços técnicos de operacionalização de seu RPPS prestados pelo CONSÓRCIO PREVIMUNI.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 02 de abril de 2018, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 190 de 10 de maio de 2017.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 22 de Maio de 2018.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.162/2018

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

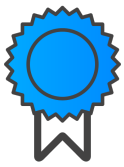
Art. 1º - Nomear, **ARISTIANY DE FRANÇA CRUZ,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Oscar Soares, s/n. centro de Vila Bela da Santíssima Trindade, portadora da Cédula de Identidade n. 2690608-2 SSP/MT e CPF n. 058.992.841-45, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Secretária,** junto ao Gabinete do Prefeito, símbolo C. C. 4**,** a partir do dia 01 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 01 de maio de 2018, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZOITO

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue May 22 22:31:14 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)